SIMPÓSIOS TEMÁTICOS

CADERNO DE RESUMOS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caderno de Resumos do Simpósios Temáticos do XI Encontro Internacional de História Colonial [livro eletrônico] / organização Marco Antônio Nunes da Silva , Camila Fernanda Guimarães Santiago. -- Cachoeira, BA : Ed. dos Autores : Encontro Internacional de História Colonial, 2026.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-02-23817-2

1. Colonização - História 2. Colonialismo 3. História - Aspectos sociais 4. História do Brasil I. Silva, Marco Antônio Nunes da. II. Santiago, Camila Fernanda Guimarães.

26-378579.0 CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História 981

Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB - SP-010133/O

A

Genealogias ancestrais: mulheres afroascendentes da Costa da Mina e crioulas, seus bens e legados, Bahia (1750-1842)

Adriana Dantas Reis – Universidade Estadual de Feira de Santana

Genealogias Ancestrais constitui-se como um método para conectar trajetórias na formação do mundo afrodiaspórico na América. A abordagem propõe a leitura e interpretação de fontes a partir das trajetórias de mulheres afroascendentes – categoria analítica e interseccional que extrapola a condição jurídica da escravidão para priorizar a ascendência como elemento comum de reexistência na diáspora. Argumento que a ancestralidade africana, ao interceptar marcadores de gênero e condição, organizou o mundo do trabalho de cativas e libertas no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Para operar essa categoria, o presente artigo analisa os testamentos de libertas e crioulas como Anna de São José da Trindade (1823), da Costa da Mina, e sua filha crioula Josefa Maria da Conceição (1830), a crioula Maria Caetana Rodrigues (1827), Maria Gertrudes de Santa Anna (1828) e Thereza da Silva Niza (1814), ambas da Costa da Mina, e a crioula Roza Maria de Paiva Aleluia e Lima (1842). Sob esses paradigmas, discuto trajetórias femininas na Bahia (1750-1842), problematizando os limites da mobilidade social e evidenciando o agenciamento feminino na diáspora Mina.

Espiões contra corsários: política de informação, predação marítima e soberania portuguesa, séculos XVIII e XIX

Adriano Diniz Comissoli – Universidade Federal de Santa Maria

Este estudo reúne dois esforços de pesquisa autônomos. De um lado, partimos de conclusões de uma pesquisa que analisa a espionagem e a política de informação portuguesa; de outro, os dados disponíveis na plataforma Encontros Piratas, sobre ataques piratas e corsários, rotulados como predação marítima. Nossa proposta é verificar como dois chefes de esquadras navais portuguesas, nos portos do Rio de Janeiro e de Montevidéu na passagem do século XVIII ao XIX, coletaram dados sobre a ameaça corsária à navegação comercial. O objetivo é compreender instrumentos de coleta e de análise de informações visando a tomada de decisões em favor da defesa de interesses de Portugal e, em consequência, de sua soberania. Esta análise configura um estudo de serviço de inteligência, rotulado também como política de informação. O exercício permite pensar a soberania portuguesa relacionada à vivência marítima, adicionando uma camada para pensarmos fronteiras e relações transfronteiriças. Na medida em que os chefes de esquadra pensaram estratégias de defesa ou contra-ataque ao corso, é possível discutir o elemento extra-territorial da soberania, além da situação de portos e de navios enquanto fronteiras, dada a situação de contato entre agentes de diferentes bandeiras.

A Agência da "Periferia" Ibérica na Guerra de Sucessão Espanhola: Expectativas, Diplomacia e Legitimidade entre portugueses e catalães

Alberto Airton Amendola Gandolfo – Universidade Federal de São Paulo

A historiografia tradicional sobre a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) tendeu a privilegiar a macrodiplomacia das potências centrais e frequentemente interpretou os papéis de Portugal e da Catalunha como satélites bélicos ou logísticos da Grande Aliança de Haia. Em oposição a esta narrativa, a presente comunicação se alinha à perspectiva de revisão historiográfica contemporânea, consolidada por investigadores como Pedro Cardim e Joaquim Albareda, ampliando esse debate ao propor uma análise conectada para compreender a agência política e diplomática destes territórios "periféricos" da Península Ibérica nos anos iniciais do conflito (1701-1705). O objetivo central consiste em examinar a racionalidade institucional e a agenda política própria que motivou a ruptura de Lisboa e Barcelona com a órbita bourbônica, a qual estavam inicialmente alinhadas. Por meio do cruzamento de fontes jurídicas e diplomáticas, com especial enfoque no manifesto português Justificación (1704), nas atas das Cortes Catalãs (1701-1702) e no Tratado de Gênova (1705), buscamos demonstrar como a adesão à aliança britânica e austríaca foi instrumentalizada em Portugal e na Catalunha para alcançar objetivos próprios na guerra, em uma trajetória que se cruza diretamente com as revoltas de 1640. Metodologicamente ancorada na contextualização linguística da Escola de Cambridge e na Semântica Histórica, a pesquisa interpreta tais documentos diplomáticos como "atos de fala" táticos por parte de agentes soberanos. No caso português, a reorientação diplomática demonstra a centralidade da dimensão atlântica do império para a recém-consolidada dinastia de Bragança, sobretudo em relação à proteção de rotas comerciais e a resolução de disputas fronteiriças na América portuguesa. No caso catalão, o "espaço de experiência" forjado pela ocupação francesa na Guerra dos Nove Anos, gerou a narrativa de que a centralização administrativa seria inevitável, levando os chamados austracistas (apoiadores dos Habsburgos) à sublevação. Concluímos que a agência destes reinos no conflito expõe a vitalidade do pactismo e das próprias regiões em meio à Guerra de Sucessão, demonstrando como a periferia conseguiu se mobilizar e articular uma legítima agenda política própria em meio à crise da monarquia compósita ibérica.

O crime como pecado, a pena como penitência, a justiça como misericórdia: algumas considerações sobre a dimensão espiritual das práticas de justiça do Santo Ofício português

Alécio Nunes Fernandes – Universidade de Brasília

Pelo menos desde os trabalhos seminais de Sonia Siqueira, parte da historiografia sobre o Santo Ofício português tem apresentado estudos em que, direta ou indiretamente, uma das preocupações é entender o funcionamento das práticas de justiça da Inquisição portuguesa do ponto de vista institucional: a justiça do Tribunal sob a ótica de seus próprios juízes. Em geral, esses estudos têm em comum o fato de analisar, em perspectiva histórico-jurídica, a dimensão judicial da ação inquisitorial. Proponho uma inversão dessa

lógica. Nesta comunicação, pretendo discutir o crime como pecado, as penas como penitência e "remédio para a alma", a Inquisição não apenas como justiça, mas também como misericórdia – claro, tudo isso à luz da 'gramática inquisitorial'. O objetivo é analisar um aspecto pouco discutido pela historiografia: a dimensão espiritual das práticas de justiça do Santo Ofício português, o reverso da medalha da Inquisição como tribunal da fé.

As mulheres escravizadas: relações de trabalho, família e maternidade na capitania do Rio Grande do Norte (1760-1820)

Alekssiane Lima de Carvalho – Universidade Estadual de Campinas

A presente proposta tem como objetivo apresentar o projeto de doutorado, iniciado neste ano, que investiga as relações de trabalho das mulheres escravizadas e como estas estavam circunscritas às experiências familiares e à maternidade na capitania do Rio Grande do Norte. Trata-se de uma região caracterizada por uma população majoritariamente livre, mas composta, em grande medida, por indivíduos pardos e pretos, com predominância de pequenas e médias propriedades escravistas e menor intensidade do tráfico transatlântico quando comparada a outras capitanias, como a Bahia. Nesse contexto, parte-se da hipótese de que a reprodução natural se configurava como uma das principais vias de incremento da mão de obra escravizada, situando as mulheres no centro da dinâmica escravista. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se fundamenta na análise seriada de registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, organizados em banco de dados (NACAOB), e no cruzamento nominativo dessas fontes. Esse procedimento permite não apenas reconstituir propriedades escravistas, mas também acompanhar indivíduos ao longo do tempo, possibilitando a reconstrução de trajetórias reprodutivas e familiares. A incorporação da perspectiva do curso de vida, pautada pela historiadora estadunidense Tamara Hareven, orienta a análise, permitindo observar as experiências dessas mulheres em diferentes momentos — como os ritmos da reprodução, os intervalos entre nascimentos, as mudanças nas configurações familiares e as articulações entre trabalho, maternidade e condição jurídica. A pesquisa parte de resultados obtidos no mestrado, no qual foram analisados os registros da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (Natal, 1760–1807) e as relações de parentesco espiritual, com a reconstrução de trajetórias de 120 mães solteiras, entre as quais algumas mulheres escravizadas foram identificadas com até sete filhos. A partir dessas evidências, o projeto busca compreender de que modo as relações de trabalho incidiam sobre as dinâmicas familiares e a experiência da maternidade, especialmente em um contexto de escravidão feminina em uma capitania periférica, subordinada a Pernambuco e de economia pouco dinâmica, voltada majoritariamente ao mercado interno. Para tanto, a análise será ampliada para além da região litorânea, incorporando freguesias do interior, como Assú, onde predominava a pecuária. A proposta encontra-se em processo de lapidação e, na apresentação, serão detalhadas as questões, hipóteses, fontes e os fundamentos que a orientam.

Conexões atlânticas: tráfico de escravizados, comércio de farinha e madeiras a partir da Bahia, c.1780-1810

Alex Costa – Universidade Federal da Bahia

Em fins do século XVIII a região ao sul do Recôncavo da Bahia figurava como um dos principais centros produtores de alimentos para abastecimento interno. Ali produzia-se, sobretudo, a mandioca e sua farinha, base da dieta dos baianos, cujos principais centros consumidores era a cidade de Salvador e as principais vilas do Recôncavo. Um pouco mais ao sul, entre as vilas de Camamu, Cairu e Boipeba, aproveitando-se da abundância de madeiras de lei, trabalhadores especializados se fixaram estabelecendo diversos estaleiros responsáveis por criar uma importante indústria naval de construção e reparos de embarcações de todo o tipo, inclusive aquelas que serviam ao amplo comércio atlântico de mercadorias e gente. Parte das embarcações que ali ancoravam estavam envolvidas no transporte de escravizados da África (especialmente a região onde hoje é Angola) para a Bahia e sua presença se dava tanto por motivo de desembarques de escravizados, quanto para reparos ou, mais comumente, para abastecer de víveres, principalmente a farinha de mandioca, provisão indispensável para alimentar os escravizados e a tripulação na viagem, como também se tornava moeda para a aquisição de novos escravizados em África. Destaca-se, ainda, que a exploração de madeiras de lei da extensa região litorânea ao sul do Recôncavo ainda servia para a construção civil ou mesmo naval em outros reinos. A partir das correspondências trocadas entre autoridades da Bahia, Angola e Lisboa, bem como os dados sobre entrada e saída de mercadorias do porto de Salvador e os relatos e memórias de viajantes e outras autoridades, este artigo analisa como o tráfico de escravizados dinamizou um comércio ainda mais amplo de mercadorias estabelecendo importantes conexões comerciais entre Bahia, Lisboa e Angola em fins do século XVIII e primeiras décadas do XIX.

Para o bom governo, direção dos costumes e recta administração da justiça: A genealogia sob segredo nos processos de habilitação de genere no Bispado do Maranhão (1700-1750)

Alex Matos Rabelo – Universidade Federal do Maranhão

Nas sociedades estamentais do Antigo Regime, a distinção constituiu característica estruturante das relações sociopolíticas. E, neste caso, a ascendência familiar assumiu caráter central como princípio de legitimação e creditação social. Isso porque a noção de honra constituída na Idade Moderna era extremamente sensível aos critérios que procediam do "bom sangue" e do "bom nascimento", operando como elemento fundamental na definição das hierarquias sociais. Entretanto, não era apenas a origem ou a pureza de sangue que se pretendia preservar. Fazia-se também fundamental, resguardar as alianças contraídas a fim de valorizar o arquétipo familiar que se pretendia exteriorizar. Assim, esta investigação que se insere no campo da História das Religiões, pretende-se, sobretudo, analisar o silenciamento sobre a ascendência familiar de candidatos pretos,

índios e mestiços ao sacerdócio no bispado do Maranhão, tomando particular atenção a análise qualitativa dos processos de Autos de Habilitação de Genere entre 1700-1750 na diocese do Maranhão. Portanto, a genealogia, além de assumir uma conformação particular na idealização de trajetórias sociais de candidatos ao exercício eclesiástico, eram influenciados pelas redes e relações de interdependência que operacionalizaram o recrutamento, quer oriundo de solidariedades cúmplices, laços de compadrio, ou, até mesmo de empatias pessoais.

A Aldeia de São José de Itapororocas no contexto da colonização portuguesa na Bahia no século XVII

Alex Teixeira de Araújo – Universidade Federal Fluminense

A comunicação propõe analisar a rede de relações de João Peixoto Viegas na capitania da Bahia, entre 1650-1700, sobretudo, com foco nas relações estabelecidas entre este colonizador e os indígenas Paiaiá da Aldeia de São José das Itapororocas. Partimos da premissa de que esta aldeia esteve por décadas sob administração deste influente e poderoso comerciante e pecuarista, o que nos permite afirmar que se tratava de uma aldeia particular, apesar da presença dos jesuítas e do trabalho desenvolvido por estes a pedido do próprio Viegas. Os Paiaiá representavam um importante elo na rede de Viegas, dada a relevância destes no combate a outros grupos nativos que resistiam à dominação, compondo também a mão de obra na sesmaria de Itapororocas. Estes foram também de grande relevância para as autoridades coloniais, já que há registros oficiais nos quais estes nativos são solicitados a Viegas para atender aos interesses da colonização, seja na guerra ou nas jornadas para o sertão em busca das minas de ouro, de salitre e outras demandas ligadas a expansão da colonização. Pontuamos ainda como estes múltiplos papéis desempenhados pelos Paiaiá fora necessário tanto para sua sobrevivência, naquele contexto de expansão da colonização no sertão ao longo do século XVII com extermínio dos nativos inimigos do colonizador, como também para manter suas agendas, dando aos seus principais o poder de negociação em temas de seu interesse. A presente proposta analisa, objetivamente a trajetória de João Peixoto Viegas na capitania da Bahia, dando foco aos últimos 50 anos, pois fora neste período que este português ganhou destaque no cenário político, ocupando diversas funções na administração colonial, ocupando espaços reservados aos membros das elites, mesmo sob suspeita de ser cristão novo. Destacamos como o reconhecimento oficial do seu direito de proprietário das sesmarias de Água Fria, Itapororocas e Jacuípe, foi um divisor de águas na carreira deste colonizador e de como tal trajetória de sucesso permitiu-lhe ser agraciado por inúmeros benefícios, seja na cidade de Salvador ou no sertão, como por exemplo ter se tornado administrador temporal dos indígenas.

Luas e acajús, sinos e campainhas: o disciplinamento jesuítico na organização e percepção do tempo entre os povos Tupi (XVI-XVII)

Alexandra Helena Batista da Silva – Universidade Federal da Bahia

Ocupando o litoral do que hoje conhecemos como Brasil, os povos Tupi foram não só os primeiros contactados pelos portugueses, mas também alvos iniciais de um processo de conversão e exploração do trabalho que afetou cultural e fisicamente suas formas de existir. Seguindo os rastros dessas transformações nas fontes quinhentistas e seiscentistas, é possível delinear as lógicas gerais dos Tupinambá de mensuração do tempo, nas quais eventos naturais como a maturação de frutos e a desova de peixes ganham um significado social. Diante disso, esta comunicação procura mostrar como o processo de colonização desenvolvido ao longo dos séculos XVI e XVII impactou as concepções de tempo dos povos Tupi da América portuguesa. Interessa apontar, em um primeiro momento, as formas indígenas de perceber a passagem dos dias, para analisar como as novas demandas nascidas do processo de colonização passaram a impor diferentes formas de dividir e dominar o tempo. Para tanto, tomando por base a documentação religiosa (missionária), administrativa e das crônicas de viajantes atinentes ao assunto, busca-se identificar como a nova lógica de trabalho – caracterizada pela exigência de produtividade e exploração da natureza – e o novo ordenamento religioso católico perturbaram a relação dos povos Tupi com o tempo. Por fim, a comunicação pretende analisar algumas das estratégias de resistência, negociação e/ou adaptação dessas populações diante da emergência da sociedade colonial e do fim do mundo ameríndio tal como era conhecido.

Escravidão, liberdade e reescravização: fragmentos da trajetória do preto Caetano entre Angola, Pernambuco e Portugal na segunda metade do século XVIII

Alexandre Bittencourt Leite Marques – Universidade Católica de Pernambuco

A presença de escravizados e forros era uma constante na América portuguesa entre os séculos XVI e XIX. Nos últimos anos, cada vez mais, a historiografia tem se dedicado em abordar a trajetória, o protagonismo e a identidade desses indivíduos nos diversos sítios, fazendas, povoados e vilas espalhados do litoral aos sertões do Brasil. O objetivo deste trabalho é analisar a condição, qualidade e trajetória do preto Caetano, outrora um escravizado vindo de Angola para Pernambuco, que depois se tornou liberto em Portugal, mas que foi novamente escravizado em Pernambuco no findar do século XVIII. A pesquisa faz uso da metodologia da história conectada, modelo de análise utilizado por Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski, que permite enveredar pela dinâmica da circulação de pessoas, ideias e cultura nos diferentes espaços do Império português. Utiliza-se como fonte de pesquisa um documento manuscrito pertencente ao Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU). Sendo assim, o presente trabalho procura contribuir para os estudos acerca das trajetórias de vida de escravizados e forros, bem como das conexões existentes entre distintos lugares do Império português.

Muito além do "Homem Camisão": territorialização, apropriação fundiária e conflitos no Sertão do Camisão (secs. XVII-XIX)

Alexandre Gonçalves do Bonfim – Universidade Federal do Ceará

Em torno da figura mítica do "Homem do Camisão", alguns historiadores ipiraenses, ou interessados na história do município, desenvolveram a narrativa de suas obras salientando essa "figura" como uma espécie de "pai fundador" da atual cidade de Ipirá, antiga vila de Santana do Camisão, que abrigava, até o século XIX, os territórios de outras cidades vizinhas, qual seja, Mairí, Itaberaba, Rui Barbosa, Baixa Grande, Macajuba, Pintadas e Serra Preta. No entanto, se fiar nessa perspectiva é preferir se guiar por uma narrativa que privilegia o olhar da colonização e que entende que este processo é o único capaz de produzir "territorialidades".

No entanto, as territorialidades colonizadoras nem sempre conseguiam de forma definitiva e totalizante ocupar os espaços da colonização e não é incomum ver ao longo da história projetos coloniais sendo obrigados a retroceder, dividir e compartilhar espaços ou até rever sua forma de se estabelecer em regiões mais distantes dos grandes centros da colônia.

Um olhar mais atento a documentação sobre a presença colonizadora nas regiões do Camisão e do Orobó, todavia, revela uma considerável dificuldade, por parte dos agentes da Coroa, em se estabelecer nesse território, dificuldade que transcende o século XVII, chegando até o século XIX. Se as ameaças de incursões de indígenas a Cachoeira e suas freguesias próximas se arrefeceram ainda no século XVII, a tentativa de ocupar esse espaço, que estaria dentro da imensa sesmaria de João Peixoto Viegas, se frustrou até meados do século XVIII e, conforme indicaremos nessa comunicação, outras concepções e fontes de apropriação da terra sobreviveram até o estabelecimento da Lei de Terras de 1850, dificultando a tentativa de uniformização proprietária que estava no bojo dessa lei, já desenhada sob os contornos do capitalismo liberal. Nesse sentido, intentaremos aqui rediscutir como se deu a presença colonizadora no território do termo do Camisão para demonstrar como não houve uma continuidade entre o estabelecimento dos agentes da Coroa, personificados na figura do "Homem do Camisão", a instituição da vila em 1855 e os registros declarados ao vigário nas freguesias de Camisão e do Orobó entre 1856 e 1863. Assim, nos apegamos a hipótese de que outras formas de se apropriar da terra se assentaram e provocaram mudanças nos planos de colonização desse espaço, algo escondido pela mítica ideia da povoação em torno do sítio do estalajadeiro português.

Honra, disciplinamento e mobilidade nas Minas Setecentistas

Alexandre Rodrigues de Souza – Universidade Federal Fluminense

A presente proposta analisa as trajetórias de mulheres forras na capitania de Minas Gerais durante o século XVIII, dialogando com as estruturas de disciplinamento da Igreja Católica no Império português. A expansão eclesiástica na Época Moderna consolidou instrumentos de enquadramento religioso como a rede de paróquias, o clero secular e as ordens regulares que foram fundamentais para a manutenção da ordem social e a interiorização da fé cristã. Em Minas Gerais, essa estrutura não apenas normatizou

comportamentos, mas serviu como mecanismo para que mulheres de ascendência africana negociassem sua inserção em uma sociedade escravista, desigual e hierarquizada. O estudo argumenta que a mobilidade social dessas mulheres não dependia exclusivamente da liberdade jurídica ou do acúmulo de riqueza, mas da capacidade de legitimar publicamente esse patrimônio através dos códigos de honra vigentes naquela sociedade. A honra, entendida aqui como um atributo relacional, funcionava como mecanismo de inclusão ou exclusão social. Se por um lado as normativas da Igreja, como as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, criavam mecanismos de vigilância social, por outro, irmandades ofereciam caminhos para a reconstrução e manutenção de honra e virtudes sociais. Conforme demonstrado pela historiografia, as irmandades de pardos permitiram a criação de identidades sociorreligiosas que subverteram estigmas de "impureza de sangue", forjando novas hierarquias sociais. Para as mulheres, as estratégias de (re)inserção social incluíam o investimento em casamentos financiados por irmandades e o apadrinhamento de enjeitados, por exemplo. Assim, esta comunicação busca demonstrar como os sujeitos subalternizados receberam e remodelaram os instrumentos de disciplina religiosa, transformando a prática devocional e a participação institucional em ferramentas de afirmação social e de mobilidade.

"Índios de armas, arcos e flechas" na Vila da Cachoeira: o combate aos "formidáveis" Quilombos do Orobó, Tupim e Andrahí (1796-1797)

Alfredo Pinto da Silva Júnior – Universidade Federal da Bahia

Observando os diversos âmbitos e nuances da agência dos povos originários, reiteramos a decisiva participação dos chamados "índios de armas, arcos e flechas" nas tropas mistas incumbidas de combater os Quilombos da Serra do Orobó, Tupim e Andrahí, no final do século XVIII. Sob o comando do Capitão-mor das Entradas e Assaltos do distrito de São José das Itapororocas – Severino da Silva Pereira –, e de seus filhos (Joaquim e Bento), os "soldados índios e outros homens de armas" marcharam sobre os referidos quilombos, localizados nas dependências da então Vila da Cachoeira. Ao prescrutar esta documentação custodiada pelo Arquivo Histórico Ultramarino, fica-nos a impressão inicial (e equivocada) de que não seria nada além de mais um Requerimento do Capitão-mor, solicitando uma patente superior e à mercê do ofício de Tabelião da Vila da Cachoeira ou "das passagens do Rio Peroasú", e o "Hábito de Christo pra si e o de Aviz para seus filhos". Todavia, a fim de justificar os seus méritos, este militar decidiu reunir e anexar vários documentos que narram as "perigosas e exitosas" expedições contra os "poderosos mocambos". Nesta perspectiva, em 1796, nas Representações assinadas pelos moradores da Vila da Cachoeira, solicitaram das autoridades competentes as providências para a destruição dos três quilombos, "cujos negros nelles refugiados lhes causavam os maiores danos e sobressaltos". Após descrever as "mazelas e atrocidades" cometidas pelos negros aquilombados, os abaixo-assinados indicaram o nome do Capitão-mor, Severino Pereira para esta diligência, solicitando ao Governador que ordenasse todo o apoio da Tropa da Conquista do Gentio Bárbaro da Pedra Branca e de outras "Vilas de Índios" circunvizinhas, garantindo total apoio à esta urgente campanha militar. Logo,

"nomeado por voz do povo" e por Portaria do Governador e Capitão general da Capitania como chefe da expedição contra "aqueles inimigos do Estado de Vossa Majestade", o Capitão Severino Pereira, após mais de um mês de viagem – marchando com "cento e tantos homens, auxiliados de trinta índios de armas, arcos e flechas" – nomeou o seu filho, Bento José Pereira, para Cabo e Comandante da tropa que atacou os dois "opulentos e soberbos coitos do Orobó e a falsa Cidade do Andrahí". Registrando, minuciosamente, as supostas ações desta seara militar, Bento Pereira apresentou interessantes informações na "certidão narrativa do assalto e conquista dos Quilombos". Segundo o Cabo e Comandante da diligência, antes da chegada dos "soldados brancos e índios", os habitantes dos quilombos fugiram, "por terem avisos dos sócios e das espias que tinham pelos matos". Não obstante, "mostrando-se pelas camas e agasalhos, têm perto de mil pessoas entre grandes e pequenos". Das quais, a tropa conseguiu aprisionar quatorze, incluindo o preto Matheus, identificado como líder dos Quilombos, que se intitulava rei, e o seu filho, "menor de seis meses", conhecido como príncipe Manoel. Enfim, muito além de meros requerimentos por honras, títulos e mercês régias, a documentação aqui analisada é bastante reveladora da efetiva participação de indígenas em tropas militares e também acerca da infraestrutura, organização sociopolítica, econômica, jurídica e religiosa dos referidos quilombos.

Elite proprietária e trabalho indígena no Baixo Amazonas (1780-1810): comércio das drogas do sertão e dinâmicas coloniais

Alice Maria Teixeira McDaniel – Museu Emilio Goeldi

Esta comunicação tem como objetivo discutir a importância econômica e estratégica do Baixo Amazonas, região pertencente ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com foco na Capitania do Pará, entre 1780 e 1810. A análise centra-se na atuação da elite proprietária e no papel do trabalho indígena na dinâmica econômica na Amazônia portuguesa.

O estudo examina a formação de uma elite colonial no Baixo Amazonas a partir de meados do século XVIII, em um contexto marcado pela ascensão do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo e pela implementação das reformas pombalinas. Essas transformações, associadas à regulamentação do trabalho indígena por meio do Diretório dos Índios, promoveram uma reconfiguração das formas de exploração da mão de obra indígena, impactando diretamente tanto a coleta das drogas do sertão quanto a produção agrícola.

A partir da análise de documentação provinda do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e de viajantes e cronistas que escreveram sobre a região do Baixo Amazonas, a pesquisa busca evidenciar as estratégias de atuação da elite proprietária e as condições de inserção do trabalho indígena, destacando a contribuição desses grupos para a economia do Estado do Grão Pará e Maranhão em finais do século XVIII e início do XIX.

As Cartas dos índios Camarão à luz da Paleografia e da Linguística Histórica
Alícia Duhá Lose – Arquivo Nacional

No século XVII, no nordeste do Brasil, os índios potiguaras, liderados por Felipe Camarão, lançaram mão de papel, pena e tinta para produzir missivas, usando o alfabeto que os missionários lhes ensinaram, para verter em tupi as suas angústias, súplicas e ameaças e tentar convencer seus parentes, que estavam do outro lado da disputa pelas terras do Brasil, a mudarem de lado. Tais cartas, que se encontram no Arquivo Nacional dos Países Baixos e já haviam sido transcritas e traduzidas há alguns anos, mas receberam um novo tratamento filológico, linguístico, paleográfico e diplomático com objetivo de auxiliar a compreensão destes escritos. Esta comunicação tem o objetivo de apresentar a metodologia utilizada nesta nova abordagem e as conclusões que puderam ser obtidas a partir dela.

Da materialidade ao texto: uma metodologia para seleção de documentos para contar uma história linguística do Brasil colônia
Alícia Duhá Lose – Arquivo Nacional

Identificar quem escreveu, por que escreveu, em que condições e com que grau de autonomia intelectual o fez é essencial para a correta interpretação de um documento e de seu contexto de produção. No caso de documentos utilizados como base para estudos linguísticos na perspectiva histórica, a identificação da mão que conduz a pena passa a ser um elemento condicionante para inclusão ou exclusão de um item documental no corpus de trabalho. Pois, há quem mova a escrita e há quem mova a pena e, muitas vezes, essas figuras não coincidem. Reconhecer essa separação é essencial para a análise documental. Sendo assim, esta comunicação se propõe a apresentar a metodologia para análise paleográfica, diplomática e codicológica e os critérios editoriais filológicos e conservadores que vêm sendo usados para composição do corpus e publicação de manuscritos na Série Edição de Documentos para História Linguística do Brasil Colônia, que reúne documentos necessariamente autógrafos produzidos por sujeitos reconhecidos e representativos dos diversos grupos que formaram a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Edição Filológica. Análise Paleográfica, Diplomática e Codicológica. História Linguística do Brasil colônia

Terra Papagalli: a arte plumária na cartografia franco-portuguesa e a construção de uma paisagem cultural americana (século XVI)
Aline dos Santos Franco de Camargo – Universidade Estadual Paulista

Esta comunicação investiga a presença recorrente de arte plumária nas cartas náuticas franco portuguesas do século XVI como chave para compreender as conexões globais que ligaram a costa brasileira à Europa no período colonial. Segundo Frank Lestringant

(2006), a imagem renascentista da América foi moldada a partir da costa brasileira, sobretudo pela iconografia dos povos originários. Flavia Tatsch (2024) confirma essa estética nas alegorias flamengas do final do século XVI, onde tatus emergem como símbolos do continente, sempre aliados à presença de penas e vestuário dessa matéria prima.

Seguindo este padrão de representação, as cartas náuticas também estamparam esta imagem. No contexto da disputa franco-ibérica pelo Atlântico, a demanda por mapas iluminados cresceu paralelamente ao comércio de pau-brasil. Financiadores privados, como Jean Ango, patrocinavam expedições e negociavam direitos com a Coroa francesa mediante trocas de presentes. Nessa dinâmica de patronagem, os mapas náuticos tornaram-se artefatos políticos: seu design incorporava instruções dos patrocinadores, que viam na iconografia uma forma de legitimar possessões e construir identidades.

A persistência das penas nos mapas se associa ao fenômeno que William Sturtevant (1988) denominou "tupinambização": a tradição de fabricação de vestimentas dos Tupinambá, tendo como matéria prima a plumagem, foram estendidos a todo o continente, uniformizando a imagem dos povos originários. O Atlas Miller (1519) e a Cosmografia de Le Testu (1555) exemplificam como a plumária tornou-se signo do "americano" para a Europa.

Essa iconografia não circulava isolada: artefatos que tinham como matéria-primas as penas, atravessaram o Atlântico e ocuparam lugar central nas estratégias de autoridade e patronagem. André Thevet, franciscano que visitou a Guanabara na expedição de Villegagnon (1555-1560), não apenas descreveu os indígenas, mas também teria recolhido artefatos, como mantos de penas, para autenticar seus escritos. Segundo Mariana Françozo (2016), em particular os artefatos de penas distinguiam-se pela mobilidade: transitavam entre usos cerimoniais, sistemas de troca indígenas e coleções europeias, assumindo valores instáveis e múltiplas funções.

Dessa forma, o estudo da arte plumária nas cartas náuticas franco-portuguesas não apenas elucida as estratégias de representação do Novo Mundo durante a assimilação progressiva de informações, mas também ressalta como objetos materiais, oriundos de saberes indígenas ligados diretamente com seu manuseio com o meio ambiente e sua representação na iconografia foram ativamente incorporados na construção do conhecimento europeu.

Calunduzeiras e ngangas: perseguições atlânticas e experiências do culto de Nkisi na Bahia

Aline Viana dos Santos – Universidade do Estado da Bahia

Essa comunicação tem por objetivo apresentar meu projeto de mestrado e os avanços obtidos da pesquisa em andamento, sobre as práticas religiosas de Calunduzeiras e Ngangas no contexto da diáspora negro-africana na Bahia, a fim de compreender a

reelaboração do culto de Nkisi como uma das bases para a construção do Candomblé enquanto instituição religiosa afrobrasileira. Nkisi é a principal divindade que orienta o culto dos Candomblés Congo-Angola (PREVITALLI, 2012). Está relacionada aos elementos da natureza, assemelhando-se ao panteão Jeje-nagô de culto ao Vodum e ao Orixá. A sobrevivência e adaptações de seu culto podem estar relacionadas às experiências religiosas de origem centro-africana, denominadas de Calundus, termo que aparece com frequência nos registros documentais da Santa Inquisição de Lisboa, principal fonte para a pesquisa dessas práticas. Os Calundus são, portanto, as primeiras experiências religiosas de matriz centro-africana praticadas na América portuguesa. Apresentavam uma estrutura ritualística bastante fluida e diversa, mas, como apontado por Elizangela Ferreira (2016), havia elementos dentro daquelas cerimônias que formavam uma base comum para a sua realização: o uso de instrumentos musicais, como o canzá e o atabaque, e a possessão por espíritos ancestrais seguidas de dança. A proposta metodológica passa por analisar a fonte documental conhecida por "Cadernos de Promotor" da Santa Inquisição de Lisboa, disponível no site do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e, os livros de Devassas do Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador, relativos ao período de 1702-1750. A pesquisa pretende trazer uma contribuição valiosa sobre as experiências religiosas dos centro-africanos na Bahia.

Palavras-chave: Diáspora, Calundus, Candomblés, Nkisi.

Por uma cartografia de viagem: espacializar itinerários, (re)conectar histórias

Allan Pedro dos Santos Silva – Universidade de São Paulo

A Literatura de Viagem permanece como referência incontornável para o estudo das paisagens coloniais portuguesas, na medida em que descreve, com riqueza de detalhes, os contextos percorridos pelos viajantes ao longo de seus itinerários. Sem desconsiderar os cuidados necessários ao lidar com esse gênero de fonte – que entrecruza dados de uma realidade efetivamente vivenciada com outros de natureza imaginativa –, o presente trabalho discute em que medida tais textos podem contribuir para um reenquadramento das paisagens coloniais a partir dos deslocamentos desses viajantes, buscando destacar o próprio ato de deslocar-se como elemento constitutivo dessas paisagens. Para tanto, informado pelos métodos da Arqueologia da Paisagem (Bueno et. al., 2021) e dos Estudos da Urbanização (Reis, 2001), propõe-se um exercício de espacialização de itinerários por meio de ferramentas contemporâneas de cartografia, com o objetivo de promover a convergência de dados de natureza textual de diferentes procedências a um mesmo suporte visual, capaz de espacializar e conectar histórias de paisagens situadas em diferentes realidades de Ásia, África e América – e que, defendemos, já estiveram conectadas entre si em seu passado.

A cultura escrita e a cultura dos escritos como categorias analíticas – reflexões iniciais sobre a agência da escrita como parte do processo colonizador

Álvaro de Araujo Antunes – Universidade Federal de Ouro Preto

A partir de um balanço bibliográfico, a presente comunicação avalia alguns estudos históricos sobre a "cultura escrita" buscando traçar os contornos dessa categoria analítica. Sem ignorar a viabilidade de uma definição categórica face à plasticidade dos usos investigativos, o objetivo primeiro deste estudo é circunscrever minimamente uma tipologia cultural e/ou uma tecnologia de linguagem estabelecida na e pela escrita. Nesse sentido, a escrita é concebida como uma forma de linguagem que se opõe ou complementa outros meios de difusão e conservação de informação, como a oralidade. Já naquela outra direção, o meio de difusão do conhecimento é utilizado como forma de qualificar ou especificar uma cultura. Para além da delimitação de uma categoria designada como "cultura escrita", outro aspecto notável dentre os textos analisados é a constituição de uma História social e cultural da escrita. A escrita em si pode ser avaliada quanto a sua forma, grafia, caligrafia, tipo gráfico, suporte, enfim, quanto a materialidade da inscrição. Contudo, nada disso estaria desassociado de seu uso, produção, função, circulação, consumo, apropriação, significação, ou seja, de aspectos sociais e culturais que envolvem a escrita. Para além de identificar objetos, formas e maneiras sobre os quais se inscreveram as letras, a história social e cultural da escrita dimensiona o agenciamento e a contingência que permitiram a representação, a difusão e a apropriação da e pela escrita.

Em seguida, para reforçar o aspecto social da escrita, a comunicação propõe uma categoria analítica: a "cultura dos escritos". Além de considerar a pluralidade das formas visuais e dos meios da escrita, esse recurso analítico recupera uma dimensão ativa da cultura a partir de sua raiz latina "colo". Desta raiz derivam: culto (cultus, particípio passado de colo), e cultura (culturus, particípio futuro de colo). De "colo" é também originado a palavra colono, aquele que habita e cultiva a terra; aquele que está inserido em uma relação temporal com o espaço em que vive e que tem na cultura uma promessa futura de manter-se vivo e perpetuar suas gerações. Cultura, conforme Alfredo Bosi, define-se por meio de um "conjunto de práticas, técnicas, símbolos e de valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir uma reprodução de um estado de consciência social", mas também a possibilidade da construção do novo. Por sua vez, o termo culto, para além de designar uma pessoa de saber, sugere o próprio saber passado, uma memória cultuada de coisas ocorridas. Portanto, pelo cultivo dos escritos se relacionam dimensões temporais dinâmicas que devem ser resgatadas para a melhor dimensionamento social do escrito. Uma discussão teórica que serve à melhor compreensão do próprio processo colonizador promovido pela escrita.

O cativeiro indígena entre os benandanti dos Inhamuns

Amanda Teixeira da Silva – Universidade Federal do Cariri

A escravidão indígena foi bastante prevalente nos sertões do Ceará, especialmente no século XVIII. Busco explorar alguns aspectos desta prática através da investigação de uma denúncia arquivada nos Cadernos do Promotor do Tribunal do Santo Ofício de

REALIZAÇÃO UFRB UFBA UFOB UNILAB fct CITCEM U.PORTO FLUP PPGH
APOIO CNPq SALVADOR REPÚBLICA PORTUGUESA PROHIS

Lisboa. Os acusados são o coronel Manoel da Silva Soares, homem branco, português, e seu filho, Francisco de Lopes, mestiço, filho de uma "tapuia", ambos habitantes do sertão e acusados de induzir seus familiares, agregados, escravizados e vizinhos a um culto coletivo bastante heterodoxo. A denúncia envolve cunhãs e colomins obrigados a se armarem com cruzes para combater demônios nos campos e poços. Francisco, filho do coronel, supostamente tinha visões da "Virgem Nossa Senhora", jogava cartas com o menino Jesus e convivia com toda a "Corte Celeste". Tais entes sobrenaturais indicavam a necessidade dos combates, que culminavam em banquetes e banhos, de homens e mulheres, nus, numa lagoa da região. É possível perceber, a partir dos rituais descritos na documentação, a presença massiva de pessoas de origem indígena numa fazenda da Ribeira dos Inhamuns, bem como as violências físicas e simbólicas a que eram submetidas.

Territórios Quilombolas: Cartografias da presença de quilombos no Mato Grosso do século XVIII

Ana Beatriz Lamego Viana – Universidade de São Paulo

A presente comunicação busca investigar a presença quilombola na região mato-grossense ao longo go século XVIII. Partindo de um recorte espacial, movimenta três áreas de conhecimento distintas: a pesquisa histórica, a georreferência – através dos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) e a linguagem de programação Javascript. Portanto, além de trabalhar com fontes cartográficas, esta pesquisa objetiva também a confecção de mapas, realizando uma espécie de cartografia "a contra pelos" que possibilite investigar, através do espaço, as interações e estratégias dos quilombolas ao longo do século XVIII. Como lente de análise, utiliza-se o conceito de territórios para interpretar a presença quilombola na região. Território é um termo cuja associação, na geografia tradicional, vincula se à presença do poder institucional soberano: usualmente o termo vem acompanhando e amalgamado com a ideia de um Estado-Nação. Os debates mais recentes no campo da geografia vêm ampliando esse conceito. Autores como Rogério Haesbaert (2004) e Marcelo Lopes (2009), distanciam território de sua interpretação usual, ampliando o conceito para além de uma visão política tradicional. É nesse sentido que território se apresenta como uma relação basilar do humano com o espaço que o circunda, espaço esse que é apropriado – territorializado – tanto de forma material quanto subjetiva. Para Lopes, territórios atuam como campos de força, podendo variar conforme sua escala, coexistindo num mesmo espaço diferentes tipos de territórios (em disputa, ou não). Trazer esse conceito para uma pesquisa que objetiva investigar espacialmente a disposição de quilombolas, no espaço colonial do Mato Grosso, ganha riqueza ao se pensar o próprio contexto mato-grossense ao longo do século XVIII: é nessa época que se instalam de forma sistemática os primeiros núcleos de ocupação colonial na região. Se em primeiro lugar são os sertanistas – em busca do ouro e da predação de indígenas – que passam a formar arraiais, logo a coroa portuguesa passa a ver naquele espaço uma possibilidade estratégica: sendo uma região fronteiriça com a coroa Espanhola, a manutenção da ocupação naquele espaço seria forma de garantir uma

continuidade territorial que protegesse os caminhos para Belém e para as minas de Goiás. É a partir desse processo de ocupação sistematizada que a construção de fortes e vilas ao longo do Rio Guaporé vem também acompanhada da confecção de uma série de cartas geográficas, sendo o mapa, nesse sentido, tanto representação do território português quanto também o processo para sua efetivação, já que havia um distanciamento entre o espaço que se fechava enquanto território português e a ocupação e o conhecimento que de fato os colonos tinham daquela área. É justamente nesse tensionamento entre representação territorial cartográfica, e ocupação de fato, que a pesquisa sobre os quilombolas na região toma outros contornos: ao contrário do que a palavra sertão – que em sua etimologia indica espaços ermos, desertos, vazios (Amado, 1995) – fazia parecer, o sertão mato grossense, longe de vazio, era um espaço habitado por diversas sociedades indígenas: Parecis, Cabixis, Guaicurus, Paiaguás e até Bororos. Uma investigação espacial dos quilombos na região permite entrever suas relações e proximidades com a presença indígena e com a própria região colonial, formando verdadeiros pântanos, como indica Flávio Gomes (1997). O sertão mato-grossense é, nesse sentido, o território dentro do território que a coroa portuguesa buscava circunscrever, o local para onde homens e mulheres que, fugindo da escravidão, territorializavam sua liberdade.

Jurisdição, produção normativa e natureza: a conservação das matas e as disputas pelos direitos de propriedade e exploração na Comarca de Ilhéus (1790-1810)

Ana Carolina Barreto Viana – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Esta comunicação examina a política de conservação das matas na Comarca de Ilhéus entre o final do século XVIII e início do XIX, a partir dos Planos de Conservação das Matas elaborados pelo ouvidor e juiz conservador Baltasar da Silva Lisboa, cujos princípios foram incorporados ao regimento para regular os cortes de madeira mandado executar pela Carta Régia de 12 de junho de 1799, e da Memória sobre os cortes de madeira de construção estabelecidos na Comarca de S. Jorge de Ilhéus, atribuída ao capitão mor Domingos Alves Branco Muniz Barreto. Parte-se, portanto, da compreensão da jurisdição como uma prática situada nas condições materiais e espaciais, por meio da qual a norma não era apenas aplicada, mas, continuamente produzida, reinterpretada e disputada. Os planos redigidos por Baltasar são analisados como dispositivos de produção normativa à luz da noção de regimes históricos de normatividade, a fim de compreender como a articulação entre a racionalidade ilustrada, saber técnico e experiências locais foi traduzida por meio formulação de instrumentos jurídicos direcionados ao ordenamento territorial. Sustenta-se que o projeto de conservação das matas operou como uma tentativa de reorganização do direito sobre a terra, redefinindo usos, delimitando acessos e tensionando formas costumeiras de apropriação. A Memória atribuída a Muniz Barreto, por sua vez, é tomada como contraponto analítico, na medida em que oferece uma interpretação local sobre o tema e revela os modos pelos quais as propostas de regulação eram sentidas e negociadas na comarca. Ao articular produção normativa, conflitos fundiários e mediações institucionais entre diferentes instâncias, argumenta-se que a

conservação constituiu um campo privilegiado de disputa política, evidenciando os limites da governança colonial na América portuguesa.

Antigo Regime nos Trajes: dinâmicas das hierarquias sociais a partir das indumentárias de mulheres forras em Minas Gerais colonial

Ana Clara Alves Reis – Universidade Federal de Juiz de Fora

Este trabalho objetiva analisar os limites que a realidade social impunha à legislação sumptuária e pragmática na América Portuguesa durante o período colonial. Parte-se da investigação sobre como mulheres forras exprimiam sua liberdade por meio da posse e publicização de roupas e adornos, entendidos como bens móveis dotados de valor não apenas econômico, mas também simbólico. Inserido na perspectiva do Antigo Regime nos Trópicos, o estudo articula práticas sociais e dispositivos normativos, evidenciando as tensões entre governabilidade e dinâmicas locais.

Em uma sociedade colonial escravista, na qual o lugar social exigia constante afirmação, a indumentária se constituía como um recurso de distinção. Para mulheres egressas do cativeiro, o uso de vestimentas e adornos integrava um conjunto mais amplo de estratégias de mobilidade, que incluía trabalho, redes de sociabilidade e, em alguns casos, a posse de escravos.

Como aponta Roberto Guedes (2007), as estratégias de mobilidade social no contexto colonial combinavam trabalho, estabilidade familiar, solidariedade intragrupal e alianças com setores mais elevados da sociedade. Ainda assim, consideramos que mobilidade, nesse contexto, não se restringia ao enriquecimento material, mas dizia respeito à construção de reputação social. Mulheres forras permaneciam submetidas aos estigmas da cor e da escravidão, mas investiam na aparência como uma estratégia viável para marcar distanciamento da condição de cativas.

Objetivamos compreender a documentação legislativa, composta por leis pragmáticas e sumptuárias, alvarás régios e consultas ao Conselho Ultramarino, com uma preocupação das autoridades em regulamentar os modos de vestir como forma de preservar as hierarquias sociais. A análise se faz a partir dessas fontes e de inventários e testamentos de mulheres forras, que nos permite observar um descompasso significativo entre norma e práticas. Nesse contexto, as legislações aparecem menos como instrumentos plenamente eficazes de ordenação e mais como respostas às transformações já em curso, evidenciando as dificuldades de regulamentar uma sociedade dinâmica e marcada por constantes negociações.

Desse modo, o trabalho evidencia que os limites da legislação residiam na incapacidade de conter práticas sociais que desorganizavam as fronteiras que se pretendia fixar. Portanto, pretende-se contribuir para a compreensão das dinâmicas do Antigo Regime nos

Trópicos, ressaltando a agência de mulheres forras e os modos pelos quais negociavam, na vida cotidiana, os constrangimentos impostos pela ordem colonial.

Entre estantes e rascunhos: as anotações de Feliciano Perdigão e o funcionamento da Livraria Régia na corte portuguesa do século XVIII

Ana Cristina Campos Rodrigues – Fundação Biblioteca Nacional/ Universidade Federal Fluminense

A presente comunicação propõe analisar as dinâmicas de funcionamento da Livraria Régia portuguesa na segunda metade do século XVIII, a partir dos manuscritos e rascunhos deixados por Feliciano Marques Perdigão, que atuou como guarda e amanuense da instituição em um período em que a Livraria não deixou registros de um arquivo administrativo formalmente organizado, o que torna as suas anotações pessoais um caminho essencial para a compreensão das diretrizes que norteavam o estabelecimento. Integrada à estrutura adjacente ao Paço de Madeira erguido no Alto da Ajuda após o terremoto de 1755, a Livraria Régia operava sem estatuto próprio, refletindo diretamente a lógica hierárquica e as relações de poder da corte.

O corpus documental desta pesquisa é composto pelas anotações, minutas de correspondências, recibos, registros de entrada e saída e rascunhos de catálogos redigidos por Perdigão, atualmente preservados na Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional. A pesquisa destaca como o registro material do cotidiano burocrático, mesmo que em rascunhos e anotações soltas, permite desvelar alguns dos mecanismos internos da monarquia. Os manuscritos de Perdigão revelam a própria materialidade dos volumes abrigados na Livraria Régia: em seus catálogos de elaboração artesanal (com entradas cortadas e coladas), o amanuense registrava detalhadamente as encadernações, as localizações nas estantes e as condições físicas dos volumes, como a presença de “ruína de traça” ou falta de páginas.

A interpretação dessas anotações também revela e esclarece fomo funcionava a circulação restrita, porém ativa, dos impressos e manuscritos da Livraria. Os registros demonstram o interesse e a requisição de obras por parte do príncipe herdeiro Dom José, o sistema de empréstimos estabelecido com funcionários do complexo palaciano, e os trâmites de conferência das "propinas" vindas da Imprensa Régia e das coleções que eram recebidas na Ajuda.

Por fim, a documentação evidencia o papel de Perdigão como um zeloso burocrata imerso nas complexidades cortesãs. Suas minutas de correspondência – destacando-se a defesa enérgica do acervo contra as reivindicações do prior de Mafra perante a rainha D. Maria I – reiteram que a Livraria Régia era tratada por este como um “thesouro de incomparável estimação”. A análise material e interpretativa dos manuscritos de Perdigão é fundamental para reconstituir a biografia da Livraria Régia e entender as práticas de controle, circulação bibliográfica e representação de poder da coroa portuguesa no Setecentos.

Recolher e educar mulheres no sertão norte da capitania de Minas Gerais, século XVIII
Ana Cristina Pereira Lage – Universidade Federal de Viçosa

A presente comunicação pretende analisar alguns aspectos educativos de uma instituição que, ao longo de sua história, teve alguns nomes e existiu em dois espaços distintos. Conhecida inicialmente como Casa de Oração do Vale de Lágrimas, sua fundação ocorreu em uma zona rural por volta de 1730, próxima à Vila de Minas Novas do Fanado, na Capitania de Minas Gerais. A instituição foi transferida por volta de 1780 para uma região urbana próxima, o Arraial de Santa Cruz da Chapada, e os documentos apontam que esta passou a ser denominada então como Recolhimento de Sant'Ana da Chapada, ou Recolhimento de São João da Chapada, ou apenas Recolhimento da Chapada. A data de fechamento também é imprecisa, mas os últimos vestígios de seu funcionamento datam de 1817 quando, ao visitar o local, o viajante francês Auguste de Saint- Hilaire registrou que, na instituição, havia apenas seis mulheres idosas e mais ninguém para substituí-las. É possível então pensar em três fases da instituição: uma primeira que instituíram enquanto Casa de Oração, habitavam uma zona rural e erma, e educavam principalmente para noções básicas de leitura e escrita; uma segunda, quando se instalaram em zona urbana, a instituição foi reconhecida como recolhimento e se preocuparam com uma educação mais completa das habitantes; e por fim, a fase de declínio, com poucas mulheres, na qual seguiam uma regra específica, e eram identificadas enquanto religiosas. Pretende-se então compreender as diferenças, semelhanças e continuidades existentes entre os dois espaços a partir da pesquisa sobre as práticas educativas das recolhidas. Serão analisados documentos existentes no Arquivo Histórico Ultramarino e fontes inéditas que estão sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal de Minas Novas. A seleção das fontes possibilitará a pesquisa sobre a História da Educação em Minas Novas, a qual dialoga com o campo da História Social, a qual é caracterizada como uma forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos na explicação histórica.

"Africanos" e "africanas" na pia batismal: um estudo sobre o sertão do Rio Grande do Norte (freguesia do Seridó, 1803-1831)
Ana Luísa Araújo Medeiros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A pesquisa analisa o perfil de "africanos" e "africanas" na Freguesia do Seridó, sertão do Rio Grande do Norte, através dos livros de batizados que vão de 1803 a 1831, cujas informações, extraídas, estão dispostas em bancos de dados no formato eletrônico. Do ponto de vista historiográfico, partiu de discussões acadêmicas feitas acerca da presença africana na América portuguesa e no Brasil Imperial por, dentre outros, Cláudia Cristina do Lago Borges, Gian Carlo de Melo Silva, Anicleide Sousa, Solange Mouzinho Alves e Sheila de Castro Faria. No campo metodológico, tomou as premissas da História Quantitativa, conforme François Furet e José D'Assunção Barros, bem como, do Método

Onomástico, mediante as discussões de Carlo Ginzburg e Carlo Poni. A partir da análise quantitativa, considerando, expressamente, as qualidades atribuídas as pessoas advindas de África – preto(a), negro(a), Gentio da Costa, Gentio de Angola, Gentio da Guiné, Gentio de África, Nação de Congos -, foram contabilizados 19 registros de 4.824 batizados (1803-1806; 1814-1818; 1818-1822; 1825-1831), realizados no Seridó. No plano qualitativo, através do cruzamento com outras fontes (livros de casamentos e de óbitos, bem como, inventários post-mortem), esboçou trajetórias de alguns casais que constituíram família, demonstrando a sua participação e de seus filhos na formação social e no cotidiano do Seridó. Em relação aos descendentes desses casais, sua grande maioria teve a qualidade modificada nos assentos paroquiais que registraram seus ritos de passagem no mundo cristão, sendo descritos como "N", "N.C." e "P.".

Entre experiências e impressos: a varíola e a construção de saberes no mundo luso (século XVIII)

Ana Luiza Mendes Verissimo – Universidade Estadual Paulista

Em abril de 1754 o famoso explorador francês Charles-Marie de la Condamine fazia um imponente discurso na Academia Real das Ciências de Paris, descrevendo sua viagem pela América do Sul, na região amazônica. Integrado a um conjunto mais amplo de expedições científicas francesas do período realizadas na América meridional, sua missão produziu observações sobre a fauna, a flora, a hidrografia, o contato entre os nativos da região e europeus e as enfermidades que assolavam as pessoas que ali viviam. Ao relatar a viagem, o francês descreveu o caso de um jovem carmelita, que havia realizado a prática de inoculação de bexigas – varíola – em indígenas que o acompanhavam pelo interior do Pará. Segundo o viajante, o religioso não contava com nenhum tipo de experiência na realização da técnica, tendo apenas lido sobre o assunto "em alguma gazeta" e resolvido experimentá-la diante da alta mortalidade que o patógeno possuía, especialmente entre a população indígena do continente. O fato, a uma primeira vista, de menor importância diante das descobertas realizadas na Amazônia, nos mostra a circulação de uma prática advinda de espaços não europeus. A inoculação das bexigas foi uma terapia inserida na Europa Ocidental no início daquela centúria e consistia, de modo geral, na introdução de material proveniente das pústulas de indivíduos acometidos por varíola em pessoas saudáveis. No cenário português a temática consolidou-se a partir da segunda metade do século XVIII, quando há a produção de impressos sobre a inoculação. Dentre essas obras, analisamos Memórias sobre a inoculação das bexigas (1762), escrita pelo médico português Manuel de Morais Soares. Trata se da tradução de um discurso proferido por La Condamine em Paris, focando exclusivamente na inoculação, a partir do episódio ocorrido no Grão-Pará. Em sua versão, o autor enfatiza a importância da propagação desse tipo de reflexão, ao mesmo tempo em que a articula às experiências do Estado do Maranhão e Grão-Pará e propõe uma retrospectiva sobre a varíola em diferentes contextos, bem como sobre a técnica, de origem asiática, e os benefícios de sua prática.

Dessa forma, a presente comunicação visa analisar como um episódio da viagem do naturalista francês foi apropriado no mundo luso por meio de uma obra em português. Nessa perspectiva, o discurso que buscava enaltecer a ação de um frade carmelita é um exemplo do processo de formação de conhecimentos no período. A circulação, longe de ser automática, pressupunha condições específicas de recepção, uma vez que a incorporação desses saberes dependia de sua aceitação em novos contextos. Assim, ao analisar o compêndio procuramos investigar a forma como novos conhecimentos se estruturam e circulavam no período, bem como seus mecanismos de validação.

Cabras da peste: As relações sociais de pretos, pardos, indígenas, cabras e crioulos, forros e livres, em Água Fria e Inhambupe, Bahia (1750-1800)

Ana Menandro Macahyba – Universidade Federal Fluminense

Nos dias atuais, a expressão popular "cabra da peste" designa um indivíduo que é capaz de enfrentar os diversos obstáculos do cotidiano. No século XVIII, entretanto, a denominação "cabra" aparecia nos registros paroquiais e de recenseamento como uma categoria de mestiçagem, indicando sujeitos oriundos de uniões entre indivíduos de diferentes qualidades. A presente comunicação analisa dinâmicas de mestiçagem a partir do estudo das relações de parentesco, vizinhança e coabitação estabelecidas entre pretos, pardos, indígenas, cabras e crioulos, forros e livres, na Vila de São João de Água Fria e na Freguesia do Divino Espírito Santo do Inhambupe, no agreste baiano, de 1750 a 1800. Considerando a hierarquia social do Brasil setecentista, uma sociedade de Antigo Regime, essa teia de interações é investigada a partir do destaque à agência de sujeitos que traçaram estratégias procurando garantir melhorias de vida e ascensão social em uma conjuntura que lhes era hostil. Entende-se também que tais conexões assumiam formas multifacetadas, sendo pautadas pela colaboração e pelo conflito, segundo os interesses dos agentes envolvidos.

A metodologia utilizada fundamenta-se na micro-história, utilizando a redução da escala de observação para detectar lógicas sociais que por vezes escapam a análises macroestruturais. O corpus documental é composto por listas de domicílios e registros paroquiais (batismos, óbitos e matrimônios) das localidades estudadas. A temática da comunicação partiu da análise dessas fontes, que revelaram relações entre sujeitos de diferentes qualidades sociais, como no caso de um domicílio da lista nominativa de Água Fria de 1786 chefiado por um preto forro casado, com filhos pardos, em que também habitavam escravizados e agregados pardos e aldeados. O método onomástico e o cruzamento das fontes complementam a investigação, reconstruindo trajetórias individuais e redes de sociabilidade. Por fim, o jogo de escalas permite perceber os "cabras da peste" do agreste como parte da engrenagem da sociedade baiana em fins do século XVIII.

Referências bibliográficas:

CRUZ, Jerônimo Aguiar Duarte da. Papéis pardos: alteridades, mestiçagem e governo dos povos em Salvador, 1762-1810. 2024. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024.

CUNHA, Manuela (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GUEDES, Roberto. Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850). Rio de Janeiro: Ed. MAUADX, 2008.

PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Pureza, nobreza e fé: a construção hierárquica do clero nativo na Ásia portuguesa

Ana Paula Sena Gomide – Universidade do Estado de Minas Gerais

A presente comunicação analisa o processo de formação do clero nativo na Ásia portuguesa entre os séculos XVI e XVII, com ênfase nas estratégias de distinção, hierarquização e negociação que marcaram sua inserção na estrutura eclesiástica do império. Inserido no contexto da expansão do catolicismo sob o regime do Padroado, o estudo toma a cidade de Goa como espaço privilegiado de observação, entendida como centro político, administrativo e religioso do Estado da Índia, marcado pela intensa circulação de populações e pela diversidade étnica, social e cultural. A partir da fundação do Seminário da Santa Fé (1541) e da atuação de ordens religiosas como jesuítas, franciscanos e dominicanos, evidencia-se que a formação do clero local esteve submetida a critérios rígidos de seleção, baseados em hierarquias de origem e pureza de sangue. Tais classificações dialogam com categorias mais amplas de ordenação social, como branco, mestiço, negro ou "filho da terra", revelando a articulação entre evangelização, disciplinamento religioso e produção de diferenças sociais no interior do império português. Nesse sentido, o trabalho aproxima-se das discussões sobre mestiçagens e classificações sociais ao demonstrar como essas categorias foram não apenas impostas, mas também apropriadas e ressignificadas pelos próprios agentes locais. Por meio da análise de trajetórias como as de Miguel da Purificação, José Vaz e Mateus de Castro, argumenta-se que o clero nativo atuou ativamente na disputa por legitimidade, seja pela reapropriação dos discursos de pureza e nobreza, seja pela valorização de origens locais e pela mobilização de argumentos teológicos e genealógicos. Dessa forma, evidencia-se que o clero local não apenas integrou a estrutura eclesiástica, mas também contribuiu ativamente para redefinir seus critérios e práticas no contexto do império português.

Profecias, milagres e prognósticos impressos: produção e circulação em relações de sucessos em Portugal e Espanha (1600-1650)

Ana Paula Torres Megiani – Universidade de São Paulo

Esta comunicação tem por objetivo apresentar uma reflexão acerca da presença de eventos milagrosos, proféticos e previsões em impressos avulsos que circularam durante a Alta Idade Moderna em Portugal e Espanha, mais especificamente na primeira metade do século XVII. A partir da análise da materialidade e funcionalidade desses folhetos, buscamos aplicar uma metodologia específica para contribuir com os estudos mais recentes acerca da história da cultura escrita e da circulação de notícias. Para além dessa problemática metodológica, pretendemos abordar as conexões existentes entre fatos e episódios naturais, políticos e militares concomitantes à divulgação das relações de sucessos sobre eventos de milagrosos e proféticos, buscando identificar os espectros de circulação desses acontecimentos no âmbito da construção de uma nova paisagem da informação e da construção de seus múltiplos significados.

"Para que conste onde for preciso a boa conduta": os autos de residências da Capitania de Moçambique e Rios de Sena (segunda metade do século XVIII)

Ana Paula Wagner – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Nos séculos XVII e XVIII, um dos expedientes adotados na governação dos territórios integrantes do Império português era o levantamento de um conjunto de informações que resultavam em um "atestado de residência", uma espécie de comprovante de comportamentos e dos serviços prestados pelos funcionários da Coroa. Stuart Schwartz explica que esse relatório de atuação era produzido ao final de um mandato para saber se a função foi realizada de maneira adequada. Nuno Camarinhas é mais específico e informa que a residência era um instrumento, inicialmente, de fiscalização da atividade dos juízes que terminavam seus mandatos, cobrindo a totalidade do aparelho judicial letrado. Vitor Hugo Bastos Cardoso complementa argumentando que tirar a residência acabou por constituir um importante instrumento de inspeção empregado pela Coroa, na medida em que eram reprovadas "condutas inadequadas" e, por outro lado, eram enaltecidas "aquelas consideradas corretas". A designação e nomeação para futuros cargos poderia depender, em algumas circunstâncias, de uma boa atuação no lugar anterior, por isso a importância desse título comprovativo. Nesta comunicação, apresentamos um estudo particular, tendo como recorte geográfico a Capitania de Moçambique e Rios de Sena, situada no sudeste africano e integrante do Império português. Para aquele território é possível encontrar alguns autos de residência, os quais integram processos depositados no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. A análise das fontes manuscritas, para o período da segunda metade do século XVIII, mostram a diversidade de agentes que atuavam em nome da Coroa e as dinâmicas internas da própria capitania, como as residências de alguns governadores, ouvidores e militares, por exemplo. Além disso, esse estudo busca compreender a produção dessa documentação, o atestado de residência, inserida tanto no debate da fiscalização dos representantes da Coroa que atuavam em Moçambique quanto nas discussões sobre comunicação política. Esperamos, nesse sentido, que esta proposta contribua com outras investigações que

tenham como objeto de pesquisa o conhecimento das dinâmicas administrativas, políticas e sociais do Império português.

Cortes Gerais e Extraordinárias de Lisboa (1821-1822): a posição política e ideológica da bancada baiana

Ana Quércia Costa dos Santos – Universidade do Estado da Bahia

Em 1820 Portugal vivenciou o que ficou conhecida como Revolução Liberal do Porto, movimento realizado por comerciantes, magistrados e militares descontentes com a situação política do país em decorrência da invasão napoleônica e da consequente presença inglesa. No contexto da crise do Império napoleônico o Brasil foi elevado, em 1815, à categoria de Reino Unido, juntamente com Portugal e o Algarves. Em 1820, a conjuntura portuguesa era a de reorganização política e social o que incluía o retorno de D. João VI à Europa e a escrita de uma Carta Constitucional que servisse como parâmetro de reconstrução nacional. As Cortes constituintes foram instaladas em 1821 e contou com representantes de todas as partes do império. Entre os brasileiros, a Bahia se fez presente com uma bancada de oito representantes. A historiografia especializada tem destacado um possível caráter fragmentário da representação brasileira. Entre as bancadas não haveria uma unidade político-ideológica. Entre Regeneradores e federalistas a bancada baiana foi construindo sua posição alternando-se entre ações em conjunto e ação individual. Nos propomos nessa comunicação apresentar um esboço inicial da posição política e ideológica de alguns membros da bancada baiana quando se posicionaram diante da ideia de integração ou recolonização colocada em debate pela bancada regeneradora portuguesa.

Comércio intercontinental informal e formalização do crédito na América portuguesa, 1580 1640

Ana Sofia Ribeiro – Universidade de Évora

Investigar as práticas económicas informais numa atividade como o comércio colonial no Império Português significa compreender que a confiança entre os agentes se constrói dentro de um sistema híbrido, no qual os mesmos indivíduos estavam simultaneamente dentro e fora de um sistema económico formal, que avançava rumo à institucionalização (Antunes, 2010; Ribeiro, 2016).

Ao contrário do espaço económico hispânico e até de um sistema mais institucionalizado no espaço imperial português no Oceano Índico, o espaço americano durante o período da União Ibérica, embora tenha registado um forte crescimento nas exportações de açúcar, foi, devido à incipiente presença portuguesa, um espaço com reduzido recurso à contratualização. De facto, se compararmos as práticas portuguesas e espanholas na Europa, o recurso à contratualização em território português é bastante menor.

Nesta comunicação, pretendemos demonstrar como, através do uso de instrumentos de crédito contratuais, podemos compreender os matizes das práticas financeiras e comerciais informais que se desenvolvem a partir do conhecimento desses instrumentos de crédito. Para tal, utilizaremos escrituras notariais de diferentes partes do Brasil e de Lisboa e Porto.

Deste modo, poderemos compreender como a América portuguesa participava no comércio atlântico e se existia um mercado de crédito institucionalizado, ainda que financiasse algumas práticas económicas informais, bem como identificar que indicadores estavam presentes para a criação de um espaço económico baseado mais em práticas creditícias formalizadas numa fase avançada do processo de colonização, como o século XVIII.

Na verdade, dada a escassez de fontes, o crédito nos espaços coloniais da América portuguesa tem sido negligenciado na literatura historiográfica.

O filho da meretriz que virou padre: escravidão, catolicismo, clientela e mobilidade social na capitania de Goiás (séculos XVIII-XIX)

Anderson José Machado de Oliveira – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

A comunicação proposta estrutura-se sobre o estudo da trajetória do padre Lourenço Leite Magalhães, na antiga capitania de Goiás. Filho de Josefa, uma escrava da Costa da Mina que exercia o meretrício, Lourenço era natural da freguesia de São José de Tocantins, Comarca de Traíras. Após realizar os primeiros estudos em sua freguesia de origem, foi enviado para cursar o seminário no Rio de Janeiro custeado pelo seu antigo senhor e de sua mãe, tornando-se sacerdote do Hábito de São Pedro e posteriormente retornando a Goiás, onde ocupou a função de escrivão do Juízo Eclesiástico. Por meio da trajetória do filho da meretriz que se tonou padre, pretende-se refletir sobre as complexas relações entre escravidão, catolicismo, formação de redes clientelares e estratégias de mobilidade social de escravos e egressos do cativeiro.

Sob o manto, a proteção da virgem: as pinturas de João de Deus e Sepúlveda do arco-cruzeiro da Ordem Terceira Carmelita do Recife – PE

André Cabral Honor – Universidade de Brasília

A presente apresentação pretende demonstrar resultados parciais da análise de cinco painéis setecentistas existentes no arco-cruzeiro da Igreja da Ordem Terceira Carmelita do Recife, Pernambuco a qual foi consagrada à Santa Teresa D'Ávila. Trata-se de imagens confeccionadas por um dos mais proeminentes pintores da segunda metade do século XVIII, João de Deus e Sepúlveda (junto com seu ateliê). A tese sustentada nesta pesquisa é de que os cinco painéis formam um conjunto com discurso unificado cuja temática sacra se debruça sobre o papel do escapulário carmelita como objeto máximo de proteção dos

irmãos leigos. Essa apresentação utiliza-se do método de análise iconológica proposto por Panofsky para tentar compreender a formação desse conjunto como uma narrativa hagiográfica de exaltação do projeto salvífico carmelita por meio do escapulário. Para que o engenho e o decoro empenhados por Sepúlveda na elaboração dos painéis possam ser compreendidos, recorreu-se a busca por gravuras que possam ter inspirados essas imagens, demonstrando, mais uma vez, como esse material imagético circulava no além-mar, servindo como base para a construção pictográfica da arte sacra na América portuguesa.

Disputas palacianas e desilusões políticas: Joaquim Silvério dos Reis, o conde de Resende e os prêmios da traição aos inconfidentes mineiros

André Figueiredo Rodrigues – Universidade Estadual Paulista

A Inconfidência Mineira (Minas Gerais, 1789) constitui ainda hoje um dos temas que mais suscitam debates quando se discutem as revoltas coloniais na América portuguesa. Em grande medida, isso se deve ao fato de que seu personagem mais célebre, o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes, ser consagrado tanto pela memória popular quanto pela memória oficial como o maior dos heróis brasileiros. Ao longo de mais de dois séculos, muito se escreveu sobre o episódio, sobretudo a respeito do desfecho trágico dos conjurados condenados pelo crime de lesa-majestade, isto é, por insurgirem-se contra a autoridade real e contra a segurança interna e externa do Estado português na América. No entanto, relativamente pouca atenção tem sido dedicada à análise mais detida das ações de Joaquim Silvério dos Reis após a denúncia do movimento, bem como às iniciativas que empreendeu para ser reconhecido como o primeiro delator e, assim, obter benefícios por sua atitude. Aliás, denúncia que deu origem à repressão desencadeada contra os sediciosos mineiros. Diante disso, a presente comunicação tem por objetivo analisar uma das várias ações empreendidas por Joaquim Silvério dos Reis na busca por reconhecimento e recompensa por sua delação da Inconfidência Mineira. Nesse contexto, destacam-se as chicanas palacianas que o vice-rei do Estado do Brasil, o 2º conde de Resende, José Luís de Castro, teria dirigido contra o delator. Conhecido por seu temperamento colérico e por práticas associadas ao arbítrio e ao despotismo, o vice-rei, segundo diferentes relatos, divertia-se em vexar e perseguir súditos. Diversos episódios de arbitrariedade e de gratuita crueldade lhe são atribuídos, e entre aqueles que teriam sofrido tais ingerências encontrava-se o próprio Joaquim Silvério dos Reis e os membros de sua família. Alguns desses atos de chicana serão apresentados e analisados em nossa comunicação.

Os neoconversos sobre cerco? A Inquisição de retorno à Bahia

Angelo Adriano Faria de Assis – Universidade Federal de Viçosa

Entre 1618 e 1620, O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Portugal enviou para Salvador e seu recôncavo uma visitação inquisitorial. A região tornava-se a primeira na

luso-América a receber uma segunda visita do Santo Ofício. Dentre os principais denunciados, tal como ocorrera na visitação ocorrida entre 1591-95, os cristãos-novos, acusados seguidamente de mal comportamento cristão e desvios religiosos de todo tipo, apontados como judaizantes em potencial. A documentação recentemente encontrada e publicada pelos Professores Angelo Adriano Faria de Assis e Ronaldo Vainfas e reúne o livro completo das denunciações feitas ao visitador Marcos Teixeira dá mostras de como os neoconversos buscavam resistir ao catolicismo dominante adaptando suas crenças e costumes para evitarem suspeitas. Ou ainda, demonstra o imaginário que existia sobre os cristãos novos, vistos como a principal ameaça à pureza católica. Nesta comunicação, pretendemos apresentar um quadro geral dos casos envolvendo os batizados em pé, bem como os desdobramentos para alguns deles das denúncias sofridas, chegando, no limite, à abertura de processos no Tribunal de Lisboa.

Reflexões do Atlântico Sul: A Política das Revoltas em Engenhos de Açúcar nos Finais do Séc. XVI

Anna More – Universidade de Brasília

Em 1583, o jesuíta Miguel Garcia escreveu uma carta ao superior Claudio Acquaviva com uma forte queixa sobre os africanos escravizados em posse do Colégio Jesuíta da Bahia, onde ele era professor de teologia. Ele alegou que não havia evidências de que as pessoas escravizadas tivessem sido corretamente capturadas na África, segundo os títulos considerados legítimos para a privação de liberdade, e declarou que elas deveriam ser libertadas. Na carta, ele também relata que foi responsável pelo ensino de um nobre africano de Angola, hospedado no próprio colégio. Esse nobre, "que era como duque de Bragança" em Angola, havia acompanhado os africanos escravizados. Segundo Garcia, os escravizados haviam sido soldados do lado dos portugueses nas guerras da África Ocidental, sugerindo uma forte relação entre eventos nos dois lados do Atlântico.

No mesmo período dessa coincidência de um nobre angolano com africanos escravizados na Bahia de Todos os Santos, os engenhos no Atlântico Sul estavam sofrendo uma série de revoltas. Desde a ilha de São Tomé até o movimento de Santidade de Jaguaripe, no Recôncavo da Bahia, pessoas escravizadas e forçadas a trabalhar nos engenhos de açúcar revoltaram-se violentamente, queimando as fazendas e, às vezes, matando os donos e outras pessoas da elite. Esta comunicação explorará a possibilidade de conectar as revoltas contra o novo regime do açúcar com as guerras angolanas sob a direção de Paulo de Novais. Em vez de entender as revoltas como movimentos esporádicos e espontâneos, propor-se-á que elas eram uma continuidade dos conflitos africanos. Se o alvo das revoltas foi o novo meio de trabalho forçado e mecanizado no engenho, a comunicação argumentará que a linguagem política se arraigou em sociedades tradicionais, mesmo com a mistura de formas novas no âmbito da escravidão. A comunicação focará nos documentos disponíveis sobre as revoltas, apontando os desafios de estabelecer conexões e propondo que a perspectiva transatlântica ajudará a preencher as lacunas.

(Re)produzindo a evidência. Práticas visuais de conhecimento na diplomática alemã do século XVIII

André de Melo Araújo – Universidade de Brasília

Esta comunicação propõe reconsiderar a diplomática do século XVIII como um campo em que a reprodução visual de documentos desempenhou papel central na produção do conhecimento histórico. Em vez de funcionar apenas como instrumento auxiliar de autenticação, a reprodução – por meio de gravuras, quadros tipológicos e transcrições metódicas – constituiu uma operação epistemológica que organizava a evidência documental, treinava a percepção dos estudiosos e estabilizava critérios de julgamento erudito. Tendo em vista os estudos de Johann David Köhler, Johann Christoph Gatterer e Karl Traugott Gottlob Schönemann, examino como diferentes formas de reprodução documental foram mobilizadas na formação de um método histórico visual. O argumento se desenvolve em três momentos: primeiro, a reprodução como forma de abstração tipológica, capaz de transformar documentos singulares em séries comparáveis; segundo, a reprodução como instrumento de sequenciamento pedagógico no interior do gabinete diplomático, onde a autenticidade era ensinada por meio de exposição graduada a exemplares documentais; e, por fim, a reprodução como intervenção calibrada diante de documentos irregulares, danificados ou materialmente complexos. A partir da análise comparativa de obras impressas e de anotações manuscritas do período, argumento que a diplomática praticada por esses autores alemães pode ser entendida como um verdadeiro laboratório metodológico, no qual a tensão entre fidelidade e legibilidade foi sistematicamente explorada como parte da construção da evidência histórica.

Rever velhos documentos, construir novas narrativas: importância das fontes coloniais para a história indígena

Ângela Domingues – Universidade de Lisboa

Os documentos textuais (manuscritos e impressos), visuais (cartografia, iconografia, objetos), orais (mitos, rituais, narrativas, saberes tradicionais) revelam o universo documental altamente sensível e complexo -- devido à sua natureza e variedade e pelos debates que geram, relacionados com restituições e compensações --, que utilizamos para estudar o passado e pensar o futuro das comunidades indígenas. Como caracterizar, então, estas fontes imprescindíveis para a história das comunidades indígenas e do Brasil colonial? Quando estudamos a história da América portuguesa, notamos que, embora a informação sobre os indígenas seja abundante, ela não deu origem a "arquivos nativos", nem a núcleos coloniais específicos. De facto, a maioria da informação disponível não foi produzida por estas sociedades que se definem por ser sociedades da oralidade. Na sua produção estiveram envolvidos os mais variados elementos da sociedade colonial, que, em suportes e formas diversos, escolheram o que queriam registar. Os documentos mostram a natureza simétrica das relações entre os diversos grupos em presença e, por isso, não podem ser considerados pelos historiadores como neutros e neutrais. As

representações e imagens construídas são seletivas, por vezes omissas, e estão em estreita conexão com o poder político, sociocultural, religioso. São indubitavelmente mecanismos de informação, dominação e governação, tal como são resultado e reflexo de temporalidades, espacialidades e enquadramentos ético ideológicos específicos. Mostram trajetos pessoais e histórias de vida; refletem o conhecimento, a formação, os objetivos dos autores, as suas perspectivas e interesses. E predominantemente dão voz aos grupos dominantes e letrados, embora façam também ouvir as reivindicações de lideranças, famílias, indivíduos e comunidades. Assim, as fontes para a história indígena que, durante muito tempo, foram a base das "narrativas da colonização" que relegavam os indígenas às categorias de povos subalternos e desclassificados, estão agora a ser relidas e revalorizadas com o objetivo de darem lugar aos indígenas e às comunidades indígenas uma participação ativa, interveniente e atuante nas histórias dos seus continentes, países e regiões. As "novas histórias indígenas" entrelaçam-se com as histórias dos europeus e estes enlaçamentos são decisivos para a compreensão dos processos de desenvolvimento e transformação das sociedades americanas, coloniais e nativas, mas também das próprias sociedades reinóis que formaram e alteraram as suas identidades na sequência dos contatos e interações com povos, naturezas e produtos extra europeus.

Os frades da Imaculada e a monarquia lusa: regalismo, disputas e resistência na segunda metade do Setecentos

Antonio Carlos Jucá de Sampaio – Universidade Federal do Rio de Janeiro

O estudo das relações entre Igreja e Monarquia na Época Moderna é crucial para a compreensão tanto da história política quanto econômica do período. Em relação especificamente à América portuguesa, tais relações influenciarão decisivamente na sua colonização. Neste contexto, o estudo da Ordem Franciscana, ou mais especificamente, da Ordem dos Frades Menores, ganha especial relevância, dado o seu papel central tanto na missionação das populações indígenas quanto na evangelização das populações coloniais. Para que nossa análise seja proveitosa, faremos, no entanto, dois recortes nessa análise. O primeiro é geográfico: nosso foco de atenção estará especificamente na Província da Imaculada Conceição, cuja abrangência geográfica estendia-se então do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul, englobando ainda as capitanias de São Paulo e Santa Catarina. O segundo recorte é cronológico: nos debruçaremos sobre como tais relações se desenrolaram na segunda metade do século XVIII, período marcado por um forte regalismo.

Reformas pombalinas e o ensino de História na Universidade de Coimbra

Antonio Cesar de Almeida Santos – Universidade Federal do Paraná

Conforme Sérgio Campos Matos, o conceito de História, no século XVIII português, apresentava um "sentido de narrativa e raramente de história acontecida", sem colocar de lado sua função de instrumento para a instrução moral (Historia magistra vitæ). Todavia,

no transcorrer daquele século, ocorreu uma "nova legitimação da disciplina", o que se percebe pela inclusão do ensino de História "nos planos de estudos" das faculdades da Universidade de Coimbra e da previsão de um professor de História para atuar no Colégio Real dos Nobres. De certo modo, pode-se identificar, nesse movimento de valorização do ensino da História, um contraponto ao ensino jesuítico que, segundo Horst Günther, havia afastado a "História quase por completo dos planos de ensino obrigatórios de seus colégios, em toda a Europa". Neste trabalho são apresentados alguns resultados de uma pesquisa sobre o ensino de História no âmbito das "reformas pombalinas" dos estudos, a partir de uma análise dos Estatutos da Universidade de Coimbra publicados em 1772, além de outros documentos correlatos. A reforma dos cursos universitários repercutiu em outras instituições de ensino estabelecidas em Portugal, que também modificaram os seus "estatutos literários"; o que se verifica, especificamente, nos colégios de algumas ordens religiosas, como os franciscanos, carmelitas calçados e beneditinos. De maneira geral, pode-se observar que as aulas de História cumpriam uma função propedêutica, fazendo parte do método de ensino proposto, conforme os Estatutos da Universidade de Coimbra: "primeiro se ensinem e aprendam as [disciplinas] que preparam e dão luz para a inteligência das outras". Nesse sentido, o estudo da História também tinha a finalidade de apresentar as transformações ocorridas no interior das diferentes ciências, afirmando o grau de desenvolvimento que haviam alcançado.

Território e Territorialização nos sertões dos Cariris Novos: A Missão do Miranda (1740-1764)

Antonio José de Oliveira – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Esta comunicação é parte da pesquisa de estágio de pós-doutoramento que venho desenvolvendo no Mestrado Profissional em História-ProfHistória da Universidade Regional do Cariri-URCA-Ce, que trata de descendentes dos Kariri no Sitio Poço Dantas, município de Crato-Ce. Para compreender algumas práticas desses Cariri, venho investigando algumas problemáticas sobre o processo de territorialização de seus ancestrais no aldeamento Missão do Miranda (1740-1764). No estágio atual do trabalho, me apoio no conceito de territorialização cunhado por João Pacheco de Oliveira. Quanto as fontes, as principais são: "A cidade de Frei Carlos", do Padre Antonio Gomes de Araújo, publicada em 1971, uma das principais que trata de informações relevantes sobre o Aldeamento. Outras, são os documentos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino e o Assento da Junta das Missões de Pernambuco. Cruzando informações que o Padre Antonio Gomes elencou sobre a Missão do Miranda com essa documentação, está sendo possível lançar luz sobre importantes informações sobre os Kariri concentrados naquele aldeamento.

Pequeno comércio em perspectiva comparada: escravos e libertos da Vila Rica setecentista e do sul da Península Ibérica no período moderno

Antônio Gabriel Ferreira e Barros – Universidade Federal de Minas Gerais

A historiografia da escravidão demonstra, desde o século passado, que o pequeno comércio moldou o cotidiano e favoreceu trânsitos de culturas, mesclas biológicas e culturais e a experimentação de mobilidades físicas e sociais de escravos(as) e libertos(as) nos núcleos urbanos da América portuguesa setecentista. Em paralelo, uma parte da produção historiográfica das últimas décadas vem chamando a atenção para conexões, causalidades, similitudes e diferenças entre processos históricos ocorridos em diferentes partes do mundo durante o período moderno. Nesse sentido, esta comunicação tem a finalidade de apresentar questionamentos e resultados preliminares de uma investigação, em desenvolvimento, sobre o pequeno comércio em Vila Rica, no século XVIII, em perspectiva comparada com experiências de núcleos urbanos da Península Ibérica entre 1501 e 1738. Neste caso, os tipos de comércio enfocados são aqueles que forneciam produtos em pequenas quantias, de maneira fixa ou ambulante, nos quais escravos e libertos estavam diretamente envolvidos como vendedores e consumidores. Assim, as dimensões que perpassam o pequeno comércio, tais como as práticas comerciais, o controle administrativo, as dinâmicas da escravidão e das mestiçagens, serão apresentadas por meio de estudos de caso extraídos de fontes administrativas, cartorárias e bibliográficas. Nesse esforço, será apontado e discutido o fato de o pequeno comércio, tanto no Novo quanto no Velho Mundo, em suas devidas proporções e condições históricas, ter sido promovido por pessoas de variadas origens, "qualidades" e "condições" jurídicas, com dinâmicas e desdobramentos muito semelhantes e ainda pouco explorados pela historiografia. Ademais, pretende-se chamar a atenção para a forma complexa como as autoridades e parcelas dessas populações se relacionavam com os escravos e libertos que se envolviam com o pequeno comércio. Essa ambiguidade em relação à ação de vendedores e comerciantes não livres desenvolveu-se de maneira semelhante em contextos ibero-americanos. Na comunicação, exemplos dessa ambiguidade serão explorados por meio de registros de reclamações formais elaboradas pelas respectivas populações e dos instrumentos de controle utilizados pelas autoridades para fiscalizar o pequeno comércio. Ao fim, espera-se que a comunicação possa suscitar questões e agregar aos debates sobre a escravidão e as dinâmicas de mestiçagens em sociedades ibero-americanas entre os séculos XVI e XIX

O rio Paraguaçu entre a história colonial e a memória maraká: materialidades e narrativas

Antonio Marcos de Almeida Ribeiro – Universidade Estadual de Feira de Santana

O presente trabalho investigou a trajetória histórica e a resistência dos Maraká em seu território ancestral, situado entre os rios Paraguaçu e de Contas, no sertão baiano, durante o avanço da colonização portuguesa. A partir de uma abordagem interdisciplinar, o estudo articula análises etno históricas, arqueológicas, etnográficas e historiográficas para compreender as estratégias de sobrevivência e reelaboração cultural deste povo diante da expansão colonial. A pesquisa examinou criticamente um conjunto diversificado de fontes incluindo documentos administrativos, crônicas coloniais e vestígios materiais, com o

objetivo de revisitar narrativas hegemônicas e evidenciar as agências indígenas na construção da paisagem e da história regional. A estrutura da análise percorre as origens, a territorialidade e a distinção linguística dos Maraká, destacando sua mobilidade como estratégia de resistência e permanência. Aborda-se ainda a chamada "Guerra dos Bárbaros", reinterpretando-a como expressão da resistência indígena à violência colonial, que se valeu de dispositivos como as "guerras justas" e da desumanização dos povos nativos para legitimar a expropriação territorial. Ao articular cultura material, memória e documentação escrita, o trabalho contribui para a revisão crítica da historiografia colonial e reforça a necessidade de ampliar as investigações sobre os povos indígenas do sertão baiano, sublinhando seu protagonismo na formação histórica e cultural da América portuguesa.

Dinâmicas de poder, mestiçagens e mobilidade social: reinados do Rosário na Vila do Príncipe do Serro do Frio (Minas Gerais, Brasil, 1716-1800)

Ariel Lucas Silva – Universidade Federal de Minas Gerais

Ao reunirem "toda pessoa de qualquer qualidade", a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Príncipe do Serro constituía-se como espaço privilegiado de convivência, favorecendo intensas interações sociais e dinâmicas de mestiçagens no interior da sociedade mineira setecentista. Suas festas e reinados não se limitavam a celebrações religiosas, mas articulavam diferentes universos culturais e sociais, configurando-se como instâncias de negociação, pertencimento e produção simbólica.

Essas práticas possibilitavam a reinterpretação criativa de referências africanas no âmbito do catolicismo, produzindo formas mestiçadas de religiosidade. A devoção a Nossa Senhora do Rosário operava, assim, como espaço de atuação, no qual escravos, forros e livres elaboravam estratégias próprias de afirmação espiritual e social.

Nesse contexto, a eleição de reis e rainhas do Rosário representava uma possibilidade de distinção social e reconhecimento, permitindo o acesso a posições de prestígio e a redes de pertencimento. A própria organização da irmandade favorecia a circulação de serviços e o reconhecimento de trajetórias, evidenciando caminhos de mobilidade e negociação em uma sociedade marcada pela escravidão.

As celebrações articulavam diferentes repertórios simbólicos, combinando referências africanas, tradições hierárquicas europeias e práticas locais, ao mesmo tempo em que impulsionavam circuitos econômicos e reforçavam vínculos sociais. Tais experiências evidenciam como as classificações sociais, relacionadas à qualidade, condição e procedência, eram continuamente construídas, reinterpretadas e disputadas no cotidiano.

Ao analisar as práticas religiosas dos irmãos do Rosário, este trabalho contribui para o debate sobre escravidão, liberdade e dinâmicas de mestiçagens nas sociedades ibero-americanas, evidenciando o protagonismo de populações africanas e seus descendentes

na construção de formas de sociabilidade, religiosidade e mobilidade social no século XVIII.

Rostos de um mesmo nome? A natureza jurídica das ações régias e suas reverberações contra as comunidades ciganas durante o reinado de Dom José I na Capitania do Ouro (1750-1777)

Arthur Assunção Costa – Universidade Federal de Juiz de Fora

Este trabalho investiga a natureza e as reverberações das ações régias direcionadas às populações ciganas no Império Português durante o reinado de Dom José I (1750–1777), com especial atenção à sua incidência na Capitania de Minas Gerais. Partindo de uma abordagem que articula história social, história das instituições e micro-história, a pesquisa busca compreender não apenas os mecanismos jurídicos e administrativos de repressão, mas também os sentidos atribuídos a esses grupos no interior da cultura política e normativa do período.

Nesse sentido, propõe-se analisar as ações régias não apenas como instrumentos de controle e exclusão, mas também como dispositivos de classificação social. A partir dessa perspectiva, investiga se de que maneira tais medidas contribuíram para a construção de categorias que definiam os ciganos enquanto sujeitos jurídicos e sociais, frequentemente associados à marginalidade, à errância e à desordem. Assim, a classificação emerge como uma chave analítica fundamental para entender como o poder régio percebia, nomeava e enquadrava essas populações.

A pesquisa se fundamenta na documentação produzida tanto no Reino quanto na América portuguesa, incluindo fontes do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Público Mineiro, permitindo observar as conexões, adaptações e reconfigurações das políticas régias em diferentes contextos do Império. Nesse sentido, buscamos inserir o estudo no debate acerca do "Antigo Regime nos Trópicos", compreendendo como as lógicas político-jurídicas do Antigo Regime português foram operacionalizadas, negociadas e ressignificadas no espaço colonial.

Dessa forma, ao articular repressão, classificação, percepção social e a experiência do Antigo Regime em contexto colonial, se cria uma reflexão sobre os modos pelos quais o Estado português produziu e institucionalizou representações acerca das populações ciganas, bem como os impactos dessas representações em sua experiência histórica na América portuguesa.

Estrutura e dinâmica de funcionamento da fortaleza-feitoria de Ajudá, na Costa da Mina (1721-1800)

Augusto da Silva – Universidade Federal de Sergipe

A fortaleza-feitoria de São João de Ajudá, na Costa da Mina, foi fundada em 1721 pelo traficante de escravos José de Torres, com o apoio do governo da Bahia. O objetivo era de consolidar e fortalecer o comércio de escravizados que vinha sendo feito na região, desde o último quartel do século XVII, com o reino de Ajudá (Hueda) e continuou, a partir de 1727, com o reino de Daomé. A proposta desta comunicação será de avançar na compreensão tanto da estrutura desse estabelecimento – seus diretores, oficiais, soldados e outros trabalhadores a ele vinculados –, quanto do seu funcionamento – controle, manutenção financeira e questões ligadas à sua administração.

Conflitos políticos e as construções das masculinidades políticas ilustradas do recôncavo baiano: análise da documentação do juiz de fora Joaquim de Amorim e Castro na Vila da Cachoeira no século XVIII

Augusto José da Costa Neto – Universidade Estadual de Feira de Santana

Este trabalho propõe analisar as ideias de virilidades e masculinidades políticas presentes na Vila da Cachoeira, na segunda metade do século XVIII, por meio dos registros da Câmara e do Santo Ofício português sobre a administração de Joaquim de Amorim Castro. Ele foi um político ilustrado que governou a vila entre 1787 e 1798, período marcado por grandes transformações e pelo destaque da Bahia como centro iluminista. Joaquim estudou temas como a produção de fumo nos Campos da Cachoeira, questões familiares e ambientais envolvendo as árvores de Cachoeira á Ilhéus, produzindo pesquisas publicadas pela Academia de Ciências Naturais de Lisboa.

Durante sua atuação, Joaquim acumulou poder local e prestígio junto à corte portuguesa, o que gerou diversos inimigos incluindo vereadores, fazendeiros e comerciantes que passaram a acusá-lo de crimes variados, como corrupção, poluição de rios, abusos de autoridade, defloramentos, estupros e sodomia. Entre as acusações, destaca-se o processo movido pela Inquisição de Lisboa em 4 de novembro de 1796 pelo crime de sodomia feminina. A análise da documentação revela uma complexa rede de produção de denúncias que está no cerne da formação da masculinidade política ilustrada no Recôncavo da Bahia, diferenciando Joaquim de outros governantes contemporâneos. Como metodologia utilizamos o conceito de masculinidade subordinada de Connell e o conceito de masculinidade política de Mônica de Martino para perceber como a sociedade construiu a masculinidade pública do Juiz.

Administração, poderes locais e territorialização na capitania da Bahia

Avanete Pereira Sousa – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

As áreas litorâneas foram o primeiro e mais importante foco da colonização portuguesa no Brasil. O aproveitamento econômico do território voltou-se para o cultivo generalizado da cana de açúcar, atividade para a qual se direcionaram todos os esforços públicos e privados e que demandava a consolidação de uma infraestrutura auxiliar e de uma rede

político-administrativa capaz de representar e manter o poder régio sobre as terras conquistadas.

Salvador, sede do governo geral e cabeça de Estado, e seu entorno, concentrava a maior parte da produção de açúcar do Brasil e atendia perfeitamente às demandas da metrópole. Entretanto, superadas as adversidades iniciais, houve, por um lado, a expansão da produção e do comércio do açúcar, e, por outro, a necessidade de intensificar as incursões sobre áreas sertanejas, abrindo caminhos para outras atividades econômicas como a pecuária, a produção de gêneros de subsistência e a sempre sonhada/esperada extração de minérios. Havia que romper as barreiras que impediam o acesso ao interior do continente.

E é justamente disso que trata esta comunicação. Do esforço em estender a administração e o controle político-administrativo para além do litoral. O rio Paraguaçú, considerado a "boca do sertão" da Bahia, e a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, criada em 1688, tornaram-se o ponto de partida para todas as Entradas. Os desafios político-administrativos relativos à intensificação das conquistas sertões adentro, bem como o melhor controle das áreas circunscritas ao recôncavo da Bahia, impuseram a descentralização da administração e a interiorização do poder metropolitano, através da criação de vilas e dos poderes locais.

Palavras-chave: capitania da Bahia, poderes locais, territorialização, administração.

B

"A Razão da política he igual para todos": os ourives da Bahia e suas representações (1726-1799)

Beatriz Catão Cruz Santos – Universidade Federal do Rio de Janeiro

A comunicação pretende analisar uma documentação selecionada, principalmente do Arquivo Ultramarino, sobre os ourives que atuavam na Capitania da Bahia no século XVIII. Pretende-se, a princípio, discutir os efeitos das normas reais, que coibiam o ofício. Uma historiografia mais tradicional costuma colocar a ênfase na repressão e na tentativa da suspensão da ourivesaria na América portuguesa, nos anos 60. Entretanto, autores que tiveram acesso à documentação diversificada assim como a pesquisa, têm apontado para os privilégios desses agentes, entre outros artífices, no Reino e nos domínios ultramarinos, que permitem identificar saídas diversas diante da discussão sobre a eficácia/ineficácia das normas, que resultam em parte da capacidade de negociação daqueles. Serão analisados tipos de documentos diversos, entre os quais se destacam as petições ou representações ao rei em que os ourives destacam os privilégios que os distinguiam. A leitura da documentação permite também identificar algumas trajetórias e sondar particularidades da Bahia, principalmente em Salvador. Isso se faz possível com a perspectiva comparada e relacionada entre as diversas regiões da monarquia portuguesa.

Na pesquisa em curso sobre os artífices e suas associações sobretudo no reinado de D. José I (1750 1777), identifica-se uma tendência das irmandades de ourives espraiadas no reino e na América portuguesa, entre outros artífices, de renovar os critérios de critérios de "pureza de sangue" entre os anos 50-70. É intenção explorar o tema na Irmandade de São Eloy de Salvador – que reunia ourives de ouro e prata –, entre outras associações na sociedade local, e em suas conexões com a grande política.

Mapas e relatos: o que revela o mapa da Nova Lusitânia (1798) entrecruzado a relatos de viagem sobre o Brasil Urbano no século XVIII?

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno – Universidade de São Paulo

Entrecruzar e georreferenciar relatos de viagens e mapas antigos, transferindo os resultados para o Google Earth, tem sido nosso desafio nos últimos anos. A primeira Carta Geral do Brasil, conhecida como Nova Lusitânia, datada de 1798, tem se revelado um horizonte de pesquisa bastante promissor. A farta rede hidrográfica e de caminhos terrestres nela representada permite supor a América Portuguesa conectada de Norte a Sul e de Leste a Oeste, bem como com às outras partes da América Espanhola, facultando conhecer uma miríade de pontos de enraizamento e mobilidade de uma rede urbana mais plural e interiorizada do que nos parecia à primeira vista. Esses estudos nos incitam a "varrer a pé" e a "pensar com os olhos", despojando-nos da comodidade do gabinete e das bibliotecas. Para tanto, privilegiamos o século XVIII, considerando a rede urbana herdada dos séculos anteriores em sua interface com preexistências indígenas. Somando o estudo das fontes primárias às fontes secundárias - consolidadas em dissertações e teses recentes – é possível espacializar e visualizar articulações macroterritoriais, transfronteiriças e transtemporais, que extrapolam os recortes políticos atuais. Ao adotar a ideia de fronteira como metáfora de encontros culturais, buscar-se-á reavaliar o legado híbrido de zonas de contato interamericano como os Campos do Sul, o eixo Capitania de São Paulo-Paraguai Rio da Prata-Córdoba-Tucumã, o antigo território das missões jesuíticas, os Sertões de Mar a Mar (Centro Oeste), os Sertões do Norte e a Amazônia Andina e das terras baixas. Os estudos também revelam atores invisibilizados pela história, como indígenas, negros, mulheres e quilombolas com amplo poder de agência e protagonistas em configurações urbanas ainda pouco estudadas. Os relatos de viagem, ao serem especializados na Nova Lusitânia, revelam agentes sociais em movimento em distâncias continentais, bem como explicam cidades e arquiteturas híbridas em função dos múltiplos intercâmbios. O desafio de espacializar e dar visualidade a este amplo universo de pesquisa enseja a proposta de elaboração de uma plataforma de hiperconvergência de dados no Google Earth, articulada à Nova Lusitânia, valendo-se da expertise dos portais www.hpip.org, e- Viterbo, Biblioteca Digital de Cartografia Histórica da USP, Experiência Arquigrafia 4.0 e Memória da Terra. A construção da plataforma dará empiricidade à hipótese que ancora esta comunicação: a de um Brasil mais urbano, integrado e transfronteiriço (Processo: 401254/2025-9 - CHAMADA CNPQ/MCTI No 44/2024 - Faixa B - Grupos Consolidados).

Sobre o Atlas do Brasil Urbano e de Paisagens Culturais: metodologias em Géo-História e Humanidades Digitais

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno – Universidade de São Paulo

Como reunir pesquisadores interessados nos estudos de Urbanização e de Paisagem, espalhados em diversas universidades brasileiras? Por meio dos recursos das Humanidades Digitais (e espaciais), como criar uma plataforma de hiperconvergência de dados, que permita estudar e delinear paisagens culturais transfronteiriças, transescalares e transtemporais para fins de preservação? Como disponibilizar na internet os resultados alcançados, alicerçando políticas públicas de zeladoria compartilhada e subsidiando estratégias de Educação Patrimonial? Esta comunicação versa sobre os desafios do projeto intitulado Atlas do Brasil Urbano e de Paisagens Culturais (CHAMADA CNPQ/MCTI No 44/2024 - Faixa B - Grupos Consolidados - Processo: 401254/2025-9). De fôlego transdisciplinar, o projeto ousa romper os regionalismos historiográficos, convergindo conhecimento acumulado nas últimas décadas. Parte da hipótese que, lidas em conjunto, as pesquisas permitem re-significar os enquadramentos paisagísticos do Brasil para fins de preservação, extrapolando recortes institucionalizados - como os biomas e as fronteiras políticas estaduais vigentes -, reposicionando olhares para ações de preservação comuns e inclusivas. Em termos metodológicos, os grupos multidisciplinares envolvidos acumulam considerável conhecimento do acervo documental - por meio de métodos de inventário in situ do patrimônio arquitetônico, urbanístico e paisagístico, material e imaterial, associados à espacialização e entrecruzamento de fontes visuais e textuais já prospectados. A agregação desses resultados acumulados nas últimas três décadas de pesquisa universitária conforma um repositório comum de enorme alcance. O projeto visa alavancar uma linha de investigação de caráter retrospectivo e geo-histórico, uma porta de conhecimento que permitirá visualizar os arranjos paisagísticos e humanos ainda pouco compartilhados e explorados. De caráter global e decolonial, visa inclusive mapear arranjos heterodoxos, para além dos enquadramentos oficiais, espacializando vestígios da agência indígena e afro-dispórica, bem como de atores subalternizados como as mulheres, na constituição da nossa rede urbana no período colonial. Esta proposta é assim, ao mesmo tempo, prospectiva e propositiva, propondo-se a reunir pesquisas recentes, revisitar e revisar paradigmas historiográficos em História da Urbanização, do Urbanismo, da Arquitetura, da Cultura Material e Imaterial.

Considerações sobre o direito à saúde e a linguagem médica como elementos de territorialização na América portuguesa (séculos XVII-XVIII)

Bernardo Manoel Monteiro Constant – Universidade Federal Fluminense

Pretendemos analisar de que modo o direito à saúde era concebido no contexto português da primeira modernidade enquanto dever e, como tal, estabeleceria prerrogativa de autoridades governativas para executar ações voltadas a garanti-lo.

Com foco específico em territórios da América portuguesa e partindo de perspectiva pragmática, interessa observar como as linguagens da medicina e do direito à saúde eram utilizados enquanto instrumentos retóricos para legitimar exercício de poder, conduzir disputas políticas organizar espaços e construir territórios médico-político-culturais. Em particular o problema das distâncias também será enfocado como elemento das dinâmicas de disputa política em questão.

Como fontes, analisaremos documentação governativa, tratados médicos e políticos produzidos na e sobre a América portuguesa entre as últimas décadas do século XVII e a primeira metade do século XVIII. Como recortes espaciais primários, analisaremos a documentação produzida e/ou concernente às capitanias de Pernambuco e Minas Gerais, bem como sobre a América portuguesa como um todo.

Nessas terras tão remotas: a governança das freguesias mais distantes na capitania de Pernambuco (séc. XVII e XVIII)

Breno Almeida Vaz Lisboa – Universidade de Pernambuco

Tem-se por objetivo investigar de que maneiras e a partir de que mecanismos as três freguesias mais distantes da sede da capitania de Pernambuco – Pilão Arcado, Rio Grande do Sul e Rodelas, todas distando mais de 900 km de Olinda – eram inseridas na malha administrativa colonial. Ou seja, como funcionava a governança dessas localidades mais remotas. Quais agentes, instituições, grupos ou indivíduos eram responsáveis por impor os ditames da Coroa portuguesa nessas regiões? Até que ponto as normas e as leis da Coroa eram aplicadas nessas freguesias? São essas e outras perguntas que estão norteando o nosso trabalho de pesquisa no momento, tendo como base documental a comunicação política presente nas cartas do Arquivo Histórico Ultramarino e as Disposições dos governadores, conjunto de documentos constantes na Coleção Conde dos Arcos do Arquivo da Universidade de Coimbra.

"Ao qual fez juramento aos santos": O documento de inquirição sobre a fundação do convento franciscano da vila de Itu – século XVIII

Bruna de Oliveira Garcia – Universidade Federal de São Paulo

Esta apresentação tem como objetivo analisar o manuscrito datado de 1743, encontrado no Arquivo da Província da Imaculada Conceição, este documento é uma inquirição realizada pelo frei pregador José de São Caetano Neves com o morador na vila de Itu, Bonifácio Alves Paes, sobre as circunstâncias da fundação do convento desta vila, pois não havia nenhuma documentação sobre esta fundação nos registros da província. O convento franciscano de São Luís, Bispo de Tolosa, foi fundado na vila de Itu no ano de 1694, com a construção do prédio iniciada no ano de 1691.

Esta inquirição tem como base oito perguntas que devem ser respondidas após o juramento de relatar apenas a verdade sobre a fundação. As perguntas utilizadas foram: quando e por quem foi fundado o Convento de São Luís de Itu; nome do prelado que deu a autorização e nome dos freis fundadores; nome de freis e demais moradores da vila de Itu que tenham fama de santidade; sobre a fundação da Ordem Terceira da Penitência de Itu.

Com base nas perguntas que foram enviadas para o frei pregador José de São Caetano Neves, podemos acompanhar o interesse por parte da província franciscana, que tinha sido fundada no ano de 1675, em construir uma história das fundações franciscanas na região sudeste do Brasil, e através desta construção conseguir organizar melhor o controle dentro deste novo território de governo franciscano. Com esta análise, pretendemos conhecer melhor o contexto de criação do convento franciscano de Itu e de sua ordem terceira pelo olhar de uma pessoa que foi contemporânea aos eventos, e que revela ao frei pregador José de São Caetano Neves, que trabalhou na construção do novo convento, e por isso, pode afirmar conhecer a história da fundação.

Entre o fisco e a praça: negociantes, subvenções e a fiscalidade no Recife Oitocentista (c. 1831-1850)

Bruna Iglezias Motta Dourado – Universidade Federal Fluminense

A presente comunicação analisa a transição das práticas mercantis e fiscais no Recife durante o século XIX, investigando como a elite comercial de grosso trato interagiu com o aparato fazendário do Estado imperial em consolidação. O Recife operou como um entreposto econômico importante, sendo local de convergência para a distribuição regional e o abastecimento interno, onde as trocas comerciais eram intrinsecamente ligadas ao controle fiscal exercido pela Alfândega de Pernambuco. Essa instituição organizava a participação no comércio marítimo, funcionando como o principal órgão regulador e arrecadador de rendas para o Tesouro Nacional. A investigação destaca as relações de negociação e conflito entre os grupos econômicos, representados pela Associação Comercial de Pernambuco (ACP), e o fisco. Através da ACP, negociantes exerceram o direito de petição para resistir a aumentos de impostos. O grupo mercantil argumentava que a estabilidade dos encargos fiscais era essencial para o cálculo mercantil, denunciando práticas informais ou arbitrárias de inspetores da fazenda na cobrança de direitos de consumo. No âmbito da redistribuição de recursos, o trabalho examina o sistema de subvenções e privilégios concedidos pelo governo imperial para fomentar a modernização dos transportes, exemplificado pela trajetória da Companhia Pernambucana de Navegação a Vapor. Esta política fiscal garantia às companhias o recebimento de receitas anuais para assegurar a regularidade dos serviços, constituindo uma forma de investimento estatal na infraestrutura privada em troca do transporte gratuito de malas dos correios, numerários e tropas. Nesse sentido, o legado da fiscalidade colonial é analisado, observando a permanência do corporativismo ibérico na organização das praças de comércio e na concessão de monopólios que favoreciam grupos restritos da

elite mercantil, muitas vezes envolvidos no financiamento do tráfico ilegal de escravos mesmo após 1831. A análise demonstra como a fiscalidade no século XIX foi um campo de constantes ajustes entre a necessidade de arrecadação do Estado e as estratégias de acumulação de capitais dos negociantes de grosso trato. A investigação utiliza como base documental, fontes manuscritas e impressas, incluindo arquivos públicos e privados, atas e ofícios da ACP, relatórios ministeriais e legislação sobre organização bancária, navegação de cabotagem e periódicos do período.

Elementos para o estudo das remessas fiscais do Maranhão, 1808-1822
Bruno Aidar – Universidade Federal de Alfenas

A presente comunicação analisa as remessas fiscais do Maranhão para a Corte do Rio de Janeiro entre 1808 e 1822, integrando a análise da correspondência dos governadores e dos balanços de receitas e despesas da capitania/província durante o período indicado. Com a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808, a capital transformou-se no centro fiscal do império, exigindo o financiamento das partes da América Portuguesa para sustentar o aumento exponencial dos gastos da monarquia. O Maranhão, juntamente com Bahia e Pernambuco, tornou-se uma das principais fontes de remessas devido à sua inserção no comércio mundial através da exportação de algodão. A análise quantitativa revela que o Maranhão experimentou um crescimento fiscal extraordinário. Entre 1799 e 1818, suas rendas alfandegárias multiplicaram-se por dez devido ao crescimento do comércio. O imposto sobre o algodão tornou-se a espinha dorsal da arrecadação, representando até 33% das receitas totais da capitania. Contudo, boa parte da riqueza gerada não permanecia na região. Em 1818, as remessas do Maranhão para o Rio de Janeiro comprometeram cerca de 65% de suas despesas totais, o peso mais elevado entre as principais capitanias exportadoras (comparado aos 40% da Bahia e 53% de Pernambuco em 1819). Ademais, é possível notar a presença de agentes que realizavam essas remessas a serviço do Erário Régio por meio de letras. Esse fluxo sistemático de capital para o centro fiscal carioca é apontado como um fator importante na construção das desigualdades regionais, drenando recursos que poderiam ser aplicados localmente.

Poderes coloniais e ordens religiosas na capitania de Pernambuco: religião, política e missionação (c.1642-c.1715)
Bruno Kawai Souto Maior de Melo – Universidade Federal de Pernambuco

A presente comunicação tem como objetivo analisar a relação entre as ordens religiosas e os poderes políticos na capitania de Pernambuco, no período que vai de meados do século XVII às primeiras décadas do século XVIII. Partimos da proposta de compreender essas ordens para além de sua atuação estritamente missionária, enfatizando o papel político desempenhado pelos projetos de conversão religiosa na construção e consolidação dos impérios católicos ibéricos. Nessa perspectiva, argumentamos que a

evangelização constituiu um instrumento fundamental de organização do poder colonial, ultrapassando os limites de sua função exclusivamente religiosa.

C

Sem passar pelos bancos de Coimbra: a advocacia leiga em São Paulo durante o século XVIII

Caio Cardoso Tolentino – Universidade de São Paulo

A Universidade de Coimbra se consolidou como o espaço privilegiado para a formação das profissões jurídicas no Portugal moderno, ofertando cursos de Leis e Cânones cuja participação era obrigatória para quem desejasse se tornar um magistrado real. No caso dos advogados, as Ordenações Filipinas também estabeleciam a obrigatoriedade de oito anos de estudo para atuar no foro. Entretanto, a regra era flexibilizada diante da escassez de bacharéis em diversas partes do império, fato reconhecido pela legislação. Frequentemente a advocacia era exercida por leigos, que adquiriam conhecimentos jurídicos por meios diversos e atuavam com diferentes níveis de profissionalização, sem autorização ou por meio de provisões, conforme a literatura vem mapeando. Apesar de sua importância, sabemos pouco sobre a formação desses procuradores, o caminho das provisões, sua atuação nos processos e sua relação com outros agentes jurídicos.

O objetivo da comunicação é analisar o exercício da advocacia leiga na São Paulo setecentista, perguntando qual era o perfil dos praticantes e como ele se alterou durante o século. Como fontes, consultarei provisões do Conselho Ultramarino, do registro geral de mercês da capitania de São Paulo e da Relação do Rio de Janeiro, ordens da secretaria de governo da capitania, inventários e autos judiciais. A hipótese é de que a advocacia leiga era muito comum no começo dos setecentos, quando, segundo uma provisão passada em 1715, “não só havia falta de advogados formados, mas também de pessoas inteligentes”. Nessa época, embora houvesse um ouvidor régio instalado em 1700, os provisionados constituíam a maior parte da comunidade jurídica de São Paulo, ao ponto em que um bacharel acusava o ouvidor de “ser inimigo dos advogados e favorecer os leigos rábulas”. A advocacia provisionada continuou sendo relevante, especialmente quando os bacharéis não podiam absorver todos os pleitos, e muitos leigos eram reputados pelos ouvidores como capacitados para a função. A partir de 1740, contudo, estabeleceram-se bacharéis na cidade e, ao final do século, a advocacia provisionada tornou-se mais discreta na capital. Em 1805, o governador da capitania mandava ordens aos juízes ordinários buscando coibir a atuação nos pleitos de “idiotas e rábulas [...] que enredam o foro com gravíssimo prejuízo público”, mas ainda se preservando o direito de provisionar aqueles que “tenham suficientes luzes da jurisprudência”. Se, por um lado, a fonte demonstra a persistência da advocacia leiga, também aponta um esforço para que os foros de São Paulo se tornassem espaço privilegiado dos bacharéis, tendência que se acentuaria no império

com o estabelecimento da Faculdade de Direito em 1827 e, de forma completa, apenas com a proibição da advocacia provisionada nos anos 1930.

"E pôs as mãos nos Santos Evangelhos e jurou pela sua alma": O auto cível de Juramento D'alma em Porto Feliz, São Paulo (1798-1850)
Caio de Mattos Carvalho – Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro

Neste trabalho, analiso o crédito em uma sociedade com traços de Antigo Regime, sua estrutura social, o ethos católico e as dinâmicas características de uma economia católica, de mercês, moldada em costumes, através dos autos cíveis de juramento d'alma. Isto difere do modelo de economia capitalista, do ser individual cunhado pelas políticas liberais, do "homus economicus" dos séculos XX e XXI. Nesse sentido, serão analisadas as dinâmicas do Império luso no Novo Mundo, o modelo social, as práticas oriundas do Antigo Regime português e os aspectos de continuidade em torno da política, da religião e, claro, da economia.

Campo Grande: notas sobre uma formação regional quase esquecida (Bahia, sécs. XVIII-XIX)
Caio Figueiredo Fernandes Adan – Universidade Estadual de Feira de Santana

A comunicação visa recuperar algumas evidências documentais que dão conta da constituição, na Bahia, na passagem do século XVIII para o século XIX, de uma formação microrregional de tênue memória, então conhecida como Campo Grande. Situado no entorno da bacia do rio Pojuca, nos domínios da freguesia de São José das Itapororocas, termo da vila de Cachoeira, tal espacialidade parece ter tido sua consolidação ligada, principalmente, à expansão da cultura do fumo nos campos situados ao norte da vila de Cachoeira, epicentro econômico dessa atividade. Em diálogo com a historiografia especializada, e apoiada em pesquisa na documentação manuscrita e cartográfica, assim como nas evidências materiais e na memória toponímica presente na região, a comunicação pretende explorar a dinâmica de constituição desse espaço microrregional, para, a partir dela, discutir temas como: as interpretações hegemônicas sobre o processo de conquista e ocupação desse território, a memória da presença indígena na região, e o perfil sociodemográfico de sua população naquele contexto. Tal abordagem permitirá ainda destacar a importância histórica da vila de Cachoeira e da freguesia de São José das Itapororocas no processo de conquista e ocupação do território baiano durante o período colonial, e problematizar o uso de categorias como recôncavo e sertão nas interpretações sobre esse fenômeno.

Do borrão ao atlas: produção, consumo e narrativas territoriais nas versões do livro-atlas Razão de Estado do Brasil (1609-1666)
Camila Alves Ávila – Universidade Estadual Paulista

O presente resumo tem por objetivo de dar continuidade e aprofundar a pesquisa sobre cultura visual colonial no Império português entre 1609 e 1666, tomando como ponto de partida um borrão cartográfico de atlas feito por Diogo de Campos Moreno, sargento-mor da Coroa Portuguesa, nomeado "Relação das Praças fortes povoados e coisas de importância que Sua Majestade tem na costa do Brasil" (1609), e aquele que inferimos ser a sua cópia limpa, o "Livro que dá razão do Estado do Brasil" cuja primeira versão conhecida é datado de 1612. A partir de uma sequência de compilações deste atlas, pretende-se compreender as permanências, acréscimos e supressões nos contextos específicos de reprodução, consumo e circulação em coleções pessoais da nobreza portuguesa.

Parte-se do pressuposto de que os atlas são artefatos sociais produzidos e consumidos com propósitos definidos e que podem se diferenciar entre seus encomendadores e portadores. Por terem como característica principal a sequência de mapas, atlas são narrativas de territórios e populações que impactam ações e percepções de quem os manuseia. Neste resumo, pretende-se examinar sua dupla dimensão: enquanto instrumento de governabilidade e razão de Estado e como bem simbólico que circula entre eruditos, administradores e nobres, constituindo redes de prestígio e um determinado regime escópico do Império colonial português em um contexto de restauração política.

Ainda que os estudos sobre a história da cartografia tenham avançado nas últimas décadas, observa-se uma lacuna quanto à compreensão dos atlas como produtos complexos, que integram texto, imagem e materialidade. Poucas pesquisas têm explorado de modo sistemático como a circulação e a coleção desses objetos contribuíram para a produção e a permanência de discursos sobre soberania e domínio territorial. Este estudo busca suprir essa ausência, articulando a leitura formal e estética das imagens cartográficas, à análise histórica de suas trajetórias de produção e recepção.

Metodologicamente, o estudo se ancora na teoria da História Visual proposta por Ulpiano Bezerra de Meneses e na história social da cartografia (Wood, Edney, Dym & Lois, Tania Rosseto e Christian Jacob). A análise dos livro-atlas, considera atlas como narrativa, conforme a abordagem de Denis Wood, e como artefato de colecionismo, inserido em práticas de sociabilidade, distinção e legitimação política.

Discursos sobre o universalismo cristão: hegemonia em disputa na mundialização do catolicismo na época moderna

Camila Corrêa e Silva de Freitas – Universidade de Pernambuco

A partir da análise contextualizada da obra "Gloriosa Coroa de esforçados religiosos da Companhia de Jesus mortos pela fé católica nas conquistas dos reinos da Coroa de Portugal", escrita pelo padre Bartolomeu Guerreiro e publicada em 1642, e de outras coevas também de autoria jesuítica, propõe-se uma reflexão sobre como a mobilização

discursiva da ideia de universalismo cristão na época moderna frequentemente aponta não para um estado de coesão mínima entre os agentes responsáveis pelo governo religioso de povos católicos ou catequizados, mas, ao contrário, para conflitos e disputas de hegemonia de poder entre aqueles que promoviam a mundialização do catolicismo. Nesse caso, o foco da análise se volta para disputas entre as monarquias ibéricas, o Papado, através da Congregação da Propaganda Fide, e a Companhia de Jesus na primeira metade do século XVII.

Acrescentar e coligir: A terceira impressão da Regra dos Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo (1685)

Camila Fernanda Guimarães Santiago – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Em 1629, foi criada a Ordem Terceira do Carmo de Lisboa. Para instrução e edificação de seus membros, manuais devocionais passaram a ser regularmente impressos, iniciativa que mobilizava diversos segmentos sociais, dentre eles os frades carmelitas e as consecutivas mesas administrativas do sodalício. Não obstante elementos específicos presentes em cada um dos livros, todos preocupavam-se em divulgar a Regra, a História e as vidas dos principais santos da Ordem Terceira do Carmo. No século XVII, esses devocionários vieram à luz em 1630, 1644, 1645, 1670 e 1685. A presente comunicação pretende analisar o último exemplar dessa centúria, cuja folha de rosto o qualifica como a "terceira impressão" da tradução feita por Frei Pedro Zuzarte da Regra da Ordem Terceira e do "tratado de alguns santos", "acrescentado" de indulgências novas e "outras cousas pertencentes a Ordem Terceira, coligidas de graves Autores Pelo Padre Fr. Manoel da Encarnação". A partir da comparação minuciosa dessa "terceira impressão" com as duas que a antecederam, impressas em 1644 e 1670, é possível identificar acrescentamentos, supressões, substituições de termos e palavras, reimpressões de partes de outros livros sequer mencionados, como o devocionário de 1645, e alterações completas dos elementos paratextuais – folhas de rosto, dedicatórias, prólogos, gravuras e licenças. Pretende-se compreender essas diferenças textuais, materiais e discursivas como testemunhos privilegiados da situação da obra de Frei Manoel da Encarnação no contexto mais amplo do Império português no final dos seiscentos, considerando, especialmente, o desenvolvimento da Ordem Terceira do Carmo e a multiplicação de suas congregações. Sendo assim, o livro em análise será tomado como um dos elos de uma corrente diacrônica de impressos, e suas particularidades como registros dos diálogos entre o volume e as dinâmicas sociais, políticas e religiosas de sua época.

Santas e virtuosas terceiras carmelitas: Representações impressas e iconográficas no Império português

Camila Fernanda Guimarães Santiago – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

A Ordem Terceira do Carmo de Lisboa foi criada em 1629. A partir daí, os frades carmelitas do Convento de Lisboa passaram a compor e imprimir manuais devocionais

destinados a seus terceiros com o objetivo de instruí-los sobre a história da Ordem Terceira, as indulgências que poderiam receber e, sobretudo, o padrão comportamental e os exercícios devocionais que deveriam seguir, com admoestações e modelos especialmente orientados para as irmãs terceiras. Os livros traziam a principal normativa dos terceiros – a Regra da Ordem Terceira do Carmo, – promulgada em 1637 pelo geral da Ordem, Frei Teodoro Estrácio. Todo terceiro, independentemente do local em que estava sua Ordem Terceira, deveria obedecer à Regra, ou seja, era uma disposição comum a todas as Ordens Terceiras do Carmo da Igreja. Esses manuais de devoção foram repetidamente impressos ao longo dos séculos XVII e XVIII, em Lisboa, e disseminaram-se não apenas entre os terceiros carmelitas lisboetas, mas também de outras agremiações de Portugal e seus domínios. A presente proposta de comunicação objetiva elucidar o papel que esses livros desempenharam na dinâmica associativa dos terceiros do Carmelo. Para isso, analisamos os estatutos de algumas Ordens Terceiras do Carmo do Império português, prestações de contas da mesa administrativa da Ordem Terceira do Carmo de Lisboa e os manuais devocionais. Entende-se que esses livros compunham um amplo sistema retórico que, com vista ao convencimento, manejava não apenas as letras, mas também gestos, ritos, comportamentos e imagens. Neste sentido, interpretamos, também, quadros que representam santos terceiros do Carmo, que fazem parte da ornamentação da Capela da Ordem Terceira do Carmo de Cachoeira, BA, pintados na segunda metade do século XVIII. Todos os personagens retratados são mencionados ou hagiografados nos manuais de devoção em questão. Especial enfoque será dado às representações iconográficas e textuais das santas e virtuosas terceiras do Carmelo.

Escalas em diálogo e tensionamentos: abordagens sobre o circuito mercantil das drogas de cura no Império português

Camille Clisse Fazzi de Melo – Universidade de São Paulo

Esta comunicação tem como objetivo analisar o comércio das drogas de cura entre o Grão-Pará e o Império português entre o final do século XVIII e o início do XIX, buscando compreender sua inserção nas redes econômicas do mundo atlântico a partir de diferentes abordagens teóricas sobre a economia atlântica. Parte-se do pressuposto de que essas drogas não constituíam apenas um circuito regional, mas integravam um conjunto mais amplo de conexões que articulavam natureza, saberes locais, práticas médicas e dinâmicas mercantis em diferentes escalas. Nesse sentido, o trabalho articula as contribuições da longa duração de Fernand Braudel, do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein e das interpretações sobre o império português presentes em António Manuel Hespanha e Fernando Novais. Essas abordagens permitem analisar o comércio de drogas de cura tanto em sua dimensão estrutural, marcada por hierarquias e transferências desiguais de valor, quanto em sua dimensão relacional, evidenciando a atuação de agentes locais e a densidade das redes sociais que sustentavam sua circulação. Destaca-se, assim, o papel da Amazônia não apenas como espaço periférico, mas como região estratégica nas conexões econômicas e científicas do Império, cuja dinâmica dependia da interação entre diferentes agentes como populações indígenas, comerciantes, missionários e

autoridades coloniais. Ao enfatizar essas articulações, o trabalho contribui para o debate sobre as múltiplas espacialidades e escalas que estruturavam a economia da América portuguesa, tensionando interpretações tradicionais e evidenciando a complexidade das redes que sustentavam o comércio atlântico.

Goa, Bahia, África: comerciantes hindus no tráfico de africanos escravizados (1756-1776)

Cândido Domingues – Universidade do Estado da Bahia

Ao longo do século XVIII, Salvador da Bahia e Goa mantiveram estreitas relações comerciais. Os navios que ligavam Lisboa à cidade de Goa, na Índia, paravam em Salvador por diversos motivos, inclusive comerciais. No retorno, despachavam tecidos indianos dos mais diversos, além de produtos chineses e de outras regiões asiáticas. Muitos dos comerciantes da Bahia que recebiam estas mercadorias também eram grandes comerciantes de africanos escravizados. Essa comunicação tem como objetivo analisar um conjunto de livros fiscais do período do reinado de d. José I, também conhecido como Era Pombalina, que registram o despacho na Bahia de mercadorias enviadas por comerciantes hindus. Uma delas se destaca: os panos de cafres. Tecidos utilizados tanto no comércio como na vestimenta de escravos. De modo direto, essa documentação identifica importantes fornecedores asiáticos de mercadorias para o comércio Atlântico de escravizados; de modo indireto, podemos estar diante de fortes indícios da participação do capital hindu no tráfico negreiro atlântico.

Camaristas e cavaleiros: a elite camarária de Mariana no século XVIII e a busca pelas mercês régias

Carla Maria Carvalho de Almeida – Universidade Federal de Juiz de Fora

Nas últimas décadas, os estudos sobre as elites locais têm se configurado como uma temática de grande interesse para os historiadores que se debruçam sobre a América Portuguesa, sobretudo no que diz respeito ao papel que desempenhavam em relação ao poder central. O interesse por esse objeto está diretamente relacionado a uma renovação historiográfica em que a ênfase no governo absolutista das monarquias europeias tem sido relativizada, dando lugar a noções como debilidade do poder central, pluralismo político, autoridades negociadas e autogoverno dos povos. Embora com ênfases diversas e percepções teóricas por vezes distintas, comum a grande parte destas análises é a ideia de que, nessas sociedades, embora central, o poder do monarca era compartilhado com outras instituições ou grupos. Nesta perspectiva, as mercês régias são consideradas centrais para a compreensão dos processos de negociação entre o rei e seus súditos, funcionando como um mecanismo que potencializava o sentido de pertencimento das elites estabelecidas nas áreas coloniais a uma monarquia fisicamente distante. O objetivo desta comunicação é analisar as correspondências trocadas entre a câmara de Mariana e seus vereadores com as instâncias decisórias centrais do império português, objetivando lançar luz sobre os

mecanismos de solicitação e concessão de mercês pela monarquia à câmara, enquanto instituição, e aos vereadores individualmente. Pesquisa financiada pelo CNPq e Fapemig.

Palavras-chave: Império português; Mercês régias; Poder central; Elites locais; Minas Gerais.

Franciscanos à serviço do Reino: alianças, economia da salvação e conflito no Brasil holandês (1624 1654)

Carla Mary S. Oliveira – Universidade Federal da Paraíba

Este trabalho examina criticamente a participação dos frades da Custódia de Santo Antônio do Brasil no contexto das ocupações holandesas de Salvador e de Pernambuco e demais capitanias, entre 1624 e 1654, sustentando que esses religiosos atuaram estruturalmente como agentes da Coroa ibérica, em funções que excedem o enquadramento devoto consolidado pela historiografia seráfica. Se pretende demonstrar que a imagem martirológica, recorrente nas crônicas e sínteses franciscanas, opera como linguagem de legitimação e de memória, enquanto recobre práticas de mediação, disciplina e circulação de informação no interior do conflito, sobretudo em cenários de fronteira móvel e de ocupação militar. A metodologia combina a leitura de crônicas franciscanas e luso-ibéricas, com atenção à retórica edificante, aos regimes de prova e à construção de personagens exemplares, identificando os pontos em que a narrativa deixa emergir engrenagens concretas do poder colonial. Também se articula a essa análise documentação administrativa coeva, interpretada a partir de seus vocabulários de ofício, recompensa, suspeição e serviço, com ênfase na inscrição dos frades em rotinas militares e burocráticas, evidenciando que sua atuação se desenhou em múltiplas escalas: na cena do combate, por meio de capelanias e práticas de exortação; no terreno da governabilidade, quando conventos e igrejas são apropriados como estruturas defensivas e de resistência e/ou espaços de coerção do invasor; no plano da administração da guerra, em cargos que envolvem pagamento de soldos, controle de recursos e autoridade prática sobre tropas; e, de modo especialmente revelador, na esfera da comunicação intercapitanias, onde episódios de acusação de espionagem permitem observar os religiosos como nós de trânsito informacional em uma disputa de soberania. Os resultados propõem uma nova interpretação para a historiografia do Brasil holandês ao recolocar a tolerância religiosa holandesa como uma política de governabilidade seletiva, dependente de pactos e hierarquias de segurança, cuja elasticidade se manifestava em permissões condicionadas e na neutralização de corpos regulares. No âmbito dos estudos sobre os franciscanos na América portuguesa, se sugere que a insistência em um paradigma do martírio, embora inteligível como linguagem do período e como estratégia memorialística, tende a obscurecer a densidade política de trajetórias e serviços e a forma como frades se tornaram operadores de legitimidade e mediadores entre comunidades, comandos militares e instâncias régias, compreendendo a guerra ibero-neerlandesa como campo onde religião, administração e conflito se enredaram em práticas concretas,

tornando visível uma agência franciscana que foi, simultaneamente, devocional, institucional e governativa.

Nas fronteiras das fronteiras. A escrita da Companhia de Jesus sobre as crianças indígenas, no século XVII-XVIII, nas fronteiras do Maranhão e Grão-Pará

Carlos D. Paz – Universidade Federal do Maranhão

A escrita da Companhia de Jesus apresenta para nós, maioritariamente, desde o nosso presente, uma visão geral dos principais processos acontecidos no âmbito da evangelização de homens, mulheres e crianças indígenas nas distintas porções americanas onde trabalharam as diversas Assistências da Ordem.

Dentro desse processo conhecemos em que medida 'a escrita para mostrar' inaciana, elaborada para os territórios administrados pela coroa de Espanha, ajudou a construir uma imagem historiográfica sobre as populações ameríndias daqueles territórios assim como conformou tropos argumentais sobre as formas de relação construídas entre os indígenas e os missionários.

Em menor medida, dentro da historiografia preocupada pela evangelização nas Américas, conhecemos as descrições que a Companhia de Jesus fez, para o caso particular das crianças que moravam nas fronteiras do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Por tanto, o objetivo desta apresentação é descrever, explicar e analisar a escrita produzida pela Companhia de Jesus, destinada a fornecer imagens sobre as crianças e o seu rol dentro dos diversos grupos indígenas entre os quais pregava os princípios do cristianismo. Assim será possível construir conhecimento sobre um ator social parcialmente esquecido pela historiografia assim como colocar em debate as historiografias preocupadas pela evangelização ameríndia na Bacia do Rio de la Plata com o seu par dedicada a pesquisar a promoção da Fé na Vice Província jesuítica do Maranhão.

Redes sociais, mercantis e instituições na trajetória de ascensão social do capitão Pedro Gomes Caldeira na Cidade da Bahia setecentista

Carlos da Silva Junior – Universidade Estadual de Feira de Santana

A construção de redes sociais e mercantis e a participação em instituições que promoviam e fortaleciam tais redes era aspecto decisivo na carreira daqueles que buscavam ascender na hierarquia social e econômica da Bahia setecentista. Por meio de tais mecanismos, indivíduos podiam alcançar a posição de homens de negócio, a elite mercantil. Estudos vários já abordaram as características sociológicas desse grupo, que se encontrava no topo da comunidade mercantil em diferentes partes da América portuguesa e em outras praças do Império português. Nesta comunicação, pretendo oferecer uma contribuição a esses estudos ao investigar a vida de Pedro Gomes Caldeira (1708-1780), nascido em Funchal, imigrante na Bahia a partir da década de 1720, capitão negreiro na década de 1730,

homem de negócio desde os anos 1750. O estudo de aspectos de sua vida na Bahia – tanto quanto foi possível reconstituir através da documentação – permitirá observar, a partir de uma escala reduzida, as ações dessa personagem – algo compartilhado por outros imigrantes portugueses –, suas escolhas pessoais e comerciais, em sua trajetória de enriquecimento, ascensão social, distinção na Praça mercantil de Salvador em momento de profundas transformações institucionais do tráfico transatlântico de africanos escravizados com a Costa da Mina. Ao acompanhá-lo, este trabalho lança luz sobre as entranhas da comunidade traficante da Praça mercantil de Salvador, as diferentes facções que disputavam aquele comércio, e as estratégias escolhidas para fazer fortuna na Cidade da Bahia.

Territorialização e misturas nas vilas indígenas no Sertão do São Francisco (séculos XVIII-XIX): urbanização e municipalidade nas vilas de Assunção e Santa Maria a partir das reformas pombalinas

Carlos Fernando dos Santos Júnior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Na segunda metade do século XVIII as reformas pombalinas incentivaram o desenvolvimento de centros urbanos pelos "sertões" do Brasil Colônia. Na região que atualmente chamamos de Nordeste, vilas e povoados foram criados para incentivar a ocupação territorial através do agenciamento de colonos e indígenas dos aldeamentos extintos pelo Diretório Pombalino. Concomitantemente, instituições político-administrativas (câmaras municipais e comarcas) foram instaladas naqueles espaços para dinamizar a economia e governança dos territórios. A criação de núcleos urbanos pelos "sertões" atendia o plano da Coroa Portuguesa em "interiorizar" a sua presença entre a população local formada por colonos oriundos do litoral, escravizados, indígenas e mestiços. O florescimento dessas "urbes" na região gradativamente transformava a paisagem sertaneja. Uma malha urbana substituía os espaços "vazios" desenhados nos mapas, por meio da criação de fazendas, aldeamentos, arraiais, vilas e povoados em conexão com as cidades portuárias litorâneas. Assim, naquele contexto histórico, os "sertões" eram espaços em "movimento", pois a política pombalina de ocupação territorial e urbanização tinha como escopo ampliar as fronteiras do império português para dentro dos "sertões" do Brasil. Nesse projeto, os povos indígenas tiveram uma participação fundamental. Nosso artigo pretende explicar o processo de transformação dos antigos aldeamentos missionários no Sertão do rio São Francisco nas vilas de Assunção e Santa Maria, e o papel que elas exerceram na urbanização dessa região e a formação da "sociedade sertaneja". Também aconteceu no interior dessas vilas a territorialização dos índios dos aldeamentos extintos, onde aconteceram as "misturas" dos indígenas com os moradores "brancos" recém-chegados. Visando aplicar as leis de liberdade dos índios de 1755, a política pombalina de civilização garantiu aos povos indígenas a liberdade, o direito ao recebimento de honrarias, ocupação de cargos de prestígios e participação da vida política nas suas vilas. As câmaras municipais eram instituições administrativas, nas quais os seus moradores exerciam uma governança local. As câmaras municipais das vilas de Assunção e Santa Maria tiveram uma intensa vida

política entre 1761 e 1838, nas quais os seus vereadores (brancos e indígenas) tomaram várias decisões sobre os bens e rendas dessas duas vilas, e disputavam pelo comando das suas casas camarárias. A partir da consulta da documentação manuscrita (cartas, ofícios e requerimentos) produzidas pelas citadas câmaras, os indígenas dessas vilas vivenciaram experiências de autogoverno com a atuação das suas lideranças indígenas nos jogos de poder local, na defesa dos seus interesses particulares e os direitos coletivos sobre as terras das vilas.

A agricultura do Vale do Paraíba (1765-1820)

Carlos Fraterno Afonso de Morais – Universidade Estadual Paulista

Na capitania de São Paulo, entre 1765 e 1820, as formas de produção rural deixaram o primado do pequeno produtor para o domínio do grande proprietário e da agricultura escravista. Mesmo que as pequenas propriedades rurais tenham se expandido no período, o cerne da mudança está no aumento das grandes propriedades escravistas voltadas à agricultura comercial. As tradições de comércio interno da capitania remontam ao século XVII, com enfoque no provisionamento interior da América Portuguesa, em regiões como Minas Gerais, Goiás e Cuiabá. Já no início do período estudado, são encontradas evidências de uma tentativa de alguns agricultores de participar do lucrativo negócio do açúcar. As vilas de Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté, São Luís do Paraitinga, Jacareí, Mogi das Cruzes e a cidade de São Paulo deixaram requisições, por meio de suas câmaras, para uma maior perseguição da cana-de-açúcar cultivada em Minas Gerais, certamente visando suprir essa região.

Foi, no entanto, a viabilidade do mercado exportador, nos últimos anos do século XVIII, que proporcionou o crescimento dos engenhos. Essa direção do comércio foi incentivada pela Coroa e possibilitou o rápido crescimento da cultura da cana, favorecendo grandes produtores. No Vale do Paraíba, é a vila de Guaratinguetá que se destacou na produção de açúcar; a produção exportadora ocupa as terras que antes eram voltadas ao abastecimento e comércio regional. A análise das listas nominativas de Guaratinguetá revela, por outro lado, a permanência de um mercado interno. Enquanto o açúcar é quase todo destinado ao Rio de Janeiro, certamente para sua exportação, a aguardente é toda consumida na localidade. Mesmo que o consumo interno fosse quase todo voltado à aguardente, isso não é demonstração de falta de dimensão desse mercado, visto que a venda da aguardente representou mais de 20% do valor total dos produtos da cana-de-açúcar.

Na capitania de São Paulo, o incentivo da Coroa levou ao desenvolvimento de uma cultura açucareira de exportação, ainda que, na região do Vale do Paraíba, o comércio via Santos tenha sido preterido em relação ao Rio de Janeiro. Em Guaratinguetá, a produção do açúcar, no entanto, não é feita em engenhos especializados no produto, sendo mantida relevante produção de alimentos nessas propriedades, assim como elevada produção de aguardente para o mercado local. A agricultura do Vale do Paraíba não foi definida pela

produção de açúcar, mas o produto possibilitou a expansão da agricultura comercial, que posteriormente se voltou à cafeicultura.

Negócios e os contratos do negociante e traficante de escravos João Rodrigues Pereira de Almeida, 1797-1808

Carlos Gabriel Guimarães – Universidade Federal Fluminense

O objetivo desta comunicação é de analisar arrematação dos contratos da Coroa pelo negociante e traficante de escravos João Rodrigues Pereira de Almeida no período de 1797 a 1808. Filho do negociante João Pereira de Almeida, um dos maiores negociante de Lisboa do período Mariano, João Rodrigues já estava na cidade do Rio de Janeiro desde 1795, em casa do seu tio, o negociante Antonio Ribeiro Avelar, um dos maiores negociantes e traficantes de escravos da cidade. A relação dos negócios e a família apareceram com o negócio da arrematação dos contratos da Coroa. Em três triênios, 1797-1805, João Rodrigues Pereira de Almeida (RJ), com seu irmão José Rodrigues Pereira de Almeida (Lisboa) e a firma Antonio dos Santos e Cia, essa última uma sociedade de Antonio Ribeiro Avelar e Antonio do Santos), arrematam o contrato dos dízimos do povoado de Santos e São Pedro do Rio Grande. No triênio de 1806-1808, João Rodrigues Pereira de Almeida (RJ), juntamente com os negociantes do RJ Antônio José da Costa Barbosa e Henrique José de Araújo, e os seus irmãos em Lisboa, Joaquim Pereira de Almeida, Antonio Ribeiro Pereira de Almeida e Mateus Pereira de Almeida arrematataram novamente o dito contrato.

Ainda em 1797, e no período de três triênio, 1797-1805, João Rodrigues Pereira de Almeida (RJ), com seu irmão José Rodrigues Pereira de Almeida (Lisboa) e a firma Antonio dos Santos e Cia arrematataram o Contrato do quinto dos couros e gado em pé, que andava anexo ao Contrato do fornecimento do munício das tropas da capitania de São Pedro do Rio Grande. O contrato do quinto dos couros era o mais importante da capitania do Rio grande, e envolveu uma disputa entre os negociantes da capitania do Rio Grande e do Rio de Janeiro/Lisboa. Novamente, no triênio 1806-1808, João Rodrigues Pereira de Almeida (RJ), juntamente com os negociantes do RJ Antônio José da Costa Barbosa e Henrique José de Araújo, e os seus irmãos em Lisboa, Joaquim Pereira de Almeida, Antonio Ribeiro Pereira de Almeida e Mateus Pereira de Almeida arrematataram novamente o dito contrato.

As arrematações dos contratos pelo João Rodrigues Pereira de Almeida, associado à sua família e outros, demonstraram o poder econômico e político dos negociantes e da sua rede, no período que antecedeu a chegada da Corte no Rio de Janeiro.

Família e mestiçagens entre os habilitandos ao sacerdócio no bispado do Rio de Janeiro

Carlos Henrique Freitas de Moura – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

A colonização portuguesa nas américas apresenta-se como um tema complexo, mas que passa, principalmente, por construções de alianças com os índios ao longo do século XVI. Algumas destas alianças derivaram em processos de mestiçagens que lograram na formação de elites locais na capitania de São Vicente, por exemplo. Explorando a composição do sacerdócio no múnus episcopal de D. Francisco de São Jerônimo (1702-1721), nota-se a presença de descendentes de índios no corpo eclesiástico secular. A proposta da comunicação é apresentar o caso do habilitando Euzébio de Siqueira de Mendonça, que a partir da reconstrução de sua árvore genealógica, é possível notar um pequeno grupo da elite paulistana na busca da manutenção de seu status social.

A metodologia da pesquisa é desenvolvida a partir da reconstrução de sua família a partir da documentação eclesiástica. O processo de habilitação sacerdotal, compõe o principal eixo, como fonte, na análise do caso. Dividida em três etapas: *genere*, *vita et moribus* e patrimônio, é possível encontrar informações de seus familiares e relações com a população local. Além desta fonte, serão utilizados batismos, Inventários e testamentos de São Paulo para o período do século XVII.

O caso de Euzébio de Siqueira de Mendonça revela uma das estratégias da elite colonial paulistana como uma forma de manutenção de status a partir do estigma da mestiçagem. Nesse sentido, é possível entender que as mesclas biológicas foram de suma importância para a formação de grupos de posições elevadas na sociedade colonial brasileira.

Quem são os "tapuias"? Categoria colonial, identificação indígena e política nos sertões do Brasil neerlandês (1630-1654)

Carmelita Costa Zuzart – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Este trabalho analisa a categoria "tapuia" nas fontes coloniais do século XVII, com foco no contexto do Brasil neerlandês (1630–1654), partindo do problema de que tal designação, amplamente utilizada por agentes portugueses e neerlandeses, não corresponde a uma identidade étnica ou política homogênea, mas a uma classificação colonial ampla, funcional e frequentemente negativa. Ao operar como categoria residual, o termo produziu efeitos duradouros de homogeneização e apagamento, tanto na documentação quanto na historiografia.

A partir dessa problematização, o estudo investiga os grupos indígenas englobados sob a designação "tapuia" que emergem nas fontes coloniais, especialmente aqueles que estabeleceram relações diretas com agentes portugueses e neerlandeses no contexto da guerra. Trata-se, portanto, de um recorte analítico que privilegia os povos historicamente documentados, permitindo identificá-los como sujeitos concretos, dotados de formas próprias de organização política, liderança e ação. A análise articula o cruzamento de diferentes tipologias documentais, especialmente fontes administrativas, militares e cartográficas, com o objetivo de reconstruir, ainda que de forma fragmentária, a diversidade de coletividades indígenas subsumidas sob essa categoria.

Paralelamente, o trabalho examina a distribuição espacial e as áreas de circulação desses grupos no Nordeste do Brasil, tratando os sertões como espaços politicamente ativos, atravessados por dinâmicas de mobilidade, conflito e negociação. Ao deslocar o foco da fixação territorial para a circulação e as zonas de contato, a pesquisa evidencia a centralidade da espacialidade indígena para a compreensão de suas práticas políticas.

Por fim, argumenta-se que a compreensão da atuação indígena na guerra luso-neerlandesa depende da superação da categoria "tapuia" como unidade analítica, substituindo-a pela identificação de coletividades específicas e de suas estratégias. Nesse sentido, o trabalho propõe uma reconfiguração do lugar desses povos na historiografia, reposicionando-os como agentes centrais dos processos políticos e militares do período.

Cartografia e diversidade territorial na formação de Alagoas: leituras iconográficas dos séculos XVI ao XVIII

Catarina Agudo Menezes – Instituto Federal de Sergipe

O presente trabalho propõe analisar o processo de formação territorial de Alagoas, entre os séculos XVI e XVIII, a partir da articulação entre cartografia histórica e interpretação crítica da historiografia regional. Tradicionalmente, a formação do território alagoano tem sido explicada pela centralidade da economia açucareira, que teria orientado tanto a ocupação quanto a estruturação espacial da região. No entanto, ao confrontar essa narrativa com fontes cartográficas e iconográficas do período, torna-se possível evidenciar uma realidade mais complexa e diversificada.

Parte-se do pressuposto de que a cartografia não se limita a representar o território, mas constitui um instrumento ativo de sua apropriação, reconhecimento e organização. Nesse sentido, são analisados mapas, vistas e registros produzidos por diferentes agentes que, ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII, contribuíram para a construção de um saber territorial sobre a região. Essas representações permitem identificar a presença simultânea de múltiplas atividades econômicas, como a pecuária, o cultivo de gêneros diversos e a ocupação por pequenos núcleos dispersos, relativizando a predominância exclusiva do açúcar.

O trabalho se baseia no cruzamento de fontes cartográficas e iconográficas com documentação histórica e bibliografia especializada, adotando uma abordagem "geo-histórica" e comparativa. As fontes visuais são analisadas como artefatos de conhecimento, considerando tanto seus aspectos formais, quanto seus contextos de produção, circulação e intencionalidade. A análise é realizada sob diferentes perspectivas de escala e tempo, permitindo identificar permanências, transformações e sobreposições no território ao longo do tempo.

Ao integrar a leitura dessas fontes com a revisão crítica da historiografia local, o trabalho busca demonstrar que o território alagoano se constituiu a partir da sobreposição de diferentes dinâmicas espaciais, econômicas e sociais, articuladas em múltiplas escalas. A cartografia histórica, nesse contexto, revela não apenas a distribuição dos assentamentos e das atividades produtivas, mas também os modos de ver, descrever e dominar o espaço, evidenciando a circulação de práticas, técnicas e saberes entre diferentes contextos coloniais. Assim, ao evidenciar a diversidade territorial e os múltiplos agentes envolvidos na formação de Alagoas, o estudo contribui para o deslocamento de interpretações historiográficas centradas em modelos únicos de ocupação.

Um Império em crise: Antonio Carlos de Andrada e a defesa dos "interesses brasílicos" nas Cortes de Lisboa (1821-1822)

Cecília Siqueira Cordeiro – Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Poucos dias após o tensionado juramento da Constituição aprovada pelas Cortes de Lisboa, o polêmico redator do Astro de Luzitânia publicava mais um longo e ácido comentário contra um deputado brasileiro. Dizia ele que Antonio Carlos de Andrada, irmão de José Bonifácio e representante da província de São Paulo, teria abandonado seus "princípios democráticos, por amor dos quais teve uma tão grande parte na revolução de Pernambuco" para tornar-se "valido de um Príncipe [D. Pedro I]". Em seguida, imputava-lhe uma extraordinária façanha: a de "decidir no Rio de Janeiro a divisão do Brasil" (Astro de Luzitânia, nº. 206, 23/10/1822).

Com efeito, Antonio Carlos e outros seis deputados brasileiros haviam fugido de Lisboa, em direção a Londres, na madrugada do dia 6 de outubro de 1822. Abandonavam, assim, seus mandatos às Cortes após terem se recusado a jurar a Constituição elaborada, e em meio a inúmeras ameaças, insultos e perseguições que sofriam, não só da imprensa, mas também por parte de outros deputados e de populares.

Este trabalho busca historicizar a atuação de Antonio Carlos – tido como uma das lideranças de "divisão" – nas Cortes de Lisboa entre 1821 e 1822, tomando-a como expressão das disputas políticas que marcaram a crise do Império luso-brasileiro que conduziram à Independência do Brasil. Parte-se do pressuposto de que esse Congresso constituiu um espaço privilegiado de conflito, no qual diferentes projetos de organização imperial se confrontaram, evidenciando tensões entre centralização política e autonomia dos territórios americanos.

Inicialmente alinhado ao constitucionalismo vintista e integracionista, Antonio Carlos passou a defender, logo após tomar assento nas Cortes, a necessidade de reconhecimento da igualdade política entre Brasil e Portugal, sintetizada na noção de "justa reciprocidade". Tal formulação articulava a defesa de um Império composto por partes heterogêneas, no qual o Brasil deveria preservar a autonomia administrativa e política

conquistada desde 1808. Em última análise, um pequeno, mas atuante grupo de deputados brasileiros defendeu, em solo português, a concepção de um Império federalista.

Nesse sentido, mais do que uma mudança de posicionamento pontual, tal realinhamento representou a emergência de uma linguagem política que buscou legitimar os chamados "interesses brasílicos", em meio a disputas que se mostraram irreconciliáveis e que, finalmente, culminaram na separação de Brasil e Portugal.

Experiências de Defesa no Ultramar: A Nova Lógica Militar Lusa nas Áreas de Fronteira da América Portuguesa

Christiane Figueiredo Pagano de Mello – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

A finalidade desta exposição é refletir sobre as experiências de defesa e militarização no Império Ultramarino Português. O contexto espacial delimitado compreende duas áreas: o Norte e o Centro-Sul da América Portuguesa. Mais especificamente, as zonas de fronteira, lugares onde a necessidade de prevenir-se é constante, onde os vassalos deveriam estar atentos e preparados para não deixarem margem a que o agressor os surpreenda. Essas regiões fronteiriças, pelo menos idealmente, deveriam dispor de uma eficaz estrutura defensiva para garantir a posse do território. Pretendemos fazer uma breve análise comparativa a fim de obter uma compreensão mais ampla sobre a política militar utilizada pela Coroa Lusitana nas suas possessões ultramarina, na segunda metade do século XVIII. Sob essa perspectiva, o trabalho analisa o processo de incorporação das duas áreas em estudo – Norte e Centro Sul da América Portuguesa – na nova lógica militar implantada em Portugal a partir de 1750.

O território vadio de Bom Jesus do Baruel: leitura de um levantamento populacional no contexto do reformismo pombalino

Cind Kelly Octaviano – Universidade de São Paulo

Sob a perspectiva de uma arquiteta, este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento sobre a ocupação colonial do território atualmente correspondente ao município de Suzano, na região metropolitana de São Paulo. A investigação baseia-se em levantamento documental dos séculos XVIII e XIX, com o objetivo de subsidiar a construção de um inventário de patrimônio cultural e contribuir para pesquisa de doutoramento. O artigo analisa a "Lista Geral de Todos os Moradores do Distrito da Vila de Mogy das Cruzes", de 1772 (transcrição da autora), documento produzido durante o governo de Luís António de Sousa Botelho Mourão, no contexto das reformas pombalinas. Trata-se de um levantamento populacional que registra moradores, bens e rendimentos, constituindo importante fonte para a compreensão da organização econômica e social da região.

O recorte centra-se na porção correspondente à Fazenda do Bom Jesus do Baruel, onde o documento, conduzido pelo Capitão Mor Manoel Rois da Cunha e pelo Sargento Mor João Pimenta de Abreu (transcrição da autora), oferece um dos raros registros sobre núcleos familiares e formas de ocupação do território no período. A análise parte da compreensão de que tais levantamentos integram o esforço de racionalização administrativa e fiscal do império português, funcionando como instrumentos de conhecimento e controle da população e dos recursos coloniais.

A partir da leitura crítica da fonte, o trabalho problematiza a classificação dos moradores como “vadios” (transcrição da autora), entendida não como descrição moral, mas como categoria administrativa vinculada às estratégias de disciplinamento social no século XVIII. Discute-se, ainda, como essa classificação pode reverberar na construção da memória e na autoimagem dos habitantes contemporâneos da região, tencionando narrativas de progresso urbano. Como resultado, apresenta-se uma sistematização inicial dos dados do documento, destacando a estrutura dos núcleos familiares e contribuindo para a compreensão da formação histórica do território.

O estudo propõe, assim, uma articulação entre análise documental, interpretação historiográfica e práticas de preservação patrimonial.

Identidades Transatlânticas a partir das dinâmicas de socialização da Feijoada

Clarissa Gomes da Silveira – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Este texto propõe o debate sobre o surgimento e a difusão da feijoada, a partir da construção das identidades transatlânticas, que emergiram a partir do século XVI, dando herança às representações e modos de sociabilização nas diferentes geografias transatlânticas, entre África, Europa e Américas. Tomamos como ponto de partida, a análise dos diferentes modos de representação e socialização da feijoada e da memória que a constitui enquanto artefato das culturas de herança transatlânticas. A partir da caracterização de diferentes geografias culturais, consideramos na África com o foco nos casos das ilhas de Santiago (Cabo Verde), Bissau (Guiné-Bissau) e Luanda (Angola), na Europa a destacar cidade de Lisboa (Portugal), e na América do Sul, a cidade do Rio de Janeiro (Brasil). O debate em questão busca romper com a narrativa e a exclusividade do pertencimento que tutela a história e a memória da feijoada, a partir de um anúncio da nacionalização e apropriação cultural, que tem no patenteamento uma certeza produzida a partir do desejo de dominação, naturalização e nacionalização das culturas alimentares, através de identidades forjadas e assumidas, mas que nem sempre foram vivenciadas.

Através do estudo sobre a feijoada, pode-se identificar fronteiras, mas também elementos de transição e ligação das diferentes culturas e geografias, não apenas através da história e memória, mas também do hibridismo e das novas dinâmicas de sociabilização que vêm a se reconfigurar no atual cenário da globalização enquanto encontro e cruzamento das culturas. Nesse sentido, adotamos como a metodologia, uma abordagem que busca

identificar o surgimento e a difusão da feijoada em diferentes geografias e identidades, através da história de produção e deslocação dos diferentes ingredientes que constituem este prato, novos elementos e condição em que estes estão sendo introduzidos. Tornou-se necessário, a caracterização dos pratos que correspondem às diferentes identidades e lugar da feijoada, assim como a análise sobre os ingredientes, para identificar as fronteiras e os cruzamentos entre as singularidades, transições e ligações culturais através da feijoada. A busca de conhecimento sobre organizações produtivas e funções alimentares, ritualísticas e simbólicas de diferentes ingredientes que entram e saem conforme a dinâmica e transformação da feijoada, pode nos contar a história desta comida e das identidades que participa, cumprindo função importante enquanto elemento portador e trânsito das histórias e das memórias identitárias transatlânticas.

A História Natural no Império: fluxos e inscrições nos arquivos coloniais

Claudia Beatriz Heynemann – Arquivo Nacional

O campo de conhecimento compreendido como História Natural atinge, no Setecentos, uma centralidade na Europa e nas colônias, em um movimento no qual emergem a península ibérica e suas colônias. Trata-se aqui de um evento distintivo do que convencionou-se chamar a época moderna, na qual as viagens são um marco, abalando certezas, alterando a cartografia e as representações do mundo, e, entre outras consequências, afirmando o primado da experiência sobre a autoridade dos textos dos Antigos. Nessa configuração, a História Natural, sem que deixasse de ser tributária da tradição clássica e do Renascimento, será pautada, no século XVIII, pela taxonomia de Lineu, em disputa com o método de descrição da natureza defendido por enciclopedistas e por naturalistas como Buffon. "Ver o que se poderá dizer", na fórmula de Michel Foucault em As palavras e as coisas é, ainda, uma chave para compreender essa transformação do olhar: a exploração do território colonial, encontra, sobretudo a partir da institucionalização das Luzes, uma língua, a da ciência, produzindo inscrições da realidade que se circunscreve.

A historiografia da ciência luso-brasileira debate o seu lugar no âmbito da Revolução Científica, reservando-lhe uma especificidade propriamente ibérica, o que pode ser debatido em uma dimensão espacial, mas, igualmente, temporal, retomando influências e releituras da investigação sobre a natureza. Tais injunções atravessam a Ilustração portuguesa, quer seja pela política adotada para o Brasil e sua relação com a empresa colonial no Oriente, pela centralidade do sistema de Lineu na cultura científica do programa reformista (sem que prescindisse do saber dos povos indígenas, incorporado à identificação dos produtos naturais) e pela afirmação de uma determinada história do Império. Uma operação que se faz nos arquivos e por meio dos arquivos – vistos não apenas como uma fonte, mas como agentes da administração – nas diferentes espécies documentais, cuja forma dita um sentido. O arquivo é um dispositivo dessa ordem e a História Natural é o lugar privilegiado do discurso reformista luso, sendo reconhecido o lugar ocupado pelos administradores, ao lado de naturalistas, desenhistas e outros, nesse

processo. Essa comunicação pretende abordar alguns escritos inseridos nas séries de registros da administração colonial, em fundos de natureza pública e que traçam as redes e o fluxo de ideias e produtos. Serão destacados dossiês concernentes à América portuguesa, mas ainda, e com especial atenção, aqueles que abrangem outros domínios. Finalmente, deve-se observar que são documentos conservados pelo Arquivo Nacional, um aspecto que integra nossa análise, face aos fundos ali reunidos, e cuja preservação tem, também, uma história.

Praias e mangues: recursos naturais, práticas sociais, representações e circulações (séculos XVI-XIX)

Claudia Damasceno Fonseca – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales / Paris

Ao passo que as florestas de terra firme como a Amazônia ou a Mata Atlântica já foram objeto de diversos estudos históricos, as zonas de mangues de diferentes partes do Brasil ainda estão a merecer mais atenção dos pesquisadores. A produção do historiador Arthur Soffiati é valorosa tanto pelo pioneirismo, quanto pela amplitude temática, espacial e temporal dos seus diferentes estudos, que abrangem relatos e descrições do período colonial (a partir do século XVI), documentação administrativa e legislação (do século XVII aos nossos dias), dados geográficos e ecológicos, além de abordar práticas sociais, elementos da cultura popular e representações artísticas inspiradas pelos manguezais brasileiros.

Esta comunicação se concentra em fontes documentais dos séculos XVI ao XIX ainda pouco exploradas neste âmbito, interessando-se particularmente pela cartografia. Os «vazios» e lacunas, bem como diferentes modos de representação gráfica e pictórica, e nomeadamente as inscrições toponímicas de mapas e plantas remetem para saberes, usos e circulações, em diferentes escalas espaciais, e em temporalidades distintas, de recursos vegetais, animais e minerais extraídos de praias e mangues, bem como de produtos fabricados a partir dos mesmos. A extração desses materiais, para consumo imediato ou beneficiamento, ou ainda a fabricação de produtos derivados, e seu transporte (em escalas micro ou macro) foram protagonizados por agentes diversos: populações autóctones, escravizados, colonos envolvidos em diferentes atividades econômicas. Através do cruzamento de documentos textuais e visuais, a proposta é evidenciar o papel desempenhado pelos agentes humanos e não humanos na construção e na transformação de paisagens rurais e urbanas, tanto no recôncavo baiano como em outras regiões em que os manguezais foram vistos como fonte essencial de recursos para a vida e a economia colonial, e que, por esta razão, constituíram objeto de disputas.

A Fazenda em Minas Gerais como espaço de fronteira: a Comarca de Paracatu (1790-1832)

Cláudia Maria das Graças Chaves – Universidade Federal de Ouro Preto

A proposta deste texto é discutir a formação espacial e administrativa da capitania/província de Minas Gerais em meio às transformações espaciais que ocorrem no território: criação da comarca de Paracatu, mudanças de postos fiscais, anexação de competências fiscais e administrativas de parcelas territoriais na região do Rio São Francisco e suas fronteiras com Pernambuco e Bahia. Neste período estaremos atentas à revolução pernambucana de 1817 com seus desdobramentos e os processos de provincialização em Minas, incluindo o projeto de uma província em Paracatu. Como é sabido, a fiscalidade, enquanto "território de fronteira", possibilita um ângulo privilegiado da compreensão da formação das estruturas arrecadadoras dos impérios e Estados Nacionais modernos e dos conflitos inerentes à sua constituição. Menos vinculada ao princípio burocrático e até redistributivo da segunda metade do século XIX, a organização dos sistemas fiscais entre os séculos XVIII e XIX serviram como forma de manutenção e/ou expansão através de guerras e mobilização militar na defesa de soberanias. Os recursos advindos de taxas, impostos e direitos dominiais constituíram uma forma primordial para possibilitar a construção e manutenção dos estados e seus territórios. Do modelo e estruturação mais patrimonial, quando o Estado explora seus domínios e direitos de concessão, à sua transformação em estado fiscal, quando a base arrecadatória advém da capacidade decorrente da imposição de tributos aos seus contribuintes, tais mecanismos não descortinam meramente a passagem histórica e muito menos linear de processos que se deslindaram na transição ao capitalismo e às políticas liberais. Antes e, sobretudo, refletem os conflitos e negociações que envolveram a constituição do exercício da legitimidade política e de sua ação sobre os organismos sociais. Os estudos sobre a fiscalidade no Brasil e nas Américas nos demonstram tanto a convivência dessas formas arrecadatórias, quanto o peso das lutas políticas em torno da organização dos territórios, coloniais ou nacionais. A chave para entendermos este dilema quase que permanente na história da fiscalidade tem sido buscada nas interpretações da política e dos sistemas de legitimação dos mecanismos tributários. Não apenas legítimos, mas necessários como garantidores do ordenamento social, das soberanias, das representatividades e também das defesas contra ameaças externas. Assim, os estudos sobre as fiscalidades e as políticas territoriais abrangem os conflitos políticos e sociais, a constituição de instituições burocráticas, o controle de territórios, a legitimação de tributos e o enfrentamento das crises políticas e econômicas.

"Para melhor benefício de minha alma": os privilégios do investimento na salvação por meio das capelanias testamentárias no Rio de Janeiro colonial entre as décadas de 1740 e 1812

Claudia Rodrigues – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Essa comunicação analisa a instituição de capelanias por testadores da freguesia da Antiga Sé, no Rio de Janeiro colonial, enquanto prática exclusiva de um seleto grupo de moradores que compunha os estratos mais altos da sociedade, que vivia à moda da nobreza, e buscou adquirir sufrágios privilegiados para que sua alma chegasse mais rapidamente ao Céu. O ponto máximo era a imobilização de parte da fortuna amealhada

em vida para a realização de missas pela alma do instituidor, em caráter perpétuo, "até o fim do mundo", a fim de livrar sua alma do Purgatório com maior agilidade. Além de estabelecidas em testamentos, as capelanias podiam ser instituídas por ato cartorial, quando eram registradas em escrituras de doação de bens para a fundação de missas, na aquisição ou transferência de terras para a construção de capelas e no pagamento de sacerdotes que as celebrariam diária, semanal, mensal ou anualmente. O foco dessa apresentação será sobre as capelanias, ou o encapelamento de bens instituídos em testamento por um reduzido grupo de falecidos daquela paróquia. De um total de 5.927 assentamentos mencionados em quatro livros sequenciais de registros de óbitos dessa freguesia (abrangendo os anos entre 1746 e 1812), um pouco menos da metade dos mortos – 2.558 (43,16%) – era apta a testar, por serem pessoas livres, libertas e/ou maiores de idade. Destes, 1.416 (55,3%) foram mencionados como tendo redigido testamento antes da morte, embora apenas 963 desses documentos tenham sido transcritos. Com base nessa amostragem de testamentos, identifiquei 27 (2,8%) testadores que determinaram o encapelamento ou imobilização de parte de seus bens cujos rendimentos custeariam as missas. Embora redigir ou fazer redigir as "últimas vontades" com o objetivo de salvar a alma e neles pedir a intercessão da corte celestial, estabelecer sufrágios e legados pios fosse prática recorrente naquela movimentada "economia da salvação" e presente em todos os testamentos da amostragem, o diferencial era o grau de mobilização econômica e material de um grupo bastante reduzido de paroquianos para alcançar, de modo privilegiado, os mencionados objetivos espirituais. O que evidencia que, quanto mais bem posicionado/a na hierarquia social era o/a testador/a, maior era o grau de investimento econômico na busca da salvação da alma, que reproduzia as desigualdades daquela sociedade escravista, marcada por traços do Antigo Regime. O objetivo desta comunicação é identificar o perfil social desses testadores que buscaram reproduzir, no Céu, os privilégios vigentes na Terra.

Percepções sobre a Cultura Católica Portuguesa no Brasil Colonial

Claudio Pedrosa Nunes – Universidade Federal de Campina Grande

O presente estudo objetiva apresentar as principais percepções decorrentes de incursões da cultura jurídica católica portuguesa no Brasil colonial, especialmente em razão da vigência das Ordenações Manuelinas e Filipinas. A investigação se espraia sobre o importante embate hermenêutico existente entre os textos e comandos normativos das Ordenações e sua efetiva predominância ou não sobre o Direito Canônico e sobre o Direito Romano, com reflexos sobre julgamentos judiciais. Pretende-se demonstrar, ainda que de forma propedêutica, as eventuais oscilações no contexto desse embate hermenêutico e os possíveis reflexos sobre as contendas existentes no Brasil. O estudo é conduzido sob método dedutivo e fonte de pesquisa bibliográfica e documental.

Comentários comparativos entre a arquitetura dos solares setecentistas minhotos e a arquitetura das casas de fazenda fluminense, baiana e cearense. A perspectiva do arquiteto José Liberal de Castro

Clovis Ramiro Jucá Neto – Universidade Federal do Ceará

No ano de 1976, o arquiteto e professor José Liberal de Castro, do então Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC, percorreu, como bolseiro da fundação Calouste Gulbenkian, parte do território português em busca de "Influências recíprocas na arquitetura Luso-brasileira". Dentre outros aspectos, na larga pesquisa empreendida, elaborou densa análise comparativa, teórica e prática, entre a arquitetura dos solares setecentistas minhotos e a arquitetura das casas de fazenda fluminense, baiana e cearense. Da comparação fulgura atenção à circulação de formas arquitetônicas entre Brasil e Portugal. A presente proposta de trabalho tenciona apresentar os caminhos percorridos por José Liberal de Castro, e, analisar e dialogar com seus comentários comparativos arquitetônicos.

Por entre "notícias", "memórias", "descripções" e desenhos. Aspectos do processo de urbanização da Capitania do Ceará no alvorecer do século XIX

Clovis Ramiro Jucá Neto – Universidade Federal do Ceará

A separação da Capitania do Ceará da Capitania de Pernambuco, em 1799, implicou a elaboração de cartografias e memórias descritivas do território cearense. Os desenhos e escritos foram executados por engenheiros militares, naturalistas, párocos e demais funcionários reais. Os documentos descreviam a geografia, o estado das vilas e da população, relatavam sobre a situação das freguesias, das minas de ouro, do gado lanígero, dentre outros aspectos. A cartografia evidencia uma complexidade territorial, expressa na rede urbana, interligando dezoito vilas, cerca setenta povoações, sede de freguesias, capelas, julgados, entre outros lugares de fixação, através de um imbricado novelo de caminhos que cruzavam o Ceará de ponta a ponta. Em linhas gerais, o propósito destes escritos e desenhos foi a tomada de conhecimento sócio-técnico-científico da Capitania, de suas potencialidades econômicas, em nome de sua prosperidade. A presente proposta tenciona explorar as informações correntes nestes escritos e representações cartográficas, fazendo vibrar aspectos do processo de urbanização, da política urbanizadora e da rede urbana do Ceará, nos primeiros vinte anos de século XIX.

D

Territorialidades fiscais: Pernambuco e Rio Grande do Norte entre a transferência da Corte e a independência

Daiane de Souza Alves – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A província de Pernambuco se destacou na história da construção do Estado nacional no Brasil enquanto ponto de contestação imperial, sendo palco de uma das maiores revoltas ocorridas durante o período das independências. A Confederação do Equador, proclamada em 02 de julho de 1824, pretendia fundar na porção Norte do território um governo "verdadeiramente constitucional" e convidava as províncias vizinhas a tomarem parte de um projeto encarregado da "defesa e salvação" dos territórios. Entendida enquanto movimento que contestava a autoridade monárquica organizada no Rio de Janeiro, a revolta deslocou esforços importantes do Império, promovendo disputas que envolveram não apenas a província de Pernambuco, mas grupos apoiadores na Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte e uma divisão de auxílio ao monarca organizada a partir da província de Alagoas.

O Bicentenário da Confederação, no ano de 2024, levantou importantes debates acerca dos focos de descontentamento provincial com o projeto político estabelecido a partir das bases do centro-sul do Império, ressaltando aspecto já levantado e abordado pela historiografia, sobre a multiplicidade de desenhos possíveis para o Estado independente que se formava. No âmbito de tais discussões, os desafios em torno da fiscalidade imperial e da consolidação de um pacto político, que também significasse uma maior participação das províncias nas finanças do Império, se faz cada vez mais presente.

Entendendo a fiscalidade enquanto observatório privilegiado de análise das crises políticas, a presente apresentação tem como proposta uma análise da província de Pernambuco a partir de suas relações fiscais com os territórios vizinhos. Nesta apresentação nos deteremos mais especificamente às relações fazendárias estabelecidas com a província do Rio Grande do Norte. Com isso busca-se compreender uma suposta "singularidade" da experiência pernambucana em relação à influência e disputas estabelecidas com as regiões circunvizinhas. Visto que, parte fundamental de sua proeminência na economia de exportação esteve alicerçada na concentração das rendas dos produtos primários direcionados ao mercado externo, muitas vezes originados dos territórios adjacentes. A análise aqui sugerida pretende lançar luz sobre as disputas estabelecidas entre tais regionalidades e suas relações com o centro de poder. Ressaltando, com isso, a importância da fiscalidade na análise dos impulsos revolucionários gestados durante o processo de construção dos estados modernos.

Alunos/as e professores/as negros/as em Feira de Santana, Camisão, Almas, São Pedro do Rio Fundo, São Bento de Inhata, Humildes e São Goncalo dos Campos - Bahia (1845 – 1930)

Daiane Silva Oliveira – Universidade Federal da Bahia
Kelly Ludkiewicz Alves – Universidade Federal da Bahia

Esta comunicação apresenta a pesquisa sobre a presença de professores/as e alunos/as negros/as nas aulas públicas de Feira de Santana e região - compreendendo as então freguesias de Camisão, Almas, São Pedro do Rio Fundo, e São Bento de Inhata, a freguesia de Humildes e a cidade de São Gonçalo dos Campos. A pesquisa em

desenvolvimento no Programa de Doutorado - FACED UFBA tem o interesse e relevância da temática, inicialmente, na raridade de pesquisas sobre a Escolarização e as Instituições Escolares para Feira de Santana e região, no período proposto (SOUSA, 2009). Segundo, no enfoque em sujeitos/as negros/as, campo temático cuja importância vem sendo visibilizada nos últimos dez anos na Historiografia da Educação da Bahia e do Brasil (FONSECA, 2007; 2012). Teórico-metodologicamente esta pesquisa tem bases nas proposições da História Social da Educação enquanto um dos campos do trabalho do historiador (FONSECA, 2005). Argumento que a primeira relevância da investigação está na quase inexistente sistematização de pesquisas sobre a Educação/Escolarização na perspectiva de uma História da Educação oitocentista que investigue a presença de sujeitos e sujeitas negras e negros para Feira de Santana e cidades vizinhas, salvo as pesquisas pioneiras de Daiane Oliveira (2016) sobre o Professor Geminiano Alves da Costa, professor primário e negro em Feira de Santana com recorte no pós abolição. A delimitação do ano de 1845, posterior a um marco histórico do século XIX, a saber, a primeira aula pública, mais as legislações abolicionistas demarcando a noção de liberdade e o lugar sócio racial das camadas populares. O interstício até 1930, são décadas anteriores e posteriores à abolição da escravatura e a proclamação da República, que marcou a difusão de expressivas legislações abolicionistas paralelas as reformas educacionais baianas, por parte dos governos imperiais e republicanos, no intuito de alcançar uma instrução que marcasse uma ruptura política entre o período colonial e o republicano, no intuito de apagar os resquícios coloniais, estabelecidos doravante como símbolos de atraso, nesse contexto a aula, a escola, os sujeitos e as sujeitas escolares, as culturas escolares, a materialidade da escola, serão tomadas enquanto categorias de análise na perspectiva da História Social. Em termos teórico-metodológicos, Luciano Faria Filho (2005), numa perspectiva thompsiniana de reflexão da noção de experiência, destaca a preocupação das várias implicações e dimensões da escolarização, como constituída nas práticas sociais do ser social, e que nela que os sujeitos se constituem, sejam individualmente ou como classes sociais, apreendidos a partir de história social preocupada com as conseqüências e dinâmicas sociais da escolarização na sociedade brasileira, mas destaca também a preocupação em estabelecer as feições tomadas por este fenômeno em momentos específicos da nossa história, a partir dos estudos das culturas escolares.

Marcus Vinicius Fonseca (2017) refere uma análise do pioneirismo da legislação mineira sobre a instrução escolar, que data da década de 1830. Nesta legislação se instituíram a gratuidade e a obrigatoriedade da instrução elementar bem como punições para os pais cujos filhos não frequentassem escolas. Para o autor, na década de 1830, a província de Minas Gerais contava com uma população livre em que quase 60% das pessoas eram negras (classificadas como “pretas”, “pardas”, “crioulas” e “africanas”) e em relação às quais os escravizados formavam a metade (p.33). Para o contexto baiano, Ione Sousa (2006) investiga as aulas provinciais desde 1870 e as experiências escolares desses sujeitos pobres e negros utilizando mapas de aulas públicas elaborados por professores, o que subsidiou as análises sobre as identidades profissionais dos sujeitos trabalhadores. Em trabalho sobre escolarização de camadas populares na Bahia no período final do Império na Bahia nas duas últimas décadas antecedentes a abolição, indica ter sido esta

uma demanda cada vez mais consistente entre a população pobre, fossem trabalhadores livres, libertos, imigrantes e até escravizados. Também de forma específica ao contexto baiano, João Reis (2008), que no exercício de micro-história, tomou como fio condutor de análise a vida de um africano liberto que viveu na Bahia do século XIX, e a partir da biografia desse, o autor traça um panorama das relações sociais, das relações de poder, das atividades econômicas e culturais vivenciadas por um grupo de sujeitos específicos, os escravizados libertos no século XIX. Através da biografia de um indivíduo específico, a coexistência de orientações e códigos diferenciados de sorte a tratar a um só tempo a relação individual e a relação social da escravidão na Salvador do século XIX. O autor percebeu no sujeito perseguido, com suas interações e ações na composição social. No mesmo contexto, a metodologia utilizada Maria Graça Leal (2009), para investigação do intelectual baiano Manuel Querino, fez um estudo de caso dos aspectos da vida desse sujeito negro através da obra produzida por ele entre os anos de 1851 e 1923. De forma a compreendê-lo e recapturá-lo no emaranhado do seu texto e em seu contexto, a autora fez um levantamento dos seus testemunhos, das experiências no alvorecer da República. Como sugeriu a autora, a intenção não foi julgar o homem, nem erguer um monumento de idolatria, mas a partir da identificação e acolhimento de sua trajetória através das leituras realizadas em livros e artigos que publicou foi possível revelar o sujeito na relação com outros sujeitos nos diversos espaços individuais e coletivos. O trabalho de Sara Martha Dick (2001), ao estudar o desenvolvimento das políticas públicas para o ensino secundário durante o século XIX, na Província da Bahia, compreendendo as três últimas décadas do Império, tendo como referencial as ações empreendidas no Liceu Provincial da Bahia.

Importante destacar o pioneirismo do trabalho de Izabel Maria Villela Costa (1988), o primeiro trabalho acadêmico que tomou a Escola Normal da Bahia como objeto. Uma leitura sobre a história da política provincial baiana de formação de professores: a Escola Normal, 1836 – 1862 constitui-se uma dissertação densa, em sua introdução a autora ressalta a importância de pesquisas que considerem “as feições distintas que a mesma História da Educação brasileira adquiriu nas províncias do Império (...) por força do Ato Adicional de 1834” (COSTA, 1988, p. 2). A autora Antonieta de Aguiar Nunes (2008, p.213), observa a organização do arcabouço baiano de ensino e constata que ainda no ano de 1849, como lei organizativa do ensino da província, é importante mencionar igualmente a de nº 379, em 3 de novembro, estabelecendo que a criação e existência de uma freguesia importariam na criação de uma cadeira de primeiras letras na sua sede [...], pois isto significava certamente uma preocupação com a disseminação do ensino primário público e a garantia de sua distribuição pelos vários pontos da província. Especificamente a Feira de Santana, a coletânea de Ione Sousa e Antonio Roberto Seixas (2012), que também reúne uma coletânea de textos que envolvem pesquisas mais detidas sobre as escolas normais no contexto baiano. As pesquisas costuram desde a gênese da implantação da Escola Normal da Bahia, a de Caetité, Feira de Santana, Ponte Nova, Nazaré e Vitória da Conquista e traz as especificidades históricas dessas implantações que perpassam por questões políticas, pedagógico-ideológicas no intuito de responder aos movimentos de reforma do ensino primário em todo o país.

Especificamente no que se refere às pesquisas no campo da História da Educação na Bahia e Feira de Santana, existem as pesquisas de Ione Sousa (1999) que pesquisou, de forma pioneira para Feira de Santana, o cotidiano da Escola Normal de Feira de Santana e seu papel na construção de uma prática de trabalho feminino, assim como as representações de modernidade urbana escolar feirense dentro do contexto de constituição da instrução primária feirense. Retomando a autora Daiane Oliveira (2016) faz abordagem do processo de instituição de uma escolarização feirense no final do século XIX e início do século XX, centralizando as práticas escolares de um sujeito escolar negro e feirense e a partir da vivência desse sujeito, a autora buscou evidenciar o cenário educacional feirense no início do período republicano, bem como destacar a identidade profissional desses sujeitos alunos das escolas, entrelaçadas com a do professor Geminiano da Costa. O período de transição do século XIX para o século XX foi palco de um processo de mudanças no quadro da política do país com a ascensão de movimentos abolicionistas, insurgências negras pela liberdade, legislações abolicionistas a exemplo da Lei do Ventre Livre e transição das populações negras no período pós abolição, período de tensões sociais, concomitante a um investimento nas reformas educacionais voltadas para alfabetização do povo, tendo em vista o processo de institucionalização do trabalho manual pelo qual o Brasil fora submetido, surgindo como conseqüência a larga necessidade de mão de obra letrada. Em pesquisa recente, as autoras Ione Sousa e Daiane Oliveira (2021) em coletânea de 150 anos da Lei do Ventre Livre, analisam que as pesquisas que envolvem legislação abolicionista partem de um chão comum de estudos sobre o movimento abolicionista, legislação da escravidão, família escravizada, experiências de libertos, escravos e ingênuos em possíveis cidadanias pós abolição.

Estas são discussões que dão base ao estudo de caso relacionado ao campo negro na escolarização em Feira de Santana e freguesias da região, com o estudo da individualidade dos sujeitos que a compunha: professores/as e os/as alunos/as pobres e negros/as. Nesse estudo, a escolha do individual não será considerada, no caso, contraditória com a apreensão do social: o que se espera dela é que torne possível a inclusão de sujeitos e sujeitas escolares negros e negras numa multiplicidade de espaços e de tempos sociais, pelo novelo de relações sociais que se criam em volta desse campo que pode dar uma significação. Alcançar as táticas dos professores e professoras e de outros sujeitos negros que, conjugadas, possibilitaram o acesso de alunos negros pobres às práticas de instrução entre os anos de 1845 a 1930 na cidade de Feira de Santana e freguesias da região, que no recorte espacial compunha o sertão baiano e o recôncavo baiano.

Exortações à justiça colonial. A publicação lisboeta de um sermão baiano do padre Antonio de Sá

Daniel Pimenta Oliveira de Carvalho – Universidade do Estado da Bahia

Durante as décadas centrais do século XVII, foram impressas pela primeira vez em Portugal edições individuais de sermões pregados em suas possessões americanas. Entre elas, figura o “Sermão que o padre Antonio de Saa da Companhia de Jesus pregou à Justiça na Sancta Sé da Bahia na primeira Oitava do Spiritu-Sancto”, publicado em Lisboa

pela oficina de Henrique Valente de Oliveira em 1658. Nossa análise deste livreto procurará, em um primeiro momento, identificar os indícios, encontrados no seu texto e apresentação, do tipo de preocupação que pode ter conduzido à sua impressão, entendendo-o como um objeto criado em busca de um determinado impacto na sociedade em que seria lido, dependendo justamente de como seria lido. Seu tema: os erros a serem evitados e os acertos a serem perseguidos na administração da Justiça humana, tanto punitiva quanto distributiva.

Neste sentido, e enquanto parte de um estudo mais amplo sobre os sermões pregados na cidade de Salvador e impressos nas tipografias europeias ainda no século XVII, esta comunicação deverá verificar se existe talvez, como em outros exemplos da mesma série documental, uma relação entre esta publicação lisboeta e motivações ou demandas provenientes da Bahia, através principalmente de suas estruturas eclesiásticas, e se é possível identificar estratégias de afirmação político-religiosa no quadro da Igreja e do Império português. Em um segundo momento, porém, será interessante também considerar este sermão específico no interior da obra e da trajetória do padre Antonio de Sá, jesuíta nascido no Brasil, conhecido por suas habilidades oratórias, e notadamente pela pregação realizada em Lisboa quando de sua passagem pelo reino, já no início da década de 1660, intervindo em um período particularmente turbulento da política portuguesa.

Cristo Escravo: A teologia de Antônio Vieira como aparato normativo da escravidão negra na América Portuguesa no Século XVII

Daniela Milagres Zaghi Alves – Universidade Federal Fluminense

Minha intervenção pretende apresentar uma análise da formação do pensamento teológico-político do Padre Antônio Vieira (1608-1697) frente à condição dos africanos escravizados na América Portuguesa. Cabe, em primeiro lugar, uma temporalização das narrativas históricas que moldaram a nossa percepção do jesuíta. Também será investigada a evangelização que tomava lugar na América Portuguesa e o papel dos missionários na Época Moderna. Junto a isso, a segunda parte do trabalho foca em analisar também os textos de outros jesuítas que estão concomitantemente trabalhando para a evangelização dos africanos escravizados. Um exemplo é o Jesuíta Alonso de Sandoval e sua obra *De instauranda Aethiopum salute* (1647) que atuou em Cartagena das Índias. Ambas as obras são marcos fundamentais do Seiscentos e revelam o esforço da Companhia de Jesus em sistematizar e governar as consciências das populações africanas, integrando-as a uma cosmologia e práxis cristã que, paradoxalmente, coexistia com a brutalidade do sistema de engenhos.

Esta teologia moral, analisada sob a lente da História Intelectual, revela um léxico teológico de suma importância, registrando agudeza e recuperando ideias aristotélico-tomistas acerca da escravidão no Novo Mundo, as quais são articuladas por Vieira influenciando a construção de um aparato normativo. A teologia, portanto, se torna um

espaço de criação ou de defesa de direitos dos escravizados. O objetivo é compreender de que maneira os Sermões e a atuação missionária jesuítica atuaram como instâncias produtoras de normas em um cenário marcado pela interpenetração entre saberes teológicos e jurídicos. Com isso, são apresentadas as noções de Cristo escravo e a pobreza de Cristo, articuladas pioneiramente em relação aos africanos escravizados nos Sermões do Rosário Maria Rosa Mystica de números XIV, XX e XXVII. Com isso, foi percebido nos escritos que partiam da colônia, algo desviante do que se produzia nos centros universitários europeus, apresentando o caráter plural da jurisdição no Antigo Regime. Assim, provenientes dos portos de escravizados, saberes teológicos e jurídicos inseriam-se em narrativas que operavam por uma sensibilidade constitutiva de que implicara o ser missionário. A propagação da Boa Nova até os confins da terra deu propriedade aos homens para produzirem conhecimento útil no que diz respeito à estes confins, valorizando a experiência aliada ao estudo em detrimento da teoria em si. Com isso, encontramos nos textos inacianos uma lógica compassiva acerca dos subalternos, dos ameríndios e também dos escravos com o advento do tráfico transatlântico, representando não apenas a religião, mas também unindo a consciência e a fé ao logos político dos grandes Impérios Ultramarinos.

Alienar os pretos para libertar os brancos: o ofício de mamposteiro-mor dos cativos na Bahia colonial

Daniele Santos de Souza – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

Esta comunicação pretende discutir o ofício de mamposteiro-mor dos cativos e sua relação com o tráfico e a escravização de africanos e seus descendentes na capitania da Bahia. Este cargo foi instituído pela Coroa portuguesa por meio de regimento em 1560 e vigorou até 1775, e desempenhava o papel de arrecadar oficialmente doações para pagar o resgate de portugueses sequestrados e/ou escravizados por mouros e/ou berberes no litoral mediterrânico e África do norte. A palavra mamposteiro, inclusive, origina-se da expressão "mão-posta", evidenciando a atitude de quem reza, de quem pede e de quem doa esmolas para compor os rendimentos definidos pelo erário régio como voltados para a "redenção dos cativos". Neste caso específico, a legislação portuguesa distinguia o "escravo" – referente a pessoas não-brancas, conquistadas e/ou adquiridas e subordinadas ao jugo português e por eles comercializados – do termo "cativo" que se referia ao branco português, cristão velho, capturado por corsários berberes ou mouros.

A pesquisa em cartas, ofícios, relatórios e requerimentos nos acervos do Arquivo Histórico Ultramarino, em especial nas coleções Bahia Avulsos, Castro e Almeida e Luísa da Fonseca, disponibilizados pelo Projeto Resgate, bem como as cartas-régias no Arquivo Público da Bahia revelam que ao longo do século XVIII, a monarquia portuguesa remeteu, parcial ou inteiramente, a arrecadação de várias penas pecuniárias para a "redenção dos cativos". O objetivo era reunir fundos a partir das multas provenientes do descumprimento de normas relativas ao tráfico negreiro e ao governo dos escravizados na América portuguesa. Isto incluía os proventos obtidos com a venda de quilombolas capturados pelas autoridades coloniais, cujos senhores não fossem identificados. Desta

forma, a alienação de africanos escravizados e seus descendentes contribuía com a formação do pecúlio utilizado no resgate de brancos portugueses. Um processo em que a colonização lusitana atribuía cor e significados distintos a palavras como: liberdade, escravo e cativo.

Reflexões sobre um novo conceito: da resistência adaptativa à adaptação ativa

David Barbuda Ferreira – Universidade Federal de Minas Gerais

A historiografia dedicada à inserção e à trajetória das populações originárias no mundo ibero-americano moderno tem atravessado, nas últimas décadas, profundas e necessárias revisões epistemológicas. Durante muito tempo, as narrativas dominantes, forjadas nos alicerces do pensamento colonial e perpetuadas por abordagens eurocêntricas dos séculos XIX e XX, oscilaram entre dois polos analíticos igualmente reducionistas. De um lado, consolidou-se a visão colonialista que reificava os indígenas como vítimas passivas, seres supostamente desprovidos de historicidade, fadados ao extermínio biológico ou à assimilação irreversível diante da alegada superioridade civilizatória europeia. De outro lado, como uma antítese reativa, desenvolveu-se uma romantização da resistência bélica que, ao focar exclusivamente nos episódios de confronto aberto e martírio, negligenciava as complexas teias de negociação, os arranjos pragmáticos e as táticas de sobrevivência cotidiana. Para dar conta dessa formidável complexidade que caracteriza o encontro e o embate entre os mundos nativo e ibérico, propõe-se aqui o uso conceitual da "Adaptação Ativa" como uma ferramenta heurística e analítica essencial. A fundamentação deste conceito parte do pressuposto epistemológico de que a agência humana, mesmo sob as mais severas coerções estruturais, encontra caminhos para se manifestar e reconfigurar a realidade.

Para não escandescer as imaginações: a Real Mesa Censória em meio as batalhas pela jurisdição das consciências no setecentos português

Dé Manuel dos Santos Lobo – Universidade Federal da Bahia

O mundo português do século XVIII é marcado, em muitos aspectos, por intensas disputas pela jurisdição e controle das consciências. Já na primeira metade do século essa disputa toma forma na querela sigilista, onde o episcopado tentava resistir à investida que o Santo Ofício encabeçou contra o delito de quebra do sigilo confessional. Durante o confronto entre o partido episcopal e o inquisitorial houve uma verdadeira guerra de panfletos, dentre os quais se destaca o Lusitanae Ecclesiae, de Antônio Muratori, onde o vignolese afirma que, tivessem as disposições inquisitoriais prevalecido “Haberent heic Lusitani veram animorum e conscientiarum carnificinam” (Muratori, 1747, p. 38), demonstrando a centralidade da questão das consciências dentro da disputa. O desfecho da querela, estabelecida a primazia do episcopado em sua devida jurisdição, demonstra-nos, segundo Paiva, o processo de erosão do poder inquisitorial (Paiva, 2011, p. 417).

Décadas depois, com o estabelecimento da Real Mesa Censória – instituição que estabelece o controle estatal sobre as censuras, minando, novamente, o poder do Santo Ofício – o que temos em tona é ainda a disputa pelo cargo de guardião das consciências do reino, como fica evidente no caso da sentença da RMC contra a pastoral datada de oito de novembro de 1768 que o bispo de Coimbra, Dom Miguel da Anunciação, promulgou em sua diocese. Na sentença, uma das várias acusações é a de que a pastoral fazia parte de um estratagema para "que arruinaria pelos seus fundamentos, todos os princípios do Governo... e entregaria aos ecclesiasticos menos instruídos, e mais apaixonados pelos seus interesses, a consciência dos Povos", uma vez que a última cláusula da pastoral delegava a todos os confessores a incumbência de negar a absolvição a quem quer que se recusasse a obedecê-la.

Guardadas as especificidades que diferenciam os dois conflitos, o que propomos aqui é demonstrar que o controle das consciências no Portugal pombalino não foi meramente suprimido com o gradativo enfraquecimento do Santo Ofício, mas reformulado através do filtro muratoriano, ilustrado, e que buscava avidamente a imposição de uma regolata divozione. O que a Real Mesa Censória buscou implementar, em seu intento pela construção da Ortodoxa República das Letras, foi uma censura esclarecida, que via na instrução o meio eficaz de prevenir o "fanatismo" e garantir a fidelidade política.

Proposta de curadoria e abordagem eco-histórica de mapas antigos em ambientes digitais

Denise Moura – Universidade Estadual Paulista

Esta comunicação de pesquisa apresenta os primeiros resultados do projeto de pesquisa em parceria internacional "Mapas em contexto: uma proposta de plataforma digital decolonial da cartografia histórica da América do Sul" (CNPq - proc. 409510/2023-8). Seu objetivo é de criação de uma metodologia para trabalhar com cartografia histórica, combinando abordagem histórico-social e intertextual de mapas antigos com recortes espaciais e conceitos contemporâneos da ecologia, tais como ecorregião, comunidade funcional, serviço ecossistêmico e biodiversidade. Através desta metodologia ao invés do levantamento de informações individuais sobre componentes de um ecossistema ocorre a coleta de informações de comunidades fitogeográficas e biológicas e seus serviços no passado colonial em uma seleção específica de mapas históricos e fontes textuais, tais como Relações Históricas ou Histórico-Naturais, escritas por missionários de ordens religiosas. Este método de trabalho, ciente do impacto da curadoria sobre a pesquisa, também propõe um novo modelo de prática curatorial deste tipo de fonte visual, dirigido por uma perspectiva ecológica, histórica, que recupera seu contexto original de produção e visando a aplicação em coleções cartográficas disponibilizadas no ambiente web. Na aplicação desta metodologia em um mapa impresso e em uma Relação Histórico-Natural, ambos relacionados à ecorregião da bacia hidrográfica do Paraná-Paraguai foram identificadas, colhidas, tabuladas e difundidas informações sobre a diversidade funcional e os componentes antrópicos da ecorregião do Chaco Boreal (úmido) e Austral (seco).

Neste experimento foram usadas uma crônica histórico-natural e uma histórica escritas pelo jesuíta Pedro Lozano S. J, a primeira impressa em 1733, contendo um mapa histórico e a segunda entre 1754-1755*. As informações identificadas, colhidas, tabuladas e difundidas nestes dois tipos de fontes neste momento estão sendo armazenadas para futuramente alimentarem uma plataforma hipertextualizada que se pretende útil para a pesquisa acadêmica em ecología histórica e história ambiental, ecologia, ciências ambientais voltadas para recuperação da perda da biodiversidade, para a gestão ambiental, para as discussões sobre direitos da natureza e interesses educativos e de mobilização política de populações indígenas e comunidades locais.

E

O exercício do múnus episcopal de D. João Franco de Oliveira em Luanda, Salvador e Miranda do Douro (1687-1715)

Ediana Ferreira Mendes – Universidade Federal do Oeste da Bahia

D. João Franco de Oliveira nasceu em Condeixa, centro de Portugal, formou-se em Cânones na Universidade de Coimbra em 1674 e, posteriormente, permaneceu na região exercendo várias funções como a de desembargador do Auditório Eclesiástico, desde 1680, e a de visitador ordinário, em 1682. O futuro prelado ainda pertenceu aos quadros da Inquisição portuguesa, sendo nomeado a promotor em 1683 e a deputado no ano seguinte. Sobre a sua cabeça, pendeu três diferentes mitras. A primeira delas, foi o bispado de Angola, nomeado em 1687 aos 37 anos de idade. Foi promovido, em 1692, para o arcebispado da Bahia, onde permaneceu até ser novamente escolhido pelo rei para uma nova diocese. A designação a um terceiro bispado reforça a singularidade da sua trajetória. Em 1701, foi indigitado bispo da diocese de Miranda do Douro, norte de Portugal, permanecendo neste governo até à sua morte em 1715. O exame da ação episcopal de D. João Franco de Oliveira nestas três dioceses é, portanto, o principal objetivo desta comunicação. Na análise da sua trajetória e do modo como atuou nestes espaços tão distintos – regiões ocupadas por diferentes populações e grupos sociais, entre elas, populações negras, de ameríndios, brancos e mestiços – pretende-se visualizar as questões e demandas específicas de cada território e como este prelado aplicou as políticas de disciplinamento social. Nesta análise, buscar-se-á vislumbrar a capacidade de adaptação da ação pastoral deste sujeito aos vários espaços onde exerceu o seu múnus, bem como sondar de que modo as diferentes populações influíram no resultado dos governos episcopais, seja colaborando, seja resistindo.

"O serviço a Deus" no Sertão das Jacobinas: narrativas da conquista espiritual dos povos indígenas (1654-1722)

Edineide Santos dos Anjos – Universidade do Estado da Bahia

A escrita da história sobre os povos indígenas se renovou e avançou nas últimas décadas, trazendo novas formas de perceber a atuação dos indígenas no período colonial. A Nova História Indígena tem mostrado um mundo de rápidas mudanças, no qual a resistência não ocorre apenas sob a forma de revolta, mas também de estratégias de mediação, mestiçagem, adaptação, negociação, construções permanentes de identidades e de novas formações sociais (POMPA, 2003, p. 62). A presente pesquisa analisa a evangelização missionária e como esta foi reelaborada pelas culturas indígenas a partir de suas próprias representações tradicionais, ou seja, um verdadeiro processo de "tradução" cultural intrínseco aos nativos que seguraram e transformaram para si o que se apresentava como o "outro". Os diferentes grupos indígenas que ingressaram nas aldeias do Sertão das Jacobinas não foram tão passivos como costumava ser sugerido pelas fontes coloniais. Muitos nativos buscavam os aldeamentos como opção pelo "mal menor" diante da situação ameaçadora, lembrando que este período coincide com a fase mais rígida da Guerra dos Bárbaros. Contudo, a cada passo ocorreram resistências, em maior ou menor grau. Entre os indígenas e os missionários travou-se uma verdadeira "guerra de símbolos e imagens culturais", em um processo de tradução e interpretações recíprocas" (GRUZINSKI, 1992, p. 198).

Nas fronteiras da comensalidade: pedagogias culturais em práticas alimentares indígenas na fronteira franco-portuguesa setecentista

Eduarda Mendes Cardoso – Universidade Federal de Santa Maria

A presente comunicação propõe uma análise das pedagogias culturais em práticas alimentares indígenas, representadas em narrativas de viajantes franceses na fronteira franco-portuguesa do século XVIII. A partir do século XVIII, o projeto colonial francês planejava expandir suas possessões por meio de viagens que reunissem informações geográficas, naturais e sociais sobre seu território. Para tal propósito, a exploração de suas extensões e o estabelecimento de alianças com os grupos indígenas que habitavam as regiões, especialmente aquelas onde o poder colonial não tinha conhecimento ou domínio, eram essenciais para a proteção de seus limites contra possíveis invasões de outras potências coloniais. Durante o século XVII e parte do XVIII, a penetração europeia nas Guianas ocorreu quase exclusivamente pelo litoral, sendo as áreas do interior pouco exploradas até esse período. Cabe ressaltar, que as literaturas de viagem, entre as muitas informações sobre as relações de contato entre europeus e as populações ameríndias, podem evidenciar as formas como esses indivíduos estabeleciam padrões de sociabilidade, aprendiam e ensinavam seus modos de perceber o mundo, como expressavam suas identidades por meio da alimentação, no modo de preparar e conceber o alimento, nas simbologias que as comidas poderiam representar e na comensalidade. Partindo da ideia de que a pedagogia não está vinculada a um território específico, como o espaço institucional escolar, mas está presente em várias instâncias da vida social, ela atua na forma como determinado indivíduo ou grupos de indivíduos são conduzidos, ensinados e educados. As práticas alimentares esclarecem determinadas normas sociais e padrões de comportamento. O cotidiano compartilhado com outras sociedades

exemplificava mudanças na conduta, adaptações ou rejeições aos costumes e hábitos da cultura do Outro. Em contextos coloniais, os europeus frequentemente experimentavam as dietas locais, principalmente a indígena, para sobreviver às duras realidades que as expedições exploratórias poderiam representar. Assim, levando em consideração a circulação de saberes existentes em espaços fronteiriços amazônicos, esta pesquisa evidencia, nas relações estabelecidas entre indígenas e viajantes franceses, práticas educativas balizadas no ato de comer.

Coroa, missões e drogas do sertão: instituições, trabalho indígena e economia política da colonização amazônica (1616-1808)
Eduardo José Monteiro da Costa – Universidade Federal do Pará

A comunicação examina a colonização portuguesa da Amazônia entre 1616 e 1808 a partir da experiência do Estado do Maranhão e Grão-Pará, com o objetivo de compreender como se articulavam Coroa, ordens religiosas, agentes mercantis e trabalho indígena na formação de uma economia colonial de base extrativista. Em diálogo com a Nova Economia Institucional e com a Teoria das Ordens Sociais, sustenta-se que a ocupação amazônica não pode ser lida como mera réplica malograda do Estado do Brasil, mas como uma configuração própria do ultramar português, moldada por imperativos geopolíticos, pela expansão missionária e pela exploração das drogas do sertão.

O argumento central é que a ordem social colonial amazônica se estruturou por meio de três engrenagens interdependentes: o regime de concessões régias e os monopólios comerciais, que concentraram privilégios e rendas; as missões e reduções, que disciplinaram populações indígenas, organizaram rotas de circulação e viabilizaram a coleta extrativista; e o estamento burocrático patrimonialista, que articulou clientelismo, coerção e controle territorial. Nesse arranjo, as populações indígenas não aparecem como pano de fundo passivo, mas como elemento central da dinâmica colonial, seja como força de trabalho, seja como alvo de disciplinamento, deslocamento e disputa entre missionários, colonos e administração régia.

Ao examinar o ciclo das drogas do sertão, a proposta mostra que o extrativismo florestal financiou a ocupação da região e reforçou uma matriz institucional de acesso limitado, marcada por altos custos de transação, baixa diversificação produtiva e concentração de poder. Assim, a comunicação busca contribuir para o simpósio ao enfatizar, simultaneamente, a especificidade amazônica no interior da América portuguesa e o papel dos diferentes grupos sociais na constituição de uma lógica colonial singular.

O Brigadeiro Madeira de Melo: um olhar português sobre a independência do Brasil
Eduardo José Santos Borges – Universidade do Estado da Bahia
Nadson Reis Mota – Universidade do Estado da Bahia

Esta comunicação analisa a Guerra de Independência do Brasil na Bahia sob a perspectiva do militar português Inácio Luís Madeira de Melo. Observa-se uma lacuna na historiografia do período quanto ao papel desempenhado por Madeira de Melo no movimento que, em 1823, polarizou "portugueses" e "brasileiros". Nomeado Governador das Armas na Bahia, ele atuou como porta-voz das Cortes de Lisboa em meio ao embate entre restauracionistas e separatistas. No cenário de instabilidade após o retorno de D. João VI a Portugal e a ascensão de D. Pedro, Madeira de Melo emergiu como figura central do projeto liberal português e da resistência à autonomia brasileira. A comunicação fundamenta-se na "Correspondência Oficial das Províncias do Brasil", ofícios, periódicos e bibliografia especializada, visando elucidar a atuação lusa no conflito tendo como referência as ideias do Brigadeiro Madeira de Melo.

Mobilidades sociais e o léxico das mestiçagens: trajetórias de forras não-brancas na Comarca do Rio das Velhas (século XVIII)

Eduardo Julião Teixeira Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho tem como principal objetivo explorar as relações entre as mobilidades sociais e o léxico das mestiçagens observáveis nas Minas Gerais do século XVIII. A partir da análise de testamentos de mulheres não-brancas, pretende-se esmiuçar a potencialidade desses documentos para o desenvolvimento da temática proposta. Dessa forma, destrincharemos as trajetórias individuais de duas mulheres forras que construíram suas vidas na capitania mineradora, explicitando como elas se envolveram com as redes de comércio de seus respectivos contextos e como sua atuação em modalidades comerciais distintas proporcionou níveis de ascensão socioeconômica também distintos. Por fim, demonstraremos como essas mobilidades sociais eram intimamente relacionadas às dinâmicas de mestiçagem do século XVIII e ao léxico pertinente a elas. Trata-se das categorias de distinção social vigentes no período, as então chamadas "qualidades" (branco, negro, preto, pardo, mulato, cafuzo, índio, mameluco, cabra, entre outros). Essas nomenclaturas foram utilizadas indiscriminadamente pelo corpo administrativo da Coroa portuguesa e por seus súditos, que, além disso, as compreendiam a partir de uma concepção hierárquica. Perceberemos, então, como as "qualidades" das testadoras em análise foram por elas omitidas durante a redação de seus legados e últimas vontades, e como isso pode apresentar relações diretas com as ascensões social e econômica por elas experienciadas. Assim, demonstraremos como os testamentos constituem fontes de elevado potencial qualitativo para o estudo da escravidão, das mobilidades sociais e das mestiçagens nas Minas Gerais setecentistas.

Entembes: cultos de aflição-fruição. O Sagrado centro-africano no Rio de Janeiro em princípios do século XIX

Eduardo Possidonio – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

A presente comunicação tem como objetivo analisar o campo do sagrado entre povos centro-africanos na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XIX, com foco em suas cerimônias públicas realizadas em praças e logradouros urbanos. Parte-se da compreensão de que tais práticas religiosas, embora marcadas por matrizes bacongas, ambundas e ovimbundas, constituíam-se também como resultado de intensos processos de mestiçagem e crioulização. Nesse contexto, destaca-se o papel do Rio de Janeiro como principal porto de desembarque de africanos trazidos pelo tráfico atlântico na primeira metade do século XIX, majoritariamente oriundos da África Centro-Ocidental, o que contribuiu decisivamente para a formação religiosa e cultural do sudeste brasileiro. Sustenta-se, assim, que a compreensão dessas práticas exige uma abordagem atlântica, capaz de considerar as dinâmicas históricas em ambos os lados do oceano, marcadas por longos processos de interação social, cultural e religiosa entre africanos, europeus e, no caso brasileiro, também povos indígenas.

Entre a suspeita e a utilidade: protagonismo econômico dos cristãos-novos nos sertões do rio São Francisco no século XVIII

Elaine da Silva Santos – Universidade do Estado da Bahia

O presente trabalho analisa a atuação de cristãos-novos nos sertões do rio São Francisco, Capitania da Bahia durante o século XVIII, enfatizando seu protagonismo nas dinâmicas econômicas regionais. Tradicionalmente, a historiografia sobre a temática na América portuguesa privilegiou a repressão inquisitorial e os mecanismos de vigilância religiosa, com foco nas práticas judaizantes e nos processos de perseguição. Sem negligenciar tais dimensões, este estudo propõe um deslocamento do eixo interpretativo para a inserção socioeconômica desses sujeitos, compreendendo-os como agentes centrais na consolidação das estruturas produtivas e comerciais sertanejas. O sertão sanfranciscano constituiu-se, no período abordado, como um espaço estratégico de circulação de mercadorias, expansão da pecuária e articulação logística entre o litoral, as áreas mineradoras e o interior da colônia. Nesse cenário, cristãos-novos articularam atividades de criação e comércio de gado, mineração, transporte de gêneros e sistemas de crédito informal. Tais práticas conferiram-lhes posições de relevância em uma sociedade caracterizada pela carência de agentes mercantis especializados e pela relativa fluidez das hierarquias sociais de fronteira.

Nesse contexto é importante pontuar a hipótese de que a utilidade econômica desses indivíduos fomentou a construção de redes de sociabilidade e mecanismos de proteção local, resultando em formas de convivência pautadas por um pragmatismo que relativizava, ainda que sob constante instabilidade a suspeição religiosa. Em outros termos, a integração social desses agentes foi favorecida por sua função econômica, embora a ameaça de denúncia persistisse, especialmente em conjunturas de acirramento de disputas locais. A análise fundamenta-se no cruzamento de fontes inquisitoriais, documentação notarial e registros administrativos, buscando evidenciar como as categorias de “suspeita”, “fama” e “utilidade” eram mobilizadas nas relações sociais

sertanejas. Ao articular economia, religiosidade e poder local, este trabalho contribui para os estudos sobre a diáspora criptojudaica ao reiterar o sertão como espaço de agência e negociação, transcendendo a visão de periferia negligenciada pelo controle metropolitano.

Palavras-chave: Cristãos-novos; Sertão do rio São Francisco; Economia colonial; Inquisição; Século XVIII.

Presença africana nos Sertões Baianos: Identidades e experiências nas fazendas sertanejas setecentistas

Elaine de Jesus Silva Honorio – Universidade Federal da Bahia

Inseridos no processo de adentramento dos sertões baianos, ocorrido ao longo do século XVIII, africanas e africanos escravizados contribuíram para instalação e formação das fazendas de gado sertanejas. A presente pesquisa tem como objetivo analisar a presença dos africanos escravizados a partir da identificação das nações (e/ou portos de origem) dos sujeitos traficados para os sertões baianos, especificamente para a as minas de Rio de Contas, durante a primeira metade do século XVIII. Para tanto, utilizaremos a consulta em fontes diversas, localizados no Arquivo Público de Rio de Contas (AMRC), tais quais inventários post-mortem e livro de matrícula de escravos, guia de registro do ouro, assim como ações judiciais de libelo civil, ação de justificação e ação de requerimento, produzidos durante o século XVIII. Estes documentos evidenciam não apenas a origem étnica dos sujeitos, como também vestígios das experiências de vida desses indivíduos.

A vila das minas de Rio das contas também esteve inserida dentro das dinâmicas do tráfico transatlântico e no comércio interno. A região foi revelou dinâmicas estabelecidas com o comércio da costa ocidental e centro-ocidental, como também, relações mais tímidas com a costa oriental durante o século XVIII. Este estudo pretende analisar os escravizados de origem da Costa da Mina, Jejes, e angolas, identificados com significativa presença nos documentos, além de investigar outras etnias de menor presença, como Massangano, Cassange, Uidá, cabo verde, dentre outras. Intenciona-se compreender significados dessas nações atribuídas em África e perceber de que forma foram apropriados pelos africanos agora no outro lado do Atlântico.

Conduzidos por essas “nações”, propõe-se apresentar os espaços de atuação e estratégias de sobrevivência criadas e recriadas por africanos que viveram na colônia em condição de cativeiro. Através da trajetória desses indivíduos, buscarei apresentar a presença africana, em alguns setores como no trabalho, nas relações familiares e nas redes de sociabilidades criadas nas fazendas sertanejas e no contexto de exploração aurífera em Rio de Contas, na primeira metade século XVIII.

A fronteira oeste e a autonomia indígena: A agência Mbaya-Guaykuru

Elias Augusto Pereira Nascimento Paiva – Universidade Estadual Paulista

A região do extremo oeste sul-americano configurou-se, ao longo dos séculos XVIII e XIX, como espaço de permanente disputa político-territorial entre os impérios ibéricos, cujas tensões persistiram mesmo após a assinatura do Tratado de Madrid (1750). Paralelamente às contendas envolvendo os impérios ibéricos, as populações originárias da região demonstraram, de forma sistemática, não absorver passivamente as imposições do avanço colonial, desenvolvendo estratégias próprias de resistência e negociação frente às forças lusitanas e hispânicas.

A presente comunicação articula os resultados obtidos na dissertação de mestrado com as problemáticas centrais do projeto de doutoramento em curso, propondo uma análise centrada no protagonismo político dos Mbaya-Guaykuru. Partindo de uma perspectiva etnohistórica e alinhada às contribuições da nova história indígena, busca-se reconstituir as políticas engendradas por este grupo na busca pela manutenção de sua autonomia, integridade territorial e continuidade cultural diante do avanço colonial na bacia do Rio Paraguai.

Argumenta-se que a guerra, embora presente nas relações interétnicas do período, não constituía o único – nem necessariamente o principal – mecanismo de resistência acionado pelos Mbaya-Guaykuru. Ao contrário, a documentação colonial analisada evidencia uma sofisticada agência política que se manifestava por meio de tratados diplomáticos, acordos formais com as autoridades lusitanas e, de modo especialmente significativo, pela inserção estratégica nas redes comerciais da capitania de Mato Grosso. O comércio emerge, assim, não como simples atividade econômica, mas como arena privilegiada do fazer político indígena – instrumento por meio do qual os grupos nativos negociavam posições, asseguravam recursos e preservavam margens de autonomia frente ao avanço colonial.

A instrução dos menores na Amazônia pombalina nas Capitanias do Grão-Pará e São Jose do Rio Negro – 1754-1798

Elizabeth Francielly Alecrin Macedo – Universidade Federal do Amazonas

O interesse pela educação das crianças no Brasil foi uma constante política da colonização portuguesa na América, visto que, desde o período do regimento das missões (1616-1757) a metrópole já se tinha a preocupação em instruir os menores para chegar até seus pais e conquistar a posse do território. Dessa forma, analisa-se que o modelo de ensino estabelecido na América tinha como objetivo as necessidades do estado sendo criado um projeto pedagógico que favorecesse a coroa Lusitana criando meios de expandir a colonização e enriquecer a metrópole. Esse conceito de doutrina se estende ao século XVIII onde tinha-se, o objetivo de fortalecer a presença colonialista do Estado português na região, enfraquecendo resistências de toda ordem e principalmente das culturas indígenas. Em suma a isso, esse trabalho busca analisar as instituições de poder e as novas

práticas educativas através dos mestres e autoridades de ensino a qual foram de fundamental importância para estabelecer um novo paradigma de educação no Brasil e na Amazônia durante o governo Pombalino. Dessa forma, pondera se acerca da política colonial que norteou o ensino na Amazônia no século XVIII dando ênfase a e a Capitania do Grão-Pará e a Capitania de São Jose do Rio Negro criada em 1755. É analisado neste cenário o governo do Ex- Secretário de Estado do Reino de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo (O Marquês de Pombal) durante o reinado de D. José I. O governo em destaque queria além do controle estatal a eliminação de qualquer elemento que não fosse somar com o projeto de modernização iluminista que se tinha para o reino e que se estendeu as suas colônias. Um dos pontos do iluminismo português é a ideia de um estado condutor de seus assuntos por meio de uma secularização a qual era o fator promissor dessa ideologia filosófica. É justamente através dessa política de padronização da administração de Pombal que a educação passou a ser assunto do Estado, servindo aos interesses da coroa a qual tinha ali a educação como método civilizatório ligados aos processos político-sociais de consolidação dos Estados Nacionais europeus. É possível traçar a partir deste ponto uma nova forma de colonização e de estabelecimento de fronteiras territoriais com a nova estrutura de se ter mestres no lugar da ordem missionários destacando-se os conflitos das leis regias e a busca por nacionalidade durante todo o processo educacional dos povos indígenas a qual se deu através dessas mudanças institucionais em que os menores estavam inseridos e sendo parte fundamental para esse novo projeto na Amazônia.

Papéis, ecos e alarmes: predação marítima e comunicação política no Atlântico Português entre o final do século XVII e o início do século XVIII

Elizabeth Vieira Menezes – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Como conjuntos de conhecimentos interferiam em rivalidades imperiais no Atlântico? Em que medida a circulação de informações orientava mecanismos de defesa de rotas marítimas e de territórios lusos? Inspirado por essas questões norteadoras, este trabalho tem por propósito investigar a comunicação política em resposta a episódios de predação marítima no Atlântico Português. Para tanto, objetiva-se rastrear a circulação de informações sobre a atividade de piratas e corsários conduzida no interior de redes de poder com ramificações nas cidades de Salvador e do Rio de Janeiro. A análise leva em consideração casos de avistamentos, ataques, saques, capturas de navios e invasões contra rotas e comunidades litorâneas noticiados durante o período entre o final do século XVII e o início do século XVIII.

A hipótese que orienta esta proposta sustenta que o acúmulo e a transmissão de conhecimentos eram mecanismos essenciais tanto para a continuidade de expedições de pilhagem quanto para a eficácia de políticas de combate à pirataria. Tal consideração parte da premissa de que conhecimento e poder eram elementos indissociáveis nas relações entre súditos de diferentes soberanos no Atlântico Sul. Em acréscimo, entende-se que o processamento de informações sobre a ameaça estrangeira era conduzido por uma ampla

gama de atores, tais como funcionários régios, potentados locais, negociantes, comunidades litorâneas, mercadores, oficiais militares, soldados, capitães de navio e homens do mar. Assim, a organização de sistemas de vigilância costeira e a condução de medidas defensivas por autoridades locais dependia da negociação com atores estrategicamente posicionados, cuja conduta correspondia a interesses pessoais, de grupos ou imperiais. Em outras palavras, a defesa dos domínios e de recursos lusos contra a contestação de agentes exógenos estava sujeita a relações de poder locais.

Por fim, cabe destacar que esta comunicação expõe os resultados parciais de uma pesquisa doutoral em andamento, que tem examinado uma ampla gama de fontes documentais, com ênfase para processos custodiados no fundo "Conselho Ultramarino" (AHU, Lisboa); correspondências entre agentes situados em diversos pontos do Oceano; registros administrativos; processos judiciais e relatos de viagem. Esse esforço visa reunir o caleidoscópio de perspectivas sobre a predação marítima, que eram orientadas tanto pelo jogo de poder entre Impérios Marítimos, quanto pelos projetos pessoais de piratas, corsários, seus apoiadores, vítimas e algozes. Em última instância, tal conjunto documental evidencia as dinâmicas contínuas de negociação entre poderes locais e instâncias imperiais, nas quais a gestão de informação era recurso estratégico fundamental.

Mitos, crenças e rituais indígenas nos sertões: entre a violência missionária e a ação inquisitorial

Elisangela Oliveira Ferreira – Universidade do Estado da Bahia

Esta comunicação procura abordar manifestações da religiosidade indígena nos sertões da América Portuguesa a partir do diálogo com fontes históricas de natureza diversa: documentação inquisitorial, narrativas de missionários e outras autoridades, além de registros paroquiais. Leva-se em consideração aqui o processo de interiorização da conquista e colonização entre os séculos XVII e XVIII e as sociedades que se formaram para além das franjas do mar, em território de fronteiras fluídas e controversas marcado pela diversidade de povos indígenas que ficaram conhecidos genericamente como "tapuias". Homens e mulheres indígenas dos sertões tiveram suas culturas, seus corpos e suas experiências atravessadas não somente pela ameaça e ação do Tribunal do Santo Ofício, mas principalmente pela ação e violência da catequese missionária. A intenção do trabalho é abordar fragmentos do universo simbólico dos indígenas dos sertões que foi despedaçado pelos efeitos da conquista e colonização. Busca-se abordar aspectos de seus mitos, crenças e rituais mágico-religiosos, considerando como práticas e expressões da religiosidade dos indígenas foram combatidas ou mesmo demonizadas e reduzidas à condição de feitiçaria, idolatria e/ou superstição. Por outro lado, considera se também os processos de apropriação, tradução e ressignificação de elementos da fé católica pelos indígenas no contexto da interiorização da conquista espiritual e territorial.

A Catequese Indígena Realizada por Católicos e Protestantes na Terra Brasilis
Elizete da Silva – Universidade Estadual de Feira de Santana

Pretendemos nesta comunicação analisar as similaridades e as divergências no pensamento católico e protestante a respeito da religiosidade dos grupos indígenas, bem como as tentativas de catequização desenvolvidas entre as comunidades indígenas. A população autóctone que habitava o território da Terra Brasilis causou um misto de curiosidade e dúvida aos portugueses e demais europeus, quanto à sua humanidade. Foi preciso uma Bula Papal em 1537, para afirmar que os naturais da nova terra eram pessoas e deveriam ser cristianizados decretando que os "ocidentalis e meridionalis índios tinham alma" afirmando a humanidade desses indígenas e que todos os esforços deveriam ser feitos para a salvação de suas almas. Na América Portuguesa, a Igreja Católica desempenhou importante papel, calcada numa visão de cristandade, de tentativa de exclusivismo religioso, porém cristãos reformados também entraram em contato com a população indígena e registraram representações, a partir das vivências que tiveram no território colonial brasileiro, especialmente os calvinistas holandeses no século XVII. A ideia que no alfabeto usado pelos indígenas não constava as letras F, L e R, isto é, por isso não tinham em suas comunidades nem Fé, nem Lei nem Rei, espalhou-se entre os cronistas e os missionários católicos e protestantes que se propuseram evangelizar os aborígenes. Homens do seu tempo, portadores de uma religiosidade cristã dividida entre os seguidores do Papa e os seguidores de Lutero e João Calvino. Por seu turno, as Nações Indígenas seguiam uma religiosidade Xamânica desconhecida dos europeus e classificada como paganismo e superstições pelos missionários. A Europa dividida por guerras religiosas entre católicos e protestantes e ávidas disputas mercantilistas repercute no Brasil colônia, com as invasões holandesas, em 1624 à Bahia, os quais foram derrotados, mas retornam ao território do Nordeste brasileiro e permaneceram de 1630 a 1654, quando foram expulsos pelos ibéricos católicos. Do ponto de vista católico analisamos a atuação do Frei Vicente do Salvador, a sua obra História do Brasil, bem como, a atuação do Frei Manoel Calado e a sua obra O Valeroso Lucideno. No Brasil Holandês analisamos a atuação dos predicantes da Igreja Reformada Vicente Joaquim Soler e Davi Doreslaar encarregados de trabalhar na missionação indígena, um plano de catequese para os povos indígenas esboçado pelos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais, a partir da obra de Barléu, História do Brasil sob o governo de Mauricio de Nassau e outras fontes da época. Trabalhamos na interface da História das Religiões e da História Cultural.

Colonização, colonialismos. Mitos e realidades
Elvira Cunha de Azevedo Mea – Universidade do Porto

Reflexão acerca da evolução polémica destes temas sobre o Brasil da época moderna. Supressão e remendos no século XXI.

Entre culpas e transgressões conjugais: maridos bígamos e esposas adúlteras

Emily de Jesus Machado – Universidade Federal da Bahia

Em 3 de junho de 1564, o Papa Pio IV emitiu a bula Benedictus Dei, que aprovava os novos decretos promulgados pelo recém-encerrado Concílio de Trento (1545-1563). Nos territórios da Coroa portuguesa, os decretos tridentinos passaram a vigorar a partir da expedição do alvará régio de 12 de setembro de 1564. A Igreja que se estabeleceu no Atlântico sul português trazia em sua base os dogmas reformadores tridentinos e, a partir deles, buscou estabelecer a ortodoxia nos territórios ultramarinos. O sacramento do matrimônio estava entre os temas que receberam atenção durante o Concílio de Trento. As vivências matrimoniais, contudo, em muitos casos, afastavam-se significativamente da regra eclesiástica. Nesta comunicação, analisaremos como casos de bigamia protagonizados por sujeitos residentes na América portuguesa nos possibilitam entrever como o apego à ortodoxia e as vontades que levavam às transgressões matrimoniais, por vezes, resultavam na prática da bigamia.

A partir de Trento, tornou-se inquestionável o caráter indissolúvel do matrimônio realizado de acordo com todos os preceitos estabelecidos pela Igreja. Estabeleceu-se, então, que o matrimônio só poderia chegar ao fim através da morte de um dos cônjuges ou a partir da garantia eclesiástica de uma anulação. O adultério, apesar de condenado pela Igreja, não estava entre os motivos capazes de desfazer o laço do matrimônio. Ele justificava a separação de corpos e o divórcio, dentre outras medidas punitivas quando praticado por mulheres, mas não permitia um novo enlace.

Ao analisarmos os 338 processos de bigamia masculina que correram no Tribunal de Lisboa durante os séculos XVI e XVII, encontramos diversos casos em que maridos que incorriam em bigamia justificaram suas ações relatando o adultério da primeira esposa. Foi o que ocorreu com Antônio de Miranda, processado em 1603. Cristão-velho, alfaiate, natural de Lisboa e morador em Salvador. De acordo com as informações do processo, as desventuras matrimoniais de Antônio estiveram, desde o início, conectadas às questões de honra que regiam o código de conduta moral da sociedade lusitana. Seu primeiro casamento aconteceu contra sua vontade, como medida de reparação por ter manchado a honra daquela que se tornou sua primeira esposa. O segundo e ilícito enlace realizou-se devido ao desejo de Antônio de revestir de legitimidade um novo relacionamento, contraído após sua esposa cometer adultério e fugir de casa. Utilizando como fio condutor o caso de Antônio de Miranda, buscaremos analisar como o disciplinamento proposto e idealizado pela Igreja tridentina se mesclava e também entrava em choque com as realidades vividas pelos súditos da Coroa portuguesa, construindo os contornos das famílias nesta margem do Atlântico.

"Virtude para remediar os males ocultos": as práticas mágico-religiosas da indígena Sabina como produção de conhecimento subalterno na Amazônia colonial Setecentista

Emily Vitória Paiva da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

No processo de conquista e consolidação da presença portuguesa nas possessões ao norte de sua colônia na América, destacou-se a interseção entre domínio militar e ação dos poderes religiosos. Não por acaso, durante o século XVIII, a atuação do Tribunal do Santo Ofício português na Amazônia colonial correspondeu a um cenário já consolidado de controle e coerção inquisitorial, enraizado em mecanismos de vigilância anteriores à visitação de Giraldo José de Abranches, ocorrida entre os anos 1763 e 1769. Tal maquinário se sustentava em uma rede de Comissários e Familiares do Santo Ofício, que funcionavam como "olhos e ouvidos" atentos aos desvios de fé e de comportamento (Mello, 2014; Carvalho Júnior, 2011). Aparelhada ao projeto civilizador pombalino, a Inquisição atuou como instrumento de normatização da fé e dos costumes (Mattos, 2009, p. 139-143).

Isso porque, a presença da Inquisição se deu em um contexto que a religiosidade era formada pelo encontro de diferentes cosmologias, pertencentes aos grupos com significativa distância cultural que buscaram compreender e assimilar as práticas que lhes eram estranhas por associação com o que já era conhecido. Este foi um aspecto constitutivo da sociedade heterodoxa na qual até mesmo o cristianismo, como aponta Laura de Mello e Souza (1986), não estava livre da associação com as práticas indígenas e africanas em algum nível. O Santo Ofício, por sua vez, também seguia a lógica de buscar ler e compreender as manifestações distantes da cosmovisão cristã por meio da associação ao conhecido.

Pelo lado das populações subalternas indígenas e africanas, a compreensão do cristianismo, e outras mostras religiosas através da associação de seu próprio universo resultou na construção de um imaginário religioso heterogêneo. Já a Igreja enquanto instituição de poder que ocupava esferas oficiais de controle social, ao ler a religiosidade dissidente da cosmovisão cristã, resultava na demonização dessas crenças. Não à toa, denúncias, confissões e processos foram voltados essencialmente para as práticas mágico-religiosas consideradas pelas autoridades como desviantes do cristianismo tradicional.

Sob esta perspectiva, este trabalho pretende analisar a trajetória da indígena Sabina, que, embora amplamente denunciada por pactuar com o Diabo, ao conjugar cosmologias indígenas e católicas em seus processos de cura, produziu saberes heterodoxos que desafiaram a normatividade religiosa e cultural imposta pela colonização, evidenciando protagonismo nas estruturas coloniais. Sua trajetória permite compreender como populações indígenas, especialmente mulheres, mesmo em um contexto de marginalização e vigilância, articularam produção de conhecimento e protagonismo nas estruturas coloniais.

Faces do renascimento agrícola: as capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro em perspectiva comparativa (1779-1795)

Enzo de Paula Perassoli – Universidade Federal do Rio de Janeiro

O último terço do século XVIII no Brasil colonial é caracterizado pela revitalização da agricultura e diversificação das exportações. O fenômeno possui múltiplas causas: o desenvolvimento das redes de comércio interno; a política ilustrada portuguesa que buscava garantir a rentabilidade da colônia em um contexto de decadência da atividade mineradora; e a alta dos preços dos artigos coloniais nos mercados internacionais, explicada pelas diversas crises que prejudicaram produtores concorrentes e pelo aumento da demanda impulsionado pela Revolução Industrial. No entanto, a revitalização da agricultura não se manifestou de forma uniforme e idêntica em todas as capitanias. Nesta comunicação, pretendemos demonstrar não apenas as bases necessárias para o crescimento das atividades agrícolas neste contexto, mas também identificar os condicionantes que explicam suas diferentes manifestações. Para isso, realizamos uma comparação sistemática entre as capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro, as com economia mais pujante da época no Brasil. Ademais, suas capitais eram os maiores portos escravistas da colônia, bem como eram centrais do ponto de vista político, sendo o Rio de Janeiro capital da colônia desde 1763 e Salvador a antiga capital. As principais fontes utilizadas foram a correspondência administrativa dos vice-reis do Rio de Janeiro e dos Governadores da Bahia com a Corte entre 1779 e 1795, nas quais se pôde consultar uma série de informações sobre a agricultura de cada região e as medidas que as autoridades coloniais tomaram no intuito de promovê-la. Constatamos que a revitalização da agricultura foi acompanhada da expansão da escravidão nos dois casos e de uma maior diversificação produtiva no Rio de Janeiro, com a disseminação do anil, do arroz e, em menor grau, do café, enquanto a Bahia, apesar do desenvolvimento da lavoura algodoeira, se apoiou mais fortemente nos produtos agrícolas tradicionais, como o açúcar e o tabaco. Concluímos que a diversificação foi mais acentuada no Rio de Janeiro, pois a capitania contava com uma rede de abastecimento mais ampla do que a da Bahia e, portanto, podia alocar menos recursos para a produção de alimentos. Outro fator importante foi a menor flexibilidade da agricultura baiana, onde se verificava uma forte especialização regional em seu coração produtivo, o Recôncavo, característica reforçada por mecanismos políticos e econômicos locais. Com a os vice-reis do Rio de Janeiro possuíam margem para apoiar a diversificação agrícola. Os governadores da Bahia, por sua vez, eram obrigados a concentrar seus esforços em conter as crises de abastecimento frequentes que atingiam Salvador e a capitania.

A Nobreza formal entre o reino e negros da terra: Bento Maciel Parente e a formação de uma nobreza ultramarina

Eric Fagundes de Carvalho – Prefeitura Municipal de Petrópolis / Prefeitura Municipal de Teresópolis

Este trabalho tem por objetivo analisar as possibilidades de integração política e social de fidalgos da Casa Real na América lusa ao longo do século XVII. Para isso, a pesquisa incide sobre a trajetória de Bento Maciel Parente e seus descendentes no norte do território português na América. Nesse sentido, um ponto a ser destacado foi a intensa

mobilidade e circulação desse grupo de fidalgos entre as mais diversas partes da monarquia lusa, especialmente em suas margens atlânticas.

Ao longo desse processo, buscamos compreender a formação de alianças importantes, não apenas as construídas entre membros da hierarquia formal do reino, uma vez que indígenas e africanos escravizados cumpriram importante papel na viabilização de projetos de interiorização e de consolidação da conquista. Um ponto a ser destacado, é a reprodução no tempo dessas alianças, atravessando alterações dinásticas, e sobre as quais se fiaram processos fundamentais de estabelecimento territorial e do poder local – não só das famílias de fidalgos, como da própria monarquia lusa nessas paragens.

O trabalho destaca a importância das alianças entre vassalos lusos e grupos indígenas, associando os serviços em defesa da monarquia luso-hispana a traços importantes das sociedades ameríndias, como a guerra e o estabelecimento de pactos políticos e familiares para a arregimentação de aliados flecheiros. Um processo que acabaria por emprestar à lógica tardo-medieval da justiça distributiva, baseada na retribuição de serviços prestados por leais vassalos da monarquia, um cariz tupinambá. As capitanias e cargos administrativos dos fidalgos abarcados pela pesquisa eram concedidos como ofícios régios, remunerando de forma geral préstimos militares, assumindo práticas antigas do Antigo Regime em um contexto de novos aliados e estratégias políticas e sociais.

Nesta apresentação ficará claro que a consolidação da monarquia pluricontinental nos trópicos dependeu de acordos constantes com aldeias indígenas. Para conquistar e defender o território, as flechas tupinambás deveriam estar sob controle. Do contrário, os interesses da monarquia não poderiam ser viabilizados. Naturalmente, os personagens principais dessa pesquisa estavam cientes dessa especificidade. Com êxito, pelo menos durante um determinado período, esses fidalgos foram capazes de consolidar seus serviços, transformando-os em cargos, ofícios, poder e, em certa medida, patrimônio material. A condição privilegiada na hierarquia formal do reino constituiu um meio de acesso importante a esses recursos.

Jean Louis Vastey (1781-1820) e a escrita de uma narrativa histórica anticolonial para a (re)construção do Haiti independente

Erika Camila Pereira Nunes – Universidade Federal da Bahia

A Revolução Haitiana figura entre os acontecimentos mais decisivos da modernidade. Protagonizada por mais de quatrocentos mil escravizados que enfrentaram – e derrotaram – a França imperial, suscitou reações intensas tanto entre ex-colonizadores quanto entre os recém-descolonizados. Enquanto aqueles articulavam projetos de recolonização, estes elaboravam estratégias de afirmação soberana, ancoradas na denúncia sistemática dos efeitos do colonialismo e na valorização da experiência revolucionária. É nesse cenário que se insere a atuação de Jean Louis Vastey, homem de cor, servidor do Estado haitiano e intelectual comprometido com a consolidação do novo regime. Filho de pai francês e

mãe "mestiça", outrora beneficiários do sistema colonial em Saint-Domingue, Vastey participou, ainda jovem, do movimento emancipatório. Lutou ao lado dos exércitos revolucionários, e posteriormente, como secretário no governo do imperador Henri I, dedicou-se à construção de uma escrita da história do Haiti sob uma perspectiva haitiana. Sua produção insere-se tanto na administração do reino quanto em um projeto político-filosófico mais amplo: formular um discurso capaz de narrar a revolução a partir dos vencedores – frequentemente retratados pelo Ocidente como vencidos – e, simultaneamente, legitimar a independência haitiana como expressão de civilização, liberdade e exemplo para sociedades ainda escravistas e colonizadas. Este trabalho propõe analisar sua vida e sua obra central, Le Système colonial dévoilé (1814), com foco na sociogênese de um projeto historiográfico orientado à legitimação estatal, bem como à ressignificação de categorias como liberdade, independência e raça. Metodologicamente, articula-se a história conceitual à análise social do discurso, buscando compreender as condições de produção e circulação dessas ideias atlânticas numa era das revoluções que deu lugar a uma era dos nacionalismos. Ainda em fase inicial a pesquisa de mestrado acadêmico investiga como, em um contexto marcado pela emergência do racismo científico, pela contestação da emancipação haitiana e pelo não reconhecimento de sua soberania, o Haiti produz uma escrita descolonizada, ainda que vinculada aos interesses do Estado. Tal empreendimento resulta na formulação de uma narrativa anticolonial alternativa sobre sua própria fundação. Apoiado em autores como Marlene Daut (2012,2017,2025), Jean Pería (2019) e David Nicholls (1979;2025), o estudo contribui para o aprofundamento da gênese do pensamento anticolonial caribenho, da história pós-colonial haitiana e das relações entre literatura e Estado-Nação.

Palavras-chave: Literatura. Independência. Vastey.

Estudo filológico-lexical e discursivo de textos sobre "as vilas de índios" no cenário cearense dos séculos XVIII e XIX (1761-1820): relações de violência e de resistência

Erivaldo Sales Freitas – Universidade Estadual do Ceará

O propósito deste trabalho relaciona-se à análise filológico-lexical e discursiva de textos históricos dos séculos XVIII e XIX (1760 a 1820) sobre as "vilas de índios" no cenário cearense, no âmbito do Diretório Pombalino, com foco nas relações de violência e de resistência envolvendo os povos nativos, manifestas nos discursos dos documentos situados no contexto do Diretório Pombalino. O aporte teórico compreende três eixos: Filologia, principalmente quanto aos processos de edição do texto histórico, bem como da função substantiva da Filologia, adentrando na análise textual, razão pela qual incorporam-se as perspectivas da Filologia engajada de Warren (2023); estudos lexicais, notadamente de Abbade (2012), quanto a considerar o léxico como via de acesso aos processos de nomeação e de valoração; e Análise Crítica do Discurso – que completa o embasamento não só teórico, mas também metodológico, por fornecer subsídios para investigar os mecanismos linguísticos que expõem relações de violência no discurso. Por isso, utiliza-se a abordagem histórico-discursiva de Wodak (2003;2016), a fim de delinear

os discursos que materializam violências. A análise indica que o aspecto central na política Pombalina a respeito dos indígenas era a utilização desses povos em prol do projeto colonizador. Nesse sentido, os textos construídos pelas autoridades da época evidenciam elementos discursivos que manifestam violências (física e simbólica). Observa-se que, discursivamente, o principal mecanismo usado foi a polarização ideológica, no sentido de colocar em planos distintos a figura do colonizador – referenciada positivamente, como superior – e do indígena – colocada sob o viés da inferiorização. Em decorrência disso, emergem uma série de elementos lexicais e discursivos materializadores de violência. Por outro lado, vislumbra-se a presença de movimentos de resistência dos nativos no intuito de preservarem, não só o direito de existir, mas também suas práticas culturais. A reconstrução discursiva com base no estudo interdisciplinar sob a ótica da Filologia, dos estudos lexicais e da Análise Crítica do Discurso pode contribuir para viabilizar um novo olhar acerca dos nativos no âmbito da colonização. Em oposição à ótica do colonizador de apresentar o indígena como preguiçoso, não confiável, apático, a presente discussão busca suscitar a ressignificação desses elementos no sentido de se enxergar neles o papel ativo do autóctone na resistência pelo seu direito de existir, cujas atitudes estão escamoteadas ideologicamente pelas estruturas de poder da colonização, a partir das quais se impõe uma identidade negativa do indígena que foi sendo internalizada pela sociedade ao longo do tempo.

Depois da abertura. Revistando o contrabando no período entre a vinda da Corte e a independência do Brasil
Ernst Pijning – Minot State University

O contrabando não terminou depois da abertura dos portos em 1808. Ficaram restritos e continuaram proibidos os produtos do monopólio régio, como os diamantes e o pau-brasil. Sua venda no mercado era regulada pelo Banco do Brasil no Rio de Janeiro e os seus agentes em Londres e Lisboa. Nesta comunicação analiso a nova mentalidade dos diplomatas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves nos Países Baixos, tentando envolver e convencer o governo neerlandês a represar os envios ilegais destes produtos do Brasil para a Europa. Pretendo apresentar uma nova perspectiva sobre o direito supranacional no combate aos crimes comerciais, baseada em fontes existentes em arquivos de Lisboa e de Haia, na Holanda.

Aliança, cooperação e proteção entre índios e negros e a formação de mocambos nos sertões das capitanias do Piauí e do Maranhão no século XVIII
Esmeralda Lima da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A prática de fuga entre os índios foi uma constante e ocorreu ao longo de todo o processo colonial. Essa foi uma das estratégias utilizadas por esses sujeitos para se esquivarem do trabalho compulsório ao qual eram submetidos. Essa "tradição" indígena foi rapidamente assimilada pelos africanos e seus descendentes, que, com o auxílio dos índios e também

de outros grupos sociais, criaram rotas de fuga e passaram a formar novas territorialidades, buscando autonomia nos sertões. Em variados contextos, as fugas e a formação de mocambos se tornaram recorrentes, passando a preocupar moradores e autoridades coloniais. Essas constantes queixas sobre fugas e a formação de mocambos aparecem em diversas correspondências de moradores, religiosos e autoridades da época. Dito isso, esta pesquisa busca discutir a formação dessas povoações de fugitivos e as complexas relações estabelecidas entre índios e negros nos sertões das capitanias do Piauí e do Maranhão, por meio da análise de diferentes fontes documentais existente no Arquivo Público do Estado do Piauí (APPI), no Arquivo do Estado do Maranhão (APEM), no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), nos Anais da Biblioteca Nacional, especificamente o Livros Grosso do Maranhão (vols. 66-67) e na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa. Apesar de a pesquisa se encontrar em fase de desenvolvimento, é possível compreender que, durante as fugas os indígenas contaram com o auxílio de negros escravizados, esses não somente auxiliaram nas fugas, mas também se amocambaram junto aos indígenas e aliaram nas revoltas durante os roubos e insultos aos moradores. Essas dinâmicas de alianças estabelecidas entre esses sujeitos foram fundamentais na construção de povoações de fugitivos, que devem ser entendidos enquanto espaço onde esses sujeitos construíram e agenciavam novas dinâmicas de territorialidade nos sertões.

Um Governador-Mercador em Pernambuco: Administração, corrupção e monopólios sob Dom Tomás José de Mello (1787-1798)

Estevam Henrique dos Santos Machado – Estevam Henrique dos Santos Machado – Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco / Secretaria Municipal de Educação de São José da Coroa Grande

A participação de indivíduos de diversos setores sociais na atividade comercial era um fenômeno largamente observado não apenas no Brasil colonial, mas em outras realidades do mundo moderno. Mesmo com a proibição do comércio para os funcionários régios, tais sujeitos não deixavam escapar a oportunidade de auferir grandes lucros durante sua estada na colônia, visando, principalmente, compensar os baixos salários. Os governadores, por exemplo, circulavam pelas diversas paragens do Império e, ao não se fixarem por longos períodos, deveriam, ao menos em tese, corporificar os interesses da monarquia acima dos interesses locais. Nesta apresentação, buscamos debater as estratégias utilizadas pelo governador da capitania de Pernambuco, Dom Tomás José de Mello, para manter o controle sobre o comércio de diversos produtos essenciais, como a carne, a pólvora e a farinha. Percebemos que, por meio de práticas verticais clientelares, Dom Tomás construiu uma complexa rede composta por "testas de ferro" e oficiais régios, os quais lhe garantiam o controle da distribuição e comercialização desses produtos. Dessa forma, conseguia arrematar contratos e instituir monopólios, gerando descontentamento na praça comercial do Recife. Sua inserção no comércio da capitania provocou uma série de denúncias; entre os detratores, o comerciante João de Deus Pires Ferreira detalhou as ações do governador no texto intitulado "Análise do monopólio das carnes, da pólvora e do comércio da ilha de Fernando de Noronha praticados em

Pernambuco debaixo da proteção do governador daquela capitania D. Tomás José de Mello". A "Análise do monopólio", ainda que não explicitamente, encontrou contradita em vários ofícios do governador endereçados ao Conselho Ultramarino. A campanha empreendida por seus rivais obteve êxito com a instauração de uma devassa, que resultou na sua destituição do cargo de governador em 1798.

Práticas jurídicas em processos criminais sobre violência sexual contra mulheres na capitania do Ceará no século XVIII

Expedito Eloísio Ximenes – Universidade Estadual do Ceará

A administração judiciária e criminal da capitania do Ceará, até 1723, estava sob a responsabilidade dos presidentes das câmaras das vilas ou juízes ordinários. Estes eram homens sem formação jurídica, muitas vezes, não sabiam sequer assinar os próprios nomes, no entanto, administravam judicialmente os conflitos que afetavam a população. A criação da ouvidoria ocorreu em 1723 (Studart 1922), quando os ouvidores gerais por meio das visitas de correição por toda a capitania, passaram a receber as denúncias dos crimes. Os documentos jurídicos gerados como resultados das denúncias constituíram os códices dos autos de querela e denúncia, uma peça jurídica fundamental para se conhecer a história da violência. Dentre os crimes registrados, destacam-se defloramentos e estupros de mulheres. Pretendemos, nesta comunicação, discutir essa tipologia criminal que marcou a história das vilas do Ceará no século XVIII. O corpus é constituído por quatro códices de autos de querela produzidos entre 1777 a 1789. Estes documentos estão no acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará, foram transcritos e editados. Para a edição, adotamos o modelo semidiplomático do método filológico, que preserva todas as formas linguísticas do testemunho manuscrito. Realizamos o levantamento das mulheres vitimadas e classificamos os tipos de crimes, descrevemos a forma como os agentes da justiça conduziram os processos, os recursos utilizados para a realização do exame de vistoria nas mulheres vitimadas, quem e como eram realizados esses exames para comprovação do crime e que medidas foram tomadas em relação aos denunciados. A análise foi embasada na realidade do próprio documento e no Código Filipino (1603), que estabelece os tipos de crime, como registrá-los e quais as penalidades. Para o estudo do contexto de violência orientamo-nos em trabalhos sobre a temática, Vieira Jr. (2004) que analisa a violência no Ceará, Ximenes (2013) com o estudo dos autos de querela na perspectiva da linguagem jurídica e criminal e Sampaio (2024) que investigou a violência sexual contra mulheres nesses documentos. Sobre a organização jurídica do Império português tomamos vários autores dentre eles Hespanha (1982 e 1994), Prado Jr. (1999), Garcia (1975), Salgado (1985) que discutem a estrutura administrativa portuguesa transposta para o Brasil colônia. Cremos que este trabalho esteja coerente com o propósito do simpósio Estruturas, Práticas e Usos da Justiça no Império Português, ao trazer um recorte das práticas jurídicas da então capitania do Ceará, no século XVIII, referente aos crimes contra as mulheres narrados pelas mãos dos escrivães da correição nas visitas dos ouvidores às vilas cearenses.

Palavras-chave: império português; capitania do Ceará; práticas jurídicas.

F

Muito além do feitiço: concubinato, cor e condição feminina em Angola – século XVIII

Fabiana Schleumer – Universidade Federal de São Paulo

Nos últimos anos, há um destaque crescente na quantidade de pesquisas e publicações sobre a história de vida de mulheres africanas no Atlântico Negro. Geralmente, esses estudos adotam uma abordagem interdisciplinar, explorando diversas metodologias que vão desde o diálogo com a Antropologia até o uso específico da "trick description".

Assim, é importante destacar a contribuição do historiador Kalle Kananoja nesta temática. Em 1980, ele publicou um artigo que abordava a questão da crioulização em Angola, no qual analisou a história de Catarina Juliana e João Pereira da Cunha. Ela, uma africana nascida em Luanda, era considerada "concubina" de seu senhor. Ele, um homem português, ex-capitão-mor de Ambaca, membro da Ordem de Cristo. Ambos passaram por processos inquisitoriais distintos, sendo acusados de feitiçaria, idolatria, e presos pela Inquisição de Lisboa.

É relevante observar que o termo "concubina" e seus diversos significados têm sido pouco discutidos ou até negligenciados nas análises históricas acerca dos papéis e vivências das mulheres africanas em Angola no século XVIII. Portanto, esta análise abordará a trajetória de Catarina Juliana utilizando os conceitos de concubinato, condição feminina e marcadores de diferença. O desenvolvimento das problemáticas deste estudo será baseado na análise cruzada dos dados presentes nos Cadernos do Promotor (ANTT) e em diversos documentos, incluindo cartas, relatórios, mapas e tratados relacionados a Angola e ao seu interior (IHGB), entre outros.

Dinâmica administrativa na Amazônia portuguesa: o fim da capitania-mor do Pará (século XVIII)

Fabiano Vilaça dos Santos – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Do último quartel do século XVII até meados do século XVIII, a capitania do Pará sofreu a interferência direta dos governadores e capitães-generais do Estado do Maranhão, presentes muito mais tempo em Belém do que na cabeça do governo, São Luís. Embora o Pará fosse subordinado ao Maranhão e seus capitães-mores tivessem Regimento desde 1669, a transferência dos governadores e capitães-generais para Belém, com sua jurisdição e poderes, anulava as prerrogativas dos capitães-mores do Pará. Essa dinâmica administrativa perdurou até meados do século XVIII, quando o Estado do Maranhão e Grão Pará passou a se chamar do Grão-Pará e Maranhão. A relação de subalternidade entre as duas capitanias se inverteu e Belém tornou-se cabeça do governo do Estado. O

Maranhão passou a ter um governador, sem o título de capitão-general, e a figura do capitão-mor do Pará desapareceu. A comunicação parte justamente dessa dinâmica administrativa para discutir como se deram essas mudanças no governo das principais capitanias da chamada Amazônia portuguesa, por volta de 1750. Neste ano, o último capitão-mor do Pará foi escolhido por concurso no Conselho Ultramarino. José Miguel Aires permaneceu pouco tempo no cargo e mal teve condições de governar, devido à presença do governador e capitão-general em Belém e à mudança na configuração político-administrativa do Estado, a partir de 1751. Apesar isso, passou anos solicitando o pagamento dos soldos referentes ao triênio para o qual fora nomeado, conforme a sua carta patente, e não pôde cumprir. Antes de José Miguel Aires, as circunstâncias exigiram que Custódio Antônio da Gama, designado para o comando da Fortaleza do Gurupá, exercesse brevemente a capitania-mor do Pará. A comissão levou o militar a requerer também a formalização da sua nomeação e o pagamento de soldos correspondentes. Por essa e outras razões, é importante investigar o que a historiografia clássica e os compêndios de história da administração colonial não contemplaram. Em primeiro lugar, as já mencionadas dinâmicas governativas; em segundo, a existência de capitães-mores no Pará, omitidos em diferentes obras, cujas trajetórias foram obscurecidas justamente pela itinerância do governo do Estado do Maranhão; e, em terceiro lugar, o modo como esses oficiais régios interpretavam os instrumentos (as cartas patentes) pelos quais os monarcas portugueses lhes delegavam poderes para governar, em seu nome, as conquistas ultramarinas. Nesse sentido, e em consonância com a revisão historiográfica e a investigação empírica, a comunicação pretende contribuir para o desenvolvimento de uma percepção mais fluida do cotidiano da administração colonial, em lugar de uma visão factual e esquemática.

Parentesco, guerra e poder: origens familiares e estratégias de reprodução social da elite farroupilha (séculos XVIII-XIX)

Fábio Kühn – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nas “Notas ao Processo dos Farrapos”, publicadas em 1933, Aurélio Porto já observava “a coincidência de que eram estreitamente ligados por parentesco os três organizadores e executores da rebelião de 20 de setembro” de 1835. Aquilo que o historiador sul-rio-grandense percebeu como “coincidência” era na verdade um padrão social recorrente, na medida em que as relações familiares tinham naquela época uma posição central e estratégica. A família era concebida como um vasto sistema de relações construído segundo a dupla lógica da linhagem e do parentesco e se impõe como um dos marcos dentro do qual se desenvolviam as relações sociais no Brasil escravista. Bento Gonçalves da Silva (1788-1847), contou com o apoio decisivo de alguns parentes próximos, seus primos, todos considerados lideranças da revolta. Para maior precisão, José Gomes de Vasconcelos Jardim (1773 1854) era primo da mãe de Bento, enquanto Onofre Pires da Silveira Canto (1799-1844) era filho de outra prima da sua mãe. Essa trama envolve ao mesmo tempo o pertencimento a uma determinada linhagem (a descendência de Jerônimo de Ornelas e Lucrécia Barbosa, casal de pioneiros/conquistadores do Continente do Rio

Grande), mas também a uma parentela bastante articulada, caracterizada pela recorrência de casamentos endogâmicos e alianças estratégicas entre estancieiros, negociantes e militares. Assim sendo, este trabalho analisa as origens familiares setecentistas e as estratégias de reprodução social de um dos núcleos principais da elite dirigente da Guerra dos Farrapos. No que toca aos grupos dominantes, falar em estratégias de reprodução social refere-se às práticas através das quais se busca conservar ou ampliar seus diferenciais de poder em relação aos demais agentes do espaço social. Os dados preliminares indicam a predominância de famílias luso-brasileiras com forte enraizamento no espaço platino e conexões atlânticas diversificadas. Sugerimos que a liderança farroupilha não deve ser interpretada apenas como produto de um ideário político liberal ou republicano, mas como expressão de um grupo social assentado em redes familiares densas, patrimônio escravista relevante e circulação transfronteiriça.

O papel do Conselho Ultramarino na definição das políticas indigenistas coloniais: notas iniciais de pesquisa

Fabricio Lyrio Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Esta comunicação visa apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa em andamento que traz como tema central a atuação do Conselho Ultramarino na definição, interpretação e aplicação das leis e regulamentos que buscavam enquadrar as populações indígenas no ordenamento colonial português, no período de 1670 a 1750. A pesquisa se insere no campo da história indígena e do indigenismo, buscando também contribuir para o debate em torno da administração colonial. O problema central a ser desvendado é: qual o lugar ocupado pelo Conselho ultramarino na definição, interpretação e implementação das políticas indigenistas do período colonial. Entende-se que o trabalho é relevante do ponto de vista histórico e historiográfico, pois, sem diminuir a importância de se estudar os grupos marginalizados, oprimidos e subalternizados, a análise dos grupos dominantes de uma sociedade é também uma forma de desvendar e compreender os mecanismos de desigualdade e exclusão que, embora situados em determinado tempo e espaço, repercutem em outras temporalidades. Os principais objetivos a serem alcançados são: desvendar a atuação do Conselho Ultramarino nas políticas indigenistas coloniais, no período de 1670 a 1750, por meio da análise das consultas referentes às matérias que envolviam as populações indígenas de diferentes capitanias; mapear as principais ideias e posicionamentos políticos discutidas no âmbito do Conselho; evidenciar o uso da comparação como ferramenta de governo; ampliar o debate sobre as relações entre metrópole e colônia. O levantamento da documentação permitiu a identificação de dezenas de consultas sobre a questão indígena, com temáticas diversas, abarcando várias capitanias da América Portuguesa. Nesta comunicação, pretende se apresentar e discutir os resultados iniciais deste levantamento e uma análise preliminar das fontes. A metodologia adotada envolve a identificação do ano, local e assunto de cada consulta, os agentes envolvidos, a legislação vigente e os eventuais conflitos em torno da sua aplicação ou interpretação, as opiniões das autoridades, o parecer do Conselho, os votos em separado e, por fim, a resolução régia. Os dados iniciais a serem apresentados revelam

o predomínio de consultas relacionadas à atuação das ordens religiosas, às guerras de conquista e ao trabalho indígena, no Estado do Brasil, e as relativas ao trabalho indígena, à administração dos aldeamentos e às ordens religiosas, no Estado do Grão-Pará e Maranhão sempre na ordem indicada. Provisoriamente, pode-se concluir que o Conselho Ultramarino ocupou um lugar central na definição, interpretação e aplicação da legislação indigenista colonial, ancorando-se na construção de uma visão ampla, comparativa e de longa duração sobre a colônia.

Hidden Itineraries and Ghost Cargoes: U.S. Commercial Strategies in a Spanish South American Entrepôt (Río de la Plata 1797-1807)
Fabrício Prado – William & Mary

This article reassesses the place of South America in early U.S. global commerce by repositioning the Río de la Plata as a central South Atlantic entrepôt between 1797 and 1807. Contrary to long-standing interpretations in U.S. economic historiography that portray trade with South America as irregular or marginal, it argues that U.S. merchants were deeply integrated into trans-imperial commercial circuits linking North America, the Caribbean, Europe, Africa, and the Pacific. The apparent marginality of this trade stems less from its actual scale than from the limitations of U.S. state-generated sources, which record only a fraction of commercial activity conducted by U.S. vessels abroad.

Drawing on Spanish and Portuguese port records, administrative and judicial documentation, and private commercial correspondence, this study reveals that many U.S. vessels followed complex, multi-port itineraries that rarely appear in U.S. customs, shipping, or treasury records. Rather than sailing directly between U.S. ports and foreign destinations, merchant ships routinely moved between European, African, Caribbean, and South American ports, acquiring and disposing of cargoes entirely outside U.S. jurisdiction. As a result, significant volumes of trade – including specie, commodities, and freight earnings – remain effectively hidden from conventional quantitative reconstructions of early American commerce.

Política de rejeição e produção do fracasso no Santo Ofício: candidaturas recusadas na Vila de Cachoeira (1681-1750)
Felipe dos Santos – Secretaria de Educação do Estado da Bahia

Esta comunicação analisa as candidaturas recusadas aos cargos de familiar e comissário do Tribunal do Santo Ofício na Vila de Cachoeira, entre 1681 e 1750, tomando as habilitações malsucedidas como chave interpretativa dos mecanismos de distinção e exclusão social na América portuguesa. Parte-se da hipótese de que a Inquisição, para além de sua função religiosa, operava como instância de certificação de honra e idoneidade genealógica, convertendo a familiatura em instrumento de legitimação social,

valorizado por segmentos locais (CALAINHO, 2006; RODRIGUES, 2012; WADSWORTH, 2007; TORRES, 1994).

Ao examinar os processos de habilitação malsucedidos, busca-se compreender como o indeferimento implicava não apenas fracasso administrativo, mas também estigmatização social associada à "impureza de sangue". Ao eleger o fracasso como categoria analítica, a pesquisa desloca o foco da historiografia tradicional, centrada em trajetórias bem-sucedidas, para compreendê-lo como elemento constitutivo das dinâmicas sociais do Antigo Regime, em diálogo com abordagens recentes sobre sucesso e fracasso na modernidade (ÁLVAREZ-OSSORIO ALVARIÑO et al., 2023). As recusas inquisitoriais desempenhavam função normativa ao delimitar fronteiras de pertencimento e reafirmar critérios de honra (CARNEIRO, 1985; RAMINELLI, 2015; OLIVAL, 2001; LOPES, 2018).

O estudo analisa 48 candidaturas recusadas, identificando fundamentos recorrentes dos pareceres negativos, como suspeitas de ascendência cristã-nova, africana ou indígena; classificações raciais; conduta desabonadora; insuficiência moral e econômica; e lacunas genealógicas. Argumenta-se que o indeferimento produzia efeitos duradouros sobre a reputação pública e as possibilidades de mobilidade social do postulante.

Metodologicamente, a pesquisa baseia-se na análise de processos da subsérie Habilitações Incompletas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, articulando micro-história, análise relacional, paradigma indiciário (GINZBURG, 1989) e a noção de estigma (GOFFMAN, 1988). O cruzamento com outras fontes permite situar os indeferimentos em dinâmicas mais amplas de reprodução das hierarquias sociais.

Conclui-se que o Santo Ofício não apenas refletia, mas atuava na consolidação de critérios de distinção, contribuindo para a institucionalização das desigualdades no mundo luso-americano.

Um produto holandês no Brasil ibérico: Aspectos da paisagem do Recife na administração Nassauviana (1637-1644)

Felipe Eugênio da Silva – Universidade Federal da Bahia

A presente comunicação aborda a paisagem urbana do Recife sob a administração de Maurício de Nassau, principal governador durante a ocupação holandesa no litoral do Nordeste. Durante os sete anos do governo nassauviano compreendidos entre 1637 e 1644, Recife, sendo a principal cidade sob ocupação holandesa no Brasil, teve agregada à sua paisagem um arrojado programa urbano e arquitetônico expresso na conformação de jardins públicos, disposição de arruamentos, e nos conjuntos do casario e residências oficiais, símbolos maiores do chamado brasil-holandês. O investimento em torno de recursos para a viabilização de uma cidade dotada de atributos até então escassos ou mesmo inexistentes em demais cidades sob domínio ibérico no Brasil, surge como um

testamento da capacidade colonizadora e administrativa da Holanda, bem como do seu interesse na gerência permanente desse território. No governo de Nassau, o envio de arquitetos, paisagistas e engenheiros militares ao Recife, responsáveis pela conformação urbanística da "Nova-Holanda", configurou-se ainda como uma estratégia de dominação ante o poder ibérico por meio da paisagem urbana, sob tal forma que ainda na atualidade é possível distinguir os acréscimos urbanos de viés holandês do qual Recife fez-se a principal receptora.

"Era voz e fama que tomava tudo o que lhe dava": a linguagem da corrupção no Relatório da devassa tirada contra os ministros da justiça na cidade do Porto (ca. 1580-1620)

Felipe Pedreira Simões – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

A presente comunicação almeja analisar o documento "Relatório da devassa tirada contra os ministros da justiça na cidade do Porto", compilado por um sindicante anônimo entre fins do século XVI e início do XVII. Mediante a inquirição de testemunhas, o relatório lista uma miscelânea de queixas contra a conduta de vários magistrados do então recém-criado Tribunal da Relação do Porto, abarcando temas como o suborno, o abuso de poder, o excesso de luxo e até o trato libidinoso com mulheres. Através de um levantamento sistêmico das acusações, a documentação oferece aportes interessantes para a leitura da moralidade daquele período, das expectativas públicas sobre o comportamento dos juízes e do posicionamento da Coroa diante de tais desvios de seu oficialato: elementos importantes para a constituição de um "vocabulário da corrupção" no Antigo Regime português.

"Tupac Amaru II: Desde el bando antiesclavista hasta los "alborotos" en el corregimiento de Arica 1780 1784"

Fernando Castillo Opazo – Universidad Andrés Bello / Chile

Esta investigación examina el ciclo insurreccional iniciado por Túpac Amaru II en 1780, focalizando su proyección política, social y territorial desde la proclamación del bando antiesclavista del 16 de noviembre de ese año hasta las manifestaciones de agitación registradas en el corregimiento de Arica entre 1780 y 1784. A partir de un enfoque que articula historia política y social, la investigación analiza el carácter del programa rebelde, destacando su dimensión reformista y su apelación a distintos sectores subalternos (indígenas, mestizos y afrodescendientes) mediante discursos que combinaban lealtad al monarca con una crítica frontal a los abusos del sistema colonial.

El bando antiesclavista constituye un hito fundamental en la radicalización del movimiento, al proponer la abolición de la esclavitud y cuestionar las jerarquías raciales del orden virreinal. Esta medida no solo revela la amplitud del proyecto político de la rebelión, sino también su capacidad de interpelar a sectores más allá del mundo andino.

En este contexto, la investigación explora la circulación de noticias, rumores y proclamas insurgentes hacia los espacios periféricos del virreinato, particularmente el sur peruano y la región de Arica, evidenciando la existencia de redes de comunicación que amplificaron el impacto simbólico y político del levantamiento.

En el caso del corregimiento de Arica, se analizan los denominados "alborotos", los cuales reflejan tensiones sociales, temores de contagio rebelde y reacciones preventivas de las autoridades coloniales. Más que episodios aislados, estos disturbios se interpretan como parte de una geografía más amplia de conflictividad, donde la rebelión de Túpac Amaru II actuó como catalizador de descontentos locales preexistentes.

Finalmente, la rebelión no puede comprenderse únicamente como un fenómeno altoandino, sino como un proceso de alcance regional que desestabilizó las estructuras de poder en espacios aparentemente marginales como Arica. De este modo, se propone una lectura que enfatiza la circulación de ideas, la permeabilidad de las fronteras coloniales y la dimensión atlántica de las demandas antiesclavistas en el contexto de las crisis del orden imperial tardocolonial.

Mujeres del Santo Oficio: alumbradas e ilusas entre el Mediterráneo y el Pacífico

Fernando Ciaramitaro – Universidad Autónoma de la Ciudad de México

Cualquier historia, también la más pequeña, representa un universo complejo de la realidad y las historias de las mujeres del Santo Oficio nos informan acerca de las instituciones, el poder, las jerarquías, pero también sobre los sentimientos, los miedos e las idiosincrasias de los seres humanos. A través de fuentes inquisitoriales se pretende reconstruir algunos episodios femeninos que permiten analizar desigualdades, liminalidad y oposición, historias de rebelión o de participación. La idea principal de la ponencia es la de observar dos universos muy distantes: el del juez varón; el de la mujer acusada.

Escritos contrarrevolucionários: o abade Correa da Serra e a Revolução de 1817

Flavio José Gomes Cabral – Universidade Católica de Pernambuco

Por ocasião da vitória da Revolução de 1817, o governador régio Caetano Pinto de Miranda Montenegro foi deposto e imediatamente substituído por uma junta intitulada de Governo Provisório da República de Pernambuco. Uma das ações deste governo foi procurar estreitar os laços de amizade com os Estados Unidos da América. Para tanto, foi enviado para o país o embaixador da jovem república, o afrodescendente Antônio Gonçalves da Cruz (Cabugá), com a finalidade de assinar acordos bilaterais importantes. Antes de partir, o governo lhe recomendou que, ao desembarcar, tivesse toda precaução para não se indispor com o abade Correa da Serra, que desde 1816 atuava naquele país como embaixador do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. O abade era um

intelectual e granjeava a amizade de grandes homens da política norte-americana, como, por exemplo, Thomaz Jefferson, porque poderiam prejudicar os interesses da revolução. O embaixador português era contrário aos movimentos libertários ocorridos no continente americano e, quando tomou conhecimento da Revolução de 1817 e da chegada de seu representante nos Estados Unidos, não mediu esforços para defender os interesses de D. João VI. Inúmeros foram seus encontros e correspondências traçadas entre pessoas proeminentes com o objetivo de neutralizarem a missão de Cabugá. É sobre algumas dessas ações que esta pesquisa procura retratar, demonstrando o quanto as rebeldias pernambucanas foram motivos de preocupações dos agentes reais e de expectativas entre os americanos que, por diversos motivos, esperavam que ela fosse exitosa.

Governança e vassalagem indígena: a experiência da Vila de Vinhais (1750-1800)
Francisco Alves de Sousa Neto – Universidade Federal do Maranhão

A problemática que guia nossas reflexões históricas se dá no contexto da segunda metade do século XVIII, a partir do reinado de D. José I (1750 1777). Nessa época foi executada uma profunda reforma no processo de governança dos índios, novas leis sobre seus direitos e deveres, que alteraram as relações entre indígenas e sociedade colonial. A abordagem proposta busca destacar a atuação dos indígenas da vila de Vinhais no momento da vassalagem indígena e promulgação do Diretório dos Índios (1757). Sobretudo, em relação às lideranças indígenas, que mantiveram seus estatutos e ocuparam os cargos de governança no senado da câmara. A vila de "índios" de Vinhais enquanto espaço administrativo e de justiça ordinária, era arena de atuação de juízes, vereadores, procuradores, almotacés, diretores de índios, lideranças indígenas, principais, indígenas comuns e demais autoridades da municipalidade e de fora. Destacando que a experiência de Vinhais enquanto núcleo de produção colonial e unidade administrativa colonial "tocada" por indígenas não é uma exclusividade dessa vila, em meados do século XVIII, diversos grupos de indígenas eram integrantes da sociedade colonial e não sujeitos fora dela. Tal constatação não relativiza em nada a assimetria das relações, mas acentua as complexas interações que existiram entre os diferentes agentes coloniais, sem reduzir esta relação unicamente à binômia: "opressor x oprimido". As dinâmicas sociais estabelecidas entre os moradores e oficiais indígenas na região da vila de Vinhais resultaram em experiências com características próprias, mas conectadas com todo o contexto Atlântico. Dentro desse espaço, os indígenas não só foram subordinados, mas também governaram e estabeleceram suas próprias relações, sob a batuta das reais leis, mas também traduzindo, acomodando a teoria legal aos seus próprios objetivos. Por fim, a pesquisa desenvolvida pode auxiliar na compreensão dos processos de ocupação dos territórios na ilha de São Luís por indígenas na longa duração.

As câmaras municipais nas vilas de índios na América portuguesa: um estudo de síntese de um tema desconhecido da historiografia
Francisco Cancela – Universidade do Estado da Bahia

No contexto das reformas pombalinas em meados do século XVIII, a coroa portuguesa transformou aldeias missionárias e outras povoações indígenas (fazendas, freguesias, aldeias e arraiais) em vilas e lugares. A comunicação tratará da participação política formal de indígenas nos governos das câmaras das então chamadas "vilas de Índios" durante a colonização portuguesa. Apresentar-se-á uma síntese sobre a presença e atuação indígena nas câmaras de suas vilas a partir das pesquisas existentes sobre o tema, destacando aspectos comuns e divergentes em relação às outras vilas coloniais. Por fim, se problematizará essa atuação política dento da fronteira política e jurídica a qual os indígenas estavam submetidos por serem considerados, ao mesmo tempo, livres e rústicos.

Entre a conciliação e a rebeldia: revoltas e poderes eclesiásticos do Estado do Brasil – Bahia e Minas dos Setecentos

Francisco Eduardo de Andrade – Universidade Federal de Ouro Preto

A pesquisa visa investigar o agenciamento eclesiástico determinado pelo acirramento da conflitualidade social e política no Estado do Brasil, durante o século XVIII, quando se observa o enraizamento e a consolidação do poder régio português na América. Consideram-se os acontecimentos de desordem coletiva ou popular – motim, sedição, assuada – da capitania da Bahia e do território minerário que constituiu a capitania de Minas Gerais, nas primeiras décadas dos Setecentos. Na esfera da administração eclesiástica, observa-se a redefinição do papel das autoridades clericais e das missões na territorialização colonial. Nesse contexto, o clero secular e regular deveria desempenhar suas funções, ou suas atividades de governo pastoral das comunidades, sob o enquadramento político e econômico da Coroa e no âmbito dos governos coloniais. Os eclesiásticos (do bispo ao pároco ou ao missionário) são instados tanto a serem agentes das estratégias do governo régio, quanto a representarem demandas dos povos. Assim, tornam-se mediadores privilegiados para a execução de planos fiscais, militares e administrativos dos poderes civis. Diante dessas políticas, os eclesiásticos combinam sujeição, conciliação e rebeldia, com obrigação e interesse, muitas vezes, de exercer um papel de protagonismo nas negociações e ajustes entre os partidos ou grupos sociais em disputa. Longe de se passarem por meros instrumentos da Coroa portuguesa, esses agentes da catolicidade, nas conjunturas de maior tensão social e política, manifestam, nas suas disposições, atitudes e ações, os limites do Poder na república corporativa. Apreende-se, então, na atuação ou no agenciamento sinuoso do clero colonial, expressivos nos conflitos de mobilização política das comunidades de moradores/cidadãos/fiéis, a construção instável da legitimidade dos poderes da república e do soberano português, sempre constrangidos pelos povos.

Apontamentos para o estudo do processo de introdução e desenvolvimento da economia agropastoril na capitania do Rio Grande (1599-1633)

Francisco Irajan – Universidade Federal de Pernambuco

A presente proposta, submetida à apreciação do ST 9 - Distância e governabilidade: poder, instituições e agentes nos impérios ultramarinos (séculos XVI-XVIII) -, investiga a introdução e o desenvolvimento da economia da agropastoril na capitania do Rio Grande, durante a primeira metade do século XVII. A partir da análise das cartas de sesmarias (1601-1614) e de documentos produzidos pelos primeiros missionários jesuítas da região, pretende-se elencar alguns dos tópicos relacionados ao estudo sobre a Primeira Modernidade e aos processos de circulação de sujeitos, produtos e instituições entre as diferentes margens do Oceano Atlântico e do globo. O período de 34 anos é caracterizado pelo início do processo de povoamento e pela gradual sedimentação das instituições portuguesas no Rio Grande, após a "firmação do Trato de Paz com os Potiguara" em 1599. O ano de 1634 é o da consolidação da conquista militar neerlandesa na capitania, com a rendição do Quartel do Engenho Cunhaú pelas forças comandadas pelo coronel Krzysztof Arciszewski, o tenente George Garstman e o capitão Francisco Valbatary. A análise da ocupação das terras do Norte Setentrional do Brasil, e, em especial, da capitania do Rio Grande, no início do século XVII, por meio da agropecuária, permitirá a compreensão do estado do povoamento e da criação pastoril no território antes da conquista da Companhia das Índias Ocidentais (1634-1654). A criação de gado bovino no Rio Grande está relacionada com o processo de expansão do comércio transcontinental e de experiências agrícolas que contribuíram para territorialização da capitania e a reapropriação de sua paisagem por meio do cultivo de plantas e da criação de rebanhos de animais. Temos o intuito de entender qual o papel da economia agropastoril para o projeto de valorização econômico-social que caracterizou a política de ocupação da terra durante a Monarquia Hispânica, por meio do envio de militares de Pernambuco, a construção de fortificações e a criação de aldeamentos indígenas. Por fim, investigamos os diversos atores sociais ligados ao setor agropastoril, compreendendo o papel da agropecuária como ferramenta de ocupação territorial e sua relação com a conquista militar e o exercício de poder na capitania do Rio Grande. Esta comunicação integra as reflexões desenvolvidas no primeiro capítulo da tese de doutorado -atualmente em desenvolvimento- intitulada "Um Novo País de Cocanha": conflitos pela terra na capitania do Rio Grande (1599-1654).

Ensino de História e Inteligência Artificial: a Amazônia colonial em imagens

Frederik Luizi Andrade de Matos – Instituto Federal / PA

A História ensinada nas escolas tem papel primordial na formação de uma ideia de história que estará presente na mentalidade das pessoas. Como assinalou Marc Ferro (1983), esse momento inicial da formação social-histórica dos indivíduos tem ligação direta com o que se ensina nas salas de aula. E tudo isso se assenta em um tripé: escola, livro didático e professor.

Desses três elementos, o livro didático tem sido ao longo do tempo um importante instrumento, não apenas pedagógico, mas também seleções culturais variáveis, que são transmissíveis às gerações mais jovens. Cabe ressaltar o importante papel do livro

didático como o mediador entre o saber acadêmico e o saber escolar. E dentro dessa perspectiva, um elemento passou a cada vez mais ganhar espaço nas produções didáticas: o uso de imagens.

Circe Bittencourt (1997) aponta que com o passar dos anos, o mercado e técnicas de fabricação tem interferido no processo de seleção e uso de imagens nos livros didáticos, criando um paradoxo em que as imagens precisam estar livros, sem, no entanto, custarem muito. Para além das discussões acerca do livro didático e suas implicações mercadológicas, importa ressaltar que a uso de imagens proporciona uma leitura que traz sentido e vivências para os discentes.

Lembrando dos debates acerca da Didática da História, principalmente a partir de Jorn Rusen, podemos discutir como o uso de imagens nas aulas de História ajudam a pensar três perspectivas: o que é apreendido no ensino da História, o que pode ser apreendido e o que deveria ser apreendido. Dessa feita o uso das imagens, contidas nos livros didáticos, nos possibilita pensar a natureza e as dimensões do saber histórico escolar.

Com a relevada importância do uso de imagens para o ensino de História, o mundo contemporâneo nos impõe novos desafios, como articular essa demanda com o recurso de geração de imagens a partir de Inteligência Artificial (IA)? O uso de IA tem sido aplicado nos últimos anos para diversas tarefas da ciência e da tecnologia, além do campo educacional. Importante ressaltar, que a própria BNCC (Base Nacional Curricular Comum) já prevê, incluindo nos nomes das áreas (por exemplo, Ciências Humanas e suas Tecnologias), cada vez mais a ligação entre o ensino e o uso de ferramentas tecnológicas. Cabe então aos e as docentes incluírem essas tecnologias como facilitadores de aprendizagem, aliadas aos processos pedagógicos, apontando também para os limites do uso dessas ferramentas.

Portanto, este trabalho tem por intento apresentar o resultado do uso dessas ferramentas tecnológicas de geradores de imagens de IA, a partir dos conteúdos de História da educação básica relacionados à Amazônia colonial. Tais imagens seriam então produzidas e utilizadas como recurso pedagógico, buscando o aprofundamento da relação ensino-aprendizagem e o uso em sala de aula de tecnologias.

G

Notícias de piratas: predação marítima nas páginas da Gazeta de Lisboa (1715-1739)

Gabriel Antonio Scussel – Universidade Federal de Santa Maria

A presente pesquisa busca analisar as representações da predação marítima no Atlântico português durante o século XVIII a partir do periódico Gazeta de Lisboa, entre os anos de 1715 e 1739. O objetivo é compreender como episódios de predação marítima foram noticiados e interpretados em um jornal ligado à Coroa portuguesa, observando de que

maneira essas narrativas contribuíram para a construção de sentidos políticos sobre o império, a soberania marítima e as disputas no espaço atlântico. Ao investigar essas representações, busca-se evidenciar o papel da imprensa periódica na difusão de informações e na formação de percepções públicas acerca das ameaças ao poder régio.

O Atlântico moderno constituiu-se como um espaço dinâmico de circulação de pessoas, mercadorias e ideias, no qual se articulavam interesses imperiais e redes comerciais. Nesse contexto, a intensificação do comércio transatlântico e da expansão colonial favoreceu o surgimento de práticas de predação marítima. Piratas e corsários passaram a ocupar posição relevante nesse cenário, atuando tanto como ameaças às rotas comerciais quanto como agentes inseridos nas disputas entre potências europeias. Em muitos casos, essas figuras operavam em zonas de ambiguidade entre legalidade e ilegalidade, evidenciando as tensões entre autoridade estatal e práticas marítimas autônomas.

A pesquisa dialoga com a historiografia da História Atlântica e da História Cultural, especialmente com as contribuições de Roger Chartier sobre representações e de autores que investigam o mundo marítimo moderno. A partir dessa perspectiva, entende-se que os impressos periódicos não apenas registravam acontecimentos, mas também construíam interpretações sobre eles, produzindo discursos que classificavam sujeitos, definiam inimigos e reforçavam hierarquias políticas e simbólicas - muitas vezes de forma implícita. Assim, a análise da Gazeta de Lisboa permite compreender como o periódico mediava a relação entre acontecimentos marítimos e a visão do público letrado sobre o império português.

O estudo baseia-se na análise das notícias sobre pirataria e corso publicadas no periódico, articulando as com dados levantados pela literatura ligada ao tema e pelo projeto Encontros Piratas, dedicado ao estudo da predação marítima no Atlântico português. A partir do exame dos vocabulários, categorias e enquadramentos discursivos presentes nas notícias, busca-se identificar como esses episódios foram narrados e quais significados políticos lhes foram atribuídos. Dessa forma, a pesquisa pretende contribuir para a compreensão do papel da imprensa na construção simbólica das fronteiras imperiais e na legitimação do poder português no mundo atlântico do século XVIII.

Historiadores "santos" e com "altura moral": uma proposta de inserção da análise histórico-religiosa na historiografia sobre as crônicas

Gabriel Cardoso Bom – Universidade de São Paulo

No final da década de 1980, as discussões sobre o estatuto da "crônica" ganharam novo fôlego sob a influência da virada linguística. Autores como Walter Mignolo e Hayden White inauguraram um debate crítico sobre a escrita da história na América colonial, priorizando dimensões estilísticas e linguísticas, em um movimento que foi acompanhado por uma efervescência nos estudos da cronística, impulsionada por nomes como González Echevarría, Karl Kohut e Rolena Adorno. Ao analisarem tanto as "crônicas fundacionais"

(Colombo, Cortés, Las Casas) quanto as obras que apresentam "distanciamento temporal" (Gómara, Acosta), tais historiadores exploraram aquilo Kohut (2009) define como uma "metarreflexão historiográfica" na narrativa da historiografia americana. Contudo, nota-se uma lacuna nessas análises: a dimensão propriamente religiosa do tema, principalmente na autorreflexão missionária sobre a história da América e o papel da missionação na colonização. Nossa proposta busca integrar a perspectiva da História das Religiões (Agnolin, 2013) ao estudo da escrita missionária do século XVI, examinando-a sob o prisma da "teologia da história" elaborada por esses agentes.

Convento do Carmo: "Couto de Assassinos, Ladrões e Insolentes". Luanda e Rio de Janeiro (1701-1750)

Gabriel de Abreu Borges – Universidade federal Rural do Rio de Janeiro

O governador de Angola, Paulo Caetano de Albuquerque (1726-1733), afirmou em 15 de julho de 1730 que o Convento do Carmo era um "Couto de Assassinos, Ladrões e Insolentes". Como pano de fundo dessa declaração, estava uma disputa político-mercantil em torno da taxação e do controle do resgate de cabeças escravas ao sul de Luanda (Benguela), ao norte (Loango) e nos sertões de Angola, sobretudo em Caconda (interior de Benguela).

O conflito marcou boa parte dos primeiros decênios do século XVIII e envolveu dois grupos principais. De um lado, situava-se a facção do governador, que contava com o apoio do ouvidor-geral e provedor da Fazenda do Reino de Angola, do administrador do contrato real e do feitor da Fazenda de Sua Majestade, além de, por alguns anos, receber o respaldo do cabido da Sé da Igreja Matriz de Luanda (Nossa Senhora da Conceição). Do outro lado, estava a facção liderada pelo bispo de Angola e Congo, o carmelita calçado D. frei Manoel de Santa Catarina (1720-1731), que tinha entre seus aliados o tenente coronel Antônio da Fonseca Coutinho, membro da elite traficante local, e o padre João Teixeira de Carvalho, mestre-escola da Sé de Luanda e presbítero do Hábito de São Pedro. Nascido em Benguela e falante das línguas locais, João Teixeira de Carvalho, em razão de sua atuação no resgate de escravos, foi acusado do defeito de mulatismo, de feiticeiro, de viver amancebado das portas à dentro com uma mulher casada, Mariana Fernandes, que por sua vez, também era tida por feiticeira. Ao padre somou-se a acusação de que ele mal sabia ler o latim.

Como integrante do grupo rival ao do governador, João Teixeira foi degredado para o Rio de Janeiro, aonde chegou em 1731. Permaneceu ali por algum tempo e, posteriormente, vagou de forma oculta por outros territórios da América Portuguesa, até retornar a Luanda por volta de 1734, quando buscou reaver suas côngruas e bens. Por ocasião de seu acolhimento no Convento da Ordem do Carmo do Rio de Janeiro, o governador Luís Vahia Monteiro (1725-1732) escreveu ao seu homólogo em Angola, qualificando-o como velhaco.

Esta comunicação, fundamentada em documentos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino, Seção Angola, e em códices do fundo Negócios de Portugal e da Secretaria de Estado do Brasil, do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, buscará elucidar as estratégias adotadas pela Ordem do Carmo para adentrar os sertões de Angola, aferindo sua ligação com um membro de uma das famílias mais importantes de Luanda (os Fonseca Coutinho) e com um clérigo da terra falante das línguas locais, João Teixeira, também acusado de manter relações comerciais com navios estrangeiros, sobretudo holandeses, franceses e ingleses, proibidas à época.

A análise reflete sobre a atuação da Ordem do Carmo e dos irmãos carmelitas no comércio de cativos, inclusive o peculiar amparo dado a comerciantes de escravos.

Palavras-chave. Ordem do Carmo, Comércio de Cativos, Angola.

O jesuíta Anselmo Eckart e a secularização da aldeia de Trocano: embates, memórias e representações na Amazônia do período pombalino (1753-1759)

Gabriel de Cassio Pinheiro Prudente – Universidade Federal do Pará

A década de 1750 foi caracterizada por importantes inflexões político-administrativas no Império Português com a ascensão do rei Dom José I e a escolha do então diplomata Sebastião José de Carvalho e Melo (o Marquês de Pombal) para o cargo de secretário de Estado. No Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Carvalho e Melo, assume como governador na referida década, forjando e colocando em prática paulatinamente um pacote de reformas visando a modernização econômica, da gestão política, territorial e social da Amazônia portuguesa. Nesse contexto, um grupo oito de jesuítas da Europa Central chegou, via Lisboa, ao Grão-Pará e Maranhão em duas levas entre 1750 e 1753. Dentre este grupo, estava o padre alemão Anselmo Eckart (1721-1809) que atuou como missionário no vale amazônico entre 1753 a 1757, até ser deportado para Portugal onde ficou dezenove anos preso. Eckart viveu nos aldeamentos de Piraguiri (no rio Xingu), Abacaxis e Trocano (no rio Madeira) e Caeté. Tanto durante seu tempo na Amazônia, como após sua libertação do cárcere em Lisboa em 1777, Eckart produziu diversos textos, manuscritos e impressos, a partir de suas experiências e memórias missionárias. Esses textos incluem um estudo gramatical e um vocabulário, escritos em Língua Geral da Amazônia, um livro de memórias de sua deportação e um conjunto de papeis avulsos apreendidos na ocasião de sua prisão no cárcere de Almeida em Portugal. Esse conjunto reúne informações sobre aspectos da natureza, das sociedades indígenas, da língua tupi da Amazônia setecentista, bem como trata sobre as transformações políticas em curso nos anos 1750. Nesse sentido, o objetivo desta comunicação é analisar, a partir dos escritos de Anselmo Eckart e das cartas do governador Mendonça Furtado ao seu irmão ministro, os embates e representações dos jesuítas e autoridades acerca do início do processo de secularização dos aldeamentos amazônicos, que fez parte do plano reformista pombalino para a região. Entre 1755 e 1756, quando Eckart era o missionário responsável pela aldeia de Trocano, esta foi

pessoalmente transformada pelo governador Mendonça Furtado, em vila de Borba, a Nova, dando início e servindo como modelo para a secularização das demais aldeias missionárias, que passaram para a administração de diretores leigos a serviço do governo português. A criação de Borba ocorreu antes da oficialização da lei do Diretórios dos Índios (1757) que, por sua vez, representou o fim administração dos jesuítas sobre suas aldeias transformadas em vilas, seguida da expulsão dos inacianos da Amazônia em 1759. A hipótese levantada é que Eckart criou em seus escritos memorialísticos uma imagem escatológica sobre a secularização de Trocano como parte de uma defesa ideológica de sua ordem.

A vila de Cachoeira e os caminhos para o sertão (1750-1808)
Gabriel Parede – Universidade Federal de Ouro Preto

A vila de Cachoeira teve um papel estratégico importantíssimo no comércio colonial, operando como um entreposto comercial interligando o sertão ao litoral. Os portos de São Félix e Cachoeira foram um notável empório que armazenava as mercadorias vindas de várias partes do sertão da América portuguesa. A riqueza deste comércio trazia deslumbramento aos viajantes, notando as entradas e saídas das inúmeras embarcações pelo rio Paraguaçu, ocasião vivida por Spix e Martius, visitando o local em novembro de 1818, no qual conseguiram observar inúmeras tropas de mulas que recebiam diversas mercadorias europeias e partiam para negociá-las no interior do território colonial. Tais viajantes denominaram a vila como um porto de reembarque, causando assim uma necessidade de abrir caminhos interligando o termo de Cachoeira com o sertão, permitindo o escoamento e recebimento das mercadorias, fazendo do local não somente um destacado centro mercantil, mas um dos principais centros do avanço da colonização do inóspito sertão. A localização do termo de Cachoeira no período colonial possibilitou o engendramento de um sertão particular, território amplamente pertencente à zona sertaneja, localizando-se grande parte do espaço no corpo geográfico composto pelas terras do sertão. A partida ou chegada começava pela longa estrada que desembocava em Muritiba, seguindo por São Félix, à beira do Paraguaçu. No chamado sertão de baixo, estavam as freguesias de Camisão, Jacuípe e Itapororocas, cujas duas últimas posteriormente formaram a atual cidade de Feira de Santana, nos dias atuais conhecida como Portal do Sertão. A comunicação a ser apresentada divide-se em três importantes caminhos, todos eles levavam os aventureiros ao encontro ou partida da vila de Cachoeira, fazendo dela uma das principais vias da América portuguesa. Portanto, o primeiro deles são as rotas das Minas Gerais, já bastante trilhadas na historiografia. Destacamos ainda mais dois, aqueles que seguiam de um lado ao sertão do Piauí, despontando para o outro lado, as trilhas voltadas ao interior das “goyazes”.

Identificações étnicas de africanos nos sertões do São Francisco e Rio de Contas (1718-1750)
Gabriela Amorim Nogueira Silva – Universidade Federal da Bahia

O sertão do São Francisco e Rio de Contas fez parte das rotas do tráfico transatlântico que conectou a África e a América portuguesa. Por esses caminhos chegaram muitos africanos de diversas origens étnicas que trouxeram suas "bagagens culturais" referenciais identitários elaborados no território africano em suas experiências anteriores ao tráfico e, posteriormente nas novas paragens daqueles sertões do outro lado do Atlântico. Com o intuito de estudar sobre a etnicidade daqueles africanos, realizei um levantamento das formas de nomeações de africanos em diversas tipologias de fontes (documentação eclesiástica e cartorial), com o objetivo de mapear a diversidade de etnônimos africanos ou denominações criadas no contexto da diáspora atlântica e seus significados. Observou-se que as descrições dos africanos, por ocasião dos seus batizados, corresponderam às visões dos senhores escravistas, de comerciantes e dos escrivães eclesiásticos que os denominaram com expressões mais genéricas como Gentio da Mina, Gentio da Guiné, Nação Mina, Nação Angola ou Mina e Angola. Na análise comparativa com as atas de casamentos e óbitos, ampliou-se a diversidade de denominações utilizadas para identificar os africanos, logo, apontou-se a possibilidade maior de acessar práticas de autoidentificações. Em face dos depoimentos de africanos em seus processos matrimoniais, identifiquei as declarações quanto às suas origens, demonstrando que, diferente do momento do batismo, muitos já estavam adaptados às diversas sociabilidades daquela sociedade escravista. Portanto, as experiências vividas permitiram-lhes apresentar a própria identificação na preparação dos seus casamentos. Nas atas de óbitos, também foram registrados os africanos falecidos com etnônimos mais específicos, indicando nomeações relacionadas às formas como foram vistos no decorrer das suas trajetórias de vida. Ampliou-se o banco de dados sobre as identidades étnicas dos africanos traficados para o sertão do São Francisco e Rio de Contas com a análise do Livro de Matrícula de Escravos, que registrou uma variedade de denominações específicas sobre os africanos listados. Desse modo, a organização desse banco de dados permitiu relacionar designações étnicas de africanos com suas heranças culturais e linguísticas, à vista disso, compreender as influências desses povos da África na formação sociocultural do sertão do São Francisco.

Palavras-chave: Africanos; Sertão; Identidades.

Circulação de saberes sobre folhas, cascas e raízes que curam: uma análise a partir da "Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí" (1803)

Gabriela Berthou de Almeida – Universidade Estadual do Piauí

O objetivo central da comunicação é demarcar a circulação de saberes e usos populares das folhas, cascas e raízes empregadas para cura, a partir do manuscrito intitulado "Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí", de 1803. Produzido pelo naturalista e bacharel Vicente Jorge Dias Cabral, depois de realizar uma viagem filosófica pelos sertões do Maranhão e Piauí (1799-1801), o texto condensa os principais resultados do inventário do mundo natural produzido em uma experiência in loco. A expedição

científica foi supervisionada pelo governador-general do Maranhão, D. Diogo de Souza, e esteve articulada a outras realizadas no período com objetivos semelhantes. Ao conectar as diretrizes da história natural e os interesses de exploração dos domínios coloniais portugueses, os relatos legados da viagem são marcados pelo caráter pragmático e utilitário. As investigações sobre as plantas ganharam especial relevância nas descrições de Dias Cabral, visto que poderiam levar a aprimorar práticas agrícolas e incrementar a economia das "drogas dos sertões", além de ampliar as possibilidades de cura e sobrevivência na América. Embora o naturalista trate pouco dos seus interlocutores locais, foi junto à população sertaneja do Piauí, formada em grande parte por indígenas, negros e mestiços, que foi recolhida a maior parte das informações sobre as plantas e seus usos. A recorrência por parte dos agentes da colonização aos conhecimentos locais, em especial o dos povos indígenas, sobre a natureza não era uma novidade nas dinâmicas de colonização. Nosso interesse específico é matizar essa recorrência em um contexto de ampliação do campo história natural, especialmente o domínio sobre as virtudes dos vegetais, em Portugal. Na arena historiográfica posta, dialoga-se com estudos interessados em pensar que o conhecimento científico ilustrado foi produzido a partir de processos de circulação de saberes e de contatos assimétricos com sujeitos cuja pretensão era a de subalternizar.

Os Tundacumbes: Regimento de Ordenanças em Pernambuco (1710-1732)
Gefferson Ramos Rodrigues – Universidade Federal do Oeste do Pará

Durante a chamada "Guerra dos Mascates" (1710-1711) em Pernambuco, foi formado um Regimento (cerca de 250 homens) comandado pelo português Manuel Gonçalves, popularmente conhecido como Tundacumbe. Composto por caboclos, mestiços e outros indivíduos considerados turbulentos e desordeiros, todos aqueles que integravam o agrupamento militar eram chamados de "Tundacumbes". A participação do Regimento no conflito foi atribuída ao suborno dos "Mascates" para ajudar na resistência à ofensiva dos senhores de engenho de Olinda, que se rebelaram contra a elevação do Recife à categoria de Vila. Após o conflito o Regimento foi formalmente institucionalizado. Em princípio apontados como pessoas indesejadas, os Tundacumbes foram também considerados muito úteis ao Serviço de Sua Majestade. No entanto, no ano de 1732, o Regimento foi dissolvido pelos mesmos motivos que levaram a sua formação. Valendo-se da correspondência oficial, consultas do conselho ultramarino e cartas patentes busca-se, neste trabalho, refletir sobre o significado da formação do Regimento para aqueles que o integraram.

Navegação e comércio no império português: as políticas de funcionamento da Rota do Cabo (1667-1706)
Geovanna Luiza Pereira de Souza Santos – Universidade Federal de Pernambuco

A presente comunicação propõe-se a analisar a Carreira da Índia, também conhecida como Rota do Cabo, destacando seu papel como uma das mais complexas rotas marítimas da história e como elemento central na sustentação do Império português. Responsável pela circulação de pessoas, informações e mercadorias entre Europa, África e Ásia, essa rota possibilitou a formação de amplas redes comerciais, sociais e políticas ao longo de seus portos.

Dessa forma, o trabalho tem como objetivo compreender as políticas de funcionamento da Rota do Cabo entre os anos de 1667 e 1706, período marcado pela ascensão de D. Pedro II ao poder e por um contexto de intensas adversidades políticas e econômicas que afetaram todo o Império ultramarino português. Os desdobramentos da Guerra da Restauração comprometeram significativamente os cofres da Coroa, agravados pela perda de possessões no Oriente, pelas dificuldades na consolidação do Estado da Índia e pela crise no comércio de especiarias. Tais fatores contribuíram para o progressivo enfraquecimento da Carreira da Índia.

Esse cenário de crise prolongou-se ao longo das décadas seguintes, sendo apenas a partir dos anos 1670 que se observam iniciativas mais concretas de revitalização. Ainda como Príncipe-Regente, D. Pedro II e seus conselheiros empreenderam esforços para reestruturar o Estado da Índia, restabelecer as dinâmicas comerciais regulares e reforçar a autoridade da Coroa nas possessões orientais, com vistas à recuperação das finanças e do poderio português no ultramar. Nesse contexto, foram implementadas medidas voltadas à revitalização da rota, como a concessão de autorizações para o comércio em portos ultramarinos a partir da venda de liberdades, a criação da Junta da Administração do Tabaco e a intensificação das trocas entre Salvador e Angola, especialmente por meio da circulação de tecidos de origem indiana e do tabaco produzido na América portuguesa.

Assim, partindo da premissa de que as dinâmicas ultramarinas não se restringiam às diretrizes da Coroa, a comunicação enfatiza ainda as relações intra-imperiais desenvolvidas e as iniciativas de mercadores e agentes locais. A navegação na Carreira da Índia favoreceu conexões diretas entre regiões como Goa, Angola e Salvador, contribuindo para a consolidação de importantes circuitos comerciais e para a integração de espaços frequentemente situados à margem do Império.

Alforrias, Família e Escravidão nas Alagoas: séculos XVII ao XIX

Gian Melo – Universidade Federal de Alagoas

A escravização e a formação de famílias no período colonial e imperial foi marcado por processos nem sempre compreendidos, em alguns casos mães usaram de sua agência para conquistar a própria liberdade e dos seus filhos. Através da pesquisa em cartas de alforrias, testamentos e registros de batismos que percorrem um período desde o século XVII até o início do XIX, conseguimos identificar formações familiares em que nem sempre a liberdade foi alcançada por todos os membros, restando para aqueles homens e

mulheres escravizados sobreviver a exploração de sua força de trabalho. Um dos exemplos é o de Luzia, uma africana identificada como da Guiné, que em Santa Maria Magdalena de Alagoas do Sul, comprava junto a sua senhora a alforria de seu filho, permanecendo cativa, mas quebrando o ciclo escravista de seu herdeiro, o mulato Paulo Barbosa que em 1662 passava a "ser livre e isento" do cativeiro. Ainda existiram outras mães, como Anna do gentio de Benguela, uma mulher de aproximadamente quarenta anos em 1808 que em troca da sua própria liberdade, usou o seu ventre como moeda, dando ao seu senhor "dez crias". Estes dois exemplos, somados a tantos outros podem mostrar como famílias de escravizados conseguiram gerir sua existência, fortalecendo os laços e buscando sempre que foi possível a alforria e a quebra do ciclo da escravidão familiar. Assim, entender a relação entre alforrias, famílias e escravidão nos permite compreender outros aspectos da História Social da Escravidão, pois conseguimos perceber como ter uma família, mesmo que considerada ilegítima, pode ter funcionado como um acesso para liberdade e/ou a manutenção dentro do cativeiro.

"Faz entender a estes homens que tudo quanto eu obrar terá aprovação": o governo de Luís José Corrêa de Sá em Pernambuco (1749-1756)

Giovanna Gouveia Garrett – Universidade Federal de Pernambuco

Esta comunicação tem por objetivo apresentar um panorama da atuação de Luís José Corrêa de Sá como governador de Pernambuco (1749-1756) a partir da análise de documentos administrativos. A pesquisa conta com financiamento da CAPES/DS. As fontes utilizadas são do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e do Arquivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP). Foram consultadas diversas tipologias documentais, incluindo cartas, ofícios e requerimentos. A pesquisa também recorre a uma documentação ainda pouco trabalhada em estudos sobre os governadores do Período Colonial, um diário, mantido durante todo o período da administração de Corrêa de Sá. Embora o diário tenha sido anteriormente utilizado em estudos voltados a aspectos transversais do seu governo, nossa proposta consiste em integrá-lo a análises mais aprofundadas sobre sua administração mediante o cotejo com as tipologias documentais mencionadas anteriormente. Essa fonte é especialmente relevante por permitir uma melhor compreensão da rotina de um governador colonial.

Até o momento, ainda não havia sido realizado um estudo monográfico voltado à atuação de Corrêa de Sá como governador da capitania. Vamos trazer à tona um personagem pouco estudado pela historiografia e que pode proporcionar uma discussão mais complexa sobre a administração colonial da monarquia portuguesa nos territórios ultramarinos.

A nossa intenção é mapear as relações do governador com os agentes e instituições políticas, econômicas, militares e eclesiásticas da capitania. Entre elas, as Câmaras Municipais, Santas Casas de Misericórdia, Provedoria da Fazenda, secretarias, ouvidorias, corpos militares e irmandades religiosas. A análise da interação entre o

governador, os agentes locais e os diversos poderes institucionais possibilitam problematizar o papel desempenhado por ele como mediador entre o reino e o ultramar em um contexto de afirmação da presença régia no espaço atlântico. Buscamos identificar as estratégias utilizadas pelo governador para tecer alianças de diferentes naturezas e resguardar tanto os seus interesses quanto os do grupo ao qual estava vinculado. Esse exercício também nos auxilia a compreender em que medida o governador se omitiu, excedeu ou se adequou ao Regimento dos Governadores de Pernambuco.

Entre os aspectos que pretendemos discutir, destacam-se a sua rotina administrativa, a comunicação estabelecida no período, as alianças, as negociações e os conflitos jurisdicionais constituídos, bem como a questão da exploração das minas de São José dos Cariris Novos.

Todos esses assuntos serão discutidos à luz das dinâmicas políticas da monarquia pluricontinental portuguesa, situando Corrêa de Sá em perspectiva comparativa com outros governadores de Pernambuco da primeira metade do século XVIII.

Entre vínculos e moradas, o habitar e o pertencer: Família, casa e agregação na São Paulo colonial (1777-1808)

Giovanna Turato Citron Silva – Universidade de São Paulo

Inserido no campo da história da família no mundo ibero-americano, este trabalho pretende problematizar os limites operatórios da categoria "família" para a análise da São Paulo colonial, a partir do exame das práticas de agregação domiciliar registradas nas Listas Nominativas de Habitantes entre 1777 e 1808. Diante da presença recorrente de indivíduos não aparentados compondo os domicílios, parte-se da hipótese de que a família, entendida em seus moldes consanguíneos, jurídicos e normativos, pode não ser suficiente para apreender as formas de organização social da população livre e pobre, sendo necessário deslocar o foco analítico para a unidade doméstica como eixo estruturante da vida material.

A investigação toma a agregação domiciliar como chave de leitura dessas configurações, compreendendo-a não como fenômeno marginal ou excepcional, mas como prática disseminada, articulada a estratégias de sobrevivência em um contexto marcado pela dificuldade de acesso à terra, progressivamente capitalizada; pela precariedade das condições de vida; e pela ausência de assistência estatal para os despossuídos. A incorporação de agregados – sujeitos, em geral, alheios ao núcleo familiar – relaciona-se à divisão de tarefas, ao manejo do trabalho e à viabilização da unidade produtiva doméstica, sem que tais relações possam ser reduzidas a uma lógica estritamente econômica. Ao contrário, a análise aponta para a coexistência de vínculos múltiplos, que envolvem reciprocidade, apoio, negociação e solidariedade, mas são marcados de forma expressiva pela instabilidade, evidenciando a fluidez das fronteiras do domicílio.

Os dados disponíveis indicam tratar-se de um fenômeno estrutural, com forte incidência entre a população livre, e revelam um marcado recorte de gênero, com predominância feminina tanto entre os agregados quanto na responsabilidade sobre domicílios agregadores. Tal configuração permite evidenciar, simultaneamente, a vulnerabilidade e a agência das mulheres na construção e gestão de redes domésticas de sobrevivência.

Por fim, o trabalho propõe compreender a casa colonial como espaço de produção e reprodução da vida, caracterizado pela permeabilidade, pela multifuncionalidade e pela constante redefinição de seus limites. Qual direito ao pertencimento a um núcleo familiar tinham os sujeitos despossuídos que precisavam agregar-se, ou aqueles que precisavam agregar a outrem? Como se constroem as noções de família dentre essa camada social que vivencia a instabilidade domiciliar? Ao privilegiar a unidade doméstica como categoria analítica, busca-se contribuir para o campo da história da família ao evidenciar a pluralidade dos arranjos de convivência e as formas historicamente situadas de garantir a sobrevivência material em fins do período colonial.

A Guerra dos Sete Anos e as reformas militares do exército na América portuguesa na segunda metade do século XVIII

Giovane Albino Silva – Universidade de Pernambuco

A segunda metade do século XVIII apresentou em suas primeiras décadas intensos conflitos entre portugueses e espanhóis. Os desdobramentos da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) reacenderam as lutas territoriais nas fronteiras coloniais ibero-americanas e exigiu das monarquias envolvidas medidas que reestruturassem seus corpos armados. É conhecido o papel que o Conde de Lippe, contratado para reorganizar a estrutura militar portuguesa, exerceu como comandante das tropas durante a guerra e em seus anos seguintes, que afetou também a organização e manutenção dos terços e regimentos existentes na América portuguesa. Tomando como referência esse contexto, a presente comunicação visa analisar como ocorreram os processos de renovação do exército português na América, estudando de que modo as medidas pensadas pelo Conde de Lippe, no que se refere à recomposição estrutural do exército permanente, foi absolvida e aplicada em diferentes capitanias, seja do Estado do Brasil seja do Grão-Pará e Maranhão. As reformas militares fizeram parte da realidade das terras ultramarinas e exigiram dos governadores a atenção para a reestruturação e atualização de seus corpos armados, as quais serão analisadas comparando os mapas militares enviados ao reino durante a segunda metade do século XVIII.

Territórios conectados através da plumária: coleção de Alexandre Rodrigues Ferreira do Museu da Ciência da Universidade de Coimbra

Giovanna Flameschi Angeloni – Universidade de São Paulo

As “artes plumárias”, sob o viés da museologia moderna, foram compreendidas como “objeto”, “artefato” e “adorno”, embebidas da perspectiva da materialidade histórica, cuja produção material é compreendida para servir e ser útil ao homem.

Considerados por nós como “corpos de penas/corpos emplumados” – analisamos a coleção de Alexandre Rodrigues Ferreira (ARF), resultado da Viagem Philosophica à Amazônia (1783–1792), conservada majoritariamente no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra (MCUC) - para além da estética ou materialidade, evocando seus aspectos agentivos, históricos e epistemológicos, em diálogo com os saberes tradicionais indígenas.

A coleção ARF constitui um dos acervos etnográficos mais relevantes retirados do Brasil no século XVIII. Com base em uma abordagem multidisciplinar e decolonial, articulamos fundamentos da antropologia, história da arte, museologia, história, literatura indígena e etnografia contemporânea, a fim de associar etnografia, territorialidade e arte no contexto colonial das expedições naturalistas da Amazônia Brasileira.

Nossa comunicação será, portanto, partir da coleção ARF e do território dos quais os “corpos de penas” foram espoliados, para abordar as dinâmicas empregadas pelos povos indígenas amazônicos no período colonial, sob mecanismos da geografia artística. Propomos abordar as biografias dos “corpos de penas” da coleção enquanto portadores de agências múltiplas e narrativas cifradas, compreendidas em articulação com os modos de vida indígenas.

“E não é crível quanto me custou a ensinar e batizar aqui uma velha”: as anciãs indígenas na região amazônica colonial do século XVII

Gisele de Oliveira Bezerra – Universidade Estadual de Campinas

Essa apresentação pretende investigar a menção às mulheres indígenas idosas nas fontes produzidas por missionários cristãos que, ao longo do século XVII, estiveram presentes na região dos atuais estados do Pará e Maranhão. A pesquisa baseia-se nos escritos de quatro padres, pertencentes a duas ordens religiosas distintas. São eles os capuchinhos Claude D’Abbeville e Yves D’Evreux, e os jesuítas Antônio Vieira e João Felipe Bettendorff.

Embora as fontes selecionadas tenham uma natureza comum, ou seja, são produções de religiosos, a maneira que as anciãs são retratadas nesses escritos apresenta diferenças significativas. Os capuchinhos definem as mulheres velhas com adjetivações pejorativas, enfatizam uma suposta “decrepitude” presente em seus corpos e uma voracidade nas práticas de antropofagia. Por sua vez, os textos jesuítas exploram outras questões. As velhas que aparecem nos relatos de Vieira e Bettendorff são personagens que atrapalham as dinâmicas de catequese, confissão e batismo, como as senhoras de Evreux e Abbeville. Apesar de ainda figurar de maneira negativa, em escritos jesuítas o foco está nas situações

de interferência das velhas nos processos coloniais e não tanto em sua imagem e seus corpos.

Não é possível afirmar que a Companhia de Jesus possuiria uma visão mais branda em relação a essas mulheres, contudo, pode-se presumir que a diferença na forma de escrita das fontes reflete os dois momentos distintos de colonização. Enquanto os jesuítas escreveram na segunda metade do século XVII, ocasião de consolidação da missão, os relatos capuchinhos registram um momento inicial de encontros, marcados pelo choque cultural e pela percepção da alteridade, nas primeiras décadas do século XVII.

Alguns autores importantes já teceram estudos sobre as anciãs indígenas descritas nos relatos, como Ronald Raminelli e Karl Arenz em coautoria com Stefanie Gaia, porém, esses trabalhos encontram-se no campo de pesquisas sobre mulheres indígenas. O movimento proposto neste trabalho é o destaque não apenas na dimensão do gênero, mas também da faixa etária destas personagens, partindo da hipótese de que a condição de ser velha influenciou de maneira singular as dinâmicas coloniais. A partir de uma postura comparativa entre as fontes será possível destacar as nuances de ser velha, mulher e indígena em um contexto de consolidação da colonização na Amazônia seiscentista. Almeja-se que as velhas indígenas sejam sujeitos protagonistas nesta comunicação, para assim ser possível destacar suas atividades de resistências e a complexidade de suas ações diante das trocas culturais que ocorreriam naquele momento.

Entre Minas, Bahia e Pernambuco. Conquista e povoamento do vale do São Francisco no norte de Minas Gerais. 1650-1730

Giselle Christine Fagundes – Universidade de Brasília

O estudo que apresentamos investiga o processo de povoamento do norte de Minas, no vale do São Francisco, entre o rio das Velhas, o Verde Grande e o Carinhanha, nos primeiros anos da segunda metade do século XVII. Além de aprofundar a pesquisa sobre as forças que se embateram na disputa por propriedades e poder, procura traçar um panorama da região, destacando a importância dos baianos da Casa da Torre e sua relação com os reinóis Atanásio Cerqueira Brandão e Manuel Nunes Viana, e com os paulistas Matias Cardoso de Almeida e a família Afonso Gaia. Ao contrário dos Guedes de Brito, cuja atuação foi exaustivamente estudada, pouco se sabe sobre a presença dos Ávila na formação dos currais de gado no extremo norte da capitania de Minas Gerais. Um dos documentos capitais para essa análise é o livro do Mestre-de-Campo Regente do rio de São Francisco, Atanásio Cerqueira Brandão, ao qual ele chama “O livro de razam – anno de 1710 – Livro terceiro de contas que tenho com várias pessoas”. São quase trezentas páginas de anotações, feitas entre os anos de 1710 e 1736. Um registro único e precioso da movimentação financeira de um dos mais importantes potentados da margem esquerda do rio São Francisco, onde hoje estão localizados municípios como São Romão, Januária e Manga, em Minas, e Carinhanha, Malhada e Barra, na Bahia, na época em que a região pertencia às capitanias de Bahia e Pernambuco.

O livro detalha o volume e a diversidade das mercadorias comercializadas em suas fazendas, as vultosas somas de dinheiro movimentadas nas atividades comerciais e a extensa rede de relacionamentos com proprietários, entre os mais importantes moradores do nordeste, e não deixa dúvidas quanto a sua relevância para a sociedade que se formava. Manuel Nunes Viana e Manuel Rodrigues Soares, que eram primos do reinol, compunham o rol de parentes que se estabeleceram no vale do São Francisco e em diversas povoações, especialmente no Recôncavo baiano, em Pernambuco e no Piauí.

Além da movimentação financeira de uma extensa gama de compradores, fornecedores e produtores, expõe as relações existentes, permitindo dimensionar o volume, os valores e os produtos negociados. O documento possibilita entender as características sociais e econômicas do sertão mineiro e demonstra que o reinol foi um dos principais proprietários de currais de gado de uma vasta região, possibilitando a formação de uma ampla rede de relações, fundamental para a permanência dos moradores na região.

Amazônia colonial: Inquisição, moral sexual e controle religioso no século XVIII

Gislaine Ribeiro Rodrigues – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Esta comunicação busca analisar o processo do Frei Manoel do Rosario, acusado de sodomia no ano de 1763. A partir desta documentação analisa-se o delito sexual de sodomia utilizando o tribunal do Santo Ofício e sua atuação na Amazônia Colonial durante a segunda metade do século XVIII, buscando compreender [MR1.1] [GR1.2] [UC1.3] os padrões de masculinidades e sexualidades a partir dos delitos sexuais, evidenciando os dispositivos morais da Igreja acerca dos pecados sexuais perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício. Com o propósito de analisar criticamente as perspectivas da construção histórica da Amazônia Colonial e a disputa da moralidade cristã dentro do Grão-Pará. Para entender como ocorreu a ação inquisitorial nas terras amazônicas, é preciso levar em consideração as especificidades da região, como evidenciado por Almir Diniz (2011, p. 2), ao afirmar que "as fronteiras da colônia portuguesa na Amazônia se entrelaçavam numa rede complexa formada por inúmeros atores: Indígenas, brancos, negros e mestiço de várias matizes. Esse grupo plural, misturado em um mesmo território, resultou em "processos de apropriação da religião cristã e dos modelos de comportamentos ocidental" (Carvalho Jr., 2011, p. 1). Processos estes que partem da conversão de grupos marginalizados ao cristianismo, presente na raiz da história do Brasil colonial. A inquisição ibérica se especializou principalmente na perseguição aos cristãos novos, além de ter destaque na repressão dos crimes relativos à heresia e aos crimes sexuais. A estrutura jurídica da América portuguesa do século XVIII estava profundamente vinculada à religião, uma vez que a legislação régia incorporava princípios morais cristãos, como se observa nas Ordenações Manuelinas no livro 5 título XII, deixam bem claro qualquer pessoa que ousar cometer o pecado de sodomia, seja "queimado e feito por fogo em pó", que classificando assim, a sodomia como um dos

delitos mais graves. Essa legislação régia valida o discurso católico da sodomia como o pecado mais desprezível dentre todos os pecados.

O Brasil foi alvo de ao menos três visitações inquisitoriais. A primeira ocorreu na última década do século XVI (1591-1595); a segunda em 1618 até 1620 e a última realizou-se entre os anos de 1763 a 1769. Esta visitação assume grande relevância historiográfica por ter sido a única estabelecida no Norte do Brasil.

Por fim, o trabalho busca evidenciar o potencial da Amazônia como espaço privilegiado para o estudo da atuação inquisitorial e dos crimes sexuais no Império português.

Revoltas antijesuíticas no Rio de Janeiro do século XVII: a disputa pela administração indígena no cotidiano da cidade

Giovanna Wermelinger Câmara – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

No século XVII, o Rio de Janeiro ocupava posição estratégica na América portuguesa, embora não apresentasse a mesma centralidade econômica das capitanias açucareiras do Nordeste. A menor disponibilidade de recursos e a reduzida inserção no tráfico transatlântico de escravizados, típico das áreas periféricas, levaram à predominância, durante parte do século, da mão de obra indígena, considerada alternativa viável para colonos com baixa liquidez. A cidade, ao longo dos Seiscentos, experimentava um crescimento urbano e a Capitania expandia-se para o interior, com concessões de sesmarias e o estabelecimento de aldeias. Tais fenômenos ampliavam a demanda de trabalhadores. Nesse cenário, a atuação missionária, sobretudo nos aldeamentos, estruturava a gerência espiritual e temporal dos nativos, incluindo a gestão de sua força de trabalho. A administração da população indígena tornou-se um ponto de conflito entre colonos, interessados em explorar seu trabalho, e religiosos, que buscavam manter o controle sobre esses grupos.

Esta proposta de comunicação, fruto de um recorte da pesquisa de mestrado em andamento, propõe tratar dos conflitos entre ambos os segmentos sociais ao longo do século XVII na cidade do Rio de Janeiro, compreendendo-os como revoltas coloniais. Parte-se da hipótese de que tais embates refletem disputas pela mão de obra indígena e se inserem em um contexto de distanciamento entre súditos e autoridades metropolitanas. A perspectiva aqui está alinhada à noção de revolta colonial como prática política típica do Antigo Regime. Portanto, o estudo considera manifestações variadas, como motins, atentados e protestos, entendendo-as como formas de reivindicação de direitos percebidos como violados. Os episódios analisados revelam como tensões locais, como os frequentes ataques direcionados a membros do clero secular, podem expressar conflitos mais amplos, nos quais a distância do poder régio contribui para instabilidade e reconfiguração das relações sociais.

As principais fontes utilizadas para o levantamento dos conflitos foram obras de cronistas e historiadores clássicos, como Vivaldo Coaracy, Monsenhor Pizarro, Serafim Leite, entre outros, que registram as dinâmicas da prelazia da cidade e a atuação religiosa na capitania. Alguns casos levantados, como os episódios envolvendo o bispo D. Lourenço de Mendonça e o motim de 1640 contra jesuítas evidenciam a centralidade do trabalho indígena e a intensidade das disputas entre colonos e religiosos. Esta pesquisa procura reiterar a importância dos nativos na construção da ordem política e social do Rio de Janeiro, uma vez que os conflitos em torno de sua mão de obra estenderam-se por mais de um século e tomaram diferentes proporções, perturbando e redesenhando o cotidiano carioca dos Seiscentos.

A centralidade de Goa no governo do Estado da Índia durante a União Ibérica (1580-1640)

Graça Almeida Borges – CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade Nova de Lisboa

Esta comunicação pretende reavaliar o impacto da União Ibérica (1580-1640) na centralidade de Goa enquanto cabeça e capital do Estado da Índia. A historiografia mais recente entende que o Estado da Índia, ao contrário do que se defendeu (ou ignorou) durante muito tempo, não ficou de fora da política global dos Habsburgo durante o período em que Portugal e o seu império se viram incorporados na Monarquia Hispânica. Ao invés, pelo seu peso político, económico e simbólico no imaginário imperial moderno, os territórios asiáticos portugueses foram plenamente integrados na política dos Habsburgo, ainda que as suas opções e prioridades estratégicas nem sempre tenham coincidido com as dos portugueses. Espaços como o Golfo Pérsico, o Ceilão, o mar da China ou o Sueste Asiático, como palco de intensas interacções, colaborações, tensões e conflitos no quadro da união, mereceram especial atenção. Já a articulação entre Goa, Lisboa e Madrid (ou Valladolid) ou a articulação entre Goa e os diferentes polos do Estado da Índia não foram propriamente questionados, mas o estudo recente de Ângela Barreto Xavier e Kevin Carreira Soares sugeriu que a sua integração na Monarquia Hispânica terá redimensionado o quadro de conexões da capital do Estado da Índia de uma escala global para uma escala regional, ainda que outros factores locais e regionais, internos e externos também tenham contribuído para este redimensionamento.

Partindo de todos estes contributos, esta comunicação procura aferir o impacto que a integração na Monarquia Hispânica teve na centralidade de Goa, quer na sua relação com a metrópole, quer na sua relação com as várias cidades e fortalezas portuguesas na Ásia. Admitindo que a União Ibérica trouxe novas dinâmicas aos equilíbrios políticos e económicos do Estado da Índia, o texto começará por examinar o seu impacto no estatuto de Goa como capital do império asiático. Num segundo momento, procurará perceber se e de que forma a multiplicação das distâncias e instâncias de decisão afectou a centralidade de Goa no governo dos diferentes polos do Estado da Índia, nomeadamente na gestão de problemas concretos como o projecto de "conquista do Ceilão", a crise de

Ormuz ou a crescente ameaça holandesa a Macau e a Malaca. Não negando a gradual perda de importância de Goa e do Estado da Índia na balança global do império a partir do século XVII, procurar-se-á demonstrar que esta não foi resultado do suposto desinteresse da Monarquia Hispânica em relação à Ásia, mas antes das fragilidades estruturais do Estado da Índia, exacerbadas neste início do século XVII pela chegada de novas potências europeias e pelos realinhamentos das forças locais e regionais, desenvolvimentos que punham agora a nu a incapacidade de Goa para dominar este império de distâncias.

Inquisição, poder e vida cotidiana: notas do processo de habilitação do padre Manuel Jesus Bahia (1752-1773)

Grayce Mayre Bonfim Souza – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Esta comunicação tem por objetivo apresentar o resultado da análise do processo de habilitação a Comissário do Santo Ofício de Manoel de Jesus Bahia, cuja tramitação perdurou por exatos 21 anos, de fevereiro de 1752 a março de 1773. O referido padre, que era uma pessoa muito influente em Salvador em meados do século XVIII, nasceu na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo em 1712, foi criado em Água de Meninos, consta no seu currículo ter se graduado em Artes, fez teologia no Colégio da Companhia de Jesus, tornou-se escrevente de advogado, cônego da Sé da Bahia e secretário do arcebispo D. José Botelho de Matos e aos 40 anos de idade, aproximadamente, entra com um pedido junto ao Conselho Geral do Santo Ofício para habilitar-se a Comissário da Inquisição. Informa na petição para o cargo que era filho de um negociante português chamado Manoel Gomes Lisboa com a baiana Francisca de Assunção. Para reforçar sua solicitação e ficar mais perto do objetivo de tornar-se um agente da Inquisição, presta a informação de que dois tios avós do lado paterno – Antônio Cruz e Caetano Alberto Negreiro – receberam cartas de Familiar, emitidas respectivamente em 1741 e 1743. Procedimento que era muito comum para agilizar mais a averiguação de pureza de sangue, porém essas informações não foram suficientes. Pesou na demora do processo, além da geração, a vida pregressa do pleiteante desde o nascimento até o início do processo de habilitação. O cotejamento da documentação trabalhada nos permite compreender vínculos de parentesco, relações de poder e sociabilidade existentes e principalmente, os agentes inquisitoriais que atuaram na Bahia no referido período.

A 'Casa da Memória Nacional' e a materialidade de seu acervo histórico – notas sobre a Coleção de Documentos Avulsos do IHGB

Gustavo Pereira – Universidade Federal Fluminense

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) tem despertado o interesse de historiadores tanto como instituição de guarda de um importante acervo histórico, quanto como objeto de pesquisa em si mesmo. No projeto de pós-doutorado que se pretende introduzir no Simpósio (visando a críticas e mais contribuições dos demais

investigadores), juntam-se ambos os aspectos, propondo-se analisar a conformação das coleções do Instituto. Em questão: os critérios de elegibilidade para acolhida de objetos, fundos e coleções nos acervos do Arquivo, da Biblioteca e do Museu; as estratégias de preservação, ocultamento/esquecimento e divulgação/comemoração; as formas institucionais de processamento, organização e ordenamento (que enformam os referidos materiais, informando sentidos determinados); as redes mobilizadas nos processos de doação, aquisição, recepção e guarda. Além de preocupações relativas à trajetória, à circulação e à historicidade dos objetos, fundos e coleções; a sua materialidade, forma e espacialidade, interessa-se pelo modo como se articulam, no IHGB, o passado representado pelos materiais admissíveis em seu acervo, os interesses (presente) da instituição a tal respeito e as pesquisas e os projetos (futuro) de sócios e mais pesquisadores que sobre eles se debruçam. Entende-se que tais esforços contribuem com as reflexões sobre o país e sobre sua história (um dos fins do Instituto) e também com a manutenção da imagem do IHGB enquanto 'Casa da Memória Nacional' – para recuperar o epíteto bastante repetido pelo Instituto. Na comunicação proposta, foca-se, de modo introdutório, na chamada Coleção de Documentos Avulsos do IHGB (BR RJIHGB 125). Trata-se de uma coleção composta por documentos de procedência diversa, iniciada com a fundação do IHGB, por meio de doações, aquisições ou "missões" enviadas ao exterior por D. Pedro II, ampliando-se ao longo dos anos. Conta com mais de 30 mil documentos, que vão desde o século XVII até o XX, e dispõe de um inventário analítico. Por sua configuração, a coleção, em que se integram manuscritos e impressos da Época Moderna, bem representa um dos objetivos do Instituo, expresso em seu primeiro Estatuto (1839): as determinações de "coligir, metodizar, arquivar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história" do Brasil.

H

Agência indígena e ação política nas Cartas tupis: mobilização de interesses dos Potiguara em meio ao conflito luso-hispano-neerlandês (1630-1654)

Halisson Seabra Cardoso – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O presente trabalho analisa as chamadas Cartas tupis produzidas por lideranças Potiguara no contexto do conflito luso-hispano-neerlandês (1630–1654). Tomando a agência indígena enquanto processo histórico dinâmico e fulcral, o estudo busca demonstrar como esses documentos constituem não apenas registros de comunicação, mas também intervenções políticas, nas quais se articulam estratégias de mediação, construção de pertencimentos e mobilização de interesses coletivos indígenas. As cartas, redigidas em tupi, revelam a apropriação da escrita como prática política por indígenas, permitindo a mobilização de seus interesses, a negociação de alianças e a tentativa de recomposição de um corpo coletivo fragmentado pela guerra. A escolha do tupi, longe de ser apenas funcional, atua como marcador de pertencimento e como instrumento de aproximação entre interlocutores indígenas, mesmo quando posicionados em lados opostos do conflito. A análise evidencia a existência de uma estrutura discursiva recorrente nas cartas de

Felipe Camarão, organizada a partir de quatro elementos principais: coletivismo, preocupação, mediação e centralidade. Além disso, outras cartas escritas por lideranças indígenas no mesmo contexto evidenciam a circulação e a ampliação dessa estratégia discursiva, reforçando a centralidade de Felipe Camarão como mediador. O estudo também demonstra que essa fórmula discursiva não opera de forma rígida, mas adapta-se às circunstâncias da guerra. Ao deslocar a análise da agência indígena do plano teórico para o exame empírico das práticas discursivas, o trabalho contribui para a compreensão das Cartas tupis como documentos privilegiados para o estudo das formas de ação política e mobilização de interesses indígenas no mundo colonial. Mais do que expressão de adesão a projetos imperiais, essas cartas revelam a atuação consciente e estratégica dos Potiguara na construção de seus próprios caminhos históricos, evidenciando um processo marcado por negociações, ressignificações e disputas de sentido.

Notas sobre a primeira composição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Freguesia do Seridó, sertão do Rio Grande do Norte, entre 1771 e 1773

Helder Alexandre Medeiros de Macedo – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A Irmandade do Rosário de Caicó, cujo funcionamento remonta a meados do século XVIII, perdura até os dias atuais. No ano de 1771, homens e mulheres pretos reuniram-se na Matriz de Sant'Ana para a leitura, publicação e aceitação do "Compromisso" da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da então Freguesia do Seridó. Esse manuscrito seguiu o seu trâmite e, após a irmandade ter sido confirmada pelo Rei de Portugal em 1772, retornou à América e, novamente, na mesma matriz, foi lido publicamente em 1773. Hoje, o livro contendo o Compromisso e as atas encontra-se guardado na Cúria Diocesana de Caicó. O trabalho analisa o perfil dos irmãos e irmãs da Irmandade do Rosário em seus momentos fundadores (1771 e 1773), por meio do cruzamento das listas nominais com fontes paroquiais (batizados, casamentos e óbitos) da Freguesia do Seridó e inventários post-mortem do Termo Judiciário da Vila Nova do Príncipe. Do cotejamento das fontes, a investigação constatou a presença de pessoas escravizadas, livres e libertas na irmandade, que foram referidas com sobrenomes, supomos, advindos dos senhores ou senhoras com quem tinham vínculos no âmbito da escravidão, como Fernandes Jorge, Pereira da Silva, Alves dos Santos, e, dentre outros, Gonçalves Melo. A presença desses sobrenomes de famílias fornece indícios de que esses pretos e pretas deveriam ter alguma relação com as famílias de brancos e mestiços que estavam vivendo no Seridó em meados do século XVIII, seja pela escravização, seja pela adoção do sobrenome após a alforria.

Serviços, remuneração, redes, clientelismo e falhanço. Um percurso no império português, décadas de 1750 e 1760

Helen Osório – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Félix José Pereira da Silva, reinol, chegou à América pelo porto do Rio de Janeiro e dedicou-se a negócios com São Paulo e Minas Gerais. Posteriormente, a partir de 1752, acompanhou Gomes Freire de Andrade na expedição de demarcação de limites resultante do Tratado de Madri. Comerciante, atuou na expedição de várias formas, entre elas destacou-se na compra de animais e gêneros para o exército português, percorrendo as possessões espanholas. Essas atividades possibilitaram-lhe, ao mesmo tempo, estabelecer suas próprias fazendas de criação de gado, trabalhadas com mão de obra escravizada. Foi agraciado com sesmarias, patentes de capitão e, depois, de coronel de ordenanças. Participou da defesa e dos eventos que redundaram na ocupação da região do porto de Rio Grande pelos espanhóis, em 1763. As ocorrências da guerra, seu comportamento individual e reveses, incompatibilizaram-no com o governador e elite local. Félix José foi incriminado na devassa sobre a entrega do porto de Rio Grande aos espanhóis. Ele retorna, então, ao Rio de Janeiro. Daí, transfere-se para São Paulo de Luanda, Angola, onde falece em 1772.

Sua vida no Sul auxilia-nos a analisar os agentes na constituição de uma nova fronteira, em suas variadas atividades econômicas, nas formas das relações políticas no Antigo Regime através dos vínculos pela remuneração de serviços, o sucesso e insucesso em determinadas ocupações e constituição de patrimônios.

A trajetória de Félix José Pereira é mais do que um caso "exemplar". A análise de seus procedimentos e escolhas individuais e dos contextos em que esteve inserido, em escala que permita o exercício de uma microanálise, possibilita a apreensão, em processo, de várias dinâmicas sociais e econômicas constitutivas da sociedade na América portuguesa, na conjuntura de uma fronteira nascente. Redes mercantis imperiais que necessariamente passavam por África, a lógica da remuneração de serviços, o clientelismo, as disputas com poderes locais e estratégias de mobilidade social e enriquecimento, são elementos característicos de uma sociedade de Antigo Regime enquadrada pela escravidão, sistema constitutivo da América portuguesa.

Clima e meteorologia: observações da natureza e imagens do território na configuração da América Portuguesa

Heloisa Meireles Gesteira – Museu de Astronomia e Ciências Afins

O ato de observar e registrar os fenômenos da natureza está presente em diferentes formas de conhecimento, entre eles os saberes sobre o clima e meteorologia. As diferentes formas de descrever e acumular informações sobre os eventos climáticos e meteorológicos tais como a intensidade das chuvas, a presença de nuvens no Céu, a direção e velocidade dos ventos, as alterações das marés, são elementos que compões a paisagem e representações de um lugar. Ao longo do século XVIII, em alguns pontos da Europa, esforços foram implementados para a organização de uma rede de estações meteorológica responsáveis pela coleta diária de dados a partir do uso de instrumentos. Na América portuguesa, a primeira série de observações regulares foi realizada por Bento Sanches Dorta, ao longo

dos sete anos em que permaneceu na cidade do Rio de Janeiro, entre 1781 e 1788. Seguindo os padrões da época, cotidianamente e em horários definidos, Dorta registrou em seus diários meteorológicos suas observações e a cotidianamente descrevia as condições dos Céus, se limpo ou nublado, e anotava os eventos que mereciam destaque a cada ano. Tendo como ponto de partida os trabalhos de Bento Sanches Dorta, o objetivo desta comunicação é demonstrar como os elementos climáticos e meteorológicos fornecem um conjunto de imagens que são representativas dos lugares e de que forma estas imagens circularam em diversos suportes, incluindo documentos cartográficos durante a Época Moderna.

Águas e Desenho Urbano em Sobral Colonial

Herbert de Vasconcelos Rocha – Centro Universitário Inta – UNINTA

Este trabalho tensiona demonstrar em que medida os sistemas hídricos do sítio natural pautaram o desenho urbano de Sobral, Ceará, no período colonial, apontando extinções e permanências. Propõe-se cartografias retrospectivas, baseadas em fontes primárias, sobretudo as Atas da Câmara Municipal e plantas do século XIX.

No começo do século XVIII, implantaram-se quatro fazendas de gado no ponto médio da Ribeira do Acaraú: na margem direita, Marrecas e Várzea Grande, topônimos ligados à presença de água e, na margem esquerda, a Fazenda Macaco, onde morava o dono destas terras e a Fazenda Caiçara, onde reuniam-se boiadas das ribeiras do Acaraú, Coreaú e Aracatiaçu. Na Caiçara, boiadeiros instalaram uma gangorra de gado, às margens do Acaraú, na foz do riacho furiozo. A barlavento da gangorra formou-se a Povoação da Caiçara, passando à sede de freguesia em 1756 e elevada à Vila de Sobral em 1773. O principal afluente da margem esquerda do Acaraú é o rio Jaibaras, que nasce na Ibiapaba e encontra Sobral a cerca de 900 metros a montante do núcleo urbano original. Seguindo a jusante, o riacho Mucambinho desaguava mais ou menos defronte às Pedras da Fortaleza, criando uma ipueira em função das cheias. Mais adiante o furiozo riacho fazia a limpeza das imundícies do matadouro. A Matriz de N.S. da Conceição da Caiçara eleva-se entre a gangorra e uma várzea. Por fim, o córrego que passava próximo à casa sede da fazenda Macaco desaguava na Lagoa do Feijão, já bem próxima ao Acaraú. Duas vizinhanças formavam o povoado. Uma em torno da Matriz da Conceição e outra da Capela de N.S. do Rosário dos Pretinhos.

O casario em volta da Matriz estava limitado a noroeste por um charco formado pelo furiozo que serpenteava até estabelecer novo limite a oeste e uma várzea a nordeste. A vizinhança dos pretos, em cota mais alta, estava livre das águas, tendo apenas o furiozo correndo a leste. Além da várzea, um alinhamento de casas alinhava o caminho para a Lagoa do Feijão. Outras casas esparsas situavam-se próximas às Pedras da Fortaleza. O casario, ao longo do século XIX, avançou sobre seus sistemas hídricos. Na escala da Vila, a Lagoa do Feijão foi designada como lixeira no século XIX. O furiozo riacho foi drenado ao longo dos oitocentos, inicialmente para instalação de um mercado e, nos novecentos,

passou a correr totalmente em tubulação e galeria subterrâneas. Na segunda metade do século XX a Lagoa do Feijão foi aterrada, o córrego que lhe abastecia foi tubulado e parte do casario setecentista, paralelo ao curso d'agua, foi demolido em prol da ortogonalidade do traçado urbano. As aguadas públicas, nos meses de estio, eram cacimbas cavadas no leito seco do Acaraú. Persistem o riacho Mucambinho, os rios Jaibaras e Acaraú, a ipueira da Fortaleza e rugosidades no traçado urbano.

A agência indígena nas políticas de aldeamentos na dinamização das fronteiras internas da capitania da Bahia (1650-1689)

Hiquel Moreira Dias – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Esta comunicação analisa a dinamização das fronteiras internas da capitania da Bahia entre os anos de 1650-1689, focando na política de aldeamentos como estratégia de ocupação territorial e na agência indígena operada nesse processo. No período em questão, a fronteira é compreendida não como uma linha estática, mas como uma zona de fricção, um espaço dinâmico de conflitos e negociações, onde se cruzaram interesses imperiais, senhoriais e ameríndios, que souberam encontrar brechas de autonomia em meio às condições assimétricas impostas.

A política indigenista de aldeamentos, promovida tanto por instâncias missionárias quanto por particulares, serviu como peça fundamental para a interiorização da capitania. Por meio dos descimentos de nações como os Boimés, Caimbés, Kariris, Kiriris, Payayás e Sapoyás, buscou-se não apenas a conversão religiosa, mas a fixação de populações que pudessem servir como força de trabalho e defesa estratégica.

A atuação dos povos originários também se manifesta no modo como negociaram sua permanência e brechas decisórias nas guerras de conquista. Lideranças indígenas, como os principais da nação Payayá, manipularam a dependência que os sertanistas e o Governo-Geral tinham de seu braço armado e saber territorial, requerendo armas e infantes para confrontar inimigos comuns nos sertões. A análise à contrapelo dos aldeamentos particulares também demonstram que a presença, ou não, de determinada nação originária nas expedições diziam respeito as suas motivações e interesses. Povos aldeados por vezes se negaram a participar de entradas, fazendo compreender a noção que tinham da influência do terratenente responsável pelo aldeamento e o estabelecimento deste prestígio senhorial como uma margem de manobra para a preservação da sua autonomia.

Dessa maneira, os aldeamentos funcionaram como marcos estratégicos fronteiriços tanto nos sertões ao norte da capitania, viabilizando núcleos coloniais nos Sertões das Jacobinas, quanto nos sertões do Recôncavo, fundamental na defesa de engenhos e freguesias contra as incursões dos ditos índios bravios. A arquitetura da ocupação territorial da capitania foi forjada por táticas indígenas, fosse por meio de acordos de paz negociados ou pela colaboração estratégica em guerras de conquista, mesmo que sob

condições profundamente assimétricas. Portanto, os povos indígenas foram sujeitos políticos ativos frente ao processo de ocupação das fronteiras internas da Bahia. Entender essa agência é fundamental para enxergar os ameríndios não como vítimas passivas da história, mas como um protagonista cujo legado de resistência e negociação continua a definir territorialidades brasileiras.

Antes da invasão: a construção das alianças neerlando-indígenas na América portuguesa (1600-1625)

Hugo André Flores Fernandes Araújo – Universidade Federal de Juiz de Fora

A incorporação de Portugal à Monarquia Hispânica intensificou a presença de inimigos dos Ibéricos no Atlântico Sul. Neerlandeses, ingleses e franceses disputaram espaços no litoral brasileiro, buscando contatos com populações indígenas para viabilizar seus interesses comerciais. Este trabalho analisa as experiências neerlandesas de aproximação com os povos indígenas entre 1600 e 1625, período anterior à invasão de Pernambuco, compreendendo-as como parte de um processo de aprendizado e acúmulo de experiência acerca da mediação cultural. Os neerlandeses enfrentaram o desafio de estabelecer relações em ambiente de lealdades disputadas. O êxito de suas investidas dependia de intermediários, tradutores e mediadores culturais, que atuavam entre mundos indígenas e europeus. Analisaremos casos de contato que mostram o desenvolvimento dessas relações, desde a expedição comercial de Jan Bautista Syens (1600), passando pelas incursões de Paulus van Caerden (1604), Joris van Spielbergen (1615), episódios marcados contatos que oscilaram entre trocas amistosas e embates violentos. O ponto de inflexão desse processo ocorreu em 1625, quando a frota de Boudewijn Hendricksz, refugiada na Baía da Traição, recebeu proposta de aliança de um grupo Potiguara que se opunha ao domínio português. A iniciativa do contato partiu dos indígenas, que enxergaram nas forças neerlandesas uma oportunidade de confrontar os portugueses. Treze desses Potiguara embarcaram para os Países Baixos, onde se converteram ao calvinismo e forneceram à Companhia das Índias Ocidentais informações estratégicas sobre geografia e redes de alianças existentes na América Portuguesa, tornando-se intermediários fundamentais para o planejamento da invasão de Pernambuco em 1630. Argumentamos que esses contatos, frequentemente tratados de forma isolada, compõem uma trama mais ampla das rivalidades imperiais no Atlântico Sul. O sucesso neerlandês resultou de processo coletivamente construído, marcado por acertos e fracassos, no qual a agência indígena foi um aspecto central. Os Potiguara negociaram conforme suas próprias agendas, aproveitando rivalidades europeias para resistir ao domínio ibérico. A ocupação neerlandesa deve ser compreendida como desfecho de um aprendizado gradual sobre mediação cultural e construção de alianças, o que se revelou um dos elementos centrais para a governabilidade de territórios ultramarinos marcados pela distância e pela diversidade étnica.

Precarização da liberdade e reescravização no alto sertão da Bahia: o caso de Ignácia "Crioula" (1811)

Hugo César de Souza da Silva – Universidade Federal da Bahia

Em 12 de janeiro de 1811, na Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité (atual Caetité), Ignácia "Crioula" Caires ingressou com um libelo cível contra o tenente Antônio Ângelo Cotrim, alegando ser liberta. Filha da escravizada Joana, foi criada por sua avó, Maria Fernandes, preta forra, que pagou 124 mil réis, em algodão e couro, por sua alforria, sem obter carta formal de manumissão. Com a morte dos antigos senhores e a partilha dos bens, Ignácia foi arrolada como herança, sofrendo tentativa de reescravização. O caso revela as tensões entre o direito costumeiro e a tradição do direito romano, evidenciando a precarização da liberdade e os usos estratégicos da justiça no mundo luso-brasileiro. Em suma, analisando o caso de Ignácia a partir da metodologia da micro-história, em diálogo com problemas teóricos e metodológicos mais gerais, espera-se contribuir para um entendimento mais afinado das relações entre escravidão e Justiça.

O papel da Igreja Católica na tentativa portuguesa de "territorializar" Angola (1768-1820)

Hugo Ribeiro da Silva – Universidade do Porto

Na segunda metade do século XVIII, as autoridades portuguesas, tanto em Lisboa como em Luanda, começaram a desenvolver novas estratégias de colonização do território angolano. O objetivo era implementar um programa de colonização que pudesse conferir maior solidez aos poderes coloniais. Isso implicaria uma expansão territorial, a fim de superar a descontinuidade originada pelos enclaves coloniais dispersos. Além disso, o novo modelo de colonização deveria permitir um controlo mais eficiente da circulação de pessoas nos sertões. No entanto, tal era mais do que um programa de expansão territorial e definição de fronteiras políticas. Era um projeto para construir uma nova fronteira cultural de acordo com um modelo europeu. Para tal, as potências coloniais portuguesas reconheceram o papel central que a Igreja Católica deveria desempenhar em todo o processo. Nesta comunicação, defenderei que a fraca presença da Igreja e das suas estruturas de governação em Angola foi uma das razões do fracasso do controlo do território «angolano» no final do século XVIII.

Entre conflitos e tensões: o projeto madeireiro português na Paraíba (1788-1799)

Hugo Takeshi Hatakeyama – Universidade Federal da Paraíba

Em 1788 um carpinteiro chamado Antônio Manoel Prata foi enviado do Arsenal Real de Portugal para Pernambuco. O objetivo de sua presença na região era estudar a potencialidade das matas existentes na capitania da Paraíba para construção naval. O projeto madeireiro da Coroa portuguesa inseria-se em questões de ampla escala: incrementar a frota de guerra no contexto do acirramento das tensões militares europeias

do período; substituir a necessidade de importação de madeira do estrangeiro por produção interna; o escasseamento de florestas com madeiras robustas em território reinol; e estudos botânicos e geográficos sobre as potencialidades dos territórios dos domínios ultramarinos. Dessa forma, enquanto Antônio Manoel Prata realizava o estudo das matas na Paraíba, o governador de Pernambuco da época, Dom Tomás, fora incumbido de preparar um plano de conservação e guarda das florestas de Pernambuco e Paraíba. Esse contexto de larga escala, contudo, chocou-se com dinâmicas locais daquelas capitanias. Para além dos conflitos de jurisdição que tensionaram a relação entre o general de Pernambuco, Dom Tomás, e o carpinteiro Prata, a Conservadoria das Matas inseriu-se no contexto da subordinação da capitania da Paraíba à Pernambuco, que perdurou de 1755-1799, de onde surgiu um outro núcleo de tensões: os anseios do governador da Paraíba, Jerônimo de Melo e Castro, por autonomia de governo. A dupla conflituosidade resultou na inserção do governador da Paraíba no estudo do território, o qual passou a reivindicar os méritos a respeito da localização das matas, dos rios e dos melhores postos de escoamento. Sucedeu-se do ocorrido a descoberta de cargas de açúcar que não pagavam impostos ao governo, gerando uma nova zona de conflitos envolvendo as elites açucareiras do litoral norte da Paraíba, que passaram a denunciar o governador paraibano à Coroa e ao general de Pernambuco. O estudo do encontro entre um projeto madeireiro de escala interoceânica e a dinâmica econômica local do litoral da Paraíba, intermediadas pelas tensões políticas do governo-geral de Pernambuco e o da capitania da Paraíba, permitiu encontrar o funcionamento de uma lógica de organização econômica do espaço litorâneo da região marcada pela concentração dos capitais mercantis em Recife associada com o fornecimento de madeira para construção naval vindas da Paraíba. Essa relação pode ser definida pela concepção de desenvolvimento desigual e combinado. O entendimento dessa dinâmica permitiu compreender a relação entre a exploração florestal da Paraíba com a indústria açucareira e a participação das populações indígenas na formação e integração territorial que começavam a se desenhar por meio do projeto madeireiro lusitano.

I

Entre normas e transgressões: as mulheres classificadas como sodomitas na Bahia Colonial

Iara Silva de Jesus – Universidade do Estado da Bahia

A historiografia tradicional, durante muito tempo, silenciou e marginalizou a presença e a atuação das mulheres, invisibilizando suas experiências e suas formas de expressão social e cultural. Nesse sentido, torna-se fundamental discutir como, ao longo da história, foram construídos diferentes significados atribuídos à mulher, à noção de gênero e aos comportamentos sexuais considerados não padronizados. A vigilância da sexualidade constituiu-se, historicamente, como um mecanismo de controle social, no qual a sexualidade era considerada legítima apenas quando vinculada ao matrimônio e à função reprodutiva. De acordo com Regimentos do Santo Ofício e secular, a sodomia é

compreendida como prática sexual com fins não procriativos. A sodomia *foeminarum* foi um campo que confundiu e enganou aqueles clérigos que tentaram conhecê-la e desvendá-la, seja em razão do desconhecimento e certo desinteresse sobre o corpo feminino, seja por causa da gravidade em que era apreciado o pecado. Apontamos a sodomia feminina como fruto da construção social, enquadrada em conceitos culturais do masculino e do feminino. Apresentaremos as estratégias usadas pelas mulheres para burlar as ordens impostas para expressarem suas sexualidades.

Desrespeitos ao Santo Ofício, blasfêmias e práticas mágicas: os desvios de homens laicos na Bahia do século XVIII

Igor Barbosa Reis – Universidade Federal da Bahia / Secretaria de Educação do Estado da Bahia

A partir do governo eclesiástico do arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, no século XVIII, a Bahia foi marcada por uma preocupação acentuada com o disciplinamento de corpos, mentes e almas da cristandade. Isto se deu em função da capitania ter sido alçada à posição de Arcebispado em 1676 e, como tal, ansiava por reafirmar-se como metrópole religiosa no Atlântico português. Neste sentido, o arcebispado da Bahia reforçava a atuação das instituições e agentes de disciplinamento para suprimir práticas que, entre os diferentes sujeitos que compunham a sua cristandade, pouco ou nada carregassem um ideário moral católico. Por outro lado, estes sujeitos, comprometido em reforçar uma conduta moral irrepreensível, se encontravam envoltos com um repertório de crenças marcado por influências não-católicas que, invariavelmente, tornavam seus comportamentos objeto flagrante de um dos mais importantes tentáculos do disciplinamento, a Inquisição. O Santo Ofício português foi tão atuante na Bahia setecentista quanto o laicato que vigiava e punia, o qual trazia consigo experiências de fé que desdiziam as normas disciplinadoras, apesar de reivindicarem ou reiterarem o catolicismo hegemônico no cotidiano. Assim, o objetivo da comunicação é captar essas experiências, consideradas pelo Tribunal inquisitorial como pecados, desvios e faltas, dentro da metrópole religiosa, a saber: desrespeitos a cargos e atribuições da própria Inquisição, heresias, blasfêmias e práticas mágicas. Faz se necessário compreender estes delitos considerando a reestruturação de valores de Antigo Regime no âmbito colonial – como certa presunção de fidalguia entre alguns pecadores apontada pelos agentes de disciplinamento; o universo cultural rico desvelado pelas superstições e feitiçarias que a colônia dispunha e mantinha, mesmo à revelia da Igreja; e os perfis dos sujeitos descobertos e processados, majoritariamente homens das mais diversas idades e ocupações profissionais, que dialogavam ativamente – por meio de pensamentos, discursos e ações – com um modelo de masculinidade complexo onde subjaz inegociável e irrestrita devoção. Diante destes aspectos, os delitos do laicato são vistos numa linha tênue entre reforçar e minar o processo de disciplinamento social e religioso de uma Bahia que, no século XVIII, esteve empenhada em se colocar como baluarte do catolicismo no seio do Império português.

"Como Com Efeito": a compra e venda de imóveis em Sabará por libertos no século XVIII

Igor da Silva Nunes – Universidade Federal de Minas Gerais

A presente comunicação terá como objetivo apresentar uma parte da pesquisa que está em andamento sobre a compra e venda de imóveis na vila de Sabará por forras(os) na primeira metade do século XVIII. A partir da documentação cartorial (escrituras de compra e venda, testamentos e inventários), procuraremos demonstrar onde e como as libertas e os libertos moravam ou legaram imóveis em uma das mais importantes vilas da capitania de Minas Gerais. A análise qualitativa desses documentos procurará apresentar as características dos imóveis (casas de telhas, com quintal e suas "culturas", além de outras denominações de época), sua localização geográfica, os valores pagos e o prazo de pagamento. Alinhado a isso, será realizada uma discussão com a bibliografia pertinente ao tema da compra e venda de imóveis, bem como sobre o uso e a ocupação do solo no Setecentos.

Antroponímia e estratégias de reprodução social entre as elites da Vila da Cachoeira: os irmãos priores da Ordem Terceira do Carmo (1742-1791)

Igor Roberto de Almeida Moreira – Universidade Federal da Bahia

A presente proposta de comunicação insere-se no campo da história social do Antigo Regime e dos estudos sobre a reprodução das elites na sociedade colonial da América portuguesa, tendo como objetivo compreender a importância social dos sobrenomes nesse contexto. Em diálogo com a onomástica histórica, analisa-se o nome de família não apenas como elemento de identificação, mas como um recurso social dotado de significados simbólicos, associado à hierarquização, à memória genealógica e às estratégias de reprodução das elites locais. O recorte empírico concentra-se na Vila da Cachoeira, no Recôncavo da Bahia, no período de 1742 a 1791, momento em que a Ordem Terceira do Carmo passa a adquirir maior projeção econômica e visibilidade social no âmbito da vila. O estudo toma como objeto os irmãos priores da Ordem Terceira do Carmo da Vila da Cachoeira, associação religiosa leiga que congregava majoritariamente indivíduos socialmente qualificados. As ordens terceiras constituíam instituições centrais nas sociedades de Antigo Regime, funcionando como instâncias de sociabilidade, legitimação e distinção social, profundamente articuladas às dinâmicas do poder local.

A ocupação dos cargos dirigentes da Ordem Terceira do Carmo estava condicionada a critérios próprios da cultura política e social do Antigo Regime, como reputação pública, honra, origem familiar, ortodoxia religiosa e conformidade aos valores morais vigentes. Tais critérios favoreciam a inserção de famílias bem posicionadas nas hierarquias locais, permitindo observar a atuação de grupos dirigentes cuja autoridade se sustentava tanto em recursos materiais quanto simbólicos. Nesse contexto, os sobrenomes assumiam papel central como marcadores de pertencimento e instrumentos de legitimação social.

A comunicação propõe analisar os processos de adoção, transmissão e permanência dos sobrenomes entre os irmãos priores, buscando identificar padrões e compreender as lógicas sociais que orientavam essas escolhas. Parte-se do pressuposto de que, na sociedade colonial de Antigo Regime, os sobrenomes integravam estratégias familiares de longa duração, voltadas à consolidação de posições sociais, à afirmação de linhagens e à produção de continuidades. Ao articular onomástica histórica, história social das elites e história das instituições religiosas, a proposta contribui para o debate historiográfico sobre os mecanismos de organização e reprodução das hierarquias no mundo colonial luso-brasileiro. O estudo dos irmãos priores da Ordem Terceira do Carmo da Vila da Cachoeira permite evidenciar como os sobrenomes se constituíam em elementos centrais da gramática social do Antigo Regime na América portuguesa.

Estratégias narrativas, artifícios editoriais: as biografias devotas da madre Jerónima de la Asunción (séculos XVII-XVIII)

Igor Santiago Costa – Universidade Federal da Bahia

Nascida em 1556, em Toledo, Jerónima Yañez de la Fuente, no claustro “de la Asunción”, encabeçou a fundação do primeiro convento feminino em Manila, nas Filipinas, no ano de 1621. Com desejo de converter povos ao catolicismo e, até mesmo, morrer em defesa da fé no Japão, essa monja fez parte de um grupo de mulheres que, imbuídas do labor evangélico de sua época, alargaram os limites da clausura para a realização de suas ambições apostólicas. Sobre sua vida e atuação foram escritas, ao longo do século XVII, três biografias devotas. Gênero comum à literatura espiritual católica moderna e que exortava o caráter santificado dos biografados, além de servir a outros desígnios. Apenas um dos três textos redigidos sobre essa “ilustre hija de Toledo” conheceu o prelo no Seiscentos. Um deles nunca veio a luz em uma prensa de tipos móveis, sobrevivendo em uma única cópia manuscrita, o de autoria da madre Ana de Christo (1565-1636), companheira da madre Jerónima por cerca de 40 anos. O terceiro, redigido logo após sua morte em 1630, teve duas edições, mas apenas no século XVIII, de autoria do confessor da religiosa, o franciscano frei Gines de Quesada (†1634), missionário e mártir. Essa comunicação explora essas duas últimas publicações, de 1713 e 1717 respectivamente, referentes à vida desta religiosa. Por mais que o texto tenha sido escrito na primeira metade do século XVII, apenas oitenta anos depois foi possível, talvez pela necessidade de endossar o processo de canonização da freira, ser divulgada uma outra biografia dessa pretensa santa. O foco aqui não recai na análise da narrativa sobre a vida de Jerónima de la Asunción, nem nos topoi comuns a essa literatura, mas sim em componentes marginais desses textos. Através das dedicatórias, gravuras e outros elementos paratextuais (Genette, 1987), pretende-se demonstrar como esses aspectos da produção literária serviram também no processo de centralização da figura biografada enquanto santa, além de denotar os mecanismos e articulações entre diversos indivíduos na feitura da obra e nos projetos que se almejavam com a edição dela (McKenzie, 1999). Dessa forma, partindo da produção de franciscanos e, de algum modo, das próprias clarissas, através

desse caso em específico, será possível perceber as estratégias e artifícios mobilizados pelos envolvidos na feitura dessas obras na promoção de um culto e, no limite, na difusão dos feitos missionários femininos na Ásia.

O processo de territorialização e construção da paisagem da antiga capitania de porto seguro, uma análise de longa duração

Ingrid de Araújo Gomes – Universidade de São Paulo

O presente trabalho, fruto de pesquisas realizadas no âmbito do doutorado, investiga a formação do território e da paisagem da capitania de Porto Seguro desde o período pré-colonial até o início do século XIX. A partir de uma abordagem interdisciplinar, articulando história, arqueologia, geografia e urbanismo, a pesquisa parte da crítica à narrativa tradicional que associa Porto Seguro exclusivamente ao "Descobrimento" do Brasil, destacando que essa visão apaga processos históricos mais amplos e complexos, especialmente aqueles relacionados à presença e ao protagonismo indígena na configuração do território. Nesse sentido, a pesquisa tem como objetivo central compreender como diferentes agentes – indígenas, missionários, africanos escravizados e autoridades coloniais – interagiram ao longo do tempo na construção das territorialidades e das paisagens da região. Como principal base metodológica, adotamos a Arqueologia da Paisagem, que permite compreender o território como resultado da interação histórica entre sociedade e espaço. Assim, a pesquisa combina revisão bibliográfica, análise de fontes primárias (textuais, cartográficas e arqueológicas) e o uso de ferramentas de georreferenciamento, permitindo identificar padrões espaciais e sobreposições entre ocupações indígenas e coloniais. Como resultado, demonstramos que a formação territorial da capitania de Porto Seguro resulta da sobreposição de múltiplas camadas históricas, nas quais diferentes agentes e racionalidades interagiram de forma dinâmica e, muitas vezes, conflituosa.

Entre o mundo Atlântico e a Ásia: os sistemas de nomeação dos governantes e a venalidade no império português

Isabela Augusta Carneiro Bezerra – Instituto Federal da Paraíba

Os diversificados contextos e desafios advindos da expansão marítima impeliram a Coroa portuguesa a encontrar soluções díspares para a árdua missão de governar um império pluricontinental. Após a Restauração de 1640, o recrutamento dos agentes da governança não se delineou de um modo homogéneo nas conquistas. Ao contrário dos procedimentos adotados pela monarquia para o provimento dos bispos e dos magistrados letrados, extensivos a todos os rincões do império, os mecanismos de seleção dos capitães e governadores funcionaram em formatos distintos no vasto universo ultramarino. Enquanto no mundo Atlântico se consolidariam os concursos do Conselho Ultramarino e as consultas aos conselheiros de Estado do reino, no âmbito asiático perduraria um sistema de provimento pré-existente, tradicionalmente utilizado no Estado da Índia,

habitualmente referido por nomeações na vagante dos providos. O sistema da vagante dos providos englobava, além do cargo de capitão de fortaleza, vários outros ofícios do Estado da Índia e comportava uma dimensão venal. No eixo Atlântico, ao contrário do que defendia a historiografia existente, governos secundários também foram objeto de consulta por parte dos prestigiados conselheiros de Estado. A análise desenvolvida neste estudo, cujo escopo foi examinar os processos de nomeação régia dos governantes do império português (Paraíba, São Tomé e Damão), buscou identificar semelhanças e diferenças nos processos de nomeação no império português, favorecendo a percepção dos pontos de interação, dos elementos comuns, bem como das particularidades que distinguiram a experiência atlântica da asiática. Quanto às fontes históricas, utilizou, predominantemente, os núcleos documentais conservados no Arquivo Histórico Ultramarino (códices e manuscritos avulsos), além das consultas aos membros do Conselho de Estado do reino, dispersas em variados acervos.

"Denuncia toda e qualquer confraternidade de associação": legislação antijesuítica no império português e o caso da capitania de São Paulo (1757 a 1769)

Isabela Mendes Fechina – Universidade de Brasília

O antijesuitismo foi um dos elementos mais característicos do século XVIII português. Entre os discursos e práticas reforçadas pelo governo português contra a Companhia de Jesus, o conjunto de leis criadas no período serão o objeto desta comunicação. Serão apresentadas as motivações para o antijesuitismo e a expulsão da Companhia de Jesus do império português, no interior de processos de secularização que marcaram as relações entre Estado e Igreja na Europa, sobretudo durante a segunda metade do século XVIII. Por meio da redução e ampliação de escalas de análise, se discutirá a legislação antijesuítica no império português em geral, e sua aplicação na capitania de São Paulo em particular. Nesta comunicação, destacam-se: o Diretório Pombalino (1755 e 1757); a Lei de Expulsão da Companhia de Jesus (1759); a Lei de Proibição de Cartas de Fraternidade e Associação com os Jesuítas (1767), também conhecida como Lei de Egressos. A primeira teve como objetivo principal afastar das mãos dos missionários jesuítas o governo espiritual e temporal dos indígenas nos aldeamentos. A segunda, bastante conhecida e discutida pela historiografia, buscou eliminar a Companhia de Jesus dos mais diferentes espaços do império português. E a última, buscava encontrar pessoas ainda em confraternidade com os jesuítas, e "perdoá-las" do crime de associação caso elas se confessassem como fiéis à Coroa e renunciassem seus vínculos prévios com a Companhia de Jesus. O caráter vertical desses mecanismos legais contra os inacianos é nítido, visto que foram normativas aplicadas pelos órgãos associados à Coroa portuguesa e implementados pelos agentes subordinados a ela nos variados espaços do império. Contudo, interessa à presente comunicação apresentar os modos como estes foram aplicados e recebidos no espaço específico da capitania de São Paulo, considerando dinâmicas próprias de justiça e sociabilidade existentes entre a Companhia de Jesus, a sociedade colonial paulista, os povos indígenas sob sua tutela e as elites governantes locais, com destaque aos governadores e capitães-generais, ouvidores e juízes.

Ritos processuais e relações jurídicas: os requerimentos de apelação e agravo dos moradores da comarca do Rio de Janeiro na segunda metade do século XVIII

Isabele de Matos Pereira de Mello – Universidade Federal do Rio de Janeiro

O trabalho analisa os requerimentos dos moradores da comarca do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII, solicitando autorização régia para apelar ou agravar nas causas em curso, com o objetivo de compreender os ritos processuais das principais instâncias judiciais, bem como as relações jurídicas estabelecidas pelas partes litigantes. A partir da análise desses requerimentos, identificamos que tais recursos não devem ser compreendidos apenas como instrumentos técnicos de revisão de decisões, mas também como práticas inseridas em uma cultura jurídica própria do Antigo Regime, marcada pela interação entre centralização normativa e costumes locais. Ao recorrer ao monarca, os litigantes acionavam não apenas dispositivos normativos, mas também argumentos e mecanismos que articulavam justiça, governo, direitos, privilégios e hierarquias. Mais do que etapas formais, esses procedimentos configuravam espaços de negociação e redefinição dos trâmites processuais. Nesse sentido, a Coroa constituía-se como a instância mediadora, responsável por viabilizar o acesso aos tribunais superiores, redefinir percursos processuais ou conceder a dispensa de trâmites legais. Tal dinâmica permite problematizar a própria noção de acesso à justiça no Antigo Regime, evidenciando seu caráter relacional e politicamente mediado. Assim, os ritos processuais associados às solicitações de autorização régia delineavam os limites e as possibilidades de ação dos litigantes da comarca do Rio de Janeiro, seus procuradores e advogados, ao mesmo tempo em que reforçavam distinções e práticas locais. Dessa forma, a pesquisa busca revelar mais aspectos do funcionamento concreto das instâncias judiciais e contribuir para o debate historiográfico sobre a administração da justiça e as formas de exercício do poder na América portuguesa.

J

Negociando a liberdade: trabalho, disciplina e alforria no caso do africano Antônio, caixeiro escravizado na Vila da Cachoeira – Bahia

Jacó dos Santos Souza – Universidade do Estado da Bahia

O presente trabalho analisa um caso ocorrido na Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, nas primeiras décadas do século XIX, envolvendo o africano escravizado Antônio, de nação jeje, que exercia a função de caixeiro em uma casa comercial. A partir da documentação disponível, discute-se a formalização de um acordo estabelecido entre Antônio e seu senhor, João Lopes Regadas, no qual se delineiam condições específicas para o trabalho como caixeiro e a concessão de sua liberdade. O contrato de trabalho previa a alforria de Antônio após a morte de seu proprietário, mas estavam estipulados critérios de comportamento e disciplina durante o exercício de

caixeiro, como a proibição do consumo de bebidas alcoólicas, entre outras exigências que buscavam regular sua conduta cotidiana. Tal acordo evidencia não apenas estratégias senhoriais de controle sobre corpos e comportamentos, mas também formas pelas quais sujeitos escravizados negociavam espaços de autonomia dentro da escravidão. A análise do caso permite refletir sobre a complexidade das relações sociais no contexto da escravidão, especialmente no ambiente urbano e comercial, onde funções como a de caixeiro exigiam confiança, mobilidade e certo grau de letramento. Ao mesmo tempo, revela como a promessa de liberdade podia ser condicionada a normas morais e práticas de autocontrole, reforçando hierarquias e valores impostos pelos senhores. Assim, o estudo contribui para o debate historiográfico ao evidenciar a agência de indivíduos escravizados, sem desconsiderar os limites impostos pela estrutura escravista, destacando a tensão constante entre dominação e negociação na experiência da escravidão na Bahia de início do século XIX.

A imagem e a capela de São João Batista: duas joias da Fazenda Araripe, Sertão pernambucano

Jadilson Pimentel dos Santos – Universidade Federal da Bahia

No período colonial, mais especificamente nos séculos XVII e XVIII, assiste-se a intensificação do desbravamento e o alargamento do território do sertão nordestino. Esse panorama, deve-se à expansão da pecuária, sobretudo ao longo dos rios e afluentes com a demanda da carne de gado como respaldo alimentício de uma cultura de exportação. O caminho desenhado pelas boiadas vai formatando o surgimento das fazendas, vilas e demais elementos culturais, que de acordo com as crônicas da época, constitui-se no Ciclo do Gado, o qual possibilita o povoamento das regiões interiores do Nordeste pelos fazendeiros-criadores. Será nesses rincões que as produções advindas do gado constituirá entre o século XVIII e o século XIX, a chamada civilização do couro. A produção da cultura material do Ciclo do Gado, que conviveu de preto com as grandes estiagens e a escassez de materiais, produz exemplares mais humildes. A sua arquitetura, por exemplo, se faz de simples alvenaria na qual se executa uma ornamentação própria. Nem escultura, nem cinzeladura, nem obra de talha, nem ouros, nem lioz, nem mármore, nem azulejos. Sendo assim, as artes do Ciclo do Gado que é mais humilde, sem grandes arroubos formais, se mostram como documentos vivos dum passado, esse absolutamente brasileiro. Nesse sentido, este estudo intenta explanar sobre dois ícones da cultura exuense: A capela e o orago de São João Batista da Fazenda Araripe, PE. Baseado em fotografias, documentos de cronistas, cartas e artigos, este trabalho busca discorrer sobre essas duas obras com a finalidade de revelar e divulgar essas joias do patrimônio pernambucano que têm sido olvidadas. Vale ressaltar que abordar sobre esse tema é imprescindível para o contar e recontar das memórias religiosas do povo nordestino, bem como de suas festas, tão significativas para o Sertão do Araripe pernambucano.

El enlace atlántico de Chile colonial: el espacio rioplatense en tres ejemplos de circulación durante los inicios de la globalización ibérica (1580-1605)

Jaime Valenzuela – Pontificia Universidad Católica de Chile

La ponencia busca dar cuenta de tres ejemplos o casos de estudio que aparecen vinculados por diferentes aristas –que incluso podríamos adscribir a una misma coyuntura temporal– y que muestran la emergencia de una "tercera vía" en la comunicación de Chile con la metrópoli peninsular, a través de la circulación terrestre por la vía rioplatense. Vía que se utilizará regularmente para conectar con los circuitos mercantiles de la región, pero cuyo estudio permite también –como lo discutiremos en este trabajo– acercarse a decisiones y experiencias vinculadas con la geopolítica, las distancias y las prácticas de territorialización imperial que se despliegan en los juegos de escala de las monarquías ibéricas; en un contexto, por lo demás, en que se cristaliza la llamada Unión de Coronas (1580-1640). En efecto, frente a la vía tradicional y asentada desde muy temprano, que conectaba a través del océano Pacífico los puertos chilenos de Valdivia, Concepción y –sobre todo–Valparaíso, con el eje portuario Callao-Guayaquil-Panamá; y que, luego del cruce terrestre del istmo, se ligaba con la ruta de la "Carrera de Indias" hasta Sevilla o Cádiz; y ante la inoperancia del inhóspito estrecho de Magallanes, por el sur (salvo para corsarios holandeses e ingleses); en la década de 1580 se articula una ruta terrestre que conectará a Chile con el puerto de Buenos Aires, a través de los Andes, Mendoza, Córdoba y Santa Fe Córdoba del Tucumán, por supuesto, sirviendo de eje pivotal en el circuito que conectaba a Potosí con el puerto atlántico.

Un circuito rioplatense cuyo origen –como lo veremos en el primer caso de estudio– la historiografía ha asociado al viaje del nuevo gobernador chileno Alonso de Sotomayor, que en 1583 prefirió desestimar la ruta prefijada por el Estrecho (embarcado en la famosa expedición con la que Pedro Sarmiento de Gamboa establecería dos frustrados asentamientos en los bordes del paso), sino desembarcar en el puerto de Buenos Aires y de allí seguir por tierra hasta cruzar la cordillera hacia Santiago.

Por cierto, este primer caso de estudio se inscribe en los preludios de aquella Unión Ibérica que –más allá de tensiones y delimitaciones formales– permitió una relación más fluida con los puertos y costas de los dominios portugueses, entre los cuales destacamos las del Brasil. Ello nos permite conectar con el segundo ejemplo a tratar: el viaje que realizó en 1595 Domingo de Eraso, enviado por el gobernador de Chile como procurador a la Corte en Madrid, con el fin de pedir recursos y ayuda militar para la guerra fronteriza que se eternizaba contra los indígenas en el sur del territorio. Eraso elije entonces la ruta marcada por Sotomayor una década antes, y la emprende en sentido inverso… para luego embarcar desde Buenos Aires a Salvador de Bahía, desde donde se incorpora en una flota portuguesa para cruzar el Atlántico rumbo a Lisboa. Si bien contamos solo con fragmentos documentales que ilustran este derrotero, ellos permiten dar cuenta de una cierta relación ya establecida, incluso en fechas tan tempranas, entre un lejano territorio periférico como el chileno y aquella ciudad central para los dominios portugueses en América. De hecho, pensamos que la ruta elegida por Eraso (en detrimento de la más

utilizada en ese entonces, a través del océano Pacífico y el cruce por Panamá) podría haberse debido a que este capitán llevaba encargos de mercaderes y dinero para ser invertido en Brasil, en la compra de esclavos africanos que luego serían eventualmente enviados a Chile.

Por otra parte, y ya en Madrid, Eraso elabora varios informes y propuestas con el fin de auspiciar la ayuda de la monarquía en recursos y en soldados para acudir a la frontera chilena. Y en ese contexto, buscaremos analizar también una de sus propuestas que incluía la posibilidad de aprovechar justamente la unión de las Coronas con el fin de embarcar soldados en Lisboa para enviarlos a la guerra de Arauco sin pasar por la ruta de Panamá-Lima, sino directamente hacia Rio de Janeiro-Buenos Aires, y de ahí por tierra hasta Chile, utilizando las naves portuguesas que iban al Brasil. Lisboa se incluye, de esta forma, en una lógica de colaboración transimperial, y los puertos de Salvador de Bahia, Rio de Janeiro o Porto Seguro se articulan de forma cómoda y rápida en la circulación Sudatlántica que conecta con el pequeño –pero estratégico– puerto de Trinidad/Buenos Aires. Esta parte de la ponencia, en definitiva, busca dar luces respecto de los lazos inéditos –y hasta ahora no trabajados– que pudieron haberse tendido desde época muy temprana entre el Brasil y la lejana provincia española de Chile, a través de la circulación de este personaje.

El tercer caso de estudio, sin ir más lejos, deriva del anterior, pues se trata del envío de una leva de soldados reclutados en tres regiones de España y reunidas en Lisboa, y que estaban destinadas a la guerra de Arauco. Fue la tropa más numerosa que se envió durante el periodo, con cerca de mil hombres. Se embarcó en el puerto de Lisboa (reflejando con ello la importancia de aquella Unión Ibérica, plenamente vigente por esos años) y desembarcó en Buenos Aires, continuando luego por aquel circuito terrestre hasta cruzar la cordillera rumbo a Santiago y, finalmente, la lejana frontera de Arauco.

Experiência barroca às margens do Rio Paraguaçu: a monumental Igreja Matriz de Santiago do Iguape

Jamille Lima – Universidade Federal da Bahia

Em uma comunidade remota, à beira da Baía do Iguape (um alargamento do Rio Paraguaçu), na região do Recôncavo Baiano, surge um monumento singular por sua grandiosidade, por sua implantação peculiar, por suas proporções equilibradas, por sua trama elegante e erudita: a Igreja Matriz de Santiago do Iguape.

A cenográfica implantação da igreja oferece dramáticos panoramas para aqueles que, até poucas décadas, chegavam ao povoado pelo rio: moradores, visitantes e viajantes que acercavam-se à Freguesia de Santiago do Iguape através do transporte hidroviário desde a Baía de Todos os Santos, ou percorrendo os cursos d'água do Rio Paraguaçu. As vistas distantes ou aproximadas da igreja monumental, assentada às margens do rio, ligeiramente elevada acima do talude que sustenta o pequeno adro, com sua fachada

principal voltada para a Baía do Iguape, é uma potente experiência que revela uma autêntica manifestação da teatralidade barroca.

Entre mangues que se espraiam na margem oposta da baía, e o verde dos suaves e sinuosos morros que passam por detrás do povoado, e que servem de pano de fundo para a imagem impactante da igreja, o rio exibe toda a graça da matriz: suas elegantes torres; suas proporções equilibradas; a sequência dos vãos abertos na fachada principal (cinco portas no térreo, cinco janelas na altura do coro, além das aberturas em arcos plenos que vazam pelos quatro lados dos dois campanários, e que acolhiam os sinos da igreja); a modenatura arquitetônica do Barroco Tardio e do Rococó e as elegantes decorações em baixo-relevo aplicadas nas cercaduras das portas e janelas (especialmente nas sobrevergas); o destaque dado ao eixo da fachada através da elevação maior do vão da porta central e da ornamentação mais profusa que ela recebe; as movimentadas terminações bulbosas revestidas por embrechamentos cerâmicos do coroamento das torres; o rigoroso enquadramento do frontispício e das torres por ordens toscanas que sustentam um poderoso entablamento reto, ininterrupto. Supomos que a condição singular de implantação da Igreja Matriz, sua grandiosidade e sua composição delicada e equilibrada, deve-se a um desejo barroco de exaltar retoricamente aquele público que teria financiado a construção do novo templo na passagem dos séculos XVIII ao XIX: os senhores de engenho, muitos deles vinculados à Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santiago do Iguape, criada em 1754, de onde provinha a maioria das doações para a igreja. Se considerarmos que os engenhos alocados geograficamente dentro do termo da Freguesia de Santiago estavam amplamente distribuídos por todos os lados da Baía do Iguape, parece lógico que os financiadores da nova igreja apreciassem o fato de que a sua matriz estivesse com o frontispício voltado para a Baía do Iguape.

Enlaces em rede: o papel das testemunhas de casamento como veículo de interação e sociabilidade a partir dos registros de casamento da Freguesia da Candelária, RJ – c.1750-c.1850

Janaina Christina Perrayon Lopes – Universidade Católica de Petrópolis / Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Os assentos matrimoniais podem se constituir enquanto fontes privilegiadas para reconstrução de laços e redes de sociabilidade. Tais documentos nos permitem desvendar, ao menos em parte, os vínculos que extrapolam a relação entre os nubentes e alcançam as conexões entre inúmeros personagens envolvidos na cerimônia ou mencionados por eles. As interações ensejadas ou reforçadas com o matrimônio ficam evidentes quando jogamos luz em tais personagens. As testemunhas de casamento, por exemplo, figuras cuja presença era obrigatória nas cerimônias por exigência canônica, têm sido frequentemente negligenciadas pela historiografia. Nesse sentido, após transformarmos esses personagens em problema de pesquisa, buscamos realizar uma investigação que ainda está por ser aprofundada: perguntar quem são essas testemunhas e que papéis sociais cumpriam. A partir dessa perspectiva, portanto, foram analisados os registros de

matrimônio da Freguesia da Candelária de pessoas livres, escravas e forras, entre os anos de 1750 e 1850, de modo a perceber a proeminência e importância desses personagens como veículos de interação e sociabilidade. Desse modo, buscamos afirmar a pertinência das testemunhas de casamento como agentes de sociabilidade e personagens históricos relevantes, contribuindo para os trabalhos dedicados a análise e configuração de redes sociais.

Palavras-chave: Matrimônio; Registros de casamento; testemunhas de casamento; sociabilidade.

Ordens normativas e mecanismos sutis a partir do caso do padre Bernardo de Melo Brandão de adultério na Bahia no final do século XVIII

Janicleide Nunes Pereira – Universidade Federal Rural de Pernambuco

O presente estudo de caso analisa as ordens normativas e os mecanismos sutis mobilizados nos casos de adultério na América portuguesa no final do século XVIII, a partir da metodologia do casuísmo. Parte se do pressuposto de que a normação dessas condutas não se limitava a um rigor legalista, mas dependia de uma diversificação de normas supra jurídicas, sustentado por valores morais, religiosos e sociais, como a vergonha, a honra e o escândalo público. Nesse contexto, o adultério era interpretado à luz de uma ordem regulada pelo direito natural e uma pluralidade de ordenamentos e hierarquizada, na qual o direito dialogava com a teologia moral e com concepções éticas herdadas da tradição cristã. Os mecanismos sutis observados revelam-se menos coercitivos e mais persuasivos, ainda fortemente vinculados à ideia de justiça como virtude, característica de um período em que se acreditava que tanto a razão quanto as emoções e os sentimentos eram instrumentos legítimos para a descoberta do justo e do injusto. Assim, a decisão judicial não resultava do rigorismo da lei, mas de uma prática prudencial, no qual cabia ao juiz arbitrar soluções ajustadas às circunstâncias do caso concreto, ponderando normas jurídicas, valores morais e católicos. O estudo evidencia, portanto, a centralidade da prudência judicial e na construção de um consenso em que continha orientações para que o juiz decidisse de forma metódica e argumentada, buscando chegar a uma decisão mais próxima dos valores da moral católica, obtendo assim uma justiça no mundo luso-brasileiro de fins do Antigo Regime e início do Oitocentos.

Palavras-chave: Ordem Normativa; Casuísmo; Justiça como virtude.

Guerreiras do além: religião e política nas visões de mulheres processadas pela Inquisição portuguesa (1600-1670)

Jacqueline Hermann – Universidade Federal do Rio de Janeiro

No contexto das disputas entre grupos de religiosos, políticos e letrados portugueses setecentistas (1600 e 1670), esta comunicação propõe o estudo das versões femininas destes embates, tendo por base processos inquisitoriais sofridos por beatas e mulheres leigas, acusadas de crimes de falsa santidade. Visões, revelações, experiências corporais e narrativas escritas de manifestações supostamente tocadas pela graça divina, foram algumas das vivências femininas que, depois de estimuladas por confessores e parentes, passaram a ser denunciadas com suspeitas de práticas heréticas. Padres, confessores, políticos e familiares presentes nos enredos que marcaram a trajetória dessas mulheres indicam, de um lado, uma conjuntura política complexa e ainda resultante da União Ibérica, e de outro, permitem uma análise comparada das formulações masculinas e femininas acerca do messianismo régio português.

O comércio de artefatos da cultura escrita na cidade de São Paulo (séculos XVIII-XIX)
Jean Gomes de Souza – Universidade de São Paulo

Esta comunicação tem como objetivo analisar o comércio de artefatos da cultura escrita em São Paulo entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. A fim de atestar a existência de condições materiais para o desempenho de práticas de escritura e de leitura na cidade, ela visa responder a questões como quais eram os artefatos da cultura escrita comercializados, como eles eram comercializados e onde eles poderiam ser encontrados. Para tanto, se vale principalmente de dois conjuntos documentais: os inventários post-mortem de agentes mercantis ou de seus cônjuges e a correspondência entre funcionários régios. Foram identificados dois grupos promotores desse comércio. O primeiro é formado pelos agentes mercantis regulares, os quais possuíam lojas de fazenda seca abertas na cidade. Já o segundo é constituído pela própria Coroa portuguesa, que atuando em consonância às políticas reformistas de fomento e diversificação da produção colonial promoveu o comércio de impressos. Entre os artefatos comercializados se encontram penas, ingredientes para tinta, tinteiros, canivetes, óculos, compassos, papéis, cadernos, livros em branco, materiais para encadernação, livros e impressos de diferentes modalidades. Com relação aos livros, predominam nas lojas de fazenda seca os de religião e de belas letras. Entre aqueles enviados pela Coroa, prevalecem os de ciências e artes.

Indícios e evidências do Probabilismo e da Teologia moral nas pesquisas sobre a justiça na América Portuguesa, séc. XVI ao XVIII
Jeannie da Silva Menezes – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Em *Rutas de incertidumbre*, a antropóloga Letícia Mayer Celis, nos oferta uma perspectiva ainda pouco comum para pensar a História da América, o ponto de vista das incertezas como norte das experiências ibero-americanas. Às incertezas que a alteridade americana acentuou pois havia “ese otro incomprensible, pero que existia, y que a partir

del siglo XVI, a Europa no pudo ignorar" , outras foram acrescentadas no quadro pós-tridentino em se tratando dos modos de experienciar a cultura jurídica ibérica. Ao mesmo tempo em que as escolas de pensamento debatiam a verdade nas questões religiosas, o probabilismo emergia nas opiniões dos teólogos nos séculos XVI e XVII como uma sugestão que alcançava as decisões dos juízes. A recepção destas opiniões pôde ser evidenciada na América Hispânica através de pensadores como Bartolomé de Medina, já para a porção portuguesa da América há sugestões desta mesma interlocução, a nosso ver, e que ainda padecem de um volume mais expressivo de investigações. A partir de algumas experiências de pesquisa, sobretudo no âmbito da ação de juízes e nas produções de religiosos trago à reflexão alguns apontamentos acerca das expressões do probabilismo e da Teologia Moral nas pesquisas sobre a justiça na América Portuguesa.

É possível pensar Raça na Modernidade? Economia da salvação, projeto colonial e escravização negra a partir das duas versões do tratado De instauranda Aethiopium Salute (1627; 1647)

Jeremias Jeffeson Gomes da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

"Maldito seja Canaã! Que ele seja, para seus irmãos, o último dos escravos!": estas palavras proferidas por Noé contra seu filho Cam no livro de Gênesis, impactaram por séculos e seguem impactando a concepção da imagem e ideia do negro. A passagem não fazia uma associação entre os descendentes de Cam, ilustrados ali pelo seu filho Canaã, e os negros, ou mesmo qualquer referência à cor de suas peles. Essa ausência, entretanto, não impediu as interpretações e ressignificações que foram construídas nos séculos posteriores, que articularam a maldição, a escravização e a cor do negro, utilizadas, por exemplo, nas Américas na época moderna para justificar a escravização, a conversão e o comércio negreiro. Um dos autores que se utilizou desta passagem foi Alonso de Sandoval (1576-1652) missionário jesuíta nascido em Sevilha, mas radicado em Cartagena das Índias (cidade da atual Colômbia), um dos principais portos escravistas das Américas no século XVII. Ele, no entanto, não se deteve à discussão sobre Cam. Nas duas versões do seu tratado *De instauranda Aethiopium Salute* (1627 e 1647), uma das primeiras obras a discutir exaustivamente a temática negra nas Américas, o autor desenvolveu uma série de debates pertinentes para seu contexto: por que escravizar o negro? Como deve ser feito seu comércio? Como proceder sua evangelização? Qual a razão da cor de sua pele? O impacto de seu trabalho foi tão grande que a obra se tornou um "vade-mécum" para os missionários da região, levantando problemáticas que ultrapassaram seu espaço de ação, indo, por exemplo, para além-mar, atingindo, por exemplo, Sevilha e Luanda. O objetivo desta comunicação será analisar como Sandoval percebe e constrói sua ideia da escravização e do negro nessas obras, e como articula essas questões com a construção do espaço colonial em que estava inserido, tendo a noção de raça como ponto fundamental dessa argumentação, articulada principalmente dentro de uma economia da salvação. Compreende-se aqui que questão racial foi fundamental para a estruturação do poder no mundo colonial moderno, e entende que tal perspectiva ainda foi apenas marginalmente abordada na historiografia, tanto sobre Sandoval, quanto sobre as Américas modernas.

Referências:
BETHENCOURT, F. Racismos: das cruzadas ao século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 2018.

EISENBERG, José. As missões jesuíticas e o pensamento político moderno. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

OLSEN, Margaret M. Slavery and Salvation in Colonial Cartagena de Indias. Gainesville: University Press of Florida, 2004.

SANDOVAL, A. De instauranda aethiopum salute. Tomo primero. Madrid: Alonso de Paredes, 1647.

SANDOVAL, A. De Instauranda Aethiopum Salute. El mundo de la esclavitud negra en América. Bogotá: Empresa Nacional de Publicaciones, 1956 [1627].

Matrimônio e legitimidade: domicílios chefiados por pardos na Salvador setecentista

Jerônimo Aguiar Duarte da Cruz – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este trabalho procura investigar o fenômeno da mestiçagem na cidade de Salvador da segunda metade do século XVIII, tema ainda pouco explorado para a região, cuja produção sobre história social dedica se, principalmente, aos estudos sobre escravidão urbana, notadamente africana. Em um primeiro momento, utiliza mapas populacionais e listas nominativas para perceber o peso demográfico da população parda, livre e forra, naquela sociedade escravista. Em um segundo momento, empreende análise das famílias pardas residentes nos subúrbios da cidade. A partir do estudo da lista nominativa da freguesia de Nossa da Penha de Itapagipe (1775) e dos seus registros paroquiais (1762 1810) busca identificar a composição dos domicílios chefiados por pardos e pardas por meio de critérios como suas idades, profissões, condição jurídica, matrimonial, quantidade de filhos, escravos e agregados.

A partir desses indicadores, utiliza-se técnicas da micro-história italiana para reconstruir trajetórias de alguns personagens e suas famílias na região, identificando dinâmicas de reprodução social de indivíduos pardos em um território ultramarino da monarquia portuguesa de Antigo Regime. A pesquisa dialoga diretamente com os estudos sobre qualidade social e com trabalhos a respeito das dinâmicas de mobilidade social empreendidas por pardos em territórios das monarquias ibéricas. Portanto, procura colaborar com as pesquisas sobre mestiçagem no período moderno, problematizando as estratégias daqueles personagens. Como hipótese de trabalho, acredita-se que a formação de família e a opção pela legitimidade dos filhos aparecem como elementos centrais entre os pardos baianos.

Exame de Bombeiros: produção, circulação e usos do primeiro livro impresso na América portuguesa

Jerônimo Duque Estrada de Barros – Pontifícia Universidade Católica / Rio de Janeiro

O livro Exame de Bombeiros foi escrito pelo militar José Fernandes Pinto Alpoim entre 1745 e 1747 no Rio de Janeiro como material para auxiliar a formação de soldados nas aulas do Terço de Artilharia daquela cidade. No entanto, o local de impressão desta obra foi debatido entre historiadores e bibliófilos desde os finais do século XIX. Apesar de existir na folha de rosto a indicação de que havia sido produzida em Madri, sempre houve a suspeita de ter sido impressa no Rio de Janeiro, em uma tipografia que estava em atividade nesta cidade entre 1747 e 1748. Nossas pesquisas comprovam a impressão na América portuguesa, mas nesta comunicação pretendemos ficar em aspectos ainda pouco explorados desta obra. Após a consulta e comparação entre dezenas de exemplares do Exame de Bombeiros que estão em arquivos e bibliotecas no Brasil, em Portugal e na Espanha temos a oportunidade de construir uma análise que conjuga elementos gerais e comuns a todos os exemplares, e características que diferenciam alguns deles. Através da análise material destes exemplares podemos responder se houve uma ou mais impressões da obra, quais as instituições as possuíram e quais intervenções pós impressão são comuns a todos os exemplares e quais existem em apenas um exemplar. O acesso a um exemplar manuscrito do Exame de Bombeiros, também proporciona a comparação entre aquilo que foi efetivamente escrito por Alpoim e o que foi de fato impresso. Por fim, através da consulta de obras que citam ou fazem referências ao Exame de Bombeiros, compartilharemos os impactos e o usos que foram feitos desta a partir de meados do século XVII. Apresentaremos então indício de que, para além das aulas do Terço de Artilharia do Rio de Janeiro, esse livro foi amplamente adotado no próprio reino, tornando-se referência nos cursos militares portugueses até meados do século XIX. Assim como é possível identificar que apesar de pensado para um uso didático e um fim específico, desde a sua impressão foi também cobiçado por colecionistas e item destacado em acervos bibliográficos. Pretendemos, portanto, compartilhar essas e outras hipóteses ou questões suscitadas por esse conjunto documental.

A literatura jurídica e o espelho de juízes: virtudes e a subjetividade moral do perfil dos juízes na Primeira Modernidade Ibérica

Jéssica Menezes – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Este trabalho investiga o perfil dos magistrados na Primeira Modernidade Ibérica, analisando os requisitos e critérios que conformavam sua atuação no interior de uma cultura jurídica e judicial onde as virtudes e a subjetividade moral constituíam o principal horizonte de orientação do julgamento. Parte-se da premissa de que a intersecção entre o Direito, a Filosofia e a Teologia Moral são indispensáveis para compreender a história da justiça, permitindo repensar tanto o papel dos juízes quanto a percepção social do fenômeno jurídico da época. Sob uma abordagem historiográfica crítica fundamentada na Escola Ibérica, a pesquisa busca superar visões legalistas e estatizantes, destacando a

imbricada relação entre justiça e religião para revelar um universo normativo muito mais amplo e plural. Nessa investigação, a Primeira Modernidade é compreendida menos como um recorte cronológico ou geográfico estrito e mais como um importante elemento de pré-compreensão das mentalidades e pressupostos culturais, sendo uma maneira de pensar e ver o mundo em suas relações políticas, jurídicas, morais, familiares, econômicas e sociais, fortemente marcadas pela cosmovisão católica da vida. O marco teórico ancora-se na obra de Victor Tau Anzoàtegui, cujos conceitos categoriais de "casuísmo" e "sistema" permitem penetrar as bases de sustentação daquela ordem jurídica. A partir do referencial teórico adotado, o direito adquire um caráter casuístico, centrado no caso concreto e regido por normas flexíveis, abertas e sensíveis a uma contínua renovação, evidenciando um elemento estruturante fundamental: o arbítrio do judicial. Nesse sentido, a administração da justiça dependia sobretudo das qualidades morais dos juízes, daí se justifica uma investigação sobre o tema. A pesquisa defende que o direito não se reduz a dogmática, sendo também resultado de ações humanas que configuram uma cultura jurídica marcada por sua complexidade e completude. Nessa perspectiva, a literatura jurídica assume o papel de fonte imprescindível para a descrição do regime dos magistrados, revelando uma imbricada relação entre direito, política e moral, pressuposto metodológico fundamental de nossa análise. Assim, os conceitos de justiça e justo constituíam disciplinas intelectualmente dependentes da teologia e filosofia moral, sem as quais essa experiência jurídica torna-se metodologicamente incompreensível. Dessa forma, destaca-se a ideia de uma justiça de juízes, com a regulamentação abrangendo não apenas o ofício, mas também a pessoa do juiz e de seu comportamento reto e virtuoso.

O poder notarial durante um período de transição: o perfil dos tabeliães em Salvador entre 1752-1770

Joana Aymée Nogueira de Freitas – University of Helsinki

Os tabeliães desempenharam um papel importante em todo o império português. Eles davam a sua fé pública e autenticavam os negócios firmados entre dois indivíduos. Sendo um ofício essencial para manter a Coroa envolvida em fatos que pudessem ter consequências jurídicas, ele logo se tornou uma peça indispensável para a governabilidade colonial. Acontece que, na América Portuguesa, não era possível manter todos os requisitos exigidos na legislação escrita para o procedimento de provimento de tabeliães. Como é típico do período, esse processo de provimento também sofreu adaptações, e a falta de acesso às burocracias foi compensada com uma maior preocupação com as qualidades, a reputação e a rede de contatos dos candidatos ao ofício. Nesse sentido, questiona-se qual era o perfil dos tabeliães que atuavam na cidade de Salvador entre 1752 e 1770? O recorte deste espaço-tempo se justifica como o período antes e depois da transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro. Isso permite observar se há sinais de transição nas pessoas que estavam sendo providas para atuar como tabeliães. A metodologia utilizada é uma análise quantitativa dos elementos das provisões de tabelião, como o nome da pessoa, os requisitos mencionados e o valor do donativo pago, provenientes de quatro livros de provisões do Arquivo Público do Estado

da Bahia. Pretende-se também pesquisar o nome dos tabeliães providos em outros arquivos e trabalhos acadêmicos para traçar possíveis redes de contato. O objetivo geral desta pesquisa é compreender como era feita a seleção de agentes vistos como qualificados para atuar como tabeliães em uma das principais cidades do império, tendo em vista que possivelmente havia uma maior competitividade por esses ofícios que permitiam uma maior circulação social de seus ocupantes. Como possíveis resultados, espera-se encontrar que os tabeliães apontados pertenciam à elite local, possivelmente com vínculos sociais e familiares diretos no território português; que se priorizava os requisitos de boa reputação e um histórico de boa conduta em outros ofícios ao invés das habilidades técnicas específicas; e que mesmo após a transferência da capital em 1763, ainda há o interesse de figuras locais importantes em se manter atuantes na malha social de Salvador.

Trajetória e posse do 1° Bispo do Pará – D. Fr. Bartolomeu do Pilar (1677-1733)

João Antônio Fonseca Lacerda Lima – Universidade do Estado do Pará

A pretensão de universalidade da Igreja Católica se expressa, dentre tantos modos, por sua organização jurisdicional. As circunscrições eclesiásticas, criadas pela autoridade pontifícia e conduzidas pelos bispos, espalham e tornam presente a Igreja nos mais variados territórios. Na América Portuguesa, a cura espiritual cabia até 1551 ao bispado de Funchal, de onde foi desmembrada a diocese da Bahia, que se constituiu no bispado primaz do Brasil. O bispado do Brasil ficou sufragâneo do arcebispado de Lisboa até 1676, quando foi elevado à dignidade arquiepiscopal, mesma ocasião em que foram elevadas à bispado as prelazias do Rio de Janeiro e de Olinda, ficando sufragâneas do agora arcebispado da Bahia. Um ano após, em 30 de agosto de 1677, pela bula Super Universas orbis Ecclesias de Inocêncio XI, foi criado o bispado do Maranhão e em 4 de março de 1719, pela bula Copiosus in Misericordia de Clemente XI, foi criado o bispado do Pará, ambos sufragâneos de Lisboa e desmembrados da diocese de Pernambuco. Outro modo de expressar a universalidade da Igreja se dá na observância de seus ritos, minunciosamente prescritos no Ceremoniale episcoporum. Pouco mais de cinco anos separam a bula de criação do bispado e a posse do 1° Bispo do Pará, o carmelita D. Fr. Bartolomeu do Pilar. O bispo diocesano no ato de sua posse, revestido de suas vestes e insígnias próprias, demonstra externamente o seu lugar como pontífice daquela porção da Igreja universal. Ao discutirmos a criação do bispado e a posse do 1° bispo, pretendemos demonstrar como os ritos tinham a função social de significar aos olhos de todos, o lugar da Igreja e dos eclesiásticos dentro do corpo da sociedade; bem como a trajetória do prelado nos diversos níveis da carreira eclesiástica.

Dos vintenários de Cachoeira (Bahia) às justiças de proximidade do império português: as provisões e os conflitos de nomeação entre a câmara e o governo-geral no século XVIII

João Espadeiro Ramos – Universidade de Évora

Em meados do século XVIII chegava ao Conselho Ultramarino um conflito pela nomeação dos juízes vintenários que opunha a câmara de Cachoeira (Bahia) ao governo-geral do Brasil. Este conflito, decidido a favor da câmara, configura um posicionamento da coroa em fazer vingar o estatuído nas Ordenações do Reino, em detrimento de outros modelos de nomeação de oficiais de proximidade. A sua existência deixou um rasto de argumentação que se configura como um importante elemento de compreensão das justiças inframunicipais e dos seus processos de implementação.

A partir do conflito, e através das provisões de nomeação da câmara de Cachoeira, depositadas no arquivo público da cidade, procurou-se fazer uma abordagem aos mecanismos de nomeação, assim como procurar pontos de continuidade ou de rutura nas nomeações feitas pela câmara ou pelo governo geral em ambos os períodos. São 106 provisões dos anos de 1785 a 1795 e 14 provisões de 1748 a 1750 que permitem: verificar a compra de ofícios; a transferência de oficiais entre os mesmos; e alguns percursos no desempenho entre os ofícios de juiz e de escrivão. Essas provisões dão também a oportunidade de se realizar uma análise comparativa com municípios da comarca de Vila Rica, em Minas, onde este nível de justiças está mais estudado.

A abordagem que aqui se pretende fazer enquadra-se numa possível discussão sobre modelos de instituições de nível municipal exportados do reino de Portugal para o seu império. António Manuel Hespanha apresenta as justiças inframunicipais como o último reduto do sistema patriarcal comunitário. Ele remanesceu depois de a coroa ter conseguido impor no nível municipal, não só um modelo político baseado na escrita, como uma uniformização nos procedimentos através da normatividade assente nas Ordenações do Reino. A esta configuração do poder municipal o autor chamou-lhe sistema comunitário tradicional. Apesar deste esforço da coroa permaneciam em vigor diferentes tipologias de unidade municipal, cuja disparidade mais notória se prendia com as jurisdições que cada uma tinha (cível, crime, órfãos e sisas). Conhecer o modelo de câmara e de justiça vintenária que a coroa foi tentando instalar no espaço colonial, pode ajudar a compreender o modelo idealizado no centro político do império para uniformizar estas instituições. Modelos, hipoteticamente, determinados pela regra escrita e expurgados, previsivelmente, do peso da tradição institucional que vigorava no reino.

Depois da Trégua: ruptura política e o comércio do açúcar brasileiro em Livorno (1621–1640)

João Gabriel Covolan Silva – Scuola Normale Superiore

O fim da Trégua dos Doze Anos entre a Monarquia Hispânica e os Estados Gerais, em 1621, alterou de modo decisivo as rotas, os custos e os riscos do comércio de açúcar brasileiro destinado a Livorno nas duas décadas seguintes. Até então, a presença desse produto no porto toscano apoiava-se na atuação de mercadores cristãos-novos e sefarditas integrados a circuitos que articulavam Brasil, Portugal, os Países Baixos e o Mediterrâneo. O fim da Trégua e o consequente reinício da guerra global entre ibéricos e

neerlandeses não significaram apenas a retração desses fluxos, mas também produziram transformações na organização do comércio, nas hierarquias entre intermediários e nas estratégias de inserção de diferentes grupos mercantis.

Este trabalho busca demonstrar que, ao mesmo tempo em que as redes cristãs-novas continuaram a desempenhar um papel relevante no comércio do açúcar brasileiro destinado a Livorno, novas dinâmicas ganharam força ao longo das décadas de 1620 e 1630. Entre elas destaca-se a crescente participação de navios ingleses no transporte de mercadorias do Atlântico português para mercados europeus, fator que contribuiu para redefinir padrões de frete e de redistribuição do produto. Paralelamente, mercadores toscanos com conexões em Portugal e no Norte da África intensificaram a procura por vias alternativas de abastecimento e redistribuição, explorando oportunidades abertas pela instabilidade do quadro político internacional.

Assim, almeja-se reconstruir, por meio do diálogo com a historiografia e do uso de documentação proveniente de arquivos notariais toscanos e de fundos ligados a associações mercantis florentinas, a atuação simultânea de grupos mercantis distintos entre 1621 e 1640, demonstrando que esse período – situado entre o fim da Trégua dos Doze Anos e a Restauração portuguesa – não corresponde a uma simples crise do protagonismo de comerciantes portugueses de origem sefardita, mas a um momento de recomposição das formas de intermediação e circulação do açúcar brasileiro no porto de Livorno, em meio ao recrudescimento de conflitos geopolíticos que impactaram o comércio nos mundos atlântico e mediterrânico.

"Castigue pronta e militarmente até com a maior pena a todos os culpados": A concessão de poderes extraordinários aos governadores da América Portuguesa em contextos de crise (1688-1720)

João Henrique Ferreira de Castro – Colégio Pedro II / Rio de Janeiro

Durante a segunda metade do século XVII a elaboração e definição do regimento do governo-geral do Estado do Brasil, expressa em versão derradeira na nomeação de Roque da Costa Barreto em 1677, estabelecia os poderes conferidos aos ocupantes do cargo maior na administração da América Portuguesa sustentando-se na manutenção de aspectos relevantes na ordem corporativa, jurisdicionalista e polissinodal da gestão lusa de seus territórios.

Em linhas gerais, estes oficiais, bem como os governadores das capitanias, seguiam com a exigência de realizar decisões em matérias de grande importância, como a utilização de pena capital em súditos livres, em especial aos ditos "homens de qualidade", de forma colegiada através da organização de juntas ou em tribunais como a Relação, muitas vezes tendo que aguardar a decisão régia sobre a matéria antes da aplicação de tão rigoroso castigo. Todavia, situações de crise nas décadas seguintes colocaram em questão tais

prerrogativas e levaram a Coroa a elaborar concessões que visavam agilizar tais processos e favorecer a aplicação do rigor e de castigos de dimensão exemplar.

Esta comunicação abordará três exemplos deste processo, expressos na passagem de Gomes Freire de Andrade ao Maranhão (1685), Francisco de Távora ao Rio de Janeiro (1712) e Vasco Fernandes César de Meneses (1720) ao governo-geral. Nos três casos, a Coroa portuguesa determinou que os oficiais passassem ao Brasil com poderes extraordinários para castigar aqueles que estivessem envolvidos em eventos que colocassem em risco a manutenção da ordem ou mesmo da soberania lusa sobre determinadas regiões.

Não se trata aqui de entender tais eventos como únicos, uma vez que a pesquisa sobre a nomeação de outros governadores do período pode acabar por levantar outros exemplos, mas de chamar a atenção para o caráter dinâmico e vivo da gestão dos poderes dos oficiais ultramarinos por parte da monarquia portuguesa, bem como o impacto da conjuntura e dos debates administrativos, na correspondência entre agentes da Coroa e nas discussões realizadas nos conselhos, na definição das estratégias e métodos para sustentar o domínio português em seus espaços ultramarinos.

Percebe-se, portanto, que eventos como rebeliões e a ameaça estrangeira, notadamente a presença de embarcações no litoral e empreitadas militares concretas como a invasão francesa ao Rio de Janeiro em 1711, possuem imensa conexão com a história administrativa do Estado do Brasil e constituem-se como elementos cruciais para a compreensão sobre as perspectivas governativas presentes na monarquia portuguesa. Adaptadas às circunstâncias, tais orientações revelam não um caráter maniqueísta da gestão ultramarina, mas sim o sentido do que podemos entender como a "arte de governar".

Entre a cruz e o governo: as reiteradas normas sobre a liberdade indígena no Ceará do século XVIII

João Victor Diniz Ribeiro – Universidade de Brasília

A presença indígena foi elemento estruturante nas dinâmicas de conquista, de ocupação territorial e da administração colonial na América portuguesa. Em razão disso, verifica-se atenção constante da Coroa portuguesa, e de seus súditos, às relações entre as populações indígenas e os demais agentes da colonização. O século XVIII notabiliza-se como ponto de inflexão na política indigenista da Coroa, com a transição do regime tutelar eclesiástico, orientado à conversão religiosa e à salvação das almas, para um modelo de caráter mais secular, voltado ao controle jurídico, ao disciplinamento social e à integração forçada das populações indígenas, sobretudo com a elaboração e a difusão do Diretório dos Índios. Partindo da perspectiva de uma monarquia pluricontinental, interessa compreender como essas diretrizes eram traduzidas em contexto distantes e dinâmicos. Na Capitania do Siará Grande, ao longo desse período, multiplicam-se normas de polícia

destinadas a controlar o trabalho, o comércio e a liberdade indígena: em 1701, ordena-se que os índios não estejam em serviço por mais de quinze dias e que não possam comprar nem vender senão em praça pública; em 1720 a ordem é sobre os os tapuios captivos dispersos; no período pombalino, reiteram-se bandos sobre a sobre licenças para se ter índios, circulação fora das vilas e condições de liberdade. Dessa forma, questiona-se de que modo as normas de polícia expedidas para a Capitania do Siará Grande, ao longo do século XVIII, permitem compreender as formas de governo das populações indígenas naquele espaço da América portuguesa. O objetivo da pesquisa é analisar como tais normas foram mobilizadas pela administração colonial para disciplinar o trabalho, o comércio, a circulação e a liberdade dos indígenas e, ao mesmo tempo, investigar em que medida a própria produção, reiteração e adaptação local dessas ordens deixam entrever tensões, limites de efetivação e possíveis margens de agência desses sujeitos. Parte-se da hipótese de que, mesmo sendo produzidas pela Coroa e por seus agentes, as normas de polícia não apenas exprimem um projeto de governo, mas também registram, de modo indireto, dificuldades de execução, acomodações locais e práticas indígenas que escapavam ou resistiam ao ordenamento pretendido. Metodologicamente, a pesquisa realiza análise documental de ordens régias, cartas, provisões, patentes e bandos preservados no Arquivo Público do Estado do Ceará, articulada à historiografia da história do direito, da polícia e da história indígena.

Construir a rebelião: materialidade e ordenação narrativa na crônica de Alessandro Giraffi (1647)

João Victor Quintella Diniz – Universidade de São Paulo

A Revolta de Nápoles de 1647 figura entre os episódios mais amplamente difundidos na Europa do século XVII, sendo rapidamente convertida em objeto de múltiplas narrativas impressas. Entre essas, destaca-se a crônica “Le rivolutioni di Napoli”, de Alessandro Giraffi, cuja circulação e reedição evidenciam seu papel central na construção de uma inteligibilidade do acontecimento.

A presente comunicação propõe analisar a obra não como registro da rebelião, mas como operação narrativa que a constrói enquanto objeto político. Parte-se do pressuposto de que Giraffi organiza o evento a partir de categorias específicas, como ordem, desordem, multidão e autoridade, que permitem reinscrevê-lo no horizonte político da Monarquia Hispânica, particularmente no contexto do Reino das Duas Sicílias.

Nesse sentido, o trabalho articula duas dimensões analíticas. A primeira diz respeito à materialidade do impresso, considerando aspectos como suas edições, formas de publicação, paratextos e circuitos de circulação. A difusão da crônica, inclusive em versões traduzidas, indica sua inserção em redes europeias de comunicação, nas quais o episódio napolitano é estabilizado e tornado inteligível para diferentes públicos. A segunda dimensão refere-se aos procedimentos narrativos mobilizados por Giraffi,

especialmente na construção da figura de Masaniello e na modelagem da multidão, elementos centrais para a inteligibilidade da rebelião.

Argumenta-se que a crônica não apenas organiza o acontecimento, mas delimita os limites de sua interpretação, enquadrando a rebelião como desvio contingente e não como ruptura da ordem política. Tal operação narrativa revela-se compatível com a lógica da monarquia compósita, na qual crises locais são absorvidas e reinterpretadas sem comprometer a legitimidade da estrutura imperial.

Ao enfatizar a inseparabilidade entre materialidade e interpretação, a comunicação busca demonstrar que a escrita da rebelião constitui uma forma de intervenção política, participando ativamente da produção e circulação de sentidos no mundo moderno. Mais do que difundir informações, a crônica de Giraffi atua como matriz narrativa que orienta leituras posteriores do episódio napolitano, condicionando os modos pelos quais a revolta pôde ser apropriada, reinterpretada e reescrita em outros contextos políticos e culturais.

Dessa forma, ao privilegiar a análise das formas de construção narrativa do acontecimento, desempenham papel ativo na definição de seus significados e de seus limites de inteligibilidade política.

Os filhos da reforma: oficiais reinóis enviados ao Rio de Janeiro em 1767

João Victor Souza Cruz Mendes da Silva – Universidade Federal do Amazonas

Em 1767, desembarcaram no porto do Rio de Janeiro três regimentos de infantaria reinóis – denominados Moura, Estremoz e Bragança – com setenta oficiais. Esses corpos militares, que somavam mais de dois mil homens, foram enviados à América portuguesa numa conjuntura política específica do período pombalino. Após a insuficiência bélica lusitana ter sido exposta na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), a monarquia portuguesa direcionou seus esforços políticos reformistas para o âmbito castrense. No reino, tais esforços, comandados pelo conde prussiano Lippe, visaram reforçar a capacidade e eficiência militar lusa por meio de uma série de novos regulamentos. Na América portuguesa, a chegada das tropas respondia à conjuntura de tensão ocorrida nos limites meridionais, após a invasão espanhola de 1762, almejando disciplinar e organizar as tropas coloniais nos moldes das tropas reinóis, expandindo os novos pressupostos militares reformistas ao ultramar. Tratando deste contexto e à luz da nova história militar, analisar-se-ão as trajetórias de alguns oficiais reinóis enviados ao Rio de Janeiro naquele ano, refletindo sobre o modo como os oficiais militares dos regimentos portugueses, que viveram a conjuntura reformista e bélica no reino, interagiram com a sociedade colonial e negociaram os seus serviços com a coroa portuguesa. Por meio de documentos administrativos, registros paroquiais e cartoriais, busca-se compreender de que modo esses oficiais lidaram com as dinâmicas sociais do "Antigo Regime nos Trópicos", isto é, que tipos de estratégias políticas e sociais adotaram? O que as interações deles com a sociedade colonial nos permitem refletir sobre o período pombalino? Nesse sentido, o uso

de trajetórias e da micro-história, reduzindo a escala de análise, auxilia na construção de novas perspectivas acerca de conjunturas já conhecidas, mas que podem ser enriquecidas e problematizadas na medida em que se acentuam as vidas e os acontecimentos individuais.

As referências e interpretações do livro Antigo Regime nos Trópicos: suas citações e usos nos artigos científicos brasileiros

Jonas Wilson Pegoraro – Universidade de Brasília

O objetivo desta apresentação é analisar de que forma o livro Antigo Regime nos Trópicos foi citado e utilizado por historiadores e historiadoras em artigos científicos brasileiros ao longo das últimas duas décadas. A partir do levantamento realizado em diversas revistas científicas brasileiras, foi desenvolvido um banco de dados que cruza as informações dos artigos com as dos seus autores extraídas da Plataforma Lattes. Esse repositório, ampliado e refinado em uma plataforma específica, reúne não só informações sobre os autores, mas também sobre as referências bibliográficas empregadas nos textos, permitindo observar transformações historiográficas por meio das publicações. Atendendo à proposta do simpósio temático, utilizou-se a plataforma para o exame detalhado de uma obra específica pela primeira vez — um desvio metodológico em relação ao projeto de larga escala que venho conduzindo nos últimos anos. Entendo, porém, que esse movimento, à contrapelo, enriquecerá o projeto ao revelar novas possibilidades analíticas. Assim, foi identificado, em diversos periódicos nacionais, o primeiro momento de citação do livro (publicado originalmente em 2001), os artigos e autores que o mobilizaram e a forma de sua utilização; mapeamos também as temáticas do período colonial em que a obra aparece com mais frequência e, comparativamente, avaliamos o impacto da obra face a outros clássicos da historiografia brasileira.

O vocabulário teológico-político da Câmara da vila de S. Paulo. A "guerra justa" como mecanismo de escravização dos indígenas (1611-1653)

Jorge Lucas Lima Magalhães – Universidade Federal Fluminense

O vocabulário teológico-político da conquista da América portuguesa é um tema basilar para compreendermos melhor as relações e negociações entre colonos, jesuítas e populações ameríndias. O controle das populações indígenas e o ideal de adequação desses nativos para a povoação e exploração das Américas geraram uma série de conflitos. Na região de São Paulo dois grupos principais vão brigar pelo controle dos indígenas: os colonos paulistas com seu projeto de escravização dos nativos pelo mecanismo de justificação da “guerra justa” e os padres da Companhia de Jesus com seu projeto de aldeamentos fixos e com a tutela a partir do controle espiritual e temporal dos nativos. O cenário de São Paulo, no início do século XVII, era o seguinte: a união das coroas de Portugal e Espanha fez com que o interesse régio na região aumentasse sendo a região considerada a “porta de entrada” para o império espanhol; novas famílias de homens bons

de origem castelhana se instalavam na região e logo exerciam suas influencias no jogo político; a Companhia de Jesus exercia uma grande influência teológico-política na região exigindo que os ameríndios descidos do sertão fossem levados aos seus aldeamentos moralizando as relações de trabalho; e a câmara da vila de São Paulo passou a adotar uma posição abertamente antijesuítica resistindo aos aldeamentos e defendendo seu próprio projeto de administração particular dos nativos.

Em 1640, esse cenário vai chegar ao seu ponto de ebulição com atuação de jesuítas, cansados dos abusos dos colonos em suas entradas ao sertão, junto as autoridades régias e papal. Os padres conseguem um breve papal do papa Urbano VIII "Commissum Nobis" que declarava a excomunhão de todos os colonos envolvidos no tráfico de indígenas. Após a publicação da bula na região de São Paulo, a reação da população paulista foi categórica, eles foram até o colégio do planalto e expulsaram os padres aos gritos de "bota fora os padres da companhia". Os jesuítas se refugiaram na região de Santos e posteriormente no Rio de Janeiro. O retorno dos padres a São Paulo só ocorreu treze anos após a sua expulsão após uma série de negociações com diversas exigências dos colonos paulistas atendidas a partir da mediação do governador do Rio de Janeiro.

Nesse trabalho, colocaremos em evidência o vocabulário político da câmara de São Paulo, pois é a partir dele que conseguimos extrair as intenções dos atores históricos com destaque para o léxico da "guerra justa" analisando seu impacto dentro do pensamento intelectual moderno na península ibérica e na América portuguesa. Tomando esse mecanismo jurídico como central dentro do caso paulista de controle dos ameríndios na primeira metade do século XVII.

O legado infeliz de Otto Brunner e o Antigo Regime nos Trópicos

Jorun Poettering – Universidade Federal de Pernambuco

Tanto António Manuel Hespanha como mais recentemente João Fragoso basearam suas obras, em parte, nas produções do historiador alemão Otto Brunner. Mesmo que alguns historiadores brasileiros tenham apontado para a atuação nazista de Brunner, parece que esse aspeto não está sendo suficientemente levado em conta pela historiografia brasileira. Na minha contribuição do simpósio temático quero apresentar as principais críticas feitas em relação à produção científica do historiador alemão para refletir as consequências para o Antigo Regime nos Trópicos. A maior parte das críticas só foi elaborada depois da sua morte, em 1982, e parece que Hespanha não tomou conta delas, terminando a sua tese de doutorado, depois publicada como *Às Vésperas do Leviathan*, em 1986. No entanto, há problemas graves em relação à interpretação historiográfica defendida por Brunner, que de um modo abrandado, também estão presentes nas obras de Hespanha com implicações nos trabalhos que se valeram de suas reflexões. Gostaria de chamar a atenção para este fato para fazermos um uso mais diferenciado da sua obra, que, sem dúvida, progrediu em muito a historiografia brasileira.

Vetores de expansão e processos de urbanização na capitania da Bahia: os sertões do rio São Francisco, comarca, arraiais e vilas (XVII-XVIII)

José Antônio de Sousa – Universidade Federal de Juiz de Fora

O estudo da evolução territorial da Capitania da Bahia de Todos os Santos, a análise dos vetores, linhas e direções de sua expansão através dos núcleos de povoamento, são pontos-chave para interpretação da formação da rede urbana colonial. Essa visão mais alargada nos orienta para o sentido do mapeamento geográfico na compreensão do processo de territorialização nos quadros da mundialização da época moderna, em que podemos observar uma gradativa interiorização da ocupação que avança da costa para os sertões. Como os sertões do rio São Francisco foram sendo incorporados aos quadros da colonização?

A Cartografia Histórica, como ciência da representação do espaço, consolidou-se como uma importante fonte de estudo e métodos de análise espacial. Analisamos a cartografia da cidade da Bahia, sede da capitania e cabeça do Estado do Brasil, a cartografia do rio São Francisco e da Comarca da Jacobina. As escalas de análise da organização territorial se ajustam à crítica historiográfica sobre a formação das fronteiras coloniais entre as vilas mineradoras de Jacobina e Rio de Contas e as vilas do gado nos sertões do São Francisco, S. A. do Urubu de Cima e Barra do Rio Grande.

Os estatutos políticos do território são fundamentais para a reconstituição do processo de urbanização em perspectiva histórica, os aldeamentos, a criação das freguesias e a transformação destas em vilas. Ao longo da colonização, a Igreja e o Estado imprimiram marcas indeléveis que foram fundamentais na produção e transformação do espaço colonial, a exemplo do papel da Igreja Cristã e seus símbolos de leitura litúrgica Max (2003), o estatuto da escravidão Lara (2007), as sesmarias Alveal (2015, 2022) e a formação de arranjos socioespaciais hierarquizados, típicos de sociedades de Antigo Regime, Fragoso (2012), Bicalho (2001). A História das Justiças, campo fundamental para a compreensão dos estatutos políticos e jurídicos do território, as legislações, cargos e instituições, Salgado (1985), Hespanha (2001), Schwartz (2011), Silveira (2019), Camarinhas e Carvalho (2024). Cunha e Nunes (2016) destacaram a formação da rede de comarcas e sua contribuição para as leituras da urbanização. Com a consolidação dos sistemas econômicos nos sertões da Bahia, gado, ouro e comércio de gêneros, nota-se a formação dos núcleos urbanos que nasceram nestes circuitos. Os descaminhos, criminalidade, violências e discórdias impuseram à Coroa Portuguesa a implantação de aparatos jurídicos mais eficazes.

Analisamos ainda alguns aspectos do padrão global do urbanismo português e algumas particularidades, simplificações e adaptações observadas nos sertões, Jucá Neto (2012), Teixeira e Valla (1999). Aspecto fundamental na leitura urbana, a arquitetura colonial e barroca, objeto de diversos pesquisadores como Baeta (2010, 2024).

Visões coloniais da floresta amazônica: estranhamento, fragmentação e imposição de utilidades

José Augusto Pádua – Universidade Federal do Rio de Janeiro

O *paper* procura examinar a possível existência de alguns padrões dominantes de representação da Floresta Amazônica em documentos escritos e materiais iconográficos produzidos na região ao longo dos séculos XVII e XVIII. Ele defende a importância de compreender as frágeis condições materiais dos colonizadores naquela grande região florestal e as fontes intelectuais que embasaram sua compreensão do mundo natural. As concepções trazidas do contexto ambiental ibérico e mediterrânico, fundamentadas na tradição bíblica e na literatura médica da Antiguidade, dificultaram a inserção da floresta tropical no conjunto de sinais que indicavam um modelo perfeito de paisagem natural. Diante do estranhamento de viver em um território tão diferente do ibérico, em um ambiente intenso e difícil, a documentação produzida no contexto colonial apresenta algumas características que podem ser qualificadas como estratégias de convivência conceitual com o novo cenário territorial. A primeira delas foi olhar para a floresta de fora para dentro, enfraquecendo o seu protagonismo nas paisagens. A alternativa foi secundarizar a presença da floresta enquanto tal, elogiando a fertilidade da terra que alimentava aquela densa vegetação arbórea, mas que também poderia alimentar a conversão do território através de uma agropecuária colonial. A segunda característica foi fragmentar a paisagem florestal, exaltando o valor de certas árvores e plantas – assim como de alguns animais - em detrimento do elogio da floresta como um todo. A terceira característica aparece no esforço de domesticar conceitualmente a floresta através de analogias com a vegetação europeia e da imposição de usos sociais e econômicos para elementos da flora local. Ao invés de tentar compreender os usos tradicionalmente definidos pelos povos indígenas, buscou-se, na medida do possível, ressignificar o valor das plantas nativas na chave dos padrões desejados pela economia colonial. O paper argumenta, por fim, que representações elaboradas no contexto colonial, guardadas as grandes diferenças de contexto e temporalidade, ainda podem ser observados nos debates contemporâneos sobre o destino da Floresta Amazônica.

Nas raias da liberdade: cotidiano e escravidão nos sertões entre Pernambuco e Alagoas (1817-1852)

José Eduardo da Silva – Universidade Federal de Alagoas

Esta comunicação analisa as experiências de escravizados e libertos em regiões de fronteira entre as províncias de Pernambuco e Alagoas entre os anos de 1817 e 1852, incluindo os sertões de Garanhuns, espaço marcado por intensa circulação de pessoas, disputas administrativas e redefinições territoriais. Inseridas nas margens do mundo escravista, essas áreas constituíram-se como zonas de contato nas quais diferentes agentes históricos negociaram normas, identidades e formas de pertencimento, em diálogo com dinâmicas mais amplas do sistema escravista. O trabalho problematiza de que maneira a

condição fronteiriça influenciou o cotidiano da escravidão e as práticas de liberdade, considerando estratégias de mobilidade, disputas judiciais, redes de sociabilidade e usos do direito por parte de escravizados e libertos. Parte-se da hipótese de que esses espaços favoreceram experiências específicas de negociação do cativeiro, tensionando os limites impostos pelas legislações provinciais e pelo regime escravista. A análise fundamenta-se em fontes judiciais, correspondências administrativas e registros cartoriais, interpretadas a partir da história social da escravidão, em diálogo com estudos sobre fronteiras provinciais. Trata-se de uma pesquisa em fase inicial, desenvolvida no âmbito do doutorado recentemente iniciado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas, cujos resultados ainda são parciais. Ao privilegiar os agentes históricos e suas experiências concretas, a pesquisa evidencia como práticas locais estavam articuladas a lógicas mais amplas de circulação, controle e resistência. Ao abordar uma região ainda pouco explorada pela historiografia, a comunicação contribui para o debate sobre escravidão, liberdades e fronteiras, ressaltando o papel das margens na compreensão das conexões e experiências que estruturaram o mundo atlântico escravista.

Do porto colonial ao porto em transição

José Ricardo Moreno Pinho – Universidade do Estado da Bahia

Utilizo a expressão porto colonial, para designar a estrutura original de uma extensa área de atividade portuária, fragmentada, marcada pela presença dos trapiches. Em Salvador este foi estabelecido desde a decisão pelo governo geral, uma ordem dada a Thomé de Souza, e ali se estabeleceu o mais importante entreposto comercial das Américas, por mais de três séculos. Estratégico para a carreira das índias, para o comercio de escravos, para os interesses metropolitanos e para o processo de colonização. Após a transferência da capital para o Rio de Janeiro, o porto soteropolitano iniciou uma etapa de transição, compreendendo a expansão da dupla função do porto, para atender as exigências estabelecidas com o aumento de demandas internas e a penetração do capital na sua forma moderna. Esta etapa marcará uma tensão entre as formas tradicionais que resistem e retardam o processo de modernização capitalista.

Estudar a resistência: problemas de classificação e categorização

José Vicente Serrão – ISCTE / Instituto Universitário de Lisboa

A resistência, enquanto expressão de descontentamento, protesto e conflito, assumiu historicamente formas muito variadas, mesmo quando, como é o caso aqui, reduzimos o campo de estudo às acções colectivas e violentas. Podiam ser espontâneas ou organizadas; breves ou prolongadas por meses ou anos; de carácter reactivo ou proactivo; mobilizar desde poucas dezenas até milhares de participantes; terminar em sucesso ou em fracasso. Variável era também a composição social dos movimentos de protesto, as suas causas e motivações, bem como os nomes, frequentemente pouco precisos e intercambiáveis, com

que são descritos nas fontes e na literatura: motins, tumultos, levantamentos, revoltas, rebeliões, insurreições, guerras, conspirações, para só nomear os mais frequentes. Para lidar com essa heterogeneidade – sobretudo quando a investigação não incide sobre casos isolados, mas sim sobre conjuntos de revoltas, visando identificar padrões, comparações e conexões – exigem-se necessariamente processos de sistematização da informação, o que, por seu turno, coloca o problema da classificação e da categorização. A definição de critérios e categorias operacionais é condição indispensável tanto para a organização da recolha de dados como para a sua análise e interpretação. Contudo, este exercício enfrenta vários desafios. Em primeiro lugar, as fontes, muitas vezes lacunares, ambíguas, enviesadas e com grande diversidade vocabular, dificultam a construção de categorias estáveis e comparáveis. Em segundo lugar, a complexidade intrínseca dos fenómenos de resistência, que frequentemente combinam múltiplas causas, grupos sociais e formas de acção, desafia classificações unívocas. Por fim, a própria fluidez e ambiguidade da realidade social, ademais variável consoante as épocas e os lugares, compromete a representatividade analítica de muitas categorias (v.g. indígenas, elites locais). Tudo isto levanta questões teóricas, metodológicas e lexicais tão estimulantes quanto difíceis de resolver.

Partindo destas questões, esta comunicação propõe uma reflexão crítica sobre os processos de classificação e categorização da resistência, discutindo possíveis soluções e os seus limites. Fá-lo com base na literatura existente, na análise de fontes e na experiência concreta de construção de uma base de dados alargada e de acesso público sobre revoltas nos impérios ibéricos entre 1500 e 1850 (https://MappingRebellions.com).

Recortes de vidas, experiências e estratégias de sobrevivências femininas perante as normas inquisitoriais e o poder masculino

Joseane Pereira de Souza – Universidade Federal da Bahia

Nessa comunicação analisaremos as experiências e os discursos de algumas mulheres envolvidas em casos de solicitação no confessionário, registrados nos Cadernos do Promotor da Inquisição de Lisboa, ao longo do século XVII. O objetivo central é compreender como essas mulheres narravam suas vivências diante do Santo Ofício e de que maneira seus relatos eram interpretados pelos inquisidores, evidenciando as relações entre gênero, poder e moralidade no contexto.

Ancorado na categoria analítica de gênero, conforme proposto por Joan Scott, o estudo problematiza a construção de estereótipos femininos e os critérios utilizados para atribuição ou negação da honra às mulheres. Observa-se que os discursos inquisitoriais classificavam as denunciantes a partir de parâmetros morais que influenciavam diretamente a credibilidade de seus testemunhos, distinguindo-as entre honradas, suspeitas ou desonestas.

A análise dos casos evidencia que a prática da solicitação constituía uma transgressão às normas eclesiásticas, ao tensionar os ideais de masculinidade clerical ascética — pautada na castidade, disciplina e autoridade moral — com comportamentos desviantes no espaço do confessionário. Paralelamente, revela-se que as mulheres elaboravam estratégias discursivas específicas, construindo formas de defesa por meio da ênfase em valores como devoção, inocência e submissão, buscando legitimar suas denúncias e confissões perante o Tribunal.

Nesse sentido, os relatos femininos são compreendidos como narrativas ativas, marcadas por negociações simbólicas, nas quais as mulheres mobilizavam linguagens e argumentos adequados às expectativas institucionais para obter reconhecimento e credibilidade. Assim, embora inseridas em um sistema normativo rígido, essas mulheres atuavam como agentes que, dentro de limites impostos, construíam formas de expressão e, em certa medida, de resistência.

Conclui-se que o Santo Ofício, além de atuar como instância de controle moral e disciplinamento dos corpos, configurava-se também como um espaço de produção de discursos femininos, revelando experiências, tensões e possibilidades de ação das mulheres diante da Inquisição.

Artefatos Mouros em Circulação: redes islâmicas, cultura material e saber missionário ibérico sobre o Islã no Sudeste Asiático

Juan Camilo Rojas Gomez – Columbia University

Este trabalho examina as representações da arte islâmica e de artefatos produzidos sob influência islâmica no Extremo Oriente em relatos ibéricos dos séculos XVI e XVII. Partindo da constatação de que missionários e cronistas espanhóis e portugueses que atuaram na Ásia estavam familiarizados com objetos e técnicas associados ao Islã no contexto ibérico e mediterrânico, o estudo investiga como esse repertório visual e material moldou suas interpretações sobre artefatos asiáticos. O trabalho propõe duas questões principais: qual foi o papel do Islã na produção material e artística do Extremo Oriente e em que medida o conhecimento ibérico sobre as artes islâmicas influenciou a forma como missionários europeus interpretaram a arte, os objetos e as sociedades asiáticas. Ao analisar esses relatos, argumenta-se que as descrições ibéricas não podem ser compreendidas apenas como discursos europeus sobre a Ásia, mas como produtos de uma experiência intelectual moldada por encontros prévios com o Islã no mundo ibérico. Ao enfatizar mobilidade, circulação e intercâmbio cultural, o estudo contribui para repensar as representações da Ásia no contexto das conexões afro-euro-asiáticas do início da modernidade. Nesse sentido, demonstra-se que as percepções ibéricas sobre a arte e a cultura do Extremo Oriente foram mediadas por um horizonte transcultural mais amplo, no qual o Islã funcionou como uma importante referência interpretativa. A análise propõe, assim, uma leitura que desloca perspectivas estritamente eurocêntricas, destacando os

processos de circulação de técnicas, objetos e saberes que conectaram o mundo islâmico, a Ásia oriental e os espaços ibéricos no período moderno inicial.

Idolatrias Ecfrásticas: Escrita Missionária e Enquadramentos Cristãos das Religiões do Extremo Oriente

Juan Camilo Rojas Gomez – Columbia University

Este trabalho analisa os enquadramentos intelectuais utilizados por missionários católicos ibéricos para descrever as religiões e as culturas materiais do Extremo Oriente entre os séculos XVI e XVII. Inserida no contexto das práticas de escrita das ordens religiosas nos Impérios Ibéricos, a pesquisa examina como membros dessas ordens produziram interpretações sobre sociedades asiáticas a partir de categorias teológicas e retóricas já consolidadas na tradição cristã. Em particular, propõe-se o conceito de "idolatrias ecfrásticas" para designar a estratégia discursiva por meio da qual missionários descreviam artefatos religiosos do budismo, do daoismo e do xintoísmo, interpretando-os como "ídolos" e integrando-os a um repertório conceitual herdado tanto de fontes clássicas quanto da experiência missionária em outros territórios do império. A análise parte de textos produzidos por religiosos que atuaram ou escreveram sobre a Ásia, buscando compreender como a descrição de objetos religiosos – estátuas, imagens e espaços rituais – se tornou um instrumento central na construção de conhecimentos sobre as religiões asiáticas. Argumenta-se que essas descrições não foram elaboradas apenas a partir de referências europeias ou clássicas, mas também a partir das experiências missionárias prévias no mundo atlântico e no Índico. A familiaridade com práticas religiosas classificadas como idolátricas nas Américas e na Índia influenciou a forma como missionários portugueses e espanhóis interpretaram as tradições religiosas da China, do Japão e do Sudeste Asiático. A partir dessa perspectiva, o trabalho investiga os percursos intelectuais e espaciais que permitiram a circulação dessas categorias interpretativas no interior dos Impérios Ibéricos. Ao acompanhar os caminhos de produção e difusão desses escritos – cartas, crônicas e tratados missionários – busca-se compreender como o conhecimento sobre religiões asiáticas foi moldado por redes globais de informação que conectavam diferentes espaços imperiais. Por fim, o estudo examina as circunstâncias em que missionários puderam estabelecer aproximações entre divindades asiáticas e figuras do cristianismo, identificando paralelos com santos ou conceitos cristãos. Essas operações interpretativas não apenas revelam as tensões e negociações presentes no encontro entre tradições religiosas distintas, mas também evidenciam como a escrita missionária participou ativamente da produção de saberes sobre a Ásia no contexto dos Impérios Ibéricos da primeira modernidade.

A fome do ouro e a cegueira dos homens: o governo de Artur de Sá e Meneses entre os discursos e as práticas de corrupção

Júlia de Cássia Silva Cassão – Universidade Federal de Minas Gerais

Esta comunicação tem por objetivo analisar a trajetória de Artur de Sá e Meneses. Este sujeito, de origem portuguesa, em dois momentos distintos do século XVII esteve no Brasil para servir à Monarquia. Governador do Estado do Maranhão e, em seguida, governador da capitania do Rio de Janeiro, esta personagem construiria, desta forma, o nome de sua casa e o futuro de seus herdeiros. Eleito pelo rei D. Pedro II, que lhe escolheu a dedo para que desempenhasse funções específicas da administração na América Portuguesa, Sá e Meneses seria reconhecido como um dos mais destacados oficiais de seu tempo. Não à toa, é deste modo que a historiografia assentou a memória em torno de si: desde os primeiros registros analíticos de sua passagem pelo Brasil, quando objeto de estudo, Artur de Sá foi visto como grande administrador e um excelente servidor da Monarquia portuguesa. Em outras palavras, teria sido Artur de Sá e Meneses quem, por seu grande tino político e poderoso jogo retórico, saberia primeiro entender as minúcias do clima e das gentes da porção Norte do Brasil e, tempos depois, costuraria o acordo com os paulistas que manifestou ao mundo as minas de ouro do sertão brasileiro. Afinal, fora também pela mão deste governador que Portugal abandonaria os anos de penúria econômica para abraçar a glória do metal dourado, postando-se, em seguida, entre as nações mais polidas do Velho Mundo. Mas as fontes, nas entrelinhas, revelam ao pesquisador algo a mais ainda a ser desvelado: ao mesmo tempo que cumpria, e muito bem, as suas obrigações enquanto lugar-tenente do monarca na América, Artur de Sá e Meneses também se deleitou com um outro lado desta mesma moeda. Atado à tradição e aos costumes de sua época, a personagem viu-se envolvida pelo desejo de enriquecimento ilícito que marcou a experiência dos sujeitos que vieram viver e sobreviver no Brasil, reconhecida terra de oportunidades. Ou seja, na linha que esfumaçou o público e o privado, o governador embolsou cabedais que, ao fim e ao cabo, deveriam ser enviados para os cofres da Fazenda Real. O governador Artur de Sá e Meneses, entre tantos outros desvios, participou de negócios escusos, contrabandeou ouro, atravessou escravizados para o coração do Brasil e fechou acordos que não lhe eram permitidos. Mesmo que a fome do ouro o cegasse, chama a atenção que tenha passado ileso a qualquer denúncia ou investigação. É neste ponto que se quer chegar: quais seriam os limites que, ultrapassados, condenariam um sujeito por um crime de corrupção? Artur de Sá e Meneses, por tudo isso, é uma personagem que se torna exemplar ao pesquisador interessado entender os fios da trama da corrupção moderna.

Trabalho, território e conflitos na São Paulo Restaurada: a implementação do Diretório dos Índios no aldeamento de São José do Parahyba

Julia Maria Bida Goveia – Universidade de São Paulo

Povoar a região meridional da América portuguesa e garantir o desenvolvimento de núcleos urbanos fez parte da política dos governadores paulistas, a partir de 1765, com a restauração da autonomia da Capitania de São Paulo após a nomeação de D. Luís António de Botelho Mourão, o quarto Morgado de Mateus, ao cargo de governador. Na conjuntura do Tratado de Madri (1750), a autonomia política da Capitania de São Paulo é restaurada e em 1765 inicia-se o processo de reestruturação da produção agro-exportadora e

redefinição dos limites na porção meridional do território. Novas vilas e povoações foram instaladas ao longo de importantes rotas comerciais já consolidadas no século anterior, bem como em lugares de fronteira da colonização, visando garantir a soberania portuguesa no território. As políticas empreendidas pelo governador, e por outros subsequentes, causaram mudanças no modo de vida da população residente nesses núcleos.

Fundado por padres jesuítas ainda no século XVII, São José do Parahyba foi a única aldeia colonial paulista a passar por essa transição de ordem política. Em 1767, sua elevação à categoria de vila atendeu às determinações régias determinadas inicialmente no Diretório dos Índios (1757). Instituído originalmente no Grão-Pará e Maranhão, e posteriormente adaptado nas diferentes regiões do Estado do Brasil, o Diretório foi o pilar da nova fase da política indigenista setecentista, que proibiu a escravização indígena e suprimiu a administração religiosa dos aldeamentos. Para além da transformação do território, nota-se uma reconfiguração da exploração sistêmica da força de trabalho indígena neste período, verificando os empregos dessa mão de obra nas atividades econômicas e políticas com objetivo de atender as necessidades da Coroa.

Nesse sentido, a partir da documentação que vem sendo localizada no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca Nacional e no Arquivo Público do Estado de São Paulo, esta comunicação apresenta os desdobramentos do Diretório na Capitania de São Paulo. Ao olhar para a singularidade do caso do aldeamento de São José, a pesquisa em curso busca compreender os mecanismos de inserção das populações indígenas nas estruturas de poder e produção do sistema colonial a partir da segunda metade do século XVIII. Investiga-se como esse contingente populacional foi aproveitado como mão de obra essencial na reestruturação das bases econômicas e políticas da São Paulo recém-restaurada, bem como os conflitos provenientes destas relações.

Os verdes e frutíferos quintais do sítio histórico de Marechal Deodoro

Juliana Coelho Loureiro – Universidade Federal de Alagoas

Este estudo buscou compreender a formação dos quintais na cidade de Marechal Deodoro, situada no litoral do estado de Alagoas. O município surgiu a partir das terras sesmeiras de Magdalena do Sumaúma, ao sul da Capitania de Pernambuco, evoluindo depois para povoação sediada às margens da laguna Manguaba, no final do século XVI. Em 12 de abril de 1636, após a expulsão da Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco, o capitão Duarte de Albuquerque Coelho elevou o povoado à vila, adotando a denominação de Santa Maria Magdalena da Lagoa do Sul. O desenvolvimento da vila foi tão expressivo que, quase dois séculos mais tarde, o núcleo urbano passou a ser a capital da recente Província de Alagoas (separada de Pernambuco em 1817), revelando assim sua importância para a região. Em 2006, o sítio histórico foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN) pela relevância de seu acervo arquitetônico ainda mantido com fortes características estético tipológicas da arquitetura colonial brasileira,

também tombado em nível estadual em 1983. Embora os quintais constituam parte importante desse legado, pouco se tem de sistematização sobre suas características oriundas do processo de povoamento português. Sabe-se que, como outros quintais, foram espaços de aclimatação de espécies vegetais e animais trazidos pelos colonizadores, assim como de integração das espécies nativas aos costumes luso-brasileiros. Áreas vegetadas anexas à parte posterior da moradia, os profundos quintais sempre promoveram um significativo sustento às tarefas domésticas, acolhendo a cozinha, a secreta, os animais de transporte, entre outros. Atualmente, devido a perda gradativa de suas funções tradicionais, esses espaços estão sendo substituídos por novas construções, o que vem reduzindo a cobertura vegetal de grande porte que os preenchiam e chegavam a formar densos interiores de quadras arborizadas. Portanto, a presente investigação tem o objetivo de realizar um levantamento das áreas de quintais do sítio histórico de Marechal Deodoro, que ainda mantém o uso majoritariamente residencial, com a intenção de evidenciar a permanência de práticas e cultivos tradicionais que caracterizaram o modo de viver local. Para isto, foi realizado um levantamento dos usos e apropriações atuais nessas áreas em comparação com os relatos dos cronistas do século XVI e XVII, assim como as fontes iconográficas setecentistas. Em suma, busca-se identificar o patrimônio natural e práticas culturalizadas que tem caracterizado a paisagem local. Busca se também pontuar relações afetivas estabelecidas entre os moradores e os quintais nesta cidade, adjetivada como "histórica".

Por outras cartografias – Notas sobre a circulação e transformação das práticas medicinais nos quintais luso-brasileiros (séc. XVI e XVII)

Juliana Coelho Loureiro – Universidade Federal de Alagoas

O presente trabalho tem como objetivo cartografar a circulação de algumas espécies com propriedades medicinais que foram incorporadas aos quintais luso-brasileiros e passaram a caracterizar a paisagem e costumes locais. No além-mar, os primeiros quintais foram construídos nos núcleos urbanos junto às habitações dos povoadores como parte integrante da vida doméstica colonial. Eles se situavam, geralmente, na parte posterior das edificações e abrigavam as atividades ordinárias para a sobrevivência. Dentre elas, podemos citar a produção de alimentos, cultivo de espécies vegetais, animais, despejo de dejetos, equipamento de transporte, depósito de produtos, atividades de recreação. Os portugueses vieram ao Novo Mundo acompanhados de diversas espécies tradicionais que pretendiam ser cultivadas nas terras recém-conquistadas e, assim, melhor garantir sua sobrevivência. Outras foram trazidas de suas conquistas no Oriente e introduzidas experimentalmente nos quintais das primeiras casas. Nesse movimento, podemos citar a introdução da hortelã (Mentha), do alho (Allium sativum) e a laranjeira (Citrus sinensis e C. aurantium), todas com propriedades terapêuticas e participam de receitas caseiras tradicionais. Entretanto, a inserção de outras espécies não obteve o mesmo êxito, pois era necessário que elas sobrevivessem ao transporte e se adaptassem as condições locais, em especial, ao clima e a terra. Por outro lado, a natureza encontrada no Novo Mundo surpreendia os povoadores por sua diversidade e possibilidades de aplicações na vida dos

povos originários. Não são raros os relatos dos cronistas do século XVI e XVII que descreveram os animais e vegetais encontrados, suas características e utilizações no universo nativo, em especial, suas propriedades medicinais. Esse conhecimento foi incorporado de tal modo pelos portugueses que, séculos mais tarde, os médicos formados na Metrópole utilizavam espécies nativas em seus tratamentos. Ainda hoje, é muito comum a utilização de produtos de origem animal e vegetal de cultivo e elaboração doméstica para tratamento de enfermidades, como por exemplo, o chá da folha de goiabeira (Psidium guajava L.) para tratar infecções intestinais ou o uso do sebo de carneiro (ovis aries) para cicatrização. Essas práticas constituem uma forma de medicina popular bastante comum no Brasil, principalmente em localidades onde o acesso aos profissionais da saúde é difícil. Assim, esta investigação pretende confrontar o relato dos cronistas do século XVI e XVII, a iconografia e a cartografia histórica, na intenção de construir novos mapas sobre a circulação das espécies para fins medicinais que contribuíram para a formação da paisagem e costumes brasileiros.

A crise na educação e as reformas do Marquês de Pombal entre Indígenas e missionários no Brasil colonial em meados do século XVIII

Juliana de Mello Moraes – Universidade Regional de Blumenau
Aurélio Miguel Toassi Sanchez Fernandes – Universidade Regional de Blumenau

Atualmente, os discursos sobre a escola pública brasileira enfatizam a crise e os problemas na área da educação. As respostas para colmatar essas dificuldades se articulam com ideias que focam a inovação ou a educação doméstica. Contudo, debates sobre a crise e suas relações com a incapacidade da educação para responder aos desafios sociais não são exclusivos do nosso tempo. Durante o século XVIII, em Portugal e seus territórios ultramarinos, a educação angariou relevo como meio para reverter a crise e a decadência provocadas, segundo as autoridades político-administrativas, pela preponderância dos jesuítas e outros religiosos em diversos espaços educacionais. Assim, um dos aspectos centrais para solucionar os problemas econômicos, políticos e sociais, consistia na reforma educacional. No intuito de colmatar a crise, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro português, realizou diversas reformas, no intuito de restringir a autonomia da Igreja em relação ao Estado, controlar as atividades pedagógicas, culturais e religiosas, centralizando o poder no Estado. As relações com os religiosos se configuraram em elemento fundamental das mudanças. Por isso, esta pesquisa problematiza os impactos das reformas na educação e nas atividades missionárias entre os povos nativos no Brasil, no intuito de avaliar a partir de um contexto concreto as estratégias adotadas na aplicação da legislação pombalina. Para tanto, articula a metodologia da análise bibliográfica, com foco na História da Educação, com os pressupostos da análise documental para a leitura das fontes produzidas durante o governo de Pombal, em especial, o Diretório dos índios (1758) e a defesa do missionário Manuel da Penha do Rosário (1773). Este religioso foi denunciado à Inquisição por transgredir as medidas implantadas pelo primeiro-ministro ao empregar a língua geral com os indígenas. Tanto suas práticas educacionais quanto sua compreensão do ser civilizado contribuíram para tornar o missionário réu de um processo inquisitorial. As relações entre os

missionários e indígenas no Brasil colonial se modificaram em função das determinações de Pombal, pois os primeiros foram perseguidos enquanto os nativos deveriam se tornar súditos da coroa portuguesa. A partir dessa análise constatam-se as repercussões da reforma educacional pombalina e algumas das consequências das tentativas de civilizar o império por meio da educação.

O diabo na Inquisição de Goa (século XVIII)

Juliana Torres Rodrigues Pereira – Universidade Federal da Bahia

Que os ibéricos enxergaram o demônio nas mais diversas crenças e ritos que tentaram reduzir ao cristianismo nos territórios de seus impérios não é novidade. Para os territórios das Américas hispânica e portuguesa, há vasta e importante produção sobre o assunto. Ao olharmos para o império asiático português, no entanto, há ainda poucos trabalhos que nos permitam refletir sobre o olhar demonizador que classificou e julgou práticas de uma paisagem cultural tão rica. Inquisidores, bispos, missionários e outros agentes do proselitismo e da vigilância religiosa apreenderam os ritos locais a partir de uma chave que oscilava entre a gentilidade, a superstição e a centralidade da figura demoníaca que se desdobrava entre os deuses do panteão hindu.

Embora a documentação da Inquisição de Goa não seja tão farta quanto a dos demais tribunais portugueses e os processos do único tribunal ultramarino não tenham sobrevivido, há fontes que nos permitem analisar o problema proposto: as listas dos autos-da-fé do período. A partir desta documentação, pretendo analisar quais práticas locais foram percebidas e censuradas a partir da chave da demonização e quais categorias foram usadas para registrar tal classificação nas fontes da Inquisição de Goa.

Entre mundos e coleções: a atuação de Pedro de Almeida nas redes científicas conectadas ao colecionismo (1700-1724)

Julianna Morcelli Oliveros – Universidade de São Paulo

A época moderna foi marcada por profundas transformações que impactaram a relação do homem com o mundo natural. A exploração colonial nos espaços imperiais revelou a imensidão de uma natureza ainda por descobrir, reunindo ao seu redor uma infinidade de ideias, práticas, espaços, atores e objetos que, direta ou indiretamente, estiveram vinculados aos estudos e produções de proporção científica. Em boa parte, a história natural esteve no centro dessa grande agência que operava a partir de redes articuladas em diferentes escalas. Neste contexto, as coleções naturalistas exerceram papel fundamental na exibição e divulgação da natureza exótica, correspondendo a importantes espaços de conhecimento. A atividade colecionadora foi responsável por mobilizar uma diversidade enorme de agentes, cujos interesses em participar no comércio de longa distância eram igualmente distintos. Nas redes, esses personagens exerceram papel fundamental, contribuindo não apenas para o abastecimento e atualização das coleções, mas também para a produção e circulação do conhecimento.

Essa comunicação tem por objetivo discutir a participação de Pedro Miguel de Almeida (1688-1756) nas redes transimperiais e transatlânticas, a partir de sua atuação como intermediário de naturalia provenientes dos espaços coloniais portugueses. Apesar de ser uma figura amplamente retratada pela historiografia luso-brasileira, seu envolvimento com a história natural e práticas correlatas, como o colecionismo científico, ainda é muito pouco conhecido. Eixo estruturante de uma rede que articulou diferentes atores, como boticários, naturalistas e comerciantes, a atividade de Almeida promoveu uma intensa correspondência epistolar, conectando coleções e espaços geograficamente distantes entre si, mas unidos em um mesmo propósito.

Equidade e jurisdição nos sertões: juízes e o justo na Primeira Modernidade (século XVIII)

Juliane Tavares Monteiro – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Esta pesquisa analisa os sertões de Pernambuco a partir da perspectiva do direito e da cultura jurídica da Primeira Modernidade, com foco no final do século XVIII. De maneira geral, nos afastamos de uma visão estereotipada do sertão como espaço vazio de população, instituições e justiça. Nos propomos a compreender os sertões como espaço atravessado por dinâmicas jurisdicionais flexíveis, adaptando-se às circunstâncias, não diferindo de práxis do Mundo Ibérico. Portanto, procuramos dar aos sertões um olhar de presença. Nesta perspectiva, ressaltamos a importância dos juízes, sobretudo, para este espaço, a figura dos juízes ordinários. Os julgados sertanejos, circunscrições judiciais, com atuação independente das câmaras, têm seu surgimento atrelado à instituição do cargo de juiz ordinário. Portanto, atribuímos aos juízes o papel de centros judiciais.

Nos interessa, para este trabalho, refletir acerca das jurisdições dos juízes nos sertões, partindo da literatura jurídica e de suas práxis. A jurisdição era entendida como o poder de dizer o direito (ius dicere) e estabelecer a equidade (aequitatem statuere). Segundo Pedro Cardim (2008), essa lógica jurisdicional estruturava amplamente a administração na Primeira Modernidade, orientando tanto a atuação da Coroa quanto dos corpos sociais. Tal poder, de natureza pública e legítima, tinha no juiz (iudex) o seu principal titular. Compreendemos estas jurisdições nos sertões de forma fluida.

Para além disso, nossa análise insere-se no campo historiográfico associado à chamada Nova Escola Ibérica, que enfatiza a articulação entre direito, religião e teologia moral na compreensão das práticas jurídicas. Desse modo, dialoga-se com abordagens que privilegiam a relação entre direito e cosmovisão, a centralidade dos casos e das circunstâncias, bem como o papel dos juízes, do julgamento e do arbítrio na produção da justiça. De maneira geral, nosso trabalho busca contribuir para o debate acerca das múltiplas formas de funcionamento do direito na América Ibérica, especialmente à luz das categorias analíticas da Primeira Modernidade. Por fim, acreditamos que nosso

trabalho não apenas demonstra a presença da justiça, mas coloca os sertões dentro de um debate acerca da cultura judicial.

Palavras-Chave: Equidade; Jurisdição; Sertões de Pernambuco.

Fundidores itinerantes: notas de pesquisa sobre a fundição da estátua equestre de D. José I (1775)

Juliano Gomes – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Como deixam claro manuscritos, desenhos e gravuras relacionados à Estátua Equestre de D. José I, a fundição desse monumento icônico de Lisboa foi o resultado de uma colaboração internacional. Jean Drouet, descrito nas fontes de arquivo ora como artífice, ora como fundidor, maquinista ou engenheiro, juntamente com seus assistentes (entre os quais um certo Pierre Brocard), concebeu e construiu o forno de reverbero utilizado para fundir "numa só peça" a escultura, em uma liga de cobre que incluía zinco — um metal concebido para resistir à corrosão causada pelos agentes atmosféricos (em especial o sal presente no ar, dada a sua orientação voltada para o oceano). O percurso de Drouet foi peripatético. Inicialmente associado a Jean Maritz II na Fundição da Ruelle (estabelecida pelo engenheiro militar e general marquês de Montalembert, em 1753, nas proximidades de Angoulême, para a fabricação de canhões e projéteis), Drouet foi reduzido à miséria pela Guerra dos Sete Anos. Em consequência, dirigiu-se a Jimena, na Espanha, numa tentativa de estabelecer uma fundição destinada à manufatura de artilharia de ferro. Em seguida, partiu para Portugal, onde, já ao serviço do marquês de Pombal, acabou por se encarregar de conceber e construir "novas máquinas e um forno muito grande, capaz de produzir, em cada fundição, oito peças de artilharia de trinta e seis libras". O plano desse forno foi posteriormente gravado, sendo a legenda enfática ao sublinhar que fora "construído pelo engenheiro francês Drouet segundo os seus próprios desenhos" e que "após ser adaptado, nele se fundiu a Estátua Equestre".

A presença de Drouet em Lisboa, até hoje despercebida pela historiografia da arte, é mais do que uma simples nota de rodapé na história técnica da fundição escultórica. Sustentamos que ela revela não apenas a transferência de tecnologias militares e de saberes industriais para o domínio das belas-artes num momento crucial – o da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e do seu imediato pós-guerra –, mas também aspectos fundamentais das pretensões pombalinas de estabelecer as estratégias de uma monarquia esclarecida. Em oposição à visão do oficial militar francês Charles François Dumouriez, publicada no État présent du royaume de Portugal… (1775), segundo a qual "o corpo de engenheiros portugueses é muito fraco, muito mal organizado e muito ignorante", o projeto, a execução e a instalação do monumento régio na Praça do Comércio constituíram a sine qua non da realização artística, urbanística, política e tecnológica portuguesa após o terramoto de Lisboa de 1755. Esta comunicação, fundamentado em fontes de arquivo, examina a contribuição controversa de Drouet para a fundição da efígie régia e as formas pelas quais ela potencialmente complexifica a nossa compreensão da

relação entre as técnicas de fundição e as ambições da escultura monumental no contexto do Iluminismo português.

Mestres da Bahia Rebelde: o jogo de RPG como estratégia de Ensino de História da Bahia (1798-1838)

Juliano Leví Santos Messias – Universidade do Estado da Bahia

Nesta pesquisa, o jogo de RPG é investigado como ferramenta no ensino da História da Bahia, considerando como recorte histórico o período entre 1798 e 1838. O intervalo em questão abrange acontecimentos históricos marcantes para a formação do povo baiano, destacadamente, a Revolta dos Búzios, a Independência do Brasil na Bahia, a Revolta dos Malês e a Sabinada. Os manuais do jogo de RPG "Mestres da Bahia Rebelde", desenvolvido pelo autor da pesquisa, incluem toda a descrição necessária para que os movimentos históricos supracitados sirvam de cenário para as aventuras dos personagens criados pelos estudantes.

O objetivo geral desta pesquisa é: compreender de que forma as aprendizagens dos estudantes do CPM Dendezeiros sobre a História da Bahia são afetadas pelo jogo de RPG Mestres da Bahia Rebelde. As ideias de saberes discentes, aulas como texto, empatia histórica e imaginação histórica são elementos teóricos fundamentais para a construção deste trabalho. Outro conjunto conceitual importante é composto pelos procedimentos e competências específicas para o Ensino de História dos anos finais do ensino fundamental presentes na Base Nacional Comum Curricular e no Documento Curricular Referencial da Bahia.

"Nos Caminhos das Minas": disputas e monopólio (Fundo da Baía da Guanabara, séc. XVIII)

Juliano Silva de Mello Vieira – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Conta-nos um "padre visitador" do bispado do Rio de Janeiro, em 1795, que, no recôncavo fluminense, com sua primeira igreja erguida com as receitas dos próprios moradores, em 1645, no engenho do capitão Manoel Martins dos Santos Viana, ergueu-se "Trayraponga". Na confluência dos rios Pavuna, Meriti e "Sarapohy", também diz que, ao longo do século XVIII, por este último, "sobem e descem barcos carregados" pela região. Aliás, o pedido de seus moradores, como Antônio de Matos, o Coronel Salvador Corrêa de Sá, dentre outros; junto aos mais "senhores de engenho" do distrito de "Marapecu"; por armazéns no porto de Meriti para guardar açúcares, em 1728, nos sugerem que, não só a mercância começou cedo, mas também conectou diversas paragens. Outrora, já chamada de freguesia de S. João Batista de Meriti desde 1718; "Trayraponga" agora referida como "bairro"; em 1795, conta haver cerca de 1.295 almas (pessoas), sendo 1.112 de sacramento – incluindo escravos adultos –, e 175 fogos (domicílios).

Bem como, ao norte, recôncavo adentro; atravessando a ponte "Sarapohy"; chegava-se à freguesia do Pilar do Iguaçu, também "uma das mais antigas" do recôncavo, e, adiante pouco ao nordeste, após o rio Saracuruna, em Piedade de Inhomirim, que se estendia até o rio Paraíba. Elo entre o pélago fluminense e as Gerais, eram, os seus rios, planícies e áreas serranas, envolvidas por um trânsito diário de comerciantes, passageiros viandantes, tropeiros, comboieiros etc., com seus escravos, ouros, alimentos e outros gêneros. Além disso, mas, com isso, durante o século XVIII, a presença de arraiais, paróquias, armazéns e "telheiros" para o auxílio da labutação destes etc., ao longo das veredas, também moldaram a paisagem. Pizarro diz ser diário os "embarques, e desembarques, de fazendas, que iam para as Minas Geraes e outras partes Serra acima, e desciam para esta Cidade". Em Inhomirim, em especial, da ênfase na presença de muitos moradores e no fato de serem, em sua maioria índios e comerciantes e negociantes variados.

Nesse contexto, dado a descoberta de "Eldorados" em variadas paragens das Américas, sucede o que aferiu Sergio Buarque de Holanda para as frotas mercantis entre Porto feliz e Cuiabá, e Isnara Pereira Ivo com os intercâmbios mercantis entre os interiores das antigas capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, incorporados à Bahia e depois às Minas Gerais: não só em torno dos "grandes centros urbanos" e das regiões auríferas viu-se com alvura tal preciosidade, mas também em seus caminhos, suas terras, seus rios e suas gentes, assim, também integradas aos circuitos políticos e socioeconômicos da Monarquia católica portuguesa, a saber, pluricontinental. Deste modo, nestes dilatados espaços, além de se dissolverem as fronteiras biológicas, sociais e culturais de gentes oriundas de diversas paragens das américas e do além-mar, entrecruzavam-se variadíssimos interesses, gerando assim, muitas redes de negociações e conflitos.

Sendo assim, como primeiro passo, o trabalho analisa petições sobre aberturas e fechamentos de caminhos no circuito Rio de Janeiro – Minas Gerais, o chamado "Caminho Novo", no século XVIII. Baseado em petições e em livros de notas cartoriais, demonstra as disputas que havia em torno destas veredas, no fundo da Baia da Guanabara.

A carta de familiatura como instrumento de legitimação social: processos inquisitoriais contra familiares que cometiam abusos e contra homens que fingiam ser esses oficiais (sécs. XVII-XVIII)

Júlio Chaves Seixas – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O presente trabalho se propõe a analisar o poder simbólico associado ao cargo de familiar do Santo Ofício português e as diferentes maneiras que indivíduos utilizavam da familiatura para práticas que iam contra a autoridade inquisitorial. A simbologia exprimida pelo cargo se inseria em um contexto em que a Inquisição perpetuava seu poder pelos domínios sob o comando formal da Coroa, instigando o medo dentre os diferentes estratos sociais e fomentando a autoridade associada aos cargos que integravam seu mecanismo.

As principais atribuições concedidas pela carta de familiatura eram a realização de diligências, prisões e o acompanhamento dos Autos da Fé, conferindo direitos e deveres a homens leigos, com "pureza de sangue" comprovada, ou seja, cristãos-velhos, e condição financeira expressiva o suficiente para arcarem com o processo de inquirição sanguínea. Estarem isentos de trabalho manual também era considerado, apesar do "defeito mecânico" não ter sido impedimento obrigatório. Concomitantemente, o fato de a nobreza nunca ter se tornado um pré-requisito motivou indivíduos a aspirarem por ascenderem socialmente em direção ao que é descrito por historiadores como "estado do meio".

A ascensão social estava ligada a dois aspectos sociopolíticos entrelaçados que eram fomentados pela instituição inquisitorial. O primeiro partindo do próprio Santo Ofício numa tentativa de expandir o seu prestígio, aumentando o número de oficiais ligados a grupos mais abastados. O segundo advinha daqueles interessados em legitimação social e obtenção de privilégios. Era perceptível, para a Inquisição, a disposição à subserviência desses aspirantes ao cargo.

A partir dos preceitos estamentais que regiam a sociedade do Antigo Regime e suas instituições, que funcionavam como agentes de difusão de honra e status social, tentaremos compreender como familiares do Santo Ofício português utilizavam do cargo para transgredir a norma, atentando contra a conduta inquisitorial. Também analisaremos casos em que homens que não possuíam a carta de familiatura fingiam ser familiares, utilizando de um falso poder investido pela Inquisição para ganhos pessoais e reconhecimento social.

Este trabalho tem como intuito apresentar alguns casos, analisados através das fontes, de homens que tiveram processos abertos frente ao Santo Ofício para responderem por suas ações, que afrontavam o poder inquisitorial. Serão expostos elementos associados ao aparato institucional como a "pureza de sangue", o capital simbólico associado a familiatura, a engrenagem do segredo no mecanismo de atuação e, ao fim, como esses conceitos estavam associados ao cargo de familiar e como instigavam esses homens a praticarem atos que atentavam contra a honra da Inquisição, com o intuito de se beneficiarem no âmbito pessoal.

K

Crenças sobre justiça e vingança: a invasão de Corrientes por Andrés Guacurary y Artigas e "seu exército de índios" (1818)

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo – Universidade do Estado de Pernambuco

Durante os primeiros anos do século XIX, projetos de defesa e expansão de fronteiras foram elaborados por agentes do governo e particulares nos limites entre o vice-reino do

Brasil e as províncias platinas. Tais projetos prescindiram da participação indígena junto aos serviços militares. Uma das principais questões em jogo era a reorganização política de espaços limítrofes, estreitamente vinculada à necessidade de definir aspectos sobre a liberdade dos indígenas e o destino das terras, dos bens e, sobretudo, da força de trabalho dos habitantes da região, chamados na época de "naturais". Esta comunicação discute diferentes situações vividas pelo guarani e missioneiro André Guacurary y Artigas e permite dar visibilidade às variadas práticas de sociabilidade experimentadas pelos indígenas. Suas ações provocaram deslocamentos espaciais distintos, puseram em contato vários sujeitos e instâncias de poder, possibilitando relações que constantemente os realocaram na hierarquia social durante o processo inicial de formação de Estados nacionais.

O Governo da Caridade: redes, poder e normatividade no Estado da Índia (c.1640 - c.1750)

Karoline Marques Machado – Max Planck Institute for Legal History and Legal Theory

O objetivo desta apresentação é demonstrar como a Misericórdia de Goa, em razão do privilégio de administrar os bens dos ausentes do reino, função que lhe permitia a acumulação de um patrimônio expressivo, desenvolveu e sustentou uma ampla rede de comunicação com diferentes territórios do Império português na Ásia. Em um contexto marcado pelas grandes distâncias oceânicas, pelos fenômenos climáticos e pelo dilatado tempo da comunicação imperial, essa rede epistolar constituiu um instrumento central de governabilidade, por meio do qual a instituição exercia autoridade, coordenava ações e intervinha em dinâmicas locais e regionais através do governo da caridade. Embora o interesse principal da Misericórdia de Goa fosse assegurar seus direitos e prerrogativas sobre a administração dos bens deixados por súditos da Coroa portuguesa, as correspondências revelam a presença constante de outras questões, como o auxílio financeiro na condução de guerras, a cobrança de foros e conflitos com diferentes agentes locais e imperiais. Esses temas obrigaram a instituição e seus representantes a formular soluções práticas para problemas decorrentes da distância, evidenciando como o governo da caridade se articulava a mecanismos mais amplos da administração da justiça, da fazenda e da ordem social.

A documentação consultada no arquivo de Goa, composta por 371 cartas, demonstra uma intensa troca de correspondência com procuradores estabelecidos em localidades estratégicas do Estado da Índia, especialmente em Moçambique, Baçaim e Macau. Esses procuradores atuavam como agentes fundamentais da administração à distância, mediando interesses, implementando decisões e negociando com autoridades locais. A rede epistolar, portanto, não se limitava à circulação de informações administrativas, mas funcionava como um espaço de negociação política, legitimação institucional e disputa de poder, no qual o governo da caridade operava como uma forma específica de intervenção e governança.

Além da comunicação com seus procuradores, a análise das fontes permite identificar indícios de que a Misericórdia de Goa atuava como uma instância central das Misericórdias no Estado da Índia, sendo frequentemente acionada para auxílio financeiro, apoio político diante de outros agentes históricos e para o reconhecimento institucional de suas atividades. Nessa posição, a instituição impactava diretamente as formas de governança em espaços ultramarinos marcados pela distância e pela pluralidade de jurisdições.

Ao examinar essa rede de comunicação, a comunicação propõe compreender a Misericórdia de Goa não apenas como uma instituição caritativa e assistencial, mas como uma instituição que produzia e operacionalizava práticas de governança por meio do governo da caridade no Império português na Ásia.

Liberdade em disputa: experiências escravizadas entre Bahia e Lisboa (1823-1825)

Kátia Lorena Novais Almeida – Universidade do Estado da Bahia

O presente trabalho investiga as experiências de pessoas escravizadas que atravessaram o Atlântico na esteira da Independência da Bahia, em 1823, acompanhando seus senhores – ou deles se evadindo – rumo a Lisboa. A partir de uma abordagem micro-histórica e do cruzamento de fontes administrativas, judiciais e periódicos, examina-se como esses sujeitos mobilizaram estratégias para reivindicar e, em alguns casos, conquistar a liberdade em um contexto marcado por ambiguidade jurídica. A evacuação da esquadra portuguesa de Salvador, em 2 de julho de 1823, desencadeou o deslocamento de milhares de indivíduos, entre os quais numerosos cativos, frequentemente invisibilizados nos registros oficiais. Uma vez em Portugal, esses sujeitos passaram a atuar em um cenário legal complexo, no qual o Alvará de 1761 – que proibia a escravização no Reino – era reinterpretado e mobilizado como possibilidade concreta de acesso à liberdade. Enquanto senhores mobilizavam redes políticas e argumentos jurídicos políticos para preservar a posse sobre seus "bens móveis", os escravizados acionavam a Justiça, evadiam-se do domínio senhorial e estabeleciam alianças com irmandades negras. Por meio da análise de algumas trajetórias, como o de André e de ações movidas por essas irmandades, demonstra-se que esses indivíduos protagonizaram estratégias sofisticadas de resistência, articulando mobilidade, vínculos sociais e recursos legais. O estudo também destaca a atuação ambígua do Estado português, que oscilava entre aplicar a legislação antiescravista e ceder às pressões dos emigrados. Argumenta-se, por fim, que o espaço metropolitano foi apropriado como território de disputa pela liberdade, indicando que a travessia atlântica, para muitos, não se restringiu a um deslocamento forçado, mas abriu possibilidades concretas de alforria. Nesse contexto, a liberdade não se apresenta como condição dada, mas como processo histórico construído por meio da ação, da resistência e do recurso ao direito.

Espaços de sociabilidade: o universo mágico-religioso do Grão-Pará através de documentos inquisitoriais

Kathleen Karina Batista Silva – Universidade Federal do Oeste do Pará

Ao refletirmos acerca das questões que compõem as sociedades, as relações que são traçadas entre os sujeitos e as formas que se manifestam são elementos essenciais para se pensar as identidades de determinados grupos e locais. Utilizando o conceito de rede social, empregado de forma emblemática por Breno Fontes (2013), este trabalho se debruça em uma discussão sobre as interações sociais e culturais traçadas no espaço amazônico durante o período colonial. A realização deste exercício será possível a partir do trato com a documentação inquisitorial relacionada ao Tribunal do Santo Ofício, tendo como foco a 3ª Visitação realizada no Grão-Pará entre 1763 e 1769; tais documentos localizam se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). A análise das redes de sociabilidades, neste contexto, dá-se a partir da utilização de documentos relacionados a casos ligados a práticas caracterizadas como mágico-religiosas, resgatando metodologias propostas por pesquisadores como Carlo Ginzburg (2007), com o método indiciário e noções de cultura popular, atreladas às proposições feitas pelo campo das ciências antropológicas, por meio da etnografia documental. Trata-se de uma pesquisa em andamento que combina abordagens qualitativas e quantitativas ao mapear estas redes de sociabilidade e práticas cotidianas, considerando as interações traçadas a partir de saberes ligados a sujeitos categorizados enquanto curandeiros(as), bruxos(as) e feiticeiros(as). O diálogo teórico articula trabalhos dos campos historiográficos, antropológicos e sociológicos, que são essenciais para a construção de análises dentro dessa perspectiva. No que tange as discussões acerca de interações e construções de redes de sociabilidades enquanto práticas e relações construídas e reinterpretadas pelos sujeitos, os teóricos como Marilyn Strathern (1988), Bruno Latour (2005), Georg Simmel (1908) e Giovanni Levi (1989) são peças fundamentais. Dessa forma, o recorte proposto com essa pesquisa possibilita discutir as distintas formas pelas quais os sujeitos coloniais se mobilizaram cotidianamente ao entrelaçar esses conhecimentos às demandas individuais e coletivas que se apresentavam na sociedade amazônica no contexto colonial.

D. Pedro I do Brasil, IV de Portugal: estudantes brasileiros em defesa do liberalismo na Europa (1826-1828)

Kelly Eleutério Machado Oliveira – Universidade Federal de Ouro Preto

O objetivo desta comunicação é apresentar os resultados da pesquisa de pós-doutorado que venho desenvolvendo junto à Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais. O projeto – que conta com o financiamento da Capes e é supervisionado pela professora Andréa Lisly Gonçalves - pretende investigar a defesa da legitimidade do imperador do Brasil ao trono português. Estudantes brasileiros, matriculados na Universidade de Coimbra, se juntaram aos portugueses para defender o liberalismo e combater a contrarrevolução encabeçada por D. Miguel. A pesquisa reforça a importância de

reconsiderarmos os marcos tradicionais do processo de Independência (s) do Brasil ampliando a análise para a segunda metade da década de 1820.

Em abril de 1826, D. Pedro I outorgou a Portugal uma Carta Constitucional muito semelhante a Constituição brasileira de 1824. Longe de se restringir ao reino, a decisão impactou as relações com o Brasil, a Europa e a África. Em Angola, foi reavivada a esperança daqueles que, no contexto das guerras de Independência, pretendiam anexá-la ao Império do Brasil. Na ex-colônia portuguesa da América, a ingerência de D. Pedro na chamada "questão portuguesa" reforçou a crise política, que, no limite, levou a sua abdicação em 1831. Na Europa da era das restaurações, a Santa Aliança "estremeceu". Liberais espanhóis manifestaram interesse em fazer de d. Pedro Rei da Ibéria. A outorga da Carta adquiriu, assim, contornos internacionais.

A partir da análise de documentos reunidos no fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Secretaria da Intendência Geral de Polícia (Arquivo da Torre do Tombo); de jornais, cartas, memórias e sátiras (Biblioteca Nacional de Lisboa); e, por fim, de certidões de idade, do livro mestre do Batalhão Acadêmico e de listas nominativas (Arquivo da Universidade de Coimbra), destacaremos a atuação do Batalhão dos Voluntários Acadêmicos, especialmente a participação dos brasileiros que nele se alistaram. Irmanados com os portugueses, eles se envolveram em conflitos armados e foram alvos da política persecutória de D. Miguel. Se refugiaram em vários países antes de retornarem ao Brasil. Além da atuação no Batalhão, pretendemos ainda apresentar o perfil social, político e geográfico dos estudantes brasileiros. Não desconsideraremos, por fim, os emigrados portugueses que tiveram como destino de seu exílio o Brasil. Nesse país, eles foram alvos dos motins denominados antilusitanos. Fugindo da contrarrevolução miguelista e engajados na defesa do liberalismo em Portugal, no Brasil foram acusados de absolutismo. Trata-se do surgimento de um país que precisava forjar sua própria identidade e cujo pertencimento ainda se vinculava à ideia de império, agora brasileiro e não mais português. São as complexidades do violento processo de construção do Estado nacional brasileiro.

As mulheres e a posse de escritos nas Minas colonial – o caso de Teodora Maria da Conceição

Kelly Lislie Julio – Universidade Federal de São João del-Rei

Esta comunicação tem como interesse trazer algumas considerações a respeito de uma sentença cível de ação de sevícias contra Teodora Maria da Conceição, moradora em Vila Rica, na Capitania de Minas Gerais. A partir dela, a intenção é debater os discursos sobre as mulheres e o contato delas com as letras no final do período colonial brasileiro. Teodora foi citada pelo advogado João da Silva Mourão e, conforme a denúncia, ela abusava de seus direitos senhoriais e castigava excessivamente seus escravizados. Uma vez condenada, além da obrigação de vender os cativos, ela deveria pagar todas as dívidas provenientes do processo. Para tal, ela apresentou uma livraria, composta por 128

volumes, com títulos civis e canônicos. Todavia, apesar de previsto na legislação em vigor, a livraria não foi aceita. Conforme presente na sentença, os livros não poderiam ser de Teodora, uma parda livre, "meretriz", mulher "pública" e sem nenhum parente de quem pudesse ter herdado a livraria. A partir do presente caso, a proposta é refletir sobre a concepção existente referente às mulheres e o contato que deveriam ter (ou não) com o mundo da escrita. Cabe lembrar que, para o período, existia um ideal de que as mulheres deveriam ser preparadas para serem esposas, mães e donas de casa. A propriedade de um número tão significativo de livros era incomum e o acesso à leitura e à escrita deveria ser sumário, apenas como oportunidade para auxiliá-las nos afazeres domésticos. Tendo por base esse entendimento, num primeiro momento, pretendemos trazer algumas considerações a respeito do ideal feminino e o tipo de educação que as mulheres deveriam receber. Em seguida, será focalizada a Teodora, quando serão apresentados alguns aspectos sobre ela, seu cotidiano e as obras que compunham sua livraria. Afinal, que tipos de livros ela possuía? Qual era a composição e dimensão? Sabemos que, no período, o acesso ao escrito era reduzido, inclusive para os homens. Sendo assim, os dados presentes nessa sentença serão considerados como uma possibilidade para pensar a educação, o acesso às letras e, principalmente, o tipo de educação que deveria ser destinado às mulheres. Quanto à Teodora, nossa intenção é mostrar que, para as autoridades, ela estava afastada do ideal de mulher imaginado e não tinha nenhuma qualidade que pudesse justificar a propriedade da livraria.

Engenhos e escravos: terra, trabalho e suas relações (Rio de Janeiro, 1696-1710)

Kevin Wetter Pereira Lima – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Esta comunicação busca compreender o poder envolvido nas relações senhoriais a partir das vendas de engenhos no Rio de Janeiro na virada do século XVII para o XVIII. O sistema produtivo das terras fluminenses estava em conformidade com suas alienações e com o poder senhorial no seio familiar. Contudo, uma venda de engenho não implicava apenas a venda de terra pois eram adicionados à transação instrumentos para a produção de açúcar, adições de escravos, relações sociais do engenho. Logo, a transferência da posse de engenhos, de partidos de cana, terras, sítios, chácaras etc., acompanhada de escravos não era uma mera relação entre comprador e vendedor. Igualmente, na alienação fundiária estava presente uma complexidade de relações parentais. Portanto, a ocorrência de vendas conjuntas de terras, escravos etc., demonstra forte características não estritamente mercantis, mas de cunho afetivo, hierárquico etc.

Com o uso de escrituras cartoriais e de testamentos em livro de óbitos, pretendo apreender este peculiar comércio, observando as ações de compra e venda juntamente com escravos. O objetivo maior é chamar atenção às motivações de compradores e vendedores nestas transações, mas não menos importante é observar as intenções do senhorio com a transferência da posse escrava.

L

Tensões na fronteira amazônica: o litígio entre Grão-Pará e Guiana Francesa no início do oitocentos

Laís Batista Viannay – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O presente trabalho busca analisar as dinâmicas políticas e sociais que moldaram a região amazônica durante a disputa fronteiriça entre o Grão-Pará e a Guiana Francesa, entre o final do século XVIII e o início do século XIX. O litígio pelo controle do Cabo do Norte, área estratégica situada entre os rios Amazonas e Oiapoque, inseria-se em um contexto mais amplo de tensões atlânticas, marcado pelas guerras revolucionárias e napoleônicas, bem como pelas transformações nas relações entre as potências europeias. A pesquisa fundamenta-se na análise da comunicação política estabelecida entre os governadores do Grão-Pará e a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, a partir de documentação do Arquivo Histórico Ultramarino. Parte-se da compreensão de que a correspondência administrativa não se limita à transmissão de informações, mas constitui um espaço de negociação, construção de autoridade e formulação de estratégias de governo. Nesse sentido, a comunicação política desempenhava papel central na articulação entre centro e periferia, permitindo às autoridades locais relatar ameaças, solicitar recursos e adaptar diretrizes metropolitanas às condições regionais. A análise das fontes evidencia a recorrência de preocupações com a presença francesa em Caiena, atividades corsárias e fragilidades na defesa territorial, ao mesmo tempo em que revela momentos de negociação e cooperação diplomática. A documentação demonstra que a soberania portuguesa na região era constantemente tensionada, sendo construída não apenas por meios militares, mas também por meio da escrita administrativa. Além da dimensão política, o trabalho destaca a fronteira como um espaço social dinâmico, marcado pela circulação de diferentes sujeitos, como indígenas, escravizados fugidos, colonos e comerciantes. Esses agentes estabeleceram redes de sociabilidade e práticas transnacionais que frequentemente ultrapassavam os limites impostos pelos tratados, contribuindo para a formação de um território permeável e em constante transformação. Dessa forma, argumenta-se que a fronteira amazônica deve ser compreendida como um espaço histórico vivo, no qual a soberania era continuamente negociada entre projetos imperiais e práticas locais. Ao articular comunicação política e dinâmicas sociais, o estudo busca contribuir para a compreensão da governança colonial e das disputas territoriais no mundo luso-atlântico.

Sob o céu de São Salvador: poder, fé e protagonismo de Kimpa Vita no reino de Kongo (1690-1710)

Laís Costa dos Santos Viana Brandão – Universidade Federal da Bahia

O reino do Kongo é uma das sociedades mais estudadas pela historiografia que se debruçou sobre civilizações africanas em períodos anteriores ao século XIX. No entanto, salvo exceções pontuais, a historiografia sobre o Kongo não se dedicou a compreender as

relações de gênero como chave de análise dos processos históricos deste antigo reino. Nossa proposição é buscar compreender acerca das relações de poder político e de gênero no reino do Kongo no século XVII e XVIII.

Algumas autoras (Beatrix Heitz, Mariana Cândido, Vanessa Oliveira, dentre outras) tem destacado a "agência histórica" das mulheres em Angola, por exemplo o fenômeno das "donas": grandes senhoras que se tornam grandes proprietárias de terras e/ou magnatas do comércio em Luanda e Benguela. Esta forma específica de poder político e econômico feminino nasce da articulação entre mundos políticos e econômicos europeus e africanos no contexto do forte tráfico de escravizados. Outras autoras (Linda Heywood, Marina de Mello e Souza, Mariana Bracks) têm destacado o papel de rainhas africanas ou outras grandes personalidades como a rainha Njinga do Ndongo e Matamba e outros personagens fundamentais. No entanto, ainda falta darmos muitos passos na compreensão do papel do poder feminino e das relações de gênero de forma mais englobante e política para além de uma perspectiva biográfica de personagens femininas poderosas em entidades políticas soberanas anteriores ao século XX.

Deste modo, esta comunicação tem como objetivo expor o andamento - bem como resultados parciais - da minha pesquisa de mestrado, que analisa as articulações entre gênero e instituições políticas (como títulos e cargos, clãs, tribunais e sociedades iniciáticas) no Reino do Kongo. A partir da trajetória de Kimpa Vita e de sua atuação entre as décadas de 1690 e 1710, busco mapear outras mulheres que compunham suas redes de sociabilidade, a fim de compreender de que maneira se estabeleciam as relações entre gênero e poder no contexto kongolês.

As parteiras na Inquisição portuguesa: feitiçaria, práticas de cura e saberes sobre o corpo feminino. (Notas indiciárias)

Lais Viena de Souza – Instituto Federal da Bahia

No ano de 1731, encontrava-se a parteira Maria Martins sob custódia e cuidados do Tribunal do Santo Ofício de Évora. Moradora da vila de Beringuel (Portugal), Maria foi denunciada por bruxaria e superstição. Dentre as acusações que a levaram ao cárcere, estava o poder de fazer e desfazer feitiços. Em seu ofício era famosa por auxiliar mulheres em trabalho de parto através de uma reza - "Eu te benzo com as pessoas da Santíssima Trindade, com os três círios Pascoais, com as Taboas de Moises", segundo o relato de seus denunciantes (ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Évora, proc. 6543). Dos processos inquisitoriais de Lisboa e Évora, compostos entre os séculos XVI e XVIII, emergem dezenas de mulheres parteiras denunciadas por crimes de judaísmo, bigamia e notadamente feitiçaria. Esta comunicação busca debater os saberes e práticas de cura sobre o corpo feminino submergidos em acusações de bruxaria e pactos demoníacos. Para tanto, busca-se analisar o ofício da parteira no mundo português moderno, as principais teses dos saberes médicos sobre a mulher na medicina ocidental e dos saberes populares. Os registros inquisitoriais constituem dessa forma as notas indiciárias para a compreensão

sobre o corpo feminino no período moderno. Na descrição das benzeduras, uso de ervas e curas prodigiosas podem ser entrevistos indícios dos saberes femininos sobre o corpo das mulheres.

A colaboração entre as Inquisições portuguesa e espanhola para a condenação de seus réus

Lana Lage da Gama Lima – Universidade Federal Fluminense

O Regimento do Santo Ofício da Inquisição de Portugal de 1640 trata do homem que "sendo casado por palavras de presente, na forma do sagrado Concílio Tridentino, deixar sua mulher, e sem consentimento seu e os mais requisitos de direito se ordenar de ordens sacras", determinando que seja castigado como "pessoa suspeita na fé, pela presunção, que contra ele resulta de sentir mal do Sacramento da Ordem, ao qual anda anexo o voto de castidade". No século XVIII, dois padres oriundos da Capitania de Pernambuco foram processados no Tribunal de Lisboa por terem se ordenado sendo casados. Um desses processos, que resultou na condenação do Pe. Francisco Lopes Lima a abjurar de leve suspeito na fé; receber instrução e penitências espirituais, ser inabilitado para benefícios eclesiásticos com a suspensão perpétua de suas ordens, além de desfilar no auto público de fé celebrado no ano de 1761, apresenta uma interessante e alentada correspondência entre a inquisições portuguesa e a espanhola, que atesta a colaboração entre as duas instituições, e também com a Justiça Eclesiástica, no afã de punir seus réus. O apelo à Inquisição espanhola se deveu ao fato de o réu, casado igreja de Santa Cruz da Boavista, distrito do Curado da Sé de Olinda, ter ido se ordenar no oratório particular do Bispo de Córdoba e Tucumán, passando depois disso a exercer o sacerdócio no Rio de Janeiro. Assim, o processo registra detalhadamente as diligências levadas a efeito pelo Tribunal de Lima, no Vice-Reino do Peru, para averiguar as ordens recebidas pelo réu, que já se encontrava preso, e a colaboração entre os dois tribunais. Nessa comunicação pretendo analisar os trâmites burocráticos descritos nessa documentação e apresentar uma reflexão sobre o papel das relações entre essas diferentes instâncias jurídicas para a punição dos comportamentos considerados desviantes no Brasil colonial.

Escravidão e adoecimento na Bahia oitocentista: entre o Recôncavo baiano e o Alto sertão, 1831-1850

Larissa Bispo dos Santos – Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz

Nas últimas décadas, as pesquisas sobre a escravidão e saúde no Brasil durante o período colonial, vem despertando interesse entre os historiadores e pesquisadores de diversas áreas. Muitos aspectos foram colocados sob a luz da historiografia e relevantes conclusões, hipóteses e questionamentos contribuíram para o conhecimento acerca das condições de vida, trabalho e saúde das pessoas que tiveram suas vidas atravessadas pela escravidão.

São trabalhos que aprofundam e discutem questões como: condições de trabalho, alimentação, ambiente, vestimenta, "tratamento", gênero, idade, doenças, artes de curar, causas de morte e correlacionam todas essas variantes ao contexto social, cultural, político e econômico em que estiveram inseridos, alguns exemplos são: Karasch, 2000; Pôrto, 2006; Nascimento, 2005; Pimenta e Barreto 2016; Gomes e Pimenta 2016; Sampaio, 2003, 2019; Pimenta, 2018; Barbosa, 2021; Ferreira, 2024; Santos, 2024; entre outros que discutem e abordam o contexto da vida urbana, a partir do adoecimento e/ou das artes de curar.

É notável que a historiografia brasileira fez grandes avanços, mas precisamos considerar que ainda há muitos aspectos e contextos para serem analisados, sobretudo, no que se refere ao adoecimento dos escravizados que viveram em áreas rurais.

Nesse sentido, o objetivo desta comunicação é apresentar os avanços da pesquisa em desenvolvimento no doutorado, que busca discutir as condições de saúde da população escravizada em espaços diferentes, ambos localizados na Bahia, durante a primeira metade do século XIX. A proposta então é navegar entre a Vila das Minas do Rio de Contas – atual cidade de Rio de Contas, localizada na Chapada Diamantina e a São Gonçalo dos Campos - localizada no Recôncavo baiano. Temos, assim, dois ambientes rurais, o primeiro dedicado à pecuária, artesanato e agricultura de subsistência – após o declínio aurífero – e o segundo, no Recôncavo baiano, dedicado a plantações de tabaco.

A partir da leitura bibliográfica e conforme avançamos na análise das fontes coletadas no Arquivo Público de Rio de Contas, Arquivo Público de Cachoeira e no Family Search é possível perceber que há muitas questões para serem levantadas sobre o cotidiano dos escravizados, bem como o adoecimento e suas práticas de resistência diante do adoecimento em seus diferentes contextos.

As inquirições do padre Manuel Rodrigues da Costa nos Autos de Devassa

Laura Morales Borges – Universidade Estadual Paulista

As inquirições do padre Manuel Rodrigues da Costa revelam um testemunho marcado por cautela e ambiguidade, típico de um contexto de vigilância e repressão. Em seu depoimento, observa-se a tentativa de equilibrar a fidelidade aos fatos com a necessidade de autopreservação, evitando comprometer-se diretamente com ideias ou indivíduos envolvidos na conspiração. Suas declarações demonstram conhecimento das tensões políticas e intelectuais da época, mas são construídas de modo a atenuar possíveis implicações pessoais. Assim, o discurso do padre evidencia não apenas informações relevantes para o processo investigativo, mas também as estratégias utilizadas pelos depoentes para lidar com o rigor das autoridades e os riscos inerentes às inquirições.

Além disso, a trajetória de Manuel Rodrigues da Costa ajuda a compreender melhor o teor de seu depoimento. Inserido no contexto da elite letrada de Minas Gerais no final do

século XVIII, ele fazia parte de um grupo que tinha acesso a ideias iluministas e discussões sobre liberdade e autonomia política. Como religioso, ocupava uma posição de prestígio social, o que lhe permitia transitar entre diferentes círculos – tanto os ligados à Igreja quanto os associados às elites locais envolvidas em debates políticos.

Mesmo com a posição privilegiada o colocava em uma situação delicada diante das autoridades coloniais, especialmente no contexto das investigações relacionadas à Inconfidência Mineira. Seu depoimento, portanto, reflete não apenas o conhecimento que possuía sobre os acontecimentos, mas também o cuidado em preservar sua imagem e evitar punições mais severas. A análise de suas falas permite perceber como indivíduos de destaque social buscavam se proteger, muitas vezes recorrendo a respostas vagas, omissões estratégicas ou negações parciais. Dessa forma, as inquirições do padre não devem ser vistas apenas como fonte de informações factuais, mas também como um documento revelador das tensões, dos medos e das estratégias de sobrevivência adotadas por aqueles que, direta ou indiretamente, estavam envolvidos em um dos episódios mais significativos da história colonial brasileira.

Mapas Temáticos Digitais como materiais didáticos para o Ensino de História: a construção do mapa "Empresas Fumageiras do Recôncavo"

Leandro Antonio de Almeida – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Propomos um relato de experiência sobre a elaboração de material didático de História utilizando a plataforma uMap (OpenStreetMap), no projeto "Empresas Fumageiras do Recôncavo" (https://umap.openstreetmap.fr/pt-br/map/empresas-fumageiras-do-reconcavo_993944#16/). Embora possa servir também a pesquisas acadêmicas, a finalidade do mapa é ser utilizado gratuitamente na educação básica, especialmente na região do Recôncavo Baiano, visando aulas em sala e de campo na cidade. Pretendemos que o usuário possa conhecer o que não está visível, pois vários edifícios mencionados hoje têm outros usos, perceba a importância do setor fumageiro no Recôncavo e especialmente das trabalhadoras e trabalhadores negros que formaram a sua base.

As grandes empresas exportadoras de fumos e manufaturas de charutos, no Recôncavo, tiveram seu auge entre finais do século XIX e a metade do século XX, visando o mercado europeu, especialmente o alemão, durante a expansão mundial do consumo de charutos. Empresas como Dannemann, Suerdieck, Costa Penna, Leite & Alves aproveitaram-se da proximidade das terras propícias para plantio de fumo, uma rede de transporte marítimo e ferroviário, e mão-de-obra barata, com milhares de mulheres negras (60 a 80% dos empregados), para situar suas fábricas e armazéns no Recôncavo. Com o declínio do consumo de charutos na segunda metade do século XX, várias empresas fecharam ou reduziram suas atividades, sob nova direção, e os prédios antigos receberam outros usos. Isso levou sua história a ser esquecida entre os jovens, embora esteja viva nas memórias das antigas charuteiras e seus descendentes.

Neste projeto disponibilizamos as localizações de logradouros das antigas empresas fumageiras do Recôncavo da Bahia, nos séculos XIX e XX, para ressaltar a importância do setor para as cidades através da dimensão do espaço. As marcações no mapa visam recuperar essa história ao indicar a localização de edifícios dos armazéns, fábricas de charutos e outros lugares importantes. As camadas estão organizadas por empresas. Para navegar e acessar os conteúdos, o usuário escolhe uma empresa no menu e clica nos locais correspondentes, ou pode clicar direto no ponto do mapa. Para cada local, na legenda, disponibilizamos informações, documentos como imagens, vídeos e links, bem como as fontes. Vários desses documentos permitem recuperar o depoimento ou a história do trabalho a partir de fotografias e depoimentos de trabalhadores e trabalhadores negros do setor fumageiro. Os materiais mostram o funcionamento das fábricas, os usos das imagens e das edificações. Permitem conhecer as localizações atuais, visualizar os prédios antigos e evidenciar como as edificações eram usadas, nas propagandas, para expressar opulência e grandiosidade, tornando-se elementos de sua identidade visual. Também disponibilizamos camada com os créditos e outra com referências, para quem deseja se aprofundar no tema.

Para construir o mapa, preliminarmente estabelecemos os princípios didáticos, pesquisamos informações e aprendemos a usar a ferramenta. Definimos os princípios didáticos de História para trabalhar com o conteúdo de cada ponto de interesse, que dependeria do volume de informações e fontes encontradas. Gostaríamos que, além da qualidade, as informações e fontes fossem referenciadas e checáveis, quando possível com links. Também buscamos transcender a mera informação para problematizar o uso do local, fazer análise e interpretação de fontes, relacionar significamente o passado com o presente. Finalmente, como a perspectiva não era a dos donos das empresas, procuramos incorporar narrativas, experiências e documentos dos operários, quando disponíveis, a fim de traduzir sua perspectiva acerva dos lugares. Tais princípios guiaram a pesquisa de informações, baseada em bibliografia sobre o trabalho fumageiro no Recôncavo nos séculos XIX e XX. Paralelamente, pesquisamos documentos no Arquivo Público Municipal de Cachoeira, no Arquivo Público de São Félix, e em plataformas digitais como a Hemeroteca Digital Brasileira. Depois, para nos familiarizar com a ferramenta, utilizamos o guia do uMap traduzido por Jaqueline Correia da Silva e Paula Peçanha Simões, aprofundando o entendimento dos mapas temáticos digitais através da consulta aos mapas disponíveis no site uMap.

Para elaborar o mapa, escolhemos dos municípios de Cachoeira e São Félix para testar um modelo reduzido. Definimos inicialmente o título e a descrição do mapa, o ponto de centralização, e as camadas de referências e créditos. A seguir definimos os parâmetros gerais do mapa, como as camadas por empresa, seu título e as cores, e os ícones que identificariam os usos dos prédios. Então, inserimos as localizações dos edifícios de cada empresa no mapa das cidades. Por fim, precisamos definir o padrão das legendas para cada ponto, que consistiu em: informações sobre o lugar, análises de seu uso, função e/ou das fontes, seguido da indicação e disponibilização da fonte das imagens e vídeos. Estes

foram trabalhados como itens incorporados, a partir de um drive virtual. Outro item incorporado foi o streetview do lugar, importado da empresa Google.

A construção do mapa ainda prossegue. Para as próximas etapas, incluiremos localizações em outros municípios do Recôncavo, abriremos o mapa para colaboração externa de professores, alunos e interessados, e elaboraremos um tutorial. Nossa experiência aponta que a ferramenta uMap permite ao professor elaborar mapas históricos temáticos interativos, que sirvam como materiais didáticos de história para seus alunos. Também tem um alto potencial de ser uma ferramenta a ser utilizada em projetos que permitam os proprios alunos realizar mapeamentos históricos e divulgá-los para a escola e para a comunidade.

Palavras-chaves: ensino de história, empresas fumageiras, Umap, materiais didáticos.

A "Teologia Econômica" e o Governo das Consciências: Justiça e Bem Comum no Ocaso dos Impérios Ibéricos

Leonardo Amaral da Cruz Oliveira – Universidade Federal Fluminense

Esta comunicação propõe analisar como José da Silva Lisboa e Gaspar Melchor de Jovellanos mobilizaram a teologia moral para redefinir o conceito de justiça e governar as consciências no contexto da crise dos impérios ibéricos entre o final do século XVIII e o início do XIX. No pensamento de Silva Lisboa, a justiça apresenta-se como dimensão inseparável de uma "geral economia da criação", isto é, de uma ordem cósmica instituída pela Providência. Em oposição aos "vagos direitos individuais" associados ao iluminismo radical francês, o autor defende a primazia de direitos sociais, nos quais a liberdade natural se vê limitada em função do bem público e da moral cristã. Nessa perspectiva, a justiça opera como princípio de pacificação social, ao substituir a violência pela "fiel convenção", expressa nos contratos e no livre comércio. Em Jovellanos, por sua vez, a justiça articula-se ao ideal de felicidade pública. Sua crítica à jurisprudência tradicional e escolástica apoia-se na concepção de que a verdadeira moral civil emana de um Deus legislador, que a inscreveu na alma humana. A comunicação sustenta, assim, que, para ambos os autores, Direito e Economia não constituíam saberes secularizados, mas instrumentos providenciais de ordenação social, voltados ao governo das consciências, à contenção da anarquia revolucionária e à legitimação de reformas imperiais moderadas.

"O Reino vegetal é uma fonte inexaurível de preciosidades": a produção e a circulação dos escritos do Bacharel Vicente Jorge Dias Cabral na fabricação de paisagens nos Sertões do Norte (c. 1790 - c. 1810)

Leonardo Cândido Rolim – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

A produção e a circulação de conhecimento sobre o mundo natural americano fizeram parte das estratégias colonização, principalmente se considerarmos que elas ocorreram de

diversas formas e nas diferentes conjunturas espaço-temporais. A partir de cartas, roteiros, memórias, ideias, plantas e mapas – entre outros escritos e artefatos remetidos ao Reino – nossa proposta é analisar como os textos e as imagens produzidas nos/sobre os Sertões do Norte compuseram paisagens quando passaram a circular entre as várias instâncias da administração colonial dos dois lados do Atlântico. Nesse sentido, importa refletir sobre os agentes da colonização que experienciaram o viver nos espaços coloniais e que, por força de seus cargos e ofícios, forjaram e compartilharam suas impressões e deixaram resquícios de seus interesses pessoais que, certamente, estiveram imersos em camadas de conjunturas sociais, políticas, culturais etc. Acreditamos que ao descrever, analisar, recolher, remeter, desenhar, enfim, esquadrinhar os espaços coloniais, esses agentes fabricaram visões dos territórios in loco e acabaram por formular paisagens a partir da circulação desses artefatos – fossem imagéticas ou textuais. A pesquisa, que está em seu início, tenta traçar – por meio de diálogos interdisciplinares com a Geografia e a Ecologia, por exemplo – metodologias próximas ao campo da História Ambiental para analisar a Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí ao Ilmo. e Exmo. Sr. D. Diogo de Souza, [governador] e capitão general do Maranhão, do Bacharel Vicente Jorge Dias Cabral, juntamente com seu Ensaio Botânico de algumas plantas da parte inferior do Piauí acrescentado com várias Madeiras finas e de construção para Navios e sua ativa comunicação com governadores do Maranhão e com Dom Rodrigo de Souza Coutinho. Ao cotejar fontes documentais tão diversas, pretendemos averiguar as diversas possibilidades e empreender o estudo da arqueologia da paisagem sertanejas, averiguando tanto as impressões dos agentes coloniais guiados pelas leituras de mundo da ilustração europeia, quanto pelo seu contato com populações e saberes locais.

De reestruturação à desestruturação: a política de Souza Coutinho e a questão indígena no Grão-Pará (1790 a 1803)

Letícia Barriga – Instituto Federal do Amapá

O cenário político do Grão-Pará no alvorecer do século XIX estava inserido numa conjuntura de conturbações políticas vivenciadas pelo mundo atlântico. Os processos revolucionários ocorridos nas Treze Colônias norte americanas e na França no final do século XVIII, sacudiram as estruturas das monarquias absolutistas em solo europeu e em suas colônias ultramarinas, colocando em xeque não apenas o pensamento tradicional absolutista, mas, suas estruturas políticas, o que levou a um urgente repensar metropolitano nas relações que se estabeleciam com suas possessões americanas. No Grão Pará, a preocupação maior tangia a proteção de suas enormes fronteiras, sobretudo as que se limitavam às colônias espanholas e francesa. Para a garantia de seu domínio territorial, as ações empreendidas pela Coroa portuguesa incidiram especialmente nas áreas da economia da região e no uso racional da mão de obra indígena, dimensões que também contribuíam para o fortalecimento de suas fronteiras ao norte. Foi nesse contexto que aportou em Belém, em 1790, o novo capitão-general e governador do Grão-Pará, D. Rodrigo de Souza Coutinho, trazendo consigo diretrizes régias expressas para fazer mudanças estruturais na economia e na política da capitania. Sua política circundou três

áreas nevrálgicas que estrangulavam, do ponto de vista da Coroa portuguesa, o desenvolvimento da região, quais sejam, economia, mão de obra (lê-se indígena) e fronteiras. Compreendemos neste estudo quer, as ações empreendidas por Souza Coutinho ao visarem a reestruturação das bases deste tripé, provocaram uma desestruturação nas relações sociais e trocas comerciais existentes na Amazônia dos sertões. Estas dinâmicas já existentes seguiam uma lógica fortemente delimitada pelos povos nativos, numa região que sofreu mais tardiamente o avanço colonial, o que possibilitou uma maior autonomia aos grupos indígenas, tais como Munduruku, Mura e Mawé. Defendemos que o impacto das políticas de Souza Coutinho, em especial a Carta Régia de 1798, ao provocar uma desestruturação nas antigas dinâmicas sociais da região, possibilitou maior agudez nas relações entre indígenas e agentes coloniais, o que ganhará um elemento explosivo a mais nas conturbadas primeiras décadas do século XIX, marcada por movimentos constitucionalistas na metrópole e pela tendência emancipacionista na colônia. A partir de análise historiográfica e da metodologia indiciária, traçaremos nossa análise no cruzamento de informações que evidenciem nossa dedução sobre uma relação intrínseca da política de Souza Coutinho entre reestruturação da capitania e desestruturação de antigas dinâmicas sociais e políticas que vinham se estabelecendo, protagonizadas pelos grupos indígenas nos sertões da Amazônia colonial.

Feiticeiras nas Minas setecentistas: dinâmicas de mestiçagens, religiosidade e cotidiano social feminino (1713-1808)

Letícia Maia Dias – Universidade Federal de Minas Gerais

No decorrer do século XVIII, as dinâmicas de mestiçagens desenharam profundamente a vivências sociais, religiosas e culturais das mulheres nas Minas Gerais. Logo, através da trajetória das mulheres acusadas de feitiçaria pelo Tribunal do Santo Ofício português, em especial a de Luzia da Silva Soares, buscamos compreender melhor as singularidades da religiosidade e do cotidiano feminino perante a complexidade da sociedade que se formava, haja vista que todas as mulheres processadas eram forras ou escravas. Destarte, não obstante a vigilância e ao rigor patriarcal, as dinâmicas de mestiçagens e a intensa circularidade cultural, oportunizaram as mulheres ditas feiticeiras, articular e criar um cenário alternativo, no qual manifestaram relações de sociabilidade, religiosidade e poder próprias, evidenciando sua agência histórica.

Palavras-chave: feitiçaria, mulheres, mestiçagens, escravidão, religiosidade, cotidiano social.

O Orador dos Estados Gerais De 1789: indicação de autoria mecânica de manuscrito apreendido na devassa Da Conjuração Baiana (1798)

Libânia da Silva Santos – Universidade Federal da Bahia

A Conjuração Baiana, uma das nomenclaturas atribuídas ao movimento de intento revolucionário deflagrado em Salvador no ano de 1798, é um dos mais importantes episódios do período colonial 'brasileiro'. Estudiosos(as) das mais diversas áreas têm se debruçado ao longo do tempo para compreender melhor as nuances do evento histórico e tentar preencher algumas das muitas lacunas ainda existentes sobre a temática. Nesta perspectiva se insere este trabalho, que se propõe a demonstrar que é possível realizar a indicação de autoria mecânica – quem copiou, redigiu – um dos manuscritos apreendidos no contexto da devassa do movimento, intitulado O Orados dos Estados Gerais de 1789. O original, L'orateur des États Generaux pour 1789, do francês Jean Louis Carra foi copiado parcialmente e circulou entre os homens 'bahinenses' que sonhavam com uma ruptura com o regime monárquico português tal qual os franceses idealizaram em seu próprio contexto. A metodologia que permite o desenvolvimento deste trabalho é oriunda da ciência paleográfica e da ciência histórica, onde através da análise minuciosa da materialidade do manuscrito e as práticas de pesquisa historiográfica um provável autor do manuscrito foi identificado, respondendo assim de forma inédita a uma das muitas perguntas acerca da Conjuração Baiana que permaneciam sem resposta até então.

Entre a salvação e o status: os investimentos fúnebres da elite mercantil carioca na segunda década do século XVIII

Lídia Cristina Carvalho da Costa – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

A proposta do presente trabalho é analisar, a partir de testamentos provenientes da Freguesia da Candelária, os investimentos fúnebres da primeira elite mercantil carioca, contemplando tanto os homens de negócio quanto as mulheres inseridas em suas redes de sociabilidade. Nosso recorte temporal concentra-se na segunda década do século XVIII, momento de afirmação dos homens de negócio frente à decadência da chamada nobreza da terra. O morrer, na perspectiva católica, constituía se como um espaço liminar, representado como uma passagem entre dois mundos, exigindo dos vivos e dos mortos uma disciplina atrelada ao imaginário religioso da época. A Igreja formulou um sistema ideológico e religioso que incorporava a morte como um instrumento de cristianização, um meio de controlar pensamentos e comportamentos. Logo, a preparação para esse momento final, exigia cautela e planejamento, uma vez que o destino da alma não estava previamente assegurado. No contexto do Setecentos, difundia-se uma pedagogia do medo, que enfatizava a necessidade de garantir uma "boa morte", conduzindo a ações não apenas de devoção, mas que também operam como instrumentos de projeção social, nas quais a distribuição de bens e a organização dos rituais póstumos revelavam preocupações com status, memória e continuidade simbólica. Adotaremos a expressão "investimento fúnebre" para designar o conjunto das disposições materiais e simbólicas mobilizadas no preparo do além-vida. A análise será realizada a partir de um pequeno estudo de caso: seis testamentos (três masculinos e três femininos), com a intenção de compreender a forma na qual esses agentes articulavam estratégias que visavam não apenas à salvação da alma, mas também à reafirmação da sua posição social e à perpetuar suas respectivas redes de pertencimento. Exploraremos os testamentos de homens e mulheres que participavam das

Ordens Terceiras, onde privilégios espirituais e materiais carregados de pompa marcavam o acesso à sepultura, sufrágios e assistência daquela associação religiosa que congregava as elites presentes. Nossos agentes históricos se identificavam, via Ordem Terceira, conforme as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que exigiam pureza de sangue, cor branca da pele e *status* socioeconômico para admissão, garantindo que apenas a elite recebesse privilégios espirituais e materiais dessas instituições. O estudo busca demonstrar que a morte, longe de representar uma ruptura absoluta, constituía um espaço privilegiado de negociação entre salvação espiritual e afirmação social, no qual sexo, riqueza e religiosidade se entrelaçavam de maneira decisiva na sociedade carioca setecentista.

Invadidas, envenenadas, sequestradas, assassinadas: o que os documentos do APEB contam sobre as mulheres na américa portuguesa?

Lisana Rodrigues Trindade Sampaio – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Vanessa Martins do Monte – Universidade de São Paulo

A presente comunicação trata do estudo de documentos originais conservados no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) de um ponto de vista filológico, ancorado em métodos da crítica textual, com ênfase nos problemas decorrentes de seu estado atual de conservação. Trata-se de documentos avulsos, escritos em papel, e que foram prospectados no âmbito do Projeto M.A.P (Mulheres na América Portuguesa). Compreendem 12 conjuntos documentais, em sua maioria requerimentos, escritos entre 1780 e 1799, que tratam de assassinatos, invasões, agressões e sequestros, dos quais as mulheres foram vítimas. O objetivo do Projeto M.A.P. (Paixão de Sousa e Monte, 2026) é reunir virtualmente a documentação dispersa sobre mulheres que estiveram em contato com o espaço atlântico português em único ponto de acesso, a Plataforma M.A.P., e possibilitar que as vozes relatadas presentes nas fontes primárias se tornem vozes autorais, narradoras de suas próprias histórias. A ideia de reunir documentos de mulheres e sobre mulheres forma-se por força da contingência da raridade da documentação autoral e o Catálogo M.A.P. contém informações arquivísticas e temáticas sobre cada documento encontrado. Neste trabalho, propõe-se analisar a materialidade desses manuscritos, considerando as suas condições de conservação, os limites das digitalizações realizadas e os desafios que tais aspectos impõem à transcrição e à edição filológica. Serão apresentadas também aspectos relacionados à organização interna dos requerimentos, partindo de uma perspectiva diplomática e codicológica (Cardenete; Motta; Monte, 2024), com o intuito de descortinar seu processo de escrita e circulação. Pretende-se, por fim, tratar das possibilidades de interpretação do texto manuscrito de difícil leitura à luz da filologia e também dos desafios de recriar o documento, e sua edição, digitalmente, na linha do que se convencionou chamar ‘filologia virtual’ (Monte e Paixão de Sousa, 2017). Ancorado por discussões empreendidas em estudos históricos, filológicos e linguísticos, esta comunicação evidencia a urgência por ações que recuperem registros escritos sobre mulheres que desafiem o silêncio documental e revelem a complexidade das experiências femininas na América Portuguesa.

Florestas, madeiras e paisagens no Rio de Janeiro do século XVIII

Lorelai Kury – Fiocruz / Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Durante o século XVIII, pelo porto do Rio de Janeiro saíram oficialmente centenas de carregamentos de madeira, incluindo as provenientes de uma árvore chamada tapinhoã. As tábuas de tapinhoã eram especiais porque, segundo fontes de época, eram as únicas que resistiam aos vermes que carcomiam os pisos dos navios. Já em meados do século, a oferta da árvore começou a escassear em função dos cortes frequentes. Outras árvores foram sendo usadas para o mesmo fim, sem a mesma qualidade. Os vice-reis Conde da Cunha e Marquês de Lavradio buscaram encontrar alguma maneira de reproduzir o tapinhoã, sem sucesso. Pelas explicações presentes nos documentos, é possível supor que as ações antrópicas nas matas da região impediam a existência de condições propícias para o desenvolvimento da planta. Além do desmatamento, a introdução de gado teria contribuído para o malogro das iniciativas de replantio, já que os animais comiam os pequenos brotos da árvore, de acordo com Lavradio.

Atualmente existem alguns pouquíssimos indivíduos de tapinhoã no Rio de Janeiro em reservas ambientais, e experimentos são feitos para reprodução in vitro da árvore e por sementes, que são muito raras. Segundo os pesquisadores atuais, a reprodução da árvore é difícil por razões fisiológicas; ele aparentemente só se reproduz em florestas já maduras (clímax), ou como dizia um dos vice-reis: “as que se reproduziam era enquanto os matos estavam virgens”.

Apesar de extremamente conhecida pelos construtores, artesãos e autoridades ao longo de todo o século XVIII, a árvore só foi descrita em 1848, pelo botânico brasileiro Francisco Freire Allemão, como Silvia navalium (atualmente Mezilaurus navalium). O que explicaria esse descompasso entre relevância econômica de uma espécie e sua invisibilidade botânica? Diversos fatores podem ser elencados. Inicialmente, é importante sublinhar que a espécie navalium é endêmica ao Rio de Janeiro. Outros tipos de tapinhoã ocorrem no Brasil, com histórias diferentes, mas potencialmente trágicas.

A proposta aqui é refletir sobre a transformação das paisagens do Rio de Janeiro do século XVIII, em relação à exploração das madeiras.

O léxico sobre a Revolução: uma análise de história conceitual da Gazeta da Restauração (1641-1647) e do Mercurio Portuguez (1663-1666)

Luan de Oliveira Vieira – Universidade Federal de São Paulo

Essa apresentação visará discutir o campo semântico das Revoltas e Revoluções durante a Restauração Portuguesa (1640–1668) a partir da análise dos dois primeiros periódicos português, a Gazeta “da Restauração” e o Mercurio Portuguez. Observaremos dados

como a escolha do que era noticiado, os locais privilegiados nas publicações e a forma como os redatores o fizeram, isto é, quais os termos empregados (levantes, motins, revoluções, revoltas etc) para noticiar as movimentações políticas inseridas no contexto de meados do século XVII. Debatendo com a historiografia sobre as Revoluções e a chamada "Crise Geral" do Século XVII, a hipótese a ser desenvolvida é que a Gazeta e o Mercurio buscavam versar seus leitores na narrativa do golpe “restaurador” da ordem, constituindo um campo semântico no qual “revolução” e “restauração” ocupam posições antitéticas no discurso político.

Palavras-chave: História Moderna; Portugal; Século XVII; Restauração; História dos Conceitos.

A Inquisição entre a Ilustração e o cotidiano: as denúncias de feitiçaria em Minas Gerais da segunda metade do século XVIII

Luana Vendemiatti Mendes – Universidade Estadual de Campinas

A comunicação a ser apresentada trabalhará com o contexto das mudanças sofridas pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Portugal, a partir da publicação de seu Regimento de 1774, fortemente influenciada pelo movimento iluminista português. Para essa discussão, as transformações no tratamento do crime de feitiçaria nesse documento serão evidenciadas, tendo em vista que a magia passa a ser tratada com grande ceticismo. Entretanto, mais do que destacar tais transformações, será apresentada uma análise da perseguição às práticas mágicas dentro da capitania de Minas Gerais na segunda metade do século XVIII, que ao contrário do tratamento cético dado pelo Santo Ofício, contava com denúncias corriqueiras acerca desse crime. Através majoritariamente de denúncias realizadas ao Santo Ofício, a comunicação busca mostrar e discutir o cotidiano das práticas mágicas na colônia (seus usos, conflitos e reconhecimentos), a fim de compará-lo com a realidade metropolitana acerca da feitiçaria, fortemente influenciada pelo novo tratamento dado à ela pela Inquisição portuguesa.

Ritos de morte, ritos de poder: as exéquias do príncipe dom Carlos e da rainha Isabel de Valois na Nova Espanha e no Peru (1569-1570)

Lucas Albertini Leal – Universidade de São Paulo

As mortes do príncipe dom Carlos, filho primogênito de Filipe II de Espanha, em 24 de julho de 1568, e de sua madrasta, a rainha Isabel de Valois, em 3 de outubro do mesmo ano, foram seguidas por cerimônias fúnebres protocolares realizadas em diversas partes da Monarquia Hispânica. Esta proposta tem por objetivo central investigar as exéquias celebradas em honra de ambos na América espanhola, entre 1569 e 1570, a fim de que se possa compreender como estas contribuíram para a atualização simbólica das fidelidades nos espaços distantes da corte filipina. Considera-se que tais ritos constituem um observatório privilegiado da cultura política do século XVI, ao articularem comunicação

e representação do poder régio em escala global. Concentrada na Nova Espanha e no Peru, a apresentação esmiuçará a correspondência trocada entre a Coroa e os seus agentes intermediários, tanto civis – audiências, conselhos, justiças e regedores – quanto religiosos – arcebispos, bispos, cabidos catedralícios e regulares provinciais –, bem como as cédulas reais e despachos expedidos por Filipe II a fim de que se organizasse o luto nesses espaços. Ao considerar os ritmos próprios da comunicação epistolar e a materialidade da escrita, a proposta busca demonstrar que esses documentos não apenas transmitiam informações e estruturavam as cerimônias, mas também procuravam orientar a sua recepção local a fim de fossem produzidos sentidos específicos. No plano metodológico, parte-se da compreensão das exéquias como dispositivos textuais e visuais densamente simbólicos. A análise dos discursos e dos mecanismos rituais que moldaram as mortes do príncipe e da rainha permite observar como o luto operou como instrumento de ordenação simbólica do império e como linguagem de poder, ao mesmo tempo que dialogava com as controvérsias que cercavam ambas as figuras por meio de um regime de verdade específico. Desse modo, considera-se a morte não apenas como um marco biográfico, mas um evento político reiterado por práticas comunicacionais e cerimoniais. No enquadramento historiográfico, o estudo dialoga com a produção recente sobre exéquias reais, corporeidade do poder e cultura do luto na Monarquia Hispânica, inserindo os casos vicerreinais numa perspectiva que evidencia a circulação de modelos cerimoniais europeus pelos espaços iberizados. Nesse contexto, a correspondência operava de modo a sincronizar temporalidades políticas, com sucessos variados, convertendo o acontecimento em ocasião privilegiada de reafirmação da autoridade na monarquia compósita espanhola. A proposta compõe os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, vinculada ao Projeto Temático FAPESP "Uma História Conectada da Idade Média. Comunicação e Circulação a partir do Mediterrâneo" (2021/02912-3).

A cartografia jesuítica como gênero: territórios, saberes e negociações interculturais

Lucas Alexandre Albino – Universidade Estadual Paulista

A produção cartográfica da Companhia de Jesus constitui um dos mais vastos e complexos acervos da Idade Moderna, abrangendo missões, colônias e entrepostos nos quatro cantos do mundo. Para além do registro geográfico, esses mapas incorporaram informações militares, hidrográficas e etnográficas, articulando saberes europeus e indígenas, estratégias de conversão e negociações políticas. No entanto, apesar de sua relevância, a cartografia jesuítica permanece marginalizada na historiografia, carecendo de abordagens que capturem sua diversidade e instabilidade.

Propomos o conceito de gênero cartográfico como chave de leitura para analisar essa produção. Tal perspectiva permite agrupar os mapas não apenas por critérios estilísticos ou técnicos, mas sobretudo por seus contextos de produção, funções específicas, agentes envolvidos e diálogos interculturais que os atravessam. Ao superar visões reducionistas que os interpretam como mera propaganda ou instrumento unívoco de dominação, o

gênero cartográfico evidencia as múltiplas camadas de negociação entre agentes e intermediários presentes nesses documentos.

Dessa forma, esta comunicação busca demonstrar como essa abordagem metodológica fundamentada na história social da cartografia, na história da arte e nos estudos visuais, contribui para o debate proposto pelo simpósio: compreender a pluralidade dos modos de descrever e pensar territorialidades, a circulação de práticas e saberes em contextos coloniais.

A partir de um estudo de caso da cartografia na Província Jesuítica do Paraguai, pretende-se mostrar que os mapas jesuíticos operam como zonas de contato entre cosmologias e regimes visuais distintos, desafiando narrativas eurocêntricas e revelando a complexidade das experiências missionárias. Ao integrar esses documentos ao debate historiográfico contemporâneo, o conceito de gênero cartográfico oferece instrumentos analíticos para explorar seu potencial informativo e reinseri-los nas discussões sobre território, paisagem e interculturalidade.

O 'tempo cheio' das tabernas do Centro-Sul

Lucas Brunozi Avelar – Universidade Estadual de Roraima

Entre os séculos XVIII e XIX, as tabernas do Centro-Sul do Brasil foram alvo de acusações variadas: canteiros de sedição, valhacoutos de ladrões, abrigos de ébrios, "cancros da lavoura", fontes de imoralidades. No entanto, estes espaços acolheram uma experiência de vida que interrompia o tempo vazio da produção escravista. Local de encontros para trocas de ideias, músicas, danças, cantos e jogos, além da prática de pequeno comércio, as tabernas amparavam um tempo saturado de 'agoras'. O jogo, por exemplo, era um momento em que o africano escravizado poderia olhar no olho do branco, suspender, momentaneamente, a hierarquia racial e vencer seu oponente. No jogo da taberna havia um componente de indeterminação e imprevisibilidade que o opressor não conseguia controlar. Envolvidos na atividade, os jogadores viviam uma percepção de tempo que não era dedicada à produção ou à salvação de suas almas. Lidos a contrapelo, os relatos de viajantes e processos criminais do século XIX fornecem estas e outras pistas desta forma de uso das tabernas rurais e urbanas. A partir de uma pesquisa de doutorado sobre a história das tabernas na América Portuguesa e no Império do Brasil, a comunicação explora as experiências de uso do tempo na taberna a partir da dicotomia conceitual tempo cheio/tempo vazio proposta por Walter Benjamin.

A bonifácia e o padre Januário da Cunha Barbosa: prisão, absolvição e rumores

Lucas Cabral da Silva – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Em fins de 1822, o então ministro José Bonifácio de Andrada e Silva abriu uma devassa contra catorze indivíduos acusados de conluio republicano, entre os quais se encontrava

o padre Januário da Cunha Barbosa. Tratava-se de uma medida que promoveu a prisão e a deportação dos principais nomes que rivalizaram com José Bonifácio pela proeminência em meio ao nascente Império do Brasil. A disputa se sucedeu não mais que um mês após a Aclamação de d. Pedro I, ocorrida em 12 de outubro de 1822. Tradicionalmente, a historiografia identificou dois grupos que assumiram posturas antagônicas acerca da concepção de soberania subjacente à relação entre o monarca e a Assembleia Constituinte. A divergência entre o grupo liderado pelo Andrada e o outro, capitaneado pela figura de Joaquim Gonçalves Ledo, atingiu o clímax na tentativa desses últimos em impor o juramento prévio da Constituição a d. Pedro, formalizando a primazia do legislativo sobre o poder do monarca. A presente comunicação revisita a acusação contra o padre Januário à luz de suas desavenças na Década Regencial com o outrora aliado Joaquim Gonçalves Ledo. Àquela altura, os dois trocaram acusações e se publicizou um rumor, segundo o qual o antigo parceiro de imprensa delatou Ledo como o único conspirador, com o padre Januário se curvando a José Bonifácio e aceitando qualquer espécie de governo caso obtivesse o perdão. Passados cerca de doze anos da Independência, lançava-se para a opinião pública uma versão dos fatos que fragmentava uma amizade e uma coerência referente ao projeto político defendido por esse grupo em 1822. Juntos, ambos foram responsáveis pela redação do periódico Reverbero Constitucional Fluminense (1821-1822), cuja circulação foi interrompida semanas antes da devassa. Pertencente à maçonaria, Januário da Cunha Barbosa se encontrava em Minas Gerais quando foi iniciado o processo que posteriormente se denominou de modo crítico como bonifácia. O seu retorno ao Rio de Janeiro aconteceu somente em dezembro, sendo logo recolhido à fortaleza de Santa-Cruz e deportado dias depois para a França. No ano seguinte, tanto o padre Januário quanto Gonçalves Ledo foram absolvidos. Por uma ironia do destino, o regresso de Cunha Barbosa se deu concomitante ao exílio de José Bonifácio, deportado em razão do fechamento da Assembleia Constituinte. Novamente em terras fluminenses, o padre e outros denunciados se articularam a d. Pedro, distanciando-se de premissas que deram lastro para as acusações sofridas ao fim de 1822. Portanto, espera-se verificar uma possível desarmonia entre os dois reverberistas, conquanto se reconheça o condicionamento e a fragilidade desse rumor, entendendo-o como um convite para uma averiguação.

"Não se duvida, que a Capitania da Paraíba, foi de muito mais consideração do que hoje é; mas nunca foi de sorte": o longo processo de anexação da Paraíba a Pernambuco (1661-1758)

Lucas Guedes Pereira Arnaud Arroxelas – Universidade Federal de Pernambuco

A anexação da capitania da Paraíba à de Pernambuco não é fato dessabido na historiografia. Todavia, se a decisão final é uma antiga conhecida, uma série de tentativas anteriores restam na penumbra, sob o pó de documentos inexplorados. Outrossim, é bem conhecida a crise fiscal, que estará na decisão da Coroa em favor da anexação. Todavia, questões, ações e pensamentos estiveram presentes nesse fenômeno, que apresentou determinada duração e, ao mesmo tempo, variações conjunturais. Dessa forma, propomos

compreender a anexação da capitania da Paraíba a Pernambuco como um longo processo, no qual concorreram, além dos elementos de ordem fiscal, os de caráter político, social e cultural a nível local e do império. Analisando, em si e de maneira correlacionada, seis tentativas de subordinação da Paraíba a Pernambuco, poderemos reconstituir e discutir esse processo. O que procuraremos fazer abordando questões que atravessaram e compuseram esse longo processo, como o estatuto territorial; elementos discursivos; mobilização de privilégios e jurisdições; ações, relações e interesses dos grupos sociais; e como diversos sujeitos encararam os episódios e o processo. Dessa forma, mais do que inserir fatores ou informações novas na compreensão dessa temática, nuançando-o e o complexificando, será possível alcançar um novo entendimento acerca dele. No desenvolvimento da análise, procuraremos também desenvolver algumas reflexões acerca da organização político-territorial do império português e das mudanças relativas à Coroa e ao paradigma político nesses anos. Para isso, recorreremos especialmente a fontes manuscritas do Arquivo Histórico Ultramarino, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da Universidade de Coimbra, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca da Ajuda, Fundação Biblioteca Nacional e Arquivo Público do Estado da Paraíba. Serão tratadas de maneira serial e com recurso à análise contextual e do conteúdo, bem como de redes.

Demarcar para produzir: tensões, conflitos e pedidos de medições na Capitania de Sergipe del Rey em fins do século XVIII

Lucas Oliveira de Jesus – Universidade Federal de Juiz de Fora

A presente comunicação visa explorar um tema pouco debatido pela historiografia que trata sobre o desenvolvimento da lavoura canavieira em Sergipe. Como discutido por autores como Maria da Glória Santana de Almeida (1993) e Josué Modesto dos Passos Sobrinho (2000), desde fins do século XVIII, a Zona da Mata da capitania de Sergipe passou por um processo de transformação em seu espaço agrário, com a expansão da lavoura canavieira. A expansão estava atrelada ao impacto da Renovação Agrícola, como apontado por Stuart Schwartz (1988) e Bert Barickman (2003). Nesse período, a conjuntura de crise na economia açucareira com a Independência do Haiti, possibilitando a inserção de regiões antigas na produção, como o Recôncavo Baiano, e abertura para novas localidades, como São Paulo e Sergipe. Partindo desse cenário, a questão norteadora desta comunicação é refletir como essas transformações impactaram o direito à terra? Embora os autores supracitados tenham contribuído para conceber a economia sergipana num plano global, pouco tem se debatido sobre o acesso à terra e a construção territorial dos engenhos. Nesta comunicação, buscamos analisar o direito à terra a partir de solicitações de medições, avaliando os motivos encaminhados à coroa portuguesa, os personagens históricos mencionados nos documentos e como a tensão entre estes tornam-se presentes. Também foi consultado alguns processos judiciais de demarcação, o que possibilita compreender os usos da Justiça nessas demandas, além do envolvimento de magistrados, testemunhas e, até mesmo, de indivíduos responsáveis pelas medições, os pilotos. Todos os documentos pesquisados fazem parte da coleção do Projeto Resgate,

consultados digitalmente. Assim, trataremos a importância das medições no contexto do período mariano, correlacionando os documentos com as medidas implementadas pela coroa portuguesa para o desenvolvimento da agricultura, num momento de implementação de uma política ilustrada, continuada desde o período pombalino, temática essa trabalhada por autores como Márcia Motta. Desse modo, a comunicação pretende contribuir aos estudos sobre a História Social da Propriedade, apontando a circularidade normativa e a comunicação entre súditos, a monarca e agentes da Justiça.

Relações entre comércio ilegal e arribadas de embarcações estrangeiras na capitania de Pernambuco no século XVIII

Luciana Lima de Andrade Barbosa – Universidade Federal Rural de Pernambuco

A entrada forçada de embarcações estrangeiras na costa do Brasil foi comum e constante ao longo de todo o período colonial. Essas entradas, autorizadas pela legislação portuguesa apenas em casos de necessidade urgente a ser comprovada, eram utilizadas como meio para o estabelecimento de trocas comerciais ilícitas com os moradores da colônia. O contrabando foi parte constituinte da colonização de todo o continente americano, e no Brasil teve grande papel no desenvolvimento da sociedade, sendo parte da estrutura própria da colonização portuguesa, inserido nas diversas dinâmicas que a compunham. O comércio ilegal praticado com os estrangeiros das embarcações arribadas se destaca por tocar diversos aspectos daquela sociedade, desde a influência sobre questões diplomáticas, administrativas, e políticas, ao impacto no fluxo de moeda estrangeira na colônia, e no abastecimento das praças mercantis. Essas duas atividades, que existiam separadamente, estavam também intrincadamente relacionadas, influenciando uma à outra. A região central da América portuguesa, em especial o Rio de Janeiro, possui estudos historiográficos contundentes e muito relevantes sobre o contrabando praticado através das arribadas. No entanto, as capitanias do norte ainda carecem de uma atenção da historiografia no tocante ao tema. O fato de não haver tais estudos, não significa que essa região não fosse também palco de tal atividade. Na capitania de Pernambuco, e nas demais sob a jurisdição de seu governador, arribadas e contrabandos ocorriam simultaneamente ao longo de todo o período colonial, exercendo grande influência sobre o desenvolvimento da região. O presente estudo tem como objetivo discutir as relações entre contrabando e arribada na capitania de Pernambuco e capitanias do norte durante o século XVIII, período de grandes mudanças estruturais no império português. Apontando não apenas a forma como essas atividades eram praticadas, e de que forma estavam ligadas uma à outra, como os impactos e influências que, combinadas, elas exerceram sobre a vida na região. Promovendo assim o debate sobre um aspecto ainda pouco investigado da sociedade do norte do Estado do Brasil.

Antonio da Sousa e Silva – circulação de saberes e a diplomacia na Restauração Portuguesa

Luciano Cesar da Costa – Universidade de São Paulo

O objetivo da presente comunicação é versar sobre a trajetória política de António de Sousa e Silva, nobre português que viveu em meados do século XVII. Antonio da Silva e Sousa. Nascido em Caldas das Rainhas, mais tarde, foi para Coimbra estudar direito, seguindo, assim, a carreira do pai. Termina seus estudos em 1640 e, já em 1643, assume o cargo de Provedor-mor das Fazendas dos Defuntos e Ausentes do Estado do Brasil, ficando no Nordeste brasileiro por cerca de três anos. Quando retorna a Portugal, informa a D. João IV sobre o que havia visto, como podemos perceber em algumas fontes, notadamente, as reunidas na Coleção Resgate. Logo após, seguem-se uma série de nomeações como embaixador, ora para Holanda, ora para Inglaterra. Mas as missões não foram realizadas. Somente mais tarde, já com cinquenta anos, Silva e Sousa é enviado para a Suécia. Sua nomeação relaciona-se, sem dúvida, com seu parentesco com Pedro Vieira da Silva, importante Secretário de Estado. Em meio a essa embaixada, Silva e Sousa escreveria a obra em questão. Parte das informações sobre essa missão podem ser percebidas pela intensa troca epistolar do ministro com o reino, na qual não apenas se percebe a intensa dificuldade financeira do embaixador, mas, também, suas constantes reclamações sobre o severo clima sueco, e é claro, as diferenças religiosas notórias entre o Norte e a península. Entretanto, a missão sueca tinha ainda aspectos econômicos, já que a Suécia era uma das grandes compradoras do sal português, mas também principal produtora do cobre, essencial para a economia do açúcar. Dessa forma, misturam-se aspectos políticos, como a busca da legitimidade portuguesa frente aos diversos espaços europeus, mas também sua segurança econômica com o açúcar brasileiro. Vale, por fim, ressaltar o retorno exemplar do embaixador à Lisboa, sendo agraciado com comenda da Ordem de Cristo, além de outros cargos distintivos na monarquia lusa. O mais marcante deles o de deputado da "Mesa de Consciências e Ordens". Dessa forma, Sousa e Silva é um ótimo modelo da circularidade da administração portuguesa, e mais ainda, os diversos ventos que poderiam indicar e alterar a vida de personagens que circularam pelos recém-restaurados domínios portugueses.

Limites e novos desafios: repensar as rebeliões coloniais

Luciano Figueiredo – Universidade Federal Fluminense

As interpretações sobre o tema das contestações políticas sob a forma de motins, sedições, revoltas e inconfidências deram um salto considerável nas últimas duas décadas na historiografia brasileira. Saíram da sombra e da acomodação para renovarem-se de maneira incontestável, com abordagens sobre as práticas jurídicas, discursivas e rituais. Adensaram-se as análises sobre grupos sociais específicos e as singularidades regionais.

A presença das ideias políticas de matriz ibérica, baseadas na Segunda Escolástica, revelou seu valor operativo para ordenar a linguagem empregada nas sedições e revoltas. Tal abordagem, porém, mostra sinais de esgotamento, uma vez que não é capaz de explicar outras formas de protesto que povoaram o cotidiano do Brasil colonial.

Essa comunicação pretende rever o percurso historiográfico recente a respeito do tema e propor algumas perspectivas que se mostram indispensáveis para o avanço desse campo de estudos.

Sob a âncora da esperança: o impressor Richard Field e as relações anglo-ibéricas na virada do século XVII

Luís Filipe Silvério Lima – Universidade Federal de São Paulo

Desde a chamada "Virada Global", as relações anglo-ibéricas nos séculos XVI e XVII têm sido objeto de variados estudos. Parte desse esforço tem se concentrado nos campos da História Intelectual, da Literatura e do Teatro, ao demonstrar como o "self-fashioning" inglês se espelhou na Monarquia Católica, numa relação mimética de atração e repulsa daquilo que era considerado ao mesmo tempo seu grande nêmesis e exemplo de império bem-sucedido. Entretanto, mesmo dentro da História do Livro, pouca atenção tem sido dada às casas livreiras e impressoras londrinas que foram responsáveis por traduzir, produzir e fazer circular os impressos pelos quais se publicavam notícias sobre o império espanhol, propaganda anti-hispânica, novelas de cavalaria e romances ibéricos, e textos das peças que tinham como palco a ação nos reinos de Castela e Portugal. A proposta dessa comunicação é uma primeira tentativa de cobrir essa lacuna, focando na trajetória do impressor londrino Richard Field. Entre as quase 400 impressões feitas entre 1587, ano de sua 'libertação' do estado de aprendiz, e 1624, sua morte, Field produziu várias traduções de textos ibéricos (em geral, do francês), e realizou impressões em castelhano. Em parte, seguia os passos de seu mestre, Thomas Vautrollier, um exilado huguenote que atuou como livreiro e impressor de traduções e livros vindos do continente, mas também como promotor da causa protestante. Após sua morte, Field casou-se com a viúva do seu mestre, Jacqueline, que impedida de seguir as atividades do seu falecido esposo, lançou mão de uma estratégia não rara de aliança matrimoniais com antigos aprendizes da oficina. Ao assumir a oficina, além de todo material tipográfico e parte do catálogo livreiro, Field permaneceu com a divisa "Achora Spei" de seu mestre que usou para estampou em várias das folhas de rosto de seu impresso. A âncora da esperança emblematizava um certo perfil editorial daquela oficina, fundada numa postura anti-"papista", anti castelhana e pró-protestante – perfil este que existia não só por questões ideológicas daqueles agentes do impresso, mas também por conta do patrocínio de membros da coroa e da igreja inglesa. Pretendemos examinar isso com mais detalhe por meio de dois conjuntos de impressões de Field, feitas entre 1596 e 1603: livros em castelhano de teor calvinista do exilado espanhol, convertido ao calvinismo, Cipriano de Valera, que foram contrabandeados para a península; traduções para o inglês de tratados e panfletos anti-castelhanos atribuídos a José Teixeira, um frade português exilado na França, um defensor da causa de D. Antônio, Prior do Crato, convertido a apoiador e propagandista do falso Sebastião de Veneza.

História, profecias e política nas obras proféticas do padre Antônio Vieira (1608-1697)

Luiz Antonio dos Santos Fonseca – Universidade Estadual de Feira De Santana

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as obras de cunho profético e político do padre Antônio Vieira (1608-1697), assim como a defesa do seu processo inquisitorial, e cartas que dialogam com as ideias proféticas. Procura-se enquadrar essas obras não somente como discursos políticos que se utilizam de topos proféticos presentes na cultura judaico-cristã, mas demonstrar, também, que há nelas uma espécie de filosofia da História, ou seja, novos sentidos para pensar o passado e o futuro, concordando com as ideias do historiador alemão Reinhart Koselleck. Na seara da metodologia e teoria para a análise das fontes, a pesquisa dialoga com o campo da Nova História Política, da Nova História Cultural e procura fazer diálogos que podem se inserir na área da Filosofia da História. No desenrolar da pesquisa, busca-se analisar os textos de cunho profético e político do Padre Antonio Vieira, entre eles, inicialmente, a História do Futuro (1718), as "Cartas ao bispo do Japão" (1925) e a sua Defesa do perante o tribunal do Santo Ofício (1957). O teor dessas obras não é somente messiânico, sobre a figura de D. João IV, mas também milenarista, inserindo Portugal como o Quinto Império. Dois momentos da história de Portugal são essenciais para a pesquisa, a União Ibérica (1580-1640) e a Guerra de Restauração (1640-1668), guerra esta que ocorre devido a volta da monarquia bragantina, não reconhecida pela monarquia hispânica habsbúrgica, que somente se finda no momento em que a independência de Portugal é reconhecida por Roma. A pesquisa se confronta com uma visão desses acontecimentos que é, ao mesmo tempo, teológica e política. Desta forma, para o padre jesuíta, o discurso profético possuiria o serviço de exortar a "alma" dos portugueses para se levantar contra a monarquia dos Felipes. Sendo assim, a análise das obras, em conjunto com a bibliografia, aponta para a possibilidade de pensar as obras proféticas não só dentro do campo do discurso político, mas como meios de atribuir ao passado português, ou a história de Portugal, um novo sentido, agora teleológico, não somente como um reino secular, mas como um reino visto como o escolhido para guiar o futuro da cristandade.

Riso e devoção: a comicidade no teatro conventual de matriz carmelita na Nova Espanha: século XVIII

Luiz Carlos de Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Esta apresentação analisa a comicidade no teatro conventual de matriz carmelita na Nova Espanha (c. 1765-1815), a partir do chamado manuscrito 583, códice preservado na Biblioteca Nacional de Antropología e Historia (INAH), que reúne alguns colóquios breves destinados a práticas performativas em conventos da Ordem do Carmo do Vice-reino. Para esta apresentação, selecionamos uma peça específico: o "Coloquio jocoserio, dividido en tres jornadas, q. se hizo a pedimento de la M. R. M. supriora del Convento de Sta. Tereza la antigua, para celebrar los días de la M. R. M. sor Anna Josefa, dignísima Priora de Ntro. Convento". Esses textos, longe de constituírem apenas registros literários, evidenciam uma teatralidade viva, marcada pela concisão estrutural e pela integração entre forma dramática, função ritual e sociabilidade claustral. A comicidade emerge como

elemento estruturante dessas peças, manifestando-se por meio de personagens-tipo populares – como jogadores, beatas, estudantes ou figuras caricatas –, do uso de linguagem coloquial e de situações dialogadas que exploram contrastes morais e sociais. Tal comicidade configura um riso pedagógico, controlado e funcional, que serve à transmissão de conteúdos devocionais majoritariamente teresianos e à coesão comunitária. Nos chamados colóquios "jocoserios", observa-se uma articulação particularmente eficaz entre humor e doutrina, na qual o riso atua como mediação para a compreensão de temas teológicos, reforçando a eficácia comunicativa das encenações. Elementos como polimetria, musicalidade, pantomima e dinamismo cênico intensificam esse efeito, evidenciando o caráter coletivo e espetacular dessas práticas. Do ponto de vista teórico, a análise dialoga com María del Carmen Alarcón Román 2018), que consolida o colóquio como subgênero autônomo; Javier Huerta Calvo (2002), ao legitimar o teatro breve; Asunción Lavrin e Rosalva Loreto López (2022), ao conceberem a teatralidade como sistema cultural; e Abel Rogelio Terrazas (2018), ao examinar os mecanismos cômicos e a tipologia de personagens. Assim, demonstra-se que a comicidade, nesses colóquios, especialmente no "Coloquio jocoserio", não é acessória, mas um princípio organizador que articula linguagem, ação e personagens, contribuindo decisivamente para a experiência estética e religiosa no Carmelo.

Educar sob vigilância: professores perseguidos pela Inquisição portuguesa – Séculos XVII e XVIII

Luiz Fernando Rodrigues Lopes – Universidade de Brasília

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a Inquisição portuguesa atuou não apenas como um tribunal da Fé voltado para a repressão dos desvios da heterodoxos do catolicismo, mas também como uma instituição que interferia diretamente na vida pública e privada dos súditos do Império português. Tal interferência se manifestava não só em questões religiosas, mas também em domínios morais, sociais e culturais. Nesse sentido, as diversas práticas educativas foram instâncias atravessadas por essa vigilância inquisitorial, direta e indiretamente. O universo educacional, entendido aqui em sua dimensão formal e informal, era composto por diversos agentes, práticas e espaços que, por seu papel na formação e na transmissão de saberes, se tornavam alvo de regulação por parte do Santo Ofício.

A documentação produzida pela Inquisição portuguesa – especialmente os processos, denúncias e visitas – constitui uma rica fonte para a compreensão das tensões existentes entre o controle inquisitorial e o exercício da docência em Portugal. A análise desses documentos permite investigar não apenas a repressão formal exercida contra indivíduos ligados ao magistério, mas também as formas de suspeição, censura e regulação de condutas que visavam modelar um perfil moral e ideológico específico para aqueles que ensinavam. Seguindo nesta esteira, o presente estudo pretende lançar luz sobre a interface entre educação e Inquisição, explorando como as ações do tribunal impactaram as

trajetórias profissionais e pessoais de mestres que atuavam em diferentes níveis e instituições de ensino no espaço do Império português da Época Moderna.

A investigação parte da ideia de que a atuação da Inquisição não se restringiu à repressão de heresias doutrinárias, mas contribuiu para a conformação de um ideal de professor católico ortodoxo, submetido aos ditames da moral tridentina e à vigilância constante das autoridades religiosas. Dessa forma, os professores processados pela Inquisição – por acusações que variavam desde blasfêmias e proposições heréticas até comportamentos considerados escandalosos, como estabelecer relações homoeróticas, ler livros proibidos ou ensinar doutrinas tidas como suspeitas – representam casos emblemáticos da tensão entre o ensino de base ortodoxa desejado pelas autoridades e práticas pedagógicas ou de comportamento moral que escapavam aos padrões normativos.

A seleção dos casos que serão analisados se pauta por critérios cronológicos (séculos XVII e XVIII), geográficos (reinos de Portugal e territórios ultramarinos do Império) e funcionais (diferentes níveis do magistério, desde mestre de primeiras letras, aos lentes das universidades). Além disso, busca-se observar recorrências e padrões nas acusações, práticas pedagógicas denunciadas, punições aplicadas e consequências institucionais das condenações, compondo assim um panorama interpretativo da atuação inquisitorial no campo da educação no Antigo Regime português.

Cartografias do habitar: paisagem, memória e territorialidade na arquitetura rural do Brejo Paraibano

Luiz Ricardo Sales – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ao longo dos séculos XVIII a XX, a microrregião do Brejo Paraibano testemunhou reconfigurações profundas em sua estrutura social e produtiva, acompanhando ciclos sucessivos de uso dos recursos naturais e de atividades agroindustriais. Nesse cenário, consolidou-se um grupo social vinculado ao meio rural que fez das casas-sede um suporte privilegiado para externalizar valores, distinções e projetos de mundo, conferindo à arquitetura o estatuto de linguagem simbólica. O presente estudo tem por objetivo apreender os sentidos atribuídos por moradores rurais a esses espaços edificados, territórios e paisagens, considerando tanto a rotina vivida quanto as tramas socioculturais que ali se tecem. Para tanto, percorreu-se um caminho metodológico que articulou levantamento bibliográfico e documental, incursões a campo, entrevistas e análise de base fenomenológica. Os resultados apontam que as edificações, territórios e paisagens, afirmam-se como espaços de produção identitária e de preservação de memórias coletivas. A perspectiva fenomenológica mostrou-se particularmente produtiva para iluminar a maneira como os sujeitos habitam e significam o ambiente, revelando que os significados emergem na confluência entre o uso cotidiano e a experiência sensível com os espaços. A análise permitiu identificar a manifestação do "espírito do lugar" por meio de três eixos: a configuração espacial, que ainda evoca ordenamentos tradicionais; a permanência de objetos investidos de afeto e história; e as práticas culturais que, ao longo

do tempo, renovam os usos e as funções dos ambientes. O estudo evidencia como a arquitetura e a paisagem, podem ser compreendidos como um campo de produção de territorialidades vividas. Tais espaços configuram paisagens culturais onde diferentes atores sociais elaboram, traduzem e atualizam modos de descrever e pensar o território. As formas de observar, os saberes implicados na interação com o meio e os artefatos de conhecimento produzidos por esses grupos revelam a circulação e a transformação contínua de práticas e de instrumentos de percepção do mundo. Espera-se que este estudo contribua para o avanço das reflexões sobre a interface entre patrimônio arquitetônico, identidades culturais e dinâmicas territoriais, estimulando novas investigações que dialoguem com a perspectiva do atlas, isto é, com a composição de olhares plurais capazes de cartografar as múltiplas camadas de sentido que constituem as paisagens e os modos de habitar o mundo rural.

Iluminismo ibero-americano, reivindicação criolla do passado indígena e seu legado na construção da imagem de Malinalli

Luíza Ciurcio Possebon – Universidade Estadual Paulista

A presente comunicação parte da chave interpretativa expressada por Antoine Lilti em A herança das luzes: ambivalências da modernidade, que evidencia que a herança das Luzes não pode ser pensada como simples expansão de ideias emancipatórias, mas como processo marcado por hierarquias, assimetrias e disputas. Essa perspectiva é utilizada para analisar a circulação, os conflitos e a permanência de documentos produzidos no território de Abya Yala no contexto das Reformas Bourbônicas e do Iluminismo ibero-americano. Ao articular a reflexão de Lilti com a análise de Jorge Cañizares-Esguerra sobre a escrita da história no Novo Mundo em Cómo escribir la historia del Nuevo Mundo, busca-se compreender simultaneamente um desafio ao eurocentrismo e a reprodução de novas formas de exclusão.

Ao final, discute-se como essa herança iluminista moldou a memória da conquista do México e a construção historiográfica de Malinalli, que foi intérprete e intermediária cultural na conquista espanhola do território de México-Tenochtitlan e de outros lugares ao redor, construindo sua atuação como fundamental para viabilizar o contato entre espanhóis e indígenas que se aliaram neste espaço de tensão, à luz da crítica feminista decolonial que nos mostra que a historiografia nacional mexicana, influenciada pela herança iluminista, projetou sobre Malinalli os dilemas da mestiçagem, da origem e da traição. Ademais, a partir da crítica de Maria Lugones, é possível compreender esse processo como resultado da colonialidade de gênero, que impõe uma lógica patriarcal moderna as sociedades colonizadas, redefinindo o lugar das mulheres na história. Yuderkys Espinosa Miñoso acrescenta que essas narrativas operam uma instrumentalização simbólica dos corpos femininos racializados, convertendo-os em suportes simbólicos de projetos nacionais e coloniais, que buscaram personificar, racializar, sexualizar, subalternizar, em um corpo feminino indigena, as contradições da experiência colonial. Esse processo evidencia como a herança das Luzes, ao mesmo

tempo em que ampliou o cânone documental, manteve estruturas patriarcais e racializadas na construção da memória histórica. Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir para os objetivos do colóquio e de outras pesquisas apresentadas no mesmo, buscando abrir espaço para reflexões e contribuições que possam fortalecer a investigação em curso. A dissertação tem como proposta ser apresentada dentro da modalidade de comunicação oral.

Defesa e tributos: os contratos e seus contratadores no Rio de Janeiro do século XVIII

Luiza Nascimento de Oliveira da Silva – Universidade Federal do Rio de Janeiro

O estudo da defesa de cidades coloniais, como o Rio de Janeiro, já foi desenvolvido com relação às engrenagens de governo, às prerrogativas locais e do Reino e através dos movimentos de agentes históricos. No entanto, ainda está a faltar uma investigação mais detalhada sobre as despesas com a prática defensiva. Quem pagava, como pagava e por quais motivos se pagava para ter a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro protegida ao longo do século XVIII ainda são questões em aberto. O objetivo central da presente comunicação é a análise da relação entre a fiscalidade e a prática da defesa na cidade do Rio de Janeiro setecentista. A ideia é identificar o quanto o estudo das demandas em torno da defesa podem ser uma via interessante de pesquisa para a compreensão da organização e do funcionamento de instâncias de poder, dentre as quais destaca-se, o Conselho Ultramarino, as Provedorias da Fazenda e as câmaras municipais, bem como os contratadores de impostos.

A compreensão dos meandros administrativos com fins defensivos traz para o debate as dinâmicas da defesa como aspecto central no conjunto da organização da monarquia corporativa portuguesa e na formação das redes de poder e de sociabilidade. Fontes interessantes para o estudo desses aspectos da governabilidade, as relações de receitas e despesas da cidade do Rio de Janeiro, produzidas pela Provedoria da Fazenda, possuem uma minuciosa alusão aos aspectos defensivos. Nesse ponto, os contratos e os contratadores, em meio às negociações políticas, indicavam os tributos que seriam ou não destinados para a defesa da praça carioca. Figuras centrais, como o capitão Domingos Francisco de Araújo, investiam seus recursos na defesa como argumento de serviço e posterior solicitação de mercês, como os próprios contratos que também possuíam parcelas de impostos para o financiamento defensivo.

O exame da defesa praticada na praça carioca, ao longo do século XVIII, a partir do estudo mais direcionado para os aspetos econômicos contribuirá com um dos elementos centrais para a historiográfica colonial. Destaca-se a ação de personagens de pouca visibilidade até o momento, além das negociações e da composição de redes de poder e de sociabilidade em torno da gestão de recursos para a defesa militar.

Do contato ao confronto: política indígena nos Campos de Guarapuava (1768-1772)

Luiza Paula Monteiro Mota – Universidade Estadual Paulista

A região entre os rios Paranapanema e Iguaçu, nos atuais estados de São Paulo e Paraná, era habitada no século XVIII por um mosaico de nações e grupos indígenas falantes do tupi-guarani e do jê. O governador D. Luis Antonio de Sousa Botelho Mourão, o 4º Morgado de Mateus, esteve à frente da Capitania de São Paulo entre 1765 e 1775, sendo o responsável pela implementação e adaptação do Diretório dos Índios (1758) para esta região. Seu plano de governo visava à exploração, o mapeamento e à conquista territorial das regiões sul e oeste da capitania, vistas pelo governo lusitano como sertões pouco explorados, com ênfase no Iguatemi, Tibagi e nos Campos de Guarapuava. Ao longo desse governo, foram realizadas expedições com o objetivo de mapear e estabelecer contato com as populações indígenas que habitavam esses territórios, desencadeando encontros interétnicos registrados em fontes escritas e visuais. Esta comunicação tem por objetivo evidenciar a agência dos Xuclan, etnia Jê que habitava os Campos de Guarapuava. Partindo da perspectiva da Nova História Indígena, analisaremos a política praticada por esses indígenas diante das expedições coloniais, de forma a demonstrar como os contatos inicialmente amigáveis convergiram no confronto de 1772 contra a expedição do tenente-coronel Afonso Botelho de Sampaio e Souza, em resposta às incursões em seu território. A documentação analisada abarca relatos de expedição, cartas e a Devassa de 1774, documento produzido com o objetivo de avaliar o comportamento dos membros da expedição junto aos indígenas da região, os quais são tratados a partir de uma leitura a contrapelo, de modo a recuperar e valorizar o prisma indígena subjacente às fontes coloniais. Resultados preliminares indicam que a ação dos Xuclan representou um ponto de inflexão na política indigenista do governador: após o ataque, D. Luis Antonio buscou alterar as instruções recebidas em 1771, propondo o abandono do método de brandura previsto pelo Diretório em favor de métodos coercitivos, proposta que não foi aceita pelo Marquês de Lavradio. O episódio evidencia, contudo, que a ação dos Xuclan teve consequências concretas na condução do governo colonial. Tanto a política indigenista quanto a política indígena se revelam, assim, como processos dinâmicos e em constante negociação, moldados pelos encontros, tensões e escolhas dos próprios sujeitos históricos envolvidos.

M

Hechiceras, bígamas y brujas: Las Mujeres transgresoras y transgredidas en el Real de Minas de Guanajuato en el Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición s. XVI y XVII

Magdalena Bugambilia de la Selva Negrete – Universidad de Guanajuato

El siguiente trabajo tiene como objetivo analizar un acercamiento con los delitos inquisitoriales cometidos en el Real de Minas de Guanajuato siglos XVI y XVII, específicamente con el sector femenino que como acusadas también se convirtieron en acusadoras, es así como la hechicería, la bigamia, la solicitación o la brujería fueron sus delitos. He encontrado en los ramos Inquisitorial e Indiferente Virreinal del Archivo

General de la Nación ochenta y tres denuncias inquisitoriales, tales casos se dan entre 1568 y 1700.

En la mayoría de los casos estudiados no se encuentra la sentencia final, por lo que no podemos sacar una conclusión general acerca del procedimiento inquisitorial en el real minero. Cabe aclarar que la ciudad de México fue la ciudad sede donde se instauró el Tribunal del Santo Oficio y en el resto del territorio novohispano existieron comisarías, las que formaron parte de la infraestructura del Tribunal como espacios de vigilancia. La primera comisaría del real de minas de Guanajuato se estableció hasta ya entrado el siglo XVII, en 1653.

Los actos que trasgredieron la fe católica ocurrieron en el ámbito cotidiano. Algunos de ellos planeados de forma meticulosa, y algunos otros no planeados, ni premeditados. Actos como la blasfemia, la usura, la hechicería, la brujería, la herejía o la bigamia fueron denunciados ante el Tribunal de la Santa Inquisición porque eran considerados como actividades que trasgredían la norma y que rompían con el paradigma de lo establecido, y lo socialmente aceptable: eran delitos.

I. BIGAMIA

De esta manera, consideremos varios delitos en donde ellas estuvieron implicadas y comenzaremos con la bigamia, un delito característico de hombres y más en un Real de Minas, donde los individuos viajaban solos a buscar fortuna sin la compañía de una familia y rompieron con el sacramento del matrimonio, aunque también hay que comentar que un grupo minoritario se encuentran las mujeres, registradas entre los siglos XVI y XVII. Por supuesto debemos considerar que en una zona de frontera como los reales mineros no podían faltar los bígamos y hasta los polígamos, zona de cobijo para cualquier trabajador, ya fuese español, indígena o negro.

La bigamia existió en el real de minas de Guanajuato como una práctica frecuente, como una forma de fundar otra familia en nuevas circunstancias y fue practicado por personas de todas las calidades. Además si estamos planteando que se trata de una población con bastante movilidad social, una zona de frontera entre las audiencias de Nueva España y Nueva Galicia, y que una de las características más importante de la población fue su calidad de inmigrante, es claro que esas circunstancias brindaban oportunidades para la infidelidad.

En la vida diaria, el matrimonio era una institución regulada por la Iglesia y la Corona. La alianza matrimonial era monógama y terminaba si la pareja enviudaba. La familia formada por la pareja monógama que contraía matrimonio era la legal y socialmente aceptada. Sin embargo, este precepto no fue respetado por varios habitantes del Real Minero de Guanajuato.

El siguiente proceso que usamos de ejemplo fue la acusación que se le hizo a Francisco Rodríguez, alias Pancho el gordo, por duplicidad de matrimonio. Vecino del real de Guanajuato, de oficio mercader y minero, conforme a ley de Dios estaba bautizado y confirmado. En su declaración menciona que se encontraba casado legítimamente con doña María de la Barrera y Herrera en el puerto de Santa María, jurisdicción de la Inquisición de Sevilla, y que estando en las minas de Guanajuato, solo, y siendo hombre con poco temor de Dios y en menosprecio del sacramento del matrimonio y viviendo lejos su legítima mujer, se volvió a casar en el real de Guanajuato con doña Juana de Contreras, española.

En donde se obtiene una contradicción que nos hace pensar en una ambivalencia, puesto que hay una serie de hombres que trasgreden la institución del matrimonio, y en donde tenemos los nombres de las mujeres que se quedan en España, sin una protección.

Respecto de las mujeres, sirva de ejemplo el proceso que se llevó en contra de Isabel de Vera, acusada de estar casada dos veces, o el de una mulata Francisca Ramírez acusada del mismo delito. La primera era una mestiza vecina de las minas de Guanajuato. La sentencia aplicada para esta mujer fue que abjurara de levi, saliera con coroza de casada dos veces, vela y soga. La pena impuesta se le aplicó en acto público, además recibió 200 azotes y el destierro ordenado por el Arzobispado de México y el Obispado de Michoacán. A la mulata Francisca Ramírez se le aplicaron penas similares. Era residente en las minas de Guanajuato. Ella recibió el castigo de salir en auto público de fe con vela, soga y coroza de casada; dos veces se le pidió que abjurara de levi y al igual que a la otra mujer se le dieron 200 azotes por los calles públicas de la ciudad y fue desterrada de la ciudad de México por ocho años.

II. SOLICITAR A LAS HIJAS DE CONFESIÓN

En el terreno de las prácticas sexuales los sacerdotes no se escaparon los cuales solicitaban a sus hijas espirituales en el confesionario para “actos torpes y deshonestos”. En el Archivo General de la Nación existen registrados más de dos mil casos sobre el delito de solicitación el gran número de sacerdotes a los que se les acusó de este delito ante el Tribunal del Santo Oficio da muestra que en la práctica no pudieron sostener el voto de la castidad.

En el real de minas de Guanajuato tres fueron las denuncias que presentaron algunas mujeres ante el comisario del Santo Oficio de la Inquisición por dicho delito, generalmente los frailes comenzaban escuchando la confesión, luego comenzaban las caricias como tomar las manos o tocar partes del cuerpo de la confesante, después verbalmente hacía la insinuación de la solicitación, si la confesante aceptaba el fraile cumplía su deseo carnal.

No podemos decir que las mujeres fueran víctimas de su confesor pues algunas de ellas aceptaron y hasta arreglaron un lugar más propicio donde encontrarse, mientras a otras

les pareció repugnante dicho acto y acusaron ante la Inquisición a su confesor. Las edades de las mujeres solicitadas variaba algunas de ellas eran jóvenes, mientras que otras ya eran mujeres maduras, de igual modo algunas de ellas eran doncellas, casadas o viudas.

A continuación, presentamos dos ejemplos el primero de una mujer que accedió a mantener relaciones sexuales con su confesante y el segundo de una doncella que no colaboró con los deseos carnales del fraile.

En 1632 doña Inés de Lucio Camacho vecina del real de Santa Ana denunció a su confesor fray Francisco Durán (agustino) por el delito de solicitación, el mañana cuando ella iba a confesarse el fraile tomó su mano y ella en agradecimiento besó la suya y en seguida éste le dijo que le y ella accedió, la dicha Inés procedió con mucho temor al dar su denuncia pues su marido era muy celoso, además el real de Santa Ana era de muy corta vecindad por esta razón tenía temor de ser desprestigiada socialmente.

Otra denuncia presentada fue la de María Ramos hija legítima de Pedro Ramos de Busto, estando ella en la hacienda de Rodrigo Mexia se fue a confesar con un agustino de nombre fray José de Gallarza, después de escuchar sus pecados le dijo que a lo que ella le respondió que era doncella y que no podía.

Finalmente trataremos los casos acerca de hechicería, pactos demoníacos, brujería que son los más representativos para las mujeres, sobre todo mulatas, negras y mestizas.

III. BRUJERÍA, MAGIA Y PACTOS DEMONIACOS

Las siguientes prácticas hacen referencia a la magia, pacto con el demonio, hechicería, curanderismo, reniegos y aquelarres realizados por muchos grupos sociales de la población del real de minas de Guanajuato, entre los que se encuentran los negros, los indios, españoles y mestizos, mulatos y otras castas, mayoritariamente hombres, pero también encontramos mujeres con casos muy interesantes. Los negros, generalmente, son acusados de renegar de Dios ante los malos tratos de sus dueños, los negros fueron un sector muy importante en el trabajo de los obrajes, en las minas, así como vaqueros, arrieros, servidores domésticos, artesanos, etcétera. Al igual que en los casos anteriores, todos los miembros del real de minas de Guanajuato, de una forma u otra, trabajaron en el rubro de la minería, del comercio y realizaban asociadas a la minería; mulatos trabajaban con indios, negros con españoles, mestizos con negros, indígenas con negros y españoles, etcétera.

Un proceso que nos revela la cotidianeidad en la convivencia de miembros de distintas calidades es el de la negra entre ladina y bozal, llamada Antonia por renegar de Dios. Se trata de un juicio entablado contra una esclava negra, cuyo dueño era Gerónimo de Bitoria, quien ordenó a un empelado suyo que castigara a Antonia por desobedecerlo y ofenderlo. Mientras la estaban azotando renegó de Dios dos veces. Antonia fue con el beneficiado y vicario de las minas a confesarle el pecado de desobediencia y afirmó que

lo que dijo fue porque no aguantaba más el dolor y que no estaba consciente de lo que hacía ni de lo que decía.

Otro ejemplo es el de Sebastián Suárez, negro, esclavo de maese Pedro de Roa, acusado de renegar, quien recibió como pena que saliera en auto público de fe, en forma de penitente con vela, soga y mordaza y abjurara de levi; el castigo fue público y recibió doscientos azotes. Fue entregado a su amo, quien debía tenerlo prisionero por un lapso de seis meses, con la pena de pagar doscientos pesos, aplicados por los gastos que había tenido el Santo Oficio. Aunque tiempo atrás el maese de Roa había tenido un juicio inquisitorial por conductas anti ortodoxas.

Era una práctica común que, si un esclavo no cumplía su trabajo, desobedecía o faltaba el respeto a su amo, se le azotara como parte de un castigo. Antonia y Sebastián renegaron de Dios, no por no creer en él, sino como parte de una estrategia que usaban los negros para causar cargos de conciencia en sus patrones, con lo cual aquellos cesaban en los golpes para evitar las almas de los esclavos se perdieran. Otro asunto en los que los esclavos negros, al igual que los mestizos, mulatos e indios, participaban eran las prácticas de brujería o hechicería, tal como el proceso que se llevó contra Beatriz, esclava negra de Sebastián de Villavicencio, acusada de practicar actos hechiceriles.

De igual forma encontramos a las mulatas a las que se les encuentra ejecutando brujería, magia amatoria para sus dueñas, o bien para ellas mismas, también se les encuentra realizando prácticas contra la moral, como la prostitución.

En 1569 Catalina Peraza era una mulata acusada de mal vivir, como prostituta, hechicera y persona supersticiosa. En un principio a Catalina Peraza la acusaron, varias mujeres y hombres, por el delito de superstición, y no de prostitución. Las mujeres decían que a Catalina le gustaba tener amistad con cuantos hombres pudiera, inducía a la fe del Demonio, dándoles brebajes hechos con atole que, según varios de los hombres, les producía visiones. Catalina Peraza tenía relaciones con diversos hombres de distinta calidad: mestizos, indígenas, negros, algunos españoles y un portugués.

Las relaciones sociales que se conformaron alrededor del oficio de la prostitución fueron de un mestizaje tan variado en el cual se mezclan tensiones sociales e ideas con los que podemos concluir que la prostitución no era una actividad de un cierto grupo, ni tampoco se dedicaban a dar este servicio únicamente a hombres de su estamento, lo cual era lógico en sitios como Guanajuato, donde no existía una población estable, sino más bien flotante y, en parte por lo mismo, con alto grado de mestizaje. Los pactos demoniacos no fueron solamente de un sector de la población, sino de varios que confiaban que al entregar su alma al demonio o hacer una alianza con él, iban a tener buenos sucesos, gozar de los privilegios del grupo hegemónico. Como menciona Guevara: fue un proceso cultural cuya clave se encuentra en la comprensión de cada uno de estos sectores de la población en entender la religión católica, en la que interactuaron africanos y americanos, entre otros.

La obscuridad de las palabras estaba asociada, además, a la hechicería, y no era raro que se utilizaran palabras ininteligibles o con sentidos extraños en un intento de los hechiceros por impresionar a la audiencia durante las sesiones. Hechiceros hubo en gran cantidad durante toda la colonia. Varios casos ocurrieron en las minas de Santa Ana, la mayoría de los practicantes fueron mujeres, quienes recurrieron a la magia para mejorar su situación frente a sus esposos o sus amos.

En este mismo sentido, los indígenas, como sector de la población, interactuaron con el resto de la sociedad, sin dejar de realizar diversos actos contra los dogmas de la religión católica, como el curanderismo o la preparación de brebajes a los que se les agregaba peyote, rosa maría o flujo menstrual, animales (gallinas negras, culebrillas) para diversas situaciones (como amansar al marido), o simplemente para que los hombres las quisieran, situaciones que los indios conocían bastante bien y practicaban y para su fortuna, se encontraban exentos del fuero de la Inquisición, pero no del Provisorato.

Lo aquí presentado no abarca la totalidad de los casos que sobre Guanajuato existen en el Archivo General de la Nación para la temporalidad contemplada en este trabajo, pero nos da una idea acerca de los comportamientos y creencias de cierto sector de la población guanajuateña.

Con la trasgresiones y acusaciones ante el Tribunal del Santo Oficio podemos comprender mejor el proceso de integración de la sociedad guanajuateña. Los datos de los actos transgresores fueron tomados de fuentes primarias y secundarias; pretenden ser un marco de referencia para entender mejor las prácticas cotidianas y de la vida diaria, y explicar que la sociedad no fue estática, y cuyas prácticas, aunque en la mayoría mencione trasgresiones hacia la norma, fueron actividades dinámicas en donde se mezclaron negros, mulatos, españoles, indígenas, todos en una región de frontera como fue el Real de Minas de Santa Fe de Guanajuato.

De esta manera nos encontramos con las estrategias que realizaron los habitantes del real de minas de Guanajuato, así como la creación y formación de una sociedad diversa no sólo hablando en términos raciales sino también culturales y sociales.

Como conclusión debemos entender que el real de Minas de Guanajuato fungió como tierra de frontera, al igual que un mosaico de culturas que se vieron interrelacionadas mediante actividades cotidianas como la minería, las galereñas, la producción de plata, entre otras que se van a relacionar con prácticas minuciosas que están realizadas dentro de un contexto de venganzas, de dolor, de tratar de cambiar las perspectivas sociales, económicas, culturales, así como aumentar el poder, deshacerse del cumplimiento de tareas que eran sobrehumanas o simplemente adquirir cierto prestigio y es por eso que me he dado a la tarea de hablar de un cierto número de mujeres que si bien es cierto, forman parte principal de la conformación de la sociedad de la Nueva España, también se vieron implicadas como sujetos que transgredieron las normas y que por supuesto fueron transgredidas.

"Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar, tudo até a própria liberdade!": a narrativa do tráfico negreiro em Úrsula (1859)

Mahyra Sá – Universidade Federal de Minas Gerais

Durante cerca de 350 anos, o tráfico transatlântico de africanos escravizados foi legalizado e consolidou-se como uma das atividades econômicas mais lucrativas do Brasil Colônia e Império, ganhando força no Maranhão a partir do século XVIII, em substituição à mão de obra indígena (Chambouleyron, 2009). Nesse contexto, esta pesquisa investiga como a literatura representa os impactos desse processo sobre a vida das mulheres, a partir da personagem Mãe Suzana, do romance Úrsula (1859), de Maria Firmina dos Reis. A análise articula a historiografia do tráfico atlântico, com destaque para Rafael Chambouleyron (2009), à crítica literária de Eduardo de Assis Duarte (2022) e às contribuições de bell hooks (2019), a fim de compreender as singularidades da personagem em relação a outros sujeitos escravizados na obra. Tomando a literatura como fonte histórica (Pitas, 2022), entende-se que ela permite acessar sensibilidades, experiências e formas de denúncia próprias de seu tempo. Assim, o relato de Mãe Suzana possibilita refletir sobre os impactos do tráfico na vida de mulheres africanas, evidenciando sentimentos de perda, deslocamento e violência, bem como estratégias de resistência. Por meio de Úrsula – considerado o primeiro romance publicado por uma mulher no Brasil e por uma mulher negra na América Latina (Evaristo, 2009) –, observa-se como a escrita de Reis constrói uma representação complexa da experiência escravizada. A trajetória de Mãe Suzana, que abrange sua vida antes, durante e após o tráfico, projeta uma África como espaço de memória, afeto e identidade, em contraposição às visões estigmatizadas (Santos, 2002).

Entre a pólvora e o papel: livros técnicos e a circulação de saberes sobre o salitre na virada do século XVIII para o XIX

Mailson Moreira dos Santos Gama – Universidade Federal de Minas Gerais

Esta comunicação analisa o papel dos manuais técnicos na produção e circulação de saberes sobre o salitre na virada do século XVIII para o XIX, destacando a articulação entre práticas científicas e políticas imperiais de exploração dos recursos naturais. Matéria-prima estratégica para a fabricação da pólvora negra, o salitre mobilizou interesses científicos, econômicos e militares, incentivando a elaboração de uma literatura especializada dedicada à sua identificação, exploração, beneficiamento e aplicação. A pesquisa fundamenta-se na análise de livros impressos na Tipografia do Arco do Cego e de memórias produzidas por naturalistas, custodiadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na Biblioteca Nacional de Portugal e no acervo da Academia Real das Ciências de Lisboa. A partir desse conjunto documental, investiga-se como esses escritos contribuíram para a sistematização e difusão do conhecimento em territórios luso-americanos. Argumenta-se que os naturalistas atuaram como mediadores entre práticas

empíricas, saberes locais e discursos científicos, utilizando a escrita especializada como instrumento de legitimação e circulação do conhecimento. Ao examinar a articulação entre observação da natureza, escrita especializada e políticas imperiais de exploração, a pesquisa evidencia como o estudo do salitre permite compreender processos mais amplos de produção, tradução e circulação transimperial do conhecimento científico, situando os territórios luso-americanos como espaços de interseção nas dinâmicas científicas do Império português.

Fé, festas, música e trabalho: atuação de músicos na Ordem Terceira de São Francisco de Salvador, Bahia (sécs. XVIII e XIX)

Marcele Moreira – Universidade Federal da Bahia

A prática da música erudita, especialmente a música sacra presente nos templos católicos, foi intensa e predominante nos territórios ultramarinos, configurando-se como um importante espaço de oferta de trabalho para indivíduos detentores de habilidades musicais. Moldada de acordo com o tipo de instituição religiosa, essa prática revelou características específicas em conventos, mosteiros, igrejas paroquiais, capelas e ordens terceiras. A música presente nas festividades religiosas podia ser executada por grupos de músicos contratados para serviços pontuais ou, em alguns casos, por organistas que estabeleciam vínculos mais duradouros de prestação de serviços. Entretanto, manifestações musicais consideradas não eruditas também integravam a paisagem sonora das celebrações católicas. Designada como "música da porta", essa prática era habitualmente conduzida por músicos negros e por bandas de barbeiros. Partindo desse panorama, o presente estudo analisa a presença e a atuação desses músicos no fazer musical das celebrações religiosas da Ordem Terceira de São Francisco, em Salvador, desde os anos finais do século XVIII até meados do século XIX. Para tanto, mobiliza recursos teórico-metodológicos ancorados na análise de diferentes conjuntos documentais produzidos pelos terceiros franciscanos, tais como recibos de pagamento, atas da mesa diretora, livros de receitas e despesas, partituras, bem como livros de termos e acórdãos, com o objetivo de compreender as formas de inserção e atuação laboral desses músicos nesse nicho musical.

Intenções e estratégias de sesmeiros no processo inicial de territorialização da Capitania do Rio Grande (do Norte)

Marcelo Igor de Araujo Oliveira – Universidade de Brasília

Nesta comunicação será apresentado os resultados do projeto de pesquisa de mestrado intitulado "A Jornada do Rio Grande: o processo de territorialização da Capitania do Rio Grande (1597 - 1633)", recém qualificado pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília (UnB). "A Jornada do Rio Grande" foi a denominação pela qual os portugueses se referiam ao processo de conquista da Capitania Régia do Rio Grande (do Norte), na documentação do período. Compreende-se que esse

processo culminou na modificação do espaço dos povos originários e formou um novo território, a partir de aparatos coloniais de expropriação de terras indígenas, como as sesmarias, e de deslocamento, como nos alvarás que instituíram os aldeamentos. Portanto, este projeto pretende analisar esses processos, de conquista e territorialização, por meio de um georreferenciamento das sesmarias e aldeamentos do período, bem como um estudo prosopográfico acerca dos diferentes agentes envolvidos nas distribuições dessas terras. Para esse último método citado, a pesquisa contará com fontes documentais distintas das sesmarias, que nos indicam o perfil e trajetória dos principais posseiros de terra. Até o momento, foi consultado o Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), para analisar cartas e requerimentos de capitães-mores acerca da administração do território, que citam indivíduos presentes na documentação sesmarial, e cartas de viajantes acerca do território, tanto de representantes neerlandês quanto de portugueses.

Trabalho indígena e cultura jurídica na Amazônia colonial
Marcela Gomes Fonseca – Universidade Estadual de Campinas

Este trabalho analisa como os regimes normativos de escravidão e de liberdades organizaram o trabalho indígena na Amazônia portuguesa, e propõe que a cultura jurídica colonial não foi apenas um dispositivo de dominação, mas um espaço de negociação mediado e disputado pela agência técnica de trabalhadores indígenas. A pesquisa integra a História Indígena e a História do Direito para investigar a "fabricação" da colônia amazônica entre o Regimento das Missões (1686) e o Diretório dos Índios (1757), com foco no continuum de coerção ao trabalho indígena que caracterizou esse período. Argumenta-se que, diante de uma cultura jurídica multinormativa que admitia a compatibilidade entre liberdade jurídica e coerção laboral, os indígenas mobilizaram seus ofícios de trabalho (nas águas, nas oficinas e nos sertões) como moeda de troca, escudo para violências e distinção social. Por meio da análise de práticas como a litigância, o uso estratégico da lei e o prestígio das técnicas indígenas de trabalho, aponta-se que o indígena utilizou o próprio ofício para governar a sua "liberdade possível".

José da Silva Lisboa em Portugal como estudante universitário no século XVIII
Marcela Portela Stinguel – Universidade Federal do Espírito Santo

As ideias ilustradas no que diz respeito à apropriação e circulação no mundo luso-brasileiro é tema desta comunicação e será elaborada através da trajetória de José da Silva Lisboa enquanto estudante da Universidade de Coimbra (1774-1779). Políticas reformistas no Estado Português possibilitaram a reestruturação universitária de 1772 transformando aquele estabelecimento de ensino em um veículo formador e propagador da ilustração portuguesa de modo que a cultura universitária colaborasse para o desenvolvimento de um quadro de letrados designados à administração régia configurando-se, assim, como instrumento do Antigo Regime para sua legitimação e

fortalecimento. Investigar Silva Lisboa em relação à sua formação acadêmica permitirá localizá-lo como resultado e operador deste projeto político e intelectual. Destarte, a nível macro, o presente trabalho possibilita a compreensão de como aquele ambiente universitário expressou-se como um local fulcral na composição de elites letradas e fundamental para a consagração do Estado imperial brasileiro.

Maranhão, 1831: Quais Independências celebrar?

Marcelo Cheche Galves – Universidade Estadual do Maranhão

A ata da sessão da Câmara dos Deputados de 6 de junho de 1831 registrou a aprovação de proposta do Conselho Geral do Maranhão para que o dia 28 de julho, data da incorporação da província ao Império do Brasil em 1823, fosse de festividade pública. O dia 12 de outubro, natalício do imperador e de sua aclamação era predominante na província desde as primeiras comemorações da nova ordem, ocorridas efetivamente em 1826, tempo em que os "portugueses" expulsos com a Independência já haviam se reintegrado à vida política e econômica da província. Entre 1826 e 1831 ocorreu significativo desgaste político deste grupo no Maranhão e do imperador no Rio de Janeiro, e tomou corpo uma variante local da efeméride nacional, alternativa, ao mesmo tempo, ao passado português e à dinastia Bragança. O 28 de julho, comemorado pela primeira vez em 1830, ganhou em 1831 ares de redenção, com a notícia da abdicação do imperador, chegada ao Maranhão em maio daquele ano. Na imprensa, O Farol Maranhense, redigido por José Cândido de Moraes e Silva, valeu-se da data para comemorar o "sepultamento da monarquia em abril". Na semana seguinte ao 7 de setembro, Moraes e Silva lideraria movimento posteriormente conhecido como Setembrada, de forte caráter antilusitano e que reuniu tropa e povo nas ruas da capital São Luís, com desdobramentos também no interior da província até o segundo semestre do ano seguinte. Vitoriosa em um primeiro momento, a Setembrada provocou a demissão, fuga ou expulsão de dezenas de cidadãos reconhecidos politicamente como "portugueses". Em 12 de outubro, data até recentemente saudada como de reconhecimento da legitimidade e de obediência ao imperador, circularam rumores em São Luís de uma "proclamação federalista". Refletir sobre o que comemorar em tempos de vacância régia e de ruptura momentânea da ordem provincial é o objetivo último desta apresentação.

Entre Lisboa e o Atlântico Português: trajetórias de egressos jesuíta da capitania do Rio de Janeiro, 1767-1770

Marcia Amantino – Universidade Salgado de Oliveira / Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A presente comunicação tem por objetivo apresentar um grupo formado por 301 homens, todos eles egressos da Companhia de Jesus, que se apresentaram em Lisboa para jurarem fidelidade ao rei entre os anos de 1767 e 1770. Tal obrigação foi resultante da lei de 28 de agosto de 1767, determinando que todos os que tivessem, em algum momento,

pertencido à Companhia de Jesus nos espaços de domínio do Império português deveriam apresentar-se em Lisboa comprovando não serem inimigos da coroa, não manter contatos com esses religiosos e serem fiéis súditos reais. Por meio da documentação produzida por cada um desses indivíduos é possível identificar suas trajetórias, bem como as relações sociais, políticas e econômicas que estabeleceram com membros variados da sociedade após terem deixado os quadros da ordem religiosa. A partir do nome do egresso e da história/memória narrada em sua documentação, torna-se possível localizá-lo nos registros produzidos pelos religiosos da Companhia de Jesus. Dessa forma, é factível reconstruir trajetórias, sociabilidades e relações familiares que sustentaram, de formas variadas, as trocas sociais nos espaços ultramarinos. Para essa comunicação serão analisados apenas os casos de egressos que saíram do Colégio da Companhia de Jesus localizado na capitania do Rio de Janeiro.

As vigas da conquista: processo produtivo de madeiras no Baixo Amazonas nos séculos XVIII e XIX

Márcia Cecília Flexa Freitas – University of Texas at Austin

Esta pesquisa analisa o processo produtivo de madeiras no Baixo Amazonas ao longo da segunda metade do século XVIII e do início do século XIX, com foco no caráter imprescindível do trabalho e do conhecimento indígena em todas as etapas desse processo: reconhecimento de espécies, extração, corte e transporte dessa matéria-prima no interior do Grão-Pará e entre esse Estado e Lisboa. A partir da análise de diversos manuscritos do Projeto Resgate (Arquivo Histórico Ultramarino) e de relatos de viajantes – especialmente de Padre João Daniel, Vigário José Monteiro de Noronha, Spix e Martius e Alexandre Rodrigues de Ferreira –, o trabalho busca entender como se dava a extração de diferentes espécies de madeira, suas principais finalidades e o ambiente social no qual essa produção estava inserida. Dialogando com a historiografia da Amazônia colonial e com a nova história indígena, a pesquisa investiga também os impactos da exploração sistemática de madeiras nas conformações sociais do Grão-Pará, considerando tanto a centralidade da mão de obra e do conhecimento indígenas quanto a importância que a madeira e suas lógicas produtivas assumiram no cenário colonial. Articulando o conhecimento do mundo natural ao trabalho empregado nesse contexto, a pesquisa contribui para a compreensão das dinâmicas de exploração na Amazônia e do protagonismo indígena na formação econômica e social da América portuguesa.

Escravidão, casamentos e mestiçagens em São Luís do Maranhão (século XVIII)

Márcio de Sousa Soares – Universidade Federal Fluminense

Ao considerar a estratificação da sociedade agrária colonial segmentada apenas entre grandes proprietários e escravos, Gilberto Freyre enfatizou a mestiçagem nas áreas açucareiras a partir das relações verticais de poder que os senhores de engenhos e seus filhos exerceram inicialmente sobre as índias e depois sobre as escravas e forras africanas,

crioulas e mulatas, fosse pelo concubinato, pelos encontros sexuais fortuitos ou pela violência dos estupros. Nessa perspectiva, as mestiçagens eram, portanto, associadas exclusivamente ao desejo sexual desenfreado e ao despotismo senhorial. A partir da década de 1950, as pesquisas capitaneadas por Florestan Fernandes desferiram uma saraivada de críticas às relações entre senhores e escravos retratadas em Casa Grande & Senzala. Chegou-se ao ponto de negar a possibilidade de organização familiar pelos escravos e libertos, além de banir da agenda acadêmica o tema da mestiçagem (interpretada como sinônimo de harmonia) para valorizar o conflito social, haja vista a ênfase na violência senhorial e o destaque para as formas de resistência, igualmente violentas, dos escravos. Combater o "mito da democracia racial", cuja paternidade é atribuída a Freyre, é a razão pela qual, até bem pouco tempo, eram poucos os pesquisadores interessados em aprofundar as análises sobre as dinâmicas das mestiçagens e o protagonismo dos mestiços no Brasil escravista.

Esta comunicação examina o papel das relações horizontais entre forros, escravos e livres de baixa extração social na produção das mestiçagens, especialmente pelo casamento, na cidade de São Luís do Maranhão no século XVIII.

Entre a fé e a identidade: revisitando o "homem dividido" de Anita Novinsky

Marco Antônio Nunes da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Publicado em 1972, "Cristãos-novos na Bahia" constitui um marco fundamental na historiografia brasileira dedicada ao estudo da Inquisição portuguesa. Com essa obra, a historiadora Anita Novinsky inaugurou uma verdadeira escola de pesquisa, abrindo caminho para uma produção ampla e extremamente frutífera, que, ao longo das décadas seguintes, gerou trabalhos hoje considerados clássicos, escritos por historiadores de diversas regiões do Brasil. No livro, Anita Novinsky apresenta o conceito de homem dividido, descrevendo-o como um indivíduo que "nem é judeu, nem cristão, mas 'cristão novo com a Graça de Deus'." A partir desse conceito, o objetivo desta comunicação é revisitá-lo e problematizá-lo, mobilizando, para isso, aportes teóricos da sociologia de Michel Wieviorka e da psicanálise de Jacques Lacan. Paralelamente, a discussão recorrerá à documentação inquisitorial para examinar em que medida os cristãos-novos teriam, de fato, introjetado em sua psique o discurso dominante da época, segundo o qual o cristão-novo ocupava uma posição inferior à do cristão-velho. (NOVINSKY, Anita. *Cristãos-novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.)

Vozes silenciadas: a experiência dos menores nos cárceres inquisitoriais

Marco Antônio Nunes da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Há um estrondoso silêncio na historiografia quando se trata de discutir os menores processados pela Inquisição, apesar de ser sabido que o número de "crianças" presentes nos cárceres inquisitoriais esteve longe de ser pequeno. Embora existam importantes

trabalhos dedicados à figura de Duarte da Silva, seus filhos aparecem apenas de maneira pontual, quase sempre citados de passagem, e são raríssimos os estudos que destacam que o casal chegou a ser submetido à tortura. A análise dos processos envolvendo menores, contudo, revela elementos fundamentais para compreender o funcionamento inquisitorial, entre eles o fato de que a tortura não era, necessariamente, sinônimo de confissão. Em diversos desses processos, torna-se evidente que a Inquisição recorria à mentira e à manipulação: ameaçava torturar, exibia instrumentos e criava um clima de terror apenas para forçar uma admissão de culpa. Nos processos movidos contra os filhos de Duarte da Silva, em particular, somos apresentados ao intrincado esquema de comunicação existente dentro dos cárceres, incluindo explicações detalhadas sobre os motivos que levavam os presos a trocar bilhetes, apesar dos riscos envolvidos. Para o pesquisador, torna-se claro porque a manutenção dessa correspondência clandestina era considerada necessária, mesmo diante das sérias consequências que poderia acarretar. Todas essas questões serão examinadas e problematizadas a partir da análise dos processos instaurados contra dois dos filhos do banqueiro Duarte da Silva – Catarina da Silva e Francisco Dias da Silva –, um dos homens mais ricos e influentes do Portugal seiscentista.

Os Mina em Minas: indícios da trajetória de Ventura Mina, líder da Revolta dos Escravos de Carrancas (1811-1833)

Marcos Ferreira de Andrade – Universidade Federal de São João del-Rei

O objetivo desta comunicação consiste em apresentar alguns novos indícios da trajetória de Ventura Mina, o líder inconteste da maior revolta escrava do sudeste escravista e que impactou as elites regionais e o Império. A historiografia, há algum tempo, vem destacando a importância dos escravos oriundos da Costa da Mina na formação socioeconômica e cultural das Minas Gerais, sobretudo a partir do século XVIII. Ressalta ainda o protagonismo dos cativos vindos dessa região no fomento e liderança de revoltas escravas em distintos pontos da Colônia/Império. A análise da trajetória de Ventura Mina, o tempo no cativeiro, que remonta a década de 1810, e de sua liderança na Revolta de Carrancas, ocorrida no dia 13 de 1833, se insere nessa perspectiva. A sua liderança foi crucial na articulação do plano insurrecional dos cativos. As conversas com Francisco Silvério Teixeira, de certa maneira, o colocavam a par da conjuntura política conturbada do início da década de 1830. Além disso, na condição de escravo do deputado Gabriel Francisco Junqueira, muito provavelmente tinha ciência do poder e das inimizades angariadas pela família senhorial. Também não é de todo infundado imaginar que Ventura soubesse que seu senhor era um político regional de expressão, pois havia derrotado o candidato do imperador em 1831. E, do ponto de vista estratégico, que soubesse o momento ideal para iniciar o levante – quando o deputado estivesse no Rio de Janeiro e a fazenda, sob a supervisão de seu filho, o "senhor moço". Por fim, a Sedição Militar de 1833 e a cisão entre as elites políticas moderadas e os caramurus criavam uma conjuntura propícia para a insurreição, pois, na percepção de Ventura e dos demais cativos, fundada no boato propagado por Francisco Silvério Teixeira, os caramurus estavam do lado deles. Quem era Ventura e como sua liderança foi construída? Seria oriunda de sua vivência

anterior no continente africano, especialmente na região que abrange a Costa da Mina, se considerarmos que era conhecido como Ventura Mina? Ou teria sido construída na experiência do cativeiro? Infelizmente os poucos registros sobre ele não permitem responder com segurança a essas questões. Contudo, com base nos autos e documentos encontrados recentemente, podemos afirmar que foi personagem essencial no levante e seu principal articulador. E os novos indícios encontrados apontam a importância de sua origem e vivência no cativeiro para que a sua liderança se consolidasse entre os demais cativos das fazendas da região de Carrancas, pelo menos desde a década de 1810.

Colonização do Imaginário: Penitência e Disciplinamento Social na Bahia do Século XVIII

Marcos Vinícius dos Santos Ribeiro – Universidade do Estado da Bahia

Esta comunicação tem como proposta discutir parte da investigação realizada sobre a instrumentalização do sacramento da penitência como um mecanismo central de disciplinamento social e controle moral na América Portuguesa. Apoiada na perspectiva da Nova História Cultural, a pesquisa mobiliza o conceito de "lutas de representações" de Roger Chartier para compreender como a Igreja Católica buscava impor uma visão de mundo e forjar a obediência civil através do discurso. Em paralelo, aciona-se a perspectiva da colonização do imaginário e a pastoral do medo de Jean Delumeau, evidenciando como a instituição reativava medos escatológicos e induzia ao rigoroso processo de “exame de consciência” para gerar culpa e coerção. Também se adere à proposta teórico-metodológica do trabalho o conceito de “disciplinamento social” desenvolvido por Frederico Palomo. A análise tem como eixo caso do sacrilégio do roubo de âmbulas (objeto utilizado para guardar as hóstias consagradas no sacrário e distribuí-las aos fiéis durante a comunhão) da Catedral da Sé da Bahia em 1729, evento que motivou pregações que transmutaram a perda material em ameaça de ruína cósmica. O escopo documental congrega o “Sermão de tarde...” (1730) de Frei Feliciano de Mello e o sermão doutrinal “Thesouro Eucarístico” (1731) de Frei José de Santa Anna, ambos tratando sobre o mesmo acontecido e utilizando como base de convencimento à concretização da penitência linhas argumentativas semelhantes.

Para decifrar a intencionalidade técnica por trás dessa oratória, realiza-se o cruzamento metodológico dos sermões com sólidas bases de legislação canônica e manuais eclesiásticos. A pesquisa fundamenta-se nas diretrizes do Concílio de Trento e em sua adaptação local através das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). Inclui-se também a coletânea “Escola de Penitência e Flagelo de Viciosos Costumes” (1687), elaborada a partir dos sermões do Padre Frei Antônio das Chagas. Conclui-se que a prática da penitência, incentivada nos discursos a partir do terror e de refinada estrutura retórica, atuava não apenas como recurso para salvação da alma, mas como eficaz tecnologia de poder para a manutenção da ortodoxia e das hierarquias nas extensões do império português.

Uma genealogia da resistência: disputas jurídicas e estratégias de resistência familiar contra o cativeiro ilegal (Seridó, Rio Grande do Norte, século XIX)

Maria Alda Jana Dantas de Medeiros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Este estudo analisa as lutas pela liberdade empreendidas pelos descendentes de Thereza Maria de Jesus, mulher de origem africana escravizada na Cidade do Príncipe, sertão do Seridó, província do Rio Grande do Norte, durante o século XIX. A pesquisa toma como ponto de partida um conjunto de ações cíveis e petições judiciais registradas na Comarca do Seridó durante a década de 1870, corpus documental que registra as demandas judiciais dos descendentes cativos, baseadas na denúncia do cativeiro ilegal da matriarca, amparadas pela Lei de 7 de novembro de 1831. Metodologicamente, a investigação adota a análise micro-histórica, valendo-se do paradigma indiciário e do método onomástico para rastrear as trajetórias familiares. Em um período de profunda crise na legitimidade das estruturas escravistas do Império brasileiro, a pesquisa evidencia a Justiça como um campo de disputa no qual desponta a consciência jurídica de indivíduos escravizados. Ao utilizarem a arena jurídica como parte de um repertório multifacetado de resistências, os descendentes de Thereza demonstraram, ainda, que a busca pela autonomia não se encerrava na sentença. Diante de decisões judiciais desfavoráveis, a linhagem mobilizou outros recursos que extrapolavam as instâncias institucionais, subvertendo o cativeiro ilegal ao cruzar fronteiras geográficas e limites da legalidade em fugas estratégicas. Com isso, compreende-se que a resistência escravizada se manifestou tanto no domínio da retórica jurídica quanto na prática direta da desobediência, reafirmando a agência política de sujeitos que, mesmo sob a égide do Estado escravista, forjaram seus próprios caminhos rumo à liberdade.

Materialidade da fé e produção do espaço urbano no Recife colonial: Igreja, território e economia na América portuguesa

Maria Andreza Ferreira – Universidade Federal de Pernambuco

A presente comunicação propõe analisar a conformação urbana do Recife entre 1654 e 1799, a partir da atuação das ordens religiosas, irmandades leigas e confrarias como agentes centrais na configuração do espaço urbano na América portuguesa, deslocando a Igreja do campo exclusivamente espiritual para o centro das disputas materiais pela cidade. Defende-se que as corporações religiosas atuaram como agentes econômicos e territoriais decisivos, participando ativamente da produção do espaço urbano por meio da apropriação, gestão e circulação de bens imobiliários e fundiários.

Ao problematizar a ideia de uma urbanização orientada apenas por diretrizes régias ou dinâmicas mercantis, o trabalho evidencia a centralidade da chamada “economia da fé”, entendida como um sistema no qual práticas religiosas – doações, legados e sufrágios – operavam simultaneamente como mecanismos de acumulação patrimonial e de reprodução de poder. Nesse contexto, a cidade emerge como resultado de negociações,

conflitos e interesses múltiplos, nos quais o sagrado e o econômico se mostram indissociáveis.

A análise se concentra no núcleo urbano primitivo do Recife, estruturado em torno das freguesias de São Frei Pedro Gonçalves (atual Bairro do Recife) e de Santo Antônio (atuais bairros de Santo Antônio e São José), estendendo-se à região da Boa Vista, cuja ocupação se intensifica ao longo do Setecentos, privilegiando o período posterior à expulsão dos holandeses (1654), momento de intensificação das dinâmicas mercantis e de redefinição das relações entre Recife e Olinda.

A partir do cruzamento de fontes documentais, como livros de tombo, livros de receita e despesa e registros de propriedades, articuladas à cartografia histórica, investiga-se a distribuição espacial dos bens eclesiásticos e sua influência na definição de centralidades urbanas, eixos de expansão e na hierarquização social do espaço urbano.

Argumenta-se que a acumulação e gestão de propriedades pelas instituições religiosas integraram uma dinâmica mais ampla associada à economia da fé, influenciando diretamente a morfologia urbana e as relações de poder na cidade. Nesse sentido, o Recife colonial é compreendido como espaço de convergência entre escalas locais e globais, marcado por processos híbridos de produção do espaço. Assim, ao inserir o caso recifense no debate sobre as cidades ibero-americanas, a comunicação destaca processos de transculturação que articulam práticas locais e modelos globais, contribuindo para uma leitura crítica da urbanização colonial. Mais do que expressão de religiosidade, a arquitetura e o urbanismo são compreendidos como produtos de relações de poder que atravessam escalas e temporalidades diversas.

Notas ilustradas sobre o mundo natural anchietano

Maria Aparecida Borrego – Universidade de São Paulo

Em 1560, o jesuíta José de Anchieta (1534-1597) compôs a Epístola Quamplurimarum Rerum Naturalium quae S. Vincentii (nunc S. Pauli) Provinciam Incolunt, Sistens Descriptionem [Fazendo a descrição das inúmeras coisas naturais que se encontram a Província de S. Vicente hoje São Paulo], na qual descreveu, em 40 capítulos, os elementos da fauna e da flora brasílicas e seus usos para benefício humano. Como à época da escrita não houvesse um repertório de lugares comuns sobre o mundo natural da América portuguesa a lastrear a verossimilhança das descrições, os registros epistolares convertiam o missionário em informante autorizado num contexto em que se consideravam as testemunhas oculares como legitimadoras do discurso histórico. Passados pouco mais de 200 anos, o mundo natural anchietano seria comentado pelo letrado paulista Diogo de Toledo Lara Ordonhes (1752 1826) por meio de 86 notas explicativas em latim adicionadas à carta, oferecidas à Real Academia das Ciências de Lisboa, e publicadas pela tipografia da agremiação em 1799. Ordonhes era formado em Leis na Universidade de Coimbra, tendo ocupado os cargos de juiz de fora da vila de

Cuiabá, ouvidor e corregedor da mesma comarca, juiz conservador das matas, intendente do ouro e conselheiro da Fazenda no Rio Janeiro. Porém, mais de uma vez aventurou-se pela seara da história natural no âmbito da Ilustração luso-brasileira como autor ou mediador editorial. Ele se enquadrava na categoria daqueles colonos que, paralelamente ao exercício de ofícios administrativos, desempenharam atividades científicas, atuando como homens de ciência. A inventariação dos recursos naturais se integrava a um programa desenvolvido pela Coroa, calcado no utilitarismo e pragmatismo econômico, com repercussões na ciência, política e bem-estar social, visando a prosperidade da nação, daí compreender seu interesse pelas descrições da natureza realizadas por Anchieta. Nesta comunicação, pretende-se primeiramente compreender como as cartas jesuíticas foram mobilizadas pelos letrados da Ilustração. Em seguida, analisar as notas acerca dos animais elaboradas por Diogo de Toledo Lara Ordonhes e as leituras e experiências que os subsidiaram, atentando para o trânsito de ideias e as apropriações culturais. Em terceiro lugar, avaliar suas práticas de escrita e de ciência como uma possibilidade de atuação de funcionários régios no contexto de renovação dos conhecimentos na segunda metade do século XVIII. E, por fim, acompanhar as diferentes publicações conjuntas da carta anchietana e das notas ilustradas, atentando para as intenções editoriais e para o acréscimo de novos comentadores ao longo dos anos.

Entre determinações régias e a experiência portuguesa na ocupação de novos territórios: a fundação da Capitania da Paraíba

Maria Berthilde Moura Filha – Universidade Federal da Paraíba

A presente comunicação vem expor uma situação bem específica no contexto da formação territorial do Brasil no século XVI. Trata-se de quando a Coroa Portuguesa decidiu criar a capitania da Paraíba, visando conter a presença francesa naquela costa, que ameaçava a ocupação das capitanias de Pernambuco e Itamaracá sujeitas a constantes ataques dos índios Potiguaras, aliados aos franceses. Para tanto, determinou que deveria ser criada a capitania, fundado um forte e a cidade, cujo nome veio a ser, a princípio, Nossa senhora das Neves. Teve o status de cidade, por resultar da ação da própria Coroa, que no Brasil tinha o poder de dar tal título aos núcleos de povoamento julgados de interesse para a estratégia de ocupação da colônia. Sendo nomeado como capitão da conquista da Paraíba o senhor de engenho de Pernambuco, Frutuoso Barbosa, a ele foi entregue um regimento, determinando sua missão. Este documento não é conhecido na íntegra, apenas algumas informações fragmentadas podem ser coletadas através de documentos coevos tratando, por exemplo, da fundação do forte. Perante este contexto histórico, nosso objetivo é entender em que medida as determinações régias, ou as circunstâncias encontradas pelos conquistadores foram determinantes para a fundação da cidade. Busca-se entender como a experiência portuguesa na apropriação de novos territórios guiou o reconhecimento dos melhores sítios a ocupar, considerando as condições de relevo, ventos, hidrografia e demais meios favoráveis a iniciar ali uma ocupação que melhor atendesse aos interesses da Coroa Portuguesa.

Mistérios de um manuscrito do século XVII e como resolvê-los
Maria Cândida Ferreira de Almeida – Universidad de los Andes / Colômbia

Esta comunicação tem como objetivo demonstrar como as teorias contemporâneas da literatura comparada podem contribuir para a interpretação e edição de um manuscrito anônimo do século XVII. A coleção de livros raros da Universidade de Rosário, em Bogotá, abriga manuscritos de diversos tipos, preservados desde o século XVI; entre eles, encontra-se um intitulado "El diablo y el pretendiente" (século XVII). Tomaremos esta obra como exemplo de um texto encontrado na Colômbia que pode ser considerado parte da literatura nascente da região. Com base no contexto cultural e histórico, nas obras encadernadas junto ao manuscrito e no estudo de outros trabalhos que abordam o mesmo tema – a comédia –, esta comunicação, fundamentada na teoria comparada, apresentará uma interpretação da obra e diretrizes para sua publicação. Para tanto, recorreremos à noção de "tradição viva" ou paideuma, desenvolvida por Haroldo de Campos. Este conceito aborda a defesa de uma seleção de autores que dão origem a um modelo composto por eixos centrífugos cujas linhas de força resultantes – tanto previsíveis quanto imprevisíveis – formam um campo vetorial, ou melhor, uma culturomorfologia, gestando assim a organoforma, isto é, uma teoria da forma que se desenvolve em um dado momento histórico e gera novas formas. Embora focada na textura ou no modo, a composição dada dentro de um contexto histórico específico também é considerada na formulação dessa tradição, que pode explicar o manuscrito.

Nlekes em Conexões Atlânticas: a diáspora global dos escravos da Igreja do Reino do Kongo para o Brasil (Século XVIII)
Maria Clara de Sousa Inácio – Universidade Federal da Bahia

Esta comunicação propõe apresentar o andamento - e resultados parciais - da minha pesquisa de mestrado sobre a diáspora global dos escravos da Igreja do Reino do Kongo para o Brasil (especificamente Bahia e Pernambuco) ao longo do século XVIII. Esse grupo, frequentemente apelidado pela documentação missionária como nlekes da Igreja, era composto, em geral, por crianças ou jovens que serviam aos missionários e às instituições católicas estabelecidas no Reino do Kongo nesse período. Esses indivíduos atuavam, sobretudo, em conventos e junto aos missionários, desempenhando funções de escravizados domésticos nas regiões do Kongo e de Angola (Sapede, 2020, p. 192-201). No entanto, existiam formas de relação mais complexas entre os escravos da Igreja - os chamados nlekes –, os missionários e as elites locais. Os relatos missionários destacam a diversidade de funções desempenhadas por esse grupo, como intérpretes de línguas locais, mensageiros, trabalhadores na construção e reconstrução de templos, além de carregadores que acompanhavam os padres em suas viagens pela região. Em geral, esses escravizados eram concedidos aos padres por reis e chefes locais, o que os inseria em uma teia de relações complexas, já que respondiam simultaneamente a diferentes autoridades (Sapede, 2020, p. 192-201).

Tendo em vista a complexidade dessas relações, que envolviam inclusive o acompanhamento dos missionários em jornadas atlânticas, emerge um fenômeno ainda pouco explorado: a circulação dos nlekes da Igreja entre o Reino do Kongo e outros territórios ultramarinos, como as Américas e a Europa. Em alguns casos documentados, esses indivíduos eram levados pelos missionários em suas viagens de retorno à Europa - rotas que frequentemente incluíam portos brasileiros, sobretudo em Salvador e Recife. Em outros, eram enviados por reis do Kongo, que possuíam interesses políticos nessa circulação global, ou ainda capturados nas redes do tráfico de escravizados que assolavam a África centro ocidental.

Assim, esta comunicação pretende apresentar a trajetória dos nlekes no Reino do Kongo e no Brasil, a partir das fontes analisadas, articulando-a à seguinte pergunta: qual a relevância da atuação dos nlekes no que tange às complexas relações políticas, religiosas, econômicas e diplomáticas entre Roma, Brasil e Kongo?

"Que ele não a governava porque ela era forra": narrativas, experiências e sociabilidades de africanos e africanas e seus descendentes na cidade de São Paulo em meados do século XIX

Maria Cristina Cortez Wissenbach – Universidade de São Paulo / Universidade Federal de São Paulo

A partir das perspectivas enunciadas em produções relativas tanto ao mundo da escravidão e da liberdade quanto aos movimentos da diáspora africana, a renovação dos estudos de história social tem sido acompanhada pelo recurso a narrativas que sintetizam processos históricos na individualidade de homens e mulheres pertencentes, em geral, às camadas subalternizadas das sociedades atlânticas. Tal inflexão metodológica e interpretativa tem privilegiado abordagens que, ao articularem trajetórias individuais e contextos mais amplos, permitem apreender a complexidade das experiências históricas vividas por sujeitos frequentemente silenciados nas narrativas tradicionais. A base documental que sustenta essa possibilidade de recuperação distribui-se por um amplo espectro de fontes: não apenas relatos autobiográficos e entrevistas, mas também um vasto conjunto de documentos de caráter oficial e repressivo, nos quais suas falas e vozes aparecem mediadas pelos registros de autoridades policiais, judiciárias e senhoriais.

Na São Paulo de meados do século XIX, ainda uma sociedade de caráter provinciano, processos e autos judiciais que envolveram africanos e africanas – livres e escravizados –, bem como homens e mulheres afrodescendentes, revelam indícios de visões de mundo e de relações sociais capazes de recompor uma outra história da cidade e de seus habitantes. O objetivo desta comunicação é, além de indicar um quadro histórico dos espaços de moradia e de trabalho, das sociabilidades e das solidariedades destes grupos, sugerir caminhos pelos quais se torna possível trazer à tona histórias encobertas pelos preceitos que orientaram a historiografia oficial, tradicionalmente comprometida com os

valores das elites e com o lugar projetado para a São Paulo da modernidade. Entre essas possibilidades, destaca-se a ênfase na centralidade dos laços afetivos e de parentesco na organização da vida em escravidão e na construção da liberdade e, nos níveis das intimidades e dos núcleos familiares assim constituídos, a ocorrência de conflitos de gênero e a prática da violência. Ao reproduzirem tensões e disputas, mas também ao reeditarem experiências próprias à sociedade escravista, essas dinâmicas permitem observar tanto a incorporação e a reelaboração de valores patriarcais por homens libertos ou ainda escravizados quanto as múltiplas formas de resiliência de mulheres negras que, ao mobilizarem saberes e experiências pregressas, buscavam estabelecer um lugar social distinto daquele imposto por um sistema de dupla dominação escravista e patriarcal. Mesmo quando isso implicava em graves danos físicos e às vezes, a perda de suas vidas.

Território da Ressaca: o Caminho Novo e a Agricultura como fatores determinantes na circulação social no século XVIII

Maria de Queiroz e Melo – Universidade Federal de Ouro Preto

O projeto propõe a investigação do Território da Ressaca, como espaço estratégico que articula economia agrícola, rotas de circulação e produção artística no período colonial. Situada no Caminho Novo e atravessada por cursos d'água como o Rio das Mortes e a nascente do Paraopeba, a região consolidou-se como núcleo de abastecimento e ponto de convergência para tropeiros, comerciantes, artistas e viajantes, atuando como parte de uma rede imperial que conectava a produção local a fluxos globais de bens e pessoas. A pesquisa busca analisar as redes de circulação de pessoas e bens que estruturaram a vida social e cultural local, compreendendo a religiosidade como pilar na organização social, por meio do mapeamento das desigualdades sociais e dinâmicas do Império Sul-Atlântico. A abordagem metodológica da micro-história, ancorada no conceito de paradigma indiciário, permite a investigação de fontes documentais, materiais, orais e iconográficas mediante pormenores que escapam à narrativa historiográfica setecentista e que serão estruturados em bancos de dados relacionais, permitindo que indícios qualitativos se tornem variáveis para análises quantitativas de redes socioeconômicas do período colonial. Deste modo, objetiva-se a investigação do contexto social na formação territorial da capitania, inserindo a região no panorama historiográfico colonial e propondo um estudo que tome por base o Caminho Novo enquanto eixo comercial central ligado ao Império Sul Atlântico português, onde a religião atuava como interface da política e da administração colonial.

Abrir as portas ao pecado, cerrar as janelas por pudor: o conceito de "casa" mobilizado em processos criminais do Tribunal Eclesiástico de São Paulo (séc. XVIII)

Maria Eduarda Martins Mendes Cordeiro – Universidade de São Paulo

Esta comunicação pretende abordar o impacto discursivo do conceito de "casa" em acusações do Tribunal Eclesiástico de São Paulo, durante a segunda metade do século

XVIII. A proposta se justifica pela intensa recorrência da categoria em processos criminais, oscilando entre culpa e defesa e, assim, ocupando lugar central nas tensões argumentativas. Nos crimes vinculados ao uso do corpo fora do tálamo conjugal, em casos de meretrício e delitos afins, a "casa" emerge como o local privilegiado para o desenrolar de relações ilícitas pelo prisma católico, mas também surge tingida pela ambiguidade entre o que se pode e o que se deseja observar, contando principalmente com a atuação da vizinhança: abrir a casa é despertar o corpo, fechar a casa é reter-se. Logo, a casa é tanto uma oportunidade para a execução do nefando como um meio de acesso à prática cotidiana da vida católica exemplar. A incursão à variedade terminológica que compõe os documentos produzidos pela justiça eclesiástica permite investigar não apenas os procedimentos jurídicos próprios à conjuntura do direito canônico na América, mas também ilumina uma miríade de ações sociais, incluindo estratégias de sobrevivência, que seriam foco de admoestações ou quaisquer outros meios de constrangimento na comunidade priorizada. Estudos consolidados sobre as imbricações entre sexualidade e catolicismo no período colonial, atravessadas pela escravidão, não hesitaram em reafirmar as fortes categorizações de "escândalo" como essenciais na reputação de comportamentos que mereciam adentrar a alçada canônica. Assim, um processo criminal é, em caráter metodológico, mais um "lampejo" de uma determinada estrutura social (ou o que dela se almeja), do que um procedimento documental preocupado em retratar um contexto demográfico com detalhes ou com interesses explícitos de mapeamento populacional.

Portanto, este estudo se insere em uma tendência atual das pesquisas relativas à história da família que amplia o espectro de fontes tradicionalmente utilizadas para a análise, alcançando o âmbito das normatividades e incorporando uma busca por um produtivo jogo de escalas temporais e espaciais que seja capaz de valorizar o recorte local sem isolá-lo das influências próprias à dinâmica colonial. A contribuição das áreas da História das Relações de Gênero e da História do Direito auxilia neste objetivo de aprofundamento das conexões possíveis entre o espaço da casa – e a categoria que daí emerge em um auto criminal – e as expectativas direcionadas a homens e mulheres em uma perspectiva de ordenamento católico, em que o casamento ou, ao menos, os exemplos de recato e honra devem prevalecer, com um maior destaque para as relações de hierarquia jurídica entre: 1) Mães e filhas; 2) Pais/maridos, mães/esposas e filhas; 3) Maridos e esposas.

Governança e conflitos de jurisdição no post bellum em Pernambuco (1654–1663)

Maria Eduarda Silva dos Santos – Universidade Federal de Pernambuco

Em 31 de março de 1654, uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei Dom João IV, sobre a forma do governo político da capitania de Pernambuco, fazia menção a um decreto assinado por sua majestade nomeando o novo governador da capitania. O documento ressaltava que, "por uma especial graça de Deus", as Capitanias do Norte, antes ocupadas pelos holandeses, estavam agora livres, o que tornava necessário reorganizar o governo político e militar dessas regiões.

Segundo o parecer do Conselho, "a administração e o comando militar devem ser exercidos por uma única pessoa, dotada de valor, experiência e confiança, capaz de garantir a permanência da liberdade conquistada por aquelas capitanias" (Arquivo Histórico Ultramarino, Cx. 6, Doc. 466).

Diante da necessidade de nomear um novo líder para conduzir o processo de reconstrução político administrativa em Pernambuco, a justificativa da escolha real baseava-se na lógica de que para conservar o que foi conquistado, não há melhor ciência nem razão de Estado do que adotar os mesmos meios que levaram à vitória. E se, para recuperar a Praça de Pernambuco, foi suficiente um mestre-de campo general, o mesmo deverá bastar para governá-la e administrar suas dependências. O rei, assim, referia-se a Francisco Barreto de Meneses, mestre-de-campo general, cuja atuação destacada nas guerras de Restauração Pernambucana evidenciava sua competência tanto no serviço militar quanto no campo político.

A presente pesquisa busca examinar a atuação e a trajetória de Francisco Barreto de Meneses, evidenciando como sua governança foi marcada por conflitos de jurisdição. Embora tenha exercido o governo de Pernambuco por um período relativamente breve, sua administração foi marcada por uma jurisdição de caráter expansivo, elemento que influenciou diretamente os desdobramentos administrativos a posteriori. Nomeado em seguida governador-geral do Estado do Brasil, cargo caracterizado pela centralização régia e por margens de autonomia, Barreto enfrentou diversos entraves, sobretudo nas disputas de jurisdição com as capitanias, em especial Pernambuco.

Parte-se do pressuposto de que o exercício da jurisdição no século XVII não constituía um campo estático, mas um espaço dinâmico e tensionado, no qual diferentes autoridades frequentemente sobrepunham suas esferas de atuação. As dinâmicas governamentais desse período revelam, assim, um duplo movimento. De um lado, a tentativa de reordenar a administração após as invasões holandesas. De outro, a necessidade de lidar com novos agentes, arranjos institucionais e a crescente complexidade dos cargos administrativos, como o de governo-geral.

Cartas jesuíticas e agência indígena na Relação do Maranhão de Luis Figueira de 1608

Maria Emilia Monteiro Porto – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Trataremos do relato do padre Luis Figueira sobre a missão do Maranhão, texto representativo da etapa de conquista das Capitanias do norte, exercitando uma leitura decolonial de encontrar a voz do indígena. Considerando que a tradição epistolar praticada pelos missionários/escritores da Companhia de Jesus se abre a essa possibilidade, apresentamos um exercício de análise do relato com algumas evidências da agência indígena. Tem sido importante no estudo das cartas jesuíticas a historiografia que exerce algum tipo de crítica ao colonialismo, desde os estudos sobre o Humanismo

cristão, até as tendências da historiografia decolonial das Epistemologias do Sul. Do mesmo modo, autores que apoiam a compreensão do que é o próprio da escrita, e da escrita missionária especialmente. Evoca-se ainda a Walter Benjamin e seu chamado a uma leitura da história a contrapelo para não beneficiar os dominadores, reconhecendo as lacunas sobre a expressão da subjetividade indígena e colocando-nos no contexto das atuais lutas por justiça social.

Escravidão, crime e opinião pública: a repercussão de um assassinato "célebre" na fazenda escravocrata de Vangloria, no interior de São Paulo (1886)

Maria Isabela da Silva Gomes – Universidade Estadual Paulista

A opinião pública no século XIX pode ser caracterizada, de forma generalizante, como um laboratório de práticas políticas e sociais em uma rede complexa de inter-relações, ou seja, como uma explosão da palavra pública em suas mais diversas formas. Neste contexto, a imprensa começa a se consolidar não somente como uma instituição formadora de opiniões, mas também como uma instituição política. Na segunda metade do Oitocentos, discutia-se, entre uma pluralidade de temáticas, a abolição da escravatura, a redistribuição de terras e até mesmo crimes considerados "célebres" envolvendo cativos contra seus senhores. Os jornalistas, assim, eram vistos como verdadeiras influências no debate público que suscitavam rancores, desfaziam reputações e possuíam certa autoridade para narrar fatos, sob determinados vieses políticos e ideológicos. Nesse recorte historiográfico, existiu a ideia de que todos os homens pudessem ter acesso às informações e também pudessem se tornar seus divulgadores. Dito isto, este estudo se beneficia da análise do processo e da repercussão de um delito envolvendo uma cativa de nome Firmina que, na ocasião, fora acusada de assassinar o filho de seu senhor, João Garcia Ferreira Martins, com uma mão de pilão. A criminalidade praticada é aqui interpretada a partir de um processo criminal remanescente do Cartório do 1º Ofício Criminal de Franca (SP), sob a vigência do Código Criminal do Império no período escravocrata brasileiro (1830-1888). Estudando tal processo sucedido na comarca de Franca, cidade localizada no extremo nordeste da província de São Paulo, já no limite territorial com a província de Minas Gerais, é possível refletir acerca do universo de crimes cometidos pelas pessoas na condição jurídica de escravas, segundo a ótica das autoridades do Executivo imperial e também sob a ótica da imprensa, uma vez que o assassinato foi narrado na obra publicada em 1886 pela "Typografia A Vapor" (do "Diário de Campinas"), com autoria do político e jornalista Alberto Sarmento, e intitulada "Os crimes célebres de São Paulo. Histórico e julgamento dos crimes mais importantes ocorridos nesta província nos últimos tempos, acompanhados de considerações jurídicas pelo Sr. Dr. Alberto Salles". Ainda que a escravidão brasileira de média e grande escala rural dos períodos colonial e imperial coexistiu com o cativeiro perpetrado em regiões rurais onde predominavam os senhores de pequenas posses, viver entre poucos cativos não significou um cotidiano abrandado. Os processos criminais instaurados pelas autoridades judiciárias e também policiais possibilitam a compreensão de alguns limites cotidianos que separavam a escravidão e a liberdade.

Palavras-chave: Escravidão; Crime; Opinião Pública; São Paulo.

Sujeitos, silenciamentos e perspectivas historiográficas: desafios metodológicos para a análise das guerras nas matas de Pernambuco e Alagoas no século XIX

Maria Luiza Ferreira de Oliveira – Universidade Federal de São Paulo

Os enquadramentos de análise para as revoltas de fins do XVIII e das primeiras décadas do XIX na América Portuguesa e no Brasil são diversos e polêmicos. Muito já foi discutido se determinada revolta é moderna ou antiga, se traz o desejo de um outro futuro político ou se seria uma busca por uma acomodação. Ultimamente, historiadores vem enfatizando a multiplicidade de fatores envolvidos nas revoltas, sobretudo naquelas com a participação de diversos setores sociais. Isso ocorreu com a nossa compreensão da Revolta dos Alfaiates - tendo em vista a pluralidade dos sujeitos, das pautas e das práticas de luta; sobretudo pela participação de libertos, escravizados e pela relevância da questão racial.

Após a Revolução de 1820, um novo vocabulário político passou a circular no Brasil e, nas décadas seguintes, foram diversas as revoltas. A questão é reposta: revoltas populares ora foram avaliadas como sintonizadas ao tempo novo, ou, pelo contrário, como ocorrências que expressavam um enquistamento social e explicitavam os compassos temporais diversos. Buscando refletir metodologicamente, desejo discutir algumas leituras sobre a Guerra dos Cabanos nas matas do sul de Pernambuco e do norte de Alagoas entre 1830 e 1850. Darei especial relevância às lutas nas matas após a derrota dos praieiros no Recife em fevereiro de 1849, quando os populares que lutaram ao lado de Pedro Ivo foram chamados de cabanos. Buscamos analisar alguns silenciamentos da historiografia sobre esses movimentos e refletir sobre caminhos possíveis de análise. Enquanto a Cabanagem no Pará tem sido vista, pela historiografia recente, como Cabanagens, no plural, tendo em vista a participação de setores sociais diversos e da amplidão espacial, esse enquadramento não parece servir para os cabanos de Pernambuco e de Alagoas, nem para a Praieira.

A Praieira foi lida, majoritariamente, na chave da acomodação, como briga de brancos e de poder local; o manifesto ao mundo foi visto como pouco relevante, os cinco mil do Recife ou os cabanos da Praieira são pouco conhecidos, a carta manifesto pela constituinte assinada por Pedro Ivo e Caetano Alves e publicada nos jornais foi totalmente ignorada.

Indígenas e quilombolas ocuparam aquele território desde o século XVII, no século XIX estiveram na fileira da revolta indígenas, os negros "papa méis" e os brancos pobres. A proposta é discutir as fontes disponíveis, os principais enquadramentos historiográficos e problematizar a periodização para a compreensão das lutas nas matas cabanas.

Feitiçaria, disciplinamento e resistência no Atlântico português: experiências religiosas de mulheres africanas e afrodescendentes (1720-1770)

Maria Paula Oliveira dos Santos Mendes – Universidade Federal da Bahia

O trabalho analisa os mecanismos de disciplinamento social e as formas de resistência cultural protagonizadas por mulheres africanas e afrodescendentes acusadas de bruxaria e feitiçaria pela Inquisição portuguesa no Atlântico, entre 1720 e 1770. A partir de uma abordagem que conecta Angola, Portugal e Brasil, a pesquisa investiga o alcance e os limites do projeto confessional católico no contexto da expansão imperial portuguesa e do sistema escravista moderno. Com base na documentação inquisitorial, o estudo também examina como práticas classificadas como supersticiosas ou demoníacas podem ser reinterpretadas como estratégias multifacetadas de sobrevivência, negociação e resistência diante da violência disciplinar. Tais práticas, frequentemente associadas a códigos sociorreligiosos de origem centro-africana, são analisadas em um contexto marcado por tensões e agências femininas. Argumenta-se, ainda, que essas mulheres mobilizaram saberes espirituais, redes de sociabilidade, sexualidade e práticas de cura como instrumentos de afirmação e contestação, constituindo formas alternativas de autoridade, sobrevivência e pertencimento cultural. Desse modo, o trabalho busca contribuir para a compreensão das dinâmicas de poder e das interações socioculturais no Atlântico moderno, destacando o protagonismo de mulheres negras na construção de experiências históricas de resistência.

Povos indígenas, Africanos e Mestiços entre a invisibilização e a etnogênese: identidades e histórias em construção e disputas. Séculos XVIII e XIX

Maria Regina Celestino de Almeida – Universidade Federal Fluminense

Índios e negros são categorias amplas, genéricas e históricas construídas desde o século XVI para classificar inúmeros e diferenciados povos originários dos continentes americano e africano introduzidos nas sociedades coloniais da América em condições de extrema violência. Os mestiços constituem uma terceira categoria ainda mais ampla e genérica do que as primeiras, pois se referem aos descendentes do cruzamento físico, social e cultural de povos diversos. Com o desenrolar da colonização, ela se desdobra em várias outras categorias para classificar indivíduos e grupos originários das misturas e interações entre povos que, procedentes do tráfico negreiro e das expedições de descimento circulavam entre as categorias através de casamentos mistos, processos de alforria e mobilidades sociais. Conhecer e classificar o outro, estabelecendo para eles lugares sociais definidos e subalternos era essencial. No entanto, povos e indivíduos não se cristalizaram nas categorias classificatórias. Em relações interétnicas entre si e com outros atores sociais e étnicos, eles reelaboraram culturas, identidades e redes de sociabilidade. Muitos chegaram ao século XIX, quando vários foram declarados extintos ou invisibilizados, através de discursos políticos e historiográficos. Chegaram também aos séculos XX e XXI, protagonizando movimentos de etnogênese em busca de direitos garantidos por identidades étnicas e raciais. Em grande parte, são estes movimentos

sociais e políticos protagonizados por comunidades indígenas e afrodescendentes nos dias de hoje que nos convidam a repensar suas trajetórias no passado. Contradições e disputas por classificações étnicas e narrativas históricas marcaram os processos de invisibilização desses povos no século XIX e devem ser problematizadas. Como lembrou G. Sider, os processos de desconstrução e reconstrução identitárias de povos subalternos caminham junto com a desconstrução e construção de suas histórias. Com foco sobre os indígenas aldeados no Rio de Janeiro dos séculos XVIII e XIX (e incursões a períodos anteriores e posteriores), esta comunicação visa a problematizar e discutir as imagens, classificações étnico-sociais e discursos políticos e historiográficos sobre os indígenas, os africanos e seus descendentes de forma comparativa e articulada, considerando seus próprios interesses e atuações políticas que os levavam a assumir ou rejeitar identidades étnicas e sociais a eles atribuídas.

Pastoral da Independência: retórica e Igreja à serviço da política

Maria Renata da Cruz Duran – Universidade Estadual de Londrina

Em 1822 d. Pedro I nomeou mais de 20 oradores sagrados como pregadores reais cuja missão era pregar uma pastoral que, desenhada pelo bispo d. Caetano Coutinho, tinha como principal elemento a defesa de uma Independência brasileira amalgamada pela união das províncias. Nem sempre, entretanto, isso significou um discurso pacífico, como se pode notar nos sermões pregados para as milicias nacionais em nome do jovem príncipe. Uma análise dessa pastoral da Independência, envolvendo alguns de seus principais autores, bem como destacando alguns de seus principais autores é o que se propõe para essa comunicação.

Bígamas a ambos lados del Atlántico

María Teresa Manescau Martín – Universidad de La Laguna

La Inquisición española fue creada para perseguir la herejía. Tras una primera etapa en la que se empleó a fondo para erradicar cualquier signo herético, dirigió su acción hacia otras conductas delictivas, entre las que se encuentra el delito de bigamia. De hecho, la bigamia no fue objeto de persecución inquisitorial hasta principios del siglo XVI. Quien contraía segundo o posterior matrimonio sin haber disuelto el vínculo anterior había cometido un delito contra el sacramento del matrimonio. Ese era el motivo por el que se iniciaba la causa: No sentir rectamente el sacramento del matrimonio, lo que lo acercaba a la herejía.

La bigamia siempre ha sido considerada un delito eminentemente masculino. Sin embargo, también hubo mujeres que la cometieron. Las circunstancias que llevaron a unos y a otras son sucintamente diferentes. En ambos casos, contraían matrimonio sin haber disuelto el vínculo anterior. Sin embargo, la manera de actuar de unos y otros no era la misma.

En este trabajo se van a analizar las circunstancias y los modos de actuar de un sexo y otro y, al mismo tiempo, se va a realizar una comparativa entre mujeres bígamas canarias y mujeres bígamas en Indias. ¿Actuaron de la misma manera? ¿los motivos que las llevaron a cometer el delito fueron los mismos? ¿Actuó la Inquisición en Indias de manera similar a como lo hizo en las Islas Canarias?

Amor é fogo que arde e se vê: visão religiosa sobre as relações de sodomia entre mulheres no período da visita inquisitorial no Brasil

Mariana Campos Oliveira – Universidade Estadual da Bahia

Este trabalho, parte de uma pesquisa em andamento no Curso de Licenciatura em História que tem como pergunta norteadora: como as relações de sodomia entre mulheres foram identificadas e julgadas pelo tribunal do Santo Ofício durante as visitas inquisitoriais no Brasil, e de que modo esses discursos e práticas influenciam as representações e percepções sobre a homoafetividade feminina na contemporaneidade? O objetivo é analisar as relações de sodomia entre mulheres no período das visitas inquisitoriais no Brasil colonial, a partir da atuação do Santo Ofício, buscando compreender os mecanismos de repressão, os discursos religiosos e as permanências e rupturas em relação à moral sexual no contexto contemporâneo. A metodologia é qualitativa, baseada em análise bibliográfica, com destaque para a obra A Coisa Obscura de Lígia Bellini (2009). Os resultados parciais apontam para uma moralidade inquisitorial ainda viva nos discursos religiosos atuais. Recuperar essas memórias é um gesto de resistência.

Guerra e oportunidade em meio a uma competição global pelo Atlântico Sul: o papel de Antoine René Larcher na Conspiração Bahiana (1798) e a busca francesa por uma estratégia marítima ultramarina

Marília Arantes Silva Moreira – Centre Roland Mousnier / Sorbonne

Nesta comunicação, apresentarei, essencialmente, a minha tese de doutorado, na qual explorei a trajetória global do marinheiro francês Antoine René Larcher (1740–1808), analisando seu papel na Conjuração Bahiana, movimento republicano descoberto em Salvador, Brasil, em 1798. A carreira naval e o ponto de vista político de Larcher oferecem uma lente microscópica para a análise da "Era das Revoluções" no contexto da rivalidade imperial durante as Guerras Revolucionárias (1793-1802), desafiando a análise desta categoria para além do mundo atlântico, reconhecendo redes globais.

Em 1922, celebrando o centenário da Independência nacional, intelectuais maçônicos revelaram Larcher no Brasil como o "Capitão da Marinha Francesa", fundador da pioneira sociedade brasileira, a 'Cavalheiros da Luz', e participante do movimento republicano em Salvador. Sua participação, mesmo que mal contada, acenou a importantes historiadores que membros da elite tinham propósitos comuns à 'Revolta dos Alfaiates',

pela qual cinco soldados da milícia urbana foram condenados à morte por sedição em 1799. Em 1990, o Projet d'Expédition Contre San Salvador (Brésil) 1797, que Larcher escreveu ao Ministro Eugène Truguet após sua estadia de um mês em Salvador em dezembro de 1796, foi identificado no arquivo central da Marinha Francesa. Ele pretendia reunir uma armada para intervir em um sofisticado golpe de Estado, revelando que uma coalizão havia sido organizada. Assim, o chamado 'Projeto Larcher' revelou os protagonistas elitistas do movimento, cujas fontes documentais, alegaram especialistas, foram apagadas dos arquivos públicos; portanto, reacendeu-se o debate sobre a complexidade social desse movimento.

Contudo, uma investigação transnacional sobre Larcher indicou que a complexidade de sua relação com a Marinha Francesa revela seus interesses velados e as influências revolucionárias francesas na Bahia em 1798. Sua afiliação naval era a de um indivíduo privado – um particulier ou freelancer, sob contratos de serviço temporários – e não a de um oficial de carreira. Portanto, a micro-história global de Larcher explica sua nomeação como capitão do Preneuse, um importante navio de artilharia na Missão Francesa à Île-de-France e à Índia (1795). Larcher iniciou sua carreira como soldado na Guerra dos Sete Anos (1756-63) na Europa e transferiu-se para as ilhas Maurícias em 1766, atuando posteriormente como comerciante-aventureiro na Ásia, com base também em Chandernagore, na Índia. Empreendedor militar, bem relacionado desde o início de sua trajetória, ele interagiu com um grupo de interesse de uma nascente 'indústria da guerra' que enriqueceu no além-mar e, após 1789, apoiou a Contrarrevolução na França, o Termidor de 1794, que estabeleceu o Diretório (1795-9), e permitiu a licitação de iniciativas público-privadas navais e militares contra o monopólio britânico na Ásia. Três outros projetos globais que Larcher planejou na década de 1790 destacam suas ambições em relação à Bahia, seu pragmatismo e um 'abolicionismo utilitário', sintonizado com a busca por uma estratégia marítima francesa no exterior. Seu caso evidencia as interconexões intrínsecas entre o Atlântico Sul e o Oceano Índico, bem como o papel de indivíduos, agentes do império, na competição europeia na transição para o século XIX. Por fim, esta análise do Projeto Larcher de 1797 demonstra que, para alguns, a "Era das Revoluções" também significou uma "Era de oportunidades".

Filhos, esposas e escravos: correspondências do poder doméstico

Marília Tofanetto Alves – Universidade Estadual Paulista

Em 1705, o jesuíta italiano Jorge Benci redigiu uma obra na qual versava a respeito das obrigações recíprocas entre senhores e escravos. Era responsabilidade do senhor oferecer aos cativos o sustento, a doutrina cristã, o castigo e o trabalho. O estabelecimento desses deveres, sintetizados posteriormente por André João Antonil nos conhecidos três pês – pão, pau e pano –, tinha por objetivo o bom tratamento dos cativos, conciliando sua condição de cristãos e seu estatuto civil de coisa e, em maior medida, a prática do cativeiro no seio de uma sociedade católica, a América Portuguesa. As incumbências do senhor cristão, prescritas por Benci, muito se assemelhavam aos deveres maritais: era

responsabilidade do marido o sustento da esposa, bem como castigá-la quando necessário; de natureza igual, cabia ao pai a subsistência e a correção do filho, tal como sua instrução na doutrina. Em contrapartida, a esposa, o filho (e igualmente, o escravo) respeitavam a sua soberania, cientes de que os corretivos, inclusive físicos, por ele empregados visavam a sua correção. Em vista desse debate, a presente comunicação tem como propósito cotejar os deveres senhoriais com os deveres maritais e paternais, a fim de explorar a natureza do poder doméstico. Para tanto, abordar-se-á a obra "Economia Cristã dos Senhores no governo dos escravos" (1705), redigida por Benci, bem como dois manuais, "A arte de criar bem os filhos na idade puerícia" (1685), de Alexandre de Gusmão e "Carta de Guia dos Casados" (1650), cuja autoria pertence a Francisco Manuel de Melo.

Uma cama, três corpos, um tribunal: escravidão e sodomia masculina na Bahia setentista

Mariluse da Conceição da Silva – Universidade Estadual de Feira de Santana

Este trabalho consiste em uma leitura do processo inquisitorial de José, africano, escravizado, nascido no Benguela e residente da freguesia de Matoim de Nossa Senhora da Piedade no século XVIII, implicado em crime de sodomia na Bahia e condenado pelo Tribunal do Santo Ofício em Lisboa. A partir de uma abordagem micro-histórica, investigamos desdobramentos em torno do processo inquisitorial, resultando na construção de fragmentos que trouxe à tona uma furtiva e veemente conduta homoerotica de seu senhor João de Carvalho de Barros num aljube setecentista. Ao observarmos esse caso, torna-se fundamental incluir questões com foco na intersecção entre poder senhorial, violência sexual e controle inquisitorial dos corpos escravizados. A interpretação do julgamento de José evidencia as concepções de culpa, contradição e de liberdade no seio da comunidade escrava da região. Ademais, permite também conhecer a trajetória de um personagem intercontinental: vítima do "tráfico de almas" veio para o Brasil na condição de "mercadoria humana". Em seguida, voltou a cruzar o Atlântico em direção ao temível Palácio do Rossio na condição de réu. Apesar da violência extrema a que estava duplamente exposto, a senhorial e a inquisitorial, o estudo acabou por revelar a agência do escravizado, ainda que limitada no interior das possibilidades disponíveis.

Herdar o nome, apagar a cor: biografia e processos de racialização da família de Jesus no sertão oitocentista

Mariana do Nascimento Sousa – Universidade Federal de Goiás

Este artigo apresenta resultados inéditos de uma pesquisa documental realizada em arquivos de Minas Gerais e de Goiás, na qual se reconstrói a trajetória da família de Jesus, com destaque para a poetisa Leodegária e seu pai, José Antônio. A documentação, até então inexplorada, permite problematizar informações biográficas reiteradas na produção científica recente, sobretudo no que se refere à identificação racial da família. Em parte desses estudos, o marcador racial "preto" aparece associado à condição de pobreza, sem respaldo consistente em fontes documentais. Em diálogo com a reflexão teórica sobre a

escrita biográfica, sustenta-se que o desafio historiográfico não reside apenas na escassez de documentos, mas também na interpretação crítica das fontes e na recusa de categorias homogeneizantes. Ao rastrear o nome "Jesus" nos registros oficiais, evidenciam-se redes de sociabilidade e estratégias de inserção social no Goiás oitocentista, revelando um quadro mais complexo do que aquele consolidado pela literatura recente sobre o tema.

Um mestre mandingueiro e "nobre" luso-africano: as práticas religiosas centro-africanas na mira da Inquisição

Marina Oliveira dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

A presente comunicação propõe analisar a trajetória de Francisco Lourenço – militar luso-africano denunciado ao Tribunal do Santo Ofício por práticas associadas às chamadas bolsas de mandinga – como um ponto de entrada para compreender as dinâmicas religiosas, sociais e culturais na África Centro-Ocidental sob domínio português no século XVIII. A partir da análise de seu processo inquisitorial, a proposta busca discutir o funcionamento da sociedade de culto de Francisco, as interações entre cristianismo e práticas religiosas africanas e as tensões produzidas quando tais práticas eram reinterpretadas pelo aparato inquisitorial como feitiçaria ou superstição. A comunicação parte da premissa de que os processos inquisitoriais, apesar de produzidos por instituições europeias e marcados por uma lógica jurídica e teológica específica, constituem uma fonte privilegiada para observar práticas religiosas africanas. Nesses documentos aparecem descrições detalhadas de rituais, objetos e crenças que, muitas vezes, dificilmente seriam registradas em outros tipos de documentação. Entretanto, tais relatos precisam ser analisados de maneira crítica, considerando os filtros culturais e religiosos que moldaram a interpretação inquisitorial sobre esses fenômenos.

O caso de Francisco Lourenço é particularmente significativo nesse sentido. Descrito nas fontes como um homem luso-africano, militar e cristão batizado, sua trajetória teve algumas reviravoltas. Ele foi denunciado por ser conhecido publicamente como mestre mandingueiro, isto é, alguém que produzia e ensinava a fazer bolsas de mandinga – pequenos amuletos utilizados para proteção espiritual e física. O militar não receava demonstrar a eficácia de sua mandinga para todos que o questionassem, além de ensinar seu ofício religioso a quem interessasse. Francisco Lourenço havia aprendido o ofício com um mestre chamado Antônio de Araújo e, posteriormente, passou a transmitir esse conhecimento a interessados da região, chegando inclusive a cobrar por seus ensinamentos. Esse aspecto sugere que sua atuação ultrapassava a de um simples usuário de práticas religiosas e se aproximava da figura de um especialista ritual ou mediador espiritual.

A composição das bolsas descritas no processo revela uma complexa articulação entre elementos de origem cristã e tradições religiosas centro-africanas. Entre os ingredientes mencionados aparecem grãos de bico, grãos de cera, folhas de figueira, pedaços de tecido litúrgico conhecido como "corporal", fragmentos de pedra d'ara retirada de altares

católicos e pequenos papéis contendo orações. Nenhum desses "ingredientes" foi escolhido por acaso. Todos têm forte intenção religiosa por trás. Além de tais elementos, o denunciado também colocava vários pequenos papeis em suas bolsas. Esses papeis, escritos pelo próprio Francisco Lourenço com a ajuda de um colaborador chamado Gonçalo Ribeiro, continham invocações a Deus, a Jesus Cristo e ao "justo juiz nazareno", além de repetidos pedidos de proteção contra inimigos e contra o demônio. Ainda assim, o militar foi constantemente questionado acerca de possível pacto demoníaco, o que negou veementemente, mesmo sob tortura. Esse aspecto do processo é particularmente revelador, pois demonstra que o próprio réu se identificava como cristão e não entendia suas práticas como incompatíveis com a fé católica. Em suas orações, Lourenço rejeitava explicitamente a figura do demônio e solicitava proteção divina para sua vida e seu corpo.

Essa postura evidencia uma diferença fundamental entre as concepções religiosas dos inquisidores e aquelas presentes nas sociedades centro-africanas. Enquanto a teologia cristã europeia estabelecia fronteiras rígidas entre práticas legítimas e superstição, muitos africanos e luso-africanos concebiam a religião como um campo mais flexível, no qual diferentes recursos espirituais podiam coexistir. Nesse contexto, o uso de elementos cristãos nas bolsas de mandinga não era necessariamente percebido como uma transgressão religiosa pelos praticantes. Pelo contrário, a incorporação de objetos litúrgicos e orações cristãs poderia aumentar a eficácia espiritual do amuleto. O uso da pedra d'ara, por exemplo – parte do altar onde ocorre a consagração da hóstia e do vinho – era entendido como uma forma de transferir o poder sagrado da liturgia para os componentes da bolsa.

Além disso, é possível interpretar a atuação de Lourenço à luz do conceito de "sociedade de culto", utilizado por Daniel Precioso para analisar comunidades organizadas em torno de especialistas religiosos africanos. Ao ensinar seus conhecimentos e reunir pessoas interessadas em aprender ou utilizar suas mandingas, Lourenço parece ter formado uma rede de seguidores ou discípulos que reconheciam sua autoridade ritual. Seus "alunos" foram explicitamente chamados de "discípulos" em seu processo inquisitorial.

Essa dimensão coletiva é fundamental para compreender a preocupação das autoridades inquisitoriais com práticas como as de Lourenço. Mais do que uma simples crença individual, a produção e circulação de mandingas representava a existência de sistemas religiosos alternativos, capazes de oferecer proteção, cura e orientação espiritual fora da esfera institucional da Igreja católica. Ao mesmo tempo, a trajetória de Francisco Lourenço revela as complexas posições sociais ocupadas por indivíduos luso-africanos no contexto colonial. O réu era descrito como militar, alfabetizado e conhecedor da doutrina cristã. Durante seu processo, chegou inclusive a alegar possuir nobreza e solicitou que fosse dispensado da pena de açoites públicos em troca de um aumento no tempo de degredo. Surpreendentemente, o tribunal aceitou seu pedido e comutou sua pena para seis anos de degredo na praça de Mazagão. Talvez indivíduos como Francisco se considerassem uma espécie de "nobreza da terra" em solo africano. Esse episódio sugere

que fatores como honra, status social e origem familiar também influenciavam as decisões do Santo Ofício.

Ao considerar conjuntamente esse caso sob o contexto da atuação do Santo Ofício em África, torna-se possível perceber que as acusações de feitiçaria frequentemente emergiam de contextos sociais complexos, nos quais estavam em jogo disputas de autoridade, tensões culturais e conflitos locais. A mesma prática religiosa podia ser interpretada de maneiras distintas dependendo da posição social dos envolvidos, das relações de poder existentes e das circunstâncias específicas da denúncia. A trajetória de Francisco Lourenço, portanto, permite observar não apenas a repressão inquisitorial, mas também as estratégias de adaptação e negociação religiosa desenvolvidas por africanos e luso africanos no interior do império português. Suas mandingas combinavam elementos cristãos e africanos, seus rituais buscavam responder a necessidades práticas de proteção e segurança, e sua atuação como mestre mandingueiro revelava a existência de redes de circulação de saberes religiosos. Ao situar esse caso dentro do conjunto mais amplo de denúncias inquisitoriais envolvendo africanos e luso-africanos, a comunicação busca contribuir para o debate historiográfico sobre religião, poder e cultura no Atlântico moderno, destacando a importância das experiências individuais para compreender os processos históricos de longa duração.

Agência escrava e intervenção régia no Maranhão Colonial: o caso de Antonia Correia (1798)

Marinelma Costa Meireles – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

O presente trabalho analisa o caso de Antonia Correia, mulher escravizada que, em 1798, recorreu ao príncipe regente D. João, solicitando intervenção para alcançar sua liberdade no Maranhão Colonial. A partir de um requerimento enviado ao reino, a pesquisa investiga as dinâmicas de poder, as redes sociais e os limites institucionais que marcaram a experiência da escravidão na segunda metade do século XVIII. O episódio revela não apenas a recusa de sua proprietária em vendê-la, apesar das tentativas do pai de Antonia, um homem forro, mas também a impossibilidade de recorrer às instâncias locais de justiça, em razão de vínculos familiares entre autoridades e a senhora da cativa. Dialogando com a perspectiva da História Social da Escravidão, especialmente aquela que enfatiza a agência dos sujeitos escravizados, o estudo busca compreender como indivíduos subalternizados acionaram mecanismos jurídicos e políticos disponíveis, inclusive ultrapassando a esfera local e mobilizando o poder régio. A análise micro-histórica do caso permite evidenciar estratégias de resistência, negociação e enfrentamento adotadas por Antonia Correia diante das estruturas de dominação.

Metodologicamente, a pesquisa articula análise documental – centrada no requerimento da cativa – e revisão bibliográfica sobre escravidão, liberdade e relações de poder no Brasil colonial. O enfoque descritivo-analítico e a microanálise possibilitam reconstruir

as relações sociais envolvidas e situar a experiência da personagem em seu contexto histórico mais amplo. Ao trazer à tona a trajetória de Antonia Correia, o trabalho contribui para ampliar o debate sobre a agência escrava, evidenciando que homens e mulheres escravizados não foram apenas sujeitos passivos, mas atuaram de forma ativa na busca por melhores condições de vida e liberdade. Assim, o estudo reforça a importância de investigações que valorizem as experiências individuais como chave de interpretação das estruturas sociais do período.

Redes de financiamento do tráfico de escravizados: a articulação entre Alta Guiné e Grão-Pará através do contrato de Cacheu, Bissau e Cabo Verde (século XVIII)

Marley Antonia Silva da Silva – Instituto Federal do Pará

O presente trabalho analisa o financiamento do tráfico de africanos escravizados entre a Alta Guiné e o Grão-Pará nas últimas décadas do século XVIII, com ênfase no contrato de Cacheu, Bissau e Cabo Verde. Parte-se da compreensão de que as conexões atlânticas entre a costa ocidental africana e o norte da América portuguesa constituíram um eixo estruturante para o abastecimento de mão de obra na região amazônica. Inicialmente, discute-se a formação dessas redes desde o final do século XVII, destacando o caráter irregular e limitado do tráfico até a criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, responsável por sua intensificação no período pombalino. Em seguida, analisa se a reorganização do comércio de escravizados após a extinção do monopólio da Companhia, em 1777, quando a atividade foi reaberta à iniciativa particular.

Nesse contexto, o contrato de Cacheu, Bissau e Cabo Verde emerge como uma tentativa de reestruturação das redes mercantis e de financiamento do tráfico, articulando interesses de negociantes da metrópole e da colônia, especialmente do Pará. A partir de documentação administrativa e correspondências oficiais, o estudo examina o funcionamento dessa sociedade mercantil, suas estratégias de crédito, circulação de embarcações e volume de africanos transportados, evidenciando seus limites frente à experiência anterior da Companhia pombalina. Argumenta-se que, embora relevante, o contrato não foi suficiente para sustentar, de forma duradoura, o fluxo de trabalhadores escravizados entre a Alta Guiné e o Grão-Pará, revelando as fragilidades estruturais do financiamento do tráfico na região.

Ao articular história econômica e história atlântica, o trabalho contribui para a compreensão das especificidades do tráfico negreiro na Amazônia colonial, destacando o papel das redes mercantis, das políticas imperiais e dos agentes locais na organização desse comércio.

Os discursos sobre arquitetura e urbanismo no bispado de Dom Frei Manoel da Cruz no Maranhão e em Mariana (1739-1764)

Mateus Alves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Frei Manoel da Cruz (1690-1764), religioso de origem portuguesa e membro da ordem de Cister, aportou em São Luís em 1739 para assumir o bispado. Em poucos anos, em 1747, já seria chamado a ocupar o recém-fundado bispado de Mariana, onde assumiria após longo trajeto e ali permaneceria até a sua morte, em 1764. Essa pesquisa volta-se com particular atenção sobre as questões ligadas à arquitetura e ao urbanismo presentes na documentação deixada por e sobre Dom Frei Manoel da Cruz, com o intuito de perceber como se desenvolve um discurso sobre a arquitetura e o urbanismo sob a ótica do governo eclesiástico e da relação deste com o cenário urbano. Como líder espiritual maior e de grande influência sobre os assuntos das cidades e da vida urbana, Dom Frei Manoel da Cruz se apresenta como uma das figuras-chave para o entendimento das relações entre a população urbana e a administração colonial. Dois conjuntos documentais são essenciais para recompor essas narrativas: o conjunto de cartas elaboradas pelo Frei durante seu governo episcopal nas duas cidades (reunidas no Copiador de Cartas de 1739 a 1762); e as narrativas laudatórias da viagem e da entrada do novo bispo na cidade de Mariana (o Aureo Throno Episcopal, de 1759). Por meio desses documentos é possível identificar diferentes dimensões da prática construtiva e da estruturação urbana. No campo da arquitetura, descrevem-se as condições físicas dos templos religiosos, com particular interesse nas catedrais; os debates em torno das técnicas e materiais construtivos; o apreço pela ornamentação dos espaços de culto. No campo dos aparatos efêmeros, observa-se o uso da arquitetura na reconfiguração dos espaços, na elaboração grandiosa das festas, procissões e entradas, com especial atenção à celebração da chegada do novo bispo à cidade de Mariana. No que diz respeito à estrutura das cidades, evidenciam-se as demandas da constituição da nova malha urbana para a antiga Vila do Carmo, então elevada à cidade de Mariana com a instituição do Bispado. Com essa investigação, busca-se responder, em primeiro lugar, em que medida os discursos revelam o conhecimento e o interesse do líder episcopal por questões ligadas à construção e à estruturação da cidade. Busca-se, ainda, compreender em que medida esses discursos e demandas constituem um elemento de continuidade entre as duas dioceses sob sua administração.

Na liberdade dos filhos de Deus: Sacramentos, parentesco e alforria no Recôncavo da Guanabara (Século XVIII)

Mateus Barbosa da Nóbrega – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Esta comunicação investiga a complexa relação entre as práticas religiosas católicas, as estratégias de liberdade e a construção de redes sociais por escravos, libertos e senhores no Recôncavo da Guanabara, no século XVIII. O problema central é compreender como os sacramentos do Batismo e do Matrimônio, somados ao compadrio, foram instrumentalizados para mediar relações e alcançar objetivos temporais. A pesquisa analisa um sistema no qual a Igreja Católica, ao mesmo tempo que legitimava o cativeiro,

amparada em Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino, disponibilizava rituais sagrados que abriam caminhos para a liberdade, como a alforria de pia.

A análise fundamenta-se na sacramentalidade católica, decifrando o universo mental de Antigo Regime a partir do Concílio de Trento (1545-1563), do Catecismo Romano (1566) e das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1719). A hipótese central sustenta que a permanência no cativeiro após o Batismo era teologicamente ressignificada como estado de provação. A escravidão terrena transformava-se em caminho para o desenvolvimento de virtudes cristãs, numa piedosa imitação da Paixão de Cristo. Nesse quadro, a alforria tornava-se o reconhecimento senhorial do mérito espiritual alcançado pelo cativo, muitas vezes concedida "por amor a Deus" ou pelos “bons serviços prestados”, tanto realizados por si ou pelos méritos da mãe do escravo liberto, como no caso das alforrias batismais.

Argumenta-se que a instrumentalização estratégica desses sacramentos permitiu aos escravos a formação de densas redes de parentesco espiritual e familiar. Em diálogo com o debate historiográfico sobre a agência escrava, sobretudo com Roberto Guedes, Márcio Soares e Moisés Peixoto, o estudo inova ao enfatizar a sacralidade dos rituais como elemento central. Os vínculos matrimoniais e o apadrinhamento não visavam apenas a legitimação divina, mas a consolidação de alianças que garantiam a sobrevivência e pavimentavam a mobilidade social das famílias egressas do cativeiro. A metodologia baseia-se no cruzamento nominativo de fontes paroquiais, operando com milhares de registros batismais e matrimoniais de algumas freguesias do Recôncavo da Guanabara, como a de Nossa Senhora do Pilar do Iguaçu, por exemplo. Sob a inspiração da micro-história e da história cultural, a pesquisa articula abordagens seriais e qualitativas para reconstruir as trajetórias de vida e as redes de sociabilidade. Ao seguir os nomes dos indivíduos através dos assentos, espera-se demonstrar a capacidade de agência dos cativos, buscando alcançar a graça da alforria.

O confessor, o exorcista e as feiticeiras: verso e reverso da trajetória de um cura de almas processado pela Inquisição
Matheus Antônio da Silva Sousa – Universidade Federal de São João del-Rei

A presente comunicação objetiva apresentar, em linhas gerais, o caso de um “cura de almas” processado pela Inquisição portuguesa entre 1757 e 1759. Sacerdote do hábito de São Pedro, confessor e exorcista atuante no Bispado da Guarda, ao norte de Portugal, Manuel Antunes foi enredado nas malhas do Santo Ofício por culpas de solicitação no confessionário, abuso dos exorcismos e molinosismo. O padre, com efeito, praticava uma série de ações lascivas com as mulheres que confessava, exorcizava e orientava no espírito, recorrendo a um conjunto de justificativas pias e desculpabilizantes com o propósito de chancelar seus desvios. Nessa lógica, não apenas solicitava as penitentes para “tratos torpes e desonestos”, como também as abraçava, beijava, despia, tocava-lhes os seios e, muitas vezes, sob o alegado propósito de livrá-las dos tormentos demoníacos

que diziam padecer, passava com elas a noite. Mas tais atitudes, longe de serem ofensivas a Deus, eram por ele reputadas como lícitas, puras e livres de qualquer reprimenda, uma vez que correspondiam ao amor que nutria não pelo corpo, mas pela alma daquelas mulheres. Tudo, afinal, seria apenas executado "em Deus e por caridade, com o fim de as humilhar, experimentar e fundar na obediência" (ANTT. IL. Proc. 3452, fl. 110-113). O sacerdote, além disso, procurava persuadir as penitentes de que eram feiticeiras e mantinham "pacto com o Demônio", levando-as a se autodelatarem falsamente perante o Santo Ofício, do que resultava grande escândalo. Sobre os ombros de Antunes recaíam, assim, acusações de considerável peso, adquirindo particular relevo a suspeita de ser ele um sequaz da "perniciosa doutrina de Miguel de Molinos", místico aragonês condenado pela Inquisição romana em 1687 por admitir, entre outras proposições, a licitude dos relacionamentos carnais sob determinadas circunstâncias. À luz desses aspectos, a comunicação pretende debater os principais elementos que emergem do processo em causa, situando temas como o fenômeno do molinosismo no Portugal do século XVIII, o papel dos diretores de consciência na vida espiritual dos leigos, a importância do sacramento da penitência para a pastoral tridentina e, não menos significativo, os problemas relativos à indisciplina do clero, notadamente nas manifestações da luxúria assimilável à heresia. Busca-se demonstrar, por outro lado, que os excessos praticados por confessores e exorcistas no exercício de suas funções, sobretudo quando conectáveis com os erros de Molinos, continuaram a despertar a preocupação dos inquisidores também em tempos de D. José I e do futuro Marquês de Pombal, trazendo à tona velhos dilemas em novos contextos.

Entre o sertão e o mar, uma família: formação territorial a partir de famílias não brancas (Rio Grande do Norte e Pernambuco, séculos XVIII-XIX)

Matheus Barbosa Santos – Memorial do Legislativo Mateus de Medeiros Lula / Câmara Municipal de Currais Novos

Investiga o fenômeno da territorialização e territorialidades entre o Totoró – a partir de 1808, passa a se chamar Povoação dos Currais Novos, atual município de Currais Novos/RN –, localizado no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte, e Igarassu/PE, na Capitania de Pernambuco, entre os séculos XVIII e XIX. Metodologicamente partiu de revisão historiográfica, análise e transcrição de inventários post mortem e cartas de alforria, que foram cruzadas com registros paroquiais de batismo e casamento da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó, Freguesia dos Santos Cosme e Damião de Igarassu, Freguesia de Nossa Senhora da Guia do Acari e Freguesia da Senhora Santa Ana dos Currais Novos; além de trabalhar com os registros civis de nascimento, casamento e óbito de Igarassu/PE e Recife/PE. Partiu da hipótese que o fenômeno da territorialização e da territorialidade, não envolveu apenas a família Lopes Galvão, sujeitos com ascendência portuguesa, de origem luso-brasílica, notadamente brancos e livres, elegidos enquanto os desbravadores e povoadores do Totoró, que teriam partido de Igarassu, na Capitania de Pernambuco, para tomarem posses de suas terras no sertão da Capitania do Rio Grande do Norte, na porção territorial localizada na Ribeira

do Acauã, na segunda metade do século XVIII. Acreditamos, no entanto, que nesse fenômeno houve a participação de indivíduos e famílias não brancas, fossem eles escravizados, forros ou livres. Utilizando os pressupostos da História Quantitativa e Serial e da Micro-História, foi realizado o cruzamento de dados entre fontes judiciais, eclesiásticas e civis, que abrangem os séculos XVIII, XIX, XX e XXI, com o intuito de investigar o processo de formação familiar e constituição de trajetórias e redes de parentela não-brancas, do acúmulo de cabedal por parte dos sujeitos e suas famílias, e dos usos e apropriações entre os territórios do Totoró e de Igarassu. A partir das discussões de Claude Raffestin, Marcelo Souza e Marco Saquet, das pesquisas de Manoela Pedroza e Helder Macedo, foi possível constatar que os integrantes das famílias não-brancas também foram responsáveis pelo processo de territorialização e territorialidade dos lugares referidos, que estavam inseridos nas malhas sociais do seu tempo e espaço, como é o caso da família do Miguel Figueira Galvão e Maria Madalena da Conceição.

França Antártica: Inquisição, colonização e protestantismo

Matheus Jesus de Santana – Universidade de São Paulo

A expansão marítima pelo Atlântico e Índico, a colonização e o fortalecimento da atividade comercial pluricontinental pelas potências ibéricas são marcantes para o continente europeu do século XVI em diante. Também neste período, as transformações na forma de exercício da religião se consolidaram, foi o século das Reformas, tanto a Protestante iniciada no Sacro-Império e irradiada principalmente para o norte do continente, quanto a Reforma Católica, estabelecendo normas mais rígidas e maior coesão doutrinária na Igreja de Roma. O reino português na Época Moderna possuía estreitas relações entre Igreja e Estado. A Inquisição Portuguesa fundada em 1536 representa uma multiplicidade de interesses, pois no plano espiritual a Inquisição representava a manutenção da ortodoxia católica, no plano terreno o funcionamento e escolha dos cargos do tribunal dependia da aprovação secular. Somando-se esses fatores internos e externos à Portugal, quando analisada a perseguição aos réus acusados de protestantismo, fração minoritária de perseguidos, entre as décadas de 1530 a 1650, há um relevante número de franceses indiciados. A maior atenção dada aos franceses pode-se explicar pelos conflitos internos de seu reino por conta das Guerras Religiosas, ou pela ameaça que esses súditos franceses poderiam representar ao projeto colonial da Coroa no Atlântico. Afinal, dentro dos domínios ultramarinos lusitanos o protestantismo francês se tornou problema concreto aos planos expansionistas da coroa portuguesa, como a França Antártica (1555-1560) na Baía de Guanabara. Tendo em vista a não-aceitação da divisão do mundo chancelada pelo papado, esta foi a primeira tentativa francesa de possuir domínios coloniais na América e os súditos encarregados da tarefa foram calvinistas franceses, os huguenotes. No auge da repressão inquisitorial ao protestantismo, dentre os 21 franceses processados em 1561, há Jean de Cointac (ou João de Cointa), o último governador da França Antártica, enviado do Brasil ao tribunal inquisitorial lisboeta após a derrota em março 1560, a mando governador-geral Mem de Sá. A manutenção dos domínios portugueses no Novo Mundo era também a garantia da presença da Igreja Católica e das

suas ordens nos novos territórios. O papel institucional da Inquisição auxiliou na exclusividade do comércio para os portugueses e a garantia da continuidade do catolicismo nos territórios ultramarinos, o monopólio da fé. Ao longo da exposição, será demonstrado como a institucionalidade religiosa também contribuiu ao delicado arranjo colonial lusitano entre capitães-mores e missionários católicos pelo controle dos povos indígenas.

A "Fera" Inquisitorial: representações das Inquisições realizadas por judeus e cristãos-novos na Diáspora (século XVI)

Matheus Sales Souza – Universidade de São Paulo

As expulsões e as conversões forçadas dos judeus na Península Ibérica geraram um grande fluxo migratório pelo mundo. Decorrente desses processos, a perseguição inquisitorial tinha como principal alvo os neófitos, com o objetivo de reprimir as suas crenças e hábitos. Esse esforço institucional de apagamento gerou reações por parte de grupos de judeus no exílio, os quais produziram obras manuscritas e impressas de teor apologético e memorialístico, com o objetivo de justificar teologicamente o seu sofrimento coletivo e para encorajar aqueles que estavam na Península não abandonarem a fé mosaica, ainda que vivida em segredo. Dessa maneira, a presente comunicação identifica e analisa os principais topoi e representações literárias da Inquisição mobilizadas por autores como Samuel Usque, Salomão ibn Verga, Joseph Ha-Cohen ao longo do século XVI. Tais autores valeram-se de recursos literários variados para se referirem à Inquisição e à perseguição sofrida pelos conversos. As metáforas disfarçavam a mensagem crítica transmitida sobre a Inquisição. Entre as imagens mobilizadas, destaca-se a bestialização do Santo Ofício, retratado como um "monstro feroz" que se alimenta de corpos humanos e "rouba o sangue, os bens e a vida" na obra Consolação às Tribulações de Israel (1553), de Usque. Muitas dessas imagens são tributárias das descrições feitas por Flávio Josefo acerca da perseguição romana aos judeus na Antiguidade. Outras construções baseiam se na tipologia bíblica do cativeiro no Egito, como no Emek HaBacha ("O Vale das Lágrimas", c. 1575) de Ha-Cohen, onde a Coroa e a Inquisição assumem a face do Faraó. Adicionalmente, é visível o uso metafórico da Babilônia nas cartas do cristão-novo Luis de Carvajal, executado na Nova Espanha em 1596. Essas mensagens, mesmo que fragmentadas, eram produzidas e propagadas pelas redes de cristãos-novos e circulavam pelos espaços ibéricos e iberizados, servindo para reforçar entre eles a percepção crítica em relação ao funcionamento do tribunal. A circulação dos livros que continham esses conteúdos foi proibida no Mundo Ibérico, sendo incluídos nos sucessivos indexes. Mas ainda assim, são encontradas algumas menções ao uso e circulação de seus textos em processos inquisitoriais. Por fim, este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa ainda em desenvolvimento preliminar no âmbito do mestrado em História Social, cujas reflexões fundamentam a análise aqui proposta.

Atuação política dos Kayapó do Sul em Goiás no século XVIII: Conflitos, resistências e alianças

Matheus Silva Alvarenga – Universidade Estadual Paulista

A presente comunicação tem como objetivo discutir a presença dos Kayapó meridionais em Goiás e sua atuação política a partir do início da ocupação da capitania no século XVIII. Esse grupo historicamente ocupou uma grande área do Brasil central, e nas fontes coloniais do período foi retratado como um grande empecilho para a exploração econômica da região, sobretudo pelos seus ataques e saques no chamado "Caminho de Goiás", importante rota que ligava as minas de Goiás à Capitania de São Paulo. Assim, será trabalhada a atuação política dos Kayapó, que por mais de meio século resistiram aos ataques organizados pela Coroa portuguesa com o objetivo de "desinfetá-los" da região. Com o emprego do Diretório dos Índios, na capitania de Goiás em 1755, as diretrizes do governo colonial para se relacionar com essas populações são alteradas. A nova legislação passou a recomendar o aldeamento dos indígenas, a partir de uma lógica assimilacionista que buscava agora transformar os Kayapó em súditos da Coroa, alterando a organização social tradicional dessas populações. Contudo, apesar das orientações, os conflitos continuaram e o Diretório foi tardiamente aplicado. Apenas em 1780, um grupo de Kayapó optou por se aldear, negociando sua localização e estabelecendo Maria I como o primeiro aldeamento construído para abrigar o grupo. Dessa forma, a política indigenista empregada em Goiás e suas transformações será discutida a partir das diferentes formas de atuação dos Kayapó meridionais, seja pelo conflito, resistência ou aliança com o poder colonial. Palavras-Chave: Política indígena; Kayapó Meridionais; Goiás; Diretório dos Índios

Entre o escrito e o visual: os espaços amazônicos nos relatos dos padres jesuítas Anselm Eckart e Franz Veigl (século XVIII)

Maurício José Quaresma Silva – Universidade Federal do Pará

Durante o século XVIII, os membros da Companhia de Jesus não apenas realizaram atividades missionárias, mas também elaboraram mapas, textos e imagens acerca dos elementos naturais e das populações indígenas da América ibérica. Esta comunicação tem como objetivo analisar as representações dos espaços amazônicos nos relatos escritos e visuais produzidos pelos padres jesuítas Anselm Eckart (1721-1809) e Franz Veigl (1723-1798), que atuaram, respectivamente, no Estado do Grão-Pará e Maranhão e na Província de Maynas, territórios situados na fronteira amazônica entre os impérios português e espanhol. Diante disso, o problema central consiste em compreender de que forma esses mapas, textos e imagens contribuíram para a construção simbólica de espacialidades coloniais em zonas de fronteira. A hipótese deste estudo é que tais relatos podem ser entendidos como um conjunto de narrativas que integra cartografia missionária, crônicas jesuíticas e elementos iconográficos, contribuindo para a produção de conhecimento científico acerca da Amazônia ibérica. Nesse sentido, a perspectiva teórica dialoga com as reflexões de Nelson Papavero e Antonio Porro (2013), Mirela Altic (2022), Jorge

Gasché (2006) e Irina Saladin (2024), que analisam a história e o conteúdo dos relatos de Eckart e Veigl. A metodologia consiste em uma abordagem comparativa dessas produções, articulando análises cartográfica, textual e imagética, com destaque para a circulação transatlântica do saber científico. Além disso, a pesquisa incorpora os pressupostos metodológicos e a crítica histórica do campo da História Digital, considerando os processos de acesso, organização e análise de documentos históricos digitalizados e disponibilizados em ambientes digitais. As fontes principais do trabalho incluem mapas, textos e imagens elaborados pelo padre Eckart e pelo padre Veigl entre 1753 e 1785 e publicados pelo poliglota e publicista germânico Christoph Gottlieb von Murr (1733-1811), no Sacro Império Romano-Germânico. Dessa forma, o principal resultado indica que a produção e a publicação de tais narrativas, em um contexto de supressão da Companhia de Jesus, foram fundamentais para a espacialização da região amazônica, operando simultaneamente como dispositivos religiosos, científicos e políticos na consolidação das dinâmicas transimperiais do século XVIII.

Palavras-chave: Amazônia ibérica; natureza; Companhia de Jesus; indígenas; fronteiras coloniais.

As contribuições dos povos muçulmanos na construção espacial e imagem da cidade de Salvador, Bahia

Maurício Wilson Camilo da Silva – Universidade Federal da Bahia

A contribuição muçulmana, tanto moura quanto dos povos da África Ocidental islamizados (imalês), manifesta-se na forma e na imagem da cidade de Salvador, Bahia. Esse aporte pode ser compreendido a partir de duas matrizes históricas: a herança cultural lusitana, marcada pela presença moura na Península Ibérica, e o impacto direto da diáspora africana com a chegada de populações muçulmanas ao Brasil. A análise busca evidenciar que a relação do soteropolitano com a cidade e seus espaços constitui a materialização de uma memória urbana que dialoga com estruturas e princípios simbólicos das Medinas. O objetivo da pesquisa é investigar como o legado mourisco, adquirido pela cultura portuguesa e a contribuição direta de africanos islamizados impactaram a estética construtiva e a organização socioespacial de Salvador. Conclui-se que Salvador é um paradigma de confluência civilizacional. A herança luso-mourisca se reflete em elementos arquitetônicos como azulejos, telhas mouriscas ou coloniais e a tecnologia da azenha. Já a herança dos povos em diáspora, introduziu uma matriz muçulmana direta: estes africanos utilizaram a ética Islâmica como força coesiva sociopolítica e redefiniram a apropriação dos espaços urbanos (cantos e ruelas). Assim, a forma urbana e a produção arquitetônica de Salvador carregam a memória simbólica e estrutural das cidades islâmicas, resultante do entrelaçamento dinâmico dessas manifestações étnico-culturais.

As reflexões sobre o lugar de mulheres negras na construção das cidades atlânticas e suas territorialidades como disputa de narrativas espaciais

Maurício Wilson Camilo da Silva – Universidade Federal da Bahia

Na tentativa de desconstruir a hegemonia da epistemologia colonial/moderna, propõe aqui as reflexões sobre o lugar de mulheres negras nas cidades atlânticas, através do diálogo com as teorias anticoloniais e o seu lugar na construção de outras epistemologias, destacando os sujeitos matriarcados oprimidos pela subalternização, colonização e racismo, e cujas resistências se manifestam em formas de reconstrução simbólica e outras estratégias de sociabilidades nas cidades.

Neste sentido, propomos a reflexão crítica sobre a ideia de modernidade e colonização, trazendo como contraponto as memórias e territorialidades das mulheres negras nas cidades atlânticas, que constitui o tema central deste debate.

Torna, portanto, um esforço para leituras e reflexões sobre os traumas de colonização/modernização e suas implicações nos corpos e territórios dos países do Sul, e dos lugares das mulheres negras e suas formas de construção e relação com o espaço.

Nesse âmbito, torna destaque as diferentes manifestações políticas, econômicas, culturais e religiosas presentes nas formas de organização das mulheres do continente africano e suas diásporas atlânticas, a partir das suas estruturas de organizações e significações nas cidades atlânticas.

Os estudos anticoloniais a partir do diálogo com os pensamentos relacionados às mulheres negras, traçam um caminho de luta contra a violência provocada pela hegemonia colonial/moderna no campo da produção de conhecimento, saberes e fazeres que legitimou e foi legitimada pela colonização europeia. A construção de um matriz de pensamento hegemônico e ideológico produzido a partir da Europa, a colocando como o centro e o horizonte a ser alcançado, consolidou os processos de subalternização, colonização e desenvolvimentismo em prol da modernidade em todo o planeta.

É urgente, portanto, a produção, visibilização e legitimação de outras epistemologias a partir de uma pluridiversidade mais abrangente e inclusiva, que não apenas questiona a hegemonia europeia, mas que também valorize as práticas de mulheres que foram subalternizadas onde pulsa uma realidade que foi e constantemente são apagadas, e que por outro lado vem se reinventando e resistindo.

Dessa forma, frente aos atuais desafios de romper com esse pensamento dominante, acreditamos que a partir da proposta de construção de outras epistemologias africanas com pensamentos de fronteira e liminares, sejam capazes de reconhecer e afirmar matrizes e outras cosmo-percepções, cosmo sensações e novas formas de enxergar as mulheres e suas relações com o espaço do conhecimento, as encruzilhadas e as disputas

da vida a partir de saberes e práticas contra hegemônicos. Como é o caso de dar um novo lugar de enunciação para as territorialidades das mulheres negras.

Políticas indígenas e indigenistas no Maranhão colonial (1798-1821)

Mayara Silva Ferreira – Universidade Federal do Maranhão

Essa pesquisa buscou investigar como os indígenas e a administração metropolitana no Maranhão se apropriaram das leis indigenistas aplicadas em meados dos setecentos, de modo particular, o Alvará Régio de 4 de abril de 1755, a lei de 6 de junho de 1755, o Alvará Régio de 7 de junho de 1755 e o Diretório dos Índios (1757), para garantir seus interesses. Tanto as leis de 1755 quanto o Diretório dos índios foram divulgados em 1757, e faziam parte de um projeto metropolitano que visava fortalecer o poder do rei, enfraquecer o clero e a nobreza e aumentar a produção colonial diante de perdas na Ásia e na África. As mudanças na legislação indigenista impactaram diretamente o Maranhão e suas populações nativas e estudos sobre o tema ainda são poucos. O intervalo temporal escolhido, 1798 – 1821, se deu pela vontade de compreender o que teria acontecido, na conjuntura maranhense, após a publicação da Carta Régia de 12 de maio de 1798, que teria abolido o Diretório dos Índios, e as mudanças provocadas com a vinda da corte portuguesa para o Brasil e o recrudescimento da política indigenista com a volta das guerras justas.

A pesquisa será desenvolvida dentro da égide da Nova História Indígena, vertente que tenta explicar a história do atual Brasil considerando a agência dos povos indígenas, que durante séculos foram tratados apenas como vítimas passivas e derrotadas, sem qualquer impacto para formação do atual Estado nacional. Essa temática é importante porque tenta compreender como os povos nativos atuaram diante do processo colonizador que foi tão violento e dominador, e como eram capazes de se apropriar de leis que dispunham sobre eles, e, também, influenciá-las.

A capitania do Maranhão, inserida na América Portuguesa, e, posteriormente, ao Império do Brasil, era um espaço extremamente complexo que abrigava populações diversas e que recebia o impacto de decisões tomadas baseadas nas necessidades de sua metrópole, Portugal, e, de experiências em todo um mundo Atlântico que, a despeito da distância e da dificuldade de comunicação, estava conectado. As Leis de 1755 foram leis que garantiram aos povos indígenas o direito à liberdade, de suas pessoas e bens, ao trabalho remunerado, as suas terras, ao casamento mistos, além de abolir o poder temporal dos missionários sobre os mesmos. A liberdade aos povos nativos aliados já havia sido promulgada outras vezes, sendo sempre abolida pois desagradava tanto aos colonos quanto a Coroa que considerava a perda do trabalho escravizado deles inaceitável.

Nesse contexto era inevitável que fossem criados instrumentos que limitassem a liberdade dos índios, e por isso foi elaborado O Diretório que se deve observar nas povoações de índios do Pará e Maranhão enquanto sua Majestade não determinar o contrário (1757). O

Diretório dos índios, ou Diretório Pombalino, entre outras providências, criou o cargo de diretor dos índios, pessoa civil que deveria administrar as rendas indígenas e receber uma porcentagem de tudo que eles produzissem, até que estes fossem considerados aptos e completamente civilizados, ademais os diferentes povos indígenas não podiam sair de suas vilas ou se recusarem a trabalhar ficando completamente à mercê dos colonos. Apesar de terem seus direitos continuamente limitados e desrespeitados, os indígenas se rebelavam, fugiam e tentavam sobreviver a esse mundo colonial hostil.

Depois de quase meio século de vigência do Diretório, o governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, D. Francisco de Souza Coutinho, a capitania do Maranhão fazia parte do Estado do Maranhão e Piauí, propôs a rainha D. Maria I que o Diretório do Índios fosse abolido, por considerar que os indígenas já haviam sido civilizados e estavam sendo apenas explorados por seus diretores. Se a temática do Diretório dos índios já foi explorada de forma significativa em outros espaços da antiga América Portuguesa, tal não ocorreu no atual Estado do Maranhão, e a efetividade ou não da Carta Régia que o teria abolido foi ainda mais esquecida.

A metodologia utilizada do desenvolvimento dessa pesquisa é a pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental se apoia em documentos primários produzidos durante o período colonial e disponíveis no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), no Arquivo Público do Tribunal de Justiça do Maranhão (ATJM) e no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Os principais documentos utilizados são as correspondências do Fundo da Secretaria de Governo (APEM). As Leis de 1755, o Diretório dos índios e a Carta Régia de 1798 também serão utilizadas como fontes primárias.

A historiografia maranhense tentou ao máximo apagar a agência e a presença indígena no Maranhão, exaltando continuamente os colonizadores, assim, temáticas como o Diretório dos Índios e a Carta Régia de 12 de maio de 1798 foram invisibilizados. Ao revelar a agência indígena, e de outras parcelas da população marginalizada que com eles conviviam, é possível escrever uma história do Brasil mais plural e menos homogênea e, portanto, mais aproximada da realidade.

Reformas postais, comércio e estrutura fazendária: o caso da Administração de correio de Mato Grosso em fins do século XVIII

Mayra Calandrini Guapindaia – Universidade Federal do Mato Grosso

A comunicação escrita foi essencial para o Império português e a circulação de ideias e ordens políticas dependia da existência de uma organização postal. Em 1798, uma reforma instituiu Administrações de correio na América portuguesa. Para o caso de Mato Grosso, isso significou uma tentativa por parte do governo da capitania de mitigar a posição periférica do território na estrutura da monarquia. Nesse sentido, fica clara a tentativa de organizar administrativamente o serviço. Isso se dá especialmente a partir das

ações do governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, da Provedoria da Real Fazenda e dos oficiais recém-contratados pela nova Administração de correio.

Esta comunicação tem o intuito de compreender como a reforma postal neste espaço se desenvolveu a partir de trâmites administrativos que envolveram, sobretudo, empregados régios envolvidos com a estrutura fazendária da capitania e, também, com os trâmites de comércio entre Mato Grosso e Pará nos anos finais do século XVIII e iniciais do século XIX. Além disso, busca-se inserir a análise da comunicação postal deste território em um entendimento mais amplo das reformas postais enquanto um conjunto de ideias sobre a reestruturação da Monarquia portuguesa que circularam em finais do século XVIII.

A apropriação de saberes indígenas de cura como ferramenta para a colonização da América Portuguesa no século XVI

Melissa Beatriz de Lima Silva – PPGHCS/Fiocruz

Este estudo investiga e ressalta a contribuição indígena para o campo da saúde no contexto quinhentista de colonização da América Portuguesa, com foco nas regiões de Pernambuco e Bahia. Parte-se da hipótese de que os conhecimentos indígenas acerca de propriedades medicinais das plantas foram um dos pilares de sustentação da governação portuguesa da América, diante da inviabilidade, neste momento, da importação sistemática de médicos e remédios da Europa.

A pesquisa baseia-se na análise crítica de fontes quinhentistas, como o Tratado Descritivo do Brasil em 1587, de Gabriel Soares de Sousa; os Tratados da Terra e Gente do Brasil, de Fernão Cardim e as Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões, de José de Anchieta, essenciais para a compreensão das práticas de cura, dos usos da flora nativa, e dos complexos processos de apropriação, disputa e deslegitimação – estes, empreendidos pelos colonizadores.

Argumenta-se que os agentes coloniais, simultaneamente, dependiam dos conhecimentos indígenas para a sobrevivência e manutenção da colonização, e mobilizavam estratégias discursivas de deslegitimação dessas práticas, associando-as ao erro, à feitiçaria e ao pecado, enquanto incorporavam-nas em seu cotidiano. Os mecanismos de negativização destes sujeitos auxiliavam na justificação da conquista e da violência empreendidas nesta.

Ao sublinhar o protagonismo indígena na mediação entre a natureza e o projeto de colonização, o presente estudo dialoga com a Nova História Indígena, representada por autores como John Monteiro, Manuela Carneiro da Cunha e Maria Regina Celestino de Almeida, pela assumpção fundamental dos indígenas enquanto agentes históricos ativos e partícipes dos processos de formação da América Portuguesa.

Alinha-se, ainda, aos trabalhos sobre práticas de cura no contexto das complexas relações coloniais entre jesuítas e indígenas, presentes em trabalhos como os de Carlos Miranda,

Heloísa Gesteira e Lais Souza; bem como às investigações sobre circulação de plantas e conhecimentos, a exemplo daquelas propostas por Lorelai Kury.

Nesta dinâmica, a medicina e a fé expressam-se como mecanismos de poder e governança, evidenciando a relevância das artes de curar para os processos políticos e culturais do Império português quinhentista.

Laços de Reciprocidade e Parentesco: Agência, Estratégias Familiares e Redes de Sociabilidade na Transição Econômica de Santa Luzia, Goiás (1772-1913)

Milena Juliana do Nascimento – Universidade de Brasília

Este trabalho apresenta uma pesquisa em andamento sobre a atuação social de negros e mestiços (escravizados, forros ou livres) em Santa Luzia, Goiás, entre 1772 e 1913. O estudo analisa como as transformações econômicas da região – do auge e declínio da mineração aurífera à transição para uma "economia de abastança" (BERTRAN, 2011) – impactaram as estratégias familiares e as redes de sociabilidade.

A metodologia baseia-se no cruzamento nominativo de registros paroquiais de batismo e casamento, utilizando o software FileMaker para a estruturação de um banco de dados. Este processo, compreendido como uma operação técnica, permite investigar indicadores demográficos – como razão de sexo, ilegitimidade, origem dos escravizados e mortalidade infantil – e mapear as redes de sociabilidade resultantes. O objetivo é compreender a agência social desses sujeitos por meio dos laços de compadrio, apadrinhamento e matrimônio, contrastando estas dinâmicas com outros contextos historiográficos, como o das regiões de plantation.

A pesquisa levanta a hipótese de que as alterações econômicas impactaram as dinâmicas sociais locais, especialmente a formação das famílias escravizadas. Essa teoria é reforçada pelo declínio na importação de escravizados após o esgotamento das minas. Dados de Karasch (2016) indicam que, em 1804, Santa Luzia possuía 1.264 escravizados (768 homens e 496 mulheres), resultando numa elevada razão de sexo de 154,83. Já em 1832, a população cativa reduziu-se para 741 indivíduos, com um equilíbrio demográfico notável: 390 homens (52,63%) e 351 mulheres (47,37%), fixando a razão de sexo em 111,11.

Estes números sugerem que o fim da prioridade mineradora (que privilegiava a mão de obra masculina) favoreceu a estabilidade das redes de parentesco e a manutenção de continuidades culturais. Um exemplo reside na produção artesanal da marmelada, que ganhou relevância no contexto de adaptação econômica e persiste até hoje como patrimônio imaterial de Goiás. Assim, através da análise dos registros paroquiais e desses indicadores, busca-se evidenciar como as famílias escravizadas atuaram como núcleos de negociação perante as mudanças do cenário econômico regional.

Dom frei Cipriano de São José: o jardim de um franciscano no período do reformismo ilustrado em Minas Gerais

Moacir Maia – Universidade Federal de Viçosa

No final do século XVIII, o franciscano português dom frei Cipriano de São José foi nomeado e sagrado bispo da primeira diocese constituída no território da capitania de Minas Gerais. Frei Cipriano havia tecido trajetória como professor e visitador da Ordem Franciscana, com décadas de dedicação à vida confrarial no interior dos conventos portugueses. Na América Portuguesa ocuparia um papel chave no governo eclesiástico da primeira e única diocese da capitania, administrando um extenso e importante território dentro do quadro ultramarino português. Pós-Conjuração Mineira e em contexto de declínio da mineração aurífera, seu governo foi marcado por uma imagem de austeridade e de significativa ordenação de clérigos. Contudo, foi o interesse erudito de dom frei Cipriano pelo campo da História Natural que chamou a atenção dos naturalistas europeus que visitaram o Brasil no início do século XIX. Auguste Saint-Hilaire, o botânico Von Martius, o zoólogo Von Spix e outros cientistas deixaram preciosos registros da atenção dispensada pelo franciscano aos cultivos de espécies nativas e estrangeiras, a recolha de plantas e minerais, a organização de biblioteca com extensa obra de história natural e a constituição de gabinete de curiosidades, que reunia parte do seu interesse e evidenciava o olhar do ex-professor, franciscano e membro da elite governativa, na junta do governo mineiro, na temática do chamado mundo natural. Esse olhar erudito aparece especialmente em sua residência: a chácara da Olaria, que abrigava o palácio episcopal de Mariana. Nela, o franciscano semeou e construiu o maior e mais bem cuidado jardim que o viajante-naturalista Saint-Hilaire observou em toda a província de Minas Gerais.

Balance sobre los reos mahometanos en los tribunales de la Inquisición española (1500 -1700): moriscos, renegados y otros

Mohamed Saadan Saadan – Universidad de Alcalá / España

La intervención se centrará en hacer un balance cuantitativo y cualitativo de los reos por mahometismo según las Relaciones de Causas de los tribunales españoles del Santo Oficio durante la Edad Moderna. Tales reos no son únicamente personas de origen islámico (moriscos y berberiscos), sino renegados cristianos también que, en su retorno a la Península después de terminada su función mercenaria o su cautiverio forzoso, tenían que pasar por los tribunales mediterráneos de la Inquisición para conseguir la "absolución ad cautelam" e insertarse de nuevo en las sociedades cristianas. Nuestra intervención consiste en una especie de inventario con una descripción detallada de las tipologías de "delitos" y las soluciones dadas por los tribunales a través de las someras Relaciones de Causas que se enviaban a la Suprema. El intervalo recogido se extiende de los principios del siglo XVI a finales del XVII.

Uma família afro-brasileira no século XIX em Salvador: apontamentos sobre relações étnico-raciais e de gênero

Mona Lisa Nunes de Souza – Universidade Estadual de Campinas

O presente trabalho visa traçar a trajetória de uma família afro-brasileira. A saga dos Garcia Rosa começou em uma ambientação ampla, naquilo que Paul Gilroy denominou de Atlântico Negro, mais especificamente, nas cidades de Lagos (atual Nigéria) e Salvador, conhecida no século XIX como Cidade da Bahia. O primeiro registro, identificado nessa pesquisa, data de 1832, quando, na condição de escravizada, Quitéria foi batizada nos ritos católicos deste lado do Atlântico, na Freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. O padre a registrou como africana, adulta da nação nagô. A constituição dessa família negra desenvolveu-se ao longo dos processos de escravização, alforria e liberdade. Configurando-se em torno de uma mãe africana, seus seis filhos brasileiros nascidos livres, três netos nascidos no continente africano e uma neta nascida no Brasil. A partir desse arranjo familiar, o quadro genealógico da descendência de Quitéria Garcia Rosa, possibilita a visualização de três gerações. Da qual, permite refletir concepções de etnicidade, gênero e raça, dentro de dinâmicas de continuidade e ruptura que marcaram a experiência da diáspora africana e da escravidão no Brasil.

Trajetórias administrativas dos primeiros vice-reis do Estado do Brasil após a transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763-1778)

Mônica da Silva Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

O presente trabalho tem como intuito analisar as administrações dos três primeiros vice-reis que atuaram após a transferência da capital da Bahia para o Rio de Janeiro, procurando, assim, entender a dinâmica política do Estado do Brasil, e o papel da capitania fluminense nesse contexto. A intenção do estudo é tratar das trajetórias administrativas de Antônio Álvares da Cunha, Conde da Cunha (1763-1767); Antônio Rolim de Moura Tavares, Conde de Azambuja (1767-1769); e Luís de Almeida Portugal Soares de Alarcão d'Eça e Melo Silva Mascarenhas, Marquês de Lavradio (1769-1778). O intuito é discutir suas atuações no vice-reinado, mas também pontuar seus serviços antes de serem nomeados e depois de terem passado pelo referido cargo no Estado do Brasil, procurando descortinar os perfis escolhidos para a função e os acrescentamentos políticos que o posto poderia (ou não) trazer. A escolha por essas três gestões se dá pelo fato de que todas ocorreram durante o reinado de D. José I (embora a última tenha se encerrado no início do reinado seguinte, de D. Maria I). A partir disso, buscaremos perceber as mudanças e as permanências que se deram entre esse período – com a transposição da capital para o Rio – e o período anterior – antes de 1763, quando a capitania ainda não tinha a função de sede, mas já possuía um papel privilegiado dentro do cenário político, econômico e social do Império português.

Corsários, marinhas e redes atlânticas: a trajetória de David Jewett entre os Estados Unidos, o Rio da Prata e o Brasil

Monica Duarte Dantas – Instituto de Estudos Brasileiros / Universidade de São Paulo

Nascido em 1772, em New London (Connecticut), David Jewett ingressou ainda jovem na marinha dos Estados Unidos, recebendo em 1799 sua comissão como Master Commandant durante a Quasi-War contra a França. A partir de sua trajetória – que o levou da marinha norte-americana à marinha mercante, possivelmente também a circuitos ligados ao tráfico atlântico de pessoas escravizadas, e depois ao corso das Províncias Unidas do Rio da Prata – esta comunicação propõe examinar os circuitos atlânticos de mobilidade militar nas décadas que marcaram a crise dos impérios ibéricos e a formação dos novos Estados americanos. Em 1822, após anos de atuação no espaço platino, Jewett chegou ao Brasil e foi incorporado à nascente marinha do Império, tornando-se um dos primeiros estrangeiros a ingressar oficialmente na armada brasileira.

Mais do que a reconstrução de uma biografia individual, a análise dessa trajetória permite compreender um fenômeno mais amplo: a circulação de oficiais e marinheiros entre diferentes projetos políticos e militares no mundo atlântico do final do século XVIII e início do XIX. A vida de Jewett ilustra um padrão recorrente de mobilidade que envolveu antigos oficiais das marinhas e exércitos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da França, que, após conflitos europeus ou americanos, passaram a integrar marinhas mercantes, atuar como corsários ou colocar sua experiência militar a serviço das guerras de independência no continente americano.

Nesse contexto, a comunicação busca articular dois problemas historiográficos. De um lado, examina como os serviços das armas, o corso e a experiência marítima se tornaram recursos importantes de inserção política e social no mundo das independências americanas. De outro, privilegia a análise das trajetórias individuais e das redes que conectavam diferentes espaços do Atlântico, evidenciando como agentes com formação militar se deslocavam entre portos.

A trajetória de Jewett também permite observar o papel das redes de sociabilidade – entre elas a maçonaria – na circulação desses indivíduos e na construção de vínculos que atravessavam fronteiras imperiais e nacionais. Assim, ao acompanhar seus deslocamentos entre os Estados Unidos, o Caribe, o espaço platino e o Brasil, esta comunicação utiliza um estudo de caso para refletir sobre a formação de um verdadeiro mercado atlântico de experiência militar e náutica, no qual capitães, corsários e oficiais transitavam entre diferentes projetos políticos e imperiais.

Saberes indígenas e registros coloniais: mediações na Amazônia seiscentista a partir da expedição de Pedro Teixeira (1637-1639)

Monyque Ferreira Brandão – Universidade de São Paulo

Este trabalho investiga o papel de povos indígenas na produção e circulação de saberes sobre a natureza na Amazônia na primeira metade do século XVII, tomando-os como sujeitos históricos ativos na construção das dinâmicas coloniais. A partir do reconhecimento de seu protagonismo, busca-se compreender como práticas relacionadas ao uso de plantas, à alimentação e ao manejo da paisagem – associadas a espaços como roças e rios – constituem formas de conhecimento que atravessam os registros coloniais.

A análise concentra-se em um conjunto de três fontes produzidas no contexto da expedição de Pedro Teixeira (1637-1639), marco da expansão portuguesa na Amazônia. Nessas narrativas, marcadas por silenciamentos e assimetrias, emergem descrições da natureza que, ainda que de forma indireta, denotam a presença de saberes e práticas indígenas. Tais registros são compreendidos não como descrições neutras, mas como espaços de encontro entre diferentes regimes de conhecimento, nos quais se evidenciam tanto a agência indígena quanto os limites impostos pelas formas coloniais de escrita.

Do ponto de vista teórico, o trabalho dialoga com a História Indígena, a História do Conhecimento e contribuições da arqueologia e da etnologia amazônicas, em uma abordagem interdisciplinar. A partir de uma leitura crítica das fontes, tensionando seus limites, busca-se compreender como esses registros permitem acessar formas de conhecimento e cosmovisões indígenas que, embora em boa parte apagadas nos documentos, foram fundamentais para a produção de saberes sobre a natureza no contexto colonial.

Ao articular práticas indígenas, uso de plantas e produção de conhecimento, a pesquisa contribui para a compreensão da Amazônia seiscentista como um espaço de circulação, transformação e persistência de saberes, no qual populações indígenas desempenharam papel central na construção de conhecimentos sobre o mundo natural.

Escravidão e liberdade em Cartagena de Indias (sécs. XVI-XVII)

Moreno Stedile – Universidade de São Paulo

A presente comunicação tem por objetivo abordar a vida social na cidade portuária de Cartagena de Indias, no vice-reino de Nova Granada, tendo em consideração a maioria africana e escravizada dentre a população do porto. Será abordado o perfil demográfico dessa população tendo em consideração os ciclos do tráfico atlântico de escravizados, sobretudo no período do Asiento português (1573-1640) – mecanismo de contratação que concedia o monopólio do comércio de escravizados para a América hispânica para traficantes lusos. Será discutido o mecanismo do Asiento, colocando em contato portos africanos como Cacheu e Luanda com o porto neogranadino. O período abordado coincide com o primeiro grande fluxo de centro-africanos escravizados provenientes da região de Angola embarcados para a América, relacionado às guerras promovidas pelos governadores com alguns sobados e seu envolvimento com o comércio atlântico. Serão apresentadas algumas fontes que permitem identificar a agência, as vivências, a

subjetividade e as formas de invenção da liberdade naquele porto escravista no período. A apresentação diz respeito às problemáticas de uma pesquisa de doutoramento recentemente iniciada.

Legitimidade e mestiçagem em Piedade de Iguaçu, século XVIII
Moisés Peixoto Soares – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

A comunicação objetiva salientar o fenômeno da mestiçagem através do matrimônio em Piedade de Iguaçu, freguesia localizada no Recôncavo do Rio de Janeiro, no século XVIII. Diferente da perspectiva que se quer cristalizar de que ela ocorreu única e exclusivamente do intercurso sexual entre pessoas sem vínculos matrimoniais e/ou de estupro. A relação entre legitimidade e mestiçagem nas sociedades coloniais ibero-americanas revela um campo complexo de negociação social, jurídica e simbólica. Longe de constituir apenas uma questão biológica ou cultural, a mestiçagem esteve profundamente articulada às formas de reconhecimento social e aos critérios de legitimidade que organizavam as hierarquias coloniais.

No mundo luso-americano, especialmente, a legitimidade não se restringia ao nascimento dentro do matrimônio formal, mas envolvia também práticas sociais, estratégias familiares e dispositivos jurídicos que podiam reconhecer — ou negar — direitos a indivíduos de origem mestiça. Relações entre portugueses e mulheres pardas, negras ou indígenas eram frequentes, e os filhos dessas uniões ocupavam posições ambíguas: ao mesmo tempo em que podiam ser integrados às redes familiares e até reconhecidos legalmente, também estavam sujeitos a estigmas e limitações impostos pelas classificações raciais.

A mestiçagem, nesse contexto, não implicava necessariamente marginalidade. Em muitos casos, funcionava como um mecanismo de mobilidade social, sobretudo quando associada ao reconhecimento paterno, à posse de bens ou à inserção em redes de sociabilidade influentes. Ainda assim, essa mobilidade era condicionada por critérios seletivos, nos quais a cor, a origem e a reputação familiar desempenhavam papéis decisivos.

Dessa forma, analisar a articulação entre legitimidade e mestiçagem permite compreender não apenas as estruturas formais da sociedade colonial, mas também as práticas cotidianas que as sustentavam e transformavam, revelando um cenário marcado por negociações, ambiguidades e disputas por reconhecimento social.

Edições e paratextos da História da América Portuguesa
Murilo Calmon da Cruz – Universidade Federal Fluminense

Esta comunicação propõe analisar a *História da América portugueza*, de Sebastião da Rocha Pita, publicada pela primeira vez em 1730, a partir de seus paratextos e de suas sucessivas reedições, tomando o livro não apenas como fonte histórica, mas como artefato material continuamente recomposto. O objetivo é examinar de que modo elementos como dedicatória, prólogo, advertência, licenças, prefácios, notas, apêndices e textos introdutórios organizaram diferentes modos de leitura da obra, redefinindo sua autoridade, sua inteligibilidade e sua inserção em distintos regimes historiográficos. Partindo da edição princeps lisboeta de 1730 e avançando por reedições oitocentistas e novecentistas, bem como por publicações recentes, busca-se compreender a forma com que cada nova configuração editorial reorientou o estatuto do texto: ora como história do império português, ora como clássico da formação do Brasil, ora como fonte historiográfica. Em diálogo com os estudos de paratextualidade na Época Moderna e com a história material do livro, o trabalho sustenta que a contribuição historiográfica de Rocha Pita não pode ser entendida apenas pelo conteúdo narrativo de sua obra, mas também pelos limiares textuais e editoriais que mediaram sua circulação, recepção e reedição. Busca-se compreender como os contextos de publicação contribuem para a compreensão das diversas edições. Ao cotejar diferentes edições, pretende-se mostrar que os paratextos funcionam como espaço privilegiado de intervenção intelectual, editorial e política, tornando visíveis mudanças nas formas de compreender a América portuguesa ao longo do tempo.

Exílio, guerra e revolta: o Rio da Prata e as insurgências no Brasil (1817-1845)

Murillo Dias Winter – Universidade Federal da Fronteira Sul

Este trabalho analisa o papel do Rio da Prata na formação das insurgências brasileiras entre 1817 e 1845. Parte-se do argumento de que a região platina não foi apenas destino de punição para rebeldes, dissidentes e soldados considerados politicamente perigosos pelo Estado imperial, mas também um espaço de circulação política, aprendizado militar e contato com experiências revolucionárias. Ao longo das primeiras décadas do século XIX, indivíduos envolvidos em episódios como a Revolução Pernambucana de 1817, os conflitos da Independência na Bahia, a Revolta dos Periquitos e as guerras da fronteira sul foram deslocados para esse cenário marcado por exílio, guerra e intensas disputas de soberania. Nessas circunstâncias, entraram em contato com novas linguagens políticas, tradições federalistas e republicanas, além de redes transnacionais formadas por soldados, exilados, comerciantes e agentes políticos. O trabalho sustenta que essas experiências contribuíram para a formação de repertórios de ação insurgente, sociabilidades militares e horizontes políticos que mais tarde reapareceriam em revoltas como a Farroupilha, a Sabinada, a Cabanagem e os movimentos pernambucanos. Desse modo, propõe-se compreender o Rio da Prata como um espaço decisivo na circulação de homens, ideias e práticas que marcaram a construção das rebeliões nos primeiros anos do Brasil independente.

O Carmo e o cativeiro: a escravidão na propriedade carmelita em Piedade de Magé (Rio de Janeiro, século XVIII)
Mylena Martins de Souza – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Esta comunicação tem como objetivo analisar a presença da Ordem do Carmo e sua relação com a escravidão na freguesia rural de Nossa Senhora da Piedade de Magé, localizada no recôncavo do Rio de Janeiro, ao longo do século XVIII. O trabalho privilegia como fontes os registros paroquiais de batismo, os relatórios administrativos e as visitas pastorais, de forma a compreender a formação de famílias, de redes de compadrio, os usos do trabalho escravo e as classificações sociais e hierarquias entre os cativos construídas pela Ordem. Recorrendo às ferramentas analíticas da História Social e da micro história italiana, busca-se compreender a influência da Ordem do Carmo na constituição de redes locais de poder, considerando a posse de escravos pelos carmelitas, em sua fazenda em Magé, e sua influência sobre a vida cotidiana dos escravos e o impacto nas relações escravistas na região, avaliando a participação da Igreja nos processos de legitimação, reprodução e manutenção das hierarquias sociais, sob a perspectiva do Antigo Regime nos Trópicos.

N

Sob um "chuveiro de settas": uma transgressora navegação no Rio Tocantins
Nádia Mendes de Moura – Universidade de São Paulo

A navegação dos rios Tocantins e Araguaia foi interditada nos anos 1730, como medida para deter o contrabando de ouro das Minas de Goiás e Tocantins. A liberação se deu apenas 1782; contudo em agosto de 1773 o comandante Antonio Luiz Tavares, acompanhado pelo Cabo de Dragões Jozé da França, pelo Soldado de Dragões Manoel Pimenta, por quatro soldados de infantaria e quatro escravizados, embarcou no arraial de Pontal com destino à Belém, atendendo às ordens do governador da Capitania de Goiás Joze de Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho.

Esta comunicação tem por objetivo acompanhar essa derrota pelo Rio Tocantins, descrita no manuscrito "Collecção de noticias da Capitania de Goyaz, vindas a mãos de particulares assim por Diarios, e Cartas, como por copias de papeis de Officio; e deduzidas por sua serie, q'. tem principio em mayo de 1772", arquivado na Coleção de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Mario de Andrade. O trajeto descrito é representado no "Mappa do Rio Tucantins", elaborado em 1773, de autoria de Antonio Luiz Tavares. No entanto, o referido mapa não foi encontrado junto aos manuscritos na Biblioteca Mario de Andrade, mas uma cópia feita em 1853 está arquivada no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro. Ao acompanhar os relatos do manuscrito acompanhando o trajeto no mapa, vislumbramos formas variadas de interação social desses oficiais com as nações indígenas que viviam às margens do Rio Tocantins, descrito em suas marés, ilhas,

cachoeiras e paisagens circundantes desse elo de conexão entre o centro e o norte da América portuguesa.

Referências:
Fonte
Biblioteca Mario de Andrade
COLLECÇÃO de noticias da Capitania de Goyaz, vindas a mãos de particulares assim por Diarios, e Cartas, como por copias de papeis de Officio; e deduzidas por sua serie, q'. tem principio em mayo de 1772.
Arquivo Histórico do Exército
MAPA DO RIO TUCANTINS – Autor Antonio Luis Tavares, copiado pelo Cap João Pedro de Gusmão e Vasconcellos Muniz em 1853.

Bibliografia:
DOLES, Dalísia Elizabeth Martins. As Comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX. Goiânia: Editora Oriente, 1973.
FURTADO, Junia. Metamorfoses da colonização: o rio Tocantins e a expansão para o oeste em mapas e relatos (século XVIII) In Tempo (Niterói, online), vol. 22, n. 40, p. 364 – 399, mai-ago., 2016.
MOURA, Nádia Mendes de. Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas (c. 1726 - 1830). 2018. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.16.2018.tde-23102018 170716. Acesso em: 2026-03-20.

Retórica inquisitorial, redes femeninas y vínculos parentales entre hechiceras. Madres, hijas y hermanas frente a los inquisidores de Lima, siglo XVII y XVIII
Natalia Urra Jaque – Universidad Andrés Bello / Chile

Los procesos y juicios inquisitoriales evidencian una serie de parentescos y alianzas entre los sujetos condenados. Entre las hechiceras o mujeres supersticiosas existían alianzas amicales y parentescos familiares. Muchas de ellas eran madres, hijas y hermanas.

Cada vez que una de ellas se enfrentaba a los hombres del Santo Oficio, también se enfrentaban sus parientes, pues los mismos testimonios que entregaban daban a conocer los nombres de sus círculos parentales y, especialmente, las redes de las que formaban parte, las cuales se constituían por vínculos afectivos y sanguíneos.

Nuestra propuesta analizará cinco procesos inquisitoriales; todos encausados por el tribunal de Lima a fines del siglo XVII y comienzos del XVIII. Los tres primeros tratan sobre tres hermanas, quienes junto a su madre, conformaron una red en torno a las supersticiones y prácticas hechiceriles de la Lima virreinal. Los dos siguientes son una madre y su hija, ambas migrantes, provenientes de Quito, y también pertenecientes a redes en torno a las supersticiones.

Las cinco, por medio de sus testimonios y relatos, evidencian el rol que desempeñaron en la ejecución de las prácticas mágicas y, por supuesto, el cómo las mujeres sacaron provecho de las alianzas y, especialmente, de los conocimientos y habilidades que compartían. Al mismo tiempo, por medio de los documentos a analizar, reconoceremos el cómo lo inquisidores, al condenarlas, no sólo erradicaban las supersticiones, sino también las redes entre mujeres. Por lo tanto, con sus juicios y condenas no sólo las desterraban y confinaban, sino que, además, desmantelaban los apoyos, los afectos y los conocimientos entre mujeres.

O governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho: Fugas, quilombos e repressão na capitania de Mato Grosso

Nauk Maria de Jesus – Universidade Federal da Grande Dourados

No século XVIII, a capitania de Mato Grosso foi administrada por sete governadores e capitães-generais, sendo seis militares e um bacharel em Direito. Antonio Rolim de Moura, Conde de Azambuja e vice-rei do Brasil, e Luís Pinto de Souza Coutinho, depois Visconde de Balsemão, pertenciam à nobreza titulada. Entre os governadores e as suas administrações na capitania, Luís Pinto de Sousa Coutinho tem recebido pouca atenção dos pesquisadores, sendo que alguns estudos enfatizam o período posterior a sua passagem pela fronteira oeste. Por esse motivo, nesta comunicação abordaremos a sua administração na capitania de Mato Grosso, com o objetivo de analisar as medidas tomadas por ele em relação à escravidão, pois, muitas foram as queixas sobre as fugas de escravizados durante o seu governo (1767 - 1772). Entre as suas ações, a ordem para a destruição do grande e antigo quilombo conhecido como o do Quariterê, governado pela rainha Teresa, de nação Benguela. Para o desenvolvimento do trabalho temos como base a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino referente a Mato Grosso (Biblioteca Nacional Digital), do Arquivo Público de Mato Grosso, da Biblioteca Municipal do Porto e os Anais da câmara de Vila Bela.

Educação na Bahia: reivindicações e determinações legislativas na transição do período colonial e independência do Brasil

Nora de Cassia Gomes de Oliveira – Universidade do Estado da Bahia

As inúmeras pesquisas sobre a educação no país nos apresentam o difícil caminho para garantir o acesso à instrução formal para o conjunto da população do Brasil. Ainda na condição de Colônia, a tarefa de ensinar esteve sob a responsabilidade da Igreja, especialmente da ordem Jesuítica. O ensino formal de ler, escrever e contar foi possível, durante muito tempo, apenas para os filhos do colonizador, aqueles que nas terras recém-descobertas estavam situados em melhor condição econômica e social no sistema colonial. Também os indígenas foram alcançados pelas práticas de ensino, na perspectiva da ordem religiosa de recrutamento de novos seguidores e fiéis. As mulheres e africanos

escravizados durante muito tempo foram proibidos de adentrar ao mundo das letras. A hegemonia da Igreja sobre o ensino sofreu revés significativo a partir da reforma instituída pelo primeiro-ministro português, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, em 1759, e foi aprimorada em legislação posterior, em especial a de 6 de novembro de 1772, que priorizou o ensino das Primeiras Letras como elemento importante para o progresso do Reino e seus domínios, a obediência ao Rei e a Deus, ao tempo em que também definia que a Universidade- os estudos Maiores- não era, necessariamente, para todos. Estimativas apontam que o número de aulas destinadas ao Brasil, a partir de então, oscilou entre 38 e 44 aulas, distribuídas entre 21 e 27 para as Humanidades e 17 para Primeiras Letras. A Bahia foi contemplada com 4 aulas de ler, escreve e contar; 6 para as Humanidades, distribuídas da seguinte forma: 3 para Latim, 1 de Grego, 1 de Retórica e 1 de Filosofia, provavelmente concentrada na capital, haja vista o número crescente de solicitação de escolas e professores para as mais diversas vilas da capitania /província. A documentação das Câmaras Municipais e do Conselho Geral de Província evidenciam que a legislação sobre ensino, definida antes da independência, não se efetivou conforme prescrevia. Em 1825, a Câmara de Maragogipe comunicou a vacância das aulas de primeiras letras; e ainda em 1833, a Câmara de Viçosa alegava a dificuldade de preencher alguns cargos devido à falta de pessoas que soubessem ler e escrever. Além da solicitação de professores, outros aspectos importantes aparecem na documentação a exemplo da competência dos professores para exercício da função, preenchimento de vagas, questionamentos sobre salários, abandono do emprego, falecimentos, aposentadorias. Nessa comunicação buscaremos analisar as dificuldades enfrentadas para a formalização de um sistema de ensino no Brasil, desde o período colonial, a partir da legislação de 1772, até os anos 1835, quando as províncias passaram a ter autonomia para legislar a respeito. Entendemos que as pesquisas sobre o período ainda têm muito a esclarecer e esperamos, poder contribuir com a História da Educação do país a partir da análise da situação educacional na capitania/província da Bahia nesse período.

Recolhimento de mulheres para fins de educação e de devoção na Bahia colonial

Norma Suely da Silva Pereira – Universidade Federal da Bahia

O processo de digitalização de fundos arquivísticos e bibliográficos tem permitido o acesso a fontes documentais que se encontram custodiadas nos mais diversos e longínquos acervos, facilitando sobremaneira o acesso de pesquisadores a documentos antes muitas vezes inacessíveis. Por outro lado, a pesquisa realizada a partir de fontes digitalizadas tem o grande prejuízo da perda de acesso a parte das características da materialidade das fontes. Na presente comunicação pretende-se discutir aspectos da pesquisa acerca do recolhimento de mulheres por educação e por devoção na Bahia colonial, a partir da edição semidiplomática de dois documentos manuscritos. Tomando por referencial teórico, a Filologia (Gumbrecht, 2021) para a curadoria dos textos, a Diplomática (Bellotto, 2002) para o estudo das formalidades e estruturas dos documentos, a Paleografia (Petrucci, 2002) que se interessa pelo estudo da escrita, mas também pelos

sujeitos envolvidos em tal processo, e a História (Algranti, 1982; Azzi, 1983), entre outros, serão apresentados resultados de pesquisa abordando aspectos da escrita do período, da materialidade das fontes e da história das mulheres em recolhimento, no que diz respeito aos processos de educação e formação religiosa no contexto da sociedade patriarcal.

O

Identidade e devir: uma arqueologia do ethos franciscano na formação do Brasil Colonial

Osvaldo Maffei Junior – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A historiografia tradicional sobre a colonização brasileira privilegia, majoritariamente, as estruturas políticas e econômicas da metrópole e o modelo pedagógico centralizador da Companhia de Jesus. Este trabalho propõe um deslocamento analítico ao investigar o franciscanismo como elemento constituinte da identidade nacional, tese ecoada por Gilberto Freyre e Jaime Cortesão. O objetivo central é analisar como o ethos franciscano – articulado pela fraternidade, pobreza voluntária e estética da simplicidade – configurou, no contexto do Brasil Colonial, uma "pedagogia do cotidiano" que moldou sistemas de valores, linguagens e formas de subjetivação.

A metodologia adotada possui caráter interdisciplinar, articulando aportes da História Colonial, Filosofia, Antropologia e Pedagogia. Epistemologicamente, o estudo utiliza o nominalismo de Guilherme de Ockham como ferramenta crítica para evitar visões essencialistas de identidade, tratando-a como uma construção histórica e discursiva em permanente devir. A análise realiza uma arqueologia da presença franciscana no território colonial, abrangendo desde fontes documentais até manifestações da cultura popular, como festas, religiosidade sincrética, arquitetura sacra e práticas de resistência que articulam o sagrado e o profano nas frestas do sistema colonial.

Os resultados e discussões apontam que a atuação franciscana, ao contrário da rigidez doutrinária e elitista de outras ordens no período colonial, estabeleceu zonas de ambiguidade e acolhimento nas realidades locais. Essa "afetação franciscana" traduziu-se em uma sensibilidade capaz de dialogar com os corpos marcados pela escravidão e com as camadas populares, gerando práticas pedagógicas não escolarizadas que capilarizaram a ética da partilha. Conclui-se que o legado franciscano não deve ser considerado uma herança marginal. Trata-se de importante matriz simbólica de longa duração forjada na América Portuguesa. Manifesta-se como uma ética da reciprocidade que desafia a racionalidade capitalista moderna, oferecendo subsídios para pensar a valorização da diversidade mestiça brasileira e as formas de agência simbólica que definem a alteridade brasileira desde suas raízes coloniais.

P

Os povos da terra e a terra dos povos - ruralidades indígenas na capitania de São Paulo e a construção da paisagem atlântica

Pamella Sue Zaroski – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Há uma historiografia em desenvolvimento que vêm demonstrando como a paisagem amazônica é fruto de um ativo manejo agrícola indígena, evidenciando que alguns grupos étnicos já desempenhavam atividades agrícolas antes da exploração colonialista no Estado do Grão-Pará e Maranhão. Como sugere José Augusto Pádua, as grandes florestas americanas podem ser compreendidas como parte de uma mesma história de ocupação e invenção territorial no contexto da formação da América Portuguesa, ainda que marcadas por dinâmicas próprias. A partir das influências destas pesquisas, partindo de uma abordagem interdisciplinar que dialoga com a arqueologia e com a antropologia, a presente pesquisa visa demonstrar como a construção da paisagem atlântica, especificamente na porção sul do Estado do Brasil também é oriunda da ação antrópica desenvolvida por alguns grupos étnicos da região. Nesse sentido, a presente comunicação apresenta o primeiro capítulo de uma tese de doutorado em desenvolvimento, que investiga as práticas agrícolas mobilizadas pelas populações indígenas na capitania de São Paulo durante o século XVIII. Busca-se compreender de que modo esses saberes e técnicas foram acionados no contexto da implementação do Diretório dos Índios, evidenciando dinâmicas de adaptação, negociação e agência indígena no mundo colonial.

Oficiais mecânicos vivendo à lei da nobreza (Rio de Janeiro, século XVIII)

Paolo Aron Vimercati Simas – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Em sociedades de antigo regime, os oficiais mecânicos eram entendidos como pertencentes à base da pirâmide social, ao terceiro estado. Todavia, a proposta desta comunicação é analisar casos de oficiais mecânicos que, por meio de seus serviços, alcançaram certo grau de mobilidade social, inclusive com mudança de classificação social. Autores como Sérgio Buarque de Holanda já chamaram a atenção para a característica ibérica da mobilidade social e para a possibilidade de angariar mercês por meio de serviços à monarquia, e não apenas pelo viés do sangue nobre. Na cidade do Rio de Janeiro do século XVIII, uma sociedade de Antigo Regime nos trópicos e escravista, foi possível a artífices pauperizados ascender na hierarquia social. A hipótese principal da pesquisa fundamenta-se na possibilidade de que determinados oficiais mecânicos tenham tido a oportunidade de apresentar seus serviços com base na economia moral do dom, fazendo com que o estigma do defeito mecânico não se configurasse como uma a priori imutável nas relações sociais. Mais do que isso, enquanto peças importantes às conquistas e à manutenção social, os estigmas de inferioridade muitas vezes não se efetivaram. Nesse contexto, a prestação de seus serviços, aliada a redes clientelares com os "melhores da terra", possibilitou o acesso a determinados espaços sociais e políticos a oficiais mecânicos, além dos cargos na Câmara que, teoricamente, deveriam ser ocupados por

nobres e cidadãos. Referenciada pela micro história italiana, a metodologia utilizada baseou-se na busca onomástica e no cruzamento de fontes, com o objetivo de apreender determinados artífices em diferentes contextos sociais e, a partir de casos particulares, compreender os contextos mais amplos da sociedade carioca setecentista.

Um certo "fulano de Melo": a trajetória política de Joaquim de Melo e Póvoas no vale amazônico (1758 1779)

Patricia Kauffmann Fidalgo Cardoso da Silveira – Universidade Estadual do Maranhão

As especificidades do vale amazônico constituíram enormes desafios para a efetivação da ocupação e controle de seu território por parte da coroa portuguesa. A partir da segunda metade do século XVIII, já no governo de José I, políticas específicas passaram a ser dirigidas à região – bastante cobiçada por nações concorrentes. Neste cenário, a ocupação dos cargos da governança deveria estar à altura do desafio, portanto, experiência militar pregressa era tão ou mais importante do que conhecimento administrativo. Por outro lado, é necessário pontuarmos que o gabinete josefino experimentou, lenta e gradualmente, a ampliação da influência política de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal. Não é espantoso, logo, que seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, tenha ocupado o cargo de capitão general do Grão-Pará e Maranhão por tanto tempo (1751-1759), tendo sido encarregado de implantar as reformas definidas em Lisboa. Joaquim de Melo e Póvoas, sobrinho de ambos, acabou nomeado para o cargo de governador da então recém-criada capitania do Rio Negro, subordinada ao Grão-Pará em 1757. Melo e Póvoas não havia sido a primeira escolha para o preenchimento do cargo. O primeiro nomeado, João Egas de Bulhões e Sousa, irmão de D. Frei Miguel de Bulhões, então bispo do Pará, não se interessou pelo cargo, envergonhando o irmão, pois sequer se apresentara ou deixara Lisboa. Muito embora não possuísse experiência governativa prévia, Melo e Póvoas contava com certa experiência militar na Cavalaria. Diferentemente dos outros ocupantes de cargos semelhantes que o antecederam, era mais jovem, tendo chegado ao Grão-Pará em 1758 com 36 anos. É admissível reconhecermos que, dentre os territórios ultramarinos, o Estado do Grão-Pará e Maranhão fosse sabidamente considerado como desafiador ao exercício do governo. Todavia, a nova capitania excedia largamente as dificuldades já conhecidas. Mariuá (mais tarde, Barcelos), sede do Rio Negro, ficava a cerca de 1600 km de distância de Belém, próxima à cabeceira do Javari, sendo somente possível alcançá-la por meio de navegação rio acima. Promovido ao governo da capitania do Maranhão em 1760 (aonde só chegaria em julho do ano seguinte), Joaquim de Melo e Póvoas viria a se tornar o mais longevo administrador daquele território, sendo bastante elogiado na literatura memorialista maranhense. Nossa comunicação, no entanto, pretende discutir as polêmicas práticas governativas empreendidas por Melo e Póvoas e a grave crise que marcou os dois últimos anos de seu governo, quando já não podia contar com o apoio do poderoso tio marquês.

O Borrador de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco: Aspectos sócio-históricos e matérias de um livro de rascunho setecentista

Patrícia Santos de Jesus – Universidade Estadual de Feira de Santana

Este trabalho resulta da tese de Jesus (2025), que realizou a edição filológica do Borrador de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco (1749–1759). Em perspectiva interdisciplinar, a pesquisa, sob a orientação de Mariana Fagundes e coorientação de Alícia Duhá Lose, conjugou estudos de natureza sócio-histórica, codicológica, diplomática, paleográfica e filológica. Nesta oportunidade, apresenta-se o estudo de aspectos sócio-históricos e também da materialidade física do códice. A referida documentação faz parte do acervo de obras raras manuscritas da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin, da Universidade de São Paulo (USP), e do banco de textos do NELP, o Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (CE-DOHS/UEFS). É uma espécie de livro de rascunho, no qual Antônio Gomes Ferrão Castelo — que era a um só tempo, fidalgo da Casa Real, senhor de decadentes engenhos, cavaleiro da Ordem de Cristo, familiar do Santo Ofício da Inquisição e secretário da Academia Brasílica dos Renascidos — lançou cartas, anotações pessoais e financeiras entre 1749 e 1759, possuindo, ao todo, 224 fólios. A documentação é um testemunho vivo que revela os ritos da vida privada do fidalgo e do contexto sócio-histórico e cultural da Bahia daquele período. Nela, Antônio Gomes desnuda os dramas vividos, as dificuldades enfrentadas, a preocupação com a família e seus interesses pessoais, o zelo com a autoimagem perante a sociedade colonial, as consequências da crise política e econômica daqueles anos, o contexto dos engenhos de açúcar, morgados e as fazendas de gado sertão adentro. O estudo sócio-histórico contextualiza o artefato histórico a partir de quem escreveu o documento? Onde o documento foi escrito? Quando o documento foi escrito? Para que o documento foi escrito? Para quem o documento foi escrito? E como o documento foi escrito? Quanto à materialidade física, descreve-se o suporte, tipo de papel, tipo de tinta, as características externas, estado de conservação, contexto de produção, proveniência, entre outros. Tais aspectos são como testemunhos que revelam a história de uma sociedade, sua cultura, seu modus vivendi. A materialidade dos documentos — marcas de copo, marcas de fogo, marcas de água, marcas do cuidado e do descuido, marcas do tempo — são como as cicatrizes em um corpo: contam a sua história (Lose, 2004, p. 27). O estudo do Borrador permite-nos vislumbrar facetas sociais, históricas e culturais de um período importante da nossa história: a era colonial baiana e brasileira.

Moralidade sexual e disciplinamento social na Amazônia Portuguesa: o caso do sodomita Francisco Coelho em São Luís do século XVII

Paulo Henrique Silva Bezerra – Universidade Federal do Maranhão

Esta proposta de comunicação tem por objetivo analisar a construção da moralidade sexual na Amazônia Portuguesa durante a segunda metade do século XVII, a partir do processo inquisitorial de Francisco Coelho (1672-1682), buscando compreender este caso a partir de uma lógica mais ampla de disciplinamento moral no mundo atlântico

português. A investigação analisa como o "pecado nefando de sodomia" foi mobilizado como um dispositivo de controle social e político em São Luís do Maranhão. O estudo parte do problema de como normas teológicas e jurídicas, forjadas no contexto da Reforma Católica e das Ordenações Filipinas, foram transplantadas e ressignificadas em uma região de fronteira marcada por uma sociedade pluriétnica e por intensos conflitos de poder, se conectando a um sistema mais amplo do império português. A fundamentação metodológica ancora-se na Micro-história, utilizando o método indiciário para perscrutar, nas entranhas do Processo nº 1717 do Santo Ofício, as vozes de escravizados, indígenas e vizinhos que compuseram a rede de denúncias.

Complementarmente, adota-se a perspectiva da História Conectada para compreender a circulação de estigmas e saberes entre Lisboa e o Estado do Maranhão e Grão-Pará, além de utilizar a Genealogia do Poder de matriz foucaultiana para desvelar a sodomia como uma categoria discursiva de sujeição preocupando-se também para os limites, tensões e negociações desses mecanismos de controle. A análise documental não se restringe ao processo crime, mas dialoga com a legislação seiscentista e os manuais de confessores, observando a repressão como uma tecnologia de disciplinamento moral dos corpos e da alma. Os resultados indicam que a acusação contra Francisco Coelho, um "homem bom" da elite maranhense, extrapolou a esfera da heresia religiosa para atingir sua honra política e virilidade senhorial. Conclui-se que, no cenário amazônico, o rigor moral serviu como mecanismo de distinção social e manutenção de hierarquias estamentais. A (i)moralidade sexual, portanto, configurou-se como um eixo central do disciplinamento colonial, onde a vigilância constante da intimidade e a gestão da "fama pública" atuaram como instrumentos de estabilidade administrativa e ortopraxia cristã em um território vasto, periférico e de difícil controle institucional.

A colonização espiritual do Piauí e o domínio da diocese do Maranhão no século XVIII

Pedrina Nunes Araújo – Universidade Estadual do Piauí

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar que a colonização espiritual do Piauí esteve menos associada a uma atuação missionária sistemática dos jesuítas e mais relacionada a uma investida institucional conduzida pela Diocese por meio de seus bispos e do clero secular. Compreendida como um processo histórico de dominação religiosa nos territórios coloniais, a colonização espiritual foi viabilizada pelo poder concedido à Igreja pela Coroa portuguesa, permitindo-lhe impor ritos, normas e práticas espirituais às populações locais. No caso da capitania do Piauí, esse poder manifestou-se sobretudo pela presença e atuação dos bispos das dioceses de Olinda e do Maranhão, transformando o território em um espaço de disputa jurisdicional e espiritual. Tal conflito entre as duas dioceses constitui um importante indício do esvaziamento da atuação das ordens religiosas nos sertões piauienses. Desde a fundação da primeira freguesia, em 1697, até o processo de formação das vilas, a ação episcopal mostrou-se decisiva tanto para a consolidação da colonização espiritual quanto para a afirmação do poder régio. Na segunda metade do século XVIII, a expansão da malha diocesana intensificou-se pelos

sertões, ampliando o alcance da Igreja junto às populações locais e, simultaneamente, redefinindo as relações de poder com os agentes seculares. A pesquisa fundamenta se em fontes do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo Público do Maranhão, além do diálogo com a produção historiográfica de autores como José Pedro Paiva, Pollyanna Muniz, Ewerton Sales, Ediana Mendes e Rafael Chambouleyron.

Morgado de Mateus e as vinhas no Vale do Douro: classe, poder e controle sobre a produção de vinho do Porto (1756-1777)

Pedro Beraldo Masanao Hirata – Universidade de São Paulo

Fundada em 10 de setembro de 1756, a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro foi importante condutor de intervenções políticas na economia do vinho do Porto com o objetivo de fiscalizar e regulamentar a produção da principal mercadoria duriense. O comércio do vinho do Porto engendrou mudanças fundamentais no Alto Douro na primeira metade do século XVIII, na medida em que o seu caráter exportador fomentou a expansão das vinhas pelo vale duriense, acirrando a concorrência entre grandes proprietários de terras e comerciantes da região contra mercadores ingleses pelo controle de tal mercadoria. Se por um lado o vinho do Porto havia conquistado relevância econômica para o Reino, por outro, os interesses da elite agrária local eram contrapostos às práticas comerciais dos mercadores ingleses e dos pequenos vitivinicultores. Num cenário de calamidade e de má reputação da produção vitivinícola, a articulação política de grandes proprietários e comerciantes do Porto e do Alto Douro possibilitou a criação de uma companhia de comércio que fizesse valer os seus interesses. Estes eram representados nos estatutos e funcionamento da Companhia, que estabeleceu a demarcação das vinhas do Alto Douro a fim de regulamentar a vitivinicultura e o comércio por ela erigido. O 4° Morgado de Mateus, D. Luis António de Sousa Botelho Mourão, além de governador da Capitania de São Paulo, quando restaurada em 1765, investiu cem pipas de vinho no capital inicial da Companhia. Objetiva-se discutir a historiografia sobre a Companhia Real da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, a partir dos interesses e conflitos de classe engendrados na produção do vinho do Porto na segunda metade do século XVIII. Além disso, os cabedais da Casa de Mateus, importantes para a estrutura do sistema colonial, serão analisados a fim de elucidar as relações sociais na economia vitivinícola durante a Época Pombalina, ressaltando as contradições e conflitos decorrentes da criação da Companhia do Alto Douro e das demarcações para o vinho do Porto.

Saber e dominação no Império luso setecentista: a estruturação de um sistema epistemológico e suas implicações na relação de conhecimento entre metrópole e colônia (1772-1791)

Pedro Carvalho Fontenele Castro – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Os estudos que tratam da influência do pensamento ilustrado no Império português na segunda metade do século XVIII vêm destacando o esforço do Estado luso em institucionalizar reformas estruturais em diferentes campos, com destaque para a reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra em 1772. A relação entre saber e poder torna-se, nesse período, de particular relevância, a ponto de as medidas oficializadas por Portugal terem como premissa o conhecimento sistemático de seus territórios – condição vista então como indispensável para identificar e dominar as potencialidades que estes poderiam oferecer, perspectiva que se inscreve nas formulações de Ronald Raminelli, Rodrigo Pereira, Gisele Conceição, entre outros, sobre a centralidade do saber nos projetos reformistas ilustrados. Com base neste contexto, esta pesquisa, vinculada a uma dissertação em estágios iniciais de desenvolvimento, pretende apresentar algumas considerações acerca do que aqui se define como apropriação epistemológica por parte do Estado português, considerando as dinâmicas de exploração institucionalmente sistematizadas por este enquanto práticas de dominação. Tais dinâmicas, ocorridas no recorte proposto, manifestaram-se tanto em território do reino, com destaque para instituições de ensino e produção de saberes, quanto em territórios coloniais, tendo seus desdobramentos expressos sobretudo em produções oficiais publicadas sob legitimação da Coroa, a exemplo das Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Ao dialogar com Richard Grove, Danilo Marcondes e Rachel Saint Williams, a pesquisa busca ainda reposicionar o protagonismo na mudança da percepção científica europeia, destacando o papel dos domínios ultramarinos e dos povos tratados pelos europeus como ‘outros’ nesse processo. A comunicação estrutura-se, assim, em duas frentes complementares. A primeira conta com o aporte teórico-metodológico da teoria social de Pierre Bourdieu para pensar o processo de inculcação e as práticas de dominação institucionalizadas pelo Estado luso. A segunda, sob o horizonte dos debates da História do Conhecimento, procura articular-se com os mencionados autores para dar destaque à pluralidade dos contextos e ambientes em que se desenrolam os múltiplos processos de produção e circulação de conhecimento no âmbito imperial.

Sem desconsiderar a natureza das relações entre metrópole e colônia neste período, é a configuração deste sistema – desde sua estruturação até suas práticas intrínsecas e repercussões políticas e sociais – que a comunicação se propõe a analisar.

Antiguidade e colonização: recepção clássica em mapas coloniais

Pedro de Carvalho Brandão Soares – Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Antiguidade Clássica foi mobilizada ao longo da história europeia para diversos motivos: enquanto inspiração literária, enquanto recurso didático-pedagógico, enquanto modelo político e militar. Com o advento das Expansões Marítimas, passou a ser utilizada como uma lente europeia para compreensão do mundo e dos outros que nele habitavam. A expansão do saber geográfico e do antigo ecúmeno implicou não apenas no alargamento do conhecimento de terras desconhecidas pelos europeus – as quais viriam a ser

denominadas *Incognitae* – mas também dos habitantes desses locais distantes. Os oceanos, antes intransponíveis, foram lentamente ganhando aspectos de pontes para um "novo e desconhecido" mundo. Consequentemente, os europeus serviram-se das autoridades clássicas que sempre recorreram ao longo de sua história para incorporar a nova geografia física e humana. Para tanto, uma tradição helenística e latina foi reivindicada com o intuito de compreender as novidades. Outrossim, as cosmografias e cartografias, essenciais para a navegação e controle do "Novo Mundo", traziam em seu bojo imagens dessas antigas tradições helenísticas e latinas, sejam poéticas, literárias, de história natural, se é que as modernas divisões cabem para categorizarmos tais obras. Com a tradução da Geografia de Ptolomeu em 1406, a aplicação do modelo cartográfico ptolomaico e a revalorização de elementos clássicos durante o Renascimento, os mapas e globos renascentistas retratavam imagens de elementos greco-romanos nas regiões desconhecidas, aplicando antigas noções de civilidade e barbarismo. Não por acaso, tais noções foram recebidas de forma muito grata pelos colonizadores e Coroas europeias, possuindo então um pretexto de expansão da fé cristã, exploração das riquezas e civilização por meio da subjugação dos "bárbaros". Essa comunicação visa compreender como o discurso do outro enquanto bárbaro incivilizado foi baseado em antigos modelos de representação de outras culturas e fora representado, no contexto do Renascimento e expansão europeia, nas cartografias e cosmografias dos séculos XV e XVI.

"Naõ sossego no disvello de civilizar osindios": José Xavier Machado Monteiro, políticas linguísticas e "civilização dos índios" na antiga capitania de Porto Seguro (século XVIII)

Pedro Daniel dos Santos Souza – Universidade do Estado da Bahia

A partir da atuação do segundo Ouvidor de Porto Seguro, José Xavier Machado Monteiro, nomeado para dar continuidade à criação da nova Ouvidoria, na segunda metade do século XVIII, encontram-se informações mais sistemáticas sobre a execução do Diretório dos índios e sua política linguística nesse espaço político-administrativo. A par dessa questão, por meio das cartas e ofícios do referido Ouvidor, enviadas às autoridades reinóis do Império português, entre 1769 e 1780, das suas "Instruções para o governo dos índios de Porto Seguro", assim como dos autos de inquirição realizados na vilas de Alcobaça, Prado e Porto Seguro, em inícios do século XIX, busca-se discutir a atuação do Ouvidor José Xavier Machado Monteiro no processo de "civilização" dos povos indígenas, no que se refere à obrigatoriedade do ensino e uso da língua portuguesa, por meio da abertura de escolas para os meninos e as meninas indígenas nas vilas criadas no período em questão. Fundamentando-se no método indiciário (Ginzburg, [1986] 2014) e inscrevendo-se no campo da História Social da Cultura Escrita e sua relação com a História Social Linguística do Brasil (Mattos e Silva, 1998), com a investigação realizada, vislumbra-se o enfrentamento a duas agendas de pesquisa: (i) a recuperação da articulação entre os fatos de ocupação territorial, as sucessivas distribuições demográfico-linguísticas e as prevalências e desaparecimento das línguas; e (ii) a reconstrução da história da escolarização no Brasil, mais amplamente, a difusão social da escrita, verticalizando o

olhar para a participação dos povos indígenas na cultura escrita, na Bahia setecentista. A análise das fontes documentais usadas nesse estudo revela que, na segunda metade do século XVIII, a atuação de José Xavier Machado Monteiro parece ter sido bastante significativa na almejada civilização dos índios, no âmbito da política indigenista da Coroa portuguesa expressa no Diretório dos índios, podendo ser considerado um dos principais agentes civilizadores do período. Após o seu governo, pode-se observar uma reduzida participação dos indígenas vilados nas práticas sociais da escrita. Ademais, haja vista a "civilidade" dos povos indígenas que se pretendia alcançar, a política linguística expressa no Diretório e a sua implementação por meio da "escola para índios", como executada pelo Ouvidor, configuram-se como variáveis fundamentais para compreendermos o avanço da língua portuguesa nas vilas de índios da Ouvidoria de Porto Seguro e suas implicações linguísticas.

Processos de construção e circulação de conhecimentos sobre o Brasil e territórios do Oceano Índico por agentes das Companhias das Índias Neerlandesas (1634-1704): elementos para uma análise comparada

Pedro Henrique Salomão Fodra – Universidade de São Paulo

Esta proposta de apresentação é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento, na qual se busca compreender como as companhias de comércio do norte da Europa atuaram nos espaços do Oceano Índico de maneira a promover formas de construção e circulação de conhecimentos ao longo do século XVII. Sendo assim, essa comunicação tratará das possibilidades de intercâmbios epistemológicos propiciados pela interação colonial ocorrida no Nordeste do território brasileiro, tanto sob o controle português quanto neerlandês da região, e o modo como o conhecimento foi, ou não, transformado a partir da circulação de agentes que serviram em ambas as companhias neerlandesas, a das Índias Ocidentais (WIC) e sua análoga oriental (VOC).

Para tanto, é preciso considerar primeiramente a paisagem epistêmica complexa constituída por conhecimentos oriundos das matrizes indígenas, africanas e europeias que se formou no Brasil do século XVII, espaço que pertencia ao Império Português, estrutura que possibilitava contatos diversos entre os continentes africano, asiático e europeu. Diante desses conjuntos cognitivos fluidos e sempre em circulação e reconfiguração através de interpretações assimiladoras, assimetrias de poder e incrementos de novos saberes, o panorama muda drasticamente com o início das expedições neerlandesas da WIC na década de 1620 que visavam o domínio das regiões açucareiras do Nordeste da colônia lusa, empreendimento que logo viria a ser bem-sucedido. Não obstante a dinâmica transimperial desse processo de transição, é importante ter em mente a escala global na qual os acontecimentos estavam inseridos, pois os Estados europeus envolvidos detinham, além de suas posses coloniais atlânticas, também controle de regiões inseridas nos circuitos do Oceano Índico, os quais integravam as redes de circulação de conhecimentos dos dois impérios em conjunto. Assim, com a introdução desses novos agentes do norte da Europa, questiona-se quanto aos ecossistemas epistêmicos dos

territórios coloniais: seria possível observar na movimentação realizada pelos agentes neerlandeses para o mundo do Oceano Índico, esses que desenvolveram funções burocráticas e científicas no espaço atlântico, uma aplicação dos elementos encontrados no universo americano? Além disso, uma vez estando inseridos no espaço asiático, tal conhecimento teria sido transformado? Essa apresentação se dedica a apresentar o trabalho, até aqui prospectivo, na busca de evidências que possam subsidiar respostas às questões postas, analisando as trajetórias e os trabalhos dos agentes coloniais Johan Nieuhof e Zacharias Wagener em ambas as Companhias das Índias Neerlandesas em uma perspectiva transimperial de contato, produção, circulação e reconfiguração de conhecimentos.

Papéis sobre a moeda: uma antologia do pensamento monetário português no século XVII

Pedro Puntoni – Universidade de São Paulo

Minha proposta é apresentar um dos resultados do projeto "Do mal e seu remédio": a crise do Império Colonial e o mercantilismo em Portugal no século XVII (apoio Fapesp e CNPq), e que foi desenvolvido em uma primeira fase do projeto Papéis sobre a moeda: arbitrismo e circulação dos saberes econômicos em Portugal no século XVII, (Fapesp e CNPq). Trata-se de publicação de uma antologia de documentos sobre a moeda, arbítrios, votos, pareceres e outros ensaios, que tematizam as alterações monetárias e a gestão econômica do Império colonial português na primeira modernidade, em particular no século XVII. Todos estes documentos foram produzidos com a intenção (explicita ou não) de serem lidos pelos poderes centrais, notadamente, o monarca. Alguns, contudo, estavam interessados em um público mais amplo, buscando influenciar com suas ideias e propostas um campo discursivo que ia se formando. Poucos foram de fato impressos (e, se o foram, já em outros contextos). Eram papéis que circulavam em cópias manuscritas, atingindo um pequeno universo de letrados, homens de negócio e funcionários interessados, ou apenas restritos aos usos do tribunal o conselho a que estavam adscritos. A antologia que preparei, com o título Papéis sobre a moeda: o pensamento monetário português no século XVII, será publicada como livro digital pela Editora do Cebrap ainda neste ano de 2026. Este trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, um texto de minha autoria sobre o arbitrismo e a circulação dos saberes econômicos em Portugal, que procura analisar o contexto intelectual da produção destes papéis que se escrevem no século XVII sobre a moeda. Na segunda, a transcrição dos documentos que foram escolhidos para compor um corpo sobre o pensamento monetário português. Entre os papéis escritos no Reino, listamos 36. Já os ultramarinos são 23: 16 textos escritos em Goa (Índia); dois em Luanda (África); e cinco em Salvador (Bahia). Cada documento é precedido de uma nota explicativa, que procura situa o autor e o contexto da produção, para auxiliar no entendimento das ideias propostas e da intervenção que se imaginava. Sempre que possível, inserimos também notas contextuais, explicativas ou críticas ao rodapé dos textos. Sobretudo procurando reconstruir o universo mental dos autores, com suas referências aos textos de natureza moral e religiosa, histórica (sobretudo as crônicas

dos monarcas), jurídica e tratadística. Neste particular, fica clara o grande peso da presença dos escritores da antiguidade europeia, dos autores salamantinos modernos e também (sobretudo de forma crítica) do Tratado da moeda de Nicolas Oresme e de outros autores do século XIV. A materialidade dos manuscritos muito nos interessou na pesquisa, sobretudo quando foi possível identificar múltiplas cópias em acervos diversos.

A "quebra do sigilo confessional" nas malhas da Inquisição portuguesa: o caso do Pe. João Soares Brandão (Capitania de Minas Gerais, 1752-1756)

Pedro Tadeu de Castro Ribeiro – Universidade Federal de Minas Gerais

A presente proposta objetiva analisar a ação da Inquisição portuguesa contra a "quebra do sigilo confessional" na Capitania de Minas Gerais, ao longo do século XVIII. Mais especificamente, propõe apresentar e discutir os aspectos relacionados ao processo movido pelo Tribunal contra o Pe. João Soares Brandão, comissário do Santo Ofício, entre os anos de 1752 e 1756.

Os debates eclesiais que tiveram lugar no IV Concílio de Latrão, no século XIII, e, sobretudo, no Concílio de Trento, no século XVI, conferiram embasamento teológico e tipificação canônica ao sacramento da Penitência. Desse modo, ao longo da Época Moderna intensificaram-se os esforços da Igreja para que a confissão individual e auricular viesse a se tornar prática consolidada e difundida socialmente.

Com efeito, o sigilo confessional consolidou-se como elemento incontornável à dinâmica sacramental. No caso português, a partir de meados do século XVIII, o Tribunal do Santo Ofício passou a exercer jurisdição para agir contra confessores denunciados por, de distintas formas, atentarem contra esse princípio. No Reino e no Ultramar, padres foram processados por incorrerem em um amplo conjunto de práticas, aqui reunido sob a categoria de "quebra do sigilo confessional". No caso de Minas Gerais, um processo foi instaurado contra o Pe. João Soares Brandão, comissário do Santo Ofício e vigário colado na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras, no bispado de Mariana.

O trabalho articula a análise qualitativa do processo com a historiografia sobre confissão, Inquisição e cultura religiosa na Época Moderna, situando o caso em um panorama mais amplo de denúncias no espaço colonial português. Argumenta-se que a ação do Santo Ofício, mais do que repressiva, integrou um esforço de normatização das práticas sacramentais e de afirmação da autoridade eclesiástica, evidenciando, no caso do Pe. João Soares Brandão, a atuação inquisitorial na interseção entre teologia, direito canônico e práticas sociais, bem como suas implicações para a disciplina religiosa e a vida cotidiana na América portuguesa.

Advoga-se que o caso em exame torne possível compreender os meandros da ação do Tribunal, além de evidenciar os limites da interiorização da disciplina sacramental no

contexto colonial, marcado por sociabilidades específicas e por uma cultura religiosa heterogênea.

Trajetórias dos irmãos do Rosário de Recife e de Ouro Preto em perspectiva comparada e conectada

Petros José da Rocha Brandão – Universidade Federal de Minas Gerais

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir aspectos compartilhados e divergentes entre membros das irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos das antigas vilas do Recife, em Pernambuco, e de Vila Rica do Ouro Preto, em Minas Gerais. Para isso, foram selecionados alguns personagens de cada instituição para a realização de análises comparadas. O intuito é examinar suas respectivas trajetórias e as relações mantidas com essas agremiações. Com isso, procuramos investigar de que maneira a participação nesse tipo de associação afetou seu trânsito e sua mobilidade, além de buscar compreender as conexões existentes, sobretudo no que diz respeito a práticas e costumes compartilhados por esses indivíduos. Desse modo, pretendemos fazer uso da abordagem da história comparada e conectada para analisar como as práticas, os costumes e as dinâmicas vivenciadas nesses dois espaços dos mundos ibéricos se relacionavam entre si. Além disso, também utilizamos o método onomástico de investigação, associado ao estudo de trajetórias e fundamentado nas propostas da micro-história. Acreditamos que os elementos culturais compartilhados entre diferentes espaços dos mundos ibéricos proporcionaram o surgimento de uma série de estratégias utilizadas por pessoas que ocupavam posições sociais semelhantes no interior do contexto católico e escravista da época moderna. Nesse sentido, as irmandades de homens pretos constituem um lócus privilegiado para investigações sobre esse tipo de dinâmica envolvendo pessoas não brancas que tiveram, ou não, passagem pelo cativeiro. Sendo assim, foi realizada uma busca nas fontes em que aparecem listas de nomes dos irmãos do Rosário das duas regiões. Após o levantamento do conjunto de irmãos dessas instituições, procedeu-se à pesquisa de outras fontes que contivessem informações sobre os personagens identificados. As personagens aqui analisadas têm em comum a experiência da escravidão, a participação em irmandades de homens pretos, a residência em importantes centros urbanos da América portuguesa e o exercício de ofícios que lhes possibilitaram algum grau de mobilidade social. Desse modo, acreditamos que a comparação das trajetórias das personagens selecionadas pode contribuir para a compreensão das conexões e da mobilidade social e, por vezes, espacial, dos irmãos do Rosário na América portuguesa do século XVIII.

Redes, Dívidas e Poder: os contratadores e os contratos régios em Pernambuco no Século XVIII

Poliana Priscila da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco

A consolidação dos contratadores que, sob os auspícios da Coroa, ascenderam ao topo da hierarquia mercantil ao longo do século XVIII esteve intrinsecamente ligada às redes formadas em torno dos contratos régios. Para compreender o universo das arrematações dos principais contratos da capitania de Pernambuco, é necessário ir além da figura nominal do arrematador e examinar as articulações, associações e relações de crédito que estruturavam o lucrativo negócio dos direitos régios. Frequentemente, o nome registrado nos documentos oficiais não correspondia ao verdadeiro controlador do contrato, mas sim a um testa de ferro, sobretudo quando os detentores efetivos se encontravam comprometidos com dívidas junto à Fazenda Real. Longe de serem empreendimentos individuais, essas operações eram sustentadas por complexas redes de sociedades formais e informais, que reuniam homens de negócio locais, de outras capitanias e parceiros estabelecidos no reino. Os fiadores, tradicionalmente vistos apenas como garantidores das dívidas, atuavam, não raro, como sócios ocultos, investindo capital e participando dos lucros. Outro expediente recorrente era o uso de testas de ferro, responsáveis por assumir a titularidade formal das arrematações em nome de companhias mais amplas, o que permitia diluir responsabilidades e resguardar interesses coletivos. Apesar da solidez aparente dessas alianças, o sistema convivia com atrasos, inadimplências e litígios, revelando sua fragilidade estrutural. O círculo da dívida, longe de ser exceção, era parte integrante do arrendamento, exigindo constantes renegociações entre sócios, fiadores e autoridades régias. Assim, partir do estudo de casos emblemáticos na capitania de Pernambuco, pretende-se demonstrar que o arrendamento de contratos não deve ser compreendido apenas como prática fiscal, mas como expressão do entrelaçamento entre crédito, confiança e poder, que possibilitou tanto a arrecadação da Coroa quanto a consolidação do poder de uma elite mercantil de contratadores.

D. Luiz de Brito Homem e os indígenas: a atuação do bispo e governador interino do Maranhão na "marcha aos gentios" (1802-1813)

Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz – Universidade Federal do Maranhão

Dom Luiz de Brito Homem chegou ao Maranhão em 1804. Na sua diocese, como todos os bispos na América portuguesa, tinha sob sua jurisdição os leigos, incluindo-se nesse contingente os indígenas batizados. A documentação do Auditório Eclesiástico e da Câmara Episcopal permite conhecer sua atuação junto às populações indígenas durante o seu governo diocesano no Maranhão (1803-1813). Em 1811, entretanto, o bispo assumiu governo interino da capitania como cabeça de uma Junta Trina. Esse contexto histórico foi marcado por mudanças fulcrais, como a vinda da família real para o Brasil em 1808. O objetivo dessa comunicação é analisar as medidas de D. Luiz de Brito Homem como bispo e como governador interino da capitania do Maranhão. Analisar-se-á sua atuação junto aos indígenas no governo diocesano, mas também as medidas tomadas no processo violento de assimilação desses povos originários na capitania do Maranhão pós-Diretório dos Índios. Utilizando metodologias em História Global e Conectada demonstrar-se-á

como o acúmulo dessas funções de bispo e governador exigiu posicionamentos distintos, às vezes conflitantes, num contexto histórico marcado por profundas alterações.

R

A Tradição Polícroma da Amazônia entre arqueologia, história e etnografia: um estudo interdisciplinar no Médio Solimões colonial

Rafael de Almeida Lopes – Museu de Arqueologia e Etnologia / Universidade de São Paulo

Nesta apresentação, propõe-se um diálogo entre registros históricos e arqueológicos da Amazônia, focando na história indígena de longa duração do médio curso do rio Solimões (Amazonas), especialmente no período associado às ocupações arqueológicas da chamada Tradição Polícroma da Amazônia, que ultrapassa o período pré-colonial e colonial. As ocupações da Tradição Polícroma são reconhecidas especialmente por sua produção cerâmica emblemática e pela produção de urnas funerárias antropomorfas altamente decoradas. Discuto como a integração entre fontes escritas e dados arqueológicos pode aprimorar a compreensão do colonialismo na região e, por outro lado, elucidar as ocupações e materialidades arqueológicas. São expostos de forma sucinta os contextos, fontes, métodos e resultados da pesquisa, que, embora abranja até o início do século XX, prioriza os séculos XVI a XVIII. Como principal resultado demonstro que essa forma emblemática de produzir e decorar cerâmicas presente na região do Médio Solimões desde 500 d.C. persiste, entre continuidades e mudanças, ao longo de todo o período colonial e aparece em missões e povoados coloniais como uma produção de mulheres indígenas. Por fim, reavalio a história e as periodizações da Tradição Polícroma e debato caminhos para ampliar o diálogo entre história, arqueologia e etnologia na Amazônia.

Império, justiça e poder local: reformas políticas e econômicas em São Paulo (ca. 1670-1700)

Rafael Franzese Salmim – Universidade de São Paulo

A Restauração (1640) significou, para Portugal, o fim da união monárquica e imperial com a Espanha, desencadeando o conflito bélico que só chegaria ao fim em 1668. A Paz com Espanha permitiu que a monarquia de Bragança pudesse se reorganizar financeiramente após os sucessivos embates militares. As possessões ultramarinas portuguesas estariam no centro da política de reestruturação econômica, oferecendo as possibilidades de reconstituição da Fazenda Real no último quartel do século XVII. A América se tornava fundamental. No Conselho Ultramarino, pautaram-se a revisão dos regimentos, acompanhadas do estímulo às atividades comerciais na colônia, incluindo o açúcar, o tabaco, expansão ao extremo-sul e a busca por metais. A partir de 1670, D. Pedro

II iniciou a Nova Reformação, reformulação administrativa no império com fortes incentivos econômicos.

Nesse contexto, a vila de São Paulo, e a ampla região que articulava, passou a ser fortemente visada pela monarquia. Os paulistas, por meio das bandeiras, haviam criado extensa rede de articulação política e econômica que permitia contato com regiões nas proximidades do Rio da Prata. Para os desígnios imperiais, os conhecimentos de como adentrar os sertões foram articulados à busca por metais preciosos – solução rápida e eficaz aos problemas financeiros de Portugal.

Para isso, a mão de obra indígena, base das atividades econômicas da região, passou a ser mais intensamente disputada: se nos séculos anteriores, os moradores digladiaram-se especialmente com os jesuítas, agora era a Coroa quem buscava controlar os aldeamentos. Nesse sentido, a monarquia reorganizou a estrutura política e administrativa de São Paulo, seja sobre a população nativa integrada à realidade colonial, seja em relação à elite paulista.

Mudanças significativas podem ser observadas em finais do século XVII, momento de forte reestruturação dos aldeamentos régios no planalto. O objetivo principal era consolidar a disponibilidade de mão de obra para as empreitadas mineradoras, o que passava pela criação de ofícios e jurisdições. Além disso, os anseios dos moradores durante essas transformações precisavam ser remediados, envolvendo complexa negociação dos interesses de ambos os lados. Como exemplo, as implicações do alvará de liberdade dos índios, de 1680, levaram à estruturação da "Apologia pro paulistis", documento no qual se defendia que os paulistas pudessem usar do trabalho indígena em suas terras. Esse contexto culminou no acordo de 1696, que flexibilizava as ordens régias anteriores, mas também contou com a criação do cargo de procurador dos índios e de ouvidor geral de São Paulo – ambos em 1698. A reformulação política e econômica da vila planaltina, assim, foi profunda, alinhando-a aos interesses imperiais.

Os homens de cor e as tropas auxiliares no Estado do Maranhão e Grão-Pará: indígenas, negros e pardos e a estrutura militar colonial (século XVIII)

Rafael Rocha – Universidade Federal do Amazonas

O presente artigo pretende analisar a formação e a estrutura das tropas auxiliares no Estado do Maranhão e Grão-Pará, durante o século XVIII, centrado especificamente na presença de indígenas, negros e pardos neste corpo militar. Portanto, analisando as capitanias do Rio Negro, Pará, Maranhão e Piauí, pretendemos examinar as estratégias adotadas pelas autoridades para estabelecer as tropas em conformidade com as ordenas régias, o contingente formado pelos homens de cor e, finalmente, a presença destes homens no oficialato (em especial no posto mais alto, o mestre-de-campo). Com base em documentação diversa, em especial nos manuscritos alocados no arquivo do Conselho Ultramarino, almejamos ilustrar os impactos locais – adaptações às realidades regionais

e aos conflitos pela disputa por cargos – e as agências desses homens na formação e organização das tropas auxiliares coloniais.

Deslocamentos e resistências no Piauí colonial: o processo de concessão das sesmarias e a agência indígena

Rafael Ricarte da Silva – Universidade Federal do Piauí

A concessão de terras, por meio das datas de sesmarias, foi elemento central no processo de conquista da capitania do Piauí. Parte das doações foi destinada aos sesmeiros que participaram do combate aos indígenas, recebendo esta mercê pelo apoio na investida aos sertões. O objetivo da pesquisa é analisar a construção de uma nova territorialidade no Piauí por meio da instituição de instâncias de poder de justiça, aldeamentos e regulamentação da posse territorial a partir dos direitos legais e das práticas lusitanas. Desta forma, busca-se esmiuçar as estratégias implementadas pelos agentes coloniais e povos nativos na (des)construção de uma ordem socioespacial no Piauí a partir da lógica da dominação colonial. O corpus documental é formado por manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino, cartas de sesmarias e legislação sesmarial. Metodologicamente, o trabalho com as sesmarias está sendo desenvolvido a partir da análise dos tipos de pedidos, da localização, do tamanho da concessão, das justificativas, dos deveres dos sesmeiros para o recebimento das concessões, da origem social dos requerentes e a menção a postos de distinção. A pesquisa busca compreender a centralidade dos povos indígenas na formação territorial da Capitania do Piauí, demonstrando que esse processo não se restringiu à expansão pecuária ou à ocupação militar. Ao contrário, foi uma experiência complexa, atravessada por relações de poder assimétricas, estratégias de resistência e constantes disputas territoriais. Reafirma-se que a territorialização colonial foi, acima de tudo, um campo de embates, onde a ordem foi sempre tensionada pela desordem, pela resistência e pela pluralidade de sujeitos históricos. Dentre os referenciais deste trabalho, destacamos: MOTTA (1998, 2009 e 2010), SILVA (2016), ALVEAL (2002 e 2007) e BRANDÃO (2012).

Animais fantásticos e onde transitam: história natural e a fauna do Vale Amazônico (1750-1810)

Rafael Rogério Nascimento dos Santos – Universidade Federal do Pará

O presente trabalho analisa o trânsito de animais da fauna amazônica entre o Vale Amazônico e a Europa, especialmente Lisboa, na segunda metade do século XVIII, inserindo-se no campo da História das Ciências em diálogo com a História Ambiental e a História Indígena. A pesquisa parte da constatação de uma lacuna na historiografia brasileira quanto ao papel dos animais na constituição de práticas científicas e relações coloniais.

O problema central consiste em compreender como a circulação de espécimes da fauna amazônica contribuiu para a produção de conhecimento na História Natural e quais sujeitos estiveram envolvidos nesse processo. Para tanto, analisamos a atuação de agentes coloniais, como governadores, bem como a participação dos povos indígenas nas práticas de captura, manejo e transporte dos animais. As fontes analisadas são provenientes de arquivos como o Arquivo Público do Pará, o Arquivo Nacional no Rio de Janeiro e o Arquivo da Torre do Tombo. Como aporte metodológico nos aproximamos da perspectiva da Teoria Ator-Rede, a fim de compreender as redes sociotécnicas que viabilizaram o trânsito dos espécimes.

Consideramos que o envio de animais amazônicos não apenas atendia a interesses científicos e colecionistas da Corte portuguesa, marcados pelo exotismo e pela raridade das espécies, mas também implicava a mobilização de saberes locais e práticas indígenas, frequentemente apropriadas e reconfiguradas no contexto colonial. Espera-se, assim, contribuir para a ampliação da historiografia ao integrar a fauna amazônica e suas interações com humanos como elementos centrais na compreensão da experiência colonial portuguesa.

"Qualificar por mártires" – a construção do martírio no império português (séculos XVI-XVII)

Rafaela Almeida Leovegildo Franca – Universidade Federal da Bahia

A comunicação aqui proposta procura examinar a construção do conceito de martírio em Portugal durante a primeira modernidade, bem como a utilização deste ideal nas narrativas de expansão religiosa e imperial. O ponto de partida desta investigação é a percepção de que, durante este período, houve uma efervescência do tema marcada pela escrita, publicação e disseminação de histórias de martírio ocorridas por todo o Império português. O crescimento desses relatos, em dimensão global, desencadeou uma série de debates em torno da definição do conceito de martírio. Por um lado, identifica-se o esforço da cúria romana, no auge de seus decretos para delimitar e normatizar o acesso à santidade, para esclarecer e determinar o que era considerado martírio legítimo. De outro, detecta-se um uso mais corrente do termo nos escritos das ordens religiosas, que nem sempre coincidia com a definição canônica. Além deste debate entre a norma oficial e o vocabulário regular, a própria expansão territorial portuguesa impôs novas reflexões e polêmicas em torno do sacrifício em nome da fé. Com o alargamento das fronteiras portuguesas, sugiram oportunidades para a experiência e o registro do martírio em cenários muito diferentes, os quais desafiavam as interpretações sobre este ideal. Diante deste quadro, o objetivo desta comunicação é, antes mais, identificar quais situações, práticas, experiências eram reconhecidas e qualificadas como martírio neste período, levando em consideração as tendências narrativas, as discordâncias e tensões entre os diferentes grupos que faziam larga menção a este tema. Para além disso, o intuito da investigação é perceber as motivações por trás dessa expansão das narrativas martiriais

na primeira modernidade portuguesa, pensando, sobretudo, a função desses relatos em um contexto de conquistas espirituais e temporais.

As várias dimensões dos colégios jesuíticos no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Séculos XVII e XVIII

Raimundo Moreira das Neves Neto – Instituto Federal do Pará

Os colégios jesuíticos tiveram papel fundamental no processo de colonização das Américas hispânica e portuguesa, sendo, em algumas vezes, o centro de muitas polêmicas envolvendo seu patrimônio material (AMANTINO, 2015). Na América portuguesa, de modo específico no Estado do Maranhão e Grão-Pará, a situação não foi diferente, já que os Colégios de Nossa Senhora da Luz (São Luís) e Santo Alexandre (Belém) foram alvos de muitas acusações por parte dos colonos em relação tanto ao comércio praticado pelos missionários quanto ao duplo poder temporal e espiritual que os mesmos detinham junto aos indígenas (NEVES NETO, 2013). Tantas polêmicas em torno do patrimônio material dos colégios acabam eclipsando a sua dimensão enquanto centro formador, tanto dos missionários quanto de parte da sociedade colonial, o que incluía os próprios indígenas. É justamente neste sentido que o presente trabalho buscará abordar os Colégios de Nossa Senhora da Luz e Santo Alexandre, tentando lançar luz na ação dessas duas casas na formação de diversos agentes que estavam envolvidos na empresa colonizadora do então Estado do Maranhão e Grão-Pará durante os séculos XVII e XVIII. Este aspecto educacional e catequético, tão caro a uma ordem de "padres docentes", parece ter sido majorado pelo fato de os reitores terem alcançado a patente de comissários do Santo Ofício da Inquisição, fato que Pe. Bettendorff narra, ressaltando a relação entre o "Eminentíssimo Cardeal Inquisidor-Geral, amigo da Companhia de Jesus" (BETTENDORFF, 2010, p. 498). Tal era o prestígio dos jesuítas que, não sem razão, fizeram muitos opositores se levantarem contra a ordem de Santo Inácio. De qualquer modo, apesar de tantas polêmicas envolvendo a ordem, o mais certo é que, conforme ressalta Afrânio Tegão, "os jesuítas foram, sem sombra de dúvidas, os pioneiros da educação no Brasil por mais de dois séculos (1549-1759)" (TEGÃO, 2012, p. 93).

Além da vontade senhorial: Tensões, negociações e tipos de manumissão na Cidade da Bahia, em meados do século XVIII

Raiza Cristina Canuta da Hora – Universidade do Estado da Bahia

A interpretação tradicional da alforria como um ato de dádiva voluntária senhorial negligencia as complexas negociações e a agência escrava subjacentes ao documento. Embora a retórica da submissão fosse frequente nas cartas de liberdade, tal registro não implicava passividade. Esta comunicação analisa as manumissões na Cidade da Bahia em meados do século XVIII, argumentando que, para além da vontade do proprietário, a liberdade era frequentemente o resultado de esforços empreendidos tanto pelos escravizados quanto, em muitos casos, por seus familiares, especialmente suas mães, ou

sua rede de relações sociais, uma vez que a alforria, em geral, não era um projeto individual. O estudo fundamenta-se na análise de 1026 cartas de liberdade que alforriaram 1118 pessoas, além de registros de compra e venda, localizados em 15 livros de notas do tabelionato de Salvador redigidos entre 1761 e 1766. Utilizando a tipologia proposta por Kátia Almeida (2018), a pesquisa classifica as manumissões em: pagas incondicionais, gratuitas e condicionais (pagas ou não pagas). Ao cruzar os dados quantitativos com a análise qualitativa das fontes, busca-se responder: quais tipos de alforria existiram e predominaram na capital baiana no terceiro quartel do Setecentos e como as tensões entre a vontade senhorial e a agência escrava moldaram essas trajetórias de liberdade?

A trajetória político-administrativa de André de Melo e Castro no Estado do Brasil (1735-1749)

Raíza Tenório de Andrade – Universidade Federal Fluminense

Esta pesquisa tem como tema central a trajetória político-administrativa do 4º conde das Galveias, André de Melo e Castro, durante os anos de 1735 a 1749 – da nomeação ao exercício do cargo de vice-rei e capitão-geral de mar e terra do Estado do Brasil. Nesse sentido, pretende-se compreender as motivações da escolha do rei D. João V, tendo em vista os critérios de recrutamento para o mais alto cargo administrativo colonial, e estabelecer os circuitos de interação de André de Melo e Castro com os poderes centrais e locais, a fim de dimensionar a atuação político-administrativa do representante régio. Sob o contexto de conflitos internos no reino e revoltas coloniais, a instabilidade da primeira metade do século XVIII vai apresentar um progressivo protagonismo do poder real (Lisboa, 2019, p. 82). Nesse cenário, a fim de fazer valer os interesses da Coroa, a "razão de Estado" implicava, frequentemente, na escolha por oficiais régios que possuíssem experiência administrativa, "bom nascimento" e a devida "arte e prudência" para reger os povos (ibid., p. 276). Ademais, no caso do Estado do Brasil, já no século XVII, a colônia destacava-se na hierarquização política dos espaços do império (Cunha, 2005, p. 72-73) e o peso do Brasil nas finanças da monarquia cresceu no século XVIII (Monteiro, 2001, p. 268). Nota-se, portanto, que a escolha do vice-rei necessitava de especial atenção e havia um círculo seleto de recrutamento. A trajetória de André de Melo e Castro, nesse sentido, apresenta particularidades que o tornam, de acordo com Nuno Monteiro (ibid., p. 266), um caso paradigmático: segundogênito, com formação universitária e curta experiência administrativa no ultramar.

Ademais, segundo Borges (2017, p. 51), "a relação entre os dois lados do Atlântico funcionava para os respectivos agentes como um real instrumento de negociação e luta política", portanto, ao analisar a agência dos sujeitos históricos em meio às instituições coloniais, dá-se enfoque para além das diretrizes emanadas da Coroa, isto é, aos arranjos políticos cotidianos que sustentaram o exercício do poder na América portuguesa. Ao considerar que Melo e Castro desempenhou um papel de mediação entre diretrizes régias e realidades ultramarinas, desponta a necessidade de investigação dos circuitos de

interação estabelecidas com as instâncias de poder, no intuito de verificar a amplitude da atuação do representante régio.

À luz do panorama apresentado, propõe-se um estudo abrangente sobre a trajetória de André de Melo e Castro, o 4º conde das Galveias, da nomeação ao fim do exercício do cargo de vice-rei do Estado do Brasil, a fim de lançar luz sobre as escolhas e modos de governança em um império construído na interseção entre ordens normativas e especificidades coloniais.

Que te faça temor, o seu tremer: Corrupção da terra e da alma nas interpretações do Terremoto de Lisboa de 1755

Ramon Gustavo Becker – Universidade de Brasília

Sob os escombros deixados pelo Terremoto de 1755 os portugueses se indagavam sobre as causas e significados da tamanha desgraça que havia atingido reino, e principalmente sua capital, naquela manhã de primeiro de novembro. Tal debate sobre a catástrofe e sua natureza pode ser percebido nas publicações impressas da época, principalmente nas folhas volantes produzidas nos anos subsequentes. Na presente comunicação se propõe a analisar uma seleção de escritos que atribuem elementos moralizantes e providencialistas ao sismo, tendo como foco principal aqueles que destacam a tragédia como castigo aos pecados de soberba e vaidade. A dimensão moral é uma das explicações mais comuns na literatura sobre o terremoto e já foi tema de diferentes estudos com o passar dos anos. Entretanto, é interessante voltar-se para o tema com o intuito de perceber como nestes textos a ideia da corrupção pessoal dos lisboetas articula-se com a corrupção da terra, sendo o cataclisma o ponto agudo desta relação. O dano material, como a destruição de palácios e edifícios suntuosos, e a perda das riquezas neles contidas, foi interpretado em várias publicações como um sinal de que a soberba e a vaidade expressos na cidade de Lisboa teria sido o motivo principal de sua ruína. Partindo destas considerações, o presente trabalho se pauta na leitura de uma seleção de folhas volantes que abordam a catástrofe por esse prisma. Apesar da existência de uma grande semelhança material entre estas publicações, tal qual formato e número de páginas, há uma heterogeneidade entre os textos, sendo possível encontrar poesias, notícias, descrições e discursos que se pautam nesta visão sobre o terremoto. A análise destes escritos leva em conta diferentes aspectos, tais como a materialidade, onde se incluem considerações sobre o processo de produção, difusão e circulação destes folhetos, bem como seu conteúdo, explorando-se como é composta a argumentação, linguagem, estrutura textual, termos e adjetivos utilizados, dentre outros elementos. A investigação destas características busca compreender como a literatura sobre o Terremoto de Lisboa articula discussões sobre a ontologia, fé e moral, assim como, seu uso como forma de moralizar e instigar práticas devocionais.

As contribuições do franciscano frei Velloso na agricultura colonial do Brasil

Raquel Elisa da Silva Lopez – Fundação Oswaldo Cruz

Entre 1798 e 1806, o frei franciscano José Mariano da Conceição Velloso (1741-1811), publicou os 11 volumes da coleção ilustrada "O Fazendeiro do Brazil", com objetivo político, do então ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, de modernizar a agricultura da colônia como meios de sustentação do império ultramarino português. Eles foram patrocinados pelo Estado português e impressos em Lisboa (Impressão Régia e Casa do Arco do Cego). Com linguagem didática, estes manuais agrícolas foram idealizados para instruir os agricultores da colônia para melhorar seus métodos de produção baseados em conhecimentos científicos dos princípios da filosofia natural do Iluminismo. Frei Velloso foi eleito para escrever tal coleção pelo seu grande conhecimento das ciências naturais, sobretudo botânica, pois havia sido professor, trabalhou com coleções biológicas e escreveu a grandiosa obra "Flora Fluminensis", embora sem formação acadêmica na área. Era esperado que estes livros otimizassem e incentivassem o crescimento da economia da colônia, aperfeiçoando as técnicas de preparo do solo, plantio, colheita, manejo vegetal para produção de alimentos e matérias-primas, além da diversificação das plantas cultivadas. Estes manuais eram instrumentos de interferência do Estado na economia do Brasil, mas por conta do imenso atraso da elite senhorial luso-brasileira colonial, essa iniciativa fracassou, e segundo relatos à Corte não foi vendido e nem doado um só exemplar de "O Fazendeiro do Brazil". Contudo, a grande preocupação do frei era o enorme desperdício de recursos naturais e de trabalho, sugerindo substituir escravos por animais e máquinas, não levando em conta o status de ter escravos. Ele observou a insustentabilidade do sistema de plantio baseado na destruição da Mata Atlântica, que é um bem finito e deve ser preservado, e manutenção da fertilidade dos solos. Este trabalho objetiva comentar a trajetória do frei Velloso e sua obra "O Fazendeiro do Brazil" e discutir seus pensamentos inovadores de sustentabilidade.

Palavras-chave: O Fazendeiro do Brasil, Frei Velloso, Agronomia.

A persistência do desenho urbano setecentista na configuração da cidade do Crato no século XIX

Ravena Reis Araújo – Universidade Federal do Ceará

A formação das vilas no Brasil colonial esteve associada à implantação de modelos de organização espacial derivados da tradição urbanística portuguesa. No interior do Ceará, a cidade do Crato teve origem no aldeamento da Missão do Miranda, estabelecido no século XVIII na região do Cariri, sendo posteriormente elevada à categoria de Vila Real do Crato em 1764. O núcleo inicial do povoado estruturava-se em torno de uma praça central e de um templo religioso, com as habitações distribuídas em seu entorno, conformando uma organização espacial característica dos assentamentos coloniais luso-brasileiros. O presente trabalho tem como objetivo compreender, a partir dos vestígios documentais e das permanências do sítio histórico, a dinâmica de ocupação do território e a formação da morfologia urbana da cidade do Crato, bem como analisar a persistência do desenho urbano setecentista na configuração espacial do município ao longo do século

XIX. Inserida no processo de interiorização da ocupação colonial no Nordeste, a vila do Crato destacou-se progressivamente como núcleo urbano relevante no sul da capitania do Ceará, articulando atividades agrícolas, comerciais e administrativas na região do Cariri cearense. A pesquisa fundamenta-se na análise de cartografia histórica, relatos da época e das permanências observáveis no sítio histórico da cidade. Ao examinar a continuidade de elementos estruturadores do núcleo urbano original, o estudo busca contribuir para a compreensão dos processos de formação, permanência e adaptação da configuração urbana em vilas coloniais do interior do Nordeste brasileiro.

Conventos como marcações cartográficas: os estudos franciscanos no trilhar das fontes imagéticas

Reberth Emannuel Rocha Almeida – Universidade Federal de Alagoas

Os conventos surgiram nos estudos conduzidos pelo Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, da FAU UFAL, inicialmente pela via das investigações urbanas. Foi através do caminhar por cidades fundadas nos séculos coloniais que emergiram, a princípio de forma discreta na paisagem, com fachadas brancas e amplos adros. O deambular ao seu redor, seguido da consulta a fontes textuais e imagéticas, revelou seu ocupar de áreas extensas, situadas em pontos privilegiados dos centros históricos. A visita às 28 casas que conformam sua totalidade os mostra como marcos na paisagem atual em diversas cidades brasileiras, do Nordeste ao Sudeste. De fato, inscreveram-se nos traçados urbanos desde cedo, como em Olinda, ainda no século XVI.

Metodologicamente, a pesquisa se alinha ao que vem sendo desenvolvido há mais de 25 anos pelo Grupo, no qual a presença nos lugares e o olhar vivencial são tomados como fontes primordiais, permitindo a descoberta de pontos de vista singulares de pesquisa. A esta etapa de campo segue um cotejamento mais apurado no domínio das imagens, consolidando trabalhos com a cartografia histórica, somado a levantamentos fotográficos detalhados e, atualmente, imagens de satélite.

Como já posto, os conventos não eram apenas obras de arquitetura, mas também potentes elementos urbanos. Em tempos de fragilidade nos processos de povoamento, formavam redes com distanciamentos diferenciados, contribuindo para a proteção entre suas unidades e para o reforço da ocupação do território em larga escala.

A comunicação pretende demonstrar como o estudo da cartografia histórica nos fez deparar com possibilidades que vão do trato com mapas onde os conventos ainda não aparecem até seu surgimento nas cartas e suas transformações - da planta aos ícones e destes às vistas. A partir disso, aproximamo-nos de outras etapas importantes de cada fundação, como a escolha do sítio, o convívio com outros marcos urbanos e a geração de caminhos, influenciando diretamente os traçados e o crescimento das povoações. Permanece o desafio de refletir como, apesar de suas individualidades, funcionaram como

rede, hoje parcialmente apagada pela diversificação de usos e por trajetórias de silenciamento enquanto casas seráficas.

Pensar em forma de atlas, no caso de uma cartografia pontuada por conventos, significa unir devoção e missionação, produção de arquitetura e de lugares habitados, edificação de marcações em pedra e cal e de amplos jardins urbanos: as cercas.

A pesquisa se apoia em um vasto conjunto cartográfico reunido pelo Grupo em arquivos nacionais e estrangeiros, bem como em publicações como a obra seminal de Nestor Goulart Reis Filho, "Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial", tendo já resultado em diversas produções acadêmicas do PPGAU UFAL.

O Ensino de História da Amazônia em perspectiva decolonial: uma análise a partir do currículo da educação básica de Xinguara/PA

Regina Célia Corrêa Batista – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

O projeto de pesquisa em tela tem como objetivo analisar de forma crítica as narrativas sobre a Amazônia presente no documento curricular da rede de educação básica (ensino fundamental e médio) no município de Xinguara, no estado do Pará, mais especificamente nos componentes curriculares História e Estudos Amazônicos. Neste sentido, a análise se concentra em problematizar como o Ensino de História da Amazônia se apresenta no currículo da educação básica no município, evidenciando permanências coloniais e possibilidades decoloniais. A proposta de pesquisa foi submetida ao Edital de Credenciamento Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) - Mestrado 2026. Se trata do desdobramento de uma investigação que venho realizando desde 2024, no projeto Amazônia em foco: o currículo de Estudos Amazônicos no contexto da Base Nacional Comum Curricular nos municípios de Xinguara e Marabá. O referido projeto se desenvolve no âmbito da Faculdade de História (FHT) do Instituto de Estudos do Trópico Úmido (IETU) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e este ano conta com fomento da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA), com financiamento de uma bolsista. As fontes utilizadas são os documentos curriculares de referência do município e do estado, planos de curso e materiais didáticos adotados. No que tange à base teórica, o diálogo é com o campo da história social e dos estudos decoloniais, com base nas reflexões de E. P. Thompson, Aníbal Quijano, Walter Mignolo. Sobre o Ensino de História e o "lugar" da História da Amazônia nos currículos da educação básica e superior, dialogamos com as reflexões de Erinaldo Cavalcante, Helenice Rocha, Mauro César Coelho, Geraldo Magela de Menezes Neto, Davison Hugo Rocha Alves.

Cartografar a integração: o Rio São Francisco no pensamento territorial do Segundo Reinado (1840 1889)

Régis Leitão Sydrião – Universidade de São Paulo

A presente proposta de comunicação propõe uma reflexão sobre a construção do Rio São Francisco como eixo estratégico de integração territorial no Brasil durante o Segundo Reinado (1840–1889), a partir de sua representação cartográfica e de sua formulação discursiva como "rio da integração nacional", frequentemente referido em relatórios oficiais como o "Mediterrâneo brasileiro". Nesse contexto, o curso d'água figura de maneira recorrente em projetos de engenharia, produções científicas e iniciativas estatais voltadas à integração do território. Parte-se da hipótese de que a cartografia não apenas descreveu o espaço, mas participou ativamente de sua projeção e organização, articulando-se aos chamados "melhoramentos materiais", aqui entendidos como obras públicas e intervenções técnicas voltadas ao ordenamento espacial, à integração do Império e à exploração econômica e científica do território.

A comunicação dialoga com contribuições da história econômica, da urbanização, da engenharia, da geografia e da cartografia histórica, mobilizando análise bibliográfica e interpretação de fontes como mapas, planos de viação e documentos técnicos produzidos no período. Nesse contexto, destacam-se levantamentos e projetos elaborados por engenheiros e homens de ciência, tanto estrangeiros quanto brasileiros, especialmente Henrique Guilherme Fernando Halfeld - autor de atlas e relatório de exploração do Rio São Francisco produzidos por ordem do governo imperial - , bem como Emmanuel Liais, Eduardo José de Moraes e André Rebouças, além de técnicos vinculados a comissões científicas, instituições de ensino e órgãos do Estado imperial, incluindo o próprio imperador. Argumenta-se que, no âmbito das transformações associadas à intensificação das circulações, à expansão do capitalismo e às conexões intercontinentais, o São Francisco foi concebido como vetor de uma "atlantização" dos sertões, articulando projetos de navegação interior, ferrovias, portos e outras obras públicas voltadas à integração de regiões interioranas aos circuitos econômicos nacionais e globais.

Sem a pretensão de esgotar o tema ou de analisar isoladamente recortes provinciais, a proposta busca oferecer um panorama das ideias e práticas que contribuíram para a construção de uma leitura integrada do território, enfatizando o papel da cartografia como mediadora entre conhecimento, poder e projeto espacial. Ao privilegiar uma abordagem panorâmica, pretende-se levantar questões e apontar caminhos para investigações futuras, em diálogo com a perspectiva de leitura em camadas, à maneira de um atlas, proposta pelo simpósio. Dessa forma, a comunicação pretende contribuir para a compreensão das conexões, trocas e tensões que marcaram a constituição do território imperial ao longo do século XIX.

Cartografias indígenas nos sertões do Norte: mapeamentos dos povos indígenas no Siará Grande no século XVIII

Reinaldo Forte Carvalho – Universidade de Pernambuco

Esta comunicação analisa as cartografias indígenas a partir da configuração dos espaços naturais das aldeias, aldeamentos e vilas indígenas na capitania do Siará Grande no século XVIII. Esta comunicação tem como objetivo refletir sobre como os sertões passaram a ser espaço de deslocamentos, controle territorial e domínio colonial das espacialidades humanas a partir da intervenção do homem branco. Especificamente, entender o processo de criação de arraias nos sertões da capitania, delimitar os deslocamentos das comunidades indígenas em relação ao processo da colonização europeia, e por fim, investigar o mapeamento dos espaços das aldeias, aldeamentos e vilas indígenas na capitania do Siará Grande no século XVIII. Este estudo visa promover uma reflexão sobre as cartografias indígenas a partir da constituição dos espaços naturais das aldeias dos povos indígenas como aldeamentos missionários e vilas ao longo do processo de colonização do território colonial pelo Império português no século XVIII.

Filhos de Criação, Legados e Escravidão no Rio Colonial: o testamento de Manuel Marinho de Castro (1748)

Renan Ramos Pereira – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

O nobre português Manuel Marinho de Castro ditou suas últimas vontades apenas alguns meses antes de morrer. Na época, encontrava-se livre de herdeiros forçados, isto, é filhos reconhecidos ou pais ainda vivos. Portanto, pôde optar pela sucessão em testamento, instituindo sua alma como herdeira de seus bens e dispondo livremente de seu espólio na forma de legados testamentários. Com cada doação, Manuel realizou uma escolha, fundamentou seu discurso em uma subjetividade própria e, com sua própria morte em mente, revelou algo de sua vida social e religiosa. Dentre seus legados, encontram-se diversas quantias em dinheiro para ordens religiosas, afilhados, pedidos de missa pela sua própria alma e doações para vizinhos. Curiosa foi a estratégia escolhida para, de certa forma, simular uma sucessão familiar. Para Ricardo e João, filhos de duas de suas ex-escravas, o testador dedicou riqueza tal que, "posta a juros com toda a segurança", foi capaz de vestir, alimentar e ensinar os dois meninos. No entanto, esta dádiva era condicionada. Se um deles ou se suas próprias mães buscassem o reconhecimento da suposta paternidade do testador, o legado seria vetado. O presente trabalho sobre o testamento de Manuel integra uma pesquisa mais ampla de Mestrado que objetiva interpretar o jogo entre relações familiares, hierarquias sociais e religiosidade em uma sociedade de Antigo Regime Escravista. O ponto de vista escolhido é o dos próprios testadores, que justificavam seus legados por meio de vínculos familiares reais ou fictícios, bem como por sentimentos de amor ou gratidão. O objeto que esta pesquisa considera mais promissor são os chamados "filhos de criação" dos testadores: pessoas que, não possuindo qualquer direito formal de herança, só podiam ser contemplados nos legados feitos de livre escolha de seus pais; ou seja, por meio da terça. O recorte escolhido é o do Rio de Janeiro colonial (1743-1812), centrado nos esforços do governo do Marquês de Pombal que, na década de 1760, decretou duas leis que intervinham sobre o hábito de testar com fins de privilegiar a família legítima e consanguínea frente a legados pios dedicados às instituições religiosas. As questões subjacentes quanto à eficácia das ditas

leis e os caminhos traçados pelos "filhos de criação" nas famílias coloniais tornam necessária uma breve discussão sobre a normativa navegada por testadores, como Manuel Marinho de Castro, tanto pelo caminho da legislação testamentária encontrada nas Ordenações Filipinas quanto pelas recomendações eclesiásticas sobre o bem-morrer católico, exemplificadas aqui pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

Mediação editorial nas memórias de frei Gaspar da Madre de Seus: da intervenção metropolitana à restituição crítica

Renata Ferreira Costa – Universidade Federal de Sergipe

As Memórias para a História da Capitania de São Vicente, de Frei Gaspar da Madre de Deus, impressas em 1797 pela Academia das Ciências de Lisboa, constituem peça fundamental da historiografia colonial luso-brasileira. A edição princeps, tomada como matriz das cinco edições subsequentes, consolidou uma forma textual que, embora legitimada pelo selo acadêmico, não corresponde integralmente ao texto tal como concebido por seu autor. O manuscrito de imprensa sob custódia da Academia revela a coexistência de ao menos duas camadas textuais distintas: a redação autoral de Frei Gaspar – contínua, uniforme e aparentemente finalizada – e um conjunto sistemático de intervenções de outra mão, atribuídas a Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, responsável por transportar o códice do Brasil a Portugal e submetê-lo ao crivo acadêmico. Essas interferências incidem não apenas sobre conteúdos históricos, mas também sobre escolhas linguísticas. A análise dessas camadas permite compreender a primeira mediação editorial, de natureza metropolitana, como instância de transformação do texto autoral, ajustando-o às expectativas historiográficas e à norma linguística sancionadas pela Academia. Tal mediação, ao converter o manuscrito em obra impressa, redefine sua forma e seu estatuto, instituindo uma versão que passa a circular como texto autorizado. Paralelamente, esta comunicação propõe refletir sobre uma segunda mediação editorial, exercida pela Crítica Textual, cujo objetivo não é reformular o texto, mas restituir-lhe as camadas constitutivas, distinguindo autoria e intervenção e tornando visíveis os processos de modificação que marcaram sua transmissão. Desse modo, a investigação explicita, de um lado, as práticas editoriais que mediavam a circulação de manuscritos entre Brasil e Portugal no final do período colonial, evidenciando o papel normatizador da Academia na conformação de um padrão linguístico e historiográfico; de outro, possibilita observar traços do delineamento do português em uso na América no século XVIII, particularmente nos pontos em que a intervenção editorial incide sobre formas consideradas desviantes ou inadequadas ao cânone metropolitano. À luz dos pressupostos teórico-metodológicos da Crítica Textual, o manuscrito é tomado como espaço de negociação entre autoria, autoridade institucional e norma linguística, defendendo-se a relevância de uma edição crítica que, ao explicitar as duas instâncias de mediação, permita aproximar se do texto originalmente concebido por Frei Gaspar. Ao recuperar a tensão entre escrita colonial no Brasil e edição metropolitana, pretende-se contribuir para a compreensão das dinâmicas culturais, linguísticas e políticas que marcaram a produção e a transmissão do saber histórico no mundo luso brasileiro setecentista.

O sertanejo como nação em Capítulos de História Colonial de Capistrano de Abreu (1907)

Ricardo Alexandre Santos de Sousa – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Em "Capítulos de História Colonial" livro projetado pelo historiador Capistrano de Abreu (1853-1923) desde a sua juventude, a ocupação dos sertões fez surgir a identidade nacional que era o centro de investigação do historiador nascido no pós independência e que se empenhava em historiar o "caráter do brasileiro".

Na sua análise, núcleos de povoamento foram se formando ao longo do percurso percorrido pelo gado no desbravar do sertão via foz do Rio São Francisco, facilitando o surgimento de uma população mestiça, identificada pelo historiador como genuinamente brasileira, já que se construís longe do controle colonial e mesclando saberes, crenças e culturas de diferentes agentes do processo ocupacional.

Tais agentes seriam indígenas, portugueses desvalidos, pretos fugitivos que se valiam das reses que se transviavam ou que por fracas ficavam pelo caminho eram recuperadas por tais moradores que se estabeleciam pelas cercanias. Estes recuperavam os animais e depois revendiam-nos conseguindo bom preço, ou então, deles se valiam para prover-lhes leite, ararem a terra e produzirem uma pequena lavoura, cujas sobras vendiam aos transeuntes.

Parece ter sido esse o primeiro passo na historiografia nacional para a construção de um brasileiro mestiço, que não chegou a ser aceito pela geração de Capistrano, mas que depois veio a ser abraçada por autores com Sergio Buarque e Gilberto Freyre.

Entre Gênova, Rio de Janeiro e Moçambique: trajetória e redes de Luís Vicente Di Simoni no Império português, 1817-1821

Ricardo Cabral – Museu de Astronomia e Ciências Afins

A comunicação analisa os anos iniciais da trajetória do médico Luís Vicente Di Simoni (1792-1881) no Império Português. Natural de Novi, Itália, formou-se em medicina na Universidade de Gênova e transferiu-se para a Corte do Rio de Janeiro em 1817, aportando na cidade como comerciante de plantas medicinais em um navio mercante. Uma vez estabelecido na capital, esforçou-se para se conectar às redes de sociabilidade da elite médica do Rio de Janeiro, em parte por meio da troca de plantas medicinais com médicos locais, além de enviar plantas nativas do Brasil para seus antigos professores em Gênova. Essas articulações, ao que parece, tiveram papel na sua indicação para ocupar cargo de Físico-Mor em Moçambique, onde passou a servir à Coroa portuguesa a partir de 1819. Na ilha africana, atuou no Hospital Militar e na inspeção sanitária de navios do tráfico atlântico de escravizados até ser forçado a retornar ao Brasil, em 1821, por razões

políticas decorrentes do movimento revolucionário do Porto. Durante esse período, escreveu o "Tratado sobre o clima e as enfermidades de Moçambique", em que descreveu suas experiências com as doenças e práticas de cura no continente africano. Parte de uma pesquisa em andamento, a comunicação procura analisar, a partir dos debates sobre circulação de saberes no atlântico luso-brasileiro, como o personagem operou entre redes mercantis e médicas que ligavam Rio de Janeiro, Gênova e Moçambique, além de refletir sobre os efeitos do conturbado cenário político do início da década de 1820 na sua trajetória e estratégias de ascensão social e política.

Senhores libertos (Rio de Janeiro, século XVIII)
Roberto Guedes – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

O trabalho objetiva analisar senhores libertos na capitania do Rio de Janeiro setecentista. Salienta que o comportamento senhorial dos libertos necessitou de aprendizado. Provavelmente, o aprendizado da condição senhorial remonta à vida pretérita em escravidão. O trabalho utiliza fontes paroquiais e administrativos.

Nos limites do sertão: conflito de jurisdição entre a vila da Barra, Pernambuco, e comarca de Jacobina, Bahia (1782-1810)
Robertta Leite da Silva Evangelista – Universidade do Estado da Bahia

A vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, ou apenas vila da Barra, era uma importante localidade nos negócios, além de sua localização geográfica implicar numa condição de tríplice fronteira jurisdicional. Isso porque a vila da Barra pertencia à capitania e bispado de Pernambuco, do ponto de vista administrativo e religioso; mas devido à distância das ouvidorias pernambucanas ficava submissa à comarca de Jacobina, capitania da Bahia, do ponto de vista da justiça. Esta condição era propícia para conflitos de jurisdição, em razão das delimitações entre uma jurisdição e outra serem frágeis. A partir desse contexto, este trabalho busca investigar como as redes de clientela nos sertões da vila da Barra e comarca de Jacobina contribuíram para a multinormatividade, visto que os potentados locais se utilizavam da flexibilização das ordens gerais para alcançar o perdão pelos seus delitos, mantendo assim seus redutos de dominação. O período que compreende tal investigação são os anos de 1782 a 1810. Esse recorte temporal corresponde ao período da documentação referente a esse conflito de jurisdição, que nos permite observar as movimentações desses atores sociais. Os três personagens principais envolvidos nesse conflito são: o capitão-mor da vila da Barra, João Barreto de Sá e Meneses; o juiz ordinário da vila da Barra, João Duarte Camargo Bueno; e o ouvidor da comarca de Jacobina, José da Silva Magalhães. Sá e Meneses acusava Bueno e Magalhães de formarem uma aliança em que o ouvidor protegia o juiz ordinário livrando-o de ser devassado. Esse conflito resultou em muitas correspondências enviadas ao Conselho Ultramarino. A partir desta pesquisa deseja-se melhor entender as relações sociais desses magistrados e juízes, e analisar as estratégias às quais esses

indivíduos recorriam para não sofrerem sanções da justiça, garantindo seus domínios e poderes locais.

Uma obra à deriva: a História Geral das Guerras Angolanas, de Antonio de Oliveira de Cadornega

Roberta Guimarães Franco – Universidade Federal de Minas Gerais / Universidade de Évora

A obra em três tomos de Antonio de Oliveira de Cadornega, História Geral das Guerras Angolanas (1680), é reconhecidamente fonte incontornável para os estudos sobre Angola no século XVII. E, embora seja de extrema relevância para uma série de campos de estudos – História Moderna; História de Portugal; História da Expansão Portuguesa; História da África; História de Angola; História do livro; Circulação de pessoas e de conhecimentos; Literatura de viagens; Historiografia literária; Literatura angolana, entre outros –, a obra de Cadornega ainda é pouco explorada academicamente, sendo de interesse quase exclusivo de pesquisadores voltados para o contexto angolano do século XVII. Parte desse pouco interesse deve-se, sem dúvida, a pouca circulação da obra, que teve sua última edição publicada em 1972, ainda no contexto do Estado Novo português. Nas últimas décadas, a obra serviu de fonte para romances que propuseram um diálogo com a história de Angola, especialmente A gloriosa família – o tempo dos flamengos (1997), do angolano Pepetela. No entanto, e apesar de contributo para a história de Angola, de Portugal e, em alguma medida, do Brasil, a História Geral das Guerras Angolanas parece sofrer uma condição limiar, o que será abordado nessa apresentação como "obra à deriva", ou seja, não sendo considerada no contexto angolano, mas também não tendo lugar no contexto português, tanto na História, quanto na Literatura. Esta comunicação, vinculada ao projeto de pós-doutorado "António de Oliveira de Cadornega e a sua História Geral das Guerras Angolanas – o eu historiador X o eu-pessoal, as dificuldades de um biografismo a partir de uma obra à deriva", desenvolvido na Universidade de Évora.

Aviso à Gente do Mar sobre sua Peripneumonia e Pleuris: análise do Capítulo IV da obra Aviso à Gente do Mar sobre sua Saúde (1794)

Robson Daniel Wolf – Universidade Federal de Santa Maria

O presente trabalho propõe-se a analisar o conteúdo do capítulo "Da Peripneumonia, e do Pleuriz", presente na obra Aviso à Gente do Mar sobre sua Saúde, de 1794, do francês G. Mauran. Trata-se de um guia prático destinado a cirurgiões de navios, barbeiros, boticários, cozinheiros e marinheiros, ou seja, qualquer pessoa que pudesse ser responsável pelo tratamento de enfermos a bordo. Em razão da amplitude do público-alvo, as prescrições médicas são detalhadas e de fácil compreensão, visando capacitar qualquer indivíduo a conduzir um tratamento, independentemente das circunstâncias. O autor publicou seu primeiro livro, Essai sur les maladies qui attaquent le plus

communément les gens de mer, em 1766, e, devido ao seu sucesso, uma versão ampliada, Avis Aux Gens De Mer, Sur Leur Sante, foi encomendada e lançada em 1786. A obra foi posteriormente traduzida para o português pelo cirurgião B. J. Carvalho, que não apenas converteu o texto, mas também realizou modificações e acréscimos às recomendações originais francesas. Essa tradução foi lançada em 1794 e ocorreu no contexto em que a marinha portuguesa buscava modernizar-se, importando e convertendo para o português diversas obras estrangeiras consideradas relevantes para uso próprio.

Minha análise concentra-se na explicação oferecida pelo cirurgião acerca das causas e dos tratamentos da Peripneumonia e da Pleuris, à luz da ciência dietética do período, segundo a qual os alimentos possuíam propriedades como seco, úmido, quente e frio, e as enfermidades decorriam do desequilíbrio entre essas qualidades no corpo humano. O tratamento, portanto, consistia em restaurar o equilíbrio interno por meio da escolha criteriosa de alimentos, sangrias e medicamentos capazes de neutralizar o excesso ou a falta de determinada qualidade. Ao examinar o discurso do médico direcionado especificamente aos marinheiros, é possível não apenas reconstituir aspectos da alimentação praticada a bordo, mas também compreender o funcionamento da hierarquia interna das embarcações. Nesse contexto, os recursos alimentares e terapêuticos eram racionados e distribuídos de forma estratificada, conforme a posição hierárquica de cada tripulante e as necessidades específicas tanto dos sãos quanto dos enfermos, revelando assim as interseções entre saber médico, práticas alimentares e organização social no universo marítimo do final do século XVIII.

As entranhas da Terra no fim do mundo. Estudo crítico do Discurso e da Noticia da sublevação nas Minas em 1720

Rodrigo Bentes Monteiro – Universidade Federal Fluminense

A comunicação visa expor alguns aspectos do estudo crítico introdutório às transcrições semidiplomáticas de dois códices depositados no APM, em Belo Horizonte, e no IEB-USP, em São Paulo, sobre a Revolta de Vila Rica em 1720, ora em processo de edição. Destaca-se o entrecruzar de informações vindas da análise de conteúdos e formas expressivas dos respectivos textos a princípio anônimos, as materialidades desses e as trajetórias seculares dos manuscritos, a fim de compreender melhor os seus sentidos históricos e sociais diversos, embora relacionados pela origem comum dos dois artefatos. Despontam assim questões sobre autoria, primeiras leituras e recepções dos textos, revisando explicações anteriores. Com base nessa análise conjugada, num exercício de interpretação sobretudo do Discurso histórico, evidenciam-se elementos de uma atualidade intrínseca ao texto complexo, capaz de ultrapassar o seu próprio tempo seminal e conferindo-lhe significados contemporâneos, por suas várias impressões em papel. Na atual edição em curso, que desenvolve tópicos não trabalhados no livro O códice endiabrado, enfatiza-se a inquietante relação entre natureza, cultura, poder e mineração, e o modo de narrar o conflito um tanto escatológico, como temas e perspectivas históricas pertinentes também ao nosso presente. Tais ilações somente foram possíveis ao se

verificar o uso e apropriação dos textos de clássicos greco-latinos e dos Santos Padres no decorrer do códice, por obra do talento jesuítico na arte da eloquência e sua experiência com a noção de tempo cristã.

Santo Domingo, portal das Américas nos primórdios da conquista: transposição, adaptação, síntese, transculturação na arquitetura e no urbanismo da primeira cidade de fundação europeia no "Novo Mundo"

Rodrigo Espinha Baeta – Universidade Federal da Bahia

No ano de 1492 Cristóvão Colombo construiu, na costa noroeste da Ilha La Hispaniola (atua território do Haiti), voltado para o Oceano Atlântico, o forte La Navidad. Dois anos depois, mais à leste, no litoral norte do que hoje é a República Dominicana, o navegador genovês fundou o assentamento de La Isabela, primeiro núcleo urbano europeu levantado no "Novo Mundo". Inaugurado em janeiro de 1494, o povoado não durou muito, pois em menos de dois anos foi vitimado por intensos furacões.

Em 1496, o irmão de Cristóvão Colombo, Bartolomeu Colombo, começou a erigir um novo assentamento a mais de 200 km de La Isabela, na porção sul da ilha La Hispaniola (na atual República Dominicana), na margem oriental do Rio Ozama, próximo à foz no Mar do Caribe: Santo Domingo – a primeira cidade europeia nas Américas, cuja fundação oficial se daria em agosto de 1498. Depois de ser destruída em um furacão em 1502, o governador Nicolás de Ovando trasladou a cidade para a margem direita (ocidental) do rio, e lá o núcleo urbano se desenvolveu rapidamente como a porta de entrada das Índias Ocidentais nas primeiras décadas da conquista.

Já no traçado implantado por Ovando, o núcleo urbano refletiu as tradições da urbanística regular praticada na Espanha por ocasião das guerras de reconquista do território peninsular frente aos mouros – como a cidade acampamento de Santa Fé de Granada, fundada pelos Reis Católicos em 1491. Contudo, tanto o desenho da cidade, como a arquitetura ordinária e monumental que viria a ocupar o espaço urbano da primeira capital espanhola nas Américas, não passou por simples processos de transposição das práticas espanholas construtivas, formais, tipológicas, espaciais, compositivas. Diante dos trânsitos da Península Ibérica para a cidade caribenha, a urbanística e a arquitetura sofreram processos muito particulares de adaptação, síntese e transculturação – promovendo a constituição de um cenário urbano e arquitetônico singular no século XVI.

Retórica, fé e mestiçagem: A construção da imagem do santo de cor na obra de dois franciscanos – Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão e Frei Apolinário da Conceição

Rodrigo Neves do Rêgo – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Este trabalho analisa a escrita de dois franciscanos da América Portuguesa – Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695–1779) e Frei Apolinário da Conceição (1692–1760) –

como espaços privilegiados de produção e circulação de saberes no interior dos Impérios Ibéricos. A investigação concentra-se no Sermão do Beato Gonçalo Garcia (1745), pregado por Jaboatão no Recife, e na hagiografia Flor Peregrina por preta (1744), escrita por Apolinário em exaltação a São Benedito. Produzidos em um contexto de crescimento das populações negras e mestiças e de fortalecimento das irmandades de homens pardos, esses textos evidenciam como a escrita religiosa (parenética e hagiográfica) operou como instrumento de mediação de tensões sociais, étnicas e institucionais. A promoção de santos de cor, como Gonçalo Garcia e São Benedito, suscitou controvérsias morais e teológicas, mobilizando religiosos letrados na elaboração de argumentos prováveis capazes de legitimar tais cultos no interior da ortodoxia católica. Por meio de uma análise filológica desses textos, é possível observar como autores como Jaboatão, formados na tradição da segunda escolástica e influenciados por correntes político-teológicas ibéricas, mobilizaram um conjunto sofisticado de recursos retóricos. Ademais, a investigação permite reconstituir, ainda que parcialmente, os percursos de leitura desses autores, contribuindo para a compreensão das práticas letradas e das dinâmicas culturais desses intelectuais. A partir dessa abordagem, destacam-se características centrais dessas obras, como o providencialismo e a retórica da monarquia cristã, empregados para sustentar a legitimidade da santidade parda. Tais estratégias evidenciam a articulação entre teologia e política na Primeira Modernidade, período em que a escrita religiosa se configurava como prática ativa na construção de consensos e na gestão de conflitos. Ao mesmo tempo, esses escritos revelam conexões entre Pernambuco e centros intelectuais do mundo ibérico, evidenciando a circulação de ideias, modelos retóricos e tradições eruditas. Assim, a proposta dialoga diretamente com os objetivos do simpósio ao compreender sermões e hagiografias como práticas de escrita que não apenas narravam, mas também constituíam as dinâmicas históricas dos Impérios Ibéricos. Desse modo, argumenta-se que a produção franciscana atuou como espaço de negociação entre fé, poder e identidade.

Fios da Conjuração Baiana na conjuntura da independência do Brasil: o que ficou do projeto de república popular?

Rodrigo Oliveira Fonseca – Universidade Federal do Sul da Bahia

Ultrapassadas há tempos as tentações de uma historiografia que via nas lutas sociais em torno da Independência uma espécie de desaguar dos movimentos contestatórios do final do século XVIII em Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia, pode-se retomar a questão em termos outros e mais precisos: em que medida e através de que elementos as lutas republicanas ocorridas entre os anos de 1817 e 1824 se relacionam com aquelas conjurações? Trabalhando especificamente o contexto da Bahia, e tomando o movimento pernambucano de 1817 como um "incontornável ponto de referência para acúmulo de memória e experiência política" (Morel, 2008, p. 190) e de configuração de um ideário e "substância" republicanos que se espraiará sob diversos rótulos e manifestações em outras províncias (Leite, 2000), vamos aqui explorar, cotejar e sistematizar ligações na Bahia em torno de personagens, características e discursos que aparecem nas duas conjunturas e que nos autorizam a falar de um Partido Republicano baiano, não exatamente como a

"facção mais radical do Partido Brasileiro" no processo de independência (Pereira, 2018), mas como uma força política que, se convergiu com o projeto vitorioso de adesão política à Corte do Rio de Janeiro, o fez de modo apenas circunstancial e parcial, ou mesmo "pelo avesso" da Independência, de modo análogo ao sugerido por Luiz Geraldo Santos da Silva (2006) para Pernambuco. A historiografia tem reconhecido a existência de um ciclo revolucionário baiano entre 1798 e 1838 com um "perigoso" corte de classes que levou as forças dominantes da província a estreitarem suas relações com o centro político do Rio de Janeiro. Se em linhas gerais a historiografia converge nessa interpretação, ela se divide entre pesquisas que admitem a existência de uma tradição política comum da Bahia rebelde no vasto "tempo da independência" (Araujo, 2004) e outras que estabelecem o movimento constitucionalista de 1821 como instaurador de uma nova tradição rebelde (Araujo, 2011). Vamos debater essa última tese, de Dilton de Oliveira Araújo, apresentando indícios documentais dos anos de 1822, 1823 e 1824 que, direta ou indiretamente, na Bahia, no Recife ou em Lisboa, mobilizam o legado político do final do XVIII e o estendem àquela nova conjuntura de crise e redefinições do início da década de 1820, contando na Bahia com um grupo expressivo de sobreviventes das francesias de 1797 e 1798, politicamente articulados com os republicanos de Pernambuco, e com oficiais patriotas que mobilizavam soldados, milicianos pretos e pardos e escravizados em torno da retórica de escravidão e liberdade (Kraay, 2006).

Um homem entre dois deuses: Francisco da Costa Xavier e o Santo Ofício Português (1770-1773)

Roger Calandrini Azevedo da Silva – Universidade Federal do Ceará

A presente pesquisa busca apresentar e analisar a trajetória de um homem negro e escravizado o qual teve seu destino entrelaçado com o Santo Ofício Português no Grão-Pará do século XVIII. Francisco da Costa Xavier, 23 anos, nascido na Bahia e oficial de sapateiro, seria apenas mais um dos escravizados levados a Amazônia com a proibição da escravização indígena e fortalecimento da Companhia Geral do Grão-Pará, mas foi no final de 1770 isso mudaria. Na manhã do dia 12 de dezembro daquele ano Francisco persuadiu um padre sacristão a lhe administrar a hóstia consagrada e saindo do convento retirou-a da boca e ofereceu a um comerciante que horrorizado o fez preso. A partir daquele momento em diante Francisco fora preso e passaria o próximo ano cativo do Santo Ofício primeiramente em Belém e posteriormente em Lisboa onde será devidamente processado e penalizado por seu sacrilégio e demais heresias confessas. A partir do processo de Francisco buscamos entender as dinâmicas de escravização na Amazônia setecentista, a atuação inquisitorial na América portuguesa pós visitação, as religiosidades normativas e dissidentes de Belém e não menos importante o sacrilégio de Francisco, sua biografia e de que forma talvez esse homem tenha transformado uma das instituições mais temidas de nossa história, em seu bilhete para uma liberdade.

Soldados, Lavradores e "Poalheiros": Agência Indígena e Diversificação Econômica em Minas Gerais (1808-831)

Romilda Oliveira Alves – Universidade do Estado de Minas Gerais

O presente trabalho investiga as estratégias sociais e as articulações políticas de distintos grupos indígenas que habitaram as fronteiras entre Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, no período de 1808 a 1831. Fundamentado nas abordagens metodológicas da Nova História Indígena, o estudo analisa como esses agentes participaram da organização do "mundo do trabalho", contribuindo efetivamente para o dinamismo e a consolidação da economia mercantil de Minas Gerais. Examina-se o processo histórico de conquista e colonização dos sertões mineiros, bem como as diretrizes administrativas empregadas para atrair as populações nativas para aldeamentos, quartéis militares e unidades de produção agrária. A pesquisa problematiza a intensa disputa entre agentes do Estado e elites locais pelo controle da mão de obra indígena, destacando os incentivos materiais e as alianças que motivaram os interesses dos nativos em firmar contratos de trabalho com fazendeiros e moradores da região. O corpus documental compreende legislações indigenistas, instruções, ofícios, requerimentos, relatórios, além de relatos de viajantes e naturalistas que percorreram o território na primeira metade do século XIX. A análise revela que o trabalho indígena foi empregado tanto em serviços públicos quanto particulares, abrangendo desde a manutenção da ordem pública e defesa militar até atividades agrárias, ofícios mecânicos e a extração mineral/vegetal das "drogas do sertão", com ênfase na coleta e comércio da poaia (ipecacuanha). Conclui-se que as agências das populações indígenas foram fundamentais para a expansão das fronteiras e diversificação econômica das Minas oitocentista.

O Sertão Vigiado: Visitadores Eclesiásticos e Produção Normativa na Capitania do Siará Grande (1735-1792)

Ronald Ferreira dos Santos Gomes Tavares – Universidade Federal do Ceará

A vertente pesquisa busca compreender de que forma os visitadores eclesiásticos, representantes do Bispo de Pernambuco, ao visitarem as freguesias dos sertões da Capitania do Siará Grande no século XVIII, constituíram instância autônoma de criação normativa, transcendendo a fiscalização religiosa, na medida em que resolveram conflitos, aplicaram sanções e, sobretudo, produziram normas. O *locus* "sertão" será entendido como categoria dinâmica e polissêmica que, durante o período colonial, no contexto dos processos de conquista, chegou a ser considerada a antítese do conceito de "civilização" à época difundido.

Serão utilizadas como fontes principais os capítulos de visitação deixados pelos delegatários do Bispo nos livros de tombo das matrizes das freguesias, além das suas pastorais e editais, bem como as correspondências do bispado com a metrópole, conforme especificidades problematizadas mediante o uso dos paradigma indiciário e jogos de escalas como principais enfoques metodológicos. A análise das fontes, articuladas com o

Direito Régio, Direito Canônico, além dos costumes e outras produções normas locais, nos permitirá enxergar o pluralismo jurídico e as múltiplas instâncias de poder existentes no Brasil Colonial, de modo a coexistirem jurisdições concorrentes e complementares.

As Comunidades Eclesiais de Base na diocese de Ruy Barbosa: memórias de lutas, conflitos e resistências (1976-1992)

Rosineide Alves de Souza – Universidade Estadual da Bahia

A presente pesquisa analisa a trajetória das Comunidades Eclesiais de Base (CEB´s) na Diocese de Ruy Barbosa, no período de 1976 a 1992, destacando suas experiências de lutas, conflitos e resistências na diocese de Ruy Barbosa. Impulsionado após o Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais Latino-Americanas, as CEBs configuraram-se como espaços de participação popular, formação política e vivência comunitária da fé, articulando práticas religiosas com demandas sociais. A pesquisa analisa como essas comunidades contribuíram para a organização de comunidade, bem como o fortalecimento da consciência crítica e a mobilização em torno de direitos sociais, ao mesmo tempo em que enfrentaram tensões com setores conservadores da Igreja e da sociedade local. A análise evidencia disputas no interior do campo religioso, marcadas por diferentes projetos de Igreja e pela busca de legitimidade na condução das práticas pastorais.

Este trabalho, o trabalho baseia-se na análise de fontes documentais da diocese, registros institucionais e depoimentos orais, permitindo reconstruir memórias e experiências dos sujeitos envolvidos. O estudo dialoga com referenciais teóricos que abordam o campo religioso, as representações e as práticas cotidianas, possibilitando compreender as CEB´s como espaços de produção de sentidos, resistência e transformação social. Nesta pesquisa abordaremos a atuação do quarto Bispo diocesano de Dom Matthias Shimmidt que assumiu sua postura de líder religioso comprometido com a organização das CEB´s, as mudanças da Igreja católica na Diocese de Ruy Barbosa e o comprometimento das causas sociais.

Dessa forma, afirmamos que, apesar dos conflitos e limites enfrentados, as Comunidades Eclesiais de Base desempenharam papel significativo na reconfiguração das relações entre Igreja e sociedade na Diocese de Ruy Barbosa, contribuindo para processos de democratização, valorização da cultura local e fortalecimento das lutas populares numa dimensão de fé e vida.

A cartografia, o manuscrito e o conhecimento do litoral potiguar: o mapa de Jacques de vau de Claye (1579) e Tratado de Gabriel Soares de Souza (1587)

Rubenilson Brazão Teixeira – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A presente exposição tem por objetivo analisar duas fontes fundamentais para a compreensão do litoral potiguar no primeiro século da colonização. Trata-se da "carte de la côte du Brésil. Jacques de Vau de Claye m'a faict en Dieppe l'an 1579", e o "tratado descritivo do Brasil", de Gabriel Soares de Souza, de 1587. Questões de natureza geopolítica envolvendo naquele momento histórico duas nações em disputa por esse território, França e Portugal principalmente, mas também os povos indígenas que habitavam essas terras, se expressam ou se resumem, de certa forma, nesses dois documentos seminais, que são confrontados entre si de modo a lançar alguma luz, ainda que fugidia, sobre o território no período em apreço. A presente exposição corresponde a uma pequena parte de um trabalho bem mais amplo que explora, na longa duração (séculos XVI-XX), as implicações das ameaças reais ou potenciais por povos e nações provenientes do mar no processo de conquista, ocupação e formação urbano-territorial do litoral potiguar. As motivações que levaram a confecção dos dois documentos atestam dimensões geoestratégicas, geoeconômicas e geopolíticas que não desapareceram nos séculos seguintes, sempre acarretando consequências sobre o uso e ocupação do litoral potiguar. Esse debate continua relevante na atualidade, ainda que os atores, as circunstâncias, os interesses e outros sejam distintos e com outro grau de complexidade.

O Rio Grande do Norte em foco: um percurso historiográfico em arquitetura e urbanismo

Rubenilson Brazão Teixeira – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O presente trabalho apresenta um resumo de diversas pesquisas e publicações produzidas ao longo de mais de três décadas do percurso acadêmico deste autor, voltadas para a arquitetura e a cidade potiguar numa perspectiva histórica, abarcando do início da colonização ao século XX. Elas tratam de temas diversos, às vezes comparativamente, sempre privilegiando historicamente o Rio Grande do Norte, mas inserindo-o no seu contexto social, político, econômico e geográfico. Voltados sempre para o universo da arquitetura e urbanismo, esses estudos, que podem alcançar escalas transculturais e transnacionais, abarcam do edifício à cidade e à região e suas estruturas. Temas como o processo de secularização da cidade, questões geopolíticas envolvendo o processo de conquista e ocupação do território potiguar, a forma e os usos da cidade como expressão barroca, tipologias arquitetônicas, o processo de urbanização do território, os atores construtores da cidade e as relações internacionais em torno do Atlântico a partir do Rio Grande do Norte, são alguns temas que têm sido analisados ao longo desse percurso, resultando na produção de conhecimento histórico sobre uma área ainda pouco conhecida e explorada em pesquisas acadêmicas, mas também na formação de recursos humanos especializados, por meio de orientações de pesquisas de pós-graduação, nesses e em outras temas afins.

S

Pensando ontologias a partir das práticas médicas e de saúde na América colonial portuguesa (séc. XVI-XVII)

Samuel Luzeiro Lucena de Medeiros – Universidade Federal do Amazonas

Parte da fatalidade da vida, as práticas médicas (formais) e de saúde (mais abrangentes) foram empregadas ao longo da história no intuito de se equilibrar positivamente o binômio saúde-doença, e sua variedade é um demonstrativo das diferentes formas das sociedades enxergarem o mundo e a si mesmas. Tomando como referência cada ente inserido num conjunto de outros entes, o "ser" e a explicação de seu sentido, a sua ontologia, torna-se possível pensar nos elementos ônticos que lhe constituem como tal. Aqui, propomos enxergar esses elementos enquanto práticas no âmbito da saúde e da medicina, sendo esta última um desdobramento das prerrogativas das doenças que, por sua vez, geram preocupação para com a manutenção da saúde. Neste trabalho, busca-se pensar tais ontologias a partir das alteridades observadas nos dois primeiros séculos de colonização portuguesa na América, referentes à noção de "ser" (ou de pessoa) a partir das práticas de manutenção da saúde, em suas diferentes instâncias, levadas à frente pelos povos indígenas locais e pelos colonizadores. Para tanto, valemo-nos de leituras dos campos da Antropologia Histórica (com André Burguière e Jacques Le Goff), Filosofia (com Martin Heidegger, Philippe Descola e Jérôme Baschet) e História da Colonização (com Tzvetan Todorov, Ronaldo Vainfas e Fernando Antônio Novais), de modo a analisarmos os relatos de cronistas que passaram pela América portuguesa entre os séculos XVI e XVII (os Padres Manoel da Nóbrega, Yves d'Évreux e Simão de Vasconcelos, como também o autodidata Gabriel Soares de Sousa) e nos permitem acessar as modalidades de práticas médicas e de saúde pensadas e aplicadas ali por seus diferentes grupos, notadamente pelos "gentios da terra" e pelos luso-brasileiros. As perguntas que servem de guião para as contribuições almejadas são: seria possível identificar nos relatos e registros das fontes elementos que nos possibilitam ver traços ônticos, ou seja, que representariam as formas de entendimento do "ser", ontologias? Se sim, quais seriam tais elementos ônticos e ontologias? Haveria relação entre a medicina, outras práticas curativas e a presença de tais traços? Como se mostram tais percepções ontológicas ao longo do tempo? Ao final das análises, buscaremos respondê-las.

A arquitetura dos engenheiros-militares no Brasil: o caso de José Fernandes Pinto Alpoim (1739-1765)

Sarah Dume – Universidade Estadual de Campinas

Este trabalho propõe uma discussão acerca do papel do engenheiro militar na América portuguesa do século XVIII, tomando como ponto de partida a atuação de José Fernandes Pinto Alpoim no Brasil entre 1739 e 1765. Parte-se da hipótese de que os engenheiros militares tornaram-se um agente central na produção do espaço urbano e arquitetônico colonial brasileiro, atuando na interseção entre a circulação de saberes atlânticos e as condições materiais e de trabalho encontradas no além-mar. Para além de técnico a serviço da defesa, trata-se de um agente responsável por projetar, adaptar e gerir obras em

diferentes escalas, em um cenário marcado pela escassez de arquitetos e pela centralidade das demandas régias – como se observa na colônia brasileira, especialmente em centros como o Rio de Janeiro e Ouro Preto, principais espaços conhecidos da atuação de Alpoim. Sua obra arquitetônica no Brasil evidencia uma prática que não apenas mobiliza repertórios formais e técnicos oriundos da formação dos engenheiros militares portugueses do século XVIII, mas os transforma a partir das possibilidades locais e das exigências da metrópole, articulando materiais, mão de obra e distintos saberes construtivos, onde, nesse sentido, o engenheiro emerge como mediador ativo na reconfiguração desses conhecimentos. A partir da análise de obras atribuídas e documentadas de José Fernandes Pinto Alpoim, que incluem icônicos edifícios civis, religiosos e intervenções no tecido urbano da paisagem brasileira, propõe-se demonstrar que os engenheiros militares desempenharam papel estruturante na conformação das cidades da América portuguesa, sendo decisivos na materialização de formas urbanas resultantes do encontro entre escalas globais e realidades locais. O percurso de Alpoim em território brasileiro, evidencia, portanto, que a arquitetura no mundo luso-brasileiro setecentista se constitui a partir de uma atuação profissional híbrida, na qual a figura do engenheiro se afirma como protagonista na construção do espaço colonial.

Ascensão e queda do cônsul inglês John Theodore Koster: a governança fiscal interdependente do ouro e do algodão brasileiros no império português entre as guerras britânicas

Saulo Vilar de Campos Silva – Universidade Católica de Pernambuco

Ao final da guerra dos sete anos (1756-1763), ainda tempos do Marquês de Pombal, diversas organizações ligadas a grupos ingleses influenciavam as praças de Lisboa e O Porto. A governança de instituições, como o sistema fiscal, já revelava uma forte interdependência global, e eram influenciadas por Stockbrokers e Commoditybrokers, que operavam à distância, da city londrina, dos portos de Hamburgo, Amsterdam, Liverpool e Recife ou localmente em Portugal. Um deles era John Theodore Koster. Pretendemos acompanhar, de forma prosoprográfica, a sua organização familiar e suas redes endogâmicas, através de sua ascensão e queda, desde 1748, quando o seu pai um imigrante germânico chega à Leeds até a sua morte em Bordeaux, França, em 1826. Nascido em 1750 em Leeds, J.T.K., graças a essas redes, faz-se cônsul-geral da Inglaterra em Portugal. Entre Londres e Lisboa, coordenou, em conluio com a administração portuguesa, a governança fiscal sobre grande parte do fluxo legal e ilegal do ouro brasileiro, de 1774 a 1801. Como membro da Real Academia de Lisboa, fez parte de uma rede de informações centralizada por Sir Joseph Banks a partir do Royal Botanic Garden. Entre 1803 e 1815, já está em Liverpool, controlando grande volume do fluxo do algodão brasileiro, notadamente de Pernambuco e do Maranhão, para Lisboa e toda a Europa. Participou ativamente das discussões sobre as instituições fiscais britânicas, e suas revoluções, juntamente com Davi Ricardo, até abrir falência em 1815. Sua esposa e prima, Susanna Carret Koster, tenta manter os negócios da família, tanto em Lisboa quanto em Birkenhead Priory, Merseyside, Liverpool. Paralelamente, famílias como as de Davi

Ricardo, Nathan Rothschild e Christian Schroder, de forma interdependente e não se sujeitando as soberanias fiscais institucionalizadas, com as suas redes de negócio e de crédito, passaram de Hoffaktoren a Stockbrockers, conectando capitais, transnacionais e transculturais, judeus e não judeus, entre Hamburgo, Amsterdam, Londres, Lisboa e Pernambuco, diante das transições hegemônicas do capitalismo histórico. Utilizando a economia política neoinstitucionalista, a fiscalidade em Antonio Carlos dos Santos e o jogo de escalas em Francesca Trivellato, tentaremos compreender os limites dessas relações de poder, entre o público e o privado, analisando as interdependências entre as governanças fiscais e institucionais, promovidas durante as guerras protagonizadas pelos britânicos além da Revolução francesa: dos sete anos (1756-1763) e da independência das 13 ex-colônias inglesas na América do Norte (1774-1815). Como o Marquês de Pombal, procurava acompanhá-las, criando, dentre outras, a Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba e o Erário Régio.

Cartas Abertas da Companhia das Índias Ocidentais: Política de Convivência em Manuscrito Diplomático em Duas Margens Documentais (1625)

Savio Queiroz Lima – Universidade do Estado da Bahia

O Artigo analisa as funções diplomáticas de carta aberta da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais em suas duas versões, original holandesa e tradução portuguesa. São dois documentos manuscritos elaborados em 1625, que objetivaram divulgação das relações políticas e comerciais propostas pela Companhia das Índias Ocidentais aos colonos no Brasil. Foram ações diplomáticas, diante das adversidades militares na costa brasileira, efetivada enquanto estratagema ideológico argumentativo de convencimento dos colonos. As desiguais manufaturas dos dois conjuntos textuais evidenciam funcionalidades diferentes, objetivo na comunicação holandesa e subjetivo no trato com o leitor português através do apelo estético no manuscrito em seu idioma. Por conta disso, o trabalho se vale de instrumentalizações analíticas da diplomacia, da paleografia e da filologia, aos elementos pertinentes ao artefato central da investigação.

Famílias "escravas" no sertão da Parahyba: composição, qualidades e estruturas familiares na freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, Catolé do Rocha (1850-1888)

Segiefredo Rufino dos Santos – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Investiga estratégias desenvolvidas pela população escravizada sertaneja da Parahyba, especialmente na Vila Federal de Catolé do Rocha, entre 1850 e 1888, para compreender como essas ações garantiram sua sobrevivência e lhes permitiram buscar formas de mobilidade social. Propõe, ainda, a partir do cruzamento de dados de fontes paroquiais (livros de batismo e casamento) e judiciais (livros de notas de cartório), analisar a composição das famílias "escravas" nesse período, na Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, localizada na Vila Federal de Catolé do Rocha. A investigação contempla tanto as estruturas familiares (legitimas e monoparentais) quanto a diversidade de qualidades

presentes nas fontes (“africanos”, cabra, crioulo, índio, mameluco, mulato, negro, pardo e preto). Teoricamente, o trabalho insere-se em dois campos. O primeiro, o da História Social, que permite aprofundar a análise das relações escravistas e das estratégias da população negra no sertão da Paraíba, enfatizando as peculiaridades das interações humanas e as redes sociais, econômicas e de poder que moldaram essas experiências. O segundo, o da História Demográfica, que contribui para a compreensão dos padrões populacionais relacionados à concessão da liberdade. Metodologicamente, adotou-se o "método indiciário", a partir da problematização de Carlo Ginzburg, para examinar as fontes, identificando indícios das ações da população escravizada, evidenciando as estratégias articuladas por esses indivíduos para melhorar suas condições de vida e garantir sua liberdade em um contexto de profundas desigualdades e desafios estruturais. Empregou-se, ainda, o "método onomástico", discutido por Ginzburg e Carlo Poni, para rastrear nominalmente os libertos e reconstruir suas trajetórias e conectá-los as suas redes de parentesco e sociabilidade. A análise debruçou-se sobre seis livros de batismo (1857-1886), um livro de casamento (1882-1884), da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios, em Catolé do Rocha; além de processos de concessão de 11 cartas de liberdade (1857 - 1876), testamentos e inventários (1850-1888), provenientes dos livros de notas do Cartório do 1º Ofício e do Fórum Desembargador Sergio Maia, respectivamente. A pesquisa identificou as tipologias de alforria gratuita, onerosa, condicional e parcial, evidenciando que a obtenção da liberdade envolvia negociações entre escravizados e senhores, com acordos, pagamentos ou imposições de condições. Considera, por fim, que é possível, com o adensamento da investigação e do cruzamento de fontes diversificadas reconstituir a composição das famílias “escravas”, contribuindo para enriquecer a historiografia da escravidão na Parahyba oitocentista, sobretudo na região sertaneja de Catolé do Rocha.

A trajetória do Professor Régio José Francisco Cardoso de Moraes. (1761-1841)

Shirley Nascimento Lima – Universidade Federal do Oeste da Bahia

Esta comunicação apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado em Ciências Humanas e Sociais - PPGCHS, da UFOB, que investiga a trajetória do professor régio, poeta e censor José Francisco Cardoso de Moraes (1761–1841), natural da Vila de Cachoeira, na Bahia. Filho de Gonçalo Cardoso de Moraes, vigário da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, e de Ana Josefa do Espírito Santo, Cardoso de Moraes viveu a maior parte de sua vida em Salvador, onde atuou como professor régio de gramática latina. O objetivo da pesquisa é analisar sua inserção nos quadros intelectuais e políticos da América portuguesa e do Brasil imperial, destacando sua atuação no contexto das transformações educacionais, políticas e culturais ocorridas entre o final do século XVIII e o primeiro quartel do século XIX. A investigação baseia-se em documentação manuscrita e impressa, localizada tanto no Brasil quanto em Portugal, com ênfase nos fundos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB). A relevância do estudo reside na ausência de trabalhos dedicados à vida e à obra de José Francisco Cardoso de Moraes, cuja presença é registrada apenas em dicionários bibliográficos portugueses, sem a

existência de estudos específicos que problematizem sua trajetória. Ao resgatar sua trajetória, a pesquisa permite refletir sobre a atuação de uma rede de professores e intelectuais responsáveis pela circulação de ideias ilustradas, bem como sua possível participação em movimentos de contestação política, como a Conjuração Baiana de 1798 e a Revolução Pernambucana de 1817. Contribuindo para outras pesquisas que se dedicam a compreender educação, política, cultura, imprensa e intelectualidade no Brasil e na Bahia entre o final da Colônia e o início do Império.

Governar uma capitania de minas na América portuguesa: política e poder na administração do Conde dos Arcos em Goiás (1748-1755)

Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva – Pontifícia Universidade Católica / Goiás

A presente comunicação insere-se no âmbito do projeto de doutoramento ora em desenvolvimento e tem por objeto a análise do processo de criação da Capitania de Goiás e de sua organização administrativa no século XVIII, privilegiando o estudo do primeiro governo de D. Marcos José de Noronha e Brito, o Conde dos Arcos, entre 1748 e 1755. Busca-se compreender a dinâmica do poder régio em uma capitania de minas, examinando as estratégias e práticas administrativas voltadas à delimitação territorial, a exploração das minas e ao controle fiscal, bem como o uso do sistema de mercês como mecanismo de governabilidade e reforço dos vínculos entre a administração local e a metrópole. A criação da Capitania de Goiás a partir do desmembramento da Capitania de São Paulo, deu-se pela necessidade de maior controle sobre a região das minas dos Guayazes e do Mato Grosso. A nomeação do Conde dos Arcos e de outros oficiais é apresentada como expressão do entrelaçamento entre o público e o privado, característico do poder luso no Antigo Regime, no qual particulares assumiam ofícios coloniais em nome do soberano. O projeto traz algumas questões que orientarão a investigação: em que medida as estratégias de poder adotadas na implantação da capitania produziram efeitos duradouros na dinâmica política da colonização; se a administração de Goiás teve papel estratégico na consolidação da estrutura administrativa colonial e na centralização do poder na região mineradora; e se a atuação cotidiana do Conde dos Arcos articulou obediência à hierarquia monárquica com soluções pragmáticas frente às especificidades locais. Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho insere-se no campo da "nova história política", principalmente a partir das reflexões sobre poder e instituições, buscando pensar a política como estudo do poder, sua distribuição e articulações com outras esferas da vida social, ancorando-se em vasta historiografia relativa à América portuguesa, ao sistema colonial, a administração luso-brasileira e institucional do período moderno. O corpus documental abrange principalmente fontes manuscritas oficiais do século XVIII, existentes no Brasil e em Portugal, localizadas em instituições como o Arquivo Histórico Estadual de Goiás, o Museu das Bandeiras na Cidade de Goiás, o Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa e o Arquivo da Universidade de Coimbra, entre outras, compostas por livros e documentos avulsos, como correspondências, provisões, ordens régias e demais peças administrativas relativas ao governo do Conde dos Arcos.

As famílias escravas e as redes de compadrio na freguesia de nossa senhora da piedade da borda do campo, 1740-1800

Sirleia Maria Arantes – Instituto Federal do Sudeste / Minas Gerais

O objetivo desse trabalho é apresentar os resultados parciais do projeto No rendilhado do cotidiano: as famílias dos libertos na freguesia de Barbacena (1723-1850), sobre a constituição da família e as redes sociais dos escravos no transcorrer do século XVIII, na freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo. As redes sociais poderão ser percebidas a partir dos registros de batismo, particularmente no ato de apadrinhamento, utilizando a metodologia da demografia histórica. A partir da formação das famílias escravas pode-se a analisar as redes sociais que revelam não apenas os vínculos de parentesco, mas também os mecanismos de inserção social e as estratégias para alcançar a liberdade. Os laços de compadrio, cuidadosamente registrados nos batismos e reforçados por testemunhas e padrinhos, funcionam como pontes entre diferentes grupos sociais, permitindo àqueles que buscam a liberdade ampliar suas possibilidades de proteção, mobilidade e reconhecimento. A escolha dos compadres e comadres, muitas vezes calcada em interesses estratégicos, revela como a família se articula com a comunidade para construir um tecido social resistente, capaz de desafiar as barreiras impostas pela origem ou pela cor. Assim, o estudo das redes sociais, ao ir além da mera contagem de relações, ilumina a profundidade das interações e a complexidade da vida cotidiana dos escravos, cuja história se tece no entrelaçar desses múltiplos vínculos. Nesse contexto, a decomposição das redes sociais em diferentes níveis revela possibilidades analíticas diversas, mas a opção metodológica por trabalhar com duas estruturas – redes formadas por linhas e vértices, e partições que agrupam vértices em classes – oferece um recorte preciso para o entendimento das dinâmicas sociais. As ferramentas de análise de redes sociais tornam-se fundamentais ao evidenciarem como a agência individual se entrelaça com estruturas sociais mais amplas: os atores sociais não agem isoladamente, mas estão inseridos em configurações de laços que funcionam como canais para a circulação de recursos, informações e proteção. Assim, cada vínculo, cada escolha de compadrio ou parentesco, expressa intenções e estratégias projetadas para o futuro, refletindo práticas culturais específicas da América portuguesa pelas famílias dos escravos.

A "justiça dos índios" na Missão do Bom Jesus da Glória, Vila de Santo Antônio de Jacobina (1803-1816)

Solon Natalício Araújo dos Santos – Universidade Federal da Bahia

Analisaremos a recriação de identidades culturais dos indígenas aldeados da missão do Bom Jesus da Glória, localizada na Vila de Santo Antônio da Jacobina, no início do século XIX, a partir do estudo de uma carta que relata as reivindicações dos indígenas para que as suas terras fossem desocupadas. Percebemos que esses grupos indígenas integrados à colônia portuguesa, se apresentavam como povos afirmadores de sua identidade, se

reconhecendo como indígenas e lutando juridicamente pela preservação e manutenção das terras e dos aldeamentos que lhes foram concedidos, ainda no princípio do século XVIII. Esta discussão busca refletir sobre o papel dos indígenas dentro do processo de povoamento e "civilização" do Sertão da Bahia no século XIX, em específico, da Vila de Santo Antônio da Jacobina, pensando os aldeamentos como um ambiente onde foi possível o desenvolvimento de uma cultura de resistência adaptativa.

A elaboração do quadro da administração portuguesa no Grão-Pará: a construção da Ouvidoria na Amazônia Colonial no decorrer do Setecentos

Stephanie Lopes do Vale – Secretaria de Educação / Amazonas

O poder da majestade real portuguesa era exercido na Época Moderna através de agentes sociais investidos de sua autoridade, na representação do monarca nos espaços Ultramarinos atuavam Governadores, Ouvidores e Provedores. Enviados a locais distintos, as autoridades coloniais estavam permeadas pelas ordens régias e regulamentos, entretanto, eram margeadas pelas conjunturas dos territórios que exerciam os cargos. Especificamente, no encargo de Fazer Justiça estavam os juízes e o ouvidor, tais indivíduos deveriam atuar pelo Bem Comum e na manutenção do Império Português ao reconduzir a ordem social para a conservação dos espaços lusitanos. Nesse sentido, a colônia norte da América Portuguesa, o antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, atravessou no século XVIII com mudanças e ampliações na sua malha administrativa. Particularmente, a Justiça do Rei foi sendo desenhada no decorrer do Setecentos com a determinação de novos lugares de serviço e a formação de mais vilas, com elas suas câmaras com juízes e vereadores. De maneira inicial, pretende-se a localização dos magistrados atuantes na Ouvidoria do Grão-Pará, compreendendo suas qualidades nos contextos dos monarcas lusitanos que reinaram no trono português. A Ouvidoria era território de exercício de magistrados formados em Direito, todavia, seria possível ocupar os postos da Comarca do distante e imenso Grão-Pará apenas com magistrados e letrados? A qualidade desses funcionários do rei e a vacância dos postos, além das acumulações de funções, indicam as dificuldades para prover certas atribuições e a baixa atratividade de certos cargos e funções. A criação de uma Ouvidoria implicava na constituição de um corpo de agentes e funcionários, as viagens de correição e as eleições das Câmaras demandavam custos e indígenas para os serviços. De tal forma, a constituição da burocracia do monarca em suas possessões ia elaborando a malha de agentes, alguns deles formavam elites locais, outros percorriam o Império em rotas de enobrecimento através serviço do Rei. A investigação das autoridades régios se revela um aspecto interessante para compreensão da formação das redes que conectam a Amazônia com o Império Português.

18 anos da Lei 11.645/2008: Contribuições da História Indígena para uma educação antirracista

Suelen Siqueira Julio – Colégio Pedro II / Rio de Janeiro

Partindo dos avanços, limites e desafios em torno da aplicação da Lei 11.645/2008 (que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena), a comunicação apresenta as contribuições do campo da História Indígena para esse debate. Ao articular sua experiência enquanto pesquisadora da história indígena no período colonial com sua atuação como professora na Educação Básica e no Ensino Superior, a autora oferece subsídios para a construção de um ensino decolonial e antirracista. As reflexões apresentadas foram desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa "Conexões afro-indígenas: contribuições de Beatriz Nascimento para uma educação antirracista". Integrada ao Projeto Redes Antirracistas – seleção pública realizada em parceria entre o Ministério da Igualdade Racial (MIR) e o Instituto Federal de Brasília (IFB) –, o trabalho articulou leitura e ensino, envolvendo estudantes da Educação Básica, da Licenciatura e da Pós-Graduação no âmbito do Colégio Pedro II, renomada instituição de ensino federal no Rio de Janeiro (Brasil). Encerrada em 2025, a pesquisa teve continuidade através de um novo projeto: "Mover as estruturas: contribuições afro-indígenas para uma educação antirracista", aprovado em edital do próprio Colégio Pedro II e desenvolvido entre dezembro de 2025 e junho de 2026.

Vive ausente do marido a imoralidade feminina nas práticas de sobrevivência nas capitanias do Sul, Bahia 1813

Sulamita Pinto – Universidade Federal da Bahia

Este trabalho analisa a constituição do discurso moral religioso como dispositivo de poder na Bahia colonial, tomando como eixo interpretativo a produção histórica da moralidade feminina. Parte-se da hipótese de que a normatização da vida religiosa não operava apenas no plano espiritual ou doutrinário, mas articulava-se a estratégias mais amplas de ordenamento social, incidindo de maneira particular sobre os corpos e comportamentos femininos.

O corpus documental é composto pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, promulgadas sob o governo de Dom Sebastião Monteiro da Vide, que sistematizam normas para a organização da vida religiosa na América portuguesa, e pelas Devassas de 1813 conduzidas pelo visitador Sebastião Querino de Santa Bárbara, documentação que reúne denúncias e testemunhos acerca da vida moral e religiosa dos colonos. A análise dessas fontes permite observar o deslocamento entre norma e prática, evidenciando tensões, resistências e negociações no interior da cultura religiosa colonial.

A partir de uma abordagem teórico-metodológica ancorada na noção foucaultiana de dispositivo e nos debates da historiografia feminista e de gênero, argumenta-se que tais discursos não apenas prescreviam condutas, mas produziam sujeitos. A moral religiosa operava como tecnologia de poder que classificava, vigiava e punia, incidindo de modo particular sobre as mulheres, cujas condutas eram associadas à honra familiar, à estabilidade da ordem cristã e à hierarquia social. Assim, a moralidade feminina é

compreendida não como dado natural ou essência cultural, mas como construção histórica atravessada por relações de poder, estratégias disciplinares e mecanismos de controle social.

Ao evidenciar os modos pelos quais o discurso religioso contribuiu para a construção histórica das identidades e expectativas atribuídas às feminilidades o trabalho contribui para o debate acerca das articulações entre religião, gênero e poder na América portuguesa, destacando a centralidade das práticas eclesiásticas na manutenção da ordem colonial.

Agenciamento indígena e disputas coloniais na Paraíba do século XVII
Sylvia Brandão Ramalho de Brito – Universidade de Salamanca

Este artigo analisa as formas de agenciamento indígena nos conflitos territoriais que culminaram na aliança política entre os Potiguara e os holandeses, na capitania da Paraíba em 1625. A partir de uma leitura crítica das fontes históricas, demonstra-se que os povos nativos não atuaram de maneira meramente reativa diante da presença europeia, mas elaboraram estratégias políticas e militares complexas em um contexto de intensa disputa e adversidade. As alianças estabelecidas e a participação ativa dos guerreiros indígenas nos confrontos armados revelam-se elementos centrais para a definição dos embates pelo controle territorial, contribuindo para a reconfiguração das dinâmicas de poder e da própria experiência colonial na região. Nesse sentido, o ano de 1625 constitui um ponto de inflexão crucial para a compreensão das dinâmicas de poder no Brasil colonial.

Do diamante ao tabaco, as trajetórias de David de Purry (1709-1786) e da sua empresa Purry, Mellish e Devisme, o modelo de Auguste-Frédéric de Meuron (1789-1852) e a sua fábrica de rapé Area Preta, imagens hoje marcadas pela questão da escravatura
Sylvie Doriot Galofaro – Fondation Flavia Abubakir, Crans-Montana / Suíça

Saídas da cidade suíça de Neuchâtel, famílias como os Meuron, Pury, Pourtalès e Borel seguiram, no início dos séculos XVIII e XIX, para outras cidades europeias (Marselha, Londres e Lisboa) e se dirigiram para o Brasil. Em Salvador, Rio de Janeiro e Recife empreenderam a primeira industrialização suíça no Brasil, implantando no país casas de comércio e estabelecimentos de manufatura.

Nossa pesquisa diz respeito sobretudo à Fábrica Imperial Arêa Preta (1817-1929), de rapé, fundada por Auguste-Frédéric de Meuron em Salvador, Bahia. A construção abriga, hoje, o Museu de Arte Moderna, em Salvador. Em 1832, uma filial foi fundada no Rio de Janeiro no Andarahy Pequeno, atualmente uma área do bairro da Tijuca. Depois de desativada a fábrica de tabaco, em 1929, a família dos últimos proprietários acabou dando nome ao local, hoje conhecido como a comunidade do Borel ou Morro do Borel, no Rio

de Janeiro, uma colina urbanizada formando um bairro pobre da cidade, com 35 mil habitantes.

Auguste-Frédéric de Meuron iria deixar a Bahia em 1837; seu sobrinho James-Ferdinand de Pury, ficaria à frente da administração da fábrica a partir de 1846. Nesse meio tempo, Arêa Preta foi dirigida primeiramente por Samuel Benjamin Dapples, de Lausanne, e em seguida por Frédéric-Edouard e Charles-Louis-Antoine Borel, de Neuchâtel.

Contudo, aquele que serve como modelo para todos esses negociantes e empreendedores de Neuchâtel é David de Pury, o primeiro a estabelecer as relações comerciais com o Brasil por meio da madeira e dos diamantes. Conhecido pelo nome de David Purry, foi alçado à condição de barão de Pury e passou a ser chamado David de Pury (sem o r mais com a particula da nobreza "de" ao fim da sua vida e agora), e detentor da razão social Purry Mellish & Devisme.

Essa é a saga que contamos aqui com o chef de David de Pury, John Gore e a South Sea Company que vai iniciar o comercio dos diamantes mas tambem da escravatura, protegido pelo marquês de Pombal e banqueiro do rei D. José I.

O livro raro anónimo "A entrada de Henrique II em Rouen e a França Antártica", de 1551: análise do exemplar pertencente à Fondation Flavia Abubakir, Crans-Montana, na Suiça

Sylvie Doriot Galofaro – Fondation Flavia Abubakir, Crans-Montana / Suíça

Essa comunicação tem o objetivo de apresentar as peculiaridade do exemplar da obra "A dedução da ordem sumptuosa, espetáculos agradáveis e magníficos teatros vestidos e exibidos, pelos cidadãos de Rouen, cidade metropolitana do país da Normandia, à Sagrada Majestade do muito cristão Rei de França Henrique II, seu soberano senhor, e à muito ilustre senhora, minha senhora, Catarina de Médicis, A Rainha, sua esposa, por ocasião da sua triunfante, alegre e nova chegada à referida cidade, que ocorreu nos dias de quarta e quinta-feira, primeiro e segundo dias de outubro, mil quinhentos e cinquenta, [...]" pertencente à coleção Flávia e Frank Abubakir, da Fondation Flavia Abubakir, em Crans-Montana, Suíça. Na obra, os comerciantes normandos aproveitam a ocasião da entrada do Rei em Rouen para apresentar a ele as vantagens de uma colônia francesa no Brasil face à expansão espanhola e portuguesa. O exemplar, íntegro e muito bem conservado, traz encadernação de Trautz-Bauzonnet (Alemanhã, XIX). Georges Trautz foi um encadernador alemão, nascido em Pforzheim em 1808 e falecido em Paris a 9 de novembro de 1879. Foi genro, sócio e sucessor de Antoine Bauzonnet (tendo, este último, sido dourador de Jean-Georges Purgold) e apresentador do brasão da família Colbert. As marcas de proveniência do exemplar remontam há, pelo menos, 200 anos. Através delas, é possível ver que o exemplar foi o volume de número 935 da coleção Que Scay-je, de Bon Ducharmel. O segundo ex-libris, do Conde d'Alfred d'Auffay, situa o exemplar em Rouen, e o terceiro de Bonchristiano, ainda não pode ser identificado. O exemplar possui,

ainda, a marca de posse atual representada pelo ex-libris do Instituto Flávia Abubakir. Analisar estes elementos possibilita acompanhar a trajetória de uma obra rara e importante para história da França Antártica, que circulou por acervos privados, esteve em diversas mãos e em diversos países, estando agora na Suíça, mas ao acesso dos pesquisadores.

T

A perspectiva hidrossocial e biorregionalista na (re)estruturação do território: um olhar para o Rio Santa Maria da Vitória (ES) até a segunda metade do oitocentos

Thaís Souza Pimentel – Universidade Federal do Espírito Santo
Tatiana Caniçali Casado – Universidade Federal do Espírito Santo

O trabalho consiste em uma análise da estruturação do território sob influência do rio Santa Maria da Vitória e seus afluentes, tomando a relação hidrossocial como fio condutor para se pensar as (trans)formações ocorridas de Vitória à Santa Leopodina (ES), até a metade do século XIX. O estudo compõe a pesquisa intitulada "O hibridismo como fundamento conceitual e metodológico de planos e projetos de desenvolvimento autodeterminado: experimento da Bacia do Rio Santa Maria da Vitória", correspondendo à etapa de aproximação 'histórico-estrutural', conforme arcabouço teórico e metodológico construído por Magnaghi (2017). Apoiada nos conceitos de ciclo hidrossocial e biorregião urbana, tal leitura se dá a partir da noção de hibridização, possibilitando que se compreenda os processos de conformação territorial a partir de relações de caráter socio-natural, buscando: (i) identificar sedimentos materiais e cognitivos formadores do território; (ii) contar histórias de sujeitos humanos (construções, grupos sociais, artefatos etno antropológicos) e não humanos (água, morros, afloramentos rochosos, fauna e flora), com especial ênfase à relação hidrossocial; e (iii) compreender o território como conjunto integrado, porém realizado em diversas escalas temporais e espaciais. Para tanto, recorre-se à metodologia de análise histórico-estrutural, por meio da qual são construídas narrativas sobre os domínios ambiental, econômico, do habitar e político, para os quais se adotam as perspectivas do rio, das propriedades, das obras e das migrações, respectivamente. A partir disso, percebe-se que aspectos físicos do rio, em conjunto com o relevo e as técnicas, se traduziram em relações de navegabilidade que possibilitaram o avanço de territorializações não indígenas na região compreendida entre Vitória e Santa Leopoldina e a estruturação desses territórios enquanto entrepostos comerciais entre as minas e a metrópole. Trata-se, em síntese, à descrição, análise e representação dos processos históricos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). Parte-se do pressuposto de que tais processos históricos, ancorados no Rio Santa Maria da Vitória, representam fases estruturantes do ciclo hidrossocial da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria da Vitória, como um "híbrido" Latouriano, ou seja, o ciclo hidrossocial se contrapõe à visão puramente técnica e natural do "ciclo hidrológico" e propõe o amoldamento mútuo entre água e a sociedade em um processo socionatural. Nesse sentido, entende-se a relação rio-sociedade em Santa

Leopoldina como um híbrido constituído simultaneamente por natureza e cultura, e, a partir do qual é possível operar modos de pensamento voltados para um estatuto do lugar como instrumento para o desenvolvimento local autodeterminado.

As agriculturas selvagens da colônia do Maranhão e Grão-Pará

Talles Manoel da Silva – Universidade Estadual de Campinas

É recorrente entre as fontes do período português da História brasileira um discurso centrado na busca e a efetivação da utilidade daquilo que se colonizava. Sejam elas pessoas, as quais seriam úteis se bem exploradas; a própria natureza, a ser domada para a utilidade da sociedade; ou, ainda, a terra, a ser transformada em espaço produtivo. Isso é, um discurso que se centra na ideia de dar um sentido utilitário e econômico para tudo aquilo o que se estivesse colonizando. Tornar o conquistado útil. Produtivo. E economicamente viável.

Em contexto colonial, o interesse em tornar terras, indígenas e natureza em úteis, estaria, em grande medida, condicionado à uma ideia de que eles, em seu estado natural, não traziam qualquer benefício para o desenvolvimento social e econômico desejado para a colônia. E que, muito menos, poderiam alcançar, sozinhos, a "civilidade" ou o desenvolvimento econômico que eram entendidos como ideais por seus colonizadores europeus. Por esse motivo, diferentes discursos defendiam a necessidade de salvar os indígenas de si mesmo e os reconfigurar aos formatos desejados, adequando também a paisagem para atender as necessidades da ocupação humana.

Seguindo tal perspectiva, grandes intérpretes clássicos da História Colonial do Brasil examinaram a agricultura praticada no período como parte de estruturas fechadas, focando-se no modelo da plantation, praticada em grandes propriedades, com foco na monocultura e regidas por lógicas de acúmulo e comercialização de excedentes. O que significou tentar entender diferentes contextos com a presunção de que a agricultura só existiria e seria útil, de fato, dentro de uma linha evolutiva focada em atingir aquilo que se esperava com o modelo. E, como consequência, marginalizava regiões como a da Amazônia brasileira, considerando-a como uma região ainda não desenvolvida por envolver, nesse momento, cultivos feitos em menor escala, descentralizados, e que fugiam à norma do que se esperava que fosse a agricultura colonial.

Diante desse debate, este trabalho pretende expor resultados preliminares de pesquisa, na qual se investiga a presença e o uso de práticas indígenas na produção agrícola colonial do Estado do Maranhão e Grão-Pará, entre os séculos XVII e XVIII. Como objetivo, pretendo problematizar conceitualmente o modelo da plantation com uma base teórica interdisciplinar, sobretudo em diálogo com a antropologia, questionando a aplicabilidade do modelo diante das características agrícolas locais, articuladas em torno de práticas, conhecimentos e costumes indígenas.

Línguas em conflito: materiais catequéticos e a evangelização de cativos no Atlântico luso do século XVIII

Talyssa de Souza Soares – Universidade Estadual Paulista

Os catecismos, no contexto colonial luso, não se limitaram apenas à transmissão dos preceitos católicos aos seus aprendizes. Além de fornecerem instrução doutrinária para a formação de cristãos, atuaram conjuntamente na construção de sujeitos coloniais, integrando-os à lógica de funcionamento da sociedade. Ao final do século XVIII, a população da América portuguesa era composta por mais de 50% de pessoas advindas de diferentes regiões da costa do continente africano; esta pluralidade refletia-se em uma rica multiplicidade de línguas em circulação, o que representou um desafio na comunicação, bem como a necessidade de uma adaptação linguística, sobretudo no contexto religioso e no processo da catequese, indispensável aos escravos da colônia, fossem eles africanos ou indígenas. Já que na conjuntura Atlântica a língua da doutrina era o português – prioritário na evangelização – a Igreja desenvolveu estratégias de ensino, adaptação e tradução para integrar os cativos à lógica colonial, isto é, na racionalidade própria do período, buscando tornar inteligíveis e naturalizados esferas e aspectos como a religião, escravização de outrem, e a hierarquia social, por exemplo. É neste cenário que materiais catequéticos bilíngues, aliados dos missionários para a conversão de gentios, inscrevem-se como um meio para a missionarização, mediação linguística e socialização, não só por traduzir fórmulas da fé, mas também por operarem como tecnologias de poder, entendidas aqui no sentido foucaultiano, no qual o poder pode manifestar-se através de táticas, técnicas e funcionamentos. (Foucault, 2013, p. 29). Nesse sentido, através de catecismos como o "Catecismo brasilico da doutrina christãa" (1686), "Compêndio da Doutrina Christãa na Língua Portugueza e Brasílica" (1697), gramáticas em língua africana tais como "Alguns apontamentos da lingoa Minna" (1731), "Obra língua geral de Mina" (1741) "Arte da Língua de Angola" (1697) – e alguns materiais didáticos catequéticos, como "Modo de se aprender a ler" (1803) e "Novo alfabeto portuguez" (1785), a presente proposta de comunicação pretende divulgar e discutir os resultados preliminares da pesquisa.

A inserção social de cristãos-novos na Bahia colonial (séc. XVII)

Tamiris Santos Santana – Universidade do Estado da Bahia

Este trabalho analisa a inserção social dos cristãos-novos na Bahia no século XVII, investigando suas estratégias de adaptação, sobrevivência e ascensão nas estruturas políticas, econômicas e religiosas da sociedade colonial. O presente trabalho tem como objeto de estudo os cristãos-novos, descendentes dos judeus convertidos à força ao catolicismo em Portugal no ano 1497, os quais, após o estabelecimento da Inquisição lusa (1536) e consequentemente o início da perseguição, encontraram em terras brasílicas maneiras de observar a religião de seus antepassados e ascender socioeconomicamente. A pesquisa problematiza a atuação da Inquisição como instrumento não apenas religioso, mas também de controle social, interferindo nas possibilidades de participação desses

sujeitos na vida pública. Ainda assim, observa-se que muitos cristãos-novos conseguiram se inserir de forma significativa na dinâmica colonial baiana, ocupando posições de destaque na economia, nas câmaras municipais e em redes de sociabilidade. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de processos inquisitoriais, atas camarárias, correspondências e inventários, este trabalho busca compreender as relações estabelecidas entre cristãos-novos e cristãos-velhos. Os resultados apontam para uma sociedade marcada por tensões e discriminações, mas também por negociações, alianças e convivências que revelam a complexidade das relações sociais no contexto colonial baiano seiscentista.

A Inquisição, embora operasse com o aparato da ortodoxia religiosa, era também um instrumento de regulação social e política, influenciando diretamente a forma como determinados sujeitos podiam ou não participar da vida pública. Assim, interroga-se como a tensão entre a vigilância inquisitorial e a prática cotidiana da convivência social, nem sempre excludente, produziu formas específicas de articulação dos cristãos-novos com os cristãos-velhos, e quais foram os fatores determinantes para que certos indivíduos, mesmo sob o estigma da origem judaica, ascendessem socialmente e ocupassem funções de destaque nas câmaras municipais, nas irmandades religiosas e na economia baiana. Essa investigação lança luz sobre os paradoxos de uma ordem colonial que, enquanto se investigava a origem étnica, operava com práticas que, na realidade, permitiam alianças, cumplicidades e silêncios reveladores da complexidade das relações sociais no mundo luso-brasileiro.

A compreensão da inserção social dos cristãos-novos na Bahia colonial exige, antes de tudo, a definição de alguns conceitos fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. O Criptojudaísmo, refere-se à prática clandestina, em segredo de resquícios do judaísmo sob aparência de fidelidade à fé católica. No contexto da Bahia colonial, o criptojudaísmo era, muitas vezes, uma expressão de resistência cultural, mantida em segredo no espaço doméstico e familiar, e atravessada por tensões entre a memória judaica herdada e a necessidade de adaptação à sociedade cristã-velha. Essa religiosidade híbrida, ou esse marranismo, era resultado do convívio entre a tradição judaica, o catolicismo imposto e a experiência colonial brasileira.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e histórica, com ênfase na análise documental e na crítica historiográfica. Inspirada na tradição da história social da cultura e amparada por um olhar atento às práticas e discursos do poder, a metodologia parte da leitura cruzada de fontes primárias e da articulação com os estudos já consolidados na historiografia. As principais fontes documentais utilizadas incluem os processos inquisitoriais e Livros de Denúncias e Confissões produzidos durante as Visitações do Santo Ofício à Bahia no século XVII; as correspondências oficiais entre inquisidores e autoridades coloniais (governadores, ouvidores, padres). Atas da Câmara de Salvador do século XVII e outros registros civis, que permitem identificar a participação de cristãos-novos na vida política e econômica local. Inventários post-mortem, nos quais são analisados os bens, redes de sociabilidade e status desses sujeitos. As fontes estão

majoritariamente localizadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal), além de compilações publicadas como o Livro das Confissões (org. Ronaldo Vainfas) e o Livro das Denunciações (1618).

No processo de construção desta pesquisa, venho me debruçando sobre as fontes referentes ao século XVII, com especial atenção à sua segunda metade. A sistematização e organização desse conjunto documental têm exigido um esforço constante, dada a dispersão dos registros e os desafios de acesso, sobretudo quando se trata de manuscritos disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. A documentação consultada, tanto impressa quanto manuscrita, permite acompanhar os fluxos migratórios, as denúncias e as estratégias de sobrevivência desses sujeitos históricos. Segundo registros reunidos por Anita Novinsky, a fuga dos cristãos-novos portugueses para o Brasil era mais viável do que para qualquer outro lugar da Europa. Embora as leis que proibiam a emigração de conversos fossem constantemente renovadas, muitos conseguiam embarcar clandestinamente para o Novo Mundo, considerado por eles uma "Terra Prometida", mediante pagamentos aos pilotos das naus, que por vezes também eram cristãos-novos.

O uso das fontes será guiado por uma leitura crítica, informada pela teoria de Michel de Certeau, que nos lembra que a história é também um campo de tensões e disputas de sentido. Assim, ao analisar os registros inquisitoriais, busca-se não apenas identificar os eventos narrados, mas também compreender os discursos, silenciamentos e estratégias que envolvem a produção dessas fontes.

Conexões entre devoções, ritos e doutrinas nas irmandades de leigos dos Arcebispados de Braga e da Bahia setecentista

Tânia Maria Pinto de Santana – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Esta comunicação examina a vivência de devoções, ritos e doutrinas católicas nas irmandades de leigos dos Arcebispados da Bahia e de Braga, no século XVIII, a exemplo do culto aos santos e do bem morrer. Pretende-se analisar as experiências vivenciadas nestes espaços atlânticos a partir dos elementos que conectavam essas diferentes sociedades, sem deixar de destacar as especificidades de cada região e os elementos que tornavam possível a existência de dinâmicas locais singulares. A abordagem desta pesquisa se aproxima do proposto por Russel-Wood que, ao refletir sobre a História Atlântica, destacou a centralidade das conexões entre as diversas sociedades que se construíram às margens do Atlântico para uma compreensão aprofundada delas (RUSSEL-WOOD, 2009). As fontes históricas desta investigação foram compromissos e livros de irmandades, requerimentos, pareceres e provisões depositados em arquivos portugueses e brasileiros, além da legislação civil e a eclesiástica.

A Inconfidência de Minas Gerais em narrativas de Augusto de Lima Júnior

Tatiana Mol Gonçalves – Universidade Federal de Ouro Preto

A presente comunicação tem como objetivo apresentar resultados parciais da pesquisa de doutorado desenvolvida por mim na UFOP-MG, sob orientação do prof. Marco Antônio Silveira, financiada pelo CNPq. O projeto consiste em analisar a produção bibliográfica do historiador mineiro Augusto de Lima Júnior (1889-1970), publicada entre os anos de 1931 e 1969, buscando compreender como ele concebe a escrita da história e quais são as estratégias discursivas empreendidas para legitimar a representação do passado (sobretudo colonial) mineiro. Nesse sentido, pretende-se contribuir para os estudos sobre a historiografia produzida sobre Minas Gerais em meados do século passado, bem como para sua compreensão dentro do plano mais abrangente da cultura histórica brasileira do período.

Lima Júnior foi um historiador, jurista, escritor e jornalista que, durante toda sua vida, esteve envolvido com questões concernentes à memória e à história de Minas. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, da Academia Mineira de Letras e também de instituições congêneres no Brasil e em Portugal, além de ser um dos fundadores da Revista de História e Arte, publicada a partir de 1963, em Belo Horizonte, voltada a discussões no campo patrimonial. São de sua autoria algumas práticas simbólicas relacionadas à construção da memória de Minas e da identidade brasileira, como a negociação do traslado ao Brasil dos restos mortais dos Inconfidentes exumados na África, a escrita do projeto que elevou a cidade de Ouro Preto a monumento nacional e a idealização da entrega da Medalha da Inconfidência, que ainda ocorre em todo 21 de abril.

Sua produção intelectual foi ampla, com mais de 30 obras publicadas dentro dos gêneros literário e historiográfico, além de inúmeros artigos jornalísticos. Três delas foram escolhidas para serem reeditadas dentro da coleção Reconquista do Brasil – publicada conjuntamente pelas editoras Itatiaia e Edusp – a saber: A Capitania das Minas Gerais (1978), História da Inconfidência de Minas Gerais (1996) e O amor infeliz de Marília e Dirceu (1998).

Neste simpósio temático, interessa-nos discutir acerca das narrativas elaboradas pelo referido historiador sobre a Inconfidência de Minas Gerais, posto que o tema atravessa grande parte de suas obras. Mais precisamente, buscaremos problematizar as interpretações e formas de escrita apresentadas sobre o evento em O amor infeliz de Marília e Dirceu (1936), sua principal obra literária, e Pequena história da Inconfidência de Minas Gerais (1955), livro historiográfico escrito a pedido do então governador do estado, Juscelino Kubitschek de Oliveira, e que posteriormente ingressou no catálogo da coleção Reconquista do Brasil.

REALIZAÇÃO UFRB UFBA UFOB UNILAB fct CITCEM U.PORTO FLUP PPGH
APOIO fi CNPq SALVADOR REPÚBLICA PORTUGUESA PROHIS

A presente comunicação se propõe a analisar as complexas estratégias socio espirituais mobilizadas por egressos do cativeiro na região de Mariana e seu termo durante a segunda metade do século XVIII. A pesquisa originou-se durante o mestrado, no qual investigamos a agência de mulheres forras. Tal investigação expandiu-se, em nível de doutorado, para uma análise comparativa de gênero. O objetivo é identificar as nuances nas táticas de homens e mulheres em sua busca pela salvação e inserção social, perscrutando como esses sujeitos articulavam recursos materiais e simbólicos para forjar identidades que os distanciasse do estigma da escravidão.

O estudo tem enfoque na "boa morte" como um dos principais vetores de distinção social. No universo mental do Antigo Regime, o falecimento não era apenas um evento biológico, mas o ápice de um projeto de vida, a última aparição do defunto na sociedade da qual fazia parte; logo, era a cena final da construção de sua trajetória. Para o egresso do cativeiro, o "bem morrer" exigia a acumulação de pecúlio que viabilizasse a redação de um testamento, o pagamento de sufrágios e a quitação de dívidas. Conforme aponta a historiografia (Tito César, 2017), a morte funcionava como um "filtro social": o ritual fúnebre estabelecia hierarquias rígidas, desde a escolha do local de sepultamento (preferencialmente próximo ao altar) até a qualidade da mortalha e o número de irmandades acompanhantes. Logo, a salvação era uma escolha indissociavelmente espiritual e econômica, exigindo a conversão de bens em capital simbólico espiritual.

A "boa morte" operava como uma extensão da agência conquistada com a alforria, uma forma de, em certa medida, ganhar destaque social e um certo controle sobre o destino de sua alma, possibilidade negada aos cativos. A pesquisa demonstra que esses indivíduos mobilizavam estrategicamente seus bens, incluindo escravizados, ferramentas de ofício e dívidas ativas – para consolidar sua posição na malha social e custear seus recursos fúnebres.

Assim, o "teatro do bem morrer" configurava o ápice de um projeto de ascensão social. Através de disposições testamentárias, esses sujeitos asseguravam redes de solidariedade e proteção que transcendiam a existência biológica. Ao final, esses atos de distinção garantiam a manutenção de uma memória imponente na urbe mineira e o desejado ingresso no paraíso. Nosso intuito será perceber as estratégias mais utilizadas e por quais motivos sua escolha seria mais recorrente: se por seu custo mais baixo ou por seu maior valor espiritual.

Desobediência e persistência: práticas mágicas e resistência simbólica à Inquisição Portuguesa no século XVIII

Thais Helena Barbosa Esperança – Universidade de São Paulo

Partindo de um corpo documental composto por feiticeiros reincidentes, processados e presos pelos Tribunais de Coimbra e Lisboa entre os anos de 1710 e 1760 - período em

que a atuação da Inquisição Portuguesa se intensificou em relação aos praticantes de magia ilícita, conforme levantamento de José Pedro Paiva -, este trabalho propõe conceituar a reincidência, a desobediência e a insistência no âmbito da resistência simbólica, tomando-as como práticas dotadas de sentido e de agência frente às ordens inquisitoriais. Para tal, parte-se das formas cotidianas e individuais de contestação, que recorrem às "armas ordinárias" aplicadas por grupos relativamente impotentes, segundo James Scott, reconhecidas nessa pesquisa como a manipulação do discurso, a dissimulação de comportamentos, as estratégias de confissão e a persistência nos crimes. Nesse sentido, busca-se analisar, a partir de partes estratégicas dos processos, de que maneira tais condutas, reiteradas ao longo do tempo, configuram não apenas a continuidade de práticas proibidas, mas também formas ativas de defesa das próprias crenças, dos próprios interesses e das próprias necessidades, haja vista que os referidos infratores persistem nas práticas mágicas mesmo após serem advertidos e punidos. Ao articular essas categorias, o estudo contribui, portanto, para uma compreensão mais complexa da dinâmica inquisitorial, evidenciando não apenas seus mecanismos repressivos, mas, principalmente, seus limites frente aos múltiplos mecanismos desenvolvidos por este grupo de feiticeiros, destacando, também, as formas que os mesmos atuavam na sociedade portuguesa durante os Setecentos.

Identidades Negociadas: trajetórias mestiças e ascensão por meio do clero secular no bispado do Rio de Janeiro (século XVIII)

Thalya Luiza de Miranda da Silva – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Por meio do caso de um aspirante a padre pardo Manoel Domingues Monteiro, investigam-se as estratégias de mobilidade social de uma família livre de cor a partir da escolha da carreira eclesiástica. Enfatiza-se as estratégias utilizadas pelas mulheres do grupo familiar, que através do matrimônio, coroavam escolhas imbuídas de intenções voltadas à estabilização da família no estrato com mais privilégios da hierarquia social. O caso, cujo processo de habilitação ao sacerdócio teve início no ano de 1756, será explorado a fim de reconstituir o movimento de mobilidade ascendente - ou de manutenção da estabilidade - desenvolvidos pelos parentes de Manoel para que seu destino enquanto clérigo se consumasse. Oriundo da capitania de Porto Seguro, Manoel era filho e neto de homens brancos e capitães-mores, além sobrinho-neto de um padre que atuou no mesmo bispado, e teve sua trajetória dificultada pela origem de sua família materna - mais especificamente as mulheres - uma vez que havia rumores sobre sua avó e bisavó serem mulheres pardas. As informações disponíveis no processo de habilitação sacerdotal de Manoel, em consonância com os seus registros e de sua família, são analisadas a fim de compreender quais estratégias foram utilizadas por seus familiares para que o mesmo recebesse a "dispensa do mulatismo" para, então, tornar-se padre. Mais especificamente, interpreta-se, à luz do conceito de "agência", como as ações de Manoel e seu tio-avô materno, identificados como homens pardos, foram qualificadas para que a família Domingues Monteiro fosse tida como digna de ter dois clérigos em sua genealogia. Dessa maneira, a investigação do processo de habilitação sacerdotal do

próprio tio avô – o padre Gabriel Gomes – complementa o mosaico de dinâmicas tão importantes quanto à superação do chamado "defeito da cor", que possibilitaram sua ordenação já em 1700.

Nesse mesmo caso, o papel das mulheres de cor da família de Manoel Domingues Monteiro também é considerado. Primeiro a bisavó e em seguida a avó e mãe são mencionadas de maneira peculiar nos autos do processo de habilitação sacerdotal, configurando uma questão de interesse sobre a descrição de suas qualidades e cor. Sob a égide do trabalho de Maria Elena Martinez sobre a mestiçagem e o poder das mulheres no México colonial, a partir do século XVII, consideramos as dinâmicas familiares do caso descrito acima, inserindo as mulheres pardas enquanto agentes históricos ativos no contexto de tensões inerentes ao crescente número de mestiços e consequente vigilância institucional da sexualidade e reprodução.

A reforma como pragmática de Estado: a agência do governo-geral e a gestão de prioridades em Angola (1759-1779)

Thamires da Silva Souza – Universidade Federal de Minas Gerais

A implementação das reformas pombalinas da instrução pública no Reino de Angola, pautada pelo Alvará Régio de 28 de junho de 1759, é frequentemente analisada sob o prisma da precariedade institucional ou do insucesso das diretrizes metropolitanas. Esta comunicação propõe um deslocamento dessa perspectiva, argumentando que a configuração do projeto educacional no território não decorreu de uma incapacidade técnica, mas constituiu o resultado de uma deliberação pragmática da administração colonial, personificada na figura do Governador e Capitão-General. Dado que a instrução em Angola configurava-se como um monopólio histórico da Companhia de Jesus – cuja atuação representava um foco de tensão jurisdicional com o governo local –, a resposta das autoridades de Luanda às determinações de Lisboa manifestou-se por meio de uma filtragem seletiva de prioridades.

Nesse cenário, a governabilidade afirmou-se mediante a subalternização do novo método de ensino em favor da logística de desmonte e expulsão da Ordem, estabelecendo a erradicação do poder jesuítico como o pressuposto para a afirmação da soberania na colônia. O adensamento dessa agência revela-se na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), notadamente no ofício de 1762 de António de Vasconcelos, redigido em um momento crítico de reestruturação administrativa após a vacância deixada pelos inacianos. Nele, o Governador opera uma invalidação das soluções projetadas pela Metrópole: o clero local é classificado como inapto devido à "crassa ignorância" e a vinda de mestres do Reino é sentenciada como "inútil" em razão das intransigências climáticas. Ao propor, em contrapartida, o recrutamento de mestres no Brasil por sua suposta resiliência e aplicação, Vasconcelos desarticula a verticalidade do projeto pombalino.

Tal manobra evidencia que o Governo-Geral de Angola afirmou uma autonomia de gestão que instrumentalizou a distância oceânica como um fator político, garantindo que as urgências de controle territorial precedessem a sistematização da cultura. Conclui-se, portanto, que o vácuo educacional do período foi a materialização de uma escolha de Estado local, na qual a administração colonial ressignificou o projeto metropolitano à luz das necessidades pragmáticas de reordenamento do poder em Angola.

O asilo, o sacrilégio e a fraude: sobreposição de jurisdições e disputas normativas em Angola

Thamires da Silva Souza – Universidade Federal de Minas Gerais

Este trabalho analisa a conflitualidade inerente à pluralidade jurídica e institucional no império português, tomando como objeto de estudo o embate ocorrido em Angola, no ano de 1716, entre o governador D. João Manuel de Noronha e a Companhia de Jesus. O caso, perpetuado na memória colonial pela crônica do militar luso-brasileiro Elias Alexandre da Silva Corrêa, teve como estopim a ordem de prisão expedida pelo governador contra o administrador de contratos de escravos, Pedro Machado de Figueiredo, sob a acusação de ter escrito críticas à sua gestão. Diante do refúgio do réu nas dependências do Colégio Jesuíta e da recusa dos clérigos em entregá-lo à justiça secular, o executor régio, escoltado por soldados, invadiu o recinto sagrado para consumar a captura. O ato de força resultou na quebra do direito de asilo e provocou a imediata retaliação da Ordem, que cerrou as portas da igreja e suspendeu a administração dos sacramentos e do ensino. Revelando a complexa interpenetração entre as esferas política, teológica e jurídica na administração ultramarina, este caso é analisado a partir do confronto dialógico entre o relato de Corrêa e três documentos coevos pertencentes ao Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), os quais constroem versões antagônicas da mesma crise: a representação do ouvidor-geral ao monarca, a missiva dos oficiais da câmara e a correspondência do reitor inaciano. A partir destas fontes, evidencia-se como a agência dos atores coloniais se materializa não apenas em disputas de narrativas, mas também de normatividades. Neste cenário, cada agente instrumentalizou tradições legais distintas de legitimação de si e criminalização do outro: a narrativa secular fundamentou-se na defesa da soberania régia e na denúncia de uma conspiração consubstanciada em lesa-majestade; em contrapartida, a narrativa inaciana ancorou-se na imunidade canônica e na acusação de sacrilégio e perseguição. Nesse sentido, a análise dialógica das fontes revela que a intersecção entre o direito comum, os costumes locais e a teologia moral não era uma abstração, mas uma ferramenta política que viabilizava tanto a reafirmação de hierarquias quanto a resistência à autoridade secular. A materialidade da governação, portanto, não residia em uma imposição normativa vertical, mas no exercício de uma agência local contínua, visível na capacidade de arbitragem entre direitos, privilégios e jurisdições concorrentes, exigindo um exercício de mediação diante de uma ordem jurídica inerentemente polifônica. Conclui-se, desse modo, que a Angola setecentista configurou-se como um espaço de soberanias fragmentadas, no qual o exercício do poder era indissociável das contingências locais e das disputas por espaços legítimos de atuação.

Reflexões em torno de um nome: São Miguel da Baía da Traição. Um estigma ou um símbolo da resistência potiguara?

Thereza Baumann – Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Quando estive na Baía da Traição (Paraíba) em julho de 2025, em conversa com uma liderança indígena Potiguara foi mencionado o desconforto com o nome – Baía da Traição – por este aludir de forma pejorativa à localização geográfica dos Potiguara, estigmatizando sua história. Uma possibilidade lógica seria restabelecer o nome original, Akajutibiró. Observei, na ocasião, que o nome Baía da Traição inevitavelmente evocava também um símbolo da resistência e luta dos Potiguara ao longo dos séculos, como demonstrado em meu relatório (o Relatório Baumann) apresentado à FUNAI no período em que lá trabalhei (1980 a 1984). Ponderamos, então, que a questão suscita certamente um amplo debate sob uma perspectiva histórica da resistência dos Potiguara. O sentimento de rejeição ao nome cunhado por europeus invasores (espanhóis ou portugueses nos primeiros anos após o descobrimento) é compartilhado por muitos como reação espontânea pela natural repulsa à associação com a ideia de traição. O título, criado como um opróbio, todavia assinalava nos documentos a luta incansável desenvolvida pelos Potiguara desde o século XVI. Como consta, por exemplo, do Summario das Armadas que se fizeram... a Baía da Traição era o local de refúgio dos indígenas: "como era sabido ali não lhe ousavam os inimigos...". Assim, a luta que motivou toponimicamente, nos primórdios das tentativas de invasões e espoliações desse território indígena, ainda no séc. XVI, o batismo geográfico pelos invasores do local em que foram emboscados, acaba por revelar a desfaçatez com que todo o ordenamento moral e jurídico do estado brasileiro, herdeiro fiduciário de sua origem colonial, exerceu suas estratégias de expropriação, desde a invasão do Brasil até o desfecho do processo de afirmação dos direitos Potiguara em meados dos anos 1980. E, por extensão, considerando a atualidade do debate político em torno do Marco Temporal, que questiona o inquestionável (o imemorial direito das inúmeras tribos indígenas brasileiras às suas próprias terras), pode-se inferir que esse nome – Traição – gravado na história Potiguara desde a cartografia mais antiga, ao tentar conspurcar a memória dos Potiguara, põe a nu, metonimicamente, toda a farsa histórica de séculos da usurpação dos territórios indígenas no Brasil até os dias de hoje. Pretendemos, aqui, analisar parte desse processo histórico enfatizando, sobretudo, a documentação do período colonial, observando, por essa imagem invertida de espelho com que a palavra traição opõe invasores e nativos, como o topônimo Baía da Traição, designado para estigmatizar esse local e o povo Potiguara, se afirma como símbolo de luta e resistência.

Sesmarias do Algodão: antigas propriedades, novos cultivos

Thiago Alves Dias – Universidade de Pernambuco

No início do século XIX, em Pernambuco, moradores peticionaram terras por meio de sesmarias às autoridades do governo da Capitania, tendo como justificativa o plantio de algodão. As informações constantes nestas solicitações que embasaram os pedidos de sesmarias registram que parte dos peticionários até já residiam na localidade e já cultivavam algodão, além de dispor de escravizados para o plantio, porém, alegavam que cultivavam em chãos que não eram seus ou mesmo desejavam expandir o plantel. Essas justificativas permitem inferir que os posseiros já se ocupavam do trabalho agrícola ou do criatório de animais, mas passaram a investir no plantio de algodão, ou seja, moradores de antigas propriedades fomentados por novos cultivos. Por outro lado, as terras peticionadas estavam a mais de 10 léguas da cidade do Recife, a exemplo da Freguesia de Cimbres, atual região do sertão do Arcoverde, que dista quase 50 léguas de separação da região açucareira. Portanto, esses pedidos de sesmarias, em grande medida, atrelavam-se aos enunciados da antiga legislação régia medieval portuguesa sobre as sesmarias que indicavam a variedade de cultivo ou criatório de animais. Para o contexto da América portuguesa, importante considerar que estes documentos também argumentavam pela separação do criatório e do plantio em relação ao litoral, uma vez que as terras da zona da mata deveriam ser destinadas aos canaviais, conforme apontou os estudos de Maria Yedda Leite Linhares (1995) embasada em um Alvará de 1701, que ampliava outra regulamentação no mesmo sentido, de 1688. Utilizando dos dados disponíveis na Plataforma SILB, e por meio da análise das transcrições das cartas sesmarias da capitania de Pernambuco, em particular, bem como de outras fontes documentais produzidas na segunda metade do século XVIII, esta comunicação visa apresentar parte das pesquisa sobre o pensamento econômico e a política colonial para o Brasil no século XVIII, as práticas metropolitanas que fomentaram o plantio de algodão no Brasil, com as petições de cartas de sesmarias que tinham como argumento este cultivo. Nosso objetivo é analisar os argumentos e as estratégias das autoridades reinóis e coloniais para fomentar as mudanças em relação ao uso da terra, as transformações agrárias no sertão em relação ao algodão e, na análise das cartas de sesmarias, compreender a efetiva política de distribuição de terras por parte da Coroa garantida pelo justificativa deste novo plantio.

Solicitar informações para depois censurá-las: o Conselho das Índias e a censura da crônica Recopilación Historial 1579-1581

Thiago Bastos de Souza – Universidade Federal do Amazonas

Nos últimos anos, diferentes estudos historiográficos, com destaque para o trabalho seminal de Arnt Brendecke, vêm chamando a atenção para o fato de que as dimensões territoriais do Império espanhol, associadas às especificidades e dificuldades administrativas inerentes à Monarquia Hispânica, enquanto uma "Monarquia Composta", levaram ao desenvolvimento de estratégias que viabilizassem a administração a distância de territórios tão apartados de Madri, especialmente as Índias Ocidentais. Ainda no século XVI, a criação de mecanismos jurídicos que pudessem incentivar e manter uma intensa e recorrente comunicação, isto é, circulação de informações entre as Índias e a Espanha, se tornou algo indispensável à gestão dos territórios. No entanto, as toneladas de documentos

que transitavam pelo atlântico nem sempre permitiram que a monarquia estivesse plenamente informada e os súditos devidamente satisfeitos.

Desse modo, na segunda metade do século XVI, diversos problemas concernentes à presença espanhola nas Índias, como o decréscimo vertiginoso das populações indígenas, a violências das conquistas, os descompassos das evangelizações e, em decorrência disso, o questionamento da legitimidade espanhola por iniciativa de outras monarquias europeias em relação aos seus novos territórios, fizeram com que o Conselho das Índias, instituição responsável por esses territórios desde 1524, se tornasse definitivamente depositário, gestor, articulador dos papéis e consequente da comunicação entre súditos e autoridades alocadas nas Índias e o rei.

Todavia a fluidez dos papéis esteve acompanhada de um maior controle, por parte do Conselho, em relação ao seu conteúdo informativo. Nesse sentido, esta comunicação pretende analisar como a censura de informações se tornou um instrumento de gestão do saber à disposição do controle político e jurídico exercido pelo Conselho das Índias.

Tal compreensão será verificada no caso do frei franciscano Pedro de Aguado, que atuou na região do Novo Reino de Granada – aproximadamente as atuais Colômbia e Venezuela – na segunda metade do século XVI. Esse religioso, em função de suas ações e dos cargos desempenhados, manteve uma diversa comunicação com o Conselho. Entre seus documentos destaca-se a crônica *Recopilación Historial*. Produzida para atender a um desejo Real por informações a respeito da região mencionada, seus manuscritos foram submetidos a complexo trâmite avaliativo pelo Conselho, o que resultou na eliminação de muitos conteúdos, tendo sido o texto, após essa depuração, reconhecido e autorizado pelo Rei Felipe II.

As diversas aclamações de um rei no ultramar

Thiago da Silva Pinto – Universidade Federal Fluminense

A notícia da Restauração portuguesa de 1640 gerou uma instabilidade política em todo o império colonial português. Embora tenha sido essencialmente bem-sucedido, o domínio da dinastia brigantina sobre os territórios ultramarinos, por depender da aceitação dos potentados locais, era frágil. Em suma, os poderes locais se valeram dessa conjuntura para fortalecer o seu poder perante um monarca ausente. O período que se seguiu à aclamação do duque de Bragança como rei conheceu uma série de publicações relatando a maneira como se deu o reconhecimento da nova dinastia tanto em Portugal quanto no ultramar lusitano. Entre essas publicações há relações, textos propagandísticos, alguns deles anônimos, publicados em Lisboa e Goa, tendo como centro da narrativa um ou vários potentados locais, que ao enaltecerem suas ações nos eventos, pleiteavam mercês ao monarca. Para análise selecionamos três relações de atos festivos que tiveram lugar no Rio de Janeiro, Goa e Macau. Serão destacadas as dúvidas entre os potentados locais sobre a adesão à causa brigantina e os possíveis focos de resistência, com a agência dos

atores históricos envolvidos nos eventos. O objetivo é chamar a atenção para as relações de poder inerentes à produção desses papéis. Além disso, pretendemos evidenciar que a subjetividade dessas fontes, ou seja, a tentativa de impor uma imagem de si próprio mostra um caminho para compreender as motivações desses potentados locais ao validarem a nova dinastia. A comunicação ajuda a compreender a monarquia portuguesa e suas relações com conquistas na América e Oriente.

Os mecanismos de controle da corrupção no ultramar português: as inquirições gerais (ou devassas janeirinhas) nas Minas Gerais e na Bahia – século XVIII

Thiago Enes – Universidade Federal Fluminense

As inquirições devassas eram poderosos instrumentos de investigação amplamente utilizados na América portuguesa durante o período colonial. Prevista nas Ordenações do Reino, essa etapa inicial do processo criminal consistia na inquirição de testemunhas e na reunião de provas acerca de possíveis delitos, sem que houvesse a anuência dos indivíduos acusados. Em razão de sua relevância em matéria penal, vários estudos buscaram compreender tais sindicâncias como uma ferramenta fundamental da burocracia lusitana, que exercia um controle social bastante eficiente, sobretudo em relação aos indivíduos escravizados e à população livre mais empobrecida. Contudo, diante da recente viragem da historiografia luso-brasileira – que, ainda timidamente, passou a admitir a existência de corrupção durante o Antigo Regime, abrindo-se à sua possibilidade analítica –, a presente comunicação propõe reinterpretar as devassas como um mecanismo de controle dessa mesma corrupção. Trata-se de um dispositivo de fiscalização e punição que recaía não apenas sobre os súditos do rei, mas que também buscava cercear o poder excessivo dos agentes da Coroa. Dispersos pelas imensidões atlânticas, especialmente os encarregados da administração camarária pareciam mais propensos a incorrer em condutas consideradas reprováveis pela moralidade coeva do que seus contrapartes peninsulares. Por isso, era imperioso que uma eficiente rede de denúncias mantivesse tanto as justiças locais quanto os representantes régios, do outro lado do Atlântico, devidamente informados. A pesquisa documental examina dois cenários em perspectiva comparada: a cidade de Mariana, nas Minas Gerais, e a vila de Cachoeira, na Bahia. Analisa-se uma tipologia jurídica específica – as inquirições gerais, também chamadas de devassas janeirinhas –, realizadas ao longo do século XVIII. Uma vez afastados os anacronismos que procuram interpretar a legislação portuguesa a partir de parâmetros calcados em eficácia e/ou eficiência, os processos criminais aqui analisados abrem novos horizontes para a compreensão da prevenção, identificação e punição de ilícitos na esfera político-administrativa colonial, levando-nos a refletir sobre a imoralidade, o amor ao dinheiro, os abusos e a rapacidade dos oficiais a serviço da monarquia.

A contundente contestação de Bernardo Vieira Ravasco, Secretário de Estado do Brasil, contra o regimento proposto pelo conde de Óbidos, Vice-Rei do Estado do Brasil. (Salvador, 1667)
Thiago Rodrigues da Silva – Centro Federal de Educação Tecnológica / Rio de Janeiro

Trata-se da controvérsia ocorrida em 1667 entre Bernardo Vieira Ravasco, secretário de Estado do Brasil, e o Conde de Óbidos, vice-rei do Estado do Brasil, em decorrência da tentativa deste último de instituir, por iniciativa própria, uma reforma no regimento da Secretaria que lhe assistia. A análise destaca a reação de Ravasco, integrante da elite local e irmão do Padre Antônio Vieira, o qual defendeu de forma veemente prerrogativas do cargo que ocupava, articulando argumentos de natureza jurisdicional e conjuntural, além de recorrer a ataques de ordem pessoal. Tal imbróglio exemplifica a complexidade da dinâmica relacional entre cargos de governança na América portuguesa.

Três Marias & Companhia: Uma história da indústria doméstica de tecido em uma sociedade escravista colonial (Brasil 1760-1830)
Tiago Luís Gil – Universidade de Brasília

O objeto desta apresentação é a produção de tecido de algodão na Capitania de São Paulo, focando nas fiandeiras, tecelãs e tecelões que viviam nas vilas que hoje formam o Vale do Paraíba paulista, entre fins do século XVIII e inícios do século XIX. Neste tempo e espaço, é possível encontrar uma grande quantidade de unidades domésticas fiando algodão, enquanto outras tantas casas se dedicavam à tecelagem. Havia, igualmente, muitas unidades produtivas dedicadas ao cultivo do algodão e, na outra ponta, muitas famílias que se dedicavam à costura. As quatro vilas que formavam o que hoje chamamos de Vale do rio Paraíba (Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Taubaté e Lorena) tinham destaque nesse ofício, com uma grande concentração de famílias dedicadas à fiação, tecelagem e costura, enquanto praticamente toda a capitania cultivava aquela malvaceae. Em termos teóricos, vamos dialogar com o conceito de "fábrica coletiva", conforme desenvolvido por Cottereau (1997). Partindo das Listas Nominativas de Habitantes, uma espécie de censo realizado na escala municipal, encontramos as descrições das atividades econômicas de cada casa, o que permite a análise detalhada das diversas alternativas produtivas locais. Fontes como inventários, testamentos e registros paroquiais serão igualmente utilizadas. Estas últimas permitirão ver outras faces da vida social e podem permitir uma melhor crítica das outras fontes.

U

De nenhuma maneira se pudesse cativar índio: Entre o regimento de administradores de índios e a atuação do governador Antônio Gonçalves da Câmara Coutinho (1670-1695)
Uiá Freire Dias dos Santos – Secretaria de Educação de Porto Seguro

O presente trabalho tem como objetivo investigar as relações entre sertanistas, indígenas e a administração colonial a partir de três conjuntos documentais: os documentos do Arquivo Histórico Ultramarino referente aos sertanistas de São Paulo e dos Menãs da Capitania de Porto Seguro, as cartas da coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional que trata dos aldeamentos na povoação do Rio das Caravelas e do códice das cartas do governador Antônio Gonçalves da Câmara Coutinho, custodiado na Biblioteca da Ajuda. A leitura e análise em conjunto da documentação referida nos chamou a atenção a dois contextos determinados por processos distintos. Assim, no início da década de 1670, é perceptível uma política de intensa atuação de sertanistas nos sertões e nas povoações do litoral, acessando, inclusive, cargos na administração colonial seguidos da permissão de se tornarem administradores seculares em aldeamentos indígenas. Por outro lado, o mesmo processo pode descortinar mecanismos da política indígena a partir da experiência dos grupos impactados com as ações dos paulistas. Entretanto, de acordo com a comunicação do Governo-geral, a atuação do governador Antônio Gonçalves da Câmara Coutinho, na década de 1690, traz fortes determinações para que houvesse o recrudescimento da proibição do cativeiro indígena incluindo ações de caráter punitivo aos sertanistas de São Paulo nas Capitanias de Porto Seguro e Ilhéus. A problemática que pretendemos desenvolver parte da necessidade de se investigar mais detidamente as motivações para uma virada de postura da Coroa portuguesa e, por sua vez, da administração colonial e em que medida a mudança de comportamento da governança refletiu as estratégias de ação dos indígenas e a necessidade de pactuar como meio de viabilizar o processo de domínio territorial e político português.

V

Povos indígenas e as roças no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1757-1777)

Vanice Siqueira de Melo – Universidade Federal do Oeste do Pará

A comunicação pretende discutir o uso das terras pelos povos indígenas no Estado do Grão-Pará e Maranhão entre 1757 e 1777 a partir das roças indígenas. Pesquisas arqueológicas apontam o uso secundário da agricultura entre os povos originários. Por outro lado, é reconhecida a importância da agricultura no processo de expansão portuguesa como mecanismo de viabilização do projeto colonial. Além disso, uma das bases econômicas do Diretório dos Índios era a agricultura. Assim, pretende-se analisar, a partir da documentação disponível no Arquivo Público do Pará e dos relatos de viajantes, esses espaços agrícolas não apenas a partir da perspectiva do abastecimento dos espaços coloniais, como as vilas, e da importância que esses locais conquistaram na segunda metade do século XVIII, mas, também, discutir a importância que os povos indígenas atribuíam a esses espaços.

Servir com utilidade à Real Coroa: Naturalistas e Matemáticos nas Minas Gerais (1772-1822)

Victor José do Nascimento Custódio – Universidade Federal de Juiz de Fora

Esta comunicação apresenta uma pesquisa que buscou examinar as trajetórias sociopolíticas e econômicas de mineiros que cursaram Filosofia ou Matemática na Universidade de Coimbra e posteriormente serviram à Coroa Portuguesa na posição de homens de ciência nos finais do século XVIII e início do XIX. Após as reformas ilustradas pombalinas, o Império Português esteve apto, através da Universidade de Coimbra, a formar profissionais versados nos preceitos empírico-experimentais iluministas. Estes especialistas estariam habilitados a incorporar expedições científicas, empreendimentos que tinham como objetivos a exploração de novas jazidas, descobertas de recursos naturais, demarcação de territórios, dentre outros. Também poderiam fazer parte do corpo de sócios de instituições científicas como a Real Academia de Ciências ficando encarregados de sintetizar o conhecimento coletado em campo na produção de memórias, diários, catálogos e mapas. Ou seja, os homens de ciência, a partir das novidades técnicas e teóricas, auxiliavam na modernização econômica e melhor administração do espaço Imperial. Ao atender as demandas da Coroa, esses sujeitos, na posição de agentes ilustrados, também poderiam receber remunerações régias em forma de tenças, cargos, títulos de nobreza e demais elementos de diferenciação. O saber científico, portanto, tornou-se uma moeda de troca usada para alcançar distinções e privilégios. Enquanto isso, nas Minas Gerais, desde a primeira metade dos setecentos, se consolidou uma elite local que desejava estabelecer laços diretos com o espaço reinol e constituir influência político-econômica a nível imperial. Esse grupo se valia de diversas estratégias para alcançar a almejada distinção e, após as reformas pombalinas, a trajetória científica se tornou mais uma delas. Desta forma, alguns membros das famílias mais abastadas das Minas Gerais fizeram o interessante movimento de se estabelecer no Reino onde se formaram, seguido pelo retorno ao espaço colonial na condição de agentes do projeto ilustrado. Tendo isso em vista, essa pesquisa toma como objeto a trajetória de 9 mineiros formados em Filosofia e Matemática nos finais dos setecentos. Nos propomos a realizar uma análise inspirada nos métodos da prosopografia e micro-história, tendo em vista uma documentação que nos revela desde a origem familiar até a atuação intelectual desses indivíduos, mas sem deixar de lado aspectos globais. A partir da análise das movimentações sociais desse recorte, desejamos apreender aspectos das tradições e estruturas típicas do Antigo Regime Português e sua conjugação com o novo cenário cultural-científico instaurado pelas Luzes.

Práticas administrativas de Antônio Manoel de Melo de Castro nos Rios de Sena (1780-1786)

Victória Sousa – Universidade Federal da Bahia

O presente trabalho investiga as práticas governativas de Antônio Manoel de Melo de Castro nos Rios de Sena, Capitania situada no Vale do Zambeze sob domínio português. Melo de Castro assumiu o governo de Sena em março de 1780 e, ao longo dos anos seguintes, ocupou diferentes cargos administrativos na África Oriental Portuguesa.

Partindo desse percurso, o trabalho busca compreender como se construíam, no cotidiano da administração colonial, as formas de governar um território distante dos centros decisórios do império. O objetivo é analisar as práticas políticas e administrativas mobilizadas por Melo de Castro no exercício do governo, com especial atenção às relações estabelecidas com comerciantes hindus que atuavam na região dos Rios de Sena. Esses agentes desempenhavam papel relevante nas dinâmicas comerciais do Vale do Zambeze, participando de circuitos mercantis que conectavam diferentes espaços do Índico e do interior africano. Nesse contexto, as interações entre autoridades coloniais e esses comerciantes revelam aspectos importantes das negociações, conflitos e acomodações que marcavam a governabilidade em territórios ultramarinos. A análise baseia-se principalmente nas correspondências produzidas pela administração de Moçambique e conservadas no Arquivo Histórico Ultramarino. Esses documentos permitem observar como as autoridades locais interpretavam problemas administrativos, comerciais e políticos, bem como as estratégias acionadas para lidar com eles. As cartas também evidenciam as tensões políticas que atravessavam o governo colonial, incluindo disputas de autoridade e influência em torno do governo de Moçambique, cargo de autoridade máxima da África Oriental Portuguesa, e que mobilizavam diferentes agentes administrativos.

Ao examinar essas correspondências, a comunicação busca evidenciar como a governabilidade imperial era construída por meio de práticas situadas, marcadas pela distância geográfica, pela circulação de informações e pela necessidade constante de negociação com agentes diversos. Dessa forma, o caso do governo de Melo de Castro nos Rios de Sena permite refletir sobre os modos pelos quais o poder imperial português era exercido, reinterpretado e disputado em contextos locais da África Oriental no último quartel do século XVIII.

Entre o Véu e a Lei: mulheres entre a fé pública e a herança judaica, Lisboa, século XVII

Victoria Souza do Nascimento – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

A pesquisa discute o contexto histórico de intolerância religiosa em Lisboa, no século XVII, durante a expansão da Inquisição, período marcado pela forte perseguição a religiosa e exclusão de minorias. Nesse cenário, a pesquisa analisa o caso das freiras Mariana de Jesus e Isabel de Santo Tomás, freiras cristãs-novas, religiosas do Convento de Santa Clara de Chelas e do seu pai Luís Mendes, presos pela Inquisição.

Forras e forros: uma abordagem comparada (Freguesia da Candelária, Rio de Janeiro, século XVIII)

Victória Villa Forte Baudson – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Esta pesquisa investiga o papel das mulheres forras na dinâmica da sociedade escravista do Rio de Janeiro no século XVIII, com especial atenção à sua atuação como senhoras de

escravos na Freguesia da Candelária. Parte-se do entendimento de que a manutenção do sistema escravista não se deu apenas pela reprodução da condição cativa, mas também pela incorporação de egressos do cativeiro ao grupo senhorial, processo no qual as mulheres desempenharam papel de destaque. Nesse contexto, o problema central consiste em compreender como essas mulheres ascenderam à condição senhorial e se seu comportamento enquanto senhoras apresentava especificidades em relação ao dos homens, sobretudo no que diz respeito à posse de escravos e à concessão de alforrias.

A hipótese que orienta o estudo sustenta que as mulheres forras não apenas participaram ativamente da estrutura escravista, mas contribuíram para sua reprodução a partir da construção de um ethos senhorial próprio, marcado, em muitos casos, pelo domínio de mulheres sobre outras mulheres escravizadas. Tal perspectiva permite ir além das interpretações que enfatizam exclusivamente fatores econômicos, como a maior inserção feminina no mercado urbano, sugerindo que o exercício do poder senhorial também se articulava a valores sociais e culturais próprios das sociedades de Antigo Regime, nas quais a desigualdade era concebida como princípio estruturante da ordem social.

O debate historiográfico sobre o tema tem evidenciado, sobretudo nas últimas décadas, avanços significativos no entendimento da mobilidade social de libertos e libertas. Estudos demonstram que as mulheres foram maioria entre os alforriados e que, uma vez libertas, alcançaram, em muitos casos, níveis mais elevados de inserção social do que os homens. Além disso, a historiografia tem ressaltado o papel das atividades urbanas – como o comércio e os serviços domésticos – na ascensão dessas mulheres. No entanto, pouca atenção foi dedicada à análise do exercício do poder senhorial feminino, especialmente no que se refere à relação entre senhoras forras e suas escravas, aspecto que esta pesquisa pretende explorar ao problematizar a dimensão simbólica e social da dominação.

A metodologia baseia-se no cruzamento nominativo de fontes paroquiais e notariais, articulando abordagens quantitativas e qualitativas. Serão analisados registros de batismo, fundamentais para identificar a posse de escravos, uma vez que os senhores eram obrigados a batizar seus cativos, bem como testamentos, que permitem reconstruir trajetórias individuais e identificar mulheres egressas do cativeiro que alcançaram a condição de senhoras. A partir dessas fontes, busca-se comparar o perfil senhorial de homens e mulheres, investigando tanto a composição da escravaria quanto as motivações para a concessão de alforrias, sejam elas de natureza econômica, familiar ou simbólica.

O comércio e a libertação – comerciantes escravos e forros em Sabará no século XVIII

Vinícius do Carmo Pires – Universidade Federal de Minas Gerais

Na capitania de Minas Gerais, foram várias as formas de escravos, forros e não brancos livres acumularem pecúlio. Para 1786, estudos apontam a existência de 174.135 escravos, número equivalente a quase 48% da população total. Para a mesma época, estima-se que

negros e mestiçados, forros e livres somavam algo em torno de 120.000 indivíduos libertos por meio do seu trabalho, outros por concessão dos senhores ou por modalidades de manumissão, como as ações judiciais.

Muitos desses se valeram de mecanismos para além da extração aurífera, como o comércio de secos e molhados em escala local, seja ambulante, seja fixo. As coartações foram um importante mecanismo de libertação no século XVIII, pois o acordo entre o senhor e o escravo tolerava a livre circulação em determinadas áreas e permitia a "livre" escolha do escravo quanto ao meio que utilizaria para saldar as parcelas do acordo, o que viabilizaria o envolvimento de escravos no comércio a fim de comprar a sua liberdade.

Nesse sentido, pretende-se investigar e discutir as articulações entre o comércio e as práticas de libertação de homens e mulheres em Sabará, no século XVIII.

Festas régias, poder local e participação social: a atuação camarária na "infeliz" Vila de Castro (1795-1823)

Vinicius Mendes Batista – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Este trabalho analisa o papel da Câmara da Vila de Castro, localizada na quinta comarca da capitania de São Paulo, na organização das festas régias entre 1795 e 1823, com foco nas dinâmicas estabelecidas entre o poder institucional e os moradores da vila. Partindo da definição de festa (Guarinello, 2001) e representação (Hansen, 2001), entende-se as celebrações como práticas político-administrativas fundamentais para a afirmação e o tensionamento da autoridade monárquica e camarária no espaço local. A partir da análise de termos de vereança e registros administrativos como as cartas de receitas e despesas, compreende-se que a realização das festas dependia de uma complexa articulação entre as determinações régias e as condições concretas de uma vila recém fundada, pouco opulenta, considerada pelo governo a mais "infeliz" de toda a capitania. Observou-se que a organização das festividades implicava significativo impacto financeiro para a Câmara, envolvendo despesas com produtos e serviços diversos. Tais gastos estavam diretamente condicionados às receitas locais, especialmente dependente do porto de Jaguariaíva, o que limitava a capacidade de execução integral das ordens régias. Nesse sentido, observa-se que a Câmara exercia uma autonomia relativa na condução das festas, adaptando, ampliando ou restringindo as celebrações conforme suas possibilidades materiais e interesses políticos. Além disso, a participação dos moradores revelava tanto formas de engajamento quanto tensões evidenciadas em conflitos relacionados a pagamentos, obrigações e resistências. Conclui-se que as festas régias configuravam-se não como simples atos de obediência, mas como espaços de negociação entre o poder central e a realidade local, ao mesmo tempo que tensionavam as relações internas na sociedade local. Dessa forma, o estudo contribui para a compreensão das formas de exercício do poder no âmbito municipal, evidenciando o protagonismo das câmaras e das comunidades locais na construção da cultura política do Antigo Regime.

Y

Graça régia e petições extrajudiciais no Tribunal de Relação da Bahia (primeira metade do século XVIII)

Yamê Galdino de Paiva – Universidade Federal da Bahia

No Antigo Regime português, dentre as qualidades atribuídas ao monarca estava a da graça. No âmbito mais circunscrito à justiça, a graça régia representava uma potestas extraordinaria que só competia ao monarca e que lhe permitia dispensar as leis. Na administração da justiça, as matérias de graça eram mediadas e consultadas pelo Tribunal do Desembargo do Paço. A presente comunicação propõe-se a discutir petições de graça despachadas por um núcleo do Tribunal da Relação da Bahia, denominado Mesa Grande, que possuía atribuições relacionadas ao Desembargo do Paço, ao longo da primeira metade do século XVIII, momento em que ainda representava o único tribunal de recurso no Estado do Brasil. Serão analisadas um extenso conjunto de alvarás e provisões emitidos pelo tribunal e existentes no Arquivo Público do Estado da Bahia. Características dos peticionários, localidade, tipologias de alvarás e provisões despachadas pelo tribunal, seus assuntos e os custos judiciais derivados da emissão dos alvarás e provisões constituem alguns dos dados a serem abordados. Pretende-se mostrar as atividades do tribunal no que diz respeito a matérias extrajudiciais e de jurisdição da graça régia e demarcar o papel dos Governadores do Estado do Brasil em questões relativas à administração da justiça.

Ser mulher, mãe e esposa: o ser feminino no Tribunal Episcopal do Maranhão Colonial do século XVIII

Yanka Karinna Viana de Souza – Universidade Federal do Maranhão

O presente trabalho tem como objetivo analisar os processos-crimes encontrados no Arquivo do Estado do Maranhão (APEM), no que diz respeito as denúncias contra mulheres do século XVIII no Juízo Eclesiástico. Analiso a partir das histórias conectadas as teias de comunicações sociais e culturais que o Maranhão e Portugal construíram através da agência da Igreja sobre as tentativas de disciplinamentos dos corpos femininos e os reflexos na estruturação das famílias maranhense. Destarte, esses dois lugares conectaram pelo do processo colonial, com o fio condutor das ações evangelizadoras da Igreja. No entanto, o Maranhão possuiu uma peculiaridade diferente das demais regiões do Brasil: por meio do Juízo Eclesiástico passou a ser atrelado diretamente com o Arcebispado de Portugal. Diferente do restante do território era responsabilidade do Arcebispado da Bahia. Mediante a isso, vê-se a importância das relações que não só o território maranhense, mas os processos do Tribunal Episcopal também tiveram. Historicamente, não se fez colonização sem a atuação evangelizadora, para isso a Igreja Católica usou de suas ferramentas para perpetuar os discursos morais e civilizatórios nas colônias, exercendo nas nelas uma extensão das atividades e ações realizadas em Portugal. Assim como na metrópole as mulheres eram peças fundamentais para a

perpetuação dos dogmas da Igreja, no Maranhão suas transgressões não passaram despercebidas pela vigília da sociedade e da Igreja. Ser mulher para a Igreja era correlacionado com a manutenção da ordem, pois, a elas cabiam o lugar de esposas e mães, aquelas que cuidariam do lar, sendo elas imagem e semelhança das virtudes da Virgem Maria. Símbolo indispensável para a estruturação da Igreja e da sociedade. Obediente a Cristo, mas além de tudo, obediente as vontades do homem. O amontoado de reuniões que o Concílio de Trento de 1545 à 1563 organizaram, tiveram como efeito novas diretrizes tanto sobre a Igreja quanto para a sociedade europeia. Para os corpos femininos, o matrimônio foi vinculado aos sacramentos, enfatizando mais a figura da Virgem Maria. O casamento passou a ser relacionado a vida das mulheres a partir do momento do seu nascimento, primeiro pertenceria a família, em que por outra mulher – sua mãe – seria educada para o casamento. E no momento certo com o matrimônio passaria a ser pertencente ao seu esposo. Esse ciclo de disciplinamento dos corpos femininos em Portugal fez parte também de um projeto da Igreja para manter a ordem e sobretudo, naturalizar as diferenças dos sexos. A economia, a política estariam asseguradas a partir do disciplinamento sobre as mulheres, assim, também a Igreja tentou transpassar para os corpos femininos no Maranhão. Ela tentou exercer a partir da evangelização e da vigília as diretrizes sociais e morais que os leigos deveriam seguir. E para isso o Juízo Eclesiástico investigou e julgou os casos em que as mulheres não seguiam as ditas diretrizes. Entretanto, por ser colônia o Maranhão do século XVIII possuía uma diversidade étnica mais acentuada do que na metrópole, os aspectos de cor e condição pesaram no Tribunal Episcopal maranhense. Se em Portugal os corpos femininos eram disciplinados para manter a ordem, no espaço maranhense o matrimônio foi visto como um sacramento de extrema urgência para o projeto civilizatório. A união de homens com mulheres da mesma cor e condição era estrutural e vertebral para a ordem social e principalmente econômica. Por isso, a vigília da Igreja sobre as mulheres foi essencial na tentativa de combater os crimes de concubinato/amancebamento. Esses delitos não só contrariavam a ordem moral, como também outros aspectos culturais e políticos que o ideal colonizador se confrontava. Ser mulher, mãe e esposa foi um discurso imprescindível para a estruturação das famílias e o sucesso colonial, porém, a referente pesquisa tem como objetivo analisar os casos de denúncias contra as mulheres no Tribunal Episcopal do Maranhão focando nas denúncias sobre o amancebamento / concubinato, crimes contra a família.

Caridade e patronagem: modelos de integração de cristãos-novos portugueses à diáspora sefardita no Império Otomano (século XVI)

Yure Fonseca de Vasconcelos – Universidade de São Paulo

Esta comunicação analisa comparativamente dois modelos de integração de cristãos-novos portugueses à diáspora sefardita no Império Otomano ao longo do século XVI tendo como foco casos relacionados às comunidades judaico-portuguesas mais populosas do período, Salônica e Constantinopla. Observando as dinâmicas de caridade e de patronagem relacionadas aos casos selecionados, a saber, dois processados pelo Santo

Ofício português, temos como objetivo compreender como os diferentes mecanismos de acolhida e incorporação social daquelas comunidades judaicas operaram na recepção desses indivíduos no contexto da expansão sefardita no Mediterrâneo oriental. Este trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa em desenvolvimento no âmbito do mestrado em História Social, cujas reflexões iniciais fundamentam a análise aqui proposta. Em diálogo com a recente historiografia acerca da diáspora ibérica no mundo otomano à partir das expulsões e conversões forçadas de judeus no final do século XV, este trabalho enfatiza práticas de assistência e redes de patronagem como dimensões fundamentais na formação de vínculos comunitários, sem perder de vista as possibilidades tais como os limites dessas tentativas de integração e das dinâmicas de pertencimento que almejam construir. Esta análise baseia-se sobretudo em dois processos inquisitoriais, os de Nuno Alvarez (1563) e Tomé Pegado de Paz (1578-1579), tomados como estudos de caso paradigmáticos na identificação de dois modelos de integração: um de caráter institucional, relacionado à práticas assistenciais comunitárias, e outro estruturado por relações de patronagem vinculadas às redes de poder de Joseph Nasci, duque de Naxos. Argumenta-se que, embora distintos, ambos os modelos ancoram-se em práticas relacionadas a tzedakah ("justiça social"), mandamento da tradição judaica que estabelece o dever divino de zelar pelos outros, especialmente os desvalidos como órfãos, viúvas, pobres, doentes e estrangeiros, sendo fundamental na elaboração de vínculos sociais entre esses recém-chegados e às comunidades e/ou sujeitos que os recebem. Observamos ainda que por vezes estes laços comunitários se mostram precários, evidenciando as fronteiras porosas entre os mundos cristão e judaico entre os quais oscila a própria condição cristã nova, além de estarem sujeitos às diversas contingências do novo meio social onde são inseridos. Ademais, a análise sugere ainda a limitação das fontes inquisitoriais para uma apreensão mais robusta dessas dinâmicas de recepção e integração, indicando a necessidade de incorporação de um corpus documental mais diverso que inclua fontes produzidas nas próprias comunidades como crônicas, relatos, responsa rabínica, dentre outras, a fim de elaborar um quadro comparativo mais amplo.

Geo-história, representações e paisagem: o arquipélago de Vitória do século XVI ao início do século XX

Yuri Potrich Zanatta – Universidade Federal do Espírito Santo

Este trabalho propõe uma leitura das representações da paisagem do arquipélago de Vitória entre o século XVI e o início do século XX, a partir da articulação entre cartografias históricas e descrições do espaço em relatos de viagens. Em abordagem geo-histórica, o estudo toma o espaço enquanto agente das transformações históricas, considerando a relação entre tempo e espaço na constituição das territorialidades.

A análise concentra-se na forma como a condição arquipelágica foi percebida, descrita e transformada ao longo do tempo, com base em cartografias e narrativas de viajantes, entre eles Auguste de Saint Hilaire e Charles Frederik Hart, no século XIX. Nessas fontes, a paisagem evidencia a forte presença do sítio físico, sobretudo através dos morros,

manguezais e baía, condicionantes da ocupação do território, bem como, as práticas sociais, as formas de ocupação e a imagem do espaço. Além disso, a Vitória foi atribuída a alcunha "cidade-presépio" devido à configuração específica da paisagem urbana entre fins do século XIX e início do século XX, quando o assentamento se estruturava em estreita relação com o relevo insular, preservando o destaque dos elementos naturais na composição da vila que ainda preservava características coloniais. As representações evidenciam esse arranjo, no qual a cidade se organiza entre morros e águas, com limites definidos pelo próprio sítio físico.

Ainda no século XVIII são executados os primeiros aterros, em um movimento que transformou sobremaneira o sítio físico e o caráter de arquipélago da capital capixaba. A partir do século XIX, as transformações no estrato físico se intensificam, sobretudo através de sucessivos aterros que aumentaram a área ocupável da ilha de Vitória, permitiram o avanço da ocupação, a disseminação dos ideais modernos e a intensificação de intervenções sobre o território, bem como, o declínio de sua configuração arquipelágica devido à incorporação de outras ilhas à ilha de Vitória, decorrente dos aterros realizados. Nisso, a cartografia histórica auxilia a compreensão dessas transformações ao evidenciar alterações nos contornos do arquipélago, associadas aos aterros e aos processos de modernização e expansão do tecido urbano. Dessa forma, o trabalho analisa como as representações do arquipélago se articulam às próprias transformações do espaço, permitindo apreender, em perspectiva geo-histórica, a reconfiguração das relações entre sociedade e meio ao longo do tempo.

W

À Sombra do Cisma e da Heresia: as intempéries da comunidade portuguesa e da missão jesuítica na Etiópia, durante a primeira modernidade

Wallace de Oliveira Machado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações estabelecidas entre o Império Português e o Império Abexim/Etíope, no Chifre da África, nos séculos XVI e XVII. Mais especificamente, procura-se examinar a presença de uma pequena comunidade portuguesa radicada na Etiópia a partir de 1541, com a expedição militar de D. Cristóvão da Gama, e a atuação da missão jesuítica a partir de 1555, com a chegada do bispo André de Oviedo e dos demais padres inacianos. Essa presença europeia deu-se em um contexto marcado por idealizações e pragmatismos, os quais podem ser observados na obra História Geral da Etiópia a Alta, escrita pelo padre Baltazar Teles em 1660. O livro foi impresso vinte e oito anos após a expulsão da ordem jesuíta da Etiópia e constitui uma crônica abrangente da história etíope, inclusive do período anterior à chegada da missão. Nele, percebe-se um duplo olhar inaciano: a preocupação com a comunidade portuguesa estabelecida no território e à necessidade de converter os cristãos etíopes à fé romana. Ambos os grupos (a ordem inaciana e a comunidade portuguesa) estavam inseridos no cenário cultural e político etíope, o que gerou um processo de reconhecimento, resistência

e intolerância entre europeus e africanos. Desse processo mútuo de alteridade, criaram-se dois polos: etíopes/abexins opostos a portugueses/católicos, nos quais cada lado acusava o outro de heresia.

Palavras-chave: Etiópia; Jesuítas; Religiosidade.

Militarização e desigualdade social: os efeitos do recrutamento compulsório sobre colonos livres na capitania do Pará setecentista

Wania Alexandrino Viana – Universidade Federal do Oeste do Pará

A pesquisa analisa os impactos do recrutamento militar compulsório sobre as camadas de sujeitos livres e pobres da sociedade colonial na capitania do Pará, durante a primeira metade do século XVIII. Busca-se investigar como o militarismo luso estruturava hierarquias sociais e contribuía para o agravamento das desigualdades, especialmente entre lavradores e agricultores recrutados para as tropas pagas. A partir da análise de requerimentos de baixa do serviço militar coletados no Arquivo Histórico Ultramarino, evidencia-se que o recrutamento desorganizava as unidades produtivas familiares, ao afastar os homens de suas atividades econômicas. Além disso, as condições adversas enfrentadas nas fronteiras e outras atividades militares intensificavam a precarização desses sujeitos. O estudo demonstra que o recrutamento compulsório não apenas reforçava a pobreza desses colonos livres, mas também os submetia a processos de exploração que ampliavam sua vulnerabilidade social. Por fim, argumenta-se que esses indivíduos e suas famílias desenvolveram estratégias para resistir e buscar a desvinculação do serviço militar, revelando formas de agência diante das imposições do recrutamento militar compulsório.

Visões de Natureza e as conexões transimperiais: Amazônial colonial e as dinâmicas científicas no Império Ultramarino português

Wesley Kettle – Universidade Federal do Pará

A monarquia portuguesa investiu na observação do mundo natural dos diversos espaços geográficos conquistados pelas suas forças militares na África e na Ásia. Na América isso também aconteceu, especialmente ao longo do século XVIII, quando os trabalhos de demarcação dos limites entre as possessões portuguesa e espanhola foram intensificados na região que hoje conhecemos como Amazônia. Nesse contexto, o Estado do Grão-Pará participou como importante ponto de interseção na construção da rede de circulação e construção do conhecimento. Esta comunicação pretende discutir de que maneira o conhecimento sobre a natureza na Amazônia colonial se fez a partir da coexistência de estruturas consideradas formais e informais, destacando a dimensão política da circulação dessas informações que transformaram não apenas a cosmovisão dos habitantes locais como também os planos do estado português em sua configuração ultramarina. A partir da perspectiva da história do conhecimento e da história ambiental, demonstraremos de

que maneira trajetórias de indivíduos como do arquiteto Antônio Landi, membro da comissão demarcadora de limites que desembarcou na Amazônia em 1753, permite-nos pensar sobre o diálogo entre a ciência dos povos indígenas, os saberes europeus e o conhecimento produzido em outros pontos do Império Ultramarino Português. As fontes históricas em que nos baseamos são de caráter manuscrito e iconográfico, com destaque para o tema das plantas e animais presentes nesses documentos. Defendemos o argumento de que a perspectiva ambiental da história amplia nossa compreensão sobre as conexões científicas transimperiais que caracterizaram o período colonial, garantindo o protagonismo dos diversos sujeitos que compõem essa rede de conhecimento, inclusive os personagens indígenas.

O sermão como modelo de virtude: o caso do Convento do Desterro da Bahia (c. 1690 – c. 1760)

William de Souza Martins – Universidade Federal do Rio de Janeiro

As vidas devotas de freiras, beatas e de outras mulheres com fama de santidade têm sido estudadas como modelos femininos de virtude ao longo do Período Moderno. Elaboradas por diretores espirituais, por confessores ou pelas próprias protagonistas, tais fontes foram fortemente marcadas pela estrutura da escrita hagiográfica. No âmbito da temática proposta, a comunicação pretende examinar uma fonte ainda pouco explorada: os sermões pregados por ocasião da profissão de religiosas, ou que traziam no título expressas menções a estas. Dentro dos parâmetros propostos, foram selecionados 4 sermões impressos, pregados no Convento do Desterro, o primeiro fundado na América portuguesa. A partir do exame das tópicas retóricas encontradas em tais discursos, desenvolvidas a partir de citações bíblicas e das ocasiões apresentadas pelo calendário litúrgico, a comunicação procura preencher lacunas no estudo dos modelos de santidade feminina.

A sistematização e o improviso: sobre a forma como o conhecimento do mundo natural era produzido no século XVIII

Wilton Alves Ferreira Júnior – Universidade Estadual de Feira de Santana

Neste trabalho investigo as tensões em trono da difusão do Systema Lineano de classificação taxonômica na História Natural luso-brasileira da segunda metade do século XVIII, identifico a atuação de Domenico Vandelli, (tanto como "coordenador de projetos" quanto como produtor de instruções e manuais de "metodologia científica"), como responsável pela estruturação de um projeto normatizador no campo da produção de conhecimentos sobre o mundo natural em Portugal e nas colônias. Projeto que tinha a adoção o Systema Lineano, e todo o treinamento que sua aplicação exige, como núcleo de um grande projeto editorial: a História Natural das Colônias. Tendo em conta, porém, que o Systema de Lineu, durante toda a segunda metade do século XVIII, é um entre outros, e não estava determinado a prevalecer, trago à colação um estudo comparativo das

produções visuais da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) e as andanças de Domingos Alves Branco Muniz Barreto (ca. entre 1790 e 1793) buscando compreender como na atuação destes produtores tão díspares de conhecimento, e em suas complexas dinâmicas de produção das imagens, estavam em jogo não só diferentes sistemas taxonômicos, mas também diferentes concepções acerca do conhecimento e da natureza.

Encruzilhada dos Marassa: Categorias Raciais e as Representações dos "Mulatto Affranchi" em Saint Domingue (1687-1791)

William O. Almeida – Universidade Federal de São Paulo

Esta pesquisa investiga a formação e a representação dos mestiços na sociedade colonial de Saint Domingue entre 1687 e 1791, a partir das categorias legais, políticas e sociais estabelecidas na colônia. No século XVIII, Saint-Domingue, conhecida como a "pérola das Antilhas", consolidou-se como um dos espaços mais lucrativos do sistema atlântico, sustentada por uma estrutura escravista onde mais de 90% da população era composta por pessoas escravizadas. O estudo parte da análise do Code Noir de 1685, argumentando que as brechas jurídicas desse édito, que não estabelecia distinções explícitas entre mestiços e negros livres e autorizava casamentos inter-raciais, permitiram a ascensão de uma poderosa elite mestiça proprietária de terras e escravizados. Ao longo do século XVIII, esse grupo, denominado mulatto affranchi, acumulou parcela significativa da produção colonial, detendo cerca de um terço das plantations e um quarto da população escravizada às vésperas da Revolução Haitiana. Contudo, essa mobilidade social despertou o ressentimento da elite branca, especialmente dos petits blancs, gerando uma reação segregacionista traduzida em legislações restritivas e sistemas de classificação racial pseudocientíficos. Destacam-se as tabelas de Moreau de Saint-Méry, que estabeleceram complexas frações raciais para codificar a população e reafirmar o monopólio branco sobre o poder político e econômico. A problemática central busca compreender o papel ambíguo desta camada intermediária, que reivindicava igualdade racial perante os brancos enquanto reproduzia a lógica escravista. A pesquisa centra-se na análise documental cruzada de fontes primárias, como o Code Noir (1685 e 1724), os relatos de sistematização de Saint-Méry e o contradiscurso político presente nos relatórios de Julien Raimond.